



RELATÓRIO
VIOLÊNCIA CONTRA OS
POVOS INDÍGENAS
NO BRASIL

DADOS DE 2023

RELATÓRIO

**VIOLÊNCIA CONTRA OS
POVOS INDÍGENAS
NO BRASIL**

DADOS DE 2023



RELATÓRIO

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

DADOS DE 2023

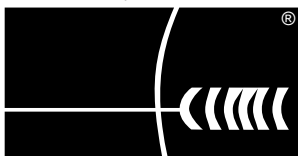
APOIO



UNIÃO EUROPEIA

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Conselho Indigenista Missionário e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

cimi.org.br

PRESIDENTE: Cardeal Leonardo Ulrich Steiner

VICE-PRESIDENTE: Alcilene Bezerra

SECRETÁRIO EXECUTIVO: Luis Ventura Fernández

SECRETÁRIA ADJUNTA: Ivanilda Torres dos Santos

RELATÓRIO - Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2023

ISSN 1984-7645

COORDENAÇÃO DA PESQUISA: Lucia Helena Rangel

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS: Regionais do Cimi, Setor de Documentação do Cimi (Esther Tello Ferrer, Ingrid Victoria Gonçalves Pereira, Leda Bosi, Mariza Prates), Christian Ferreira Crevels, Marcos Willian Pereira da Silva, Tiago Miotto

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS: Eduardo Holanda, Christian Ferreira Crevels, Esther Tello Ferrer, Ingrid Victoria Gonçalves Pereira e Tiago Miotto

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS: Lucia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott

SELEÇÃO DE IMAGENS: Assessoria de Comunicação do Cimi (Adi Spezia, Hellen Loures, Lígia Kloster Apel, Maiara Dourado, Verônica Holanda) e Setor de Documentação do Cimi

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Tiago Miotto

APOIO EDITORIAL: Renato Santana

DIAGRAMAÇÃO: Licurgo S. Botelho

REVISÃO: Renato Santana e Fabio José Dantas de Melo

ARTE DA CAPA: Verônica Holanda

FOTO DA CAPA: Retomada Guapo'y Mirin Tujury, Amambai (MS), fevereiro de 2023. A menina Guarani Kaiowá Laisquene, de 3 anos, numa das barracas de lona da retomada, onde vive com os pais. No ano anterior, lideranças do tekoha foram assassinadas. A comunidade segue em luta pela demarcação da terra. A foto é de Renaud Philippe e integra o projeto Retomada da Terra, de Renaud Philippe e Carol Mira, assim como as outras desta série que ilustram a publicação. Mais informações: renaudphilippe.com



@CimiNacional



youtube.com/ConselhoIndigenistaMissionario



Conselho Indigenista Missionário Cimi



instagram.com/cimi_conselhoindigenista

C755v Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2023 / Conselho Indigenista Missionário. 21.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024.
252 p.

ISSN 1984-7645

1 Diretos Humanos. 2 Direitos dos povos indígenas. I. Conselho Indigenista Missionário, coord. II Título.

CDU.323.15(81)



Beth Myky - Foto arquivo/Cimi Regional Mato Grosso



Dona Damiana - Foto: Ruy Sposati/Cimi Regional Mato Grosso do Sul



Esta edição do *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* homenageia duas mulheres que dedicaram suas vidas à causa e à luta dos povos indígenas:

Nossa querida Elizabeth Aracy Rondon Amarante, que se fez Beth Myky na convivência com o povo cuja vida assumiu encarnada. Com suas mãos, pesadas pelo manejo do machado, da enxada e do facão, desenhou também, a tinta e grafite, o saber do povo Myky feito língua-cultura-comunicação. Dessa forma, outra história foi escrita e deixa, para todas e todos nós, um exemplo de compromisso e entrega.

E dona Damiana Cavanha, mulher de clareza e obstinação mágicas que lutou incansavelmente, a partir do acampamento do Tekoha Apyka'i, pela demarcação das terras e pelo fim do jugo do capital agrário no país. Dona Damiana fez de espaços pequenos vida grande, de beiras de rodovia mundos inteiros. Com seu Mbaraka pintou futuro onde não havia nem presente, e assim, em sua vida, foi o próprio símbolo da marcha infundável e inabalável de seu povo, os Guarani e Kaiowá.



SUMÁRIO EXECUTIVO

8 **Violência contra indígenas persistiu em 2023, ano marcado por ataques a direitos e poucos avanços na demarcação de terras**

APRESENTAÇÃO

11 **A violência contra os povos indígenas não pode ser tolerada ou naturalizada**

Cardeal Leonardo Ulrich Steiner

INTRODUÇÃO

13 **Violência contra os povos indígenas persiste diante da inércia e da cumplicidade do Estado**

Luis Ventura Fernández

INTRODUÇÃO

17 **Governo Lula 3 e a repetição do indigenismo negociado com genocidas**

Lucia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott

ARTIGO

21 **Desafios e avanços na política indigenista em 2023: análise da execução financeira e perspectivas futuras**

Leila Saraiva e Elisa Rosas

ARTIGO

27 **Avanços nos direitos, continuidade nas violações: a realidade das pessoas indígenas em situação de prisão**

Por Caroline Hilgert e Michael Mary Nolan

ARTIGO

31 **Racismo de Estado: o indígena, aquele que deve morrer**

Iara Tatiana Bonin

ARTIGO

36 **O que queima quando se queima uma Casa de Reza?**

Matias Benno Rempel

CAPÍTULO I

Violência Contra o Patrimônio

- 41 Omissão e morosidade na regularização de terras
- 45 Situação geral das terras indígenas com pendências no Brasil - Por estado
- 63 Conflitos relativos a direitos territoriais
- 85 Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio



Tekoha Laranjeira Nhanderu, março de 2023

CAPÍTULO II

Violência Contra a Pessoa

- 123 Abuso de poder
- 128 Ameaça de morte
- 132 Ameaças várias
- 141 Assassinatos
- 154 Homicídio culposo
- 157 Lesões corporais
- 161 Racismo e discriminação étnico-cultural
- 168 Tentativa de assassinato
- 174 Violências sexuais



Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra

CAPÍTULO III

Violência por Omissão do Poder Público

- 181 Desassistência geral
- 193 Desassistência na área de educação
- 203 Desassistência na área de saúde
- 219 Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas
- 221 Mortalidade na infância
- 223 Morte por desassistência à saúde
- 224 Suicídio

CAPÍTULO IV

Violência Contra os Povos Indígenas Livres e de Pouco Contato

- 227 Legado trágico, pressão contínua: ações emergenciais são insuficientes para garantir proteção a Povos Isolados
- 236 Lista de registros de Povos Indígenas Livres (PIL) ou isolados

CAPÍTULO V

Memória e Justiça

- 241 Crimes de tutela: o esbulho da Terra Indígena Ananás, em Roraima
- 245 Y-Juca Pirama, 50 anos: o contexto de um manifesto lançado no coração das trevas

ANEXO

- 250 Resumo da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2023



Violência contra indígenas persistiu em 2023, ano marcado por ataques a direitos e poucos avanços na demarcação de terras

Relatório anual do Cimi sobre violência contra povos indígenas apresenta dados do primeiro ano do governo Lula 3, marcado por impasses e contradições na política indigenista

As disputas em torno dos direitos indígenas nos três Poderes da República refletiram-se num cenário de continuidade das violências e violações contra os povos originários e seus territórios em 2023. O primeiro ano do novo governo federal foi marcado pela retomada de ações de fiscalização e repressão às invasões em alguns territórios indígenas, mas a demarcação de terras e as ações de proteção e assistência às comunidades permaneceram insuficientes. O ambiente institucional de ataque aos direitos indígenas foi espelhado, nas diversas regiões do país, pela continuidade das invasões, conflitos e ações violentas contra comunidades e pela manutenção de altos índices de assassinatos, suicídios e mortalidade na infância entre estes povos. Estas foram as constatações do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2023*, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O ano de 2023 iniciou com grandes expectativas em relação à política indigenista do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não apenas porque a nova gestão sucedeu um governo abertamente anti-indígena, mas também porque o tema assumiu centralidade nos discursos e anúncios feitos pelo novo mandatário desde a campanha eleitoral.

Essa mudança foi simbolizada pela presença do cacique Raoni, histórica liderança Kayapó, na posse do presidente recém-eleito. A criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a nomeação de lideranças indígenas para a chefia da nova pasta, da Funai – renomeada como Fundação Nacional dos Povos Indígenas – e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) complementaram o ambiente de esperanças renovadas.

Logo no início do ano, a situação do povo Yanomami – denunciada há muito tempo de forma recorrente – causou enorme comoção. Após anos de abandono e omissão ativa de governos anteriores frente à presença ilegal de garimpeiros na Terra Indígena (TI), o povo foi levado ao extremo da vulnerabilidade. A declaração de Emergência Nacional de Saúde e o início de uma grande operação de desintrusão naquele território apontaram na direção de uma mudança efetiva em relação à política indigenista.

Sem demora, contudo, a realidade política se impôs. O Congresso Nacional atuou para esvaziar o MPI e atacar os direitos indígenas, especialmente por meio da aprovação do Projeto de Lei (PL) 490/2007, transformado, no final do ano, na Lei 14.701/2023. O Poder Legislativo agiu em clara contraposição ao Supremo Tribunal Federal (STF), que, depois de anos de tramitação, concluiu o julgamento do caso de repercussão geral que discutia a demarcação de terras indígenas com uma decisão favorável aos povos originários.

A Suprema Corte reconheceu os direitos territoriais indígenas como “cláusulas pétreas” da Constituição Federal – ou seja, que não podem ser alteradas ou restringidas – e declarou a tese do marco temporal inconstitucional. Esta tese, que há anos assombra os povos originários, pretende estabelecer que só poderiam ser demarcadas as terras que estivessem sob a posse dos povos indígenas ou em disputa comprovada na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988.

À revelia do julgamento, o Congresso Nacional incluiu na lei 14.701 o marco temporal como critério para a demarcação de terras indígenas, além de um conjunto de dispositivos legais que, na prática, buscam inviabilizar novas demarcações e abrir as terras já demarcadas para a exploração econômica predatória. O veto parcial de Lula foi derrubado pelo Congresso, com grande número de votos de partidos que detêm cargos no governo, e a lei entrou em vigência no final do ano.

Este contexto se refletiu na constatação de poucos avanços na demarcação de terras indígenas e na continuidade de casos de invasão, danos ao patrimônio indígena e conflitos relativos a direitos territoriais.

Algumas ações de desintrusão foram realizadas, mas nenhuma com o fôlego inicial da Força Tarefa Yanomami, que também caiu em inércia sem que o garimpo tenha sido desarticulado por completo. Em 2023, foram registrados

276 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio em pelo menos 202 territórios indígenas em 22 estados do Brasil.

Oito terras indígenas foram homologadas no primeiro ano do novo governo, um número aquém das expectativas, mesmo sendo maior que o dos últimos anos. Os poucos avanços nas demarcações refletiram-se na intensificação de conflitos, com diversos casos de intimidações, ameaças e ataques violentos contra indígenas, especialmente em estados como Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná.

A disposição do governo federal em explorar petróleo na foz do Amazonas, a priorização orçamentária ao agronegócio e o apoio a grandes projetos de infraestrutura e de exploração mineral em conflito com povos indígenas, como a ferrovia “Ferrogrão” e as investidas de empresas estrangeiras sobre o território Mura, no Amazonas, também compuseram este cenário.

Violência contra o Patrimônio

O primeiro capítulo do relatório reúne as “Violências contra o Patrimônio” dos povos indígenas, que totalizaram 1.276 casos. Os registros desta seção dividem-se em três categorias: *omissão e morosidade na regularização de terras*, na qual foram registrados 850 casos; *conflitos relativos a direitos territoriais*, que teve 150 registros; e *invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio*, com 276 casos.

As categorias de conflitos territoriais e de invasões a terras indígenas mantiveram-se em patamares elevados, apesar de registrarem ligeira redução em relação a anos anteriores. Se por um lado os dados refletem a retomada das operações de fiscalização ambiental, por outro, a maior parte dos relatos indica a continuidade das ações de invasores, a desestruturação dos órgãos responsáveis por estas tarefas e a falta de uma política permanente de proteção aos territórios indígenas.

Entre os principais tipos de danos ao patrimônio indígena registrados destacam-se, como em anos anteriores, os casos de desmatamento, extração de recursos naturais como madeira, caça e pesca ilegais, garimpo e invasões possessórias ligadas à grilagem e à apropriação privada de terras indígenas.

Houve priorização de operações de retirada de invasores num pequeno conjunto de territórios, em especial das sete TIs contempladas pelas decisões do STF no âmbito da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709. Mesmo nestes casos, contudo, os dados e relatos indicam que as ações não deram conta de garantir a retirada completa dos invasores, e a grande maioria das terras indígenas contou apenas com ações fiscalizatórias pontuais.

Do total de 1.381 terras e demandas territoriais indígenas existentes no Brasil, a maioria (62%) segue com pendências administrativas para sua regularização, aponta a atualização da base de dados do Cimi. São 850 terras indígenas com pendências, atualmente. Destas, 563 ainda não tiveram nenhuma providência do Estado para sua demarcação.

Em 2023, os maiores avanços ocorreram na constituição ou reestruturação de Grupos Técnicos (GTs) para a identificação e delimitação de terras indígenas, sob responsabilidade da Funai. É um indicativo da disposição do órgão em dar andamento à primeira etapa na regularização de demandas territoriais represadas há anos. Contudo, os trabalhos avançam a passos lentos: apenas três relatórios de identificação e delimitação foram concluídos e publicados pela Funai em 2023.

A indefinição sobre o marco temporal torna impossível uma previsão acerca do cumprimento dos prazos estabelecidos nas portarias, na medida em que o governo hesita e utiliza a Lei 14.701/2023 como justificativa para não avançar nos procedimentos demarcatórios. Tal postura reflete-se, também, no fato de que nenhuma portaria declaratória foi publicada pelo Ministério da Justiça.

A morosidade e a ausência de uma sinalização clara do governo federal em defesa dos territórios indígenas tiveram influência direta no alto número de conflitos registrados, muitos deles com intimidações, ameaças e ataques violentos contra comunidades indígenas, a exemplo de casos registrados na Bahia, no Mato Grosso do Sul e no Paraná, entre outros.

Violência contra a Pessoa

Os casos de “Violência contra a Pessoa”, reunidos no segundo capítulo do relatório, totalizaram 404 registros em 2023. Esta seção é dividida em nove categorias, nas quais foram registrados os seguintes dados: *abuso de poder* (15 casos); *ameaça de morte* (17); *ameaças várias* (40); *assassinatos* (208); *homicídio culposo* (17); *lesões corporais* (18); *racismo e discriminação étnico-cultural* (38); *tentativa de assassinato* (35); e *violência sexual* (23).

Assim como nos anos anteriores, mantiveram-se com os maiores números de assassinatos de indígenas os estados de Roraima (47), Mato Grosso do Sul (43) e Amazonas (36). Os dados, que totalizaram 208 assassinatos, foram compilados a partir da base do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e de informações obtidas junto à Sesai via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Destacam-se os assassinatos a tiros, logo no início do ano, dos jovens Pataxó Samuel Cristiano do Amor Divino, de 23 anos, e Nauí Pataxó, de 16, no extremo sul da Bahia. Eles viviam numa retomada da TI Barra Velha do Monte Pascoal e foram executados quando saíram para comprar alimentos nas proximidades, em janeiro.

O povo Pataxó luta há anos pela demarcação de suas terras nesta região. Os conflitos seguiram sem resolução ao longo de 2023 devido à falta de avanço nos procedimentos demarcatórios e motivaram medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O envolvimento de policiais militares em milícias privadas investigadas pelas mortes dos indígenas guarda semelhanças com as violências registradas contra indígenas no Mato Grosso do Sul, onde forças policiais são acusadas de atuarem como escoltas privadas de fazendeiros, compartilhando informações e dando suporte a ataques de segurança privados contra comunidades Guarani e Kaiowá. Além de despejos ilegais e ataques violentos contra acampamentos indígenas, também foram registradas prisões arbitrárias de indígenas na região.

Ataques de garimpeiros contra indígenas Yanomami, em Roraima e no Amazonas, seguiram sendo registrados ao longo de 2023, apesar das operações realizadas no primeiro semestre do ano na TI Yanomami. Assassinatos, ataques armados, violências sexuais e aliciamento de indígenas para o garimpo, com fomento de conflitos internos, integraram o trágico quadro da continuidade das violências neste território.

Os assassinatos de indígenas do povo Guajajara no Maranhão mantiveram-se em alta, em especial na TI Arariboia, que há anos é dilapidada por invasores. Também continuaram os casos de violência armada contra indígenas dos povos Tembé e Turiwara, no nordeste do Pará, em conflito com grandes empresas ligadas à monocultura e à produção de óleo de dendê.

Violência por Omissão do Poder Público

O terceiro capítulo do relatório reúne os casos de “Violência por Omissão do Poder Público”, organizado em sete categorias. Segundo os dados consultados junto ao SIM e obtidos junto à Sesai, foram registradas 1040 mortes de crianças indígenas de 0 a 4 anos de idade em 2023. Também neste caso, os mesmos estados dos anos anteriores registraram o maior número de ocorrências: Amazonas, onde ocorreram 295 mortes nessa faixa etária, Roraima, com 179 casos, e Mato Grosso, com 124.

A maior parte dos óbitos infantis teve causas consideradas evitáveis por meio de ações de atenção à saúde, imunização, diagnóstico e tratamento adequados. Entre estas causas, destaca-se a grande quantidade de mortes ocasionadas por gripe e pneumonia (141), por diarreia, gastroenterite e doenças infecciosas intestinais (88) e por desnutrição (57).

Informações obtidas junto a estas mesmas bases públicas indicaram a ocorrência de 180 suicídios de indígenas em 2023. Os índices mais altos, assim como nos anos anteriores, foram registrados no Amazonas (66), Mato Grosso do Sul (37) e Roraima (19).

Ainda neste capítulo, estão registrados os seguintes dados referentes ao ano de 2023: *desassistência geral* (66 casos); *desassistência na área de educação*

(61); *desassistência na área de saúde* (100); *disseminação de bebida alcoólica e outras drogas* (6); e *morte por desassistência à saúde* (111), totalizando 344 casos.

Destacam-se, neste contexto, a falta generalizada de infraestrutura escolar em aldeias de todo o país e de infraestrutura, pessoal e transporte para o atendimento à saúde nas comunidades indígenas. A falta de saneamento básico e de água potável foram agravadas pela crise climática, que provocou enchentes pelo país e severa estiagem na região amazônica, aprofundando a vulnerabilidade de diversas comunidades.

Cabe ressaltar que, a partir deste ano, o Cimi passou a contabilizar os casos de morte por desassistência à saúde com base nos dados do SIM e da Sesai, o que explica o aumento de casos registrados em relação aos anos anteriores.

Povos isolados

O quarto capítulo do relatório é dedicado a analisar a situação dos povos indígenas em isolamento voluntário. Estes povos, que estiveram entre os mais afetados pelo desmonte da política de proteção às terras indígenas nos anos passados, seguiram sob grave ameaça em 2023.

A nova gestão renovou portarias de restrição de uso de territórios que o governo anterior havia deixado vencer. Mas, apesar disso, a situação manteve-se preocupante, pois a maior parte das terras indígenas com presença de isolados que foram invadidas nos anos anteriores seguiu registrando invasões em 2023. Pelo menos 56 do total de 119 registros de isolados contabilizados pela Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil) do Cimi encontram-se em terras indígenas que registraram invasões ou danos ao patrimônio em 2023.

Apesar da renovação de portarias de restrição de uso, não houve providências do governo federal para garantir a proteção de isolados cuja localização foi registrada fora de terras indígenas atualmente reconhecidas, que correspondem a 37 dos 119 registros contabilizados pela Eapil. Parte destes registros sem providências é reconhecido pela própria Funai, como é o caso dos isolados do Mamoriá Grande, em Lábrea (AM).

Também nestes territórios, apesar de algumas ações mais robustas de enfrentamento aos invasores, como no caso da TI Ituna/Itatá, no Pará, a maioria das operações de fiscalização foi pontual ou insuficiente para garantir a proteção das áreas. Lideranças de TIs como Vale do Javari, no Amazonas, e Karipuna, em Rondônia, seguiram denunciando a presença contínua de invasores.

Memória

O quinto capítulo do relatório é dedicado à reflexão sobre o tema da Memória e Justiça e traz dois textos nesta edição. O primeiro é um estudo inédito do pesquisador Marcelo Zelic (1963-2023) sobre o histórico do esbulho da TI Ananás, em Roraima. O artigo apresenta propostas para a reparação dos danos causados aos povos Macuxi e Wapichana devido à prática dos chamados “crimes da tutela” – violações cometidas durante a Ditadura Militar, quando o Estado se utilizava do instrumento legal da tutela para inviabilizar a luta dos povos indígenas e mutilar seus territórios. Este texto foi editado por pesquisadores e familiares que buscam manter viva a dedicação de Zelic ao tema da preservação da memória e à luta pela criação de mecanismos de não repetição das violações de direitos humanos contra os povos indígenas.

No segundo texto do capítulo, um dos fundadores do Cimi, Egidio Schwade, faz uma retrospectiva sobre o primeiro instrumento produzido pela entidade para denunciar as violações dos direitos indígenas, que completa 50 anos em 2024. Publicado em 1974, o dossiê *Y-Juca Pirama – o índio: aquele que deve morrer* foi o antecessor histórico do presente relatório, produzido anualmente pelo Cimi.

Artigos e análises

Além dos capítulos destinados à sistematização dos dados, o relatório de 2023 também reúne textos que buscam aprofundar a reflexão sobre os temas abordados pela publicação. A situação dos indígenas encarcerados no país e o significado da violência física e simbólica que representa a queima de Casas de Reza Guarani e Kaiowá são os tópicos abordados em dois destes artigos. A análise detalhada dos casos de racismo e discriminação étnico-racial contra indígenas e a avaliação dos gargalos e desafios da política indigenista sob a ótica do orçamento e da execução financeira em 2023 são os temas de outros dois textos.



Os povos indígenas recebem, como se verá através dos dados e análises que compõem a presente edição do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, o desprezo político, jurídico e social de muitos setores de nossa República

Foto: Maíara Dourado/Cimi



III Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília (DF), setembro de 2023



A violência contra os povos indígenas não pode ser tolerada ou naturalizada

Cardeal Leonardo Ulrich Steiner
Arcebispo de Manaus (AM) e presidente do Cimi

Bem-aventurados os que têm fome e sede da justiça

Mateus 5:6

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) lança esse relatório de *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, referente aos dados do ano de 2023, com profundo pesar.

A cada ano, depois de organizarmos e analisarmos os dados e as informações que nos são enviadas pelas equipes de missionárias e missionários, bem como as obtidas junto aos órgãos públicos e à imprensa, vemos que as descrições de fatos e as cenas de violência se repetem e nos impactam profundamente.

Vemos vidas tiradas, corpos violentados, pessoas desnutridas, famélicas. Vemos abandono e desassistência sistêmica e enxergamos as terras invadidas e devastadas.

Mas, dentre todas as imagens, algumas não saem de nossas memórias. É impossível relativizá-las ou apagá-las. Nos abala profundamente a realidade vivenciada pelos povos da Terra Indígena Yanomami. Digo povos porque ali estão, além dos Yanomami, os Ye'kwana e comunidades isoladas. Sim. Temos, naquela terra, comunidades em situação de isolamento voluntário.

Lá, nas comunidades, as pessoas deveriam estar se divertindo às margens dos rios e as crianças brincando alegres. Onde homens e mulheres trocariam, entre si, graças e sorrisos. Onde mães com bebês no colo andariam tranquilas pelas praias, com suas meninas correndo atrás de meninos, tudo em perfeita harmonia com seus modos de ser e viver.

Mas não. De repente escutam-se vozes, diferentes das faladas naqueles ambientes. Os Yanomami, de imediato, percebem que, novamente, serão atacados por pessoas armadas: são garimpeiros em deslocamento, atrás de mais ouro. Não há tempo nem para esconderem-se na mata. Iniciam-se disparos de armas de fogo. Aqueles homens, ao avistarem os Yanomami, saem de trás das árvores e arbustos, sem qualquer razão ou motivo, efetuam disparos contra crianças, mulheres e homens. Dois são baleados, enquanto os demais, alguns feridos, conseguem se refugiar. Os corpos dos dois Yanomami caem sem vida. Dor, angústia e desespero perpassam os dias e as horas daqueles que lá sempre viveram em paz.

Esse relato espelha aquilo que ocorre quando se promove a desumanização do outro. Nesse caso

concreto, por meio de um relato dramático e cruel, temos a dimensão do quanto os povos indígenas são discriminados e desrespeitados em sua natureza humana.

Caçadores perversos agiam desse modo quando avistavam animais a serem abatidos durante os períodos de caça. Nesse relato tudo é bem mais sórdido, porque se mata pelo desejo de eliminar pessoas. No meio delas, inclusive há crianças.

Muitos outros relatos como esse são trazidos em nosso relatório, organizado pelo Cimi. A publicação busca denunciar todas as formas de violência e omissões praticadas contra os originários habitantes do Brasil, que se repetem de modo sistemático e incessante.

O que nos entristece, a cada ano, é observarmos que os povos indígenas, assim como seus direitos básicos e fundamentais, são relativizados e sequer reconhecidos. Suas terras permanecem submetidas às mais variadas formas de esbulho e depredações, sem que os governos, que se sucedem, atuem com firmeza e dedicação. Ao contrário disso, parecem alheios a tudo, indiferentes às dores e à morte daqueles e daquelas que apenas desejam vida e terra.

Os povos indígenas recebem, como se verá através dos dados e análises que compõem a presente edição do **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**, o desprezo político, jurídico e social de muitos setores de nossa República.

A aprovação da Lei 14.701 no final de 2023 pelo Congresso Nacional, com a imposição do chamado “marco temporal” como critério para a demarcação de terras indígenas – apesar do julgamento da Suprema Corte que declarou esta tese inconstitucional –, evidencia de forma emblemática este contexto. Além de contrariar frontalmente a Constituição Federal, a tese do marco temporal legitima as violações historicamente praticadas contra os povos originários e aponta para a continuidade destas violências no presente e no futuro.

Não podemos tolerar as injustiças. São inaceitáveis a omissão e a negligência. São igualmente injustificados o silêncio e a naturalização da violência contra os primeiros habitantes destas terras.

“Erga a voz em favor dos que não podem defender-se, seja o defensor de todos os desamparados. Erga a voz e julgue com justiça; defenda os direitos dos pobres e dos necessitados” (Provérbios 31:8-9).





Os direitos dos povos indígenas acabaram sendo negociados nos bastidores de sempre e foram sacrificados cada vez que confrontavam grandes empreendimentos. A demarcação dos territórios indígenas avançou muito pouco; muito aquém do esperado, bem longe do necessário e na contramão do urgente

Foto: Marina Oliveira/Cimi



Ao lado do STF, a anciã Isabela Xokleng recebe abraços de seu povo após Suprema Corte formar maioria contra marco temporal, em setembro de 2023



Violência contra os povos indígenas persiste diante da inércia e da cumplicidade do Estado

Luis Ventura Fernández
Secretário executivo do Cimi



No primeiro dia de janeiro de 2023, Luiz Inácio Lula da Silva subia pela terceira vez a rampa do Palácio do Planalto como Presidente da República, acompanhado por representantes de diversos grupos sociais historicamente agredidos em seus direitos humanos fundamentais. A imagem tinha um significado simbólico histórico e repercutiu em todo o mundo como o início da recuperação da institucionalidade democrática no Brasil. Encerrava-se nesse dia, formalmente, o período mais sombrio e autoritário no país desde a década de 1980, protagonizado por um governo que, sustentado pelo poder econômico, pelo fundamentalismo religioso e pelo espectro militar-miliciano, instalou entre 2019 e 2022 uma política de enfrentamento permanente à democracia, de sucateamento do Estado e de retrocesso na convivência e na garantia dos direitos e da vida.

Apenas uma semana depois desta imagem, os edifícios dos Três Poderes eram invadidos e depredados em uma tentativa de golpe enquanto, nos territórios, se desencadeava uma série de ataques violentos contra os povos indígenas em diversos estados. Entre os dias 9 e 17 de janeiro, houve diversos ataques armados que feriram jovens indígenas dos povos Mura (AM) e Guajajara (MA) e arrancaram a vida de outros dois jovens Pataxó (BA). Ainda em janeiro, a gravíssima situação na Terra Indígena (TI) Yanomami, fruto de um processo de genocídio em curso sistematicamente denunciado nos anos anteriores, levou o novo governo a decretar estado de emergência em saúde pública. Ficava claro, desde o primeiro momento, que imagens e decisões simbólicas, como a da subida na rampa, não seriam suficientes para retomar a democracia nem para enfrentar a situação dos povos indígenas no país.

O ano de 2023 fechou com a promulgação por parte do Congresso Nacional, no dia 28 de dezembro, da Lei 14.701/2023. À revelia da Constituição Federal, a medida reúne, em um único texto, todas as principais ameaças aos direitos territoriais dos povos indígenas.

Entre o primeiro e o último momento do ano, o rastro de violência contra os povos indígenas se manteve e, em alguns casos, cresceu. Comunidades indígenas permaneceram assediadas em seus territórios, ameaçadas permanentemente, pulverizadas com agrotóxicos ou despejadas para as beiras de estradas. Os direitos dos povos indígenas acabaram sendo negociados nos bastidores de sempre e foram sacrificados cada vez que confrontavam grandes empreendimentos. A demarcação dos territórios indígenas avançou muito pouco; muito aquém do esperado, bem longe do necessário e na contramão do urgente. E isto apesar de que os povos indígenas conseguiram, no mês de setembro, uma decisão histórica no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a inconstitucionalidade do marco temporal, facilitando o caminho para a retomada das demarcações.

Como explicar este ano de encruzilhadas, de persistência da violência e de inércia por parte de um governo que tinha o compromisso, e a obrigação, de avançar na garantia dos direitos dos povos indígenas?

O marco temporal é inconstitucional

Os povos indígenas foram sujeitos principais e imprescindíveis no enfrentamento ao autoritarismo do governo anterior e na defesa da democracia. Tomaram as ruas, fincaram os pés nos territórios, no luto e na luta, e levantaram a Constituição em nome de todos, com a cabeça erguida diante daqueles que, desde o Estado, incentivaram as invasões e paralisaram a demarcação dos territórios.

A luta dos povos indígenas é uma luta maior. Transcende as conjunturas temporais das instituições do Estado – herança colonial – e se projeta num horizonte muito mais aberto de uma sociedade plural, justa e do Bem Viver. É a luta por uma democracia radical, mais profunda e mais ousada que a baixa democracia institucional burguesa, a qual historicamente serviu aos interesses do mercado, da economia colonial e das oligarquias. Ao mesmo tempo, os povos indígenas sempre tiveram a sabedoria de encarnar essa luta maior em cada momento da História e desta vez assumiram a defesa da Constituição de todos, do pacto de 1988 que estava sendo ameaçado e assediado.

Para os povos indígenas, o processo constituinte não se encerrou em outubro de 1988, pois desde o dia seguinte tiveram que enfrentar uma ofensiva permanente dos poderes econômicos, dos Congressos e governos sucessivos, para descaracterizar e desconstruir os direitos originários dos povos, conquistados e reconhecidos no texto constitucional. Nos últimos anos, tiveram que exercer uma mobilização permanente, nos territórios e em Brasília, contra a falaciosa tese do marco temporal, que pretende de forma imoral e violenta determinar que os povos indígenas só teriam direito a seus territórios tradicionais se demonstrassem que ali estavam na data de promulgação da Constituição. O marco temporal, além de inviabilizar a demarcação das terras indígenas, declara a impunidade a todas as atrocidades, despejos e violências cometidas contra os povos, contra seus lugares de vida e contra seu direito de viver.

Esta disputa árdua, política e jurídica, trouxe como principal fruto a decisão do STF em setembro de 2023. Por ampla maioria, no âmbito do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, a Suprema Corte determinou que o marco temporal não existe e é inconstitucional. Foi uma vitória histórica para os povos indígenas e para todo o país, uma vitória sofrida irrigada pela memória de todos aqueles que tombaram e cuja vida foi arrancada violentamente pelo simples fato de reivindicarem o óbvio: o direito de ser e de estar no mundo, de formas diversas, habitando e sendo habitados pelos territórios cheios de significados culturais e das mais diversas formas de existência.

A decisão do Supremo Tribunal Federal trouxe também alguns elementos de preocupação, como o reconhecimento amplo de indenização para aqueles que um dia invadiram os territórios indígenas

com a anuência e a cumplicidade do Estado. Abriu-se uma ferida que poderá dificultar a efetiva posse dos territórios por parte de seus povos e que oculta o fato de que seriam os povos, e não os invasores, os que deveriam ser indenizados pela violência sofrida nesse processo. Contudo, a vitória no Supremo foi histórica e reafirmou, de vez, a principal tese em jogo no julgamento: o caráter originário do direito dos povos indígenas a seus territórios frente aos interesses coloniais das elites econômicas. Por outro lado, a decisão do STF retirou do caminho qualquer obstáculo para que o governo pudesse retomar, com firmeza e determinação, a política de demarcação e homologação das terras indígenas. O que não aconteceu.

Agronegócio e Congresso: a continuidade da violência nas instituições e nos territórios

Ao mesmo tempo em que o STF caminhava para uma decisão favorável aos povos indígenas, o Congresso Nacional avançou no sentido contrário, em evidente atitude de enfrentamento e ruptura institucional. Em maio de 2023, a Câmara aprovou de forma acelerada o Projeto de Lei (PL) 490/2007, e em setembro do mesmo ano o Senado confirmou a covarde tocaia, aprovando a mesma matéria, o mesmo projeto, agora com o número de PL 2903/2023. O processo espúrio foi concluído com a promulgação, nos últimos dias do ano, da Lei 14.701/2023.

A Lei 14.701/2023 representa a maior e principal violência institucional contra os povos indígenas neste momento. Ela instala de forma autoritária a tese do marco temporal como referência para os processos de demarcação e pretende abrir os territórios indígenas aos interesses econômicos de exploração por parte de terceiros, limitando o direito conquistado pelos povos de usufruto exclusivo dos bens naturais dentro de suas terras. Além disso, flexibiliza o direito fundamental dos povos indígenas à consulta prévia, livre e informada e altera substancialmente a forma do procedimento administrativo de demarcação – cuja regulamentação atual, estabelecida pelo Decreto 1775/1996, já teve



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Marcha indígena rumo ao STF, em Brasília, para acompanhar o julgamento do marco temporal

Cada vez que o governo enfrentou a necessidade de uma escolha entre os interesses econômicos de uma perspectiva desenvolvimentista e os legítimos direitos dos povos originários, estes últimos sempre foram sacrificados

sua constitucionalidade confirmada pelo STF. Desta forma, inclusive territórios que hoje estão em etapas avançadas do rito administrativo de demarcação, após anos e décadas de luta e de insistência, poderiam retroagir ao início do caminho.

A atual composição do Congresso Nacional representa, como sempre e como nunca, os interesses dos principais poderes econômicos do capital. Além de tratar-se de um Congresso conservador e anti-indígena, ampliou nas eleições de outubro de 2022 a representação de um campo político de extrema-direita e de caráter fascista, fenômeno de nossa época em muitos países do mundo. No Brasil, especificamente, isto representa a continuidade, agora no poder Legislativo, do projeto autoritário, antidemocrático e de necropolítica do governo anterior.

A forma política do fascismo, e do neofascismo de nossos dias, não é a construção política de qualquer projeto, mas a destruição dos consensos, do entendimento, da consciência subjetiva das pessoas, dos direitos e das instituições para, no meio do caos e do tumulto, da violência e das rupturas sociais, “passar a boiada” do mercado. Dessa forma, se assegura que o poder econômico, nacional e internacional, continue acumulando privilégios, explorando os territórios, cercando as fontes da vida e tentando eliminar as lutas populares por um país mais justo e plural e por uma democracia mais radical.

Um dos principais suportes do atual Congresso está no agronegócio exportador, que continua sendo injetado no imaginário coletivo da sociedade, pelos meios de comunicação e pelas manifestações de políticos de diversos pontos do espectro, como o principal motor econômico do país. Financiados e sustentados por benesses e subsídios públicos extraordinários, o agronegócio exportador não é sustentável e só consegue acumular lucros despejando comunidades e envenenando águas e solos. A comida no prato das famílias brasileiras procede da agricultura familiar e não do agronegócio. Prova disso é que, nos momentos de maiores dificuldades no país, enquanto a fome e a pobreza avançavam em amplos setores sociais do Brasil, o agronegócio exportador desfrutava dos maiores recordes de safra, de lucro e de poluição; esta é a grande contradição que precisa ser escancarada no país.

O agronegócio exportador rearticulou suas forças a partir das eleições de outubro de 2022, após a derrota do ex-presidente Bolsonaro. Não deveria ter receio do terceiro governo Lula, pois seus interesses sempre foram muito bem atendidos e financiados nos anteriores governos do Partido dos Trabalhadores. Mas era evidente que o agronegócio não queria perder o que foi conquistado durante o governo Bolsonaro: a primazia da propriedade privada e a impunidade para invadir e matar.

Parte desse agronegócio disponibilizou seus recursos econômicos, em um primeiro momento, para manter as manifestações antidemocráticas nas portas dos quartéis militares no final do ano de 2022 e, posteriormente, para sustentar a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro. E parte importante desse setor emprestou seu capital econômico e político para a configuração e o sustento do atual Congresso Nacional.

Congresso e agronegócio se empenharam, particularmente, em inverter covardemente a História, colocando os invasores como legítimos proprietários e os verdadeiros donos da terra como aqueles que invadem e afrontam a lei. Desde 2020, através do PL 2633, aprovado na Câmara dos Deputados, já vinham trabalhando para legalizar a grilagem de terras públicas, transformando em propriedade legítima o que são processos evidentes de invasão de territórios tradicionais dos povos e comunidades. Em 2023, instalaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para criminalizar a luta do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST). Finalmente, em dezembro, promulgaram a Lei 14.701/2023 para inviabilizar a demarcação de territórios indígenas.

Esta violência no âmbito das instituições era apenas um reflexo da violência cotidiana nos territórios, que continuava arrancando vidas e expulsando comunidades. O ápice deste processo de roubo e de violência, e desta forma cínica – fascista – de política, veio com a criação do chamado *Movimento Invasão Zero*, uma reedição da fatídica União Democrática Ruralista (UDR) de outrora. Fazendeiros e jagunços, com a anuência ativa ou passiva de forças de segurança pública e com o apadrinhamento de figuras políticas de âmbito nacional, se autoconvocaram para ações violentas de despejo contra comunidades indígenas, seguros da impunidade e do conluio.

O novo e o velho em um governo inerte e cúmplice

Nesse complexo cenário, o novo/velho governo Lula ficou, em seu primeiro ano de estrada, muito aquém do esperado; ou melhor, muito aquém do prometido. Mais uma vez, o governo proposto por Lula se apresentou como um espaço de frente ampla, de composição, integrando dentro de si interesses opostos. Desta vez, o principal argumento era a necessidade de “somar divergentes” para derrotar o autoritarismo. Mas a questão principal era saber qual seria o rumo político desse governo heterogêneo quando chegasse a hora das escolhas, das encruzilhadas e dos enfrentamentos; como funcionaria a equação de forças diversas na hora de fazer acontecer a política.

Na arquitetura do governo, Lula recuperou pastas sensíveis como a de meio ambiente, direitos humanos e saúde, e criou o Ministério dos Povos Indígenas, *fato inédito* na história do país. Entretanto, restava saber se o *inédito* significava uma vontade genuína de transformar a política ou ficaria no campo da *estética* do poder, do simbolismo e da imagem internacional. Sem recursos econômicos nem estrutura, e sem poder político dentro do conjunto do Executivo, o “fato inédito” pode servir, na verdade, como legitimador da inércia e como método de captura, pela lógica do Estado, da rebeldia e insurgência que emerge, historicamente, das lutas dos povos indígenas contra o sistema opressor.

O certo é que, durante todo o ano 2023, cada vez que o governo enfrentou a necessidade de uma escolha entre os interesses econômicos de uma perspectiva desenvolvimentista e os legítimos direitos dos povos originários, estes últimos sempre foram sacrificados.

Os processos de demarcação de terras indígenas continuaram engessados durante o ano 2023. Houve alguns avanços nas etapas iniciais do procedimento administrativo de demarcação, aqueles que estão sob a responsabilidade da Funai. Alguns Grupos de Trabalho (GTs) para identificação e delimitação de territórios foram criados ou reconstituídos e cerca de 30 processos foram enviados para o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério da Justiça para continuidade da demarcação. A partir daí, pouco mais.

Em 2023 não foi publicada nenhuma Portaria Declaratória pelo ministro da Justiça e apenas oito territórios foram homologados pelo presidente. O resultado é claramente insuficiente e o passivo do Estado brasileiro com relação à demarcação continua quase no mesmo patamar que na conclusão do governo anterior.

Com a decisão do STF afastando a tese do marco temporal, não havia em 2023 impedimentos jurídicos para avançar na demarcação de terras indígenas. Estavam dadas as condições para destravar um processo de paralisia e colocar a União no caminho de suas responsabilidades e obrigações constitucionais. Se não havia obstáculos jurídicos, tal inércia e inação só podem ser explicadas por determinações políticas.

No campo da proteção territorial, em 2023 o governo avançou na desintrusão de alguns territórios sobre os quais existia decisão judicial do STF, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, como são os casos da TI Yanomami ou da TI Apyterewa, entre outros. No governo anterior, esta decisão judicial, como muitas outras, tinha sido absolutamente ignorada e se tratava de recuperar o tempo perdido.

No caso da TI Yanomami, com um decreto de emergência em saúde pública e com a atenção do mundo inteiro sobre a situação, os esforços do governo em 2023 tiveram o limite de sua falta de articulação interna e da falta de diálogo com as organizações e seus aliados, o que prejudicou resultados mais efetivos.

Contudo, com a proteção territorial restrita aos limites dos sete territórios incluídos na decisão do STF, o atual Executivo parece atuar mais na condição de réu do que com a determinação de um Estado que precisa, urgentemente, consolidar uma política efetiva de proteção a todos os territórios invadidos, com os recursos suficientes, a articulação estratégica e a firmeza necessária.

Boa parte dos partidos que conformam o Executivo, ocupando pastas e cargos nos diversos escalões do governo, votaram a favor do marco temporal na Câmara e no Senado. Os vetos do presidente Lula ao PL 2903/2023 nasceram com a convicção de que seriam derrotados e derrubados. Parecia não importar demasiado. A aflição por assegurar a governança do país ao lado de um Congresso maioritariamente reacionário orientou as escolhas do governo, priorizando o consenso em medidas de ajuste econômico e fiscal. Mas o problema não foi só a equação de forças no Congresso, que dificilmente chancelariam avanços na proteção dos direitos indígenas; o problema foi, também, que dentro do próprio governo persistiu uma perspectiva econômica e desenvolvimentista de grandes empreendimentos que vai na contramão da demarcação dos territórios. Daí a inércia, a inação, as negociações e a cumplicidade.

Sem Demarcação, não há Democracia

Esqueceu o governo Lula que a recuperação da convivência democrática, bandeira principal do novo momento político no país, passa necessariamente pela demarcação e proteção dos territórios indígenas. *Sem Demarcação, não há Democracia!* Para além de decisões simbólicas, e inéditas, era necessário muito mais; era imprescindível uma determinação política que não aconteceu durante este primeiro ano.

É fundamental que o atual governo, no tempo que lhe resta, transforme a *estética* da representação em uma *ética* política da justiça e do direito. E é indispensável que o poder Judiciário mantenha, no atual embate jurídico sobre os direitos dos povos indígenas, o que foi definido em setembro de 2023 quanto à inconstitucionalidade do marco temporal.

Cabe aos povos indígenas organizados, junto a seus aliados e a outros setores populares, neste momento de encruzilhada histórica, manter a autonomia política e a mobilização permanente para a efetivação de seus direitos, bem como agregar solidariedade efetiva no conjunto da sociedade. Não existem leis nem obstáculos que consigam pôr freio a uma luta secular que avance para o horizonte de uma democracia radical, que ilumine um novo país, mais justo e mais plural; que anuncie uma sociedade do Bem Viver.

Foto: Marina Oliveira/Cimi



Marcha indígena rumo ao STF, em Brasília, onde povos acompanhariam julgamento do marco temporal



Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra



INTRODUÇÃO

Retomada do tekoha
Laranjeira Nhandu, em
Rio Brillhante (MS), em
março de 2023

Governo Lula 3 e a repetição do indigenismo negociado com genocidas

Lucia Helena Rangel* e Roberto Antonio Liebgott**

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) torna públicos os dados das violências contra os povos indígenas relativos a 2023, primeiro ano do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conseguimos dimensionar o sofrimento e as angústias das pessoas, famílias e comunidades dos povos originários a partir dos dados colhidos junto a diferentes fontes. Elas incluem nossas equipes missionárias, órgãos públicos – Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), Ministério Público Federal (MPF), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), entre outros –, sites e redes sociais de organizações indígenas e indigenistas e, ainda, meios de comunicação nacionais e locais de todo o país.

As violências contra as pessoas e contra os territórios, assim como as violações de direitos individuais e coletivos,

continuam assustadoras. Não há trégua que permita vislumbrar no horizonte uma possível pacificação nas relações do Estado e da sociedade brasileira com os primeiros habitantes do nosso país.

O novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou – por meio de belos discursos proferidos antes e depois de sua eleição – que uma de suas prioridades seria garantir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Criou, para tanto, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), designando como ministra a deputada federal Sônia Guajajara. Além disso, nomeou para a presidência da Funai a ex-deputada federal Joenia Wapichana e, no âmbito da Sesai, o advogado Weibe Tapeba.

Embora tenha havido o esforço de alterar a estrutura estatal para contemplar os povos indígenas, os órgãos

* Assessora Antropológica do Cimi, Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora no campo da Etnologia Indígena

** Missionário do Cimi Regional Sul, graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (Fafimc) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

não foram dotados de recursos suficientes. Na prática, a falta de recursos financeiros e humanos comprometeu o combate às agressões contra os povos e seus territórios, além de não dar conta de garantir políticas públicas mínimas. Comunidades continuaram à beira de rodovias. Continuaram as invasões e a exploração ilegal nos territórios Yanomami, Munduruku, Tembé, Guajajara, Avá-Guarani, Kaiowá e tantos outros agredidos pela brutalidade de latifundiários, grileiros, garimpeiros e madeireiros.

A operação Yanomami mostrou-se ineficaz. A desnutrição, a desassistência e a morte de mulheres, crianças e homens no território constam dos próprios dados oficiais. Pressionado, o governo buscou dar respostas, porém sempre de forma desarticulada e desorganizada. Desejava mostrar que agia, mas sem capacidade técnica, estrutural e política para realizar ações e serviços de combate às invasões de garimpeiros. Notava-se que alguns mostravam compaixão diante da dor e agonia de um povo; contudo outros, especialmente integrantes das Forças Armadas, faziam vistas grossas e divergiam, descumprindo determinações de governo.

Essa postura das instituições militares foi respaldada pelo Ministério da Defesa e ficou evidenciada em omissões flagrantes, como a demora inexplicável na entrega de cestas básicas a indígenas que enfrentavam risco de morte por desnutrição e a paradoxal posição em relação ao transporte aeroviário na Terra Indígena (TI) Yanomami: por um lado, negaram-se a reformar as pistas de pouso utilizadas pelos prestadores de serviços de saúde à população indígena vulnerabilizada pelo garimpo; por outro, rejeitaram os pedidos de



Foto: Richard Werá Mirim/CGY

Manifestação Guarani contra o PL 490/2007 em São Paulo, duramente reprimida pela PM

informações a respeito do tráfego aéreo ilegal sobre o território, principal meio de abastecimento das bases garimpeiras estabelecidas ilegalmente no interior da terra indígena¹.

Os povos originários, ao longo de todo o ano de 2023, tiveram seus direitos violados pelo Congresso Nacional, com a aprovação da Lei 14.701/2023, que buscou deslegitimar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a tese do marco temporal. E foi logo após a promulgação desta lei que os Avá-Guarani de Guaíra, no Paraná, foram atacados, em pleno Natal, por fazendeiros e seus pistoleiros². Pessoas foram feridas, animais foram mortos e os barracos dos indígenas foram incendiados. A justificativa dos criminosos era de que agiam em consonância com a lei do marco temporal.

No mesmo sentido, no Mato Grosso do Sul, comunidades Guarani Kaiowá e Nhandeva sofreram ataques a tiros por homens armados a mando de fazendeiros e acompanhados, inclusive, pelas polícias estaduais. No *tekoha* Pyelito Kue, no município de Iguatemi, o recorrente assédio à comunidade ganhou ares dramáticos com um ataque que culminou na tortura de mulheres e de um homem, mantidos sob cárcere privado numa retomada. No mesmo ataque, um jornalista canadense e uma antropóloga foram agredidos, além de terem equipamentos e passaporte roubados.

No estado da Bahia, os dados colhidos indicam que há uma estrutura criminosa organizada e atuando inclusive por dentro de forças de segurança pública para agredir os povos em luta pela terra, sobretudo os Pataxó, os Pataxó Hã-Hã-Hãe e os Tupinambá. Foram registrados,



Foto: Renaud Philippe/proteto Retomada da Terra

Meninos brincam na cerca que separa a retomada Hite, na TI Tekoha Guasu Guavirá, em Guaíra (PR), de uma fazenda de gado

1 **Defesa não acata diretrizes de Lula na operação Yanomami, aponta entidade indígena.** Rubens Valente, Agência Pública, 24/01/2024. Disponível em: <https://apublica.org/nota/defesa-nao-acata-diretrizes-de-lula-na-operacao-yanomami-aponta-entidade-indigena>

2 **Nota do Cimi Regional Sul: violência atinge os Avá Guarani em pleno Natal.** Cimi Regional Sul, 26/12/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/12/nota-do-cimi-regional-sul-violencia-atinge-os-ava-guarani-em-pleno-natal>

na Bahia, sete assassinatos. A maioria das vítimas eram jovens.

As invasões possessórias na Amazônia foram uma constante durante todo o período de 2023. As invasões de madeireiros e garimpeiros compuseram o cenário dramático no dia a dia dos territórios. As agressões, perseguições e assassinatos expuseram a falta de condições do governo federal, por meio de seus órgãos, de atuar preventivamente e reprimir os invasores. O MPI, neste contexto, caracterizou-se como um ente engessado, sem força política e sem recursos. A Funai, apesar dos esforços de quem a dirige, mostrou-se sem capacidade de intervenção.

Esta realidade trágica de dilapidação dos territórios indígenas perseverou apesar, inclusive, do visível aumento das operações de repressão e fiscalização de crimes ambientais, retomadas depois de anos de desmonte acentuado e caos proposital. A continuidade das invasões e da exploração ilegal de recursos nas terras indígenas, contudo, evidencia a insuficiência das ações que, em sua maioria, são pontuais e não resultam na implementação de planos efetivos e permanentes de proteção aos territórios indígenas. Muitas destas ações, aliás, só ocorreram porque foram determinadas por decisões judiciais – e, em boa parte dos casos, ficaram restritas àquelas terras com maior visibilidade ou sob maior pressão de órgãos como o MPF ou do Poder Judiciário.

A falta de andamento dos procedimentos demarcatórios em 2023, especialmente devido à inação do Ministério da Justiça ou à influência política da Casa Civil da Presidência da República, estimulou a continuidade do esbulho territorial por parte de invasores. Algumas poucas medidas foram adotadas no sentido de retomar procedimentos de demarcações paralisados no âmbito da Funai, principalmente aqueles em que havia determinações judiciais para que fossem reiniciados.

Essa omissão fomentou ainda mais a atuação de agentes externos para a exploração de recursos ambientais e o manejo de áreas para a produção de monoculturas de soja e milho por meio dos arrendamentos de áreas demarcadas, notadamente no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso.



Desmatamento registrado na TI Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, durante sobrevoo do Greenpeace em outubro de 2023

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Indígenas do povo Pataxó na retomada da TI Barra Velha do Monte Pascoal onde viviam Samuel e Nauí, jovens assassinados a tiros em janeiro de 2023

Nessas regiões, o arrendamento é prática histórica, gerando lucratividade farta para alguns e exclusão, violência e morte para a maioria das comunidades.

Neste contexto é que foram registrados 276 casos de invasões possessórias, exploração de recursos naturais e danos ao patrimônio indígena, que atingiram ao menos 202 terras e territórios indígenas em 22 estados, e outros 150 casos de conflitos por direitos fundiários em 24 estados do país.

Uma das ações do governo federal, em agosto de 2023, foi revogar a Instrução Normativa 09/2020, por meio da qual a Funai, na gestão anterior, havia liberado a certificação e as negociações de propriedades privadas sobrepostas a terras indígenas não homologadas. Apesar disso, a situação nestes territórios também permanece crítica. Não só a grande maioria das certificações privadas sobrepostas a estas terras continua ativa como, sem avanços nas demarcações, mesmo aquelas áreas já identificadas, delimitadas e declaradas como

terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários continuam sendo devastadas em nome do lucro privado de poucos e grandes proprietários e das corporações do agronegócio.

Se o ritmo de avanços nos processos demarcatórios for mantido pelos próximos anos, pouco sobrarão aos habitantes originários dessas terras, que veem as matas, os rios, os animais e os peixes de seus territórios serem engolidos por pastagens, lavouras e garimpos. Tudo isso ocorre enquanto a “economia verde” ganha força e o Brasil busca projetar no exterior a imagem de potência ambiental, com palavras de ordem voltadas a captar atenção e recursos dos países do norte global, interessados em

Foto: Marizilda Cruppe/Greenpeace

pagar para encobrir sua responsabilidade na crise climática. Estão registrados neste Relatório casos de abusos e assédio praticados por empresas que impõem a comunidades projetos ligados ao mercado de carbono.

Dados oficiais acessados por nós mostram a ocorrência de 208 assassinatos, sendo Roraima, Mato Grosso do Sul e Amazonas os estados com mais mortes. Os dados de suicídios também se mantêm assustadores, com 180 vítimas e elevados casos nos estados do Amazonas e de Mato Grosso do Sul.

No que tange à assistência, verificamos, por meio dos dados, que a educação escolar indígena não existe como política. Esta área se parece com um pano remendado em que cada qual, a partir de suas regiões e escolas, busca costurar seu próprio remendo, em geral com panos velhos. Ou seja, falta quase tudo: não há escolas, os professores não recebem apoio nem formação e não há uma conexão entre o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais. O abandono parece ser a palavra que exprime bem o descaso educacional.

Os números de mortes por desassistência à saúde – um total de 111 – mostram que há muito que melhorar. Na política de atenção à saúde indígena, mantêm-se as disputas pelo modelo de gestão. Busca-se consolidar a terceirização com novas organizações para a execução de serviços dentro de um ambiente privatista. Agora, esta investida se dá por meio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS), que assumiu a tarefa de execução da política em âmbito federal. Essas disputas de cúpulas esvaziam a capacidade de gestão da Sesai, fragilizando o controle social e causando o esvaziamento das ações primárias, preventivas, nas comunidades.

O resultado é estarrecedor, com o aumento das epidemias e da mortalidade na infância. No decorrer de 2023 morreram 1040 crianças indígenas de até 4 anos de idade no Brasil. Só em Roraima, foram 179 óbitos nesta faixa etária. As imagens de crianças famélicas percorreram o mundo no início do ano e, tristemente, as mesmas cenas se repetiram em dezembro, quando foram anunciados os dados de mortes dentro da TI Yanomami. Uma tragédia humana que revela o fracasso das operações naquele território. Junto a Roraima, os estados que registraram o maior número de mortes de

crianças de até 4 anos foram Amazonas, com 295 casos, e Mato Grosso, com 124.

Os dados de saúde apontam também o descaso em relação ao saneamento básico. Apesar de haver uma rubrica específica para essa finalidade, recursos não foram totalmente aplicados para fazer chegar água potável, por exemplo, às comunidades em todo o país. As queixas se avolumam especialmente nos períodos de seca, quando os rios que fornecem água praticamente secam: embora suas águas não sejam adequadas ao consumo, é dali que muitas comunidades buscam matar a sede. E sem água para beber, banhar-se, cozinhar ou lavar roupas, não há como ter uma vida minimamente digna.

Os povos indígenas do sul ao norte vivenciaram, no decorrer de 2023, dois momentos: o primeiro, o da esperança e euforia pelo novo governo que anunciava compromisso e respeito aos seus direitos; e o segundo, o da frustração diante de uma realidade praticamente inalterada, quando se percebeu que as maquinacões políticas prevaleceram.

Saímos de um projeto anterior de morte aos povos. Mas as comunidades agora têm de enfrentar estruturas engessadas, sem recursos, influenciadas e negligenciadas por atores políticos mais preocupados em não se indispor com uma parcela do latifúndio que é predadora, disseminadora de agrotóxicos e de venenos, poluidora de rios, matadora de abelhas (nossas grandes aliadas na natureza), aliciadora de mão de obra escrava, queimadora de casas de reza. Matadora de gente; mas não da luta.

Sobre a metodologia

O **relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*** é publicado anualmente pelo Cimi e sistematiza dados de fontes diversas. Além das informações colhidas pelas equipes missionárias do Cimi e junto a meios de comunicação, organizações da sociedade civil e órgãos como o MPF, também são utilizadas informações obtidas junto a fontes públicas, acessadas por meio de solicitações feitas via Lei de Acesso à Informação (LAI) e da consulta a bases públicas de dados. Estas fontes incluem secretarias estaduais de saúde, a Sesai e o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). No presente relatório, estas são as fontes utilizadas para a contabilização de casos de mortalidade na infância, assassinatos, mortes por desassistência à saúde e suicídios.

Há diferenças na atualização e na abrangência dos dados, visto que a Sesai compila apenas os dados referentes às comunidades atendidas pelos seus 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). O SIM, por outro lado, abrange a totalidade do território nacional e reúne, além das informações da própria Sesai, dados das secretarias de saúde estaduais que também incluem dados sobre óbitos ocorridos em contexto urbano. O Cimi sistematiza as informações das bases mais atualizadas em cada estado, conforme indicado nas tabelas de cada categoria deste relatório.



Foto: Maiana Dourado/Cimi

III Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, setembro de 2023



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Cacique Raoni e Lula, na posse presidencial no Palácio do Planalto, dia 1º de janeiro de 2023



ARTIGO

Desafios e avanços na política indigenista em 2023: análise da execução financeira e perspectivas futuras

Leila Saraiva* e Elisa Rosas**

Quando, no dia primeiro de janeiro de 2023, o cacique Raoni subiu a rampa do Planalto com o recém-empósado presidente Lula, parecíamos viver o anúncio de um novo tempo. Pela primeira vez, a política voltada para os povos indígenas se anunciava como central para uma gestão do governo federal. Ao contrário de outros setores também representados naquele momento, cuja proximidade com Lula vinha já de muito tempo, aquele anúncio público de priorização da questão indígena foi inédito até mesmo em relação aos seus mandatos anteriores.

Se é verdade que a imagem de Raoni subindo a rampa é especialmente emblemática, a aproximação de Lula com o

movimento indígena vinha sendo construída publicamente desde abril de 2022. Naquele mês, o então candidato compareceu ao Acampamento Terra Livre, maior assembleia indígena do mundo, e anunciou pela primeira vez a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Depois de vencida a eleição, apesar dos tantos intentos golpistas, o Ministério foi de fato criado. Nas diversas costuras junto às lideranças indígenas, Sônia Guajajara, importante figura pública da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), assumiu a pasta como ministra. A Funai, agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas, passou a ser presidida por Joenia Wapichana e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) por

* Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília; Coordenadora da Plataforma Shandia (Aliança Global de Comunidades Territoriais)

** Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília, assessora política do Inesc

Weibe Tapeba. Não apenas a criação do ministério foi inédita, mas era também a primeira vez que a gestão da política indigenista passava a estar nas mãos dos próprios indígenas.

Além disso, ainda no governo de transição, outros bons presságios se anunciaram. O relatório de Transição¹ apontava para a homologação de mais 14 Terras Indígenas (TIs) que dependiam unicamente da assinatura de Lula para terem seu processo demarcatório concluído.

A expectativa, portanto, era alta. Especialmente após os quatro anos de política anti-indígena do governo Bolsonaro, caracterizados pela paralisação do processo demarcatório, omissão no cumprimento de políticas públicas, incentivo a atividades econômicas predatórias em terras indígenas e perseguição de servidores conforme documentado no dossiê “Fundação Anti-Indígena - Um retrato da Funai sob Governo Bolsonaro”².

Por outro lado, os ventos esperançosos de 2023 contrastavam com a profusão de imagens tenebrosas da TI Yanomami³, bem como as consequências do incentivo à mineração ilegal levadas a cabo pela gestão anterior. Imagens de terror absoluto dos efeitos do garimpo, invasão de terras e multiplicação de toda sorte de violências demonstraram a magnitude do desafio a ser enfrentado: a destruição dos direitos indígenas está entranhada nas mais diversas escalas do país e o esforço institucional e orçamentário deve ser robusto para que tenhamos alguma chance de reverter a máquina de destruição anti-indígena.

É este cenário complexo que vemos refletido na execução financeira da política indigenista em 2023. Se, sem dúvida, houve avanços e mais recursos investidos – especialmente provenientes de créditos extraordinários via Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 – a execução desses recursos enfrentou dificuldades que não podem ser ignoradas. Como argumentaremos a seguir, tais dificuldades revelam, por um lado, problemas estruturais do Estado brasileiro no que tange à plena realização de políticas destinadas a povos indígenas. Por outro, evidenciam também o quanto a força do setor neoextrativista encontra-se enraizada no país sem sinais de que irá recuar.

Execução financeira da Funai e do Ministério dos Povos Indígenas

Como ministério recém-criado, o MPI não possuía ações finalísticas sob seu guarda-chuva em 2023, mas atuou conjuntamente com a Funai para sua execução.

O orçamento autorizado para a Funai em 2023 foi de R\$ 866,16⁴ milhões, um aumento de R\$ 177 milhões em relação

a 2022. No decorrer de 2023, foram efetivamente executados⁵ R\$ 678,8 milhões, ou seja, uma execução financeira de 78%. Ainda assim, cabe destacar que foram liquidados R\$ 841,3 milhões, o que corresponde a 97% dos recursos autorizados, indicando um compromisso do órgão em cumprir com sua missão institucional.

Dos R\$ 678,8 milhões efetivamente executados, 79,63% foram destinados às atividades-meio (quadro de servidores e manutenção do órgão) e 20,34% para o programa finalístico 0617 – “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”, ainda derivado do Plano Plurianual da gestão Bolsonaro.

Cabe destacar que, apesar dessa visível desproporção entre orçamento direcionado à área meio e às atividades-fim, este não é um indicador de uma Funai superdimensionada. Como demonstrado no Balanço do Orçamento Geral da União 2022 (Inesc, 2023)⁶, as dificuldades do órgão em executar suas ações finalísticas passam necessariamente pelo desmonte de sua estrutura: atualmente há cerca de um servidor para atender cada mil indígenas, devido ao esvaziamento do órgão e ao crescimento populacional indígena.

A Funai, portanto, enfrenta dificuldades significativas, cujos impactos são sentidos em sua capacidade de resposta às emergências e na implementação de políticas de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. A recomposição e ampliação do quadro de servidores é urgente, o que caminhou positivamente em 2023, tendo em vista o anúncio do concurso para novos funcionários e a aprovação do Plano de Carreira Indigenista, resultado direto da mobilização da categoria.

Programa 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos Indígenas

Em 2023, foram destinados cerca de R\$ 283,7 milhões para o programa finalístico “Proteção e Promoção dos Direitos Indígenas”, valor significativamente mais alto que os R\$ 103,3 milhões autorizados em 2022. Esse aumento deve-se tanto à mudança de contexto político quanto aos créditos extraordinários oriundos da ADPF 709, destinados especialmente à desintrusão de terras indígenas em situação periclitante, como as TIs Yanomami, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Arariboia, Munduruku e Trincheira Bacajá.

Dos recursos autorizados, foram efetivamente executados R\$ 137,5 milhões e empenhados R\$ 276 milhões. A alta taxa de empenho, de 97%, demonstra uma intenção do órgão em fazer as políticas públicas chegarem às comunidades indígenas. No entanto, a disparidade entre o recurso efetivamente gasto e o empenhado indica dificuldades estruturais na Funai, como a centralização da execução financeira em Brasília e a falta de servidores para realizar as atividades administrativas e finalísticas nas pontas, no âmbito das Coordenações Regionais.

1 **Gabinete de Transição Governamental: relatório final.** Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>

2 **Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro.** Inesc e INA, 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro>

3 **Crise sanitária e humanitária na TI Yanomami: seis meses após a declaração de emergência.** Adi Spezia e Lígia Apel, Assessoria de Comunicação do Cimi, 20/07/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/07/crise-sanitaria-e-humanitaria-na-ti-yanomami-seis-meses-apos-a-declaracao-de-emergencia>

4 Todos os montantes mencionados neste artigo derivam de pesquisa realizada pelas autoras no Portal Siga Brasil no dia 14 de junho de 24. Os valores foram atualizados segundo o IPCA do mesmo dia, para a devida comparação.

5 Neste artigo, consideramos recursos efetivamente executados a soma dos valores Pagos com os “Restos a Pagar”, também conhecido como “Execução financeira”. Este montante representa serviços cujo processo financeiro foi finalizado, sem possibilidades de cancelamento e ainda considerando os Restos a Pagar pagos provenientes de anos anteriores, indicador de continuidade na realização de políticas públicas.

6 **Depois do Desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2022.** Inesc, 17/04/2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/depoisdodesmonte>

As ações orçamentárias no Programa 0617

A Tabela 1 detalha a distribuição de recursos entre as ações orçamentárias pertencentes ao Programa 0617:

Ação Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Pago + "Restos a Pagar" pagos
Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional dos Povos Indígenas	0,82	0,78	0,13
Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância internacional do coronavírus	0	0	0,41
Proteção e promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	56,71	54,80	43,82
Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção de Povos Indígenas Isolados	226,19	220,43	93,06

Valores em milhões de reais, atualizados pelo IPCA: 14/06/2024.
Elaboração Própria. Fonte: Siga Brasil

A ação orçamentária “Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional dos Povos Indígenas” destina-se fundamentalmente à ampliação da estrutura do órgão com construção de novas edificações, ampliação de prédios e de espaços para atendimento a indígenas. Trata-se de uma ação menor dentro do programa finalístico em questão. Já

a ação “Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância internacional do Coronavírus” foi criada em 2021, em meio à pandemia. Atualmente, seus gastos dizem respeito apenas ao pagamento de “Restos a Pagar”, na ordem de R\$0,41 milhões

As outras duas ações finalísticas do programa 0617 representam o carro-chefe da ação territorial da Funai e é nelas que nos deteremos.

Ação 21BO - “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”

A ação “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas” (21BO) diz respeito à garantia do acesso qualificado às políticas públicas; à proteção e garantia dos direitos sociais, participação e controle social; a ações relacionadas ao licenciamento ambiental; e à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), entre outras.

A taxa de execução financeira desta ação orçamentária foi de 77%, com empenho de 97%. Destacam-se entre os gastos as atividades relacionadas a: i) Promoção do Etnodesenvolvimento e Gestão Ambiental (cerca de R\$ 14 milhões), ii) Promoção de Direitos Sociais (cerca de R\$ 8 milhões), iii) Promoção da Cidadania e Educação (cerca de R\$ 7 milhões) e iv) Infraestrutura Comunitária (R\$ 4 milhões). Outros recursos foram executados em ações de valorização das mulheres indígenas, licenciamento ambiental, preservação cultural e políticas voltadas à primeira infância. No que tange à estrutura interna da Funai, esta ação está sob responsabilidade da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável.

Foto: Maiara Dourado/Cimi



III Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília (DF), 2023.

Ação 20UF – “Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados”

Esta ação se relaciona às atividades de proteção territorial: identificação e demarcação de terras, ações de monitoramento e fiscalização, ações de proteção de povos indígenas em isolamento voluntário e indenização por benfeitorias de boa-fé. Na estrutura interna da Funai, trata-se de atividades sob o guarda-chuva da Diretoria de Proteção Territorial (DPT).

Os principais gastos foram realizados com a desintrusão de terras indígenas, oriundos de créditos extraordinários para cumprimento da ADPF 709 com R\$ 151 milhões autorizados. O montante autorizado é considerável e chega ao triplo do valor total destinado para toda a ação 20UF em 2023, então na ordem de R\$ 50 milhões. No entanto, a baixa taxa de execução financeira (23%) deste montante preocupa, evidenciando as dificuldades estruturais da Funai.

Em segundo lugar, estão os recursos destinados às barreiras sanitárias, também para cumprimento da ADPF 709. Neste caso, a execução foi maior que o valor autorizado inicialmente. Foram autorizados cerca de R\$ 15 milhões e executados cerca de R\$ 16 milhões, derivados do pagamento de “Restos a Pagar” de anos anteriores. Tal taxa de execução chega a 106%.

Já as ações destinadas à proteção de povos indígenas em isolamento voluntário, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), tinham o montante autorizado de R\$ 17 milhões, dos quais foram efetivamente pagos R\$ 15,8 milhões, ou seja, uma impressionante taxa de execução de 92%.

As ações de identificação e delimitação de terras indígenas, a cargo da Coordenação de Identificação e Delimitação

(CGID), executaram R\$ 13,7 milhões dos R\$ 20,4 milhões autorizados, contabilizando um percentual de 67%.

Para fiscalização e monitoramento, atribuição da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), foram autorizados R\$ 14 milhões e executados R\$ 11 milhões, perfazendo 78% de execução financeira.

Por fim, a Coordenação Geral de Assuntos Fundiários (CGAF) tinha R\$ 1,7 milhões autorizados e executou apenas cerca de R\$ 500 mil, uma baixíssima taxa de 30%. Tais recursos destinam-se ao pagamento de indenização por benfeitorias de ocupantes de boa-fé em TIs e chama a atenção por alguns motivos.

Em primeiro lugar, os R\$ 500 mil executados contrastam com os valores da ordem da dezena de milhão da gestão anterior,⁷ na qual as indenizações ocupavam parte importante do orçamento executado em toda a 20UF. Além disso, apontam para um provável problema político mais profundo, com a possível recusa de ocupantes em colaborar com o processo de desocupação das Terras, já que o pagamento de indenização depende da negociação e aceitação deles.

Cumprir ainda destacar que os recursos empenhados e executados pela Coordenação de Assuntos Fundiários em indenizações se deram principalmente no âmbito das demarcações das TIs Caramuru Catarina Paraguassu (BA) e Rio dos Índios (RS), um dado central se pensarmos que estas duas terras foram também marcadas por episódios de violência recente. Em Caramuru, a Cacique Nega Pataxó foi assassinada em janeiro de 2024. Em Rio dos Índios, ocupantes contrários à demarcação de terras indígenas incendiaram as casas de outros

⁷ Ver, por exemplo, além da publicação citada acima: **A conta do desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Inesc, 11/04/2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/acontadodesmonte>

Foto: Maíara Dourado/Cimi



Acampamento Terra Livre 2023, em Brasília (DF)

que haviam aceitado as indenizações por benfeitorias, em novembro de 2023. Esses fatos ganham ainda mais relevância em tempos nos quais a questão da indenização por terra nua⁸ tem sido apresentada como suposta solução para os direitos territoriais indígenas no país.

Saúde Indígena

Antes de deixar a presidência, Bolsonaro se esforçou para desmontar a possibilidade de existência da Saúde Indígena. No seu Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, estavam previstos apenas de R\$ 600 milhões para o programa orçamentário 5022 – “Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena”, o que significaria a total paralisação da política. Com a movimentação das organizações indígenas e seus aliados, esta jogada foi freada, tanto pela atuação de parlamentares que propuseram emendas ao PLOA 2023 como pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição que recompôs o orçamento destinado à Saúde Indígena.

Assim, em 2023, o programa 5022 teve um orçamento autorizado de R\$ 2,4 bilhões, dividido entre duas ações orçamentárias: “Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena” (20YP) e “Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos” (21CJ).

Sua execução financeira foi de 91%, com a ação 20YP como carro-chefe, tendo executado R\$ 2,1 bilhões de um orçamento autorizado de R\$ 2,3 bilhões. Esta ação é destinada à contratação de pessoal, ações de atendimento nas aldeias, manutenção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e manutenção das unidades de saúde nos territórios.

Cumpra-se destacar que o DSEI Yanomami foi o que mais executou recursos em 2023, em consonância com as demandas vividas pelos povos da TI. Foram R\$ 143 milhões efetivamente gastos pelo respectivo DSEI, seguidos pelo DSEI Mato Grosso do Sul (R\$56,4 milhões) e pelo DSEI Guamá Tocantins (R\$ 55,8 milhões).⁹

Se a Saúde Indígena anda por bons caminhos em termos de execução financeira, ainda se faz necessário aprofundar as estruturas de controle social, inclusive a destinação desses gastos. O atual sistema por conveniadas, embora abraçado por movimentos e comunidades indígenas, possui sérias barreiras no efetivo sistema de monitoramento, avaliação e participação na política de Saúde Indígena. Enfrentá-las pode ser uma contribuição importante do atual governo para a garantia da assistência de saúde diferenciada.

O anúncio de um novo Plano Plurianual (PPA): mudanças do PPA 2024-2027

O primeiro ano de governo também é um momento de elaborar o planejamento estratégico para os anos seguintes. Em agosto de 2023, após um processo de participação social, o governo federal enviou ao Congresso Nacional o Plano Plurianual referente ao período de 2024 a 2027, no qual é possível identificar as políticas estratégicas para a área indigenista.

⁸ STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. STF, 21/09/2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>

⁹ Para saber mais sobre valores gastos por cada Distrito Sanitário Especial Indígena, consultar anexo.

O Plano Plurianual é fundamental, pois é um instrumento no qual se delimitam as prioridades políticas do governo, além de metas tangíveis e verificáveis para o monitoramento e controle social da política pública. Neste dois pontos, a diferença entre o PPA em vigor até 2023 e o aprovado pelo governo Lula é gritante: enquanto o PPA da atual gestão propõe metas verificáveis e objetivos bem definidos, o governo anterior apenas mencionava uma vaga (e impossível) meta de “atender 100% das comunidades indígenas”.

Além disso, para que o PPA seja mais do que um bom sonho, é preciso que a visão política nele expressa encontre os recursos necessários na Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ano. A seguir, destacamos três programas orçamentários finalísticos do PPA 2024-2027 a serem executados por MPI, Funai e Sesai, assim como seus objetivos gerais e recursos atribuídos na LOA 2024:

Programa 1617 – Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo. Assegurar plenas condições materiais de alcance do Bem Viver; a integridade do patrimônio indígena; o ambiente saudável, protegido e conservado; soberania alimentar; bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, pluralidade étnico-cultural e protagonismo na gestão das políticas públicas.

Recursos autorizados na LOA de 2024: R\$ 135.536.252

Programa 5838 – Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral: Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnicoculturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e aos serviços públicos de garantia dos direitos sociais.

Recursos autorizados na LOA de 2024: R\$ 87.010.873

Programa 5122 – Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais.

Recursos autorizados na LOA de 2024: R\$ 2,58 bilhões

Estes três programas refletem o compromisso do governo federal em fortalecer a política indigenista no Brasil, garantindo recursos e estratégias que visam promover a dignidade e os direitos dos povos indígenas.

Conclusão: ainda é preciso coragem

Sem dúvida, 2023 foi um ano melhor que os últimos no que tange à implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. No entanto, a análise orçamentária mostra que há muitos gargalos a serem enfrentados. Mesmo em um cenário politicamente favorável para os povos indígenas no Executivo, a taxa de execução financeira segue baixa. É necessário repensar os fatores estruturais que ocasionam esta situação, como a forma de funcionamento de seu principal órgão executor (a Funai) e a defasagem do quadro de servidores. Soma-se a isso o enraizamento que as forças anti-indígenas ganharam nos últimos quatro anos, evidenciado no Legislativo, mas também em setores do Executivo como, por exemplo, nas Forças Armadas.

Há, ainda, questões que ultrapassam o escopo do orçamento: das 14 terras cuja homologação foi prometida em 2023, apenas oito foram homologadas. Neste caso, o problema é essencialmente político. Para dar conta da dimensão e de tudo que representou o cacique Raoni subindo a rampa do Planalto, para que o Ministério dos Povos Indígenas seja mais que um símbolo, será necessário coragem para enfrentar as forças mais poderosas e retrógradas do país.

É imperativo que o governo não apenas assegure recursos, mas também enfrente as resistências internas e externas, promovendo mudanças estruturais que garantam a plena execução das políticas indigenistas e o respeito aos direitos dos povos indígenas.

A N E X O

Execução financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - 2023

Distrito sanitário especial indígena (DSEI)	Valores empenhados (R\$)	Valores pagos (R\$)	Execução financeira (Pago + RP Pagos - R\$)
Yanomami	158.974.503,36	136.031.044,66	143.547.585,40
Guamá-Tocantins	62.401.803,33	51.915.066,32	55.846.794,73
Mato Grosso Sul	57.280.066,77	51.027.602,57	56.405.120,43
Leste RR	54.414.694,92	42.276.470,41	47.256.825,99
Interior Sul	50.003.460,87	42.639.061,94	45.436.861,71
Cuiabá	38.437.096,90	35.407.984,44	37.745.778,75
Amapá	37.448.230,94	30.823.265,84	32.882.463,44
Litoral Sul	37.271.360,43	31.408.504,08	34.204.681,12
Maranhão	35.756.413,23	25.509.004,23	30.768.072,10
Xingu	35.008.166,97	32.407.807,53	37.544.263,22
Porto Velho	34.943.047,26	26.903.777,31	28.725.497,91
Xavante	33.514.168,47	27.501.007,16	30.160.702,99
Kaiapó Redenção	33.250.155,54	28.336.168,92	31.345.836,82
Pernambuco	32.831.539,74	21.189.526,03	23.796.851,11
Alto Solimões	32.684.183,24	20.725.591,33	26.450.929,45
Manaus	32.453.869,46	25.735.649,06	29.119.947,38
Alto Rio Negro	31.518.080,56	28.155.772,86	31.397.005,12
Parintins	30.561.589,94	26.898.293,92	28.374.210,61
MG/ES	29.492.115,52	25.338.136,04	31.566.379,09
Vilhena	27.750.022,49	21.946.815,97	23.374.879,59
Bahia	26.190.706,14	19.726.543,25	21.561.468,47
Ceará	25.335.162,68	14.968.523,76	17.099.480,10
Tapajós	24.692.425,30	18.276.690,72	20.992.408,34
Kaiapó Mato Grosso	24.507.964,53	18.360.738,44	19.900.302,76
Araguaia	23.781.897,56	18.355.105,51	19.504.776,12
Tocantins	23.095.417,71	20.326.376,88	22.144.519,68
Alto Purus	22.824.877,62	15.974.165,18	18.223.422,30
AL/SE	22.799.452,66	18.481.109,44	20.881.583,89
Javari	21.858.103,75	16.091.179,46	17.538.989,44
Altamira	18.441.145,39	16.092.318,24	17.240.780,24
Médio Purus	17.867.692,27	15.229.621,53	16.868.048,81
Alto Rio Juruá	16.267.395,02	14.237.563,69	16.086.485,40
Médio Solimões	14.821.505,49	12.081.915,98	14.668.512,87
Potiguará	9.538.869,55	8.108.193,61	8.776.251,19

Elaboração Própria, Fonte: Siga Brasil. Valores atualizados pelo IPCA de junho/2024



Arte: Verônica Holanda/Cimi



ARTIGO

Avanços nos direitos, continuidade nas violações: a realidade das pessoas indígenas em situação de prisão

Por **Caroline Hilgert** e **Michael Mary Nolan***

Nos últimos anos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) empreendeu um esforço para alavancar os direitos indígenas no sistema penal brasileiro. Estas medidas foram determinadas, especialmente, através das Resoluções 287/2019, 454/2022 e 453/2022. Contudo, se por um lado pouco ou nada se percebe de impacto na quantidade de indígenas em situação de prisão, por outro lado, muito se vê da violação de direitos fundamentais das pessoas indígenas privadas de liberdade.

Esta avaliação parte da análise de informações obtidas a partir de duas diferentes fontes: as coletadas in loco nos

presídios do Mato Grosso do Sul – estado que possui o maior índice de encarceramento de indígenas – acerca das condições dos direitos fundamentais das pessoas indígenas privadas de liberdade, e as levantadas via Lei de Acesso à Informação (LAI) em cada estado do país acerca da quantidade de indígenas em situação de prisão.

A realidade de violações contra esses povos, identificada a partir da análise dos dados coletados, é agravada pela recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 14.843/2024, que veta a “saidinha” e reintroduz a obrigatoriedade do exame criminológico.

* Integrantes da Assessoria Jurídica do Cimi e do programa de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos do Instituto das Irmãs da Santa Cruz (ADDIISC)

Apesar dos esforços do CNJ em reconhecer direitos das pessoas indígenas nos processos criminais e em situação de prisão, a realidade mostra que ainda há um longo caminho até que suas recomendações sejam implementadas

Mutirão coletivo no Mato Grosso do Sul

Com o objetivo de trazer detalhes acerca das especificidades culturais e desafios do sistema de justiça penal, trazemos a seguir destaques e comentários acerca do relatório lançado conjuntamente, em abril de 2024, pelas Defensorias Públicas da União (DPU) e do Estado de Mato Grosso do Sul (DPE-MS), pelo Cimi Regional Mato Grosso do Sul, pela Pastoral Carcerária e pelo Instituto das Irmãs da Santa Cruz (IISC). O levantamento, baseado em informações colhidas in loco em julho de 2023, evidencia a invisibilidade das pessoas indígenas do sistema prisional e reafirma a necessidade de tratamento diverso.

Após realizar três mutirões em penitenciárias atendendo pessoas indígenas entre 26 e 30 de julho de 2023, o grupo publicou os dados do período no relatório intitulado “Mutirão de atendimento às pessoas indígenas presas na Penitenciária Estadual de Dourados (PED)”¹. O relatório limitou-se a esta penitenciária, porque tinha o maior número de pessoas indígenas em situação de prisão.

O PED tem capacidade para 716 pessoas, porém, na época do mutirão, havia 2.537 pessoas presas. Segundo informa o relatório, de acordo com as autoridades, desta população, 185 pessoas são indígenas. Contudo, durante o atendimento, o mutirão encontrou 206 pessoas autodeclaradas indígenas. O grupo descobriu várias outras violações de direitos humanos que evidenciam a violência do sistema penal.

Os dados citados no relatório foram colhidos através de um formulário desenvolvido pelo grupo de trabalho composto pelos membros das entidades.

Uma primeira questão levantada pelo relatório do mutirão foi a de documentos pessoais. 22,3% da população entrevistada declarou não possuir registro civil de nascimento, o documento básico brasileiro, e nenhum outro documento civil como título de eleitor, CPF, etc. Tal situação levanta a seguinte pergunta: se uma pessoa não possui identidade, como é que se pode afirmar que ela é autora de um crime?

O Brasil é signatário de legislação internacional que reconhece a autoidentificação como o critério para se identificar quem é indígena. Esta autodeclaração independe de local de moradia, ou de ser falante de língua indígena ou portuguesa, ou de ser brasileiro, pois vale o critério do reconhecimento de pertencimento recíproco entre indivíduo e comunidade.

No questionário, a maioria dos indígenas identificaram-se como Guarani, Kaiowá ou Terena.

Dos indígenas que responderam à questão sobre idioma, 77,2% tem uma língua outra do que português como sua língua materna. No entanto, mesmo quando declaram que

falam português, um dado distinto surge das respostas em relação ao nível de compreensão da língua portuguesa e à presença de intérprete: há um distanciamento entre falar e compreender o português. Destaca-se ainda que a linguagem formal do processo penal é um fator limitante da compreensão da língua portuguesa, principalmente para quem tem outra língua materna.

O direito de ter intérprete não depende da capacidade de falar uma outra língua, mas da garantia, prevista na legislação, especialmente na Constituição Federal, do direito das pessoas indígenas à sua própria língua. Contudo, a pesquisa revelou que 85,9% dos entrevistados não tiveram intérprete, ou seja, não tiveram o direito de falar e compreender as acusações de que estavam sendo objeto em sua língua materna.

Uma outra violência constatada abrange a autodeclaração, visto que 31% das pessoas entrevistadas não foram sequer perguntadas se eram indígenas. 91,2% dos indígenas entrevistados informaram que não receberam nenhum profissional da antropologia durante seu processo ou prisão – um instrumento essencial, se o Brasil realmente se considera um Estado pluricultural.

Se o artigo 6^a da Resolução 287 do CNJ enfatiza a produção de perícia antropológica a fim de um diálogo intercultural, seu artigo prevê a participação da comunidade no desenvolvimento do processo, o que também é necessário para ajudar a tornar visível as questões culturais envolvidas no evento objeto de análise. Porém, a pesquisa revelou que isso não foi realizado em 62% dos casos. Destaca-se que 15% dos indígenas entrevistados disseram que já tinham sido punidos pela comunidade, não há evidência que este fato tenha sido levado em consideração na sentença. Esta situação é garantida por lei e enseja a aplicação do direito não ser punido duas vezes pelo mesmo fato, um princípio básico do direito penal. Portanto, uma pessoa não pode ser punida novamente pelo Estado quando a comunidade já aplicou a ela uma punição.

85,9% dos entrevistados não tiveram intérprete, ou seja, não tiveram o direito de falar e compreender as acusações de que estavam sendo objeto em sua língua materna e 31% das pessoas entrevistadas não foram sequer perguntadas se eram indígenas

Analisando o período de execução da pena, percebemos que as violências continuam: 69,9% dos presos disseram que não recebem visitas sociais. Seria muito interessante entender também como as famílias indígenas veem a situação de prisão e a questão da visita. Muitas das famílias com que temos contato, através do trabalho das equipes dos regionais do Cimi, querem ver seus parentes que estão presos, mas sofrem com questões burocráticas e empecilhos culturais na relação com a administração penitenciária de onde eles estão encarcerados.

Apesar dos esforços do CNJ em reconhecer direitos das pessoas indígenas nos processos criminais e em situação de prisão, a realidade elucidada pelo relatório do mutirão mostra que ainda há um longo caminho até que suas recomendações sejam implementadas pelo poder Judiciário e pelos órgãos da administração penitenciária.

1 **Relatório Mutirão de Atendimento às pessoas indígenas presas na Penitenciária Estadual de Dourados – 26 a 30 de julho de 2023.** Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/06/relatorio-ped-ms-2023.pdf>

Devemos ainda estar atentas em relação à reintrodução do exame criminológico, que deve criar novas violências. A pesquisa mostra que, entre as 16 pessoas indígenas submetidas ao exame, apenas uma declarou ter tido intérprete. As outras 15 pessoas não tiveram acesso a intérprete, antropólogo ou alguém conhecedor da cultura durante o procedimento.

A partir das informações coletadas durante o mutirão, o relatório apresentou cinco conclusões:

1. Os sistemas penal e penitenciário falham em reconhecer e respeitar a identidade indígena. 80% não foram informados de seus direitos específicos decorrentes da autodeclaração indígena;
2. A ausência de intérprete em 85,2% dos casos é alarmante;
3. Falar o português, por si só, não significa que o acusado, réu ou condenado indígena dispensa a presença de intérprete para exercer seu direito de defesa em igualdade com os demais;
4. As pessoas indígenas entrevistadas vivenciam a privação de liberdade mediante um marcador étnico e um modo de ser que tornam sua experiência distinta daquela vivida pelas demais pessoas presas. A falta de preparo do sistema prisional para lidar com essas diferenças culturais resulta em violações e tem impactos como a falta de visitas sociais;
5. A política penitenciária representa uma dupla punição para os povos indígenas, pois, além da privação da liberdade, o indígena é submetido a um verdadeiro processo inquisitivo de aculturamento e perda de sua subjetividade.

Levantamento de 2023 via LAI sobre a privação de liberdade de pessoas indígenas no Brasil

O Cimi e o Instituto das Irmãs da Santa Cruz realizaram novo levantamento de dados em 2023, através da Lei de Acesso à Informação, acerca da quantidade de pessoas indígenas em privação de liberdade em todos os estados brasileiros. Foram identificadas 1.243 pessoas indígenas presas, sendo 92 mulheres, no período de abril de 2023.

Os estados do Amapá, Goiás, Piauí, Sergipe e Tocantins informaram não haver pessoas indígenas em privação de liberdade e a Bahia informou não possuir dados.

Por outro lado, os estados que estão no topo do ranking de encarceramento de pessoas indígenas são Mato Grosso do Sul (426), Roraima (280) e Rio Grande do Sul (120). Nesse sentido, destaca-se o encarceramento de pessoas pertencentes aos povos Guarani e Kaiowá (MS), Macuxi (RR) e Kaingang (RS).

O estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), informou que 426 pessoas indígenas estavam privadas de liberdade no estado. Dos 402 homens, 96 estavam presos sem condenação definitiva; e, das 24 mulheres, onze eram mulheres mães de crianças até 12 anos de idade e a mesma quantidade não tinha condenação definitiva. Entre os sete povos em privação de liberdade no Mato Grosso do Sul, estão: Guarani e Kaiowá, Ofayé, Terena, Kadiweu e Guató. Essas

pessoas encontram-se privadas de liberdade em 28 unidades prisionais distintas, distribuídas em 14 cidades do estado.

O estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Sejuc), informou que 280 pessoas indígenas estavam privadas de liberdade no estado. Entre elas, contabilizou-se 253 homens e 27 mulheres. Estas pessoas estavam custodiadas em sete unidades prisionais distintas, todas localizadas na cidade de Boa Vista.

Uma das unidades prisionais, a Casa do Albergado Araceli Maria Caldeira Souto Maior, à qual estão vinculada 71 pessoas indígenas privadas de liberdade, encontra-se desativada. Conforme descrito pela Secretaria, esta unidade “não possui estrutura física desde o ano de 2016, devido à ocorrência de incêndio no prédio. Desde então, os juizes que assumiram a Vara de Execução Penal vêm concedendo aos apenados ‘albergue domiciliar’”. Além disso, estavam presas nas unidades do estado pessoas dos povos Macuxi, Wapichana, Yanomami e Patamona, sendo que o povo com maior representação no sistema prisional de Roraima era Macuxi, que totalizava 232 pessoas.

O governo estadual do Rio Grande do Sul, através da Superintendência de Serviços Penitenciários, informou que 121 pessoas indígenas estavam em prisão em 1º de maio de 2023. Dez destas pessoas eram mulheres e seis, entre elas, são mães de menores de 12 anos. Os povos predominantes, entre homens e mulheres, são Kaingang, Guarani e Kaiowá. 74 estavam em cumprimento provisório – ou seja, sem condenação definitiva – e 37 estavam em cumprimento de pena definitiva.

Ao responder sobre qual “procedimento de identificação de pessoas indígenas adotado pelo estado em 1º de maio de 2023?”, o Rio Grande do Sul respondeu que: “a identificação das pessoas Indígenas em privação de liberdade é realizado no sistema de gestão de dados Infopen, a partir da autodeclaração de cor, sendo elas: branca, mista, preta, indiática e amarela. Cumpre esclarecer que o levantamento de tais referências no sistema se restringe à cor e não à raça e etnia. Desta forma, para um acompanhamento preciso, voltado aos grupos específicos, utilizamos como recurso a busca de informações junto aos estabelecimentos prisionais, a partir do trabalho técnico”. Vale mencionar que o estado é único que temos conhecimento a utilizar a categoria “pele indiática”, fazendo-o pelo menos desde 2016.

Destaca-se, por fim, que pelo menos três estados relataram existir mulheres indígenas em situação de prisão que são mães ou responsáveis por menores de doze anos: Mato Grosso do Sul (11), Rio Grande do Sul (6) e Santa Catarina (1). *(Veja Quadro Na Página Seguinte)*

Dos dados à Lei 14.843/2024

Recentemente, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 14.843 de 2024, que veta a “saidinha” e torna obrigatório o exame criminológico para progressão de regime. O Parlamento derrubou o veto do presidente Lula em relação à proibição da “saidinha”.

A “saidinha” é um direito adquirido pelo bom comportamento e uma forma de avançar na ressocialização das pessoas em privação de liberdade, quando a pessoa pode estar com

sua família em datas como Natal e Dia das Mães. A nova lei aprovada libera a “saidinha” somente para estudo e trabalho e põe fim às saídas temporárias em datas comemorativas.

O exame criminológico também pode ser um empecilho para a obtenção do direito à progressão de regime previsto na Lei de Execução Penal (LEP), especialmente para uma pessoa indígena, uma vez que, em geral, é realizado por profissional da psicologia, sem a presença de antropólogo/a ou intérprete.

No direito penal, as leis mais benéficas têm preeminência sobre as mais prejudiciais para a pessoa acusada ou condenada, ou seja, as leis novas só retroagem se for em benefício

de quem já foi sentenciado e cumpre pena. No entanto, há grande preocupação com os presos provisórios, isto é, com aqueles que ainda não possuem sentença condenatória. Os dados levantados por Cimi e ADDIISC no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul demonstram que boa parte das pessoas indígenas em prisão estão em cumprimento provisório.

Se a prisão em si já é uma violência contra um povo indígena, para o qual há grande impacto cosmológico a partir do encarceramento de um de seus membros, quem dirá sem o direito à “saidinha” e com o direito à progressão de regime restrita ao exame criminológico?

Número de indígenas presos por estado, gênero e povo

Dados referentes a abril de 2023

Estado	Mulheres	Homens	Total	Lista de povos (grafia conforme informação prestada)
AC	0	69	69	Apurinã, Jaminawa, Kaxinawá, Katukina, Indígena, Shanenawa, Kaxiné, Kulina, Yawanawá, Arara, Nukini, Nikina, Nawa, Marchinery
AL	0	18	18	Fulniô, Jeripancó, Kariri Xocó, Pankararu, Wassu Cocal, Xucuru Kariri
AM	1	44	45	Mura, Tikuna, Kokama, Pira, Tapuia, Baré, Sateré-Mawé, Tariana, Kokama-Wiratsu, Dessana, Wapichana, Miraña, Canamari
AP	0	0	0	Kokama-Witatsu
BA	sem dados			sem dados
CE	0	20	20	não informado
DF	0	9	9	Itapecuru, Mirim, Carinhanha, Japura-Am, Guajajara, Xavante
ES	2	11	13	não informado
GO	0	0	0	
MA	1	17	18	Guajajara, Indígena
MG	2	17	19	Manauê, Xacriabá, Bugre, Krenak, Macuxi, Piatã
MS	24	402	426	Terena, Kaiowa, Campestre, Brejão, Aldeia São João, Piraquá, Guató, Kaiweu, Guarani, Guarani-Kawiá, Parda
MT	1	8	9	Canela, Karajá, Paresi, Xavante
PA	1	9	9	Xerente, Caripaco, Tembê, Xipaya, Kuruaya, Munduruku
PB	0	16	16	Tabajaras
PE	1	31	32	Funiô, Capinoá, Pipipan, Capinoá-Buique, Cambiroá/Ibimirim, Xucuru, Truka, Pankararu, Pipipan, Kambiwâ, Atikum
PI	0	0	0	
PR	3	31	34	não informado
RJ	0	1	1	Indígena
RN	0	7	7	não informado
RO	5	54	59	Cassupá, Apurina, Karitiana, Sagarana, Macurap, Canoé, Oro Win, Jabuti, Del Puppo, Sabané, Cinta Larga, Puruborá, Tupari
RR	27	253	280	Macuxi, Wapixana, Yanomami, Patamona
RS	10	111	121	Kaingang, Guarani, Kaiowa
SC	13	16	29	Guarani, Guarani Kaiová, Guarani Nhandeva, Kaingang, Xoklég
SE	0	0	0	
SP	1	7	8	Tupi Guarani, Mbya-Guarani, Xucuru – Kariri, Taquari, Guarani, Curucutu
TO	0	0	0	
Total	92	1151	1243	



Foto: Marina Oliveira/Cimi



ARTIGO

Racismo de Estado: o indígena, aquele que deve morrer

Em José Boiteux (SC), um decreto municipal proibiu o uso de outros idiomas além do português em repartições públicas. Povo Xokleng (foto) é um dos que vivem no município

Iara Tatiana Bonin*

Os escritos de Michel Foucault (1999) contribuem para pensar as práticas de racismo a partir de um viés histórico e, também, contemporâneo. Parte dos casos apresentados neste Relatório de Violência enquadra-se no que, a partir de Foucault, conceitua-se como racismo de Estado.

Na lógica dos Estados modernos, a função estatal primeira seria a de fazer viver um corpo populacional, prolongando a vida e extraindo dela a máxima potência produtiva. Contudo, essa tarefa de fazer viver inclui também a prerrogativa de deixar morrer. Então, em situações específicas, nas quais a vida da população ou a segurança do território estão em risco, o Estado pratica, autoriza ou legitima a morte. Exemplifica-se a autorização de matar dada ao Estado nos quadros de guerra, em que a ação é letal contra aqueles que ameaçam a soberania territorial.

O racismo, mobilizado a partir de uma racionalidade iluminista ávida por classificações, solidificou as noções de superioridade e inferioridade da raça, operando-as sob o pretexto de regenerar a espécie para torná-la supostamente forte, produtiva e ajustada. Conforme argumenta Foucault (1999, p. 304), “quase não há funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo”.

No âmbito de um pensamento racista, a defesa de um “nós”, ou seja, de uma identidade referencial, justificaria a morte imputada a outros: aqueles identificados como anormais, degenerados, ingovernáveis, improdutivos, obsoletos, estranhos, estrangeiros etc. Esse é, portanto, um operador estrutural que promove a humanização e a desumanização de segmentos de uma população. Em seu funcionamento, o

* Doutora e mestre em educação, é professora de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Luterana do Brasil. Integra o núcleo UFRGS da Ação Saberes Indígenas na Escola e desenvolve projeto de pesquisa sobre temática indígena em currículos da educação básica.

racismo legitima hierarquias, distinções, classificações, assim como a valoração diferencial da vida humana.

Também no entender de Silvio Almeida (2019), o racismo tem dimensões institucionais e individuais que estruturam as relações e as racionalidades no contexto brasileiro. Políticas de viés racista estão na base dos genocídios praticados contra povos indígenas; assim como nos processos de desterritorialização e de integração gradativa à comunhão nacional, estruturados historicamente como projetos de Estado. Setores do aparato institucional, de financiamento público e da estrutura normativa de validação são delegados para a implementação de tais projetos.

Ato contínuo a essa mobilização do aparato estatal, estão dadas as condições que permitem a instauração da lógica de inferiorização dos povos originários, do combate às suas línguas, crenças e cosmovisões, do apagamento de suas identidades, da banalização de suas culturas ancestrais.

O racismo contra os povos indígenas está no cerne dos processos de exploração e de opressão e, em seu funcionamento estrutural, aciona-se a lógica da guerra, mas não como um acontecimento ou um momento, e sim como um estado permanente de recusa do valor da vida indígena e de ataque aos seus recursos para continuar existindo. Trata-se, mais particularmente, de uma lógica de combate ao “outro-indígena” por meio de uma contínua e sempre reinventada escala de conflitos, alguns sustentados na busca por manter o privilégio branco, outros marcados pela cobiça dos espaços territoriais, vistos como mercadoria.

Racismo estrutural amplia riscos de morte

Sob a perspectiva indígena, o território é espaço e relação onde se realizam os modos de viver e, sobretudo, os projetos de vida e de autodeterminação. Em entrevista concedida para Flávia Ribeiro, colunista do site Alma Preta¹, Juliana Guajajara afirma:

“Sabemos que o racismo é histórico e estrutural. Nós sofremos violações há 520 anos. Os colonizadores chegaram para dominar, extrair e saquear tudo o que este pedaço de terra tinha para oferecer. Isso inclui a nossa mão de obra que foi utilizada compulsoriamente nos primeiros anos da chegada, fomos pessoas escravizadas e ainda hoje sofremos resquícios irreparáveis desse triste episódio”.

Ao observarmos o quadro geral de violências descritas no presente relatório, ficam explícitas as formas do racismo estrutural funcionando para multiplicar os riscos de morte aos indígenas; notadamente, por meio do confronto ao direito de usufruto exclusivo dos indígenas aos territórios originários.

1 **“O indígena também deve ser incluído na pauta antirracista”, diz advogada e ativista.** Flávia Ribeiro, site Alma Preta, 19 de junho de 2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/o-indigena-tambem-deve-ser-incluido-na-pauta-antirracista-diz-advogada-e-ativista/>

Quando o poder público não reconhece, não demarca, não resguarda, não desobstrui os territórios dos povos indígenas, ele opera em um registro racista, produzindo a morte ou deixando morrer. Em matéria publicada pelo jornal Porantim na edição de outubro de 2023², Elisa Pankararu descreve a vinculação originária com o território que constitui o pertencimento e a ancestralidade:

“O meu lugar de fala é o território ao qual eu pertencço e que eu também tenho uma relação de pertencimento, portanto, me pertence também. Pensar nesse território como território sagrado é saber que ele é sagrado não apenas porque é a nossa morada, mas porque é morada das árvores, das plantas, dos rios, das fontes, das águas, das pedras, das serras e de outros seres também, seres invisíveis, sagrados. Eu vou me inspirar nos seres sagrados e que habitam esse universo para além dos nossos olhos. É pensar nesse Bem Viver enquanto energia. Pensar num sistema de convivência, um sistema de harmonia, um sistema sem violência, um sistema sem racismo, sem machismo, sem preconceito, sem discriminação. No entanto, esse sistema de harmonia é violado, violentado desde 1500, quando os outros chegam com seus costumes, e maus costumes, e invadem”.

A perda territorial implica ruptura com as políticas indígenas geradoras de vida e com os sistemas de convivência que na terra se instituem. Especificamente em relação ao território do povo Yanomami houve, nos últimos anos, uma explosão da atividade garimpeira, que vem causando impactos socioambientais e agravos à saúde em larga escala. Esse tipo de extração mineral ocasiona a destruição de áreas de floresta, assoreamento ou mudança no curso dos rios, a escavação do solo e conseqüente desagregação da camada de terra fértil, com alterações significativas no ecossistema e a provável desertificação das áreas.

Há outros efeitos não vistos a olho nu, que colonizam os espaços microscópicos. O emprego de mercúrio metálico, usado para separar o ouro de outros minerais e sedimentos, tem efeitos devastadores sobre a vida em seu microsistema. Quando o amálgama do mercúrio é queimado sem qualquer sistema de controle ambiental, sendo utilizado em grandes quantidades, e sem qualquer forma de controle, espalha-se rapidamente junto com a água e contamina biomas no entorno da área devastada pelo garimpo. A fome e a escassez nutricional passam a ser constantes, uma vez que áreas de circulação dos indígenas para caça e coleta se restringem, como também as possibilidades de manutenção de roçados.

A presença garimpeira não cessou em 2023. Os esforços do Estado brasileiro foram insuficientes. Com a manutenção da atividade criminosa, a deterioração das condições de vida dos Yanomami se tornou incorrigível pela disseminação de doenças (malária, tuberculose, infecções respiratórias agudas, anemias), acrescida pela mortalidade infantil, em um contexto de quadros agudos de desnutrição e contaminação por mercúrio.

O expressivo aumento de casos de agressões, esbulsos possessórios, abusos e de diversas formas de violação

2 **Cimi elege nova diretoria e estabelece prioridades para o futuro.** Jornal Porantim, edição 459 – outubro de 2023, página 9. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Porantim-459_Out-2023.pdf

de direitos coletivos e individuais, resultantes da presença garimpeira, é parte da engrenagem que faz funcionar o racismo estrutural. Sob a lógica do racismo determinam-se as prioridades do fazer viver; ou seja, definem-se quais vidas serão foco de resguardo e proteção e quais podem ser expostas ao risco de morte.

A situação do povo Yanomami, e o que motiva seu atual desespero, é um contundente exemplo das políticas de morte, e do contínuo conflito instaurado para demonstrar o fato de que essas vidas são deixadas para morrer. Assim, nem sempre se trata de eliminar diretamente a vida, na forma nua e crua do assassinato; às vezes se trata de expor ao perigo, à rejeição, à expulsão. Se trata de deixar para morrer por escassez alimentar, por doenças, por falta de terra, por omissão do Poder Público em resguardar e fazer respeitar todos os bens indígenas. A violência em todas as suas dimensões consubstancia o racismo e este, por sua vez, define quais vidas seriam “matáveis” e dispensáveis, conforme abordagem do filósofo camaronês Achille Mbembe.

Expressões de racismo religioso

Os dados de 2023 indicam que uma das expressões de racismo contra os povos indígenas é a intolerância religiosa e, mais do que isso, as estratégias para promover a conversão de indígenas a preceitos de fé exógenos, com importante

prevalência nas ocorrências registradas de igrejas evangélicas neopentecostais.

Um fato descrito neste relatório expõe a ação de grupos evangélicos, em particular a organização SIL (Summer Institute of Linguistics), que incide sobre as crenças e práticas ritualísticas de povos indígenas da Amazônia. Conforme a notícia catalogada neste relatório³, informa-se que o SIL tem sido acusado de desrespeitar direitos culturais dos indígenas estabelecidos no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, uma vez que, à guisa de missões evangélicas, promove a conversão religiosa de indígenas aos dogmas e preceitos bíblicos cristãos.

Há, conforme os dados sistematizados por este relatório, relatos de casos em que missionários evangélicos teriam proibido ou desestimulado a realização de festas e ritos próprios de uma comunidade indígena, uso de plantas medicinais e rituais, bem como a manutenção das narrativas tradicionais, base de suas cosmo-ontologias. Denúncias dessa natureza foram encaminhadas à Unesco.

Outros dois casos de violência, incluídos neste relatório, ligam-se à prática de racismo de base religiosa. O primeiro envolve uma mulher Guarani Kaiowá da Terra Indígena (TI)

³ **Grupos evangélicos põem em risco línguas e culturas indígenas da Amazônia.** Cida de Oliveira, Rede Brasil Atual, 11/04/2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/grupos-evangelicos-poem-em-risco-linguas-e-culturas-indigenas-da-amazonia>

Crimes imputados ao racismo religioso

Tão significativos quanto os danos materiais e imateriais produzidos pelos crimes de racismo religioso são os efeitos subjetivos e o sofrimento imputado aos que são agredidos. Trata-se, assim, de violência que fere as estruturas de crença, os modos de entender a vida e a morte e de se conectar com dimensões sagradas. Trata-se de uma rede de múltiplas práticas e expressões que dão sentido à vida e que organizam as ações cotidianas das pessoas; elas têm articulações ancestrais: produzem e potencializam a vida e, portanto, são estruturantes para povos, comunidades e pessoas indígenas.

O racismo de caráter religioso é crime no Brasil conforme a Lei 9.459, de 13 maio de 1997, que corrigiu a Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989, em seu artigo 1º, fazendo constar a seguinte redação: “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. As penalidades previstas para esses crimes constam no artigo 20 da mesma lei.

O artigo 215 da Constituição afirma: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. Em seu inciso 1º, explicita a responsabilidade do Estado em proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Em complementaridade, a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, reafirma o direito à autodeterminação indígena e

estabelece o reconhecimento e proteção de seus valores e práticas espirituais.

Já a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, de 13 de setembro de 2007, afirma em seus parágrafos iniciais que são cientificamente falsas, juridicamente inválidas, moralmente condenáveis e socialmente injustas “todas as doutrinas, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou pessoas, ou que a propaguem, adicionando razões de origem nacional ou diferenças raciais, religiosas, étnica ou culturais racistas”.

No artigo 12.1, a Declaração garante os direitos dos povos indígenas de “manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas, a manter e proteger seus lugares religiosos e culturais”.

Aos Estados, no artigo 11.2, são determinadas as seguintes responsabilidades: “os Estados proporcionarão reparação por meio de mecanismos eficazes, que poderão incluir a restituição estabelecida conjuntamente com os povos indígenas, respeito dos bens culturais, intelectuais, religiosos e espirituais, de que tenham sido privados sem seu consentimento livre, e informação prévia, ou na violação de suas leis, tradições e costumes”.

Os casos relatados por este relatório, e aqui trazidos em alguns exemplos, exemplificam um quadro amplo e sistemático de violações aos direitos indígenas no que tange às suas culturas, crenças e cosmovisões.

Guaimbê, localizada no município de Laguna Carapã (MS). Na casa da indígena foram registradas, por meio de vídeo, trocas de agressões verbais entre uma paciente Guarani Kaiowá e uma funcionária pública da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A funcionária da Sesai afirma, conforme denúncia da Aty Guasu, presente neste relatório: “você vai aprender ser gente, você vai aprender a ser gente, sua bruxa!”. Conforme representantes da Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani Kaiowá, as práticas de racismo e discriminação contra indígenas têm sido comuns.

O segundo caso serve para respaldar a percepção da Aty Guasu da rotina de registros Brasil a fora, sistematizados por este relatório. Ocorreu contra um homem Borari, na madrugada de 11 de setembro de 2023, no bairro Amparo, município de Santarém, no Pará. Sua casa foi apedrejada, enquanto o agressor proferia frases como: “você são macumbeiros, eu vou matar vocês em nome de Jesus, seus viadinhos, vou cortar a cabeça de vocês fora”. A imprensa local também registrou o caso. As pessoas que estavam na casa tiveram que fugir para um terreno baldio adjacente enquanto a polícia era acionada.

Manifestações do racismo linguístico

A linguagem que utilizamos no cotidiano pode também ser produtora de racismo, na medida em que o emprego de certos termos insere e atualiza sentidos discriminatórios. Cinco casos apresentados neste relatório são exemplares de um pensamento racista que se inscreve na linguagem empregada nas relações cotidianas e em situações repetidamente vividas pelos indígenas.

Um exemplo é o que ocorreu com Wilma Mendonça Martini, do povo Guarani Mbya. No dia 23 de janeiro, ela estava em sua casa na aldeia Tekohá Jevy, localizada no bairro Barra Grande, em Paraty, no Rio de Janeiro, quando foi vítima de ameaça de morte e racismo por um homem não indígena. Segundo o relato da vítima, o agressor proferiu insultos, incluindo uma frase racista: “índio não presta e não quer trabalhar”. Outra agressão ao povo Guarani Mbya é relatado por moradores da TI Ka’aguy Hovy, no município de Iguape (SP). O fato ocorreu em janeiro de 2023, quando não indígenas passaram a proferir xingamentos direcionados a um grupo de crianças Mbya, durante um mutirão de limpeza. Eles foram chamados de vagabundos, o que causou grande constrangimento.

Manifestações verbais de racismo que constrangem e criam situações vexatórias e humilhantes aos indígenas foram registradas em diversos estados. Durante a 50ª edição dos Jogos Escolares de Roraima, em Boa Vista (RR), estudantes de escolas indígenas foram alvo de ataques racistas por parte de torcidas nas semifinais masculinas de futebol. Os estudantes indígenas ouviram frases discriminatórias como “vai fazer farinha” e “volta pra tua comunidade, caboco”. Os casos se acumulam e formam um mosaico preocupante de eventos. Em São Paulo, enquanto buscava inserção em um curso de formação universitária, Davi Vera Popygua Ju, do povo Guarani, foi alvo de comentários e piadas preconceituosas no grupo de conversa online da Universidade Presbiteriana Mackenzie. No Espírito Santo, em uma escola do Sesc, no município de Aracruz, uma criança de sete anos foi vítima de zombarias feitas pelas colegas, desde que ela se apresentou como indígena e moradora da aldeia.



Foto: Maiana Dourado/Cimi

Manifestação indígena no Acampamento Terra Livre 2023, em Brasília (DF).

Os efeitos do racismo linguístico são coletivos, mas também individuais e subjetivos, uma vez que reafirmam a desumanização e a inferiorização dos povos indígenas, atribuindo uma suposta estranheza às suas culturas, línguas e formas de viver.

Alguns episódios acabaram em violência física. Em Rondônia, no município de Pimenteiras do Oeste, um indígena do povo Guarasugwe, enquanto pescava no rio Guaporé, foi atacado com golpes de remo por um agressor que queria expulsá-lo do local. O indígena sofreu um corte profundo na cabeça. Durante as agressões, o homem proferiu xingamentos racistas e xenofóbicos, sendo chamado de estrangeiro e de “boliviano”. No estado de Roraima, tem sido comum assédios aos indígenas e a banalização de seus modos de vida. Até mesmo em pronunciamentos de autoridades públicas, a exemplo do que fez o governador do estado, afirmando que a desnutrição e a fome vividas pelas comunidades Yanomami, na grave crise humanitária enfrentada em decorrência da invasão garimpeira, seriam uma farsa, e que os Yanomami deveriam se aculturar e deixar a vida na mata.

Um caso emblemático de racismo linguístico foi protagonizado pelo prefeito de José Boiteux, em Santa Catarina, Adair Antonio Stollmeier, município da TI Ibirama-La Klãnõ, do povo Xokleng, mas onde vivem também indígenas do povo Kaingang. Ambos os povos possuem idiomas próprios, além de serem falantes da língua portuguesa. Em face disso, o prefeito emitiu, no mês de agosto de 2023, o Decreto Municipal nº 106, que define a língua portuguesa como idioma oficial em repartições públicas do município catarinense. O caso foi relatado ao Ministério Público Federal (MPF), que recomendou à Prefeitura de José Boiteux a revogação do decreto, dada a inconstitucionalidade da medida e a violação de convenções acordadas em instâncias internacionais.

Também constitui como modalidade de racismo o apagamento das contribuições indígenas na composição de repertórios linguísticos do Brasil, a riqueza e a atualidade de suas línguas originárias. As línguas de tradição europeia continuam a ser celebradas como se fossem universais e um resumo de toda a positividade de nossas referências culturais, o que promove o apagamento da realidade plurilíngue em nosso país. Conforme analisa o advogado e filósofo Silvio Almeida, atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, há uma articulação entre estruturas, instituições e regras sociais naturalizadas a partir da qual grupos sociais são discriminados de maneira sistemática e prejudicados do ponto de vista econômico, não dispondo dos mesmos recursos materiais e simbólicos para resguardar sua cidadania e seus direitos; entre eles os direitos linguísticos.

Racismo e o sentido de pureza

Outro conjunto expressivo de violências ligadas ao racismo está associado a um sentido de pureza imputado às culturas indígenas. Tal conjunto se expressa em platitudes como a dos “falsos índios”, localizada em oito dos casos relatados e qualificados como racismo no presente relatório.

Um destes casos relatados ocorreu em 7 de março de 2023. A TV Bandeirantes veiculou, em seu principal telejornal, uma reportagem em que os Pataxó de Barra Velha, na Bahia, são chamados de “falsos indígenas” infiltrados para promover “invasões” de terras. Os casos se acumulam. No Maranhão, indígenas do povo Akroá Gamella, da TI Taquaritiua, sofrem constantes agressões e são chamados de “falsos índios sem terra” quando transitam pelos municípios de Viana, Matinha, Pedro do Rosário e Penalva. No mesmo estado, os povos Tremembé, Anapurú Muypurá e Kariú Kariri vêm sofrendo no cotidiano insultos e discriminações praticadas pela população não indígena. São apontados como “falsos índios” pelo povo não estar aldeado ou se comunicar com a língua materna. Ocorrências do mesmo tipo foram registradas nos municípios de Raposa, José de Ribamar, Chapadinha e Estreito, todos no Maranhão.

Em Minas Gerais, os Canoeiros Maxakali vêm sofrendo discriminação em interações presenciais e via aplicativo de mensagens instantâneas. Nas mensagens, afirmam que os Canoeiros Maxakali não são indígenas com base na cor da pele e, quando pintam o seu corpo para os rituais e festividades, se tornam alvos de piadas e comentários depreciativos. No Pará, Mainumy Tembé, moradora da comunidade Pitãwã, alugou uma casa na área urbana de Tomé-Açui e no bairro passou a ser hostilizada por pessoas não indígenas que colocaram em dúvida a identidade dos Tembé. Afirmam: “isso não é índio nem aqui nem na China”.

Os exemplos destacados, e sistematizados neste relatório, mostram como o racismo produz hierarquias entre indígenas e não indígenas; como busca modular o ser indígena, diferenciando o que seria autêntico e o que seria falso. Tal entendimento respalda-se na equivocada noção de cultura como substância e não como processo dinâmico que se transforma, se reinventa, se nutre das práticas e dos contextos vividos no presente. A ideia de pureza cultural é uma fantasia ocidental sobre a alteridade, afirma Stuart Hall. Trata-se, no contexto brasileiro, de estratégia para subjugar e, ao mesmo tempo, para manter privilégios econômicos, culturais e simbólicos de grupos que historicamente oprimem os povos originários.

Ao analisar o conjunto de relatos de violência sistematizados tendo como base 2023, considerando as formas de denúncia e encaminhamento, um aspecto se destaca: o protagonismo indígena. Observa-se, como sinal de esperança, que muitas das denúncias foram encaminhadas pelas organizações e coletivos indígenas. Os casos qualificados como racismo neste relatório demonstram apropriação do sentido amplo desse conceito. Eles se somam no esforço de não apenas denunciar o racismo, como também de consolidar lutas antirracistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1, 2020.
- NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Letramento, 2019.



Foto: Aty Guasu



ARTIGO

O que queima quando se queima uma Casa de Reza?

Queima da Casa de Reza
Guarani e Kaiowá da
retomada Kunumi Verá, TI
Dourados-Amambaípegua
I, no município de
Caarapó (MS)

Matias Benno Rempel*

Acena em si já é de fazer chorar toda e qualquer pessoa dotada de mínima sensibilidade.

Casas-Seres de proporções tão majestosas e de importância física e espiritual únicas, ardendo em chamas, por vezes em plena luz do dia.

Vão despencando em pedaços sagrados, em meio a estalos e labaredas. É a própria simbologia de um povo repleto de espiritualidade, que perece e resiste a um processo de desterramento e genocídio.

Em minutos tudo vira cinza. Os muitos dias de trabalho. Sol, sal, suor. O empenho dos trabalhadores indígenas – quase todos arquitetos e artistas anônimos, edificadores do imensurável.

Os ecos dos sorrisos e risos, ofertados por todos, das crianças aos anciões, que dentro e no entorno destas estruturas “geradoras de Bem Viver” por dias festejaram, rezaram, conectaram-se aos Xirus – ponto que liga a terra aos encantados. Se

ouvirmos com atenção, estes ecos misticamente permanecem audíveis junto ao que não é mais.

O fogo consome rápido as palhas e os capins que foram gentilmente trançados e meticulosamente dispostos para unificar morada e natureza em uma grande casa comum.

Desaba a métrica precisa, desenhada por sabedoria não escrita, expressa em cada linha, caibro, pilar. É um golpe fatal em algo que, apesar de tão grande e imponente, denota maior paz do que poder.

O fogo parece ter pressa de tombar ao nível do solo estas “catedrais” originárias. Tombam como tombam as árvores, como tomba tudo que contrasta com os campos desertos e agressivos do agronegócio, invasor voraz dos territórios – que geralmente são avistados no horizonte por detrás das próprias Casas de Reza, lembrando os Kaiowá permanentemente de seu cerco, calvário e realidade.

* Missionário do Cimi e coordenador do Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Mas a maior dor repousa no fato de que se queimam as palavras. Ao invés de queimarem gentilmente nas rodas de fogo, nas noites de festa, ardem e jazem em chamas hostis. Se vão com o incêndio todas as palavras que foram cantadas e rezadas ao som eterno e ancestral dos *Mbaraka* e dos *Takuapy*.

Já não educa mais a maior das professoras-escolas, já que as *Oga Pissy* – como os Guarani e Kaiowá as chamam – são espaços fundamentais de educação, transmissão da cultura e ensinamentos.

Já não fala mais a Casa contadora de histórias. E que histórias! Tão antigas e intrigantes como o Mundo. As rezas-canto, libertadoras e mágicas, repousavam por décadas (ou tempo imemorial) em cada centímetro cúbico desta morada de espíritos e encantados. Por vezes, são estas Casas o único alento capaz de dar a um povo tão machucado o mais íntimo sentimento de proteção.

Tudo isso – e tanto mais que talvez nunca saibamos o quanto – perde-se com as chamas.

Responsável por aquecer e manter aceso o fogo da alma de cada Kaiowá, agora resta deitada, em cenário parecido com o de um campo de batalha que atingiu diretamente o coração do povo e do território.

No caminho de *Tupa'í*, mais uma vez levantaremos

No dia 22 de fevereiro de 2024, ainda antes do sol deixar de iluminar o dia, uma grande *Oga Pissy* circular sucumbiu às chamas no território retomado de Kunumi Verá, em Caarapó, Mato Grosso do Sul. Mais uma a se somar a pelo menos outras 16 destruídas nos últimos quatro anos.

Em meio às lágrimas, um desabafo: “Violaram novamente o sonho de Marçal, mas no caminho de *Tupa'í* mais uma vez levantaremos”. Com essa frase, Simão Kaiowá – responsável pela construção da Casa – limpou o rosto e pouco a pouco foi afastando as dores, recompondo a postura de luta.

A casa havia sido construída pela comunidade de Kunumi em setembro de 2023 para abrigar uma grande assembleia, Aty Guasu, que teve como motivação os 40 anos do assassinato de Marçal de Souza Tupa'í¹, mártir e bandeira eterna na marcha dos povos Guarani e Kaiowá na luta por direitos em especial de reconquista de seus territórios ancestrais.

Simão lembra da motivação: “Erguemos esta casa em memória de Marçal. Para que fosse como o corpo dele, o sonho dele. Erguemos em um território que bebeu o sangue de Clodiodi em 2016, no Massacre de Caarapó que feriu tantos de nós. Erguemos para os jovens crescerem no nosso caminho, aprendendo a nossa reza, o nosso modo de ser e para que vivam os caminhos do nosso povo. Assim sonhou Marçal, assim continuamos sonhando. Marçal falou com o Papa nos anos 1980 e, em 2023, o Papa Francisco mandou uma carta ao nosso povo², reconhecendo que a dor e o genocídio denunciado por Marçal ainda nos castiga hoje – é só ver a casa queimando para constatar que isso é verdade. Essa casa era para ser abrigo

de nossos rezadores e sede de nossos encontros da Aty Guasu”.

A mão humana que ateou o fogo é de alguém cujo rosto e identidade provavelmente seguirão desconhecidos, seja ele indígena ou *Karai* (não indígena). Mas a mão desumana que tem puxado gatilhos, violentado corpos e causado morte e destruição em meio ao povo Guarani e Kaiowá, seja nos tempos de Marçal ou nos dias atuais, possui um rosto inconfundível. O rosto rude e com ares de maldade do agronegócio.

Trator voraz que a tudo derruba, manifestação visceral do Capital no campo, o agronegócio e seus males associados tem causado aos povos Guarani e Kaiowá uma verdadeira devastação – com níveis de genocídio. Os números de agressões contra indígenas e seu patrimônio cultural e espiritual, bem como a seus territórios e contra a natureza, seguem aumentando vertiginosamente. Violências que têm sido assistidas de camarote, ocorridas sem pudor e aos olhos de todos e que, há pelo menos uma década, contam ora com a convivência, ora com a participação dos governos e do Estado.

Sem conseguir tudo o que almejavam por meio dos ataques paramilitares e de instrumentos de lei no Congresso, sem ter êxito na validação da tese do marco temporal, líderes do agronegócio, ministros e parlamentares ligados à temática agrária promoveram forte incentivo aos processos de arrendamento e parcerias. No Mato Grosso do Sul, em especial em relação ao povo Kaiowá, estas práticas estabeleceram-se como um problema generalizado com o fortalecimento da “bancada do boi” no Congresso, sobretudo após 2014.

Na maioria dos casos, o ataque é direto. Grande parte das Casas de Reza no estado são queimadas e/ou destruídas pelos representantes expressos do agro. Fazendeiros, sindicalistas rurais (patronais) ou jagunços atacam as Casas com claro intuito político de enfraquecer o povo em sua luta territorial. Há séculos são estes os espaços responsáveis pelo fortalecimento da cultura e do modo de vida dos Guarani e Kaiowá. As *Oga Pissy* também estão ligadas diretamente às boas práticas do território, como as festas, as roças e a expansão geográfica tradicional, que acabam por se chocar com o latifúndio e com a monocultura gerenciados por aqueles que seguem, a despeito do reconhecimento de muitas terras indígenas, avançando com a invasão e o esbulho.

Tornando o cenário muito mais complexo, existem ainda casos em que os ataques a este patrimônio espiritual resultam dos efeitos do agronegócio no interior das aldeias, sem que seus agentes precisem de envolvimento primário. É perceptível o aumento de casos de violência vinculados às práticas de arrendamento, por exemplo. Dependentes do recurso dos arrendatários, os indígenas envolvidos acabam tornando-se uma espécie de para-choque do agro em âmbito local, ameaçando e perseguindo lideranças, em especial rezadores, que se opõem a tais práticas e lutam pelo processo de demarcação e autonomia em moldes originários.

Outra dimensão complexa do problema são as igrejas neopentecostais. Estas instituições há muito estão instaladas dentro das aldeias, principalmente nas reservas criadas pelo já extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas foi na última década – e não à toa coincidente com o fortalecimento do agronegócio no Congresso – que parte delas e de seus pastores aderiram a posturas muito mais agressivas e intolerantes. Seus principais alvos são os *Nhanderu* e as *Nhandecy*, rezadores e rezadoras, guardiões das Casas de Reza.

1 **Quarenta anos depois de assassinado, Marçal Tupã'í ainda inspira luta Guarani e Kaiowá.** Publicada originalmente na Edição 461 do Jornal Porantim. Disponível em <https://cimi.org.br/2024/02/quarenta-anos-depois-de-assassinado-marcal-tupai-ainda-inspira-luta-guarani-e-kaiowa>

2 **“Que o seu clamor seja ouvido pelas Autoridades”: carta do Papa aos Guarani e Kaiowá é lida na Assembleia da Aty Guasu.** Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação do Cimi, 29/11/2023. Disponível em <https://cimi.org.br/2023/11/papa-atyguasau>

O abraço entre as práticas de interiorização do Capital (arrendamento) e a teologia da prosperidade (altamente intolerante) produz, em especial contra os líderes espirituais Guarani e Kaiowá, mecanismos perigosos numa realidade em que estes podem sofrer violência e vir a serem assassinados a qualquer momento, por qualquer motivação.

Entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2024, pelo menos 16 grandes Casas de Reza foram incendiadas. Os incêndios ocorreram de forma sistemática e criminosa em pelo menos dez territórios Guarani e Kaiowá. Neste mesmo período, as vidas de muitas rezadoras e rezadores foram ceifadas, alguns em condições e circunstâncias bárbaras. O cenário indica alerta para o etnocídio e para a perseguição destrutiva à espiritualidade e à cultura destes povos.

Para os Guarani e Kaiowá são muitas as dores destes crimes. No sentido patrimonial, em alguns casos perderam-se junto com as Casas artefatos seculares do povo. Instrumentos musicais, *Mbarakas* sagrados, *Kurusus*, *apykas*. Itens mágicos protegidos por rezadores e guardiões ao longo do tempo, que protegiam os destinos e garantiam a harmonia do mundo.

No sentido educacional, o desamparo das crianças e jovens que são assolados em muitos casos pelo fantasma do suicídio, mazela que, entre os Guarani e Kaiowá, supera largamente o índice nacional. A Casa de Reza, diferente de outros templos, para além da dimensão que compreendemos como religiosa, possui o caráter mais íntimo e profundo das práticas educacionais e de transmissão de conhecimento de todo o povo.

No mais profundo dos sentidos, os Guarani e Kaiowá sentem dor pela morte da própria Casa de Reza. As *Oga Pissy* não são objetos e estão longe de serem inanimados. A Casa tem

vida e junto a ela habitam e umbilicam-se inúmeras entidades e encantados fundamentais à manutenção da Vida e da paz no território. Sem estes espaços, os *Jara* (protetores) vão embora. Problemas, doenças, catástrofes e infortúnios são os novos vizinhos que erguem moradias no seu lugar.

Frente a tamanha dor de um povo há muito castigado, a resposta dos Guarani e Kaiowá é inacreditável. Incansáveis, apesar dos danos irreparáveis sofridos, da intolerância e da perseguição, os filhos e filhas de *Nhanderu* prometem persistência teimosa e incondicional junto a seus territórios.

Em Kunumi Verá, assim como em cada aldeia atacada, planeja-se o reerguimento da Casa-Mãe. Em mutirão, com força e determinação, o Sagrado haverá de ver um novo sol. Luz que lhe aqueça e não machuque.

O Xiru continuará sendo pilar inequívoco de sustentação para a Terra sem Males. A *Oga Pissy* de Kunumi fará como fez Marçal, pois o banguela dos lábios de mel não conheceu a morte. Apesar da morte física, vive e seguirá vivendo na luta que não cessa. Seu nome vai sendo aprendido, proferido e rezado por inúmeros jovens, por toda uma nova geração. A cada ano, junto às Casas de Reza que resistirão ao lado dos rezadores, se postam novos *yvyraijá* (aprendizes). Eles farão a defesa destas moradas-mundo com seus *Mbaraka* e com seus próprios corpos. Irão reerguê-las quantas vezes for necessário, assim como o próprio povo Guarani e Kaiowá se reergue após cada massacre.

Neste caminho de Marçal e do povo Guarani, de marcha, de sonho e de reza, não há fogo que impeça as *Oga Pissy* de iluminarem um caminho que já está escrito. É o sendeiro que leva um povo livre a uma terra livre e feliz.

Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra



Menina Guarani Kaiowá brinca em frente a uma Oga Pissy na retomada Kurusu Amba 2, em Coronel Sapucaia (MS)

CAPÍTULO

I

Violência Contra o Patrimônio

Omissão e morosidade na regularização de terras	41
Situação geral das terras indígenas no Brasil - Por estado	45
Conflitos relativos a direitos territoriais	63
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	85



Barraco ao sol em retomada no Tekoha Laranjeira Nhanderu, Rio Brilhante (MS), em março de 2023. Em acampamentos, comunidades lutam há anos pela demarcação de suas terras, enfrentando a violência e a falta de condições básicas

Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra



Embora a pressão do Congresso contra os direitos territoriais indígenas seja clara, é impossível negar que o Executivo age muito aquém das expectativas na demarcação de terras



OMISSÃO E MOROSIDADE NA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS



O ano de 2023 foi marcado pela disputa, nos campos político e jurídico, em torno dos direitos territoriais dos povos originários. Em relação à demarcação de terras indígenas, 2023 foi um ano de avanços tímidos, muito aquém da expectativa gerada durante o período eleitoral, que consagrou a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato presidencial.

A transição de um governo de extrema direita, declaradamente anti-indígena, que prometeu desde o início não demarcar nenhuma terra, para um governo que, de saída, anunciou a criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas (MPI), gerou a expectativa de que as demarcações de terras, estagnadas há muitos anos, fossem retomadas como uma centralidade política equivalente ao espaço simbólico destinado aos povos indígenas na nova gestão. Não foi, contudo, o que ocorreu.

Por um lado, no âmbito da Funai – rebatizada como Fundação Nacional dos Povos Indígenas e presidida, assim como o MPI, por uma importante liderança indígena –, uma quantidade comparativamente grande de novos Grupos Técnicos (GTs) de Identificação e Delimitação de terras indígenas foram criados, assim como antigos GTs paralisados foram retomados.

Foram 24 portarias do início de 2023 a junho de 2024. Destas, 15 referem-se a novos territórios e o restante à atualização de procedimentos anteriores, que acabaram paralisados sem que os relatórios fossem concluídos e publicados pelo órgão indigenista.

Por outro lado, a indefinição sobre o marco temporal faz impossível uma previsão acerca do cumprimento dos prazos estabelecidos nas portarias, na medida em que o governo hesita em avançar nos procedimentos que podem ser questionados pela Lei 14.701/2023. Efetivamente, a conclusão do trabalho de identificação avança em lento passo.

A rigor, foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) apenas três Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação em 2023, referentes às Terras Indígenas (TIs) Krenak de Sete Salões, em Minas Gerais, do povo Krenak; Sawré Ba’pim, do povo Munduruku, no Pará; e Kapôt Nhinore, dos povos Kayapó e Yudja, nos estados do Pará e de Mato Grosso.

Embora a pressão do Congresso contra os direitos territoriais indígenas seja clara, é impossível negar que o Executivo age muito aquém das expectativas na demarcação de terras indígenas.

Em 2023, o presidente Lula homologou apenas 8 terras indígenas, e, em abril de 2024, quando a expectativa era a assinatura de mais 6 homologações, apenas duas foram anunciadas. A causa da hesitação seria o receio com a vigência da Lei 14.701, que inclui entre seus dispositivos o marco temporal.

Na mesma tônica, o Ministério da Justiça não deu encaminhamento a nenhuma das terras indígenas já identificadas que aguardam declaração. Nomeado ministro do Supremo



Tribunal Federal (STF), o ministro Flávio Dino deixou a pasta, à frente da qual esteve entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2024, sem emitir uma única portaria declaratória. Seu sucessor, Ricardo Lewandowski, completou o primeiro semestre de 2024 com marca equivalente.

Esta postura teve como consequência direta a ocorrência de conflitos em diversos territórios indígenas do país, como outras categorias deste relatório evidenciam. O foco do governo federal em relação aos direitos territoriais indígenas ficou mais voltado à realização de algumas ações de desintrusão de terras já demarcadas. Nenhuma destas ações, contudo, teve o fôlego inicial da Força-Tarefa Yanomami, que também caiu em inércia sem que o garimpo tenha sido desarticulado por completo no interior da TI Yanomami.

Em 2023, as mudanças climáticas já afetaram a vida e os territórios indígenas de maneira indelével. Mais severas a cada ano, impactos gerados por alterações no clima geram destruição ambiental, perda de casas e plantações, locomoções forçadas, empobrecimento generalizado, doenças e ameaças à saúde alimentar.

A severa estiagem na Amazônia em 2023 secou as águas de rios e lagos ao ponto da temperatura das águas subir, causando a morte da fauna aquática. Os povos indígenas são os mais fortemente afetados por estas mudanças, que atingem diretamente seus meios de sustento, como também sua cultura, suas práticas e sua íntima relação com seus territórios – e ficam ainda mais vulneráveis sem a garantia da demarcação de suas terras.

Marco temporal

A principal disputa em relação às terras indígenas em 2023 girou em torno da tese ruralista do chamado “marco temporal”, que envolveu diretamente os três poderes da República sem, contudo, ter encontrado resolução definitiva. O marco temporal continua ameaçando os direitos constitucionais dos povos indígenas.

A tese busca restringir o direito destes povos à demarcação de suas terras, limitando-o apenas àquelas terras que estivessem sob sua posse comprovada em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Após anos de deliberações e adiamentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, em setembro de 2023, a votação do Recurso Extraordinário 1.017.365, processo de repercussão geral que versava sobre o marco temporal, em ação que discutia, no mérito, a demarcação da Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ, do povo Xokleng, em Santa Catarina.

Em vitória histórica para os povos indígenas, o STF fixou a rejeição da tese do marco temporal, embora questões importantes, como a indenização pela “terra nua” – ou seja, pela propriedade, e não apenas pelas benfeitorias nela existentes, como prevê a Constituição – a detentores de títulos particulares sobre terras indígenas, tenham ficado ainda em aberto.

O contragolpe foi imediato por parte do Congresso. Assim que o entendimento contrário ao marco temporal

Foto Maiara Dourado/Cimi



Acampamento Terra Livre 2023, em Brasília (DF)



ganhou maioria no Tribunal, o Senado Federal adotou regime de urgência para a tramitação e subsequente aprovação do Projeto de Lei (PL) 2903/2023, aprovado na Câmara mais cedo, no mesmo ano, como PL 490/2007. A proposição efetivou legislativamente o marco temporal, à revelia da decisão da Suprema Corte, assim como um conjunto de ataques aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Em outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou parcialmente o Projeto de Lei, incluindo entre seus vetos os artigos que instituíram o marco temporal. Contudo, o Congresso logo derrubou a maior parte dos vetos presidenciais e promulgou a Lei 14.701/2023 em dezembro, mantendo suas disposições sobre o marco temporal.

Imediatamente, outros projetos legislativos foram apresentados para expandir o ataque às terras indígenas e ao procedimento demarcatório. É o caso do PL 5524/2023, que dispõe sobre a indenização a proprietários de títulos sobrepostos a terras indígenas e prevê a permanência destes no território até o pagamento da indenização pela terra nua. Sem dúvida, outros projetos do tipo serão apresentados até que a inconstitucionalidade flagrante da Lei 14.701/2023 seja declarada no Judiciário.

A seguinte cronologia dos acontecimentos expõe a urgência com que o parlamento brasileiro busca forçar a tese do marco temporal como critério para a demarcação de terras indígenas:

24 de maio	Câmara dos Deputados aprova o PL 490/2007, que vira PL 2903/2023 no Senado
27 de setembro	STF declara marco temporal inconstitucional no âmbito do Recurso Extraordinário 1.017.365, porém, com certas questões não finalizadas levantadas durante a votação dos ministros
27 de setembro	Votação no Senado aprova em regime de urgência o Projeto de Lei 2903/2023, que se torna a Lei 14.701/2023
20 de outubro	Presidente Lula, no último dia do prazo, veta parcialmente o PL. Marcadamente, um dos pontos vetados é o que contempla o marco temporal
16 de novembro	É proposto o PL 5524/2023, que altera a lei para dispor sobre a indenização a proprietários de títulos em terras indígenas
14 de dezembro	Congresso derruba vetos presidenciais ao Projeto de Lei
28 de dezembro	Promulgada a Lei 14.701/2023

Situação geral das terras e demandas territoriais indígenas no Brasil

Os dados disponibilizados neste relatório apresentam a situação das Terras Indígenas com pendências em seu processo de reconhecimento no Brasil em julho de 2024, momento da publicação deste relatório.

A lista já incorpora, portanto, as alterações decorrentes das homologações, publicações de relatórios e GTs criados já durante os primeiros meses de 2024. A base de terras e demandas é atualizada com base em informações das comu-

nidades indígenas, da Funai e dos regionais do Cimi. À parte dos avanços nos processos administrativos, o Cimi trabalha constantemente para a atualização da lista conforme a realidade das demandas, resultando em alterações e correções em relação às listas presentes em relatórios passados.

As informações listadas têm como fontes: comunidades indígenas, o Cimi e a Funai. Dados atualizados em 05/07/2024

Situação geral das terras indígenas no Brasil	Quantidade	%
Registradas: demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU)	432	31,3%
Homologadas: com Decreto da Presidência da República. Aguardando registro	13	0,9%
Declaradas: com Portaria Declaratória do Ministério da Justiça. Aguardando homologação	64	4,6%
Identificadas: reconhecidas como território tradicional por Grupo de Trabalho da Funai. Aguardando Portaria Declaratória do Ministério da Justiça	47	3,4%
A identificar: incluídas na programação da Funai para futura identificação e delimitação, com Grupos de Trabalho técnicos já constituídos	157	11,4%
Sem providências: terras reivindicadas pelas comunidades indígenas sem nenhuma providência administrativa para sua regularização	563	40,8%
Reservadas: demarcadas como “reservas indígenas” à época do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ou adquiridas pela Funai, sem necessidade de estudo sobre ocupação tradicional	78	5,6%
Com portaria de restrição: terras que receberam portaria da Presidência da Funai restringindo o uso da área ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai	6	0,4%
Dominiais: de propriedade de comunidades indígenas	21	1,5%
TOTAL	1.381	100,0%



Terras indígenas com pendências administrativas

Fases dos procedimentos demarcatórios	Quantidade	Fases dos procedimentos demarcatórios	Quantidade
Sem providências	563	Declaradas	64
A identificar	157	Portaria de Restrição	6
Identificadas	47	Homologadas	13
TOTAL			850

Terras indígenas, por estado, com alguma pendência administrativa

UF	A identificar	Identificada	Declarada	Homologada	Portaria de Restrição	Sem providências	Total
Acre	6	0	0	1	1	6	14
Alagoas	2	1	1	1	0	6	11
Amapá	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	23	2	10	1	1	183	220
Bahia	5	5	0	1	0	18	29
Ceará	2	1	4	1	0	22	30
Distrito Federal	1	0	0	0	0	0	1
Espírito Santo	0	0	0	0	0	2	2
Goiás	1	0	0	0	0	0	1
Maranhão	4	2	1	0	0	6	13
Mato Grosso	14	5	7	3	1	23	53
Mato Grosso do Sul	16	4	10	5	0	114	149
Minas Gerais	3	3	0	0	0	13	19
Pará	13	5	5	0	1	24	48
Paraná	7	4	2	0	0	22	35
Paraíba	1	0	1	0	0	1	3
Pernambuco	5	2	1	0	0	9	17
Piauí	0	0	0	0	0	8	8
Rio Grande do Norte	1	0	0	0	0	7	8
Rio Grande do Sul	28	2	5	0	0	45	80
Rio de Janeiro	3	1	0	0	0	4	8
Rondônia	5	0	1	0	1	21	28
Roraima	1	0	0	0	1	2	4
Santa Catarina	5	0	10	0	0	7	22
Sergipe	1	0	0	0	0	2	3
São Paulo	5	10	4	0	0	14	33
Tocantins	5	0	2	0	0	4	11
Total	157	47	64	13	6	563	850

Homologações de terras indígenas por gestão presidencial

Governo	Período	Nº de homologações	Média anual
José Sarney	1985-1990	67	13
Fernando Collor de Melo	Jan/1991 - Set/1992	112	64
Itamar Franco	Out/1992 - Dez/1994	18	9
Fernando Henrique Cardoso	1995-2002	145	18
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2010	79	10
Dilma Rousseff	Jan/2011 - Ago/2016	21	3,8
Michel Temer	Ago/2016 - Dez/2018	1	0,4
Jair Bolsonaro	2019-2022	0	0
Luiz Inácio Lula da Silva	Jan/2023 - Jun/2024	10	6,7



SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS COM PENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL – POR ESTADO

ACRE (14)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (6)	Cabeceira dos rios Muru e Iboiaçu	Isolados	Tarauacá
	Estirão	Kulina, Jaminawa	Santa Rosa do Purus
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	Sena Madureira
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawa	Feijó
	Nawa	Nawa	Mâncio Lima
	Riozinho do Iaco (Manchineri do Seringal Guanabara e Guajará)	Manchineri, Jaminawa	Assis Brasil, Sena Madureira
Homologada (1)	Riozinho do Alto Envira	Ashaninka, Isolados	Feijó, Santa Rosa dos Purus
Portaria de Restrição (1)	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Isolados	Jordão
Sem providências (6)	Aldeia Nova Hananeri	Ashaninka	Feijó
	Igarapé Tapada	Isolados	Mâncio Lima
	Jaminawá Basiléia	Jaminawa	Brasiléia
	Kontanawa do Alto Juruá	Kuntanawa	Marechal Thaumaturgo
	Nukini (revisão de limites)	Nukini	Mâncio Lima
	Parque Estadual do Chandless	Isolados, Jaminawa, Manchineri, Sharanawa	Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano

ALAGOAS (11)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (2)	Jeripankó (revisão de limites)	Jeripankó	Pariconha, Água Branca
	Kalankó	Kalankó	Água Branca
Identificada (1)	Wassu-Cocal (revisão de limites)	Wassu	Joaquim Gomes
Declarada (1)	Xukuru-Kariri	Xukuru-Kariri	Palmeira dos Índios
Homologada (1)	Kariri-Xocó (revisão de limites)	Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio, São Braz
Sem providências (6)	Karuazu	Karuazu	Pariconha
	Katokim	Catokim	Pariconha
	Koiupanká	Pankararu - Koiupanká	Inhapi
	Pankararu de Delmiro Gouveia	Pankararu	Delmiro Gouveia
	Xukuru Palmeira	Xukuru-Kariri	Palmeira dos Índios
	Xukuru-Kariri - Taquarana	Xukuru-Kariri	Taquarana

AMAZONAS (220)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (23)	Aldeias Santa Maria e Nova Bacaba (Baixo Rio Jatapu)	Hixkaryana, Karará, Farukwoto, Kawarayana, Yowayana	Urucará
	Aracá-Padauri (Baixo Rio Negro)	Baré, Tukano, Baniwa	Barcelos, Sta. Isabel
	Auati-Paraná (Santa União)	Kokana, Miranha	Fonte Boa
	Baixo Marmelos	Torá, Munduruku, Matanawí, Tenharim,, Mura	Manicoré, Humaitá
	Baixo Rio Negro III Gleba Cauburis Caurés	Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Dessano, Tariano, Pira-Tapuya, Werekena, Ticuna, outros	Barcelos
	Baixo Seruini / Baixo Tumiã	Apurinã	Pauini
	Caiapucá	Jaminawa	Boca do Acre
	Capivara	Mura	Autazes
	Curriã	Apurinã	Lábrea
	Guapenu	Mura	Autazes
	Igarapé Paiol	Apurinã	Manaquiri
	Ikirema/Goiaba/Monte II	Jamamadi, Apurinã	Boca do Acre
	Jaminawá da Colocação São Paulino	Jaminawá	Boca do Acre, Sena Madureira
	Kapyra Kanakuri	Apurinã	Pauini
	Kaxarari (reestudo)	Kaxarari	Lábrea, Porto Velho (RO)



AMAZONAS (220) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (23)	Kulina do Rio Uerê (Matatibem)	Kulina	Carauari
	Lago do Barrigudo	Apurinã	Beruri
	Lago do Soares e Urucurituba	Mura	Autazes
	Massekury/Kãmapa (Jamamadi do Lourdes)	Apurinã, Jamamadi	Boca do Acre
	Muratuba	Mura	Autazes
	Pacovão	Mura	Borba
	Pantaleão	Mura	Autazes
Identificada (2)	São Gabriel/São Salvador	Kokama	Santo Antônio do Içá
	Jauary	Mura	Autazes
Declarada (10)	Vista Alegre	Mura	Careiro, Manaquiri
	Baixo Rio Negro II (Jurubaxi-Téa)	Arapaso, Baniwa, Baré, Desana, Nadób, Kuripaco, Pira-Tapuya, Tariana, Tikuna, Tukano	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro
	Cué-Cué/Marabitanas	Baré, Baniwa, Warekena, Desano, Tukano, Kuripako, Tariana, Pira-Tapuya, Tuyuka	São Gabriel da Cachoeira
	Guanabara	Kokama	Benjamin Constant
	Juruá	Kulina	Juruá
	Lago do Limão	Mura	Borba
	Murutinga/Tracajá (Tauari)	Mura	Autazes
	Ponciano	Mura	Careiro da Varzea, Autazes
	Riozinho	Tikuna, Kokama	Jutaí/Juruá
	Sissáima	Mura	Careiro da Várzea
Homologada (1)	Sururuá (Nova Aliança)	Kokama	Benjamim Constant, São Paulo de Olivença
Homologada (1)	Uneiuxi (reestudo)	Maku, Tukano	Santa Isabel do Rio Negro, Japurá
Portaria de Restrição (1)	Jacareúba/Katauxi	Katawixi, Isolados	Canutama, Lábrea
Sem providências (183)	Aldeia Aliança / Furo Preto	Kanamari	Itamarati
	Aldeia Gaviãozinho / Taquara	Kulina	Itamarati
	Aldeia Mari-Mari/Igarapé do Índio	Kulina	Itamarati
	Aldeia Monte Sinai	Kokama, Miranha, Kambeba, Tikuna, Mura, Madiha	Tefé
	Aldeia Patakauá	Munduruku	Manicoré
	Aldeia São Raimundo / Cauçu	Munduruku	Manicoré
	Aldeia Tuyuca	Tuyuca	Manacapuru
	Aldeia Waraná	Sateré-Mawé	Manaquiri
	Aldeias Inhaa-bé (Lote 43) e Hiwy (Lote 44)	Sateré-Mawé	Manaus
	Anarucú	Kokama, Tikuna	Fonte Boa, Tonantins
	Andiroba	Kokama	Tefé
	Apurinã do Igarapé Grande	Apurinã	Lábrea
	Apurinã do Rio Jacaré	Apurinã	Tapauá
	Arajaí	Mura / Apurinã, Miranha	Manaquiri
	Araucá	Miranha	Maraã
	Área reivindicada Monte Sião		Canutama
	Assunção	Kokama	Alvarães
	Bacaba	Paumari	Tapauá
	Baixo Rio Negro III Gleba Ajuricaba	Baré, Tukano, Baniwa, Arapaso, Dessano, Tariano, Pira-Tapuya, Werekena, Ticuna, outros	Barcelos
	Balbina-Adelina	Mura	Borba
	Barro Alto II	Munduruku, Kulina, Mura	Manaquiri
	Batedor	Kulina	Jutaí
	Boará/Boarazinho	Kambeba, Kokama	Tefé
	Boca do Futuro	Mura	Manaquiri
	Boca do Mucura	Kokama	Fonte Boa
	Bom Futuro	Tikuna	Tefé
	Bom Futuro/Lago do Jacaré	Mura	Careiro da Várzea
	Bom Jesus (Novo Airão)	Baniwa, Baré, Munduruku, Sateré-mawé	Novo Airão
	Bom Jesus do Tarará	Kokama	Jutaí



AMAZONAS (220) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (183)	Bonfim	Miranha	Tefé
	Caiambé/Barreirinha	Tikuna, Kokama, Kambeba	Tefé
	Caiapé	Munduruku	Manicoré
	Cainã	Baré, Munduruku, Apurinã	Manaquiri
	Cajual	Mura	Manaquiri
	Camaiuí	Munduruku, Mura	Manicoré
	Camaru	Kamanari	Fonte Boa
	Castanho	Baré, Tukano	Novo Airão
	Cauaçu	Tikuna	Uarini
	Ciriquiqui	Apurinã	Pauini
	Colônia	Witoto	Amaturá
	Cumarú	Kanamari	Fonte Boa
	Curara	Mura	Manicoré
	Divino Espírito Santo do Angelim	Tikuna	Coari
	Divino Espírito Santo do Laranjal	Tikuna	Coari
	Ebenézer	Miranha	Maraã
	Esperança (Estrada do Brasileirinho)	Kokama	Manaus
	Espírito Santo do Paraná das Panelas	Kaixana	Tonantins
	Feijoal Servalho	Kokama	Jutaí
	Garaperi/Lago da Vitória	Apurinã	Pauini
	Gavião Real (Silves)	Mura, Munduruku, Sateré -Maué	Silves
	Genipáua		Tefé
	Hixkaryana	Hixkaryana	Nhamundá
	Igapó Grande / Amanaim do Juaú	Tikuna, Kambeba, Miranha	Coari
	Igarapé Açu / Aldeia Nova Jerusalém	Kokama, Tikuna, Kambeba	Tefé
	Igarapé do Patauí	Kambeba, Matses Mayoruna, Tikuna	Tefé
	Igarapé Manacá	Kokama, Kaixana	Tonantins
	Igarapé Preto Bauana	Kanamari	Carauari
	Ilha do Jaquiri	Kambeba	Alvarães
	Ilha do Tambaquí	Tikuna	Jutaí
	Ilha do Tarará	Kokama	Jutaí, Fonte Boa
	Isolados do Alto Rio Marmelos	Isolados	Humaitá, Manicoré
	Isolados do Bararati	Isolados	Apuí, Cotriguaçu (MT)
	Isolados do Kurekete	Isolados	Lábrea
	Isolados do rio Ipixuna	Isolados	Tapuá/ Canutama
	Itapá	Karipuna	Canutama
	Itixi Xapitiri	Apurinã, Mura, Ticuna, Katukina	Beruri
	Jerusalém	Kaixana	Tonantins
	Jubará	Miranha	Maraã
	Jutaí/Igapó-Açu	Mura	Borba
	Kaimô	Mura, Munduruku	Manaquiri
	Kaixana de São Francisco do Muriá	Kaixana, Tikuna, Kokama	Tonantins
	Kakutina do Cuniú	Katukina	Tapuá
	Kanamari do Jutaí	Kanamari	Jutaí
	Kanariá	Kanamari	Alvarães
	Kaninari Itixi Mirixiti	Apurinã, Mura, Ticuna, Miranha, Jamamadi	Beruri, Tapuá
	Kariru	Kokama	Jutaí
	Katxibiri	Apurinã	Manacapuru
	Kawá	Mura	Borba
	Kokama de Acapuri do Meio	Kokama	Fonte Boa
	Kokama de Tonantins	Kokama	Tonantins
Kokama e Tikuna do Rio Içá	Kokama, Tikuna	Santo Antônio do Içá	
Kokama/Amaturá	Kokama	Amaturá	
Kokama/Benjamin Constant	Kokama	Benjamin Constant	
Kulina do Médio Jutaí	Kulina	Jutaí	
Kulina do Rio Akurawa	Kulina	Envira	
Lago do Pauru	Mura	Autazes	
Lago do Piranha	Mura	Careiro	
Lago dos Remédios	Munduruku	Manicoré	



AMAZONAS (220) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (183)	Laranjal	Miranha, Kokama, Pacaia	Alvarães
	Leão da Judá do Araçari	Mura, Tikuna	Coari
	Macedônia Canaã	Apurinã	Manicoré
	Mamoriá Grande	Apurinã, Isolados	Pauini
	Mamupina	Kokama	Fonte Boa
	Mamuri/Bela Vista	Katukina, Paumari, Mamori	Tapauá
	Maracaju II	Jamamadi	Boca do Acre
	Maraguá Pajy	Maraguá	Borba, Maués, Nova Olinda do Norte
	Martião	Kokama	Fonte Boa
	Menino Deus/Nova Esperança de Carapanatuba	Tikuna	Maraã
	Miranha do Caratiá	Miranha	Canutama
	Mirituba	Apurinã, Munduruku	Novo Airão
	Monte Muriá	Kokama, Kambeba, Tikuna	Fonte Boa
	Monte São	Tukano	Coari
	Mura do Itaparanã	Mura	Canutama
	Nazaré do Uruá	Mura	Manicoré, Novo Aripuanã
	Nossa Senhora da Saúde (Ilha Xibeco)	Kokama	Jutai
	Nossa Senhora de Fátima do Catuá/Putiri	Kokama	Coari, Tefé
	Nova Betânia	Miranha	Maraã
	Nova Canaã	Mura	Manaquiri
	Nova Esperança	Kokama	Manaus
	Nova Esperança (Manaquiri)	Munduruku / Kulina	Manaquiri
	Nova Esperança/Bom Jesus/Bela Vista	Kokama, Tikuna	Anori
	Nova Esperança/Menino Deus	Kaixana	Tonantins
	Nova Estrela do Inoá/Novo Amazonas		Coari
	Nova Jerusalém (Costa do Ambé)	Miranha	Anori
	Nova Jerusalém (Ilha da Cuxiuará)	Mura	Anori / Codajás
	Nova Jerusalém do Caruara	Miranha	Maraã
	Nova Macedônia	Avá-Canoeiro	Alvarães
	Nova Olinda	Kokama	Maraã
	Nova União	Mura	Itacoatiara
	Nova Vida	Mura	Autazes
	Novo Porto do Tipiema	Tikuna	Coari
	Onça	Mura	Borba
	Parirá		Manicoré
	Pauzinho/Belo Monte	Apurinã	Canutama
	Pedreira do Amazonas	Apurinã	Lábrea
	Pirahã (Borba)	Pirahã	Borba
	Piraiçu	Mura	Borba
	Pirarara	Apurinã	Manaquiri
	Ponta do Evaristo	Mamuri	Tapauá
	Porto Praia de Baixo	Kokama, Tikuna	Tefé
	Projeto Mapi	Kaixana	Tefé
	Queimado	Kanamari	Jutai
	Renascer	Mura	Careiro
	Rio Coari Grande	Arara, Katawixi, Miranha, Ticuna, Mura, Juma, Munduruku	Coari
	Rio Copeá	Apurina, Mura, Tikuna	Coari
	Rio Cuieiras	Baré, Tukano, Kambeba	Manaus, Nova Airão
	Rio Jacaré	Paumari	Tapauá
	Rio Juruá Minerauá	Kanamari, Kokama	Fonte Boa
	Sahuapé	Sateré-Mawé	Irاندuba
	Sákoa/Santa Vitória	Apurinã	Pauini
	Sampaio / Ferro Quente	Mura	Autazes
Santa Helena	Kokama	Jutai	
Santa Luzia	Kokama	Fonte Boa	
Santa Maria do Inambé	Kokama	Fonte Boa	
Santa Maria do Rio Içá	Kaixana	Tonantins	
Santa Maria e São Cristovão	Kaixana, Kokama	Santo Antônio do Içá	
Santa Rita do Badejo	Kokama	Fonte Boa	



AMAZONAS (220) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (183)	Santa Teresa, Kapote, Triunfo e Monte Sião	Kokama, Kambeba	Fonte Boa
	Santo Antônio do Aputuã		Canutama
	São Benedito e Menino Deus	Sateré-Mawé	Maués
	São Francisco	Apurinã	Manacapuru
	São Francisco do Servalho	Kokama	Jutaí
	São Jorge (Ponta da Castanha)	Tikuna / Miranha	Tefé
	São José da Boa Vista	Miranha	Coari
	São José do Amparo	Kokama	Tonantins
	São José do Mari	Maku	Alvarães
	São Lázaro	Kaixana	Tonantins
	São Miguel / São José Dururuá	Tikuna	Coari
	São Pedro do Norte e Palmari	Kokama	Atalaia do Norte
	São Pedro/Puduari	Apurinã, Baré	Novo Airão
	São Raimundo do Pirum	Kokama	Fonte Boa
	São Raimundo do Servalho	Kokama	Jutaí
	São Sebastião da Ilha do Mapana	Kaixana	Santo Antônio do Içá
	São Sebastião do Surubim	Kambeba, Kokama, Kulina, Tikuna	Coari
	São Tomé	Miranha, Mura	Manacapuru
	Sateré-Mawé/Boa Vista do Ramos	Sateré-Mawé	Boa Vista do Ramos
	Senhor é Meu Pastor	Kokama	Tonantins
	Severino	Apurinã e Tikuna	Tefé
	Síria	Kokama	Jutaí
	Taquara (AM)	Kanamari	Carauari
	Taquara Mura	Mura	Autazes
	Tauaru e Sacambu I	Kokama, Tikuna	Tabatinga
	Timbotuba	Mura	Manicoré
	Trevo	Apurinã, Paumari	Tapauá
	Tucano	Tucano	Uarini
	Tucumã	Apurinã, Mura	Humaitá
	Tupã do Paraná do Surubim	Miranha	Coari
	Tururukari-Uka	Kambeba	Manacapuru
	Tuyuka I e II	Kokama, Kambeba, Tikuna, Kaixana	São Paulo de Olivença
Valparaiso – Retiro	Apurinã	Boca do Acre	
Vila Alencar	Matses Mayoruna	Uarini	
Vila Presidente Vargas	Kaixana	Santo Antônio do Içá	
Yepê Pacatuba	Apurinã, Baré, Desana, Mura, Tukano, Tuyuca	Novo Airão	

BAHIA (29)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (5)	Coroa Vermelha (Ponta Grande)	Pataxó	Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro
	Coroa Vermelha Gleba C	Pataxó	Porto Seguro
	Fazenda Jenipapeiro	Atikum	Santa Rita de Cássia
	Mata Medonha (revisão de limites)	Pataxó	Santa Cruz Cabrália
	Surubabel	Tuxá, Atikum	Rodelas
Identificada (5)	Barra Velha do Monte Pascoal	Pataxó	Porto Seguro
	Comexatibá	Pataxó	Prado
	Tumbalalá	Tumbalalá	Abaré, Curaçá
	Tupinambá de Belmonte	Tupinambá	Itapebi, Belmonte
Tupinambá de Olivença	Tupinambá	Ilhéus, Buerarema, Una	
Homologada (1)	Aldeia Velha	Pataxó	Porto Seguro
Sem providências (18)	Aldeia Aratikum	Pataxó	Santa Cruz Cabrália
	Aldeia Renascer	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Alcobaça
	Aldeia Tuxi	Tuxi	Abaré
	Aldeias Kambiwá Reviver, Karwará, Karuara e Renascer	Kambiwá	Rodelas
	Angical	Atikum	Angical, Cotegipe
Caldeirão Verde	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Serra do Ramalho	

**BAHIA (29) - Continuação**

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (18)	Corumbauzinho	Pataxó	Prado
	Fazenda Curaçá	Atikum	Curaçá
	Neo Pankararé e Pankararé/ Rodelas	Neo-Pankararé, Pankararé	Rodelas
	Nova Vida, Nova Esperança, Bento Um e Beira Rio	Atikum	Rodelas
	Pankararú Gueyah	Pankararú Gueyah	Paulo Afonso
	Pataxó	Pataxó	
	Payayá/Utinga	Payaya	Utinga, Morro do Chapéu
	Serra do Ramalho	Fulni-ô	Serra do Ramalho
	Truká de Sobradinho	Truká	Sobradinho
	Truká-Tupan	Truká	Paulo Afonso
	Tupinambá de Itapebi	Tupinambá	Itapebi
Xacriabá de Cocos	Xacriabá	Cocos	

CEARÁ (30)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (2)	Anacé	Anacé	São Gonçalo do amarante, Caucaia
	Mundo Novo/Viração	Potiguara, Tabajara, Gavião, Tapuia	Monsenhor Tabosa, Tamboril
Identificada (1)	Tremembé de Almofala	Tremembé	Itarema
Declarada (4)	Lagoa Encantada	Genipapo-Kanindé	Aquiraz
	Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú, Pacatuba
	Tapeba	Tapeba	Caucaia
	Tremembé de Queimadas	Tremembé	Acaraú
Homologada (1)	Tremembé da Barra do Mundaú	Tremembé	Itapipoca
Sem providências (22)	Aldeia Gameleira	Kariri, Tapuia	São Benedito, Carnaubal
	Aldeia Nazário	Tabajara, Potiguara	Crateús
	Cajueiro (Tabajara)	Tabajara, Kalabaça	Poranga
	Camundongo e Santo Antônio	Tremembé	Itarema
	Fidélis	Tabajara	Quiterianópolis
	Gameleira / Sítio Fernandes	Kanindé	Aratuba, Canindé
	Gavião (CE)	Gavião	Monsenhor Tabosa
	Imburama	Tabajara	Poranga
	Kanindé	Kanindé	Aratuba, Canindé
	Kariri / Bairro Maratoã	Kariri	Crateús
	Lagoa dos Neris	Potiguara	Novo Oriente
	Lagoinha	Potiguara	Novo Oriente
	Monte Nebo	Potiguara	Crateús
	Nazário	Tabajara	Crateús
	Paripueira	Paiaçú	Beberibe
	Potiguara de Paupina	Potiguara	Fortaleza
	Potiguara em Monte Nebo	Potiguara	Crateús
	Sítio Poço Dantas - Umari	Kariri	Crato
Tabajara (Comunidade Olho D'Água dos / Canutos)	Tabajara	Monsenhor Tabosa	
Tabajara de Fideles e Croatá	Tabajara	Quiterianópolis	
Tabajara III	Tabajara	Ipueiras	
Tremembé de Arueira	Tremembé	Acaraú	

DISTRITO FEDERAL (1)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (1)	Fazenda Bananal / Santuário dos Pajés	Vários povos	Setor Noroeste

ESPÍRITO SANTO (2)

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (2)	Aldeia Ita Pará (Caparaó)	Guarani	Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto
	Chapada do A	Tupinikim	Anchieta



GOIÁS (1)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (1)	Carretão (reestudo)	Tapuia	Rubiataba, Nova América

MARANHÃO (13)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (4)	Governador/Pyhcop Cati Ji (reestudo)	Gavião	Amarante, Sítio Novo
	Taquaritiua	Akroá-Gamella	Viana; Penalva; Matinha
	Tremembé do Engenho	Tremembé	São José do Ribamar
	Vila Real	Guajajara	Barra do Corda
Identificada (2)	Kanela Memortumré	Kanela	Barra do Corda, Fernando Falção
	Porquinhos dos Canela-Apãnjekra	Kanela - Apãnjekra	Barra do Corda, Fernando Falção, Formosa Serra negra
Declarada (1)	Bacurizinho (reestudo)	Guajajara	Grajaú
Sem providências (6)	Anapuru Muypurá	Anapuru Maypurá	Brejo
	Igarapé dos Frades (Gavião de Imperatriz)	Gavião Krikatejê	Cidelândia / Imperatriz
	Kariu Kariri	Kariu Kariri	Estreito
	Tikuna da terra indígena Rodeador	Tikuna	Barra do Corda
	Tremembé de Raposa	Tremembé	Raposa
	Vila de Vinhais Velho	Tupinambá	São Luiz

MATO GROSSO (53)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (14)	Areões (Reestudo)	Xavante	Água Boa, Nova Nazaré
	Enawenê-Nawê (reestudo)	Enawenê-Nawê	Comodoro, Sapezal, Juína
	Eterãirebere	Xavante	Campinápolis, Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste
	Hu'uhi	Xavante	Paranatinga
	Isou'pá	Xavante	Água Boa, Capinápolis, Nova Xavantina
	Lago Grande/Rênôá Bero	Karajá	Santa Terezinha
	Norotsurã	Xavante	Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina
	Rio Arraias / BR 080	Kayabi	Marcelândia
	Roro-Walu (Jatobá/Ikpeng)	Ikpeng	Paranatinga
	Sangradouro/Volta Grande (reestudo)	Xavante, Boróro	Poxoréu, Novo São Joaquim, General Carneiro
	Tapirapé/Karajá (reestudo)	Tapirapé, Karajá	Luciara, Santa Terezinha
	Tereza Cristina (reestudo)	Boróro	Santo Antônio do Leverger
Identificada (5)	Terra do Moia Mala (Jaguari)	Guarani	Cocalinho
	Wawi (reestudo)	Kisêdjê, Tapayuna	Querência
	Apiaká do Pontal e Isolados	Apiaká, Isolados	Apiacás/MT, Apuí/AM
	Kapôt Nhinore	Kayapó, Yudja Juruna	Santa Cruz do Xingu, Vila Rica, São Félix do Xingu
	Menkü (reestudo)	Myky	Brasnorte
Declarada (7)	Paukalirajausu	Nambikwara	Nova Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade
	Wedese	Xavante	Cocalinho
	Batelão	Kayabi	Tabaporã, Nova Canaã do Norte, Juara
	Estação Parecis	Paresi	Diamantino, Nortelândia
	Kawahiva do Rio Pardo	Kawahiva (Isolados)	Coliza
	Manoki	Irantxe	Brasnorte
	Ponte de Pedra	Paresi	Campo Novo dos Parecis, São José do Rio Claro
Homologada (3)	Portal do Encantado	Chiquitano	Vila Bela da Santíssima Trindade, Porto Esperidião, Pontes Lacerca
	Uirapuru	Paresi	Campos de Júlio, Nova Lacerda
	Baía dos Guató	Guató	Barão do Melgaço, Poconé
Portaria de Restrição (1)	Cacique Fontoura	Karajá	Luciara, São Félix do Araguaia
	Pequizal do Naruvôtu	Naruwoto	Canarana, Paranatinga
	Piripkura	Isolados Piripkura	Colniza, Rondolândia



MATO GROSSO (53) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (23)	Aldeia Guajajara	Guajajara	Cláudia
	Aldeia Pescaria Monte Cristo	Chiquitano	Pontes e Lacerda
	Arara do Rio Guariba	Arara	Colniza
	Aykatensu	Nambikwara	Comodoro
	Bocaina	Chiquitano	Vila Bela da Santíssima Trindade
	Cabixi	Isolados	Comodoro
	Capitão Marcos	Paresi	Comodoro
	Chiquitano de Baía Grande	Chiquitano	Vila Bela
	Cidade de Pedra	Paresi	Tangará da Serra
	Kanela do Araguaia	Kanela do Araguaia	Luciara, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte
	Morcegal	Nambikwara	Comodoro
	Moreru-Pacutinga	Isolados	Cotriguaçu
	Nhandu-Braço Norte	Isolados	Guarantã do Norte
	Nova Fortuna	Chiquitano	Vila Bela da Santíssima Trindade
	Palmarito	Chiquitano	Vila Bela da Santíssima Trindade
	Pykabara / Kayapó e Kaiowá	Mebengokrê-Kayapó, Guarani-Kaiowá	Peixoto de Azevedo
	Rio Madeirinha	Isolados	Aripuanã
	Rio Tenente Marques	Isolados	Juína
	Santa Mônica	Chiquitano	Vila Bela da Santíssima Trindade
	Tapayuna	Tapayuna	Porto dos Gaúchos, Juara
Trumai / Kurapeat	Trumai	Nova Ubiratan	
Vila Nova Barbecho	Chiquitano	Porto Espiridião	
Xerente do Araguaia	Xerente do Araguaia	São Félix do Araguaia	

MATO GROSSO DO SUL (149)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (16)	Água Limpa	Terena	Rochedo
	Apyka'y (Curral de Arame)	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Amambaieguá (Guaivyry, Joyvy)	Guarani-Kaiowá	Amambai, Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã
	Apapegua (Kokue'i, Mbakiowá, Suvyrando, Damakue, Rincão Tatu, Naharatã, Guaakuá, Añaroca, Kandire, Jaguarí)	Guarani-Kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã, Antônio João, Jardim
	Brilhantepegua (Laranjeira Nhanderu, Boqueirão)	Guarani-Kaiowá	Rio Brilhante, Dourados
	Dourados Amambaiegua II (Lechucha, Matula, São Lucas, Bonito, Santiago Kue, Kurupi, Kurupa'i Mboka)	Guarani-Kaiowá	Dourados, Amambai, Caarapó, Laguna Caarapã, Naviraí, Juti
	Dourados Amambaiegua IV (Nu Porã)	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Iguatemipegua II (Ka'ajari, Karaja Yvy, Kamakuá, Kurusu Ambá)	Guarani-Kaiowá	Amambai, Coronel Sapucaia, Iguatemi, Paranhos, Tacuru, Japorã
	Iguatemipegua III (Mboiveve-Jety'ay, Karaguatay, Lampiño Kue, Jukeri, Vaqueriami/Jaguapire Memby)	Guarani-Kaiowá	Amambai, Coronel Sapucaia, Iguatemi, Paranhos, Tacuru, Japorã
	Nhandevapegua (Potrerito, Mocaja, Laguna Piru, Garcete Kue, Vitoi Kue)	Guarani Nhandeva	Paranhos, Sete Quedas, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Japorã
	Dourados-Amambaieguá III - Passo Piraju/ Nu Porã	Guarani-Kaiowá	Caarapó, Dourados
	Kinikinau do Agachi	Kinikinau	Miranda, Aquidauana
	Kokue'y (Mosquiteiro)	Guarani-Kaiowá	Ponta Porã
	Lalima (reestudo)	Terena, Kinikinau, Laiana	Miranda
	Pilad Rebuá (reestudo)	Terena	Miranda
	Remanso Guasu	Guarani-Kaiowá	Iguatemi
Identificada (4)	Dourados-Amambaiegua I (Javorai Kue, Pindoroky, Km 20 - Yrukutu, Laguna Joha, Tey'y Jusu, Guapoy, Nandeva, Jeroky Guasu, Nhamoi Guaviray, Kunumi Verá, Itagua, Pai Taviterá)	Guarani-Kaiowá	Dourados, Amambai, Caarapó, Laguna Caarapã, Naviraí e Juti
	Iguatemipegua I (Pyellito Kue, Mbarakay)	Guarani-Kaiowá	Iguatemi
	Panambi - Lagoa Rica	Guarani-Kaiowá	Douradina, Itaporã
	Ypoi/Triunfo	Guarani-Kaiowá, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva	Paranhos



MATO GROSSO DO SUL (149) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Declarada (10)	Buriti (reestudo)	Terena	Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia
	Cachoeirinha (reestudo)	Terena	Miranda
	Guyraroka	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Jatayvari	Guarani-Kaiowá	Ponta Porá
	Ofayé-Xavante	Ofayé-Xavante	Brasilândia
	Potrero Guaçu	Guarani Nhandeva	Paranhos
	Sombreiro	Guarani Nhandeva	Sete Quedas
	Taquara	Guarani-Kaiowá	Juti
	Taunay/Ipegue (reestudo)	Terena	Aquidauana
	Yvy Katu (jakarey)	Guarani Nhandeva	Novo Mundo, Iguatemi, Japorá
Homologada (5)	Arroio-Korá	Guarani-Kaiowá	Paranhos
	Jarara	Guarani-Kaiowá	Juti
	Ñande Ru Marangatu	Guarani-Kaiowá	Antonio João
	Sete Cerros	Guarani-Kaiowá, Guarani Nhandeva	Paranhos
	Takuaraty / Yvykuarusu / Takuarussu	Guarani-Kaiowá	Paranhos
Sem providências (114)	Água Bonita (Aldeia Urbana)	Terena, Guarani Nhandeva	Campo Grande
	Água Funda (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Aldeinha	Terena	Anastácio
	Anache	Terena	Campo Grande
	Arati Kuti	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Arivada Guasu	Guarani-Kaiowá	Tacuru
	Ava Tovilho	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Avaete 01	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Avaete 02	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Dourados Pegua	Guarani-Kaiowá	Dourados, outros
	Bakaiuva	Guarani-Kaiowá	Bela Vista
	Batel'ie Botelha Guasu	Guarani-Kaiowá	Tacuru
	Bocaja	Guarani-Kaiowá	Iguatemi
	Buena Vista	Guarani-Kaiowá	Juti
	Cabeceira Comprida	Guarani-Kaiowá	Antonio João
	Cambá-Corumbá	Kamba	Corumbá
	Cambaretã	Guarani-Kaiowá	Deodópolis
	Campo Seco	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Canta Galo	Guarani-Kaiowá	Amambai
	Carumbé	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Cerrito (retomada)	Guarani-Kaiowá, Guarani Nhandeva	Eldorado
	Cerro Peron	Guarani-Kaiowá	Paranhos
	Cerroy	Guarani-Kaiowá	Guia Lopes da Laguna
	Che ru pai Kué	Guarani-Kaiowá	Juti
	Chorro	Guarani-Kaiowá	Bela Vista
	Copa Vila	Terena	Campo Grande
	Curupaity	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Darcy Ribeiro (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Espadim	Guarani	Paranhos
	Estrela da Manhã (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Favela do Noroeste (Antigo Lixão)	Terena	Campo Grande
	Gerovey	Guarani-Kaiowá	Rio Brillhante
	Gua'akua Yvyrapyraka	Guarani-Kaiowá	Antonio João
	Gua'ay	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Guanandi	Terena	Campo Grande
	Guapoy	Guarani-Kaiowa	Amambai
	Guapuku	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Guapuku	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Guarani	Guarani-Kaiowá	Juti
	Inamaty Kaxé (Aldeia Urbana / Santa Mônica)	Terena	Campo Grande
Independente	Terena	Campo Grande	
Indú Brasil (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande	
Ita Poty	Guarani-Kaiowá	Dourados	



MATO GROSSO DO SUL (149) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (114)	Itaco'á	Guarani-Kaiowá	Itaporã
	Itapoa Takuaremboiy	Guarani-Kaiowá	Paranhos
	Ithaum	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Jaguarete kue	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Japorã	Guarani-Kaiowá	Tacuru
	Jardim Noroeste	Terena	Campo Grande
	Javevyry	Guarani-Kaiowá	Navirai
	Jepopete	Guarani-Kaiowá	Itaporã
	Jopara	Guarani-Kaiowa	Coronel Sapucaia
	Juiu-Barrero e Picandinha	Guarani-Kaiowá	Itaporã
	Junkal	Guarani-Kaiowá	Navirai
	Kaakaikue	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Kaipuka	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
	Kunumi Poty Vera	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Kurupa'y Voca	Guarani-Kaiowá	Navirai
	Lagoa de Ouro	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Laranjal	Guarani-Kaiowá	Jardim
	Laranjaty e Arroyo'í	Guarani	Japorã
	Leão Conde	Terena	Campo Grande
	Leblon	Terena	Campo Grande
	Lucero	Guarani	Coronel Sapucaia
	M(b)mukureaty	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Marçal de Souza (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Mbaragui	Guarani-Kaiowá	Coronel Sapucaia
	Mbarakajá Porã	Guarani-Kaiowá	Amambai
	Mborevyry	Guarani-Kaiowá	Navirai
	Nova Canaã (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Npuku	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Nu Vera Guasu	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Nu Verá I	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Nu Verá II	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Ouro Verde	Guarani-Kaiowá	Ponta Porã
	Pakurity (MS)	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Pantanal	Guató	Corumbá
	Paraíso dos Guerreiros	Terena e Kinikinau	Nioaque
	Paravá (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Pindoroka	Guarani-Kaiowá	Maracaju
	Poique	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Porto Desseado	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Quintino Kue	Guarani-Kaiowá	Laguna Caarapã
	Quinze de Agosto	Guarani-Kaiowá	Angélica
	Raichapiru	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Rancho Lima	Guarani-Kaiowá	Laguna Caarapã
	Salobinha-Miranda	Terena	Miranda
	Samakuã	Guarani-Kaiowá	Amambai
	Santa Mônica (Campo Grande)	Terena	Campo Grande
	São Jorge da Lagoa	Terena	Campo Grande
	São Pedro (MS)	Guarani-Kaiowá	Caarapó
	Serrote	Guarani-Kaiowá	Sidrolândia
	Sete Placas	Guarani-Kaiowá	Maracaju, Rio Brilhante
Setor das Moreninhas	Terena	Campo Grande	
Takuaju	Guarani-Kaiowá	Jardim	
Takuru Menby	Guarani-Kaiowá	Tacuru	
Tangara'y Karanguata'y e Kururu'y	Guarani-Kaiowá	Tacuru	
Tapesu'aty	Guarani	Paranhos	
Tarcila do Amaral	Terena	Campo Grande	
Taruma	Guarani-Kaiowá	Navirai	
Terena-Santa Rita do Pardo	Terena	Santa Rita do Pardo	
Tico Lipú	Terena	Aquidauana	
Tiradentes	Terena	Campo Grande	
Toro Piré	Guarani-Kaiowá	Dourados	
Tujukua	Guarani-Kaiowá	Dourados	



MATO GROSSO DO SUL (149) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (14)	Urukuty	Guarani-Kaiowá	Laguna Carapá
	Valiente Kue	Guarani	Paranhos
	Vila Bordon (Aldeia Urbana)	Terena	Campo Grande
	Ypytã	Guarani-Kaiowá	Tacuru
	Yvu Porã	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Yvu Vera	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Yvy Rory Poty	Guarani-Kaiowá	Dourados
	Yvyhukue	Guarani-Kaiowá	Tacuru
Yvype	Guarani-Kaiowá	Caarapó	

MINAS GERAIS (19)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (3)	Aranã	Aranã	Araçuaí, Coronel Murta
	Cinta Vermelha Jundiba	Pankararu, Pataxó	Araçuaí, Vale do Jequitinhonha
	Mocuriñ-Botocudo	Mocuriñ	Campanário
Identificada (3)	Kaxixó	Kaxixó	Matinho Campos, Pompeu
	Krenak de Sete Salões	Krenak	Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor, Santa Rita do Itueto
Sem providências (13)	Xakriabá (Reestudo)	Xakriabá	São João das Missões
	Aldeia Arapowa Kakyia	Xucuru Kariri	Brumadinho
	Aldeia Naô Xohá	Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe	São Joaquim de Bicas
	Aldeia Renascer Wakonã	Xucuru Kariri	Presidente Olegário
	Família Prates e de Jesus	Maxakali	Coronel Murta
	Gerú Tucunã	Pataxó	Açucena
	Kamakã Mongoió	Kamakã Mongoió	Brumadinho
	Luiza do Vale	Tembé	Rio Pardo de Minas
	Pataxó/Bertópolis	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Bertópolis
	Retomada Setor Bragagá	Tuxá	Buritizeiros
	Santo Antônio do Pontal	Pataxó	Governador Valadares
	Serra da Candonga	Pataxó	Guanhães
	Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba	Guarani	Uberlândia
Tuxá de Pirapora	Tuxá	Pirapora	

PARÁ (48)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (13)	Amanayé (de Goianésia do Pará)	Amanayé	Goianésia do Para
	Areal	Tembé	Santa Maria do Pará
	Baixo Tapajós I	Tupinambá, Maytapu, Cara Preta	Aveiro
	Baixo Tapajós II	Munduruku	Aveiro
	Borari de Alter do Chão	Borari	Santarém
	Escrivão	Cara Preta, Maytapu	Aveiro
	Jeju	Tembé	Santa Maria do Pará
	Karajá Santana do Araguaia (reestudo)	Karajá	Santa Maria das Barreiras
	Pacajá	Assurini	Portel
	Planalto Santareno	Munduruku, Apyaká	Santarém
	Sawré Juybu (São Luiz do Tapajós)	Munduruku	Itaituba
	Terra dos Encantados (Aningalzinho)	Tupaiú	Santarém
	Tracajá	Assurini	Baião, Tucuruí
Identificada (5)	Cobra Grande	Arapium, Jaraquí, Tapajó	Santarém
	Maró	Arapium, Borari	Santarém
	Sawre Ba'pim	Munduruku	Itaituba
	Sawré Muybu (Pimental)	Munduruku	Itaituba, Trairão
	Tuwa Apekuokawera	Aikewar, Suruí	Marebé, São Domingos do Araguaia
Declarada (5)	Bragança-Marituba	Munduruku	Belterra
	Kaxuyana-Tunayana	Hixkariana, Wai-Wai	Faro, Oriximiná, Nhamundá (AM)
	Maracaxi	Tembé	Aurora do Pará
	Munduruku-Taquara	Munduruku, outros	Belterra
Paquiçamba (reestudo)	Juruna, Yudjá	Vitória do Xingu, Anapú, Sen. José Porfírio	
Portaria de Restrição (1)	Ituna/Itatá	Isolados	Altamira, Senador José Porfírio, Anapu



PARÁ (48) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (24)	Akratikateje da Montanha	Gavião da Montanha	Nova Ipixuna
	Aldeia Ororobá	Atikum	Itupiranga
	Atikum de Redenção	Atikum	Redenção
	Baixo Tapajós/Arapiuns	Munduruku, Arapium	Santarém
	Barreira Campo	Karajá	Santa Maria das Barreiras
	Comunidade São Francisco	Juruna	Senador José Porfírio
	Cuminapanema Urucuriana	Isolados, Zoé	Óbidos, Alenquer
	Gleba São João	Canela, Guajajara, Guajá, Apinajé, Xipaya, Gavião do Maranhão, Xnixni Pai	São João do Araguaia
	Guajanaira	Guajajara, Guarani Mbyá	Itupiranga
	Guaribas	Munduruku	Altamira
	Igarapé Bom Jardim (Comunidade Jurucua)	Xipaia	Anapu, Vitória do Xingu
	Juruna da Comunidade do Buraco	Juruna	Anapu
	Kanaí	Atikum	Canaã dos Carajás
	Katuena	Kateuna	Oriximiná
	Kumaruara	Kumaruara	Santarém
	Muruci	Arapium	Santarém
	Nênhogô	Kayapó	Cumaru do Norte
	Nova Vista/Terra Preta	Arapium	Santarém
	Praialto	Gavião Parkatejê	Nova Ipixuna
	São José do Progresso	Arapium, Borari	Santarém
Tavaquara	Arara do Pará, Kuruáya, Xipáya, Juruna, Kayapó	Altamira	
Tupinambá	Tupinambá, Cara-Preta	Santarém	
Vila Franca	Arapium	Santarém	
Yawaerete	Arapium	Santarém	

PARAÍBA (3)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (1)	Barra do Gramame e Jacoca	Tabajara	Conde
Declarada (1)	Potiguara de Monte-Mor	Potiguara	Rio Tinto, Marcação
Sem providências (1)	Potiguara - Aldeia Taepe	Potiguara	Rio Tinto

PARANÁ (35)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (7)	Apucarana (revisão de limites)	Kaingang	Londrina
	Emã Kaingang de Vitorino	Kaingang	Vitorino
	Guarani de Ocoy	Avá-Guarani	São Miguel do Iguaçu
	Kaaguy Guaxy - Palmital	Guarani	União da Vitória
	Karugua / Araçai	Guarani Mbya	Piraquara, Curitiba
	Kuaray Haxa	Guarani, Xetá, Kaingang	Guaraqueçaba, Antonina
	V'ya Renda/Guarani de Santa Helena	Avá-Guarani	Santa Helena
Identificada (4)	Cerco Grande	Guarani Mbya	Guaraqueçaba
	Herarekã Xetá	Xetá	Ivaté
	Sambaqui	Guarani Mbya	Paranaguá / Pontal do Paraná
	Tekoha Guasu Guavirá	Avá-Guarani	Altônia, Guaíra, Terra Roxa
Declarada (2)	Boa Vista - PR	Kaingang	Laranjeiras do Sul
	Yvyporã Laranjinha	Guarani Nhandeva	Abatia, Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinha
Sem providências (22)	Acampamento de Campo Largo	Kaingang	Campo Largo
	Aldeamento Jataizinho	Guarani, Kaingang	Jataizinho
	Aldeia Kakané Porã	Guarani, Xetá, Kaingang	Curitiba
	Alto Pinhal	Kaingang	Clevelândia
	Arapoti	Guarani Mbya	Arapoti
	Aty Mirim/Itacorá	Avá-Guarani	Itaipulândia
	Emã Kangrê de Barracão	Kaingang	Barracão
Floresta de Piraquara	Kaingang, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva, Tukano, Krahô	Piraraquara	



PARANÁ (35) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (22)	Guarani / Toledo	Guarani	Toledo
	Ilha das Peças e Ilha da Pescada	Guarani	Guaraqueçaba
	Morro das Pacas (Superagui)	Guarani Mbyá	Guaraqueçaba
	Ortigueira	Kaingang	Ortiguera
	Rios Tapera e Cavernoso	Guarani Nhandeva	Cantagalo
	Serrinha (PR)	Kaingang	Tamarana
	Tekoá Tupã Nhe' e Cretã	Guarani, Kaingang	Morretes
	Tekoha Ara Porã	Avá-Guarani	Santa Helena
	Tekoha Curva Guarani/Tape Jere	Avá-Guarani	Santa Helena
	Tekoha Mokoi Joeguá / Dois Irmãos	Avá-Guarani	Santa Helena
	Tekoha Pyau	Avá-Guarani	Santa Helena
	Tekoha Vera Tupã'i	Guarani	Campo Mourão
	Tekoha Yva Renda	Guarani Mbya	Itaipulândia
Toldo Tupi Guarani	Guarani, Kaingang	Contenda	

PERNAMBUCO (17)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (5)	Fazenda Cristo Rei	Pankaiuká /Pankararu	Volta do Moxotó, Jatobá
	Fazenda Tapera (Ilha São Felix)	Truká	
	Fulni-ô (reestudo)	Fulni-ô	Itaíba, Águas Belas
	Pankararu Opará	Pankararu	Jatobá
	Serrote dos Campos	Pankará	Itacuruba
Identificada (2)	Pankará da Serra do Arapuá	Pankará	Carnaubeira da Penha
	Pipipã	Pipipã	Floresta
Declarada (1)	Truká (reestudo)	Truká	Cabrobó
Sem providências (9)	Aldeia Altinho	Pankararu	Tacaratu
	Aldeia Foklassa	Fulni-ô	Águas Belas
	Bom Sucesso	Atikum	Santa Maria da Boa Vista
	Brejinho da Serra	Pankararu	Petrolândia
	Fazenda Funil	Tuxá	Inajá
	Ilhas da Varge, Caxoi e Cana Brava	Tuxi	Belém de São Francisco
	Pankararu Angico	Pankararu	Petrolândia
	Poruborá	Poruborá	Inajá
Serra Negra	Kambiwá, Pipipã	Petrolândia	

PIAUI (8)

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (8)	Aldeia Ukair	Guajajara	Teresina
	Caboclos da Baixa Funda	Caboclos da Baixa Funda	Uruçuí
	Gamela	Gamela	Bom Jesus, Currais, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena e Uruçuí
	Gueguê do Sangue	Gueguê	Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro
	Kariri de Paulistana	Kariri	Paulistana
	Tabajara Colher de Pau	Tabajara	Piripiri
	Tabajara de Oiticica	Tabajara	Piripiri
	Tabajara Ypy / Canto da Várzea	Tabajara Ypy	Piripiri

RIO DE JANEIRO (8)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (3)	Arandu Mirim (Saco de Mamanguá)	Guarani Mbya	Paraty
	Araponga	Guarani	Paraty
	Parati-Mirim (reestudo)	Guarani Mbya	Paraty
Identificada (1)	Tekoha Jevy (Rio Pequeno)	Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva	Paraty
Sem providências (4)	Fazenda Campos Novos	Guarani Mbya	Cabo Frio
	Irirí Kanã Pataxi Ui Tanara	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Paraty
	Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita)	Guarani Mbya, Tupi Guarani	Maricá
	Tekoa Ara Hovy	Mbya Guarani, Tupi Guarani	Maricá

**RIO GRANDE DO NORTE (8)**

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (1)	Sagi/Trabanda	Potiguara	Baía Formosa
Sem providências (7)	Amarelão Novo	Potiguara Mendonça	Natal
	Caboclos de Assú	Caboclos de Assú	Açu
	Eleotério-Catu	Potiguara do Catu	Canguaretama, Goianinha
	Lagoa do Apodi	Tapuias Paiacus	Apodi
	Lagoa do Tapará	Tapuias Tarairiús	Macaíba
	Mendonça do Amarelão	Potiguara Mendonça	João Câmara
	Rio dos Índios	Potiguara	Ceará-Mirim

RIO GRANDE DO SUL (80)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (28)	Arroio do Conde	Guarani Mbya	Guaíba, Eldorado do Sul
	Borboleta	Kaingang	Espumoso
	Cacique Doble II	Kaingang	Cacique Doble
	Campo do Meio (Re Kuju)	Kaingang	Gentil, Ciriaco
	Capivari / Porã	Guarani Mbya	Capivari do Sul
	Carazinho	Kaingang	Carazinho
	Carreteiro (reestudo)	Kaingang	Água Santa
	Comunidade Zagaua (Konglui)	Xokleng	São Francisco de Paula, Riozinho
	Estiva / Nhuundy	Guarani Nhandeva	Viamão
	Inhacorá II	Kaingang	São Valério do Sul
	Itapuã / Pindó Mirim	Guarani Mbya	Viamão
	Ka'aguy Poty (Estrela Velha)	Guarani Mbya	Estrela Velha
	Kaingang de Iraí II	Kaingang	Iraí
	Kógunh Mág/Jagtyg Fykóg	Kaingang	Canela
	Lajeado do Bugre	Kaingang	Lajeado do Bugre
	Lami (Pindo Poty)	Guarani Mbya	Porto Alegre
	Ligeiro II	Kaingang	Charrua
	Lomba do Pinheiro/Anhetegua	Guarani Mbya	Porto Alegre
	Monte Caseros II	Kaingang	Moliterno, Ibiraiaras
	Morro do Coco	Guarani Mbya	Viamão / Porto Alegre
	Morro do Osso	Kaingang	Porto Alegre
	Nonoai/Rio da Varzea-RS (reestudo)	Kaingang	Trindade do Sul, Planalto, Nonoai, Liberato Salzano, Gramado dos Loureiros
	Passo Grande / Nhu Poty	Guarani Mbya	Barra do Ribeiro
	Petim / Arasaty	Guarani Mbya	Guaíba
	Ponta da Formiga	Guarani Nhandeva	Barra do Ribeiro
	Ponta do Arado	Guarani Mbya	Porto Alegre
	Segu	Kaingang	Novo Xingu
	Taim / Ita'y	Guarani Mbya	Rio Grande
Identificada (2)	Mato Castelhana	Kaingang	Mato Castelhana
	Votouro/Kandoia	Kaingang	Faxinalzinho, Benjamim Constant do Sul
Declarada (5)	Guarani de Águas Brancas	Guarani Mbya	Arambaré, Camaquã, Tapes
	Irapuá	Guarani Mbya	Caçapava do Sul
	Mato Preto	Guarani Nhandeva	Erebango, Erechin, Getúlio Vargas
	Passo Grande do Rio Forquilha	Kaingang	Sananduva, Cacique Doble
	Serrinha	Kaingang	Engenho Velho, Ronda Alta, Três Palmeiras, Constantina
Sem providências (45)	Acampamento Sertão	Kaingang	Sertão
	Acampamento TãnhMág (RS-453)	Kaingang	Cruzeiro do Sul
	Aeroporto	Kaingang	Salto do Jacuí
	Aldeia Forqueta	Kaingang	Caxias do Sul
	Aldeia Três Soitas	Kaingang	Santa Maria



RIO GRANDE DO SUL (80) - Continuação

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (45)	Cachoeira/Araçaty	Guarani Mbya	Cachoeira do sul
	Fág Nor	Kaingang	Passo Fundo
	Farroupilha	Kaingang	Farroupilha
	Goj Kosug	Kaingang	Capela de Santana
	Goj Nhur	Kaingang	Passo Fundo
	Guajayvi	Guarani Mbya	Charqueadas
	Guarani Aceguá	Guarani Mbya	Aceguá
	Guarani Bagé	Guarani Mbya	Bagé
	Guaviraty Porã	Guarani Mbya	Santa Maria
	Horto Florestal	Kaingang	Salto do Jacuí
	Ilha Grande	Guarani Mbya	Palmares do Sul
	Imbaa	Guarani Mbya	Uruguaiana
	Jaguarazinho	Guarani Nhandeva	São Francisco de Assis
	Jekupe Amba	Guarani Mbya	São Gabriel
	Júlio Borges	Kaingang	Salto do Jacuí
	Ka'aguy Porã	Guarani Mbya	Maquiné
	Kaingang de Bento Gonçalves	Kaingang	Bento Gonçalves
	Kaingang/São Roque	Kaingang	Erechim
	Kapi'i Ovy / Colônia Maciel	Guarani Mbya	Pelotas, Canguçu
	Lomba do Pinheiro	Kaingang	Porto Alegre
	Maquiné / Gruta / Espraiado	Guarani	Maquiné
	Mata São Lourenço	Guarani Mbya	São Miguel das Missões
	Morro Santana (Gãh Ré)	Kaingang	Porto Alegre
	Nhe'engatu (Fepagro)	Guarani Mbya	Viamão
	Para Roké	Guarani Mbya	Rio Grande
	Pekuruty/Arroio Divisa	Guarani Mbya	Arroio dos Ratos, Eldorado do Sul
	Piquiri	Guarani Mbya	Cachoeira do Sul
	PoMag	Kaingang	Tabaí
	Por Fy Ga	Kaingang	São Leopoldo
	Raia Pires	Guarani Nhandeva	Sentinela do Sul
	Retomada Barragem dos Bugres	Guarani Mbya	Canela
	Retomada Mato do Júlio/Cachoeirinha	Guarani Mbya	Cachoeirinha
	Santa Maria	Kaingang	Santa Maria
São Miguel (Faxinal)	Kaingang	Água Santa	
Takua Hovy	Guarani Mbya	Viamão	
Tenh Mág (Aldeia Butiá)	Kaingang	Pontão	
Três Forquilhas	Guarani	Terra de Areia	
Yakã Ju	Guarani Mbya	Santo Ângelo	
Ygua Porã	Guarani	São Miguel das Missões	
Yy Rupa	Guarani Mbya	Terra de Areia	

RONDÔNIA (28)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (5)	Cassupá e Salamã (Cascata)	Cassupá, Salamã	Chupinguaia, Vilhena, Corumbiara
	Karitiana (reestudo)	Karitiana	Porto Velho
	Kujubin do Rio Cautário	Kujubin, Djeoromitxi - Jabuti, Kanoé	Guajará Mirim, Costa Marques
	Migueleno (Rio São Miguel)	Migueleno, Puruborá	São Francisco do Guaporé, Seringueiras, São Miguel do Guaporé
	Puruborá do Rio Manuel Correia	Puruborá	Seringueiras, São Miguel, São Francisco
Declarada (1)	Rio Negro Ocaia II	Oro Wari	Guajara-Mirim
Portaria de Restrição (1)	Tanaru	Isolados	Chupinguaia, Corumbiara, Parecis
Sem providências (21)	Arikem (C. Estivado)	Arikem	Ariquem
	Cabeceira Rio Marmelo	Isolados	Machadinho Deste
	Djeoromitxi/Jabuti	Djeoromitxi/Jabuti	Alta Floresta do Oeste
	Guarasugwe-Riozinho	Guarasugwe	Pimenteiras do Oeste

**RONDÔNIA (28) - Continuação**

Situação	Terra	Povo	Município
Sem providências (21)	Igarapé Karipuninha/Serra 3 irmãos	Isolados	Porto Velho, Lábrea
	Kampé	Kampé	Ji-Paraná
	Makurap	Makurap	Rolim de Moura
	Mata Corá	Desaldeados	Costa Marques
	Pântano do Guaporé	Isolados	Pimenteiras do Oeste
	Parque Nacional do Bom Futuro	Isolados	Porto Velho, Alto Paraíso, Buritis
	Paumelenhos	Paumelenhos	Costas Marques
	Rebio Jaru	Isolados	Ji-Paraná
	Rio Candeias	Isolados	Porto Velho
	Rio Cautário/ Serra da Cutia	Isolados	Costa Marques, Guajara-Mirim
	Rio Formoso / Jaci Paraná	Isolados	Nova Mamoré, Guajará Mirim, Campo Novo de Rondônia, Buritis
	Rio Jacundá	Isolados	Cujubim, Itapuã do Jamari, Candeias do Jamari. P. Velho
	Rio Muqui / Serra da Onça	Isolados	Alvorado do Este, Urupa
	Rio Mutum Paraná / Karipuna	Isolados	Porto Velho, Nova Mamoré
	Rio Novo e Cachoeira do Rio Pacaas Novas	Isolados	Guajara Mirim
Sabanê	Nambikwara/Sabanê	Vilhena	
Wajuru	Wayoro/Ajuru, Sakirabiar	Alto Alegre do Parecis, Alta Floresta	

RORAIMA (4)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (1)	Arapuá	Macuxi, Wapichana	Alto Alegre
Portaria de Restrição (1)	Pirititi	Isolados Piriutiti	Rorainópolis
Sem providências (2)	Anzol	Macuxi, Wapichana	Boa Vista
	Serra da Moça (reestudo)	Macuxi, Wapichana	Boa Vista

SANTA CATARINA (22)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (5)	Cambirela	Guarani Mbya	Palhoça
	Massiambu / Pira Rupa	Guarani Mbya	Palhoça
	Mbiguaçu (revisão de limites)	Guarani Nhandeva, Guarani Mbya	Biguaçu
	Tekoa Dju Mirim/Amâncio Ygua Porã	Guarani Mbya	Biguaçu
	Yaká Porã / Garuva	Guarani Mbya	Guaruvá
Declarada (10)	Guarani de Araça'i	Guarani Nhandeva	Cunha Porã, Saudades
	Ibirama-La Klãnõ	Xokleng, Kaingang, Guarani Mbya	Dr. Pedrinho, Itaiópolis, J. Boiteux, Vitor Mereles
	Morro Alto	Guarani Mbya	São Francisco do Sul
	Morro dos Cavalos	Guarani M'bya, Nhandeva	Palhoça
	Pindoty / Conquista	Guarani Mbya	Araquari, Balneário, Barra do Sul
	Pirai	Guarani Mbya	Araquari
	Tarumã	Guarani Mbya	Araquari, Balneário Barra do Sul
	Toldo Imbu	Kaingang	Abelardo Luz
	Toldo Pinhal	Kaingang	Seara
Sem providências (7)	Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)	Kaingang	Entre Rios, Bom Jesus, Abelardo Luz, Ipuacu
	Fraiburgo	Kaingang	Fraiburgo
	Kaingang/Marechal Bormann	Kaingang	Chapecó
	Linha Limeira	Kaingang	Abelardo Luz
	Peperi Guasú	Guarani Nhandeva	Itapiranga
	Praia de Fora		Palhoça
	Reta / Itaju /Tapera	Guarani Mbya	São Francisco do Sul
Serra Dona Francisca	Guarani	Joinville	



SÃO PAULO (33)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (5)	Aldeia Renascer (Ywyty Guasu)	Guarani Nhandeva	Ubatuba
	Guarani de Paranapuã (Xixova Japui)	Guarani Mbya, Guarani Nhandeva	São Vicente
	Karugwá (Guarani Barão de Antonina)	Guarani Nhandeva, Terena	Barão de Antonina
	Pyhaú (Guarani Barão de Antonina)	Guarani Nhandeva	Barão de Antonina
	Tekoha Porã (Itaporanga)	Guarani Nhandeva	Itaporanga
Identificada (10)	Amba Porã	Guarani Mbya	Miracatu
	Boa Vista Sertão do Promirim (reestudo)	Guarani	Ubatuba
	Djaiko-Aty	Guarani, Nhandeva, Tupi	Miracatu
	Guaviraty	Guarani Mbya	Iguape
	Ka'aguy Hovy	Guarani Mbya	Iguape
	Ka'aguy Mirim	Guarani Mbya	Miracatu, Pedro Toledo
	Pakurity	Guarani Mbya	Cananéia
	Peguaoty	Guarani Mbya	Sete Barras, Miracatu
	Pindoty/Araçá-Mirim	Guarani-Mbya	Pariquera-Açú
Tapyi/Rio Branquinho	Guarani Mbya	Cananéia	
Declarada (4)	Itaóca	Tupi Guarani, Guarani Mbya	Mongaguá
	Jaraguá (reestudo)	Guarani	São Paulo, Osasco
	Ribeirão Silveira	Guarani Mbya	Bertioga, São Sebastião
	Tenondé Porã	Guarani Mbya	São Paulo, São Bernardo do Campo, São Vicente, Mongaguá
Sem providências (14)	Aldeia Filhos Dessa Terra	Pataxó, Pankararu, Pankararé, Wassu Cocal, Tupy, Kaimbé, Kariri, Xukuru	Guarulhos
	Aldeia Nova Aliança- Fazenda Noiva da Colina	Terena	Borebi
	Aldeinha	Guarani Nhandeva	Itanhaém
	Barigui	Tupi Guarani	Mongaguá
	Kariboka	Kariboka	Ribeirão Pires
	Kariri	Kariri	Cotia, Jundiá
	Mboi Mirim	Guarani	São Paulo
	Nhamandu Ouá	Guarani Mbya	Itanhaém
	Pakurity Jureia	Guarani Mbya, Guarani Nandeva	Iguape
	Paraíso / Rio Cumprido/ Yu Puku	Guarani Mbya, Tupi Guarani	Iguape
	Poty'y	Tupi Guarani	Itanhaém
	Tangará	Guarani Mbya	Itanhaém
	Tekoa Mirim	Guarani Mbya	Praia Grande
	Tupã Reko	Guarani Mbya, Guarani Nhandeva	Registro, Sete Barras

SERGIPE (3)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (1)	Fulkaxó	Fulkaxó	Pacatuba
Sem providências (2)	Kaxagó	Kaxagó	Pacatuba
	Xocó-Guará	Xocó-Guará	Gararu, Porto da Folha

TOCANTINS (11)

Situação	Terra	Povo	Município
A identificar (5)	Apinayé II	Apinayé	Tocantinópolis
	Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)	Javaé	Formoso do Araguaia, Sandolândia
	Krahô - Aldeia Takaywrá	Krahô Takaywrá	Lagoa da Confusão
	Krahô-Kanela (reestudo)	Krahô/Kanela	Lagoa da Confusão
	Wahuri (Javaé / Avá-Canoeiro)	Javaé	Sandolândia
Declarada (2)	Taego Āwa	Avá-Canoeiro	Formoso do Araguaia
	Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna	Karajá, Javaé	Pium
Sem providências (4)	Aldeia Pankararú	Pankararú	Figueirópolis, Gurupi
	Atikum/Gurupi	Atikum	Gurupi
	Fulni-ô de Tocantins	Fulni-ô	São Bento do Tocantins
	Kanela de Tocantins	Kanela	Araguaçu



Retomada no Tekoha Laranjeira Nhanderu, Rio Brilhante (MS), março de 2023. Sob a luz da lua cheia, rezadores Guarani Kaiowá se reúnem para um ritual de proteção no início da noite, após ouvirem tiros. Em luta pela terra, comunidade foi alvo de ataques e violência policial em 2023

Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra





CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS



No ano de 2023, foram registrados 150 casos de conflitos relativos a direitos territoriais, que ocorreram em pelo menos 124 terras e territórios indígenas em 24 estados do Brasil. A maioria dos registros envolve comunidades em contexto de luta pela terra, em muitos casos há vários anos. Muitos destes conflitos envolveram pressão, assédio e intimidações, e alguns deles chegaram a resultar em ataques armados e violência direta contra comunidades indígenas.

Destacam-se, neste contexto, os conflitos ocorridos nos estados da Bahia, do Mato Grosso do Sul e do Paraná. No extremo sul baiano, o povo Pataxó luta, há anos, pela conclusão da demarcação das Terras Indígenas (TIs) Comexatibá e Barra Velha do Monte Pascoal. Cansados de esperar por providências do Estado e sem espaço para praticar seu modo de vida tradicional, deram início a um movimento de retomada e autodemarcação de seus territórios, entre 2022 e 2023¹.

A reação de fazendeiros e latifundiários da região foi de extrema violência e vitimou, no início de 2023, dois jovens Pataxó: Samuel Cristiano do Amor Divino, de 23 anos, e Nauí Brito de Jesus, de 16. Eles foram assassinados na rodovia BR-101, nas proximidades do distrito de Montinho, onde haviam ido comprar alimentos para a retomada onde viviam, na TI Barra Velha do Monte Pascoal. Entre 2022 e 2023, quatro policiais militares (PMs) foram presos, acusados destes dois assassinatos e do homicídio de Gustavo Pataxó, 14 anos, morto em um ataque em setembro de 2022 na TI Comexatibá.

O envolvimento de policiais militares nas milícias rurais que atuam na região tem sido denunciado continuamente pelos Pataxó, que solicitaram ao governo federal a presença da Força Nacional de Segurança Pública na região. O pedido não foi atendido, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) chegou a emitir medidas cautelares em favor do povo, considerado pelo organismo em “situação de grave e urgente risco de dano irreparável aos seus direitos”². Também ganhou notoriedade, na região, a atuação do grupo ruralista intitulado “Invasão Zero”, acusado de incentivar ações violentas contra indígenas e movimentos sociais do campo³.

No Mato Grosso do Sul, conflitos e ataques contra comunidades e retomadas ocorreram em diversos territórios, especialmente na região sul do estado, onde vivem os povos Guarani e Kaiowá. As comunidades dos tekoha Kurupi, em Naviraí (MS), Pyelito Kue, em Iguatemi (MS), e Yvu Vera, em Dourados (MS), foram alvo de ataques de fazendeiros e seguranças privados.

Nos tekoha Kurupi, Yvu Vera e Laranjeira Nhanderu, este último em Rio Brilhante (MS), os Kaiowá e Guarani foram atacados por forças policiais, que agiram com extrema truculência – e de forma ilegal, sem mandado judicial – contra os acampamentos dos indígenas. As ações violentas resultaram em despejos, crianças, adultos e idosos feridos e pelo menos 13 indígenas arbitrariamente presos – que foram posteriormente colocados em liberdade devido à fragilidade das acusações.

A polícia também realizou detenções arbitrárias no tekoha Yvu Vera, onde dez indígenas foram presos durante o despejo de uma área reivindicada pelos indígenas no limite da Reserva Indígena de Dourados, local em que uma grande

1 **A busca pela terra e o movimento de autodemarcação dos Pataxó.** Maiara Dourado e Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação do Cimi. Matéria publicada originalmente no jornal Porantim, edição de março de 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/05/a-busca-pela-terra-e-o-movimento-de-autodemarcao-dos-pataxo>

2 **CIDH concede medidas cautelares aos membros do Povo Indígena Pataxó no Brasil.** CIDH, 24/04/2023. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2023/072.asp>

3 **‘Vamos com a PM retirar os invasores’: fazendeiros cercam famílias em área de reforma agrária.** Murilo Pajolla, Brasil de Fato, 27/04/2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/27/vamos-com-a-pm-retirar-os-invasores-fazendeiros-cercam-familias-em-area-de-reforma-agraria>



incorporadora pretende construir um condomínio de luxo. Na operação contra o tekoha Laranja Nhanderu, três Guarani Kaiowá chegaram a ser acusados de furto e foram detidos, acusados de suposta “desobediência”.

Em novembro de 2023, uma retomada Guarani Nhandeva foi atacada em uma fazenda sobreposta à TI Iguatemi I, na qual está localizado o tekoha Pyelito Kue. A ação envolveu um expediente comum em outros ataques realizados em anos recentes contra comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: homens armados, encapuzados e em diversas caminhonetes atacaram os indígenas, um jornalista e uma antropóloga que registravam a situação das retomadas Guarani e Kaiowá na região. Os relatos indicam estreita articulação entre os agressores e forças policiais, notadamente a PM e o Departamento de Operações de Fronteira (DOF)⁴.

Pouco tempo depois, no oeste do Paraná, as comunidades da TI Tekohá Guasu Guavirá, no oeste do Paraná, sofreram uma série de ataques violentos, atribuídos pelos Avá-Guarani a fazendeiros que se opõem à demarcação do território. Os ataques ocorreram entre os dias 23 e 25 de dezembro, no feriado de Natal, e envolveram disparos de armas de fogo, destruição de pertences dos indígenas e até a tortura de cachorros da comunidade. Os indígenas denunciam a existência de milícias armadas na região⁵.

Uma grande quantidade de conflitos ligados a projetos de infraestrutura e de grandes obras impactaram diretamente terras e territórios indígenas. Projetos do tipo ganharam novo fôlego com o anúncio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal. Estas obras envolvem, entre outras, a pavimentação de rodovias, a construção de ferrovias e a instalação de usinas e centrais hidrelétricas em rios que são utilizados pelos indígenas.

De maneira especialmente preocupante, a maioria destes projetos tem conseguido avançar no licenciamento ambiental sem respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada dos povos e comunidades indígenas a qualquer medida que afete diretamente seus territórios, conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

4 **Pyelito Kue: os relatos e a geografia dos ataques aos Guarani e Kaiowá em Iguatemi (MS).** Por Tiago Miotto e Ruy Sposati, Assessoria de Comunicação do Cimi, 19/12/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/12/ataques-pyelitokue>

5 **Nota do Cimi Regional Sul: violência atinge os Avá Guarani em pleno Natal.** Cimi Regional Sul, 26/12/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/12/nota-do-cimi-regional-sul-violencia-atinge-os-ava-guarani-em-pleno-natal>

Dentre estes projetos, destaca-se a ferrovia EF-170, conhecida como Ferrogrão, cujo traçado de quase mil quilômetros, voltado ao escoamento da produção do agronegócio, pretende ligar o município de Sinop, em Mato Grosso, ao distrito de Miritituba, na região do Tapajós, no Pará. A obra afetaria diversos territórios e povos indígenas e quilombolas, que têm se manifestado contra o projeto e cobrado respeito ao direito de consulta.

Situação igualmente grave ocorre no Amazonas, na região que pode ser impactada pela pavimentação de novos trechos da rodovia BR-319, entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO). A rodovia já tem funcionado como um vetor para as invasões de madeireiros, grileiros e caçadores a terras indígenas da região, que têm sido impactadas pelo aumento do desmatamento.

É o caso de TIs como Apurinã do Igarapé São João, Sepoti e Nove de Janeiro, nos municípios de Tapauá, Humaitá e Manicoré, entre outras. Um levantamento do InfoAmazonia estima que ao menos 40 terras indígenas e 38 unidades de conservação no Amazonas seriam impactadas pela obra – cujo licenciamento também avança sem a devida consulta aos povos indígenas afetados⁶.

No Nordeste, as comunidades das TIs Xukuru-Kariri, no Alagoas, e Kapinawá, em Pernambuco, são ameaçadas por projetos de construção de parques de energia eólica, que

6 **Com abertura de ramais planejados, impacto da BR-319 pode chegar a 40 terras indígenas e 38 unidades de conservação no Amazonas.** Leandro Melito, InfoAmazonia, 30/08/2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/30/com-abertura-de-ramais-planejados-impacto-da-br-319-pode-chegar-a-40-terras-indigenas-e-38-unidades-de-conservacao-no-amazonas>

Foto: Malara Dourado/Cimi



Acampamento Terra Livre 2023



também estão sendo planejados sem que os povos afetados tenham sido consultados.

Megaprojetos de mineração e exploração de recursos naturais também seguem ameaçando e gerando conflitos territoriais com diversos povos indígenas. É o caso do projeto de exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, que pode atingir terras indígenas no Amapá e é objeto de interesse da Petrobrás e de setores do governo federal; e do projeto de uma mineradora canadense para explorar uma grande mina de ouro na região do médio Xingu, no Pará, onde diversos territórios já foram gravemente afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

É o caso, também, do grande projeto de exploração de silvinita para a produção de potássio no território Mura de Lago do Soares e Urucurituba, em Autazes (AM). A empresa Potássio do Brasil, controlada pelo banco canadense Forbes & Manhattan, seguiu pressionando os indígenas e atuando politicamente para cooptar lideranças, inviabilizar a demarcação do território Mura e concluir o licenciamento do projeto, subvertendo o direito à consulta prévia, livre e informada dos indígenas. O projeto une interesses dos setores do agronegócio, do governo federal e da mineração, dado que o potássio é um dos principais insumos utilizados na produção de fertilizantes agrícolas.

Na Amazônia, também chamam atenção os conflitos causados pela realização de projetos ligados ao mercado de carbono em terras indígenas. Foram registrados pelo menos seis casos em que empresas assediaram ou chegaram a firmar projetos de “sequestro de carbono” em terras indígenas, sem respeito à consulta dos povos afetados.

Projetos do tipo, que não possuem regulamentação no Brasil, têm gerado conflitos internos e insegurança jurídica para povos indígenas. Casos foram registrados em TIs como Rio Biá, dos povos Katukina, Kokama e Tikuna, no Amazonas, na TI Munduruku, no Pará, e nas TIs Alto Turiaçu, Arariboia e Governador, dos povos Ka'apor, Guajajara e Pyhcop Cati Ji (Gavião), no Maranhão.

No Amazonas, outro caso correlato, já registrado no ano anterior, também seguiu gerando conflito: a venda de “NFTs” – espécie de ativos digitais ligado ao mercado de criptomoedas – de partes das TIs Baixo Seruini/Baixo Tumiã e Marienê, dos Apurinã.

Ignorando recomendações do Ministério Público Federal (MPF) em 2022, a empresa Nemus Brasil Participações S/A ofertou para venda como NFTs pelo menos 1.482 áreas destas TIs. A empresa se diz proprietária da área, para a qual prevê a exploração de 200 mil castanheiras, e garante que os investidores do projeto “sustentável” podem utilizar as áreas para geração de créditos de carbono⁷. Em 2024, o então prefeito de Lábrea, Gean Campos, foi condenado por manter trabalhadores em condição análoga à escravidão nos castanheais desta mesma área⁸.

7 **Empresa vende lotes de território indígena como NFTs sem conhecimento da Funai, do MPF e da própria comunidade.** Fábio Bispo, InfoAmazonia, 09/11/2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/11/09/empresa-vende-lotes-de-territorio-indigena-como-nfts-sem-conhecimento-da-funai-do-mpf-e-da-propria-comunidade>

8 **Justiça Federal do AM condena prefeito de Lábrea por exploração de trabalho análogo à escravidão.** A Crítica, 27/05/2024. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/justica-federal-do-am-condena-prefeito-de-labrea-por-explorac-o-de-trabalho-analogo-a-escravido-1.340737>

CONFLITOS RELATIVOS A DIREITOS TERRITORIAIS

150 Casos

ACRE

1 Caso

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): KATUKINA; NAUA; NUKINI; POYANAWA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Construção rodovia binacional Brasil-Peru

DESCRIÇÃO: Os povos indígenas que vivem no Acre, em especial nos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, continuam ameaçados com projeto defendido por políticos da região. Trata-se da construção de uma rodovia de 230 km que liga Cruzeiro do Sul, no Acre, até Pucallpa, no Peru. A rota, projetada para ligar o Brasil ao Peru, passa por quatro TIs e derrubaria 130 km de mata coberta. Há, além disso, há povos isolados no interior do Parque Nacional da Serra do Divisor, onde foi localizado um povo na cabeceira do Igarapé Tapada, que seriam afetados pela estrada. Não houve consulta aos povos indígenas e nem às comunidades tradicionais. Mesmo assim, os defensores da proposta continuam anunciando a construção dela, como algo viável e concreto.

Com informações de: *Cimi Regional Amazônia Ocidental*

ALAGOAS

6 Casos

TERRA INDÍGENA: KATOKINN

POVO(S): KATOKINN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: O povo Katokinn obteve o seu reconhecimento étnico em 2002, marcando o início de uma longa luta pela garantia de seu território tradicional. Apesar dos esforços e da visita de uma delegação de lideranças a Brasília no primeiro semestre de 2023, onde ficou acordada a criação de um Grupo de Trabalho para proceder aos estudos circunstanciados de identificação e delimitação da terra, especialmente o componente antropológico. Até o final de 2023 esse compromisso não foi cumprido. Enquanto isso, a comunidade Katokinn, localizada na periferia da cidade de Pariconha, enfrenta crescente urbanização, trazendo consigo uma série de desafios. Há oito anos, um grupo de 25 famílias Katokinn ocupa uma área de retomada, onde vivem em condições precárias, sem acesso adequado à moradia, saneamento básico, educação, saúde e meios de sustentáveis para sua subsistência. Essa situação afeta diretamente as práticas culturais e religiosas do povo, uma vez que a falta de acesso à terra dificulta a obtenção de matéria-prima para seus rituais e cerimônias tradicionais. Além disso, a impossibilidade de praticar a agricultura indígena, devido à falta de terra e de recursos adequados, impacta negativamente a segurança alimentar e a autonomia econômica da comunidade. Muitos homens e jovens Katokinn são forçados a migrarem para outras regiões, como o Sudeste e Centro-Oeste, em busca de trabalho nas indústrias de cana-de-açúcar, café, laranja e construção civil, onde já foram identificados casos de trabalho análogo à escravidão.

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Nordeste*

TERRA INDÍGENA: KARUAZÚ

POVO(S): KARUAZÚ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório

DESCRIÇÃO: No ano de 1999, o povo Karuazu obteve o reconhecimento étnico, mas a luta pela demarcação de seu território ancestral persiste e não há uma definição. Passaram-se cinco gerações ocupando a região, porém, a falta de terra os obriga plantar seu sustento em terras alugadas junto a terceiros, muitas vezes em troca da metade da produção, porque a outra parte vai para o proprietário. Muitos jovens e homens precisam migrar para o trabalho nas regiões sudeste e norte para sustentar suas famílias. Existe, além de tudo, a necessidade de pedir permissão aos fazendeiros vizinhos, quase implorando, para ter acesso à matéria-prima a ser utilizadas nos seus rituais. Enquanto isso, o desmatamento da caatinga, para loteamentos, se amplifica e compromete as práticas religiosas. Em março de 2023, as lideranças foram a Brasília reivindicar a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de identificar e demarcar o seu território.

Com informações de: *Lideranças; Cimi Equipe Nordeste*

TERRA INDÍGENA: KOIUPANKÁ

POVO(S): KOIUPANKÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório



DESCRIÇÃO: O povo Koiupanká obteve seu reconhecimento étnico em 2003, porém, o Estado brasileiro não realizou os estudos necessários para reconhecer oficialmente o seu território tradicional. No primeiro semestre de 2023, um grupo de lideranças foi a Brasília e ficou acertado que a Funai criaria um GT para os estudos circunstanciados de identificação e delimitação do seu território, porém esse procedimento não foi efetivado até o final do ano de 2023. A urbanização crescente tem avançado cada vez mais sobre a pequena área de terra do povo Koiupanká. Quando houve a necessidade de construir os prédios da escola e da saúde, algumas famílias precisaram doar pequenas porções de terras ou negociar a compra com a prefeitura. A prática da agricultura torna-se complexa e os indígenas enfrentam dificuldades para encontrar matéria-prima, através da qual conseguem utilizar e viabilizar seus rituais, muitos dos quais precisam ser realizados em terras de posseiros devido à falta de demarcação. Diante dessas dificuldades, muitos indígenas deslocam-se a outras regiões do país, em busca de trabalho, ou migram para os grandes centros urbanos. A falta de demarcação do território continua sendo uma questão central para o povo Koiupanká, que aguarda ansiosamente pelo reconhecimento de suas terras ancestrais.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: KARIRI-XOKÓ

POVO(S): KARIRI-XOKÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Durante sua participação no programa Roda Viva, da TV Cultura, em junho de 2023, o deputado Arthur Lira expressou uma visão colonialista sobre os povos indígenas, sugerindo que eles não necessitariam de terras, mas sim de estruturas e oportunidades dando-lhes condições de explorarem os recursos nas áreas já existentes. A família Lira possui vastas propriedades, incluindo terras sobrepostas à área Kariri-Xokó, homologada em abril de 2023. O fazendeiro Adelmo Pereira, parente de Lira, foi multado pelo Ibama por destruir parte dessa terra indígena, uma área considerada sagrada pelos Kariri-Xokó. Após sua morte, a gestão dessas propriedades passou à empresa ADM Administradora de Bens e Direitos, da qual Margarida Barroso Pereira, viúva de Adelmo, e seus filhos são sócios. Além disso, membros da família de Lira estão envolvidos na gestão de um frigorífico que compra gado das fazendas sobrepostas à TI Kariri-Xokó. Lira exerce pressão para a obstrução da demarcação e para a exploração ilegal dessas terras.

Com informações de: Brasil de Fato, 15/11/2023; De olho nos Ruralistas, 13/11/2023

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

POVO(S): XUKURU-KARIRI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório

DESCRIÇÃO: Desde 2010, os Xukuru-Kariri lutam pela demarcação de seu território, tendo sido publicada a portaria declaratória de identificação e delimitação da área, reconhecendo-a como de ocupação tradicional. No entanto, enfrentaram obstáculos devido a disputas territoriais com políticos locais, resultando em interferência de parlamentares que pressionaram pela paralisação do procedimento demarcatório. Essa luta remonta a 1952 e resultou na redução significativa do território original de 36 mil hectares para apenas 7.030 hectares no último relatório aprovado. Enquanto aguardam ansiosamente pela homologação de seu território, os Xukuru-Kariri continuam enfrentando uma série de desafios, incluindo invasões de suas terras, aumento da especulação imobiliária, desmatamento de suas florestas e a construção de grandes projetos turísticos em áreas já declaradas como pertencentes ao seu território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: XUKURU-KARIRI

POVO(S): XUKURU-KARIRI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto implantação parque eólico; falta de consulta

DESCRIÇÃO: No ano de 2023, foram iniciados estudos dentro do território Xukuru-Kariri com o objetivo de promover a implantação de turbinas eólicas sem consulta o povo. A empresa interessada na instalação dos cataventos informou que um documento foi assinado, há cinco anos, autorizando o empreendimento, fato desconhecido pelas lideranças e comunidade.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

AMAPÁ

1 Caso

TERRA INDÍGENA: UAÇA

POVO(S): GALIBI; KARIPUNA DO AMAPÁ; PALIKUR

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto de perfuração de poços de petróleo

DESCRIÇÃO: O MPF recomendou ao Ibama que rejeite o pedido de reconsideração da Petrobrás sobre o licenciamento ambiental referente a perfuração ex-

ploratória do bloco FZA-M-59, na foz do Rio Amazonas. A recomendação segue a mesma lógica da primeira solicitação da Petrobrás e enumera as inconsistências do pedido da licença. Dentre elas estão: as premissas equivocadas apresentadas pela empresa, que distorcem ou reduzem as manifestações do Ibama em pareceres anteriores, e o fato de a Petrobrás não ter se manifestado sobre aspectos cruciais ao indeferimento da licença de operação na foz do Amazonas. Além disso, a Petrobrás afirmou que a atividade pretendida está a 560 km da foz do Amazonas, porém omitiu que a área do poço Morpho permanece sob a influência hidrodinâmica do rio, que se estende por centenas de quilômetros. O órgão disse ainda que, ao insistir na obtenção da licença que já foi negada, a Petrobrás “lança mão de informação inverídica”. No reenvio do pedido, a petroleira afirmou que a área a ser explorada “comprovadamente” não tem unidades de conservação próximas ou povos indígenas. Conforme o MPF, isso não é verdade. Em dezembro, reportagem da CNN informou que a possível exploração de petróleo no estado do Amapá afetaria a rotina de 11.334 indígenas que vivem em 12 aldeias pela região.

Com informações de: CNN, 18/08/2023 e 19/12/2023; Poder 360, 19/08/2023

AMAZONAS

16 Casos

TERRA INDÍGENA: APURINÁ IGARAPÉ SÃO JOÃO

POVO(S): APURINÁ; MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: projeto de pavimentação de rodovia; falta de consulta

DESCRIÇÃO: As recomendações feitas pelo MPF em 2022, de ouvir os indígenas da área afetada pelas obras de abertura e pavimentação da BR-319, não foram seguidas em 2023. Além disso, setores da política local, especialmente nos estados do Amazonas e de Rondônia, seguiram fazendo gestão e pressão pela abertura de novos trechos da rodovia e sua pavimentação. As obras não constavam no PAC do governo federal no primeiro ano de Lula, no entanto, em dezembro de 2023, a obra acabou sendo inserida no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). Caso o projeto seja executado, haverá mais grilagem de terras públicas ao longo do curso da rodovia, devendo aumentar e impulsionar a exploração criminosa de madeira, segundo documentos que constam no processo de licenciamento ambiental em curso no Ibama.

Com informações de: Rede Onda Digital, 05/12/2023; G1/AM, 05/12/2023; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: BAIXO SERUINI/BAIXO TUMIÁ

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Comércio de NFTs

DESCRIÇÃO: A empresa Nemus Brasil Participações S/A, envolvida no comércio de NFTs (Tokens Não Fungíveis), desconsiderou, em dezembro de 2022, as recomendações do MPF, indicando a empresa que interrompa a “venda, negociação ou qualquer outra forma de comercialização de títulos incidentes sobre territórios indígenas ou tradicionais”, especialmente na região do Baixo Seruini/Baixo Tumiá. Embora o MPF tenha orientado a interrupção dessa prática, a empresa prosseguiu com as negociações, vendendo, por meio de NFTs, partes da terra indígena dos Apuriná. O órgão também recomendou à Funai que não emita autorizações de ingresso aos territórios indígenas da região, já que há a necessidade de consulta aos povos, portanto, que suspenda ou cancele eventuais autorizações já concedidas. A InfoAmazonia revelou que 1.482 áreas de terras indígenas foram registradas como NFTs, permitindo que compradores adquirissem virtualmente partes do território, o que levanta preocupações sobre a expropriação e invasão das terras indígenas. Essa prática tem gerado temor e incerteza entre os Apuriná, especialmente devido à falta de conclusão do procedimento de demarcação da TI, o que facilita a apropriação indevida da área pela empresa. O contexto é agravado pelas promessas da Nemus em explorar os recursos naturais e desenvolver atividades econômicas dentro da área em demarcação, além de oferecer benefícios irrisórios como forma de cooptação de lideranças indígenas. Essas ações representam uma grave ameaça aos direitos e à autodeterminação dos povos indígenas, bem como ao meio ambiente.

Com informações de: InfoAmazonia, 09/11/2023

TERRA INDÍGENA: BAIXO RIO MARMELOS

POVO(S): MATANAWI; MUNDURUKU; TORÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório; projeto de construção de rodovia; conflitos possessórios

DESCRIÇÃO: A TI Baixo Marmelos, habitada pelos povos Munduruku, Torá e Matanawi, vem sendo reivindicada há mais de 30 anos. A demora em iniciar o procedimento demarcatório tem provocado diversos conflitos e invasões. No ano de 2018, após mapeamento realizado pelas comunidades e com apoio



do Cimi, demandas foram apresentadas à Funai. Em 2023, com a chegada do novo governo, se esperava que fosse constituído o GT para estudo da área, mas, até o final do ano isso, não aconteceu. Atualmente, os conflitos e ameaças têm se intensificado, com destaque para o projeto de construção da BR-174, que atravessa a TI reivindicada, o que provocará a grilagem de terras na região sul do território e poderá gerar conflitos com outros povos, devido aos contratos de turismo que permitem a pesca naquela área.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: CUÉ CUÉ MARABITANAS

POVO(S): ARAPAÇO; BANIWA; BARÉ; DESANO; KURIPAKO; PIRATAPÚYA; TARIANO; TUKANO; WAREKENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Sobreposição de assentamento em TI

DESCRIÇÃO: Em 2022, a DPE do Amazonas instaurou um Procedimento para Apuração de Dano Coletivo visando apurar possíveis sobreposições e conflitos fundiários entre a TI Cué-Cué Marabitanas e o assentamento Teotônio Ferreira, em São Gabriel da Cachoeira. Os procedimentos prosseguiram em 2023, mas sem resultados. No território, os indígenas continuam com a esperança de que a questão fundiária venha a ser resolvida.

Com informações de: Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ PRETO BAUANA

POVO(S): KANAMARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão e exploração de recursos naturais

DESCRIÇÃO: Em 2023, não foram tomadas medidas de fiscalização ou proteção aos Kanamari da TI Igarapé Preto Bauana, apesar de ter sido denunciado desde 2018. A sobreposição da Resex Médio Rio Juruá no território dificulta o andamento do processo de demarcação do território e, com isso, os moradores da Resex, assim como não indígenas da cidade, continuam entrando e extraindo recursos naturais (madeira, peixe, caça, frutos silvestres). As ameaças provindas dos moradores da RDS Uacari, próxima à Resex, também continuam e há indígenas que, por falta de proteção, já comentaram que pensam em sair de sua área, com medo de que as ameaças se efetivem. Foi também por medo de represálias que os indígenas diminuíram as denúncias.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: MAMORIÁ GRANDE

POVO(S): ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Falta de proteção à área de povos isolados

DESCRIÇÃO: No ano de 2022, mês de dezembro, foram anunciadas medidas no sentido de se promover a proteção dos povos em situação de isolamento voluntário, a exemplo de Mamoriá Grande, município de Lábrea. Entretanto, em 2023, ações efetivas de proteção pela Funai foram escassas. A Portaria de Restrição de Uso e a instalação de uma Base de Proteção Etnoambiental (BAPE) na região, que foram discutidas com organizações indigenistas, incluindo a Eapil do Cimi, não foram implementadas. Embora tenha havido uma relação mais estreita e respeitosa com a Funai, devido ao novo governo e à presença de lideranças indígenas no órgão, pouquíssimo progresso foi feito na efetiva proteção da terra.

Com informações de: Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: APURINÁ DO IGARAPÉ TAWAMIRIM

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto de pavimentação de rodovia; falta de consulta

DESCRIÇÃO: A pressão sobre as comunidades da TI Apuriná do Igarapé Tawamirim, assim como em outras áreas afetadas pela BR-319, continuou em 2023 e se intensificou devido aos interesses econômicos, especialmente do agronegócio, que se fortalece na região Amacro (Amazonas, Acre e Rondônia). Políticos desses estados estão promovendo articulações para a efetivação do empreendimento. Segundo o site InfoAmazonia, a abertura da estrada BR-319 impactará 40 TIs e 38 unidades de conservação.

Com informações de: InfoAmazonia, 30/08/2023

TERRA INDÍGENA: NOVE DE JANEIRO

POVO(S): PARINTINTIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Falta de consulta; projeto de pavimentação de rodovia

DESCRIÇÃO: A abertura da estrada BR-319 impactará 40 terras indígenas e 38 unidades de conservação. Uma delas é a terra Nove de Janeiro, do povo Parintintin. As comunidades não foram ouvidas para dizer o que pensam e desejam. O processo de licenciamento não cumpriu os termos da Convenção 169, que garante a Consulta Prévia, Livre e Informada aos povos da área de afetação de um empreendimento. Houve, ao contrário, em 2022, a tentativa de manipular reuniões administrativas para que adquirissem o caráter de consulta. Em 2023, também não houve avanços por parte da

Funai no sentido de dialogar sobre a necessidade de se estabelecer um protocolo de consulta. Apesar de não ter sido respeitado essa norma legal para o licenciamento, os poderes políticos e econômicos fizeram, durante todo o ano, muita pressão midiática para que o governo federal incluísse o empreendimento no PAC. A obra não consta no PAC, mas foi inserida no Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027.

Com informações de: InfoAmazonia, 30/08/2023; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: RIO BIÁ

POVO(S): KATUKINA; KOKAMA; TIKUNA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto de crédito de carbono; falta de consulta

DESCRIÇÃO: O colombiano José Antonio Pérez Manrique propôs a criação de uma universidade exclusiva para os povos indígenas da região do Alto Solimões, no Amazonas, financiado por meio da venda de créditos de carbono. E para isso, Pérez Manrique e outras empresas colombianas, como Concepto Carbono, Carbo Sostenible, Terra Commodities e Yauto, buscaram assinaturas de pré-contratos com comunidades indígenas da região. Apesar de não ter autorização para a criação da universidade ou para o desenvolvimento de projetos de créditos de carbono, pelo menos seis “cartas de exclusividade” foram assinadas com a Concepto Carbono no sentido a implantar um projeto de sequestro de carbono nas florestas das TIs de Riozinho, Rio Biá, Estrela da Paz, Macarrão, Espírito Santo e Acapuri de Cima. Os projetos de carbono têm implicações significativas na vida e modo de ser das comunidades envolvidas, tanto no ambiente cultural como econômico. Aos líderes indígenas houve a promessa de que eles receberão 70% do valor da venda dos créditos de carbono. Há preocupações sobre falta de transparência e não há certeza nem informações sobre as formas de distribuição dessa renda. Os pré-contratos assinados impõem sigilo sobre os projetos e proibem as comunidades de iniciar ou assinar outros acordos para a redução de emissões sem autorização da Concepto Carbono. Em caso de conflitos, o foro para resolução é um tribunal arbitral em Bogotá, Colômbia. Esses projetos levantam questões sobre a falta de consulta prévia adequada às comunidades indígenas afetadas, conforme exigido pela Convenção 169 da OIT, e sobre a possibilidade de cláusulas contratuais consideradas abusivas. As preocupações incluem a desigualdade econômica entre as partes e a dificuldade de acesso ao judiciário brasileiro para resolver disputas.

Com informações de: Infoamazonia, 24/10/2023

TERRA INDÍGENA: SOARES/URUCURITUBA

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Assédio de empresa; projeto de mineração

DESCRIÇÃO: Em 2023, a empresa Potássio do Brasil, controlada pelo banco canadense Forbes & Manhattan, continuou suas tentativas de exploração de silvinita (rocha sedimentar composta por uma mistura mecânica dos minerais silvina e halita) para a produção de potássio na terra Soares/Urucurituba, em Autazes, mesmo diante da resistência da população indígena Mura. Apesar do apoio de diversos políticos locais, estaduais e nacionais, incluindo o vice-presidente da República, e da classe empresarial local e multinacional, a empresa enfrentou oposição de parte do MPF, que, ao receber informações sobre a falta de consulta às comunidades afetadas pelas atividades da Potássio do Brasil, passou a acompanhar o caso. Após constatar que a empresa estava conduzindo estudos e procedimentos na região sem consulta prévia, o MPF solicitou ao Ipaam o cancelamento da licença expedida e à Potássio do Brasil a suspensão das atividades de pesquisa na região até que as consultas previstas na legislação fossem realizadas. No entanto, nenhum dos pedidos foi atendido. As pesquisas vinham ocorrendo desde 2009, sem consulta às comunidades potencialmente afetadas, o que levou o MPF a intervir judicialmente. Mesmo após concordar em realizar as consultas, em consonância com a Convenção 169 da OIT, a empresa violou o acordo inicial, pressionando o povo Mura e levando o MPF a pedir multa e adotar medidas judiciais. Em abril, o presidente da Potássio do Brasil, Adriano Espescht, disse em nota que tomou conhecimento dos relatos dos indígenas e que “as acusações realizadas são fortemente estimuladas e incitadas pelo procurador federal”, referindo-se a Fernando Merlotto. Por sua vez, o procurador afirmou que as consultas em andamento junto povo Mura não têm sido nem “livres” nem “de boa fé”, citando ameaças contra os indígenas desde que a empresa iniciou a tentativa de aprovar o projeto de mina. O povo Mura solicitou ao MPF que o empreendimento fosse paralisado, e o MPF atendeu, recomendando à Funai a criação de um Grupo de Trabalho para dar continuidade ao procedimento de demarcação do território. O MPF argumentou que não cabe consulta sobre empreendimento minerário enquanto não avançar a demarcação da TI, habitada pelo povo Mura há 200 anos. O impasse persistiu e se intensificou no segundo semestre, com a adesão de outros políticos, instituições e grandes empresas ao debate.

Com informações de: MPF, 05/05/2023; Uol, 28/04/2023; Terra, 28/04/2023; Amazonia Real, 04/08/2023

**TERRA INDÍGENA:** SOARES/URUCURITUBA**POVO(S):** MURA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** apoio a empreendimento com fins particulares em TI

DESCRIÇÃO: Em março de 2023, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) publicou seu apoio à empresa Potássio do Brasil para exploração de silvinita, mineral primário de potássio, elemento químico para produção de fertilizantes de monoculturas do agronegócio. Em 23 de março, a UFAM assumiu publicamente apoio ao empreendimento e assinando o “Protocolo de Intenções com a empresa Potássio do Brasil”, representada pelo seu presidente Adriano Espescht. Alegaram, para tanto, a realização de ações necessárias à implementação e gestão do Programa Autazes Sustentável, cujo foco é implantar projetos socioeconômicos e ambientais no município de Autazes e região. Pretendem, segundo dizem, minimizar os possíveis impactos na extração do fertilizante cloreto de potássio, no município de Autazes. No entanto, com isso, sela-se uma parceria que desconsidera a existência e os direitos do povo Mura, que secularmente vive na região. Em 21 de maio, a UFAM admitiu que o processo de licenciamento do empreendimento da Potássio do Brasil não havia respeitado a Consulta Prévia, Livre e Informada, garantida pela Convenção 169 da OIT, a que os Mura têm direito, e que os impactos em suas vidas não estavam contemplados no EIA/RIMA elaborado pela Empresa Golder Associates, responsável pelo estudo.

Com informações de: UFAM, 21/05/2023, 27/03/2023

TERRA INDÍGENA: TAQUARA**POVO(S):** MURA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros; ameaças; danos ao ambiente

DESCRIÇÃO: Após atentado contra dois adolescentes, o povo Mura, da TI Taquara, localizada no município de Autazes, deu início, no dia 10 de janeiro, à retomada de uma área invadida por fazendeiros. Houve disparos de arma de fogo, cartucheira 16, contra dois jovens, e um deles acabou sendo atingido na perna. De acordo com as informações, o responsável pelo ataque foi um fazendeiro da região, invasor da TI. O território, de uso tradicional dos Mura, vem sendo ocupado de forma ilegal e violenta por fazendeiros, que criam gado e búfalos e, além disso, promovem atividades de pesca e turismo, ameaçando a integridade física e cultural dos Mura. Os indígenas desenvolvem atividades de coleta de castanha, açaí, pesca e caça, contudo, são impedidos de usufruir do local. A água, contaminada com excremento de búfalo, tornou-se imprópria para consumo. Há relatos de canoas destruídas a mando de fazendeiros e cruzeiros fixadas na área a fim de simbolizar indígenas mortos.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 20/01/2023

TERRA INDÍGENA: WAIMIRI-ATROARI**POVO(S):** ISOLADOS; WAIMIRI-ATROARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** não reconhecimento público de violência na ditadura

DESCRIÇÃO: A Associação Comunidade Waimiri-Atroari (Acwa) ingressou com uma ação civil pública em outubro de 2017, exigindo indenização de R\$ 50 milhões, junto à União, pelo genocídio ocorrido durante a construção da BR-174. O processo busca a reparação pelas violências aos direitos fundamentais e um pedido público de perdão. Embora a Justiça Federal no Amazonas, no ano de 2018, tenha reconhecido as práticas de violência e determinado que empreendimentos de grande impacto na TI não venham mais a ser implementados sem o consentimento prévio dos Waimiri-Atroari, a União, até o final de 2023, não respondeu às reivindicações da Acwa. O governo Lula destinou, em 2023, R\$ 100 milhões para a conservação da BR-174. Além disso, autorizou as obras do Linhão do Tucuruí que interligará Roraima ao SIN (Sistema Elétrico Nacional), com um custo de R\$ 2,6 bilhões. O projeto terá 122 km de extensão e passará pela TI Waimiri Atroari, o que causará 37 impactos, 27 deles irreversíveis, conforme o Plano Básico Ambiental apresentado pelos indígenas.

Com informações de: Sumaúma, 06/07/2023; Folha de Boa Vista, 04/08/2023; G1, 16/05/2023

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI**POVO(S):** KANAMARI; MARUBO; MATIS; MAYORUNA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Falta de fiscalização

DESCRIÇÃO: A Funai passou, no ano de 2023, por reformulações em seus quadros e políticas de atuação junto aos povos indígenas. Foram realizados diálogos para informações e diagnósticos das diferentes situações que vivem os povos indígenas do Vale do Javari. No entanto, segundo as lideranças da região, uma das explicações dadas pela Funai para não efetivar a fiscalização e proteção no território foi de que não tem recursos suficientes para atuar. A PF chegou a instalar uma base flutuante em Atalaia do Norte, mas ficou apenas 15 dias. A Equipe de Vigilância da Univaja-EVU manteve suas ações de vigilância e proteção do território, mas de forma frágil e insegura, diante

do descaso e da omissão que se perpetua. Com isso, os povos ficam mais vulneráveis diante dos criminosos que atuam na região.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS**POVO(S):** DIAHOI; PARINTINTIN; PIRAHÁ; TENHARIN**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Concessão madeireira em unidades de conservação

DESCRIÇÃO: Desde o final de 2022 e ao longo de todo o ano de 2023, o governo federal concedeu autorizações para exploração madeireira dentro de áreas de conservação federais e estaduais pela iniciativa privada. Um exemplo disso é a Floresta Nacional (Flona) Humaitá, uma unidade federal situada entre as terras dos povos Parintintin, Pirahá, Diahoi e Tenharin do rio Marmelos. Embora a Flona esteja localizada próxima à BR-230, ela causa um impacto gigantesco nessas comunidades e nas vidas dos indígenas, especialmente dos Pirahá, que são seminômades e transitam por uma parte da Flona. Esse contexto revela também que não houve o reconhecimento de importante parcela de suas terras, vulnerabilizando ainda mais os povos em toda a região.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de crédito de carbono; falta de consulta

DESCRIÇÃO: A Carbonext, empresa associada à Shell, enfrenta acusações de violação aos direitos indígenas em contratos de créditos de carbono na Amazônia. As denúncias dão conta de que os empresários pressionaram as lideranças a assinar documentos em branco, oferecendo dinheiro adiantado para exclusividade na venda de créditos de carbono em suas terras. A Shell, por meio da Carbonext, buscava captar 120 milhões de créditos de carbono por ano, até 2030, para compensar suas emissões de gases do efeito estufa. O MPF e a Procuradoria Federal da Funai investigam as suspeitas de ilegalidades nos contratos. Se confirmadas as violações, as empresas podem enfrentar ações judiciais e reparar eventuais danos causados. A Funai destaca que projetos de carbono em TIs devem respeitar a Convenção 169 da OIT e que a consulta prévia é essencial. O governo brasileiro está discutindo uma proposta legislativa para regular o mercado de carbono no país.

Com informações de: InfoAmazonia, 31/10/2023

BAHIA**10 Casos****TERRA INDÍGENA:** BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL**POVO(S):** PATAXÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário; ataque de milícias rurais

DESCRIÇÃO: No dia 17 de janeiro de 2023, Samuel Cristiano do Amor Divino, de 25 anos, e o adolescente Nauí Brito de Jesus, de 16 anos, foram perseguidos e executados por pistoleiros que atuam para fazendeiros em conflito com os Pataxó do extremo sul da Bahia. Os dois jovens tinham saído para comprar alimentos no distrito de Montinho, que fica próximo à retomada onde viviam. O distrito faz parte do município de Itabela (BA) e fica na margem oposta da BR-101, que delimita o território indígena. Ambos foram mortos na estrada, onze dias depois de iniciada a retomada das fazendas Condessa e Veneza, propriedades localizadas dentro dos limites da TI Barra Velha do Monte Pascoal. Os conflitos com fazendeiros, somados a pressão de empresários do turismo sobre as terras Pataxó têm tirado a liberdade de as pessoas circularem no próprio território e também nas cidades da região. Em janeiro, um PM foi preso por suspeita de participar da execução de Samuel e Nauí.

Com informações de: Cimi Regional Leste; G1/BA, 30/01/2023; Assessoria de Comunicação do Cimi, 14/02/2023

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA**POVO(S):** PATAXÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Ameaças; intimidações; cerco armado

DESCRIÇÃO: Grupos indígenas solicitaram à CIDH que exigisse do Estado brasileiro a proteção das comunidades Pataxó no extremo sul da Bahia, por conta dos ataques promovidos por agentes do Estado em articulação com latifundiários. Em documento assinado por diversas instituições, como Cimi, Apoinme, Apib e outras, foram solicitadas medidas cautelares à CIDH, por conta de “risco de dano irreparável” contra o povo Pataxó. Os indígenas do extremo sul da Bahia vêm enfrentando, desde o mês de junho de 2022, um cenário de violência continuada. “Para além das ameaças e dos cercos armados, tiroteios nas comunidades, bem como difamações e campanhas de desinformação, por parte da mídia local e instituições públicas, houve o assassinato de 3 indígenas na região nos últimos meses”, denunciaram em janeiro, após os assassinatos do adolescente Gustavo Pataxó, 12 anos, na TI Comexatibá, em 2022, e dos



jovens Samuel, 23 anos, e Nauí, 16 anos, na TI Barra Velha do Monte Pascoal, com suspeita de envolvimento de milícias. Em abril, a CIDH concedeu medidas cautelares ao povo, solicitando ao Estado brasileiro que adotasse “as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal” dos membros do povo Pataxó, “inclusive de atos perpetrados por terceiros, levando em consideração a pertinência cultural das medidas adotadas”, coordenando as medidas com os indígenas e seus representantes, e informasse à Comissão “sobre as ações adotadas para a investigação dos fatos” que motivaram a adoção da medida cautelar, para “evitar sua repetição”.

Com informações de: UOL, 24/01/2023; Cimi Regional Leste; CIDH, 24/04/2023

TERRA INDÍGENA: COMEXATIBÁ

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário; especulação imobiliária; atuação de milícias rurais

DESCRIÇÃO: O povo Pataxó, em meio a embates com fazendeiros dentro das TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá, no extremo sul da Bahia, cobra do governo federal a demarcação dos seus territórios, cobiçados pelo agronegócio e pelos setores imobiliário e de turismo. Os indígenas têm sido vítimas de diversos casos de violências, como ameaças, emboscadas e assassinatos, inclusive de jovens. Lideranças do povo Pataxó realizaram manifestação no dia 07/02, em Brasília, para cobrar a demarcação de seu território na região de Porto Seguro e Prado. O povo denuncia a existência de milícia rural na Bahia, que vem atuando, de forma ainda mais acirrada, desde o ano passado. A situação se tornou ainda mais grave com a suspeita do envolvimento de policiais militares no assassinato de três indígenas. Quatro PMs foram presos, acusados pelos crimes, sendo que o último policial preso estaria realizando um trabalho privado de segurança para os fazendeiros. O professor da UFRRJ e estudioso de milícias no Rio, José Cláudio Souza Alves, concorda com o uso do termo, pois “são grupos que se estruturam dentro da estrutura do estado, recebem financiamento de empresários e comerciantes, são treinados com nossos impostos para praticar danos à vida alheia. (...) estão controlando territórios a partir dos interesses de grupos ligados ao agronegócio”.

Com informações de: Metrôpoles, 14 e 15/02/2023; Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Decisão de reintegração de posse; especulação imobiliária

DESCRIÇÃO: Três reintegrações de posse foram emitidas contra os Pataxó da TI Barra Velha do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, que aguarda publicação da portaria declaratória pelo ministro da Justiça. No dia 17 de março, duas decisões liminares do juiz Raimundo Bezerra Mariano Neto, da Justiça Federal de Teixeira de Freitas (BA), determinaram reintegrações contra os indígenas. Uma delas favoreceu os proprietários da fazenda Marie, sobreposta à TI, e outra determinou o despejo da comunidade da aldeia Quero Vê, atendendo ao pedido da proprietária de uma área de oito lotes de 300 metros quadrados sobrepostos à TI. Os Pataxó, em janeiro de 2022, reagindo ao aumento da especulação imobiliária e à descaracterização do local próximo à praia pelos empreendimentos turísticos, retomaram algumas dessas áreas. Em março de 2023, a comunidade também foi informada de outra decisão contra a aldeia Quero Vê, favorável ao pedido de outro proprietário de dois lotes sobrepostos ao território. A decisão havia sido emitida pela Justiça Estadual da Bahia em Prado, que, além de ignorar que disputas envolvendo indígenas são de competência federal, sequer mencionava a palavra “indígena” no processo. As decisões da Justiça Federal foram suspensas pelo STF a pedido da DPU, e a decisão da justiça estadual, após recurso da comunidade, foi suspensa pela Justiça Federal. Contudo, ainda não há decisão de mérito nesses processos.

Com informações de: Cimi Regional Leste; Assessoria de Comunicação do Cimi, 23/03/2023; DPU

TERRA INDÍGENA: COMEXATIBA (ALDEIA CAHY)

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Decisão reintegração de posse

DESCRIÇÃO: No dia 17 de março, o juiz Raimundo Bezerra Mariano Neto, da Justiça Federal de Teixeira de Freitas (BA), emitiu uma decisão de reintegração de posse contra a aldeia Alegria Nova, localizada na TI Comexatibá. A decisão atende ao pedido dos proprietários da Fazenda Santa Rita III, sobreposta ao território Pataxó e retomada pelos indígenas em junho de 2022. Com caráter liminar, a decisão estabelecia um prazo de 72 horas, a partir da notificação da comunidade, para a desocupação da área, desobedecendo determinação do STF que suspendeu reintegrações de posse contra indígenas até o julgamento do recurso extraordinário de repercussão geral sobre terras indígenas. Após reclamação constitucional da DPU ao Supremo, a reintegração foi suspensa.

Com informações de: Cimi Regional Leste; Assessoria de Comunicação do Cimi, 23/03/2023; DPU

TERRA INDÍGENA: PONTA GRANDE

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Especulação imobiliária

DESCRIÇÃO: A pressão sobre os Pataxó da TI Ponta Grande continuou em 2023. Há forte atuação dos setores hoteleiro e de aviação contra a demarcação da área, reivindicada pelos indígenas. A região é bastante cobiçada por empreendimentos turísticos, devido à sua beleza e localização. Além disso, a presença de um aeroclube nas proximidades acaba pressionando os indígenas. A pista de pouso é muito próxima à aldeia e os aviões fazem voos rasantes sobre a comunidade, gerando desconforto entre os indígenas. O aeroclube chegou, inclusive, a embargar a obra de implementação de uma rede de energia que atenderia a comunidade indígena. Os Pataxó relatam que os proprietários do aeródromo buscam aumentar a área do empreendimento sobre a da comunidade. A proximidade com a zona urbana de Porto Seguro também contribui para a vulnerabilização dos indígenas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: TUXÁ

POVO(S): TUXÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Instalação dentro de terra indígena

DESCRIÇÃO: A Justiça Federal condenou a Coelba pela construção de uma linha de transmissão no território Tuxá, em Banaê, Bahia. A empresa deverá pagar uma indenização equivalente ao dobro do valor da terra à comunidade indígena, além de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos. Os funcionários da Coelba estão proibidos de entrar no território sem prévia comunicação à Funai e aos indígenas. A entrada só será permitida em situações de extrema urgência, sob pena de multa diária de 10 salários mínimos por dia de invasão. A decisão considera tanto os danos materiais quanto os morais, incluindo o temor constante de acidentes elétricos e a preocupação com a retirada da defesa natural do território. Além disso, os Tuxá acreditam que os Encantados habitam a mata de Jurema, onde está localizada a linha de transmissão. Eles temem que a retirada da vegetação local afugente essas entidades. Segundo o MPF, a comunidade indígena Tuxá de Banaê, oriunda da etnia Tuxá da cidade de Rodelas, foi obrigada a deixar sua terra tradicional na década de 1980 devido à construção da Hidroelétrica de Itaparica. Seu território foi inundado, o que levou à fragmentação da comunidade em sete grupos distintos.

Com informações de: G1/BA, 18/05/2023

TERRA INDÍGENA: TRUKA TUPÁ

POVO(S): TRUKA TUPÃ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ameaças; intimidações; ataques a tiros

DESCRIÇÃO: Na aldeia Truká Tupan, as ameaças e intimidações são constantes e amplamente denunciadas. No início do ano, a cacica Erineide sofreu um atentado a tiros. Quase diariamente, motoqueiros passam pela frente da aldeia e atiram a esmo na direção das casas. Além disso, animais são soltos na terra indígena para destruir as plantações que a comunidade utiliza em sua prática alimentar. Por outro lado, os animais dos indígenas são mortos a facadas: cachorros, bodes, ovelhas e galinhas são deixados, depois de mortos, para que os Truká-Tupan vejam.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste; GGN, 18/08/2023

TERRA INDÍGENA: BARRA

POVO(S): KIRIRI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição de cercas

DESCRIÇÃO: O gado de um fazendeiro vizinho à aldeia Itaim, na TI Barra, no município de Muquém do São Francisco, tem destruído as cercas que delimitam o território indígena, adentrando a área da comunidade. O caso foi denunciado à Funai de Paulo Afonso (BA) e, no final do ano, ainda aguardava providências.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: FAZENDA SEMPRE VERDE

POVO(S): PANKARARU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição de cercas; invasão; criação de gado

DESCRIÇÃO: Funcionários de um fazendeiro romperam as cercas que delimitam a área indígena para soltar o gado numa parte da reserva localizada no município de Muquém do São Francisco. Os funcionários já foram notificados algumas vezes de que essa ação é proibida, mas não respeitaram os pedidos dos indígenas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

**CEARÁ****1 Casos****TERRA INDÍGENA:** ANACÉ**POVO(S):** ANACÉ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Reintegração de posse

DESCRIÇÃO: Há uma decisão de reintegração de posse contra o povo Anacé, determinada pelo juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Em novembro de 2022, os indígenas das aldeias São Sebastião, Japuara, Pau Branco, Mangabeira e Serra se mobilizaram e ocuparam a Aldeia das Queimadas. Eles defendem que o território é ancestral. A área havia sido queimada num incêndio provocado em outubro de 2020. Hoje, tem plantações que abastecem 10 famílias e uma estrutura comunitária onde as pessoas moram. O conflito foi parar na Justiça, que nesses dois anos recebeu diversos pareceres e notas técnicas a favor dos povos originários. A DPE e a DPU questionam a competência do juiz estadual em julgar o caso, que deveria ser federalizado.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste***DISTRITO FEDERAL****1 Caso****TERRA INDÍGENA:** FAZENDA BANANAL / SANTUÁRIO DOS PAJÉS**POVO(S):** GUAJAJARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Construção de via urbana; ordem de remoção de comunidade

DESCRIÇÃO: Os Guajajara cercaram terras próximas à via W9 Norte, em Brasília (DF). Eles se opõem à recomendação do MPF que pede a desconstrução da Teko Haw, habitada por cerca de 50 famílias. A ocupação está situada entre os limites da TI Bananal, também conhecida como Santuário dos Pajés, e uma pista de asfalto. Na recomendação, o MPF alega que a ocupação é indevida porque a TI não foi reconhecida pela Funai. O território, segundo a recomendação, é ocupado pelos Guajajara desde 2010, quando a comunidade veio do Maranhão para mobilizações em Brasília e montou o Acampamento Indígena Revolucionário (AIR). Os residentes, no entanto, dizem que a etnia já residia no DF antes disso. O MPF solicita o desmonte da aldeia com base em um acordo de 2019, entre Terracap, Funai e outros órgãos, que delimitou 32,5 hectares para os indígenas, permitindo a construção da Via W9. No entanto, os Guajajara afirmam não terem sido notificados oficialmente da ordem de retirada, causando incerteza e insegurança na comunidade. Enquanto o DF Legal busca resolver o conflito, os indígenas destacam a importância de serem consultados sobre questões que afetam seu território e sua identidade étnica, enfatizando seu direito à terra e à paz.

*Com informações de: Correio Brasiliense, 10/11/2023***MARANHÃO****3 Casos****TERRA INDÍGENA:** ALTO TURIAÇU**POVO(S):** KA'APOR**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de crédito de carbono; fomento de conflitos internos

DESCRIÇÃO: Desde o início de 2023, a empresa Wildlife Works e a ONG Forest Trends, ambas norte-americanas, vem estimulando ou provocando conflitos internos entre o povo Ka'apor, na TI Alto Turiaçu, tendo em vista a implementação de um projeto de crédito de carbono no território. Embora a empresa esteja dialogando com a Associação Ka'apor Ta Hury do Rio Gurupi, algumas aldeias e lideranças, organizadas pelo Conselho de Gestão Ka'apor, são contrárias aos interesses da empresa. Além disso, a Wildlife Works não possui registro nacional, o que configura ilegalidade. Com base em experiências anteriores, os indígenas temem mudanças nas relações no território, o que pode gerar violência, exclusão e o acirramento de conflitos internos, que já estão ocorrendo.

*Com informações de: Intercept Brasil, 27/11/2023***TERRA INDÍGENA:** ARARIBOIA**POVO(S):** GUAJAJARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de crédito de carbono; fomento de conflitos internos

DESCRIÇÃO: Empresas associadas ao mercado de carbono vêm fomentado os conflitos internos entre o povo Guajajara, na TI Arariboia, ao impor a implantação de um projeto de crédito de carbono no território. Embora a empresa esteja dialogando com algumas lideranças, várias aldeias e

outras lideranças organizadas são contrárias aos interesses da empresa. Os indígenas temem as mudanças nas relações dentro do território, o que pode gerar violência e exclusão.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão***TERRA INDÍGENA:** GOVERNADOR**POVO(S):** PYHCOP CATI JI (GAVIÃO)**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de crédito de carbono; fomento de conflitos internos

DESCRIÇÃO: Empresas associadas ao mercado de carbono estimulam os conflitos internos entre o povo Gavião, na TI Governador. Visam a implantação de um projeto de crédito de carbono no território. O método é recorrente: a empresa estabelece canais de diálogos só com algumas lideranças, deixando de fora outras aldeias e lideranças que são contrárias aos seus interesses. As comunidades estão preocupadas porque esse tipo de divergências, em geral, são gatilhos de conflitos internos insanáveis.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão***MATO GROSSO****21 Casos****TERRA INDÍGENA:** ALDEIA SANTA APARECIDA**POVO(S):** CHIQUITANO**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Omissão e morosidade na demarcação; conflitos fundiários

DESCRIÇÃO: A demora, de parte do poder público, na demarcação da TI do povo Chiquitano, incluindo a aldeia Aparecida e outras que são reivindicadas, vem deixando a população em situação de vulnerabilidade, especialmente pelas ameaças e demais práticas de violência contra eles. O cacique encontra-se em programa de proteção, em função de ter denunciado os abusos e os crimes. Atualmente, as comunidades contam com pouca terra para subsistência, já que fazendeiros invadem e cercam territórios e, até o lago, de onde tiram o sustento, foi cercado. Sem acesso à terra eles não conseguem plantar as roças. Não há soberania alimentar.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** APIAKÁ / KAYABI**POVO(S):** APIAKÁ; ISOLADOS; KAYABÍ; MUNDURUKU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Apesar de ter sido identificada em 2011, a TI Apiaká/Kayabi, localizada no município de Juara, no Mato Grosso, continua avanços quanto ao procedimento demarcatório. Essa falta de ação tem gerado conflitos na região, especialmente com madeireiros e fazendeiros. A TI abriga os povos Apiaká, Kayabí, Munduruku e também grupos isolados. Os embates decorrem da disputa pelo uso da terra e de seus recursos naturais, o que coloca em risco a segurança e os direitos desses povos indígenas.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** BARBECHO**POVO(S):** CHIQUITANO**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: A situação do povo Chiquitano, já denunciada, permaneceu conflituosa em 2023. Há anos, os Chiquitano reivindicam a demarcação da TI Barbecho, localizada em Porto Espiridião e em outros municípios do estado. Até o final de 2023, a Funai não havia criado o GT para a identificação desse território, o que tem gerado situações de conflitos e ameaças na região e trazendo dificuldades à sobrevivência dos Chiquitano, que permanecem confinados em poucos hectares na beira da estrada, empurrados para esse local pelo fazendeiro que ocupa o território tradicional.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** BATELÃO**POVO(S):** KAYABÍ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Embora identificada desde 2007, a TI Batelão, pertencente ao povo Kayabí e localizada no município de Tabaporá, permanece sem medidas efetivas para sua demarcação. Nesse período, a área tem enfrentado problemas sérios de invasão por parte de fazendeiros e madeireiros, que exploram ilegalmente os recursos naturais da região.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** ERIKBAK TSA**POVO(S):** RIKBAK TSA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de instalação de 4 UHEs; falta de consulta



DESCRIÇÃO: Apesar de as TIs Erikbaktsa, Japuira e Escondido já estarem demarcadas, há um projeto para a construção de quatro usinas hidrelétricas (UHEs) no rio Juruena que inundarão as terras do povo Rikbaktsa. A bacia hidrográfica do rio Juruena, localizada no noroeste de Mato Grosso, é a mais extensa do estado, abrangendo 29 municípios e drenando cerca de 19 milhões de hectares. A bacia concentra 23 territórios de mais de 10 povos indígenas e a abundância de água tem atraído o setor hidrelétrico, resultando em um aumento expressivo de projetos na região. De acordo com um relatório da Opan, há 179 UHEs projetadas para a bacia do rio Juruena, um aumento de 39,8% em comparação aos dados de 2019. Os Enawenê-Nawê, por exemplo, já não têm peixes suficientes para alimentação e rituais, e o tutãra, molusco usado pelo povo Rikbaktsa, corre risco de extinção. Dos 179 projetos inventariados, 20% estão em operação, 10% em construção e 70% em fase de planejamento. Entre esses projetos, as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) representam 46% dos empreendimentos, as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 40% e as UHEs, 14%. As CGHs têm potência de até 5 megawatts e vêm enfrentado processos menos criteriosos para obter licenças ambientais.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso; Gezeta Digital, 19/12/2023

TERRA INDÍGENA: JARUDORI

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO/CONFLITO: conflito fundiário; judicialização da área; ameaças

DESCRIÇÃO: A área reservada ao povo Bororo no tempo do Marechal Rondon sofreu esbulho durante anos, em função da titulação de terras por parte do governo do estado de Mato Grosso. Atualmente se encontra judicializada e com invasão de posseiros, o que aumenta os conflitos e dificulta o usufruto da terra por parte do povo. A morosidade na regularização da TI Jarudori aumenta a insegurança e a violência contra as lideranças. A cacica foi incluída em programa de proteção de defensores de direitos humanos.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: KANELA DO ARAGUAIA

POVO(S): KANELA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação; conflitos possessórios

DESCRIÇÃO: O povo Kanela do Araguaia reivindica a demarcação de seu território na região entre os municípios de Luciara, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha. As demandas fundiárias não foram solucionadas e eles continuam convivendo com a destruição do seu lar e ameaças de supostos proprietários das terras que reivindicam, sob a pressão e a ameaça de grileiros, posseiros e fazendeiros.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: KAPÔT NHINORE

POVO(S): KAYAPÓ; YUDJA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Judicialização de processo demarcatório

DESCRIÇÃO: A Funai aprovou, em julho, os estudos de identificação e delimitação da TI Kapôt Nhinore, localizada nos estados do Pará e Mato Grosso, com 362.243 hectares de superfície. A terra é habitada pelos povos Yujdá e Mebengokré, conhecido como Kayapó. A partir dessa data, foram ajuizadas diferentes ações que questionam o procedimento demarcatório. A bancada bolsonarista de Mato Grosso encaminhou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre o estudo da Funai que delimitou a TI. O documento é assinado pela senadora Margareth Buzetti (PSD-MT). A ação é uma ofensiva contra a regularização fundiária que poderá, se aprovada, promover a desapropriação de 201 fazendas que fazem divisa com a TI. A medida foi tomada após uma reunião com o governador Mauro Mendes (União) e os parlamentares federais de Mato Grosso. No mês de setembro, a partir de requerimento da deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre a suposta inconstitucionalidade da delimitação da terra. Em dezembro, a deputada entrou com um mandado de segurança para suspender o processo de demarcação do território, e o juiz o acolheu no dia 05/12, porém três dias depois reverteu a própria decisão e reconheceu, em ofício, a "incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o presente mandado de segurança, uma vez que impetrado contra ato de ministra de Estado".

Com informações de: Funai, 28/07/2023; Gazeta Digital, 07/08/2023; O Liberal, 11/09/2023; Uol, 13/12/2023

TERRA INDÍGENA: KAWAHIVA DO RIO PARDO

POVO(S): ISOLADOS; KAWAHIVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: invasão e desmatamento

DESCRIÇÃO: A Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Campo Novo do Parecis (Coprodia), uma usina de álcool e açúcar, está reivindicando na Justiça Federal o direito de explorar duas fazendas na terra indígena Kawahiva do Rio Pardo, na região de Colniza (MT), divisa com o Amazonas. Documentos e relatórios da Funai confirmam a presença dos indígenas na região há mais de 20 anos. No entanto, a Coprodia, listada entre as maiores empresas do agronegócio brasileiro, alega não encontrar vestígios da presença indígena nas áreas em questão e busca rever a demarcação da TI. A área em disputa foi interditada pela Funai em 2001, após a identificação de Kawahiva isolados na região. Expedições realizadas até 2006 encontraram 45 acampamentos provisórios dos indígenas. Em 2007, a Funai validou as conclusões de um relatório antropológico que confirmou a presença dos indígenas em isolamento na área. Apesar disso, terra não foi homologada, alimentando conflitos e invasões ao redor do território. A Coprodia teve uma área embargada pelo Ibama, em 2009, por desmatamento irregular. Imagens de satélite mostram atividades de exploração de madeira dentro do território.

Com informações de: Folha de São Paulo, 30/08/2023

TERRA INDÍGENA: KAYABI

POVO(S): APIAKÁ; KAYABÍ; MUNDURUKU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Tentativa de coerção para redução do território

DESCRIÇÃO: No ano 2022, indígenas que vivem na TI Kayabi relataram, em manifestação encaminhada ao STE, que vêm sofrendo "intimidação" e "tentativas de coerção" para aceitarem um acordo envolvendo uma ação que questiona a demarcação do território. À época, os indígenas relataram, inclusive, que um servidor da Funai estaria agindo para aceitarem um acordo que resultaria na redução da terra homologada. O território tem 1.053.257 hectares, localizado entre o sul do Pará e o norte de Mato Grosso, mas apenas a parte do Mato Grosso estaria sendo questionada na Justiça. Desde a entrega do ofício pelos líderes indígenas até o final de 2023, não houve nova decisão do ministro Dias Toffoli, relator do processo no STE, e a pressão prosseguia.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: LAGOA DOS BRINCOS

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório

DESCRIÇÃO: Apesar de a Justiça Federal ter determinado a aplicação de multas à Funai e à União, devido à demora na revisão dos limites da TI Lagoa dos Brincos, na região de Comodoro, o povo Nambikwara Mamaindê não recebeu, até o final de 2023, nenhuma informação sobre os desdobramentos dessas determinações.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MARAIWATSÉDÉ

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Abertura de estrada dentro da TI

DESCRIÇÃO: Um dos vários conflitos que impactam o povo Xavante da TI Maraiwatsédé, envolve o traçado da rodovia BR-158, que corta a TI de norte a sul, afetando diretamente aspectos culturais e existenciais do povo, além de provocar o trânsito interno de não indígenas e de veículos pesados que eventualmente causam a morte da fauna nativa e risco de acidentes para a população indígena. O traçado da rodovia, depois de aberto, será disponibilizado para pavimentação, que, de acordo com o MPF, facilitará a prática de delitos ambientais como desmatamento e incêndios, prejudicando as atividades de subsistência dos Xavante. Após ação contra a União, Ibama e DNIT, a Justiça Federal determinou o fechamento do traçado da rodovia e o reflorestamento da área. Em agosto de 2022, o TRF-1 negou recurso do DNIT contra a decisão. Embora aprovada a mudança do traçado da BR-158, passando por fora do território, o fluxo de veículos seguiu, no ano de 2023, por dentro da TI.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

POVO(S): MUNDURUKU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Impedimento de acesso a lugar sagrado

DESCRIÇÃO: A DPU emitiu uma recomendação à gerência da Usina Hidrelétrica Teles Pires solicitando que pare de infringir os direitos fundamentais do povo Munduruku. De acordo com a DPU, os Munduruku estão sendo impedidos de acessar urnas funerárias dentro do território ocupado pela empresa. As urnas são consideradas sagradas e compõem as práticas mortuárias da comunidade, sendo anteriormente armazenadas em um local chamado Karabixexe, que foi inundado em função da construção da hidrelétrica. Posteriormente, as urnas foram realocadas pela usina em um novo local,



sem o consentimento ou aviso prévio à comunidade. Após mobilização dos Munduruku, as urnas foram recuperadas, mas a comunidade não pode visitá-las. Um pajé Munduruku expressou preocupação com a situação, afirmando que o fato de não realizar as visitas geraria graves consequências espirituais para o povo. A DPU alertou que a recomendação busca evitar ações judiciais, mas não descartou a possibilidade de judicializar a demanda para garantir o cumprimento da recomendação.

Com informações de: Folha de São Paulo, 20/10/2023

TERRA INDÍGENA: NOVA FORTUNA

POVO(S): CHIQUITANO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Apesar da reivindicação dos indígenas, a falta de avanços nas demarcações mantém o povo Chiquitano da região de Nova Fortuna sob situação de tensão e conflito. Em sua maioria, os Chiquitano são oriundos da Aldeia Santo Ignácio, onde o Incra distribuiu terras para os fazendeiros da região, em cujas propriedades os Chiquitano trabalham como mão de obra barata e muitas vezes degradante. Por conta dos conflitos, eles não podem afirmar sua identidade indígena, sob pena de perderem os empregos e, consequentemente, seu sustento. Findado o ano de 2023, o povo Chiquitano segue sem ter efetivado seu direito originário sobre seus territórios.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO

POVO(S): CHIQUITANO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Retenção de água do rio; invasão

DESCRIÇÃO: Uma ponte foi construída ilegalmente por um fazendeiro sobre o Rio Tarumã, na região de Fortuna, pertencente ao povo Chiquitano, da TI Portal do Encantado. O acesso à água, depois da obra, ficou prejudicado, além de aumentar a poluição e causar a diminuição do nível do rio. A situação foi denunciada ao MPF, que acionou judicialmente o fazendeiro. Até o final de 2023, a situação permanecia a mesma.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TADARIMANA

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto de ferrovia; falta de consulta

DESCRIÇÃO: O território Bororo é diretamente afetado pelo projeto de construção da ferrovia estadual que conectará os municípios de Rondonópolis (MT) e Lucas do Rio Verde (MT), da empresa Rumo Malha Norte S.A., maior operadora ferroviária do país, vinculada ao governo estadual de Mato Grosso. A Ferrovia Autorizada de Transporte Olacyr de Moraes, que a Rumo apelidou como Fato, terá 730 km e será utilizada para escoamento da produção de grãos, com investimento estimado em R\$ 11 bilhões para que o primeiro trecho, entre Rondonópolis e Cuiabá, comece a operar em 2025. A ferrovia será uma extensão do atual corredor da Rumo, que vai do porto de Santos (SP) a Rondonópolis, e terminará em Lucas do Rio Verde; apenas 150 km acima, planeja-se o início da Ferrogrão, que conectará Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA). A ferrovia passa por terras originalmente ocupadas pelos Bororo, que foram vendidas ilegalmente pelo governo estadual de Mato Grosso na década de 1950. Embora não passe dentro das TIs demarcadas, Tereza Cristina e Tadarimana, a ferrovia gerará impactos diretos aos Bororo. Ela atravessa, por exemplo, o grande rio Vermelho, tradicionalmente utilizado pelo povo. Há anos, o povo vinha contestando a falta de consulta prévia em relação ao projeto. Em novembro de 2022, a Rumo e o governo estadual de Mato Grosso assinaram um termo de compromisso com MPF, DPU e uma associação do povo Bororo para garantir a realização da consulta prévia, livre e informada com os indígenas das TIs Tadarimana e Tereza Cristina. A empresa Ecoplan foi contratada como Consultoria Técnica para realizar a Consulta, e a MRS Engenharia foi contratada como Assessoria Técnica ao povo Bororo. O processo de consulta avançou em 2023, embora as obras já estivessem em pleno andamento.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TEREZA CRISTINA

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Falta de consulta

DESCRIÇÃO: O projeto para a construção de uma central hidrelétrica no rio Ibo, afluente significativo do rio São Lourenço, ameaça o modo de vida de famílias Boe-Bororo. O rio Ibo tem uma importância vital para o povo, representando não apenas uma fonte de água e alimento, mas também um aspecto cultural e histórico fundamental para sua identidade. No ano de 2023, a empresa responsável deu início aos estudos para a construção da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Gavião Carcará LTDA, despertando preocupações e manifestações contrárias por parte das comunidades in-

dígenas e não indígenas afetadas. Apesar das vozes contrárias, o projeto prossegue sem qualquer consulta prévia, desrespeitando assim os princípios estabelecidos na Convenção 169 da OIT, que assegura o direito à consulta e ao consentimento prévio dos povos indígenas em relação aos projetos que os afetem. A situação da TI Tereza Cristina, no município de Santo Antônio do Leverger, é especialmente grave, em função dos impactos negativos que podem advir da construção da central hidrelétrica, não apenas em termos ambientais, mas também sociais e culturais.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TAPAYUNA

POVO(S): TAPAYUNA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação

DESCRIÇÃO: O povo Tapayuna foi levado para o Xingu, na década de 1960, e reivindica o retorno a sua terra de origem, na região da bacia do rio Arinos, perto do município de Diamantino, a 209 km da capital do Mato Grosso. No entanto, até o momento não houve providência.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

POVO(S): TAPIRAPÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Uma das duas áreas reivindicadas pelo povo Apyãwa/Tapirapé, que ficou fora da demarcação da TI Urubu Branco, foi ocupada há alguns anos por um empresário que construiu diversas instalações e fez uma grande vala de drenagem do terreno. A área, chamada de Ewiko pelos Apyãwa, é tradicionalmente utilizada para caçadas rituais, pois lá existe um caminho de porcos queixadas, caça oferecida aos espíritos durante o ritual de Tawã, Cara Grande. As instalações do fazendeiro, contudo, perturbaram o caminho dos animais de caça e barraram o acesso dos indígenas a três lagos – Tyxigoo ma'e, Waiwa'i 'Yopãwa e Peinare'ywa – de onde obtinham peixe durante o acampamento feito anualmente para a caçada. A situação foi denunciada ao MPF em 2021 e a revisão dos limites da TI é pleiteada junto à Funai. Em março de 2023, lideranças Tapirapé estiveram na Funai de Brasília e demandaram a solução para a situação, que segue sem avanços.

Com informações de: Lideranças; Comissão dos Povos Indígenas do Araguaia; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): BORORO; XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto de instalação de usinas hidrelétricas; falta de consulta

DESCRIÇÃO: Há anos, os povos indígenas que vivem nas margens do Rio das Mortes resistem ao projeto de instalação de quatro PCHs, por entenderem que isso afetará gravemente o rio e suas vidas. As comunidades, das cinco TIs da região – Areões, Merure, Sangradouro/Volta Grande, São Marcos e Pimentel Barbosa –, pertencentes aos povos Xavante e Bororo, estão entre as mais afetadas. Em 2019, após muitos anos de resistência, a empresa Grupo Bom Futuro realizou a primeira reunião informativa em Primavera do Leste com os A'uwe Xavante da TI Sangradouro para apresentar os projetos das PCHs: Entre Rios, Vila União, Cumbuco e Geóloga Lucimar Gomes. Para prosseguir com o processo de licenciamento das quatro obras, o Grupo Bom Futuro adotou a estratégia de envolver apenas a TI Sangradouro. Durante a pandemia de Covid-19, com o apoio do Sindicato Rural de Primavera do Leste, foi fundada nesta TI uma cooperativa de grãos, já multada pelo Ibama. Essa estratégia visava dividir os indígenas, e alguns membros da cooperativa passaram a apoiar os empreendedores. Em 2022, foi realizada a primeira audiência pública da PCH Entre Rios para apresentar o EIA e o Rima aos A'uwe Xavante, pequenos agricultores, pescadores, fazendeiros e moradores da beira do Rio das Mortes. Os participantes da audiência não concordaram com o projeto, destacando que ele resultaria na diminuição de peixes e água doce, afetaria as matas ciliares e prejudicaria a terra e os seres vivos na região. Foram realizadas três audiências públicas, a empresa apresentou o EIA, confirmando os danos previstos pelos anciãos indígenas. A fase seguinte do licenciamento, que está em curso na Secretaria do Meio Ambiente do Mato Grosso, é o Estudo do Componente Indígena (ECI). A empresa pretende realizar esse estudo somente na TI Sangradouro, apoiando-se na Portaria 60/2015, que limita a consulta a comunidades dentro de um raio de 40 km da obra. Nesse processo, a empresa utiliza as atas das reuniões informativas realizadas em Sangradouro como se fossem a consulta ao povo A'uwe Xavante. No entanto, as quatro TIs às margens do Rio das Mortes não foram consultadas e não estão sendo consideradas pela empresa. Segundo a Convenção 169 da OIT, a Consulta Livre, Prévia e Informada deve ser antecedida pela elaboração de um Protocolo de Consulta, definindo quem deve ser consultado.

Com informações de: Brasil de Fato, 20/06/2023

**TERRA INDÍGENA: VÁRIAS****POVO(S):** ENAWENÊ-NAWÊ; IRANTXE; MANOKI; MYKY; NAMBIKWARA; PARESI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de instalação de UHE e PCHs; falta de consulta

DESCRIÇÃO: Os povos Paresi, Myky, Irantxe/Manoki, Nambikwara e Enawenê-Nawê vivenciam diariamente os impactos provocados por projetos de instalação de UHEs e PCHs na bacia do Juruena, nos rios Papagaio, Sacre, Norato, Membeca, Ponte de Pedra e Cravari. Há evidentes afetações aos recursos naturais da região, que se amplificam com a flexibilidade das normas de instalação de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Na prática, ocorre a privatização dos recursos hídricos, pondo em risco o modo de viver dos povos indígenas e suas relações com os rios da região. Há o agravante de que muitas centrais são próximas às nascentes dos rios e o seu impacto provocará mudança no fluxo d'água das microbacias, ameaçando os territórios e a disponibilidade de peixes, parte fundamental da alimentação destes povos. Entre os projetos, cujas negociações continuam avançando em 2023, estão a PCH Jesuíta, pleiteada pela Maggi Energia S.A, e a UHE Cachoeirão – que implicam, também, na instalação ou ampliação dos sistemas de transmissão da energia gerada, com linhas de transmissão e subestações.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

MATO GROSSO DO SUL

25 Casos

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito com fazendeiros; ameaças

DESCRIÇÃO: A comunidade da tekoha Guapoy denuncia que vive sob pressão e insegurança após os intensos conflitos de 2022, que resultaram no assassinato do indígena Vitor Fernandes, de 42 anos. A morte ocorreu durante uma operação irregular da Polícia Militar. Além dele, outros dois indígenas, Márcio Moreira e Vitorino Sanches, foram mortos em emboscadas. Os povos reivindicam que o tekoha, que foi retomado em 2022 e é parte de uma área subtraída da Reserva Indígena de Amambai, tenha os limites reavaliados. Mas, enquanto prevalece a inércia do poder público, os indígenas permanecem sob pressão de fazendeiros e têm receio de circular pela região, devido ao histórico recente de assassinatos e emboscadas.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: APIKAY**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Omissão na demarcação da TI; duplicação de rodovia

DESCRIÇÃO: Em 2023, a comunidade do tekoha Apyka'i sofreu um duro golpe, com a morte de sua principal liderança, a Nhandesy Damiana Cavanha. A omissão na regularização da área e a contínua pressão para a extinção da comunidade – assediada por produtores de soja, de cana e empresários de usinas de etanol – pode trazer consequências ainda mais graves, depois da morte da principal personalidade aglutinadora da tekoha. O estudo para a demarcação da TI segue paralisado desde que foi iniciada a qualificação da demanda pela Funai, em 2016. A comunidade fica localizada às margens da rodovia MS-463, em condição precária. A perspectiva de retomada das obras de duplicação da rodovia, iniciadas em 2021 e interrompidas em 2022, geram receio entre os indígenas. A morte de Damiana, e as condições de violência às quais foi submetida, têm ligação direta com a negligência na demarcação.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: ARATIKUTY**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ; TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Ataque à comunidade; ameaças de morte

DESCRIÇÃO: Um agrupamento de pistoleiros, financiado por fazendeiros, causou terror na retomada Aratikuty, área ocupada pelos Guarani-Kaiowá e Terena, em Dourados. Esses pistoleiros têm atacado constantemente a comunidade com armas de fogo, causando incêndios criminosos e até ameaçando de estupro as mulheres. A empresa contratada para realizar esses ataques é a Miragem Segurança Ltda, denunciada pelos indígenas. As violências se intensificaram após a prisão de 10 indígenas em outra retomada próxima, quando os pistoleiros se mostraram mais agressivos. No dia 24 de abril, em plena luz do dia, os pistoleiros tentaram atear fogo aos barracos.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: AVA'ETE I**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Ataque armado; morosidade na regularização da TI

DESCRIÇÃO: Cerca de 20 famílias da tekoha Ava'ete seguem acampadas em meio a plantações de soja e milho, numa área reivindicada como parte da

Reserva Indígena de Dourados. A terra, atualmente, vem sendo utilizada pelo agronegócio para monocultura. Em 2023, os indígenas sofreram com a ação de pistoleiros que contam com o apoio de policiais para afrontar acampamentos da região. Apesar das constantes denúncias, o acampamento permanece quase totalmente desassistido, numa situação de vulnerabilidade extrema, que é agravada pela falta de providências para solucionar sua demanda territorial.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRINHA**POVO(S):** TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Impedimento de entrada de agentes federais na TI

DESCRIÇÃO: Depois de mais de 20 anos de espera, após uma ação judicial do MPF, a TI Cachoeirinha, declarada com 36.288 hectares, foi finalmente contemplada com a colocação dos marcos físicos. A equipe técnica responsável pela instalação dos marcos deveria ter ido a campo em junho, mas houve atraso. Em agosto, a comunidade cobrou da Funai, que prometeu enviar uma equipe. Em outubro, a Funai finalmente enviou agentes para realizar a atividade. Após alguns dias de trabalho, políticos locais e fazendeiros da região – incluindo o dono da Fazenda Caiman, uma área de preservação ambiental que obteve certificação do Sigef/Incrá durante o governo Bolsonaro –, que ocupam cerca de 30 mil dos 36.288 hectares da TI, proibiram a entrada dos agentes federais. Após alguns dias de atividades em áreas não obstruídas pelos fazendeiros, os agentes deixaram a região sem concluir o trabalho e sem comunicar às lideranças do território.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ I**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: A TI Dourados-Amambaiepegua I, identificada e delimitada pela Funai em 2016, em Caarapó, ainda aguarda a emissão da portaria declaratória. Apesar dos avanços administrativos pontuais em 2023, o processo mantém-se submetido a um contexto de conflito e pressão por parte do agronegócio e das lavouras que ocupam a maior parte do território. Em 2023, os Guarani e Kaiowá seguiram ocupando apenas 4,6 mil dos 55,6 mil hectares identificados e delimitados pelo Estado, como parte da TI – 8,3% da sua área total.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ II**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário; intimidação policial; ataque a tiros

DESCRIÇÃO: Indígenas Guarani e Kaiowá denunciaram ataques ao tekoha Kurupi, localizado na BR-163, no município de Naviraí, parte da TI Dourados-Amambaiepegua II. Na tarde do dia 16 de março, a comunidade foi agredida por policiais militares que faziam escolta de fazendeiros. Os indígenas foram surpreendidos por um trator e veículos que, advindos da fazenda Tejuy, pretendiam avançar com o desmatamento de uma área localizada nos limites do acampamento Kurupi. Carros da PM acompanhavam os veículos dos fazendeiros. Policiais, fazendeiros e funcionários recuaram para a sede da fazenda e passaram a atacar os indígenas com armas de fogo. Os tiros foram disparados contra os indígenas, enquanto os militares cercavam a comunidade com caminhonetes e um helicóptero sobrevoava a área, forçando mulheres e crianças a se esconderem na mata.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 16/03/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ II**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** intimidação policial; conflito com fazendeiro

DESCRIÇÃO: Nos dias 26 e 27 de março, a comunidade da tekoha Kurupi conseguiu interceptar e registrar, em áudio, algumas das comunicações feitas via rádio entre os funcionários da fazenda Tejuy e, inclusive, conversas dos funcionários com policiais. Os áudios foram interceptados em aparelhos de rádio e gravados por meio de celular. Eles evidenciam a proximidade entre funcionários da fazenda e a PM, que tem apoiado ataques e ações ilegais contra os indígenas. “Tá preto de índio do outro lado do rio (sic)”, afirma uma das pessoas no áudio captado pelos indígenas. Em um dos áudios, é possível ouvir os funcionários da fazenda comunicando-se com um homem identificado como “sargento” e avisando sobre as próximas movimentações dos tratores no local. O funcionário também deixa transparecer que, quando não estão sendo assediados, os indígenas ficam “quietos no canto deles”. “Sargento, essa noite não está rodando o trator, então está sossegado aqui na fazenda, está tranquilo, de boa. Eles estão quietos no canto deles lá.



Agora, amanhã vai começar a rodar três tratores cedo e vai rodar à noite, beleza? ", relata o funcionário. No dia referido, 27, barracos dos indígenas foram destruídos pelos fazendeiros, com apoio da PM.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 27/03/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUA II

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Destruição de barracos; conflito com fazendeiro

DESCRIÇÃO: Em novo ataque contra o tekoha Kurupi, TI Dourados-Amambaiegua II, ocorrido em 27 de março, funcionários da fazenda Tejuy destruíram barracos e instrumentos sagrados da comunidade Kaiowá e Guarani na madrugada. A comunidade denuncia que sofreu ameaças de novas investidas e que o ataque contou, novamente, com apoio da PM. Os funcionários contaram com escolta policial para "grader" uma área de preservação permanente sobreposta ao território tradicionalmente ocupado pelos indígenas. Depois de grader, plantam as sementes, usualmente de soja ou milho. Segundo os Kaiowá, os fazendeiros aproveitam a ocasião para avançar contra os indígenas. Um xiru, altar sagrado para os Kaiowá e Guarani, foi destruído pelo trator.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 27/03/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ II

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório; conflito com fazendeiros

DESCRIÇÃO: Em julho, a comunidade do tekoha Kurupi ingressou com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal de Naviraí contra a Funai e a União, reivindicando a demarcação de seu território tradicional. Em 2008, a Funai instituiu o GT para a identificação e delimitação da área, mas não houve nenhum avanço administrativo desde então. A comunidade segue em extrema vulnerabilidade, alvo de ataques constantes e vendo a dilapidação das poucas áreas de mata que restam em seu território. Também se intensificaram, nos últimos anos, os ataques armados contra a comunidade, por parte de fazendeiros e policiais militares.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 03/07/2023

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ II

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Decisão de reintegração de posse; intimidação policial

DESCRIÇÃO: A Justiça Federal de Naviraí determinou, no dia 5 de novembro, a reintegração de posse do tekoha Santiago Kue, no município de Naviraí. A decisão, que resultaria no despejo de cerca de 30 famílias, foi tomada sem ouvir a comunidade e desrespeitou determinação do STF, que suspendeu ações do tipo até o fim do julgamento de repercussão geral sobre o marco temporal no âmbito da Suprema Corte. A entrega da ordem judicial foi acompanhada por fazendeiros e por um número desproporcional e ostensivo de policiais da PF, da PM e da Força Nacional, intimidando mulheres e crianças da comunidade. A decisão ocorreu após a retomada de uma área tradicional realizada no dia 2 de novembro. A comunidade relatou que, após retomada da área, funcionários da fazenda sobreposta à TI avançaram com tratores sobre as casas da comunidade e derrubaram árvores na direção dos barracos indígenas. Essa é pelo menos a quinta vez que a comunidade tenta reaver o tekoha, cuja demarcação é reivindicada há anos. No dia 9 de novembro, após recurso, a Justiça Federal de Naviraí suspendeu de forma liminar a ordem de reintegração de posse. O caso foi incluído na câmara de conciliação do TRF-3, onde continuou até o fim do ano.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 08/11/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: GUYRAROKA

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório; ameaças

DESCRIÇÃO: Em 2023, a comunidade do tekoha Guyraroka, que ocupa uma área ínfima de seu território – cerca de 50 dos 11,4 mil hectares já declarados de parte da TI –, sofreu com o avanço das lavouras para dentro dos limites da comunidade. A pulverização de agrotóxicos tem atingido diretamente famílias, que se sente vulnerável e cerceada. Os indígenas são proibidos de pescar, buscar lenha e os funcionários da fazenda não aceitam dialogar. Apesar da decisão do STF, que determinou a inconstitucionalidade do marco temporal em 2023, a Corte ainda não analisou a ação rescisória da comunidade que busca reverter a decisão que anulou a portaria declaratória da TI em 2014, com base nesta tese e sem admitir os indígenas como parte no processo.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Ascom Cimi, 06/07/2023

TERRA INDÍGENA: IGUATEMPEGUA I

POVO(S): GUARANI NHANDEVA; GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ataque a retomada

DESCRIÇÃO: No dia 18 de novembro, após anos aguardando por providências para a continuidade da demarcação de seu território, a comunidade do tekoha Pyelito Kue decidiu realizar uma retomada numa área sobreposta pela fazenda Maringá, localizada no interior da TI. Identificada e delimitada pela Funai em 2013 com o nome de Iguatemi e um total de 41,5 mil hectares, no município de Iguatemi. Depois de quatro dias escondidos na mata, os indígenas foram alvo de um violento ataque de seguranças privados. No dia 22, eles relatam que foram atacados por cerca de vinte homens armados e encapuzados, em diversos veículos, que dispararam contra eles e mantiveram quatro pessoas sob cárcere privado ao longo de algumas horas, durante as quais sofreram agressões, ameaças e abusos. Na tarde daquele mesmo dia, quando tentavam acessar a tekoha Pyelito Kue, a antropóloga Ana Carolina Mira Porto e o jornalista canadense Renaud Philippe foram agredidos por um grupo de homens encapuzados e armados, que bloquearam a rodovia MS-386, com caminhonetes. Ambos relatam que, cerca de uma hora antes, foram abordados com hostilidade por policiais que estavam numa viatura do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e que, durante o ataque, a PM passou pelo local, mas não prestou assistência. A PF, a Força Nacional e Funai localizaram munições ilegais e prenderam o proprietário da fazenda Saturno 2, vizinha à Maringá. Segundo relato dos indígenas, a fazenda, também conhecida como Pássaro Preto, foi uma das bases dos seguranças durante o ataque do dia 22 de novembro. Os Kaiowá e Guarani relatam que seguranças das fazendas Vera Cruz, Cachoeira e Santa Rita também participaram dos ataques.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 18/12/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Lideranças

TERRA INDÍGENA: IGUATEMPEGUA I

POVO(S): GUARANI GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ataque a retomada; intimidação policial

DESCRIÇÃO: Um grupo de indígenas do tekoha Pyelito Kue/Mbaraka'y foi atacado por seguranças armados durante uma retomada na fazenda Cachoeira, em Iguatemi, no dia 16 de dezembro. O ataque ocorreu numa pequena área de mata na fazenda, totalmente sobreposta à TI Iguatemi e Iguatemi. Os indígenas relataram que o ataque começou por volta das 15h30 e durou até o início da noite. Não houve feridos. Foi solicitado apoio e a presença de autoridades federais na região, devido à falta de confiança nas forças de segurança locais, especialmente o DOF, que tem histórico de apoio aos fazendeiros e seguranças privados na área. A DPU, a DPE-MS, o MPF e a Funai foram acionados e passaram a acompanhar o caso. No dia seguinte, a Funai, a PF e a Força Nacional foram até a aldeia Pyelito Kue para conversar com os indígenas, mas apenas os servidores da Funai se deslocaram até a área de mata onde estavam os Guarani-Kaiowá. As forças de segurança não foram até o local onde estavam os indígenas e não permaneceram nas proximidades. No dia 18, os indígenas relataram que duas viaturas e vários agentes do DOF foram até a aldeia Pyelito Kue, perguntando por lideranças da comunidade. Segundo relatos, os policiais entraram sem aviso e de maneira truculenta, causando receio na comunidade, que exigiu a retirada do batalhão do local. Foi o segundo ataque em menos de um mês contra os indígenas, que reivindicam a conclusão da demarcação da TI Iguatemi e Iguatemi, paralisada há dez anos.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 16/12/2023

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHANDERU E BOQUEIRÃO (BRILHANTEPEGUÁ)

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ataque a retomada; operação ilegal da polícia

DESCRIÇÃO: Na madrugada do dia 3 de março, famílias Kaiowá e Guarani do tekoha Laranjeira Nhanderu, incluindo crianças e anciões, retomaram uma parte de seu território ancestral, sobreposta por uma fazenda denominada "Inho". Os indígenas sentem falta de espaço por onde andar e realizar seus rituais. Na tarde do mesmo dia, sem mandato judicial, a polícia atacou a retomada e prendeu três indígenas. Além dos detidos, outros indígenas foram atingidos por disparos de balas de borracha, em operação ilegal e truculenta da PM. Inicialmente, segundo os relatos dos indígenas, eles foram acusados de furto, mas acabaram sendo detidos por uma acusação de desobediência. A ação ilegal foi endossada pela Secretaria de Segurança do estado com base em alegações falsas bastante parecidas. Os Kaiowá relatam que os policiais iniciaram o ataque de forma repentina, com tiros de bala de borracha. A relatora da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos, Mary Lawlor, usou suas redes sociais para alertar sobre a violência contra os povos indígenas no MS e cobrar o governo Lula. Os Kaiowá detidos só foram liberados, após grande mobilização de indígenas e aliados, no dia 4 de março. A fazenda Inho, localizada em Rio Brillante, havia sido retomada



pela comunidade em 2022, após articulação de políticos para a criação de um assentamento e distribuição de lotes na área, que fica sobreposta ao território indígena. Naquela ocasião, os indígenas também foram expulsos por uma truculenta e ilegal operação policial.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 03/03/2023; Campo Grande News, 03/03/2023; UOL, 08/03/2023

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHANDERU E BOQUEIRÃO (BRILHANTEPEGUÁ)
POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Assédio a retomada; conflito com fazendeiro

DESCRIÇÃO: Depois da retomada, realizada no dia 3 de março, os Guarani e Kaiowá do tekoha Laranjeira Nhanderu ocuparam a sede da fazenda Inho. Depois de sofrerem um ataque armado no dia 3, os Guarani Kaiowá reconstruíram seus barracos no entorno da sede da fazenda, sobreposta ao seu território. No dia 7, os Kaiowá passaram a ser assediados pelos arrendatários da fazenda, que insistiam, mesmo com a presença dos indígenas no local, em colher e plantar soja na área. Eles passaram a provocar as famílias acampadas, jogando os maquinários sobre seus barracos, enviando drones sobre a comunidade e fazendo movimentos que buscavam incitar os indígenas a tomar posturas agressivas, possivelmente objetivando uma segunda ação da polícia. Essa situação levou os indígenas à decisão de ocupar, além do descampado onde estavam, também a sede da fazenda. Os Kaiowá fotografaram a propriedade e as benfeitorias e enviaram as imagens à Funai, a fim de evitar uma ação policial baseada na suposta violação dos imóveis. Os indígenas solicitaram à Funai e ao MPF que mediassem a retirada dos bens da casa e dos maquinários. A situação foi agravada, ao longo de 2023, pelo assédio dos governos federal e estadual para que os Kaiowá e Guarani abrissem mão da demarcação nos moldes previstos pela Constituição em troca da compra de pequenas áreas de terra. A proposta foi rechaçada pela comunidade e pela Aty Guasu.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 08/03/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: KADIWÉU

POVO(S): KINIKINAU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão do poder público; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: No mês de março de 2023, após o assassinato da liderança Elisio, na TI Kadiwéu, o povo Kinikinau esteve em Brasília relatando os conflitos internos que ocorrem há décadas e que culminaram na morte da liderança. Expulsos de seu território tradicional a partir de 1905, os Kinikinau passaram a viver em terras emprestadas pelos povos Terena e Kadiwéu. Em 1940, após acordo com as lideranças Kadiwéu da época, estabeleceram a aldeia São João. No entanto, conflitos interétnicos ao longo dos anos resultaram na saída de muitas famílias do território, diminuindo a presença dos Kinikinau em São João e tornando-os mais vulneráveis aos conflitos. Diante dessa situação, o MPI propôs a criação de um GT para resolver a questão emergencial do povo Kinikinau. Após reuniões e discussões, o GT foi criado em abril, com duração de 90 dias, mas o povo só foi contatado novamente em julho, após o vencimento da portaria de criação. Lideranças Kinikinau solicitaram a renovação da portaria e encaminhamentos para a situação das famílias de São João. A portaria foi renovada em agosto, e foi mencionada a busca por territórios da União no Pantanal para realocação das famílias. No entanto, as pressões para a saída das famílias de São João aumentaram, e somente em dezembro, após o fim da portaria do GT, 14 famílias foram realocadas pela Funai local.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: PANTANAL

POVO(S): GUATÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Criação de Reserva Ambiental sobreposta a TI

DESCRIÇÃO: Os Guató, que vivem ao longo do rio Paraguai, na região da Serra do Amolar e Barra do São Lourenço, enfrentam o desafio de serem desconsiderados como indígenas por organizações ambientalistas que atuam na região. Elas afirmam que os Guató não são indígenas, mas sim ribeirinhos miscigenados. Em consequência disso, trabalham pela criação de reservas ambientais e reservas extrativistas na região, ignorando a reivindicação de demarcação feita pelos Guató.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: REMANSO GUASU

POVO(S): GUARANI NHANDEVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: A disputa envolvendo o território do povo Guarani Nhandeva seguiu sem solução durante o ano de 2023, mantendo a comunidade sem garantia de acesso ao seu território. A decisão do STJ que anulou a demarcação da

TI Yvy Katu, apenas na área sobre a qual incide a fazenda Remanso Guasu, permanece válida. Os indígenas, a Funai e o MPF recorreram ao STF, que suspendeu a tramitação do processo até que o julgamento de repercussão geral sobre demarcação de terras seja encerrado. Sem avanços nos processos judicial e administrativo, a comunidade Guarani Nhandeva continua sem a posse da terra e sob pressão de fazendeiros, que tentam arrendar a área.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERI

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito com fazendeiros; ameaças

DESCRIÇÃO: Após os intensos conflitos territoriais deflagrados em 2022 e do assassinato do indígena Alex Lopes, de 18 anos, a comunidade da tekoha Jopara, no limite da Reserva Indígena Taquaperi, seguiu sob situação de grande vulnerabilidade, com ocorrência e ameaças de violências diretas e possibilidade de despejo, sob pressão contínua de fazendeiros. Os indígenas retomaram a área do tekoha Jopara em 2022, após o assassinato de Alex, morto quando buscava lenha na fazenda retomada. Segundo os indígenas, a área é parte do território tradicionalmente ocupado pelos Guarani e Kaiowá e integra a reserva Taquaperi, mas foi apropriada por particulares.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação

DESCRIÇÃO: Apesar do MPF ter recomendado à Funai que realizasse a demarcação física da TI Taunay/Ipegue, no município de Aquidauana, em 2022, não houve nenhum avanço desde então. O MPF também solicitou à Funai que apresentasse o cronograma com a indicação completa dos trabalhos necessários à demarcação física da TI. Isso também não foi feito, embora em março, em Brasília, a Funai tenha indicado às lideranças Terena que a demarcação física do território só entraria no cronograma após a demarcação física da TI Cachoeirinha, judicializada. O procedimento administrativo de demarcação da TI iniciou em 1985, e as famílias indígenas ainda aguardam que seus direitos sejam garantidos. Ao longo dessas décadas, o povo Terena tem sobrevivido em meio a lutas constantes, ameaças e muita violência.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: YPO'I E TRIUNFO

POVO(S): GUARANI NHANDEVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade na demarcação da TI; intimidação

DESCRIÇÃO: Desde 2016, quando a TI Ypo'i/Triunfo foi identificada e delimitada pela Funai com 19.756 hectares, a comunidade aguarda pela expedição da portaria declaratória da TI pelo Ministério da Justiça. A demora na publicação da portaria da TI, que não tem nenhum impedimento jurídico ou administrativo, mantém a comunidade em situação de vulnerabilidade e sem acesso à terra. Os indígenas vivem numa pequena porção de seu território, cercados por lavouras de soja, e sofrem pressão constante dos fazendeiros, que realizam disparos de armas de fogo contra seus barracos e desencadeiam ações intimidatórias. Com frequência, carros e caminhonetes param em frente à comunidade, sem se identificar, observam os indígenas e depois saem em disparada. Os Guarani Nhandeva cobram a edição da portaria da terra e que a demarcação avance, garantindo um mínimo de segurança à comunidade, que também sofre com a contaminação pelos agrotóxicos aplicados nas lavouras que a cercam.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: VVY KATU

POVO(S): GUARANI NHANDEVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Assédio; ameaças; conflitos possessórios

DESCRIÇÃO: Em Vvy Katu, território localizado no município de Iguatemi (MS), seguem as pressões, assédios e ameaças à lideranças que se opõe à prática do arrendamento. Assim como nos anos anteriores indígenas denunciam que grupos armados têm coagido famílias a ceder espaços do território para as "parcerias". Inclusive, segundo denunciam também as lideranças, estes grupos privados possuem relação com o poder público local e utilizam sua estrutura, em especial no quesito dos maquinários, para amplificar o assédio. Há quase 20 anos, a área é marcada por conflitos com fazendeiros pela posse da terra. O local ficou conhecido em todo o mundo pelo confronto entre indígenas e fazendeiros na ponte sobre o rio Iguatemi, em dezembro de 2003. Com quatro mil moradores, a TI de 9.000 hectares teve a portaria declaratória emitida em 2005, mas ainda aguarda homologação. Em 2019, o TRF-3 negou pedido de sete proprietários rurais para a reintegração de posse de fazendas incidentes sobre a TI.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

**TERRA INDÍGENA:** YVU VERA**POVO(S):** GUARANI; GUARANI-KAIOWÁ; TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Ação truculenta; reintegração de posse

DESCRIÇÃO: Na madrugada de sábado, 8 de abril, uma operação policial realizada sem mandado judicial resultou na prisão de dez indígenas Guarani, Kaiowá e Terena na retomada Yvu Vera, em Dourados. A área em questão é objeto de litígio entre os indígenas e a empresa Corpal Incorporadora, que planeja construir um condomínio de luxo no local. A operação policial ocorreu após acusação de que os indígenas estariam adentrando uma propriedade privada. Entre os presos, havia um idoso Kaiowá de 77 anos, liberado após intermediação da Defensoria Pública do Estado (DPE) do Mato Grosso do Sul. Os outros detidos foram acusados de associação criminosa, dano ao patrimônio privado e ameaça, entre outros delitos. O episódio reflete um histórico de tensões e conflitos em torno da demarcação de terras, bem como da atuação de empresas do ramo imobiliário na região. As prisões foram realizadas sem mandado judicial, o que tem sido uma prática recorrente em situações envolvendo retomadas de terras por comunidades indígenas.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 09/04/2023**TERRA INDÍGENA:** YVU VERÁ**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ; TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio criminoso

DESCRIÇÃO: Após a prisão, sem mandado, de 10 indígenas, acusados de “invadir” um terreno onde uma empresa pretende construir um condomínio de luxo em Dourados – na verdade, uma área historicamente utilizada e reivindicada pelos indígenas como parte de seu território –, o barraco de uma das vítimas foi incendiado na noite do dia 8 de abril. Vídeos divulgados nas redes sociais mostram o momento em que a casa é consumida pelo fogo. A Aty Guasu denunciou pistoleiros como responsáveis pelo ataque e pelo incêndio das casas. A ação ocorreu numa área reivindicada pelos indígenas e ocupada pela empresa Corpal Incorporadora e Construtora, próxima ao tekoha Yvu Vera, o qual, por sua vez, fica próximo à Reserva Indígena de Dourados.

Com informações de: Campa Grande News, 10/04/2023**MINAS GERAIS****9 Casos****TERRA INDÍGENA:** ALDEIA KATURAMA**POVO(S):** PATAXÓ PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário; grilagem

DESCRIÇÃO: A comunidade Katurama, situada em São Joaquim de Bicas, na região metropolitana de Belo Horizonte, enfrentou, em 2023, ameaças reincidentes de 22 famílias de posseiros, conforme denúncia feita por lideranças ao MPF e à Polícia Federal. Os indígenas relatam que têm sofrido ataques, ameaças e provocações e registraram casos do tipo junto às autoridades no mês de julho. A comunidade vivia nas margens do rio Paraopeba e foi atingida pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019. Em 2021, recebeu da Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira a doação de um espaço de terra denominado de Mata do Japonês, uma Área de Preservação Permanente. Apesar disso, as famílias denunciam a pressão constante de grileiros que, segundo as lideranças, além de ameaçar a comunidade, estão colocando gado e degradando a área. A criação de gado no local resultou, inclusive, numa multa ambiental de R\$ 300 mil à comunidade, intensificando os conflitos pela terra.

Com informações de: Cimi Regional Leste; Estado de Minas, 05/09/2023**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA NAÓ XOHÁ**POVO(S):** PATAXÓ; PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade na realocação de comunidade

DESCRIÇÃO: Os Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hã da aldeia Naó Xohá seguem sofrendo com os impactos causados pelo crime ambiental que resultou no rompimento da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho (MG). A aldeia, localizada às margens do rio Paraopeba, foi alagada em 2019 pela lama tóxica da barragem rompida. Em 2022, uma decisão judicial obtida pelo MPF obrigou a Vale a apresentar um plano de realocação e a garantir assistência mínima à comunidade atingida. No entanto, a área oferecida pela Vale para a realocação provisória dos indígenas tinha apenas 4,8 hectares e não comportava todos os integrantes da aldeia. A proposta insuficiente acabou gerando divisões na comunidade e apenas parte dela deliberou ir para o local oferecido pela mineradora, denominado Chácara São Dimas. Em dezembro de 2023, em nova audiência judicial, a Vale assumiu o compromisso de avaliar em até 30 dias a nova proposta de área para realocação dos indígenas, além de garantir medidas ligadas à reconstrução de infraestrutura e atendimento de saúde

e saneamento básico nas comunidades. Até o final do ano, a empresa não havia se manifestado sobre a área de realocação e nem realizado a construção de casas e as medidas emergenciais de saneamento na área impactada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste; DPU**TERRA INDÍGENA:** CINTA VERMELHA JUNDIBA**POVO(S):** PANKARARU; PATAXÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Empresa de energia instalada em área reservada

DESCRIÇÃO: A presença de famílias Pankararu e Pataxó na região do Vale do Jequitinhonha vincula-se à perda do seu território. A violência é permanente e vem se intensificando há vários anos, desde 2019, concretamente com a empresa Mantiqueira Transmissora de Energia, a qual continua causando impacto ambiental severo. Em 2023, a luta por regularização, aquisição e ampliação de território continuou muito tensa. A empresa permanecia no território Apukaré e no entorno da Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba, sem nenhuma explicação. A empresa Mantiqueira é uma sociedade anônima de capital fechado e tem a intervenção das empresas Cymi Holding S.A, Lintran do Brasil Participação S.A. e Brasil Energia Fundo de Investimento e Participações, administrada pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos, de capital canadense. A Brookfield é uma empresa transnacional e atua em diversos setores, como energia e logística, inclusive uma das sociedades é com a transnacional Vale, na VLI Logística.

Com informações de: Cimi Regional Leste**TERRA INDÍGENA:** GERU TUCUNÃ**POVO(S):** PATAXÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito com fazendeiros; falta de providência

DESCRIÇÃO: O povo Pataxó segue aguardando a aprovação de um projeto de lei que altere o regime de proteção do Parque Estadual do Rio Corrente, em Açucena, para garantir aos indígenas o direito de permanecer na área. O processo já foi analisado pelas comissões na Assembleia Legislativa, mas até o final de 2023 continuava parado, sem nenhum retorno para os indígenas. A situação também foi levada ao MPF. A comunidade ocupa há anos o parque, de forma sustentável. Contudo, o conflito com não indígenas que ocuparam parte da área prossegue. Estes fazendeiros têm criatório de gado e búfalos, que invadem o território, destruindo as plantações, contaminando as águas e causando risco de acidentes com os animais nas estradas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste**TERRA INDÍGENA:** ITAMUNHEQUE – ALDEIA ESCOLA FLORESTA**POVO(S):** MAXAKALI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório; conflitos

DESCRIÇÃO: A demora na regularização da terra da Aldeia Escola Floresta, dos Maxakali, gerou conflitos em 2023, especialmente com os assentados e fazendeiros vizinhos. Há dúvidas sobre os limites do território. Cerca de 400 indígenas reivindicam, desde 2021, uma área pública de aproximadamente 125 hectares no município de Teófilo Otoni. Originárias da Aldeia Verde, no município de Ladainha, as famílias Maxakali enfrentam condições precárias de infraestrutura, diversos problemas ambientais e hostilidades dos vizinhos. Os órgãos públicos alegam que não podem realizar intervenções devido à falta de regularização da área.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste**TERRA INDÍGENA:** KAMAKÁ MONGOIO**POVO(S):** KAMAKÁ MONGOIO**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário; intimidação

DESCRIÇÃO: Ao longo de 2023, persistiu o conflito entre as famílias do povo Kamaká Mongoio e a mineradora Vale. Não houve decisão judicial no processo de reintegração de posse movido pela empresa contra a comunidade, na Justiça Estadual, mas a ameaça seguiu pairando sobre a comunidade, assim como a intimidação por seguranças que circulam pelo território. Em 2021, o povo retomou uma área de preservação ambiental, que se encontrava abandonada e, depois, foi revitalizada pelos indígenas. No final do ano, havia a perspectiva de uma audiência de conciliação entre os indígenas e a empresa. As comunidades seguem reivindicando a regularização do território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste**TERRA INDÍGENA:** KRENAK DE SETE SALÕES**POVO(S):** KRENAK**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no processo demarcatório; sobreposição de unidade de conservação

DESCRIÇÃO: Em maio, a Funai publicou o RCID da TI Krenak de Sete Salões, delimitada com 16.960 hectares. Uma área de 12,5 mil hectares do território, localizado na região do Médio Rio Doce, está sobreposta pelo



Parque Estadual Sete Salões, que teve seu plano de manejo aprovado em 2022 pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). Os Krenak têm denunciado, desde então, a falta de consulta a respeito do plano e da própria criação do parque, vista pelos indígenas como uma estratégia para inviabilizar a demarcação de seu território. Os indígenas também denunciaram restrições a sua liberdade de circulação pela área. Em 2021, uma sentença judicial concedida na ACP do MPF determinou, a demarcação da TI. Em 2022, ainda sob o governo Bolsonaro, a Funai obteve o efeito suspensivo da decisão. Apesar da publicação do RCID, os indígenas cobram celeridade na demarcação e apontam que a suspensão da sentença tem sido utilizada como argumento para barrar o avanço do processo demarcatório. O prazo oficial para resposta da Funai às contestações ao RCID venceu em outubro, sem que elas tenham sido respondidas e sem novos andamentos administrativos.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: XAKRIABÁ

POVO(S): XAKRIABÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pavimentação de rodovia; falta de consulta

DESCRIÇÃO: A pavimentação da BR-135 é uma obra do governo federal definida como prioridade dentro da nova fase do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), e visa interligar o norte de Minas Gerais ao oeste da Bahia, favorecendo o avanço do agronegócio e principalmente a circulação de grandes cargas de monocultivos, fruto da destruição do Cerrado. O projeto de pavimentação da BR-135 corta ao meio um trecho de 14,9 Km de áreas identificadas como pertencentes ao povo Xakriabá, com relatório publicado em 2014, aguardando a assinatura da portaria declaratória. Os Xakriabá temem pelos prejuízos causados pelo projeto, visto que há uma série de questões que precisam ser melhor esclarecidas, pois há riscos de travar e dificultar ainda mais o andamento do processo de demarcação em curso. Grupos políticos e setores do governo alimentam um conflito interno com a finalidade de dividir a comunidade e, dessa forma, atropelar todo o processo, violando direitos e suprimindo trâmites legais exigidos. Não foi realizada a consulta prévia, livre e informada, contudo, um grupo técnico contratado pelo Dnit tenta acelerar o Estudo do Componente Indígena (ECI). Os caciques Xakriabá suspenderam as reuniões solicitadas pelo Dnit que tratavam da liberação do ECI até que haja um retorno acerca da pauta solicitada em caráter de urgência com o Ministério da Justiça, MPI e Funai em Brasília (DF) para aprofundar entendimentos sobre o tema.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: XAKRIABÁ

POVO(S): XAKRIABÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Sobreposição de unidade de conservação

DESCRIÇÃO: O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu sobrepõe áreas reivindicadas pelo povo Xakriabá, que foram identificadas pela Funai como território tradicionalmente ocupado. O povo tem sido pressionado por grupos políticos e econômicos para se posicionar favorável à obtenção do selo de patrimônio mundial da humanidade pelo parque. Esse conflito impacta também o atual processo de demarcação territorial em curso e promove mais violências, violações e conflitos internos. O povo Xakriabá reivindica que, antes de qualquer outra medida, é necessário garantir a regularização do território e o cumprimento de medidas legais respeitando a população indígena como sujeitos de direitos e parte interessada nas demandas relativas parque.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

PARÁ

15 Casos

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: apoio de políticos locais a invasores

DESCRIÇÃO: O governo federal colocou a postos mais de 300 servidores de 14 órgãos públicos para dar início a uma grande operação de desintrusão da TI Apyterewa. No dia 26 de setembro, foi feita uma reunião de orientação sobre os passos e objetivos da operação (um “briefing”) no 52º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército em Marabá, com 150 servidores dos vários órgãos mobilizados para a ação. No encontro, foi apresentado um “comunicado” que seria distribuído às famílias invasoras. O panfleto diz que os invasores deveriam deixar “imediatamente” o território e “levar consigo todos os seus pertences, inclusive as criações de animais”. Os comboios estavam prestes a seguir em direção ao território indígena no dia 27, porém, ordens provenientes de Brasília determinaram sua interrupção. A Apib alertou ao STF que políticos do Pará fizeram ações de bastidores em Brasília para tentar adiar ou impedir a desintrusão, considerada uma operação sensível, pois a invasão ganhou impulso ao longo de todo o governo Jair Bolsonaro. Nos últimos quatro anos, políticos do Pará fizeram discursos

e ações apoiando a invasão. A Prefeitura de São Félix do Xingu chegou a recorrer ao STF a fim de tentar reduzir à metade o território indígena. Em setembro, a prefeitura também tentou impedir a operação de desintrusão, mas o pedido foi rejeitado pela Justiça Federal de Redenção.

Com informações de: Agência Pública, 27/09/2023

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; garimpo; criação de gado

DESCRIÇÃO: A TI Apyterewa, invadida por décadas por madeireiros, garimpeiros e pecuaristas, continuou, em 2023, a mais desmatada do Brasil, segundo dados do Imazon e do MapBiomias. Uma megaoperação determinada pela Justiça Federal e confirmada pelo STF para desintrusão de invasores da TI enfrentou resistência. Um grupo de whatsapp chamado “Máfia da Tora” fez graves ameaças contra a ação, inclusive a agentes da Força Nacional e outros órgãos envolvidos, colocando em risco também as famílias indígenas. Áudios obtidos pela Repórter Brasil revelaram membros do grupo discutindo a compra de armas para uso contra os agentes. “A vontade que dá é estar bem localizado com uma [arma] 357, entendeu, catar um por um e dar na cabeça, um satanás desse aí”, afirma um deles. “Esses caras não têm respeito com ninguém, não, rapaz, esse bando de vagabundo. Na hora que morrer uns dez, aprendem a tratar os outros. A 100 metros de distância, uma 357 boa, eu não erro a cabeça de uma peste dessa...”, prossegue. O diálogo ameaçador sugere ataques com bombas, explosivos e armas importadas dos Estados Unidos. O comando da operação ainda não se pronunciou sobre as ameaças da “Máfia da Tora”.

Com informações de: Repórter Brasil, 01/11/2023

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: apoio de políticos locais a invasores

DESCRIÇÃO: O MPF solicitou, no dia 20/10, o afastamento cautelar do prefeito de São Félix do Xingu, no sudeste do Pará, por intervir contra a retirada de invasores da TI Apyterewa. Na liminar solicitada à Justiça, o MPF defendeu que João Cléber de Souza Torres (MDB/PA) não cumpriu formalidades legais relacionadas à consulta prévia, à garantia dos interesses dos indígenas e ao licenciamento ambiental. O MPF apontou ainda que o prefeito disseminou informações falsas sobre uma “suposta paralisação da operação”, com o intuito de inviabilizar a retirada dos invasores. Um exemplo foi um vídeo publicado em 17 de outubro nos perfis da Prefeitura de São Félix do Xingu e do prefeito, no qual o gestor afirma que entrou em contato com o governador e com o presidente e que, depois disso, a desintrusão da TI teria sido suspensa. João Cléber Torres também afirma no vídeo que “as pessoas não indígenas que hoje ocupam a área somente sairão do local após recebimento de indenização”. Para o MPF, “é patente a intervenção indevida do prefeito ao divulgar informações falsas com o intuito de prejudicar a desintrusão da região”. Segundo o Ministério, o prefeito incita “a população contra a operação e gera risco à segurança da população envolvida, consequentemente pondo em risco a própria conclusão da desintrusão”. “Caso o demandado permaneça no cargo, empregará os mesmos artifícios, dificultando ou até mesmo inviabilizando o processo de desintrusão”, consta no pedido de afastamento.

Com informações de: G1/PA, 20/10/2023

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU DO PLANALTO SANTARENO

POVO(S): APIAKÁ; MUNDURUKU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Falta de consulta; licenciamento ambiental irregular; projeto de porto

DESCRIÇÃO: O estado do Pará se nega a consultar indígenas e a cobrar estudo ambiental de porto de armazenamento e transporte de combustíveis em Santarém, o que levou o MP/PA e o MPF a moverem uma Ação Civil Pública (ACP), em setembro. A ACP pede a anulação das licenças ambientais da empresa Atem Distribuidora de Petróleo S.A, responsável pela obra. O estado do Pará, réu na ação, argumenta que o porto é de baixo impacto ambiental e, por isso não precisaria da realização de EIA/RIMA. Além disso, o documento apresentado pelo governo estadual também declara a inexistência de terras indígenas na área de influência do empreendimento. A empresa amazonense Atem possui um porto de combustíveis localizado na beira do Rio Amazonas, em frente à boca do Maicá, canal de água que abastece o Lago do Maicá, em Santarém. Os órgãos denunciam que houve fraudes no processo de licenciamento ambiental do porto e pedem a anulação das licenças concedidas à empresa. Segundo o MPF e o MP/PA, no projeto de licenciamento submetido à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), a empresa não declarou que transportaria cargas perigosas e omitiu que o terminal portuário armazenaria combustíveis e outros derivados de petróleo para abastecer embarcações. A Procuradoria do Estado, ao afirmar que empreendimento é de baixo impacto ambiental, considera apenas a área ocupada



pelo empreendimento, sem avaliar que o transporte das cargas perigosas e a movimentação das embarcações nas águas do lago também tem impacto no cotidiano dos povos e comunidades tradicionais. A questão não se trata apenas de sobreposição da área do porto com território indígena, mas dos impactos aos modos de vida dos povos originários que vivem próximos ao lago, como os povos Munduruku e Apiaká da região do planalto santareno. Estes povos tiveram o direito à consulta prévia, livre e informada violado pela empresa Atem e pelo estado do Pará, apontam MPF e MP/PA.

Com informações de: Terra de Direitos, 22/09/2023

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU**POVO(S):** MUNDURUKU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Falta de consulta; projeto de crédito de carbono

DESCRIÇÃO: Indígenas Munduruku, suspeitos de praticarem garimpo ilegal no próprio território, desenvolveram um projeto de crédito de carbono em parceria com uma empresa acusada de irregularidades em outras iniciativas de geração desses créditos na Amazônia. O projeto foi colocado em prática sem consulta a boa parte das aldeias da TI Munduruku, especialmente as que se opõem ao garimpo de ouro no território tradicional - a grande maioria das comunidades é contrária à mineração ilegal. O caso passou a ser investigado pelo MPF, que apura um "possível desrespeito ao procedimento de consulta prévia, livre e informada aos Munduruku". A Procuradoria cobrou explicações da Associação Indígena Pusuru, que abriga Munduruku denunciado pelo MPF à Justiça Federal por associação criminosa e garimpo ilegal, e da AGFOR Empreendimentos, a empresa que se associou aos indígenas para o desenvolvimento do projeto de crédito de carbono. Segundo o MPF, também foram oficiais órgãos do governo federal, como Funai e Ibama. A AGFOR Empreendimentos é uma empresa do estadunidense Michael Greene, com sede em Guarulhos, segundo informado à Receita Federal. Greene está ligado a outros empreendimentos que levam o nome AGFOR, como Brazil AGFOR. A reportagem da Folha constatou que no endereço informado por uma das empresas num site da AGFOR, em Manaus (AM), funciona um açougue. Ninguém no açougue conhece o empreendimento. Depois do contato feito pela reportagem, o endereço foi retirado do site.

Com informações de: Folha de São Paulo, 02/11/2023

TERRA INDÍGENA: PAQUIÇAMBA**POVO(S):** JURUNA YUDJA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** empreendimento minerário; morosidade na regularização

DESCRIÇÃO: A TI Paquicamba pode ser impactada pela barragem de rejeitos da mineradora canadense Belo Sun, que possui um megaprojeto de mineração de ouro na região da Volta Grande do Xingu. A mineradora chegou a obter licenças estaduais para seu funcionamento, mas, em 2023, o TRF-1 confirmou a determinação de que o licenciamento seja feito pelo Ibama, por envolver impactos diretos e indiretos em terras indígenas e numa região que já sofre os impactos acumulados da UHE Belo Monte. O TRF-1 decidiu manter os efeitos da decisão de 2018 da Justiça Federal de Altamira, a pedido do MPF, que havia sido contestada pela mineradora. A revisão de limites da TI Paquicamba, declarada pelo Ministério da Justiça, ainda não teve a demarcação física. A regularização da área era uma das condicionantes para a construção da usina.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 2; MPF, 13/09/2023

TERRA INDÍGENA: PARAKANÁ**POVO(S):** PARAKANÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Ameaças; conflitos por disputas fundiárias

DESCRIÇÃO: O MPF fez uma recomendação ao Secretário Nacional de Segurança Pública solicitando medidas urgentes diante dos frequentes conflitos na TI Parakaná, que têm colocado os indígenas em grave risco. Em resposta, foi instaurado um inquérito civil para investigar se os serviços públicos, especialmente na área de saúde, estariam sendo garantidos aos indígenas, que têm enfrentado retaliações e ameaças desde um incidente ocorrido no ano anterior, que resultou na morte de três pessoas no território. Além disso, o MPF recomendou que o Secretário aumentasse o contingente da Força Nacional de Segurança na região de Novo Repartimento (PA), conforme a gravidade das ameaças enfrentadas. Relatos de atentados e emboscadas por criminosos ao longo da rodovia Transamazônica têm sido recebidos pelo MPF, sem que medidas ostensivas eficazes sejam implementadas para enfrentar os problemas identificados. Servidores do Programa Parakaná e indígenas chegaram a ser aborçados por indivíduos encapuzados na rodovia federal, aumentando a preocupação com a segurança na região.

Com informações de: MPF/PA, 17/03/2023; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: PRAIA DO ÍNDIO**POVO(S):** MUNDURUKU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Instalação de terminal portuário

DESCRIÇÃO: Um porto de embarque e desembarque de grãos mantido pela gigante do agronegócio Cargill, no município de Itaituba, opera com uma licença

precária há um ano e meio na margem direita do rio Tapajós, um dos mais importantes rios da Amazônia brasileira. O problema é que a empresa ainda não cumpriu algumas das obrigações impostas, como a realização de um estudo de impacto sobre os indígenas Munduruku, que possuem terras na área de influência do terminal. Moradores locais têm reclamado das consequências negativas do empreendimento.

Com informações de: Repórter Brasil, 25/10/2023

TERRA INDÍGENA: SAWRÉ MUYBU**POVO(S):** MUNDURUKU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Morosidade no procedimento demarcatório

DESCRIÇÃO: O processo administrativo de demarcação da TI Sawré Muybu se estende por mais de 10 anos e esteve paralisado de maneira injustificada, desde a apreciação das contestações administrativas, em 2019. A situação impulsiona a invasão, destruição e apropriação das terras federais de usufruto exclusivo dos indígenas, bem como sua destinação a grandes empreendimentos. Por isso, o MPF recomendou ao ministro de Justiça e Segurança Pública que apreciasse, em caráter de urgência de até 60 dias, o processo relativo à demarcação desta TI.

Com informações de: MPF, 31/10/2023

TERRA INDÍGENA: TRINCHEIRA/BACAJÁ**POVO(S):** XIKRIN**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Empreendimento minerário

DESCRIÇÃO: O megaprojeto de mineração da empresa canadense Belo Sun impactará diretamente pelo menos cinco povos indígenas, além de 25 comunidades ribeirinhas e aproximadamente 500 famílias de assentados da reforma agrária, que sofrem com as consequências de Belo Monte. Segundo informações prestadas ainda em 2016 à Secretaria de Meio Ambiente do Pará no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, o projeto apresentado pela Belo Sun prevê a imediata remoção de 813 famílias, que deverão ser realocadas para o estado de Mato Grosso, a quase 1.600 km de distância. Mesmo antes de entrar em operação, a Belo Sun vem realizando sistemáticas violações de direitos das comunidades que vivem na região. A mineradora reiteradamente omite informações acerca dos prováveis impactos que a mineração irá causar na região, como, por exemplo, a contaminação dos recursos hídricos com mercúrio, cianeto, arsênio e antimônio. A Belo Sun atua para silenciar as discussões acerca do empreendimento, inviabilizando a realização de fóruns e audiências públicas, inclusive mediante intimidação. Há abuso do poder econômico, tendo adquirido pelo menos 2.700 hectares de terras em lotes da reforma agrária de maneira ilegal. Além disso, a mineradora contratou uma empresa de segurança armada para atuar no local, que vinha intimidando e ameaçando a população da Volta Grande do Xingu, impedindo a população de acessar áreas públicas, que antes eram utilizadas para caça, pesca, extrativismo e lazer.

Com informações de: Mina de Sangue, 29/05/2023

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA**POVO(S):** TEMBÉ; TURIWARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário; ameaças; grilagem

DESCRIÇÃO: O Cimi vem denunciando situações de ameaças e violências enfrentadas pelos indígenas Tembé e Turiwara e pelos quilombolas, nos municípios de Tomé-Açu e Acará, em conflitos com a empresa Brasil BioFuels (BBF). As comunidades que vivem em territórios nessa região sofrem com ameaças, ataques e pressão constante devido à implantação e operação de atividades de monocultura de dendê/óleo de palma, realizada inicialmente pela empresa Biopalma, cujo empreendimento foi adquirido, em novembro de 2020, pela BBF. Com o objetivo de solucionar os conflitos, o MPF/PA realizou reunião com as comunidades indígenas e quilombolas de Tomé-Açu e Acará.

Com informações de: MPF/PA, 24/01/2023

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA**POVO(S):** TEMBÉ; TURIWARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** ataque a tiros; agressões; ameaças

DESCRIÇÃO: O conflito por terras entre os Tembé e a empresa Brasil BioFuels (BBF) em Tomé-Açu, no Pará, atingiu um novo patamar de violência com o recente atentado em que três indígenas foram baleados. Esse episódio é parte de uma série de confrontos que se arrastam há três anos na região, desde que a BBF iniciou a produção de palma para uso na fabricação de biodiesel destinado à aviação em territórios tradicionais. O ataque aos indígenas no dia 7 de agosto ocorreu justamente quando uma missão do CNDH se dirigia à região para investigar as denúncias de violações contra as comunidades locais envolvidas no conflito por terras. Os indígenas também denunciaram que cursos d'água e plantações da comunidade Turé/Mariquita estão contaminados por agrotóxicos utilizados nas plantações



de dendê. Além disso, há relatos das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas ameaçados por pistoleiros e da intervenção truculenta da PM, acompanhada por seguranças armados da BBF. Um jovem já havia sido baleado em outra área reivindicada pelos indígenas em disputa com a empresa. O Grupo BBF, por sua vez, alega que seus funcionários foram ameaçados e agredidos por invasores antes de terem suas propriedades incendiadas.

Com informações de: Repórter Brasil, 08/08/2023

TERRA INDÍGENA: ZO'É

POVO(S): ZO'É

TIPO DE DANO/CONFLITO: falta de consulta; concessão de Unidades de Manejo Florestal

DESCRIÇÃO: Em julho de 2023, o governo do Pará iniciou os processos de concessão das Unidades de Manejo Ambiental 5ª e 6ª da Floresta Estadual do Paru, abrangendo uma área de 219 mil hectares no oeste do estado. Apesar de situadas no limite da zona intangível da TI Zo'é, habitada por povos isolados ou de recente contato, o governo não consultou a Funai para avaliar os possíveis impactos sobre essas comunidades. Em resposta, o MPF emitiu recomendação para suspender imediatamente o processo licitatório, visando evitar qualquer ato administrativo relacionado às concessões. Os procuradores destacam que a legislação nacional e tratados internacionais garantem aos indígenas o direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado sobre empreendimentos que afetem seus territórios e modo de vida. Eles ressaltam a existência de grupos em isolamento na área e defendem que sua autodeterminação deve ser considerada suficiente para consulta, conforme normas internacionais de direitos humanos. As audiências públicas realizadas nos municípios locais não atendem aos requisitos da Convenção 169 da OIT, pois a consulta deve seguir os protocolos específicos das populações afetadas e garantir seu poder de decisão.

Com informações de: G1/PA, 19/10/2023

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): ISOLADOS; KAYAPÓ; MUNDURUKU; PANARÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: projeto de ferrovia; falta de consulta

DESCRIÇÃO: A Ferrogrão (EF-170) é um ambicioso projeto de ferrovia que percorrerá quase mil km pelo centro do Brasil, cortando áreas de proteção ambiental e territórios indígenas. A proposta é uma iniciativa de grande interesse para produtores de soja e milho do Centro-Oeste, visando fortalecer o escoamento pelo Arco Norte do país e reduzir custos. A comunidade M'êngokre-Kayapó representada pelo Instituto Kabu alertou que, caso não sejam consultados, poderão estabelecer uma aldeia na linha do trem. Análises indicam que o traçado da ferrovia afetará significativamente o território Kayapó, incluindo áreas de seis TIs e 17 unidades de conservação, impactando diretamente cerca de 2.600 pessoas. Além disso, há preocupações com os povos isolados, como os Pu'rô, Isolados do Iriri Novo e Mengra Mrari, que habitam a região. No Pará, onde a ferrovia passará, há um trecho de quase 380 km que se aproxima das TIs Baú, Menkragnoti e Panará, onde o desmatamento aumentou significativamente com a pavimentação da BR-163. Os processos de avaliação de impacto ignoraram a presença de povos indígenas e também de isolados. As principais ameaças identificadas incluem o assédio do agronegócio às aldeias, a exploração ilegal de recursos naturais nos territórios indígenas e áreas protegidas e a dificuldade crescente na demarcação de territórios indígenas. Em dezembro, em Novo Progresso (PA), cerca de 100 indígenas dos povos Munduruku, Apiaká e Kayapó protestaram contra a Ferrogrão em frente ao local de uma audiência convocada pelo senador Zequinha Marinho. Com faixas, os indígenas denunciaram os impactos do projeto e a necessidade de cumprir os protocolos de consulta, com mensagens como: "Ferrogrão é a destruição da floresta e dos povos indígenas"; "Vozes do povo Apiaká do Médio Tapajós exigem respeito ao protocolo de consulta"; "Trilho que terá sangue indígena".

Com informações de: Brasil de Fato, 06/07/2023; Tapajós Vivo, 03/08/2023; Folha de São Paulo, 15/12/2023

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): VÁRIOS POVOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Projeto de hidrovía

DESCRIÇÃO: Tramita na Procuradoria da República em Marabá (PA) um inquérito civil instaurado para acompanhar o licenciamento do empreendimento de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins (Hidrovía Araguaia - Tocantins), a fim de garantir, entre outros, a participação das comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, afetados no procedimento de licenciamento; o direito à consulta prévia, livre e informada, assegurado aos povos tradicionais em relação a medidas que possam afetá-los; a proteção dos direitos ao respeito e à integridade desses povos, que devem ser observados nos Estudos de Impacto Ambiental, uma vez que as obras realizadas afetam diretamente a saúde, segurança e bem-estar da população. Nesse sentido, o MPF recomendou ao Ibama que suspenda a licença prévia referente a esse empreendimento, até que seja realizada a referida consulta.

Uma das obras previstas neste projeto, com investimentos previstos no novo PAC, é a derrocagem (retirada de rochas) do Pedral do Lourenço. O MPF recomendou que a licença prévia fosse suspensa até a correção de diversas irregularidades, entre elas a consulta aos povos e comunidades afetados, devido aos potenciais impactos sociais e ambientais decorrentes da obra.

Com informações de: MPF/PA, 07/03/2023; G1/PA, 28/09/2023; Cimi Regional Norte 2

PARAÍBA

2 Casos

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

POVO(S): POTIGUARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório

DESCRIÇÃO: A TI Potiguará Monte Mor foi declarada em 2007, mas ainda aguarda homologação. Em 2019, o MPF moveu uma Ação Civil Pública exigindo que a Funai e a União concluíssem a demarcação. Durante o governo de transição, no final de 2022, houve o anúncio da criação do MPI, com a promessa de homologar as terras indígenas sem impedimentos jurídicos. A TI Monte Mor foi incluída na primeira lista. No entanto, em abril de 2023, na data em que o presidente Lula prometeu assinar as homologações, a TI Monte Mor foi retirada da lista, alegando falta de recursos suficientes para concluir o procedimento de demarcação.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: TABAJARA

POVO(S): TABAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório; especulação imobiliária

DESCRIÇÃO: Desde 2006, o povo Tabajara luta pelo reconhecimento étnico e demarcação do seu território, situado no município de Conde. Em 2015, a Funai iniciou o processo de estudo antropológico, sendo paralisado em seguida. Após várias denúncias, em 2019 o MPF ajuizou uma ACP cobrando da Funai e União providências. Em março de 2023, houve a primeira audiência na Vara Federal, quando o Poder Judiciário determinou que a Funai finalizasse o estudo antropológico. Em agosto de 2023, houve a segunda audiência da ACP, sendo que o RCID ainda não havia sido concluído. A Funai alegou dificuldades na logística e divergências na delimitação territorial. O povo Tabajara segue na luta pela conclusão da demarcação do território, que é pressionado pela especulação imobiliária, especialmente de empresários do setor hoteleiro e de turismo.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

PARANÁ

7 Casos

TERRA INDÍGENA: APUCARANA

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Os Kaingang ocuparam uma fazenda de 1000 hectares, situada nos limites da TI Apucarana, em processo de revisão de limites pela Funai. Segundo as lideranças, essa área é de propriedade do povo indígena e houve equívocos na demarcação. O proprietário da fazenda recorreu à Justiça Federal do Paraná e o juiz determinou uma multa diária de R\$ 1 mil para cada indígena que ocupava a fazenda de soja em Tamarana, no norte do estado.

Com informações de: G1/PR, 28/09/2023

TERRA INDÍGENA: SAMBAQUI

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no processo demarcatório; projeto de infraestrutura

DESCRIÇÃO: O MPF expediu uma recomendação à Funai para retomar o procedimento de demarcação da TI Sambaqui, localizada no município de Pontal do Paraná. A TI é reconhecida como sendo de ocupação tradicional do povo indígena Mbya Guarani, conforme consta no RCID da TI, publicado no Diário Oficial da União em 19/04/2016. A TI Sambaqui é uma das áreas impactadas pela Faixa de Infraestrutura, megaprojeto formado por uma rodovia de quase 25 km em pista dupla, um canal de drenagem, uma linha de transmissão de energia elétrica, um gasoduto e um ramal ferroviário. A Justiça Federal anulou o EIA e a licença prévia da obra, a pedido do MPF e do MPPR, devido à falta de consulta às comunidades indígenas e tradicionais impactadas.

Com informações de: MPF; Cimi Regional Sul; CBN Curitiba, 24/08/2023; Folha de São Paulo, 24/08/2023

**TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA GUASÚ GUAUVIRÁ**POVO(S):** AVÁ-GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projetos de obras dentro das TIs

DESCRIÇÃO: As comunidades que compõem as TIs Tekoha Guasu-Guavirá e Ocoy-Jacutinga estão sendo impactados por projetos de obras de utilização dos territórios indígenas para fins públicos e privados, incluindo a construção da Penitenciária Estadual de Guairá, inaugurada sem consulta prévia e estudos de impacto socioambiental, violando a Convenção 169. A CGY lançou um vídeo no Reino Unido destacando os impactos das monoculturas de soja nas terras dos Avá-Guarani, ressaltando questões como invasão de territórios, confinamento, devastação ambiental e contaminação por agrotóxicos. Além disso, a construção da Ferroeste, uma ferrovia planejada para conectar o Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá, levanta preocupações devido ao seu potencial impacto em dezenas de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação, especialmente no Paraná.

Com informações de: Cimi Regional Sul; CGY, 29/11/2023

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA GUASÚ GUAUVIRÁ**POVO(S):** AVÁ-GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Avá-Guarani na região de Guairá relataram ataques ocorridos nos dias 23 e 24 de dezembro, incluindo o uso de armas de fogo, tortura de cachorros e suspeitas de ação de milícias armadas. Os ataques ocorreram no território Tekoha Guasu Guavirá, reivindicado pelos Guarani há anos e ainda não demarcado. Em uma reunião, a Polícia Federal informou não ter efetivo para garantir a segurança dos indígenas na região, e disse estar investigando a possível existência de uma milícia privada responsável pelos ataques. A região tem histórico de violência e disputas envolvendo conflitos com fazendeiros e a busca por indenização pela construção da usina de Itaipu. Os indígenas denunciam desassistência, fome e desesperança, reclamam da falta de regularização da terra, contaminação por agrotóxicos e ameaças de construção de uma cadeia e uma ferrovia na região. Os relatos incluem tiroteios, incêndio de barracos, agressões, roubo de pertences e tortura de animais. A autoria dos ataques ainda não foi confirmada, mas investigações consideram a possível participação de fazendeiros da região.

Com informações de: Jornal de Brasília, 28/12/2023

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA GUASÚ GUAUVIRÁ**POVO(S):** AVÁ-GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Intimidação; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Na cidade de Guairá, no oeste do Paraná, fazendeiros mobilizaram moradores locais para vigiar e monitorar os indígenas Avá-Guarani. Um micro-ônibus transportando um grupo Avá-Guarani foi alvo de filmagens e fotografias por pessoas externas à comunidade, assim que chegou à cidade. Este grupo, composto por mulheres, idosos e jovens, se dirigia a uma aldeia para participar de um encontro promovido pela Comissão Guarani Yvyrupá (CGY) sobre a violência contra mulheres indígenas em seus territórios. Na saída, foram seguidos por um veículo e fotografados novamente durante uma parada num restaurante local. Ao se aproximarem da aldeia, pessoas ligadas aos fazendeiros locais abordaram o motorista do ônibus em busca de informações sobre os indígenas e o propósito da viagem. A CGY denunciou o ocorrido à Polícia Federal e solicitou proteção junto ao MPF, DPU, Funai e MPI. Para garantir a segurança dos participantes durante o encontro, a polícia realizou rondas na aldeia e escoltou o retorno dos indígenas. Fazendeiros se organizaram em redes sociais, disseminando notícias falsas sobre supostas invasões de terra e incitando violência contra os indígenas. Diante da situação, além do crescente clima de tensão na cidade, as comunidades Avá-Guarani se sentem cada vez mais acudadas e vulneráveis, tendo cada passo monitorado.

Com informações de: CGY, 05/10/2023

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA GUASÚ GUAUVIRÁ**POVO(S):** AVÁ-GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de construção de ferrovia

DESCRIÇÃO: O MPF emitiu uma recomendação à Nova Ferroeste (uma ferrovia que visa conectar o Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá no Paraná), solicitando a realização de um novo estudo de impacto ambiental abrangendo territórios indígenas nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. No documento enviado à Funai, Ibama e ao estado do Paraná, o MPF requisita uma análise complementar nas áreas de influência direta e indireta da ferrovia. O novo EIA/RIMA da Nova Ferroeste deverá abranger todos os territórios e povos indígenas impactados pelo empreendimento, independentemente de sua localização em território demarcado, declarado ou homologado. Devem ser incluídas no estudo as comunidades nos 49 municípios cortados pela ferrovia e também as aldeias situadas dentro de

idades localizadas em um raio de 10 km da estrada de ferro. Além disso, a análise deve considerar todos os povos localizados a 25 km do eixo da ferrovia, independentemente do município em que estejam situados.

Com informações de: Obind.eco, 23/03/2023

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA PYAU**POVO(S):** AVÁ-GUARANI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Na comunidade indígena Tekoha Pyahu, localizada em Santa Helena, os Avá-Guarani enfrentam desafios significativos desde a venda da propriedade vizinha para um não indígena. Os moradores têm enfrentado dificuldades de acesso a serviços essenciais, inclusive relacionados ao abastecimento de água e energia elétrica, com a prefeitura fornecendo água apenas uma vez por semana, o que não é suficiente para atender às necessidades da comunidade. Além disso, o novo proprietário da fazenda bloqueou o acesso à estrada, ofereceu um valor de R\$ 4 mil para o cacique Fernando Lopes e sugeriu que abrisse outra via por meio da mata. Ele impediu a colocação de cascalho para evitar lamaçais, afetando o transporte e o acesso à escola das crianças indígenas, que não possuem a instituição na aldeia. Em uma gravação que o cacique fez durante uma conversa com o proprietário, este diz: "Veio (sic) duas caçamba de terra e mandei de volta, porque dentro da minha propriedade quem manda sou eu, entendeu?" O MPF foi acionado para investigar essas práticas, ressaltando que o fechamento de estradas em territórios indígenas por particulares não é autorizado, mesmo sem demarcação oficial. Além disso, o fazendeiro bloqueou a entrada de táxis e caminhões com suprimentos essenciais, aumentando ainda mais a pressão sobre a comunidade.

Com informações de: Brasil de Fato, 26/05/2023

PERNAMBUCO**2 Casos****TERRA INDÍGENA:** ALDEIA MARATARO KAETÉ**POVO(S):** KARAXUWANASSU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Reintegração de posse

DESCRIÇÃO: O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ-PE) expediu, na manhã do dia 09/01/2023, um mandado de reintegração de posse contra os Karaxuwanassu, a fim de cumprir com a decisão que deferiu o pedido da Prefeitura de Igarassu no dia 5 de janeiro. No dia 1º de janeiro de 2023, os Karaxuwanassu retomaram uma área que está abandonada há anos – chamada por eles de TI Marataro Kaetés. No entanto, a prefeitura do município pernambucano tenta impedi-los de permanecer no local. Em documento, o Tribunal de Justiça de Pernambuco pediu o "cumprimento imediato" do mandado de reintegração, com auxílio da Guarda Municipal de Igarassu e suporte da PM, se necessário. No dia 6 de janeiro de 2023, lideranças Karaxuwanassu, com uma comitiva de apoiadores, se reuniram com a Prefeitura de Igarassu para negociar a permanência dos indígenas no território recém retomado. Houve um acordo para não dar andamento ao despejo até que uma nova audiência fosse realizada, desta vez com a Funai, o MPI e o governo de Pernambuco.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 11/01/2023

TERRA INDÍGENA: KAPINAWÁ**POVO(S):** KAPINAWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Projeto de implantação de parque eólico; falta de consulta

DESCRIÇÃO: O povo Kapinawá denuncia a implementação de um grande parque eólico nos limites da TI de mesmo nome e dentro de uma área reivindicada pelo povo, além de uma fazenda de energia solar. O parque é de iniciativa privada e prevê a instalação de 70 turbinas eólicas em uma área de mais de 3 mil hectares. Os trâmites do projeto, denominado "Parque Eólico Buíque", já estão em andamento, com risco de grande impacto ambiental, social, cultural e arqueológico. O povo protocolou uma denúncia junto aos órgãos responsáveis, inclusive por não serem consultados.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Nordeste

PIAUI**1 Caso****TERRA INDÍGENA:** AKROÁ-GAMELA BAIXA FUNDA**POVO(S):** AKROÁ-GAMELLA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** omissão e morosidade na demarcação; conflitos possessórios

DESCRIÇÃO: O povo Akroá-Gamella segue denunciando o aumento do desmatamento e da pressão sobre o território Morro D'Água, localizado no município de Baixa



Grande do Ribeiro, a 582 km de Teresina, devido ao aumento de fazendas ligadas ao agronegócio na área. Entre 2022 e 2023, passou de 400 hectares a área desmatada do território. Nos últimos anos, o povo vem denunciando a ação de invasores e grileiros no território, devido à omissão e morosidade da Funai em proceder com a regularização da sua terra. O povo segue cobrando a demarcação da área e providências do Instituto de Terras do Estado do Piauí (Interpi), para solucionar a situação fundiária da região. O MPF, a DPU e a DPE-PI recomendaram, em 2021, a demarcação do território.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Nordeste

RIO DE JANEIRO

1 Caso

TERRA INDÍGENA: KA'AGUY HOVY

POVO(S): GUARANI; GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Empreendimento turístico imobiliário

DESCRIÇÃO: Em 24 de maio, o STJ suspendeu a licença ambiental para a construção de um resort em uma aldeia indígena em Maricá, município na Região dos Lagos. A decisão determinou a suspensão imediata das obras do empreendimento da empresa espanhola IDB Brasil, que planeja tomar 844 hectares de uma área de restinga. Além de Aldeia Mata Verde Bonita, há também na região uma colônia de pescadores Zacarias, que é originária do local. Tanto os indígenas quanto os pescadores podem ser removidos da restinga com o avanço das obras. Desde o início de 2023, o grupo protestou contra a construção do resort. Além de citar o impacto na aldeia indígena e na colônia dos pescadores, a decisão do STJ alegou que havia “falhas e dúvidas” no plano de manejo da área que poderiam causar danos “irreversíveis” ao meio ambiente.

Com informações de: Metrôpoles, 26/05/2023; G1/RJ, 19/04/2023

RIO GRANDE DO NORTE

1 Caso

TERRA INDÍGENA: SAGI/TRABANDA

POVO(S): POTIGUARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade na revisão dos limites da TI

DESCRIÇÃO: O povo Potiguara do Rio Grande do Norte, no extremo sul do estado, na aldeia Sagi Jacu, trava uma batalha pela demarcação de suas terras desde 2007. A região de ocupação tradicional dos Potiguara é alvo de interesses de empresários do ramo de viveiros de camarão, bem como do setor de especulação imobiliária e turística, devido às suas belas praias litorâneas. Além disso, enfrentam constantes avanços das plantações de cana-de-açúcar na área, o que tem gerado conflitos e invasões em seu território. Em 2015, foi formado o GT que deu início ao estudo antropológico de reconhecimento e delimitação do território. O povo Potiguara pleiteia uma área correspondente a 24.566,10 hectares para sua demarcação. No entanto, em 2019, o GT foi abruptamente interrompido sem conclusão, alegando-se falta de recursos por parte da Funai. Desde então, a comunidade Potiguara vem lutando incansavelmente para que o GT seja retomado e o processo de demarcação concluído.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

RIO GRANDE DO SUL

16 Casos

TERRA INDÍGENA: ACAMPAMENTO GUABIROBA

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: O acampamento Kaingang está localizado no município de São Pedro das Missões (RS), sendo composto por mais de 25 famílias. A comunidade reivindica que a Funai constitua o grupo técnico para a identificação e delimitação do território. Em 2023, contudo, nenhuma ação foi realizada pelo órgão indigenista. No espaço onde residem as famílias Kaingang, as condições de vida são precárias e, em decorrência do preconceito e da discriminação, as famílias vivem em um clima de constante tensão.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: CAMPO DO MEIO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: Comunidade composta por cerca de 45 famílias, que vivem em acampamento localizado no município de Gentil, ao norte do estado do

Rio Grande do Sul. Os Kaingang estão mobilizados há mais de 15 anos e reivindicam o início do procedimento de demarcação, com a criação de um GT para a identificação e delimitação da terra, porém a Funai não atende a comunidade. O MPF de Passo Fundo protocolou uma ACP onde, ainda em 2022, a Funai foi obrigada ao cumprimento provisório de sentença oficial à comunidade Kaingang. Por esta decisão, o órgão indigenista federal deveria proceder aos estudos de identificação e delimitação do território reivindicado. Porém, mesmo diante de uma decisão judicial, a morosidade da Funai persiste e os trabalhos seguiram paralisados em 2023.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: CARAZINHO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI; ações de reintegração de posse

DESCRIÇÃO: O acampamento Kaingang é composto por cerca de 25 famílias, está estabelecido em um parque municipal, no município de Carazinho, ao norte do estado. A base de subsistência é a venda de artesanatos que, com matéria-prima escassa, requer o deslocamento para locais distantes. A mobilização pela demarcação da terra vem de longa data, ainda no ano de 2000. Com a morosidade rotineira da Funai, o MPF de Passo Fundo, ainda em 2017, ajuizou uma ACP contra o órgão indigenista, determinando prazos para finalizar os estudos. O processo transitou em julgado e a Funai foi obrigada a criar o Grupo de Trabalho para identificação e delimitação da TI, constituído em fevereiro de 2022, por meio da Portaria nº 472. Até o final de 2023, contudo, os trabalhos de campo não haviam sido realizados. Outra luta dos Kaingang é no sentido de permanecer, mesmo que temporariamente, acampados no espaço atual, o Parque da Cidade. Há anos sofrem com diferentes ações de reintegração de posse, movidas pelo município de Carazinho e também por fazendeiros da região. A comunidade resiste e quer permanecer no local. Uma decisão do juiz federal de Carazinho numa dessas ações garantiu à comunidade o direito de permanecer no local. Os Kaingang, contudo, seguem ameaçados.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: FAXINAL

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pressão política; ações judiciais; privatização

DESCRIÇÃO: Território retomado pelos Kaingang ainda em março de 2010. Segue tramitando na Justiça Federal uma ação de reintegração de posse em desfavor da comunidade. O espaço reivindicado é uma área da antiga Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA). O estado do Rio Grande do Sul, após aceitar os trâmites para a área ser ocupada em definitivo pelos Kaingang, procedeu à extinção de tal autarquia e realizou o leilão do imóvel, sem consulta nenhuma à comunidade. A comunidade reivindica que a Funai proceda os estudos de identificação e delimitação da terra porém, até o momento, mesmo com uma ACP movida pelo MPF e com cumprimento provisório de sentença, ainda em 2022, a Funai não tem agilizada o procedimento de demarcação – situação que seguiu inalterada em 2023, mantendo os indígenas submetidos ao risco de reintegração de posse.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: LAMI

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação; especulação imobiliária

DESCRIÇÃO: A Funai criou no ano de 2012 os GTs para proceder aos estudos de identificação e delimitação das terras Mbya Guarani que ficam em Porto Alegre, Viamão e Capivari do Sul. Passados mais de 11 anos, os estudos foram parcialmente realizados apenas na tekoa Pindó Poty, bairro Lami. As comunidades dessas regiões vivem nas margens de estradas e de córregos que inundam com as chuvas. Os Guarani não possuem acesso às terras altas, o que compromete sua segurança, dado que a cada chuva são obrigados a se deslocarem para abrigos improvisados. Uma vida de sofrimentos e inseguranças expostos ao clima severo e as ameaças de preconceitos dos vizinhos não indígenas, especialmente empresários de empresas imobiliárias.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: GOJ KUSA

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI; ação de reintegração de posse; privatização

DESCRIÇÃO: O acampamento localiza-se no município de Água Santa (RS) e é composto de 20 famílias e aproximadamente 100 pessoas. A comunidade possui um histórico de organização e protagonismo das mulheres, tanto



nas mobilizações para a retomada da área quanto para a implementação de estruturas e políticas públicas. Com relação ao território, o estado do Rio Grande do Sul ingressou com uma ação de reintegração de posse contra a comunidade. O MPF ingressou com uma ACP cobrando da Funai a demarcação da terra como área de ocupação originária e tradicional. O órgão indigenista recorreu das decisões judiciais que determinavam a realização de estudos circunstanciados de identificação e delimitação da terra. Não bastasse a insegurança causada pelas ações de reintegração de posse, que ameaçam a permanência em seu território, o estado do Rio Grande do Sul, que detinha os títulos de posse da terra por meio de uma autarquia estadual, vendeu a área sem sequer citar a comunidade. Com isso, no momento, as lideranças, por meio do MPF e de aliados, travam um embate para declarar nulo o processo de venda da área por parte do estado.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: GOJ VÊSO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: A comunidade Kaingang ocupa uma área de terra de aproximadamente 55 hectares, localizada no município de Iraí, às margens da BR-386, e pertencente à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). São cerca de 50 famílias, com aproximadamente 180 pessoas, com um número significativo de crianças e jovens. O espaço foi ocupado na metade de 2016, e desde então o grupo enfrenta forte resistência de setores anti-indígenas do município, principalmente pelo interesse destes em explorar a referida área de terra. O grupo reivindica a demarcação, porém, até o momento, nenhuma providência foi tomada pelo órgão indigenista.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: KANDÓIA

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: O contexto de vida da comunidade Kandóia é desafiador. São cerca de 450 pessoas que vivem em uma área de terra de aproximadamente 4 hectares, cedida pelo estado do Rio Grande do Sul, em comodato, para uso por um período de 20 anos. O território reivindicado pela comunidade está com procedimento de demarcação em curso, porém paralisado desde 2013. A Funai publicou o relatório circunstanciado da terra e os Kaingang aguardam a publicação da portaria declaratória, que cabe ao Ministério da Justiça. Não existe impedimento algum para a sequência do procedimento. Os indígenas desta comunidade sofrem forte pressão de proprietários rurais da região e, desde 2014, vêm sendo sistematicamente criminalizados, sendo atribuído a eles o crime de organização criminosa. 19 homens da comunidade foram denunciados por duplo homicídio e roubo. Nove deles foram pronunciados pela Justiça Federal e aguardam por julgamento. Oito lideranças encontram-se no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), do governo federal, no entanto, a comunidade como um todo está vulnerável. O sistema de vigilância lá implementado não funciona por falta de manutenção, tornando o sistema inoperante.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: LAJEADO DO BUGRE

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: A comunidade composta por cerca de 25 famílias, como estratégia de ocupação territorial, fez a aquisição de um pequeno pedaço de terra, cerca de dois hectares, junto ao território reivindicado para demarcação. A mobilização pela demarcação da terra vem de longa data, ainda no ano de 2000, porém a Funai não agiliza os estudos para identificar e delimitar a área. Com isso, o MPF de Passo Fundo ajuizou uma ACP contra o órgão indigenista, determinando prazos para finalizar os estudos. O processo transitou em julgado e a Funai foi obrigada a criar o Grupo de Trabalho para identificação e delimitação, o que ocorreu no início de 2022. Apesar disso, até o final de 2023, os estudos de identificação e delimitação do território não haviam sido concluídos.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: MATO CASTELHANO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: Localizada no município de Mato Castelhano, ao norte gaúcho, a comunidade Kaingang segue acampada às margens da rodovia BR-285, composta por quatro acampamentos. São mais de 120 famílias, cerca de 400 pessoas. A vida dessas famílias, além de insegura, é muito precária: faltam alimentos, agasalho, lenha e toda a infraestrutura necessária para

uma vida digna. O trânsito é motivo de medo constante, tendo causado, em anos passados, inclusive, a morte de crianças por atropelamento. Quanto ao procedimento de demarcação, a Funai publicou, em 2016, o resumo do RCID da TI, com uma área de 3.567 hectares. Cabe ao governo federal a publicação da Portaria Declaratória. Mesmo tendo seu território identificado, o procedimento de demarcação está paralisado e a comunidade permanece em situação de extrema vulnerabilidade.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: MORRO SANTANA

POVO(S): KAINGANG; XOKLENG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ameaça de despejo de retomada

DESCRIÇÃO: Dois povos indígenas que estão na retomada Gãh Ré, desde outubro passado, em área no Morro Santana, em Porto Alegre, aguardam um possível desfecho do pedido de reintegração de posse que tramita na Justiça. São mais de 70 pessoas das etnias Kaingang e Xokleng que estão sob ameaça de despejo desde o início de dezembro de 2022, mas se mantêm no terreno devido a uma liminar que suspendeu a urgência da retirada das famílias. A área é reclamada pela empresa Maissonave Companhia de Participações. O local, que é coberto por mata nativa e abriga duas nascentes que desaguardam no Arroio Dilúvio, é classificado no Plano Diretor de Porto Alegre como área de ocupação intensiva e já tem autorização para a construção de um condomínio de prédios residenciais, seguindo a tendência da região, que fica perto do limite com Viamão. Os indígenas reivindicam o reconhecimento do seu direito ao território do Morro Santana, devido à relação histórica do povo com a área. Eles lutam junto à Funai, desde 2009, com um pedido de estudo para identificação, caracterização e definição de terra indígena. Meses depois, no início em 2010, o povo Kaingang ocupou parte do terreno que pertence à Ufrgs, próximo ao Campus do Vale. O caso foi judicializado e os indígenas tiveram que deixar o local.

Com informações de: Jornal do Comércio, 06/01/2023

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI; conflito fundiário; judicialização

DESCRIÇÃO: A mobilização Kaingang pela demarcação desta terra remonta ainda ao ano de 2000. Localizada nos municípios de Sananduva e Cacique Doble, são mais de 45 famílias, com cerca de 250 pessoas. O procedimento de demarcação avançou até a fase da publicação da portaria declaratória, realizada pelo Ministério da Justiça em 2011, reconhecendo a tradicionalidade da ocupação da área de 1.916 hectares. As famílias de agricultores, ocupantes de boa-fé, não receberam as indenizações pelas benfeitorias e seguem residindo no território Kaingang. Alguns fazendeiros da região, com o intuito de anular o procedimento de demarcação, ingressaram com processo na Justiça Federal de Erechim, onde obtiveram êxito. Com isso, a portaria declaratória está suspensa. A base de sustentação do processo é a tese do marco temporal. No momento, o processo tramita no TRF-4, em Porto Alegre, com uma situação conflitiva que segue estabelecida na região.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: RIO DOS ÍNDIOS

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio criminoso

DESCRIÇÃO: Nas noites e madrugadas dos dias 13 e 14 novembro, casas e galpões de famílias de agricultores que residem dentro da TI Rio dos Índios foram incendiadas. A terra foi recentemente demarcada e homologada pelo presidente da República, por meio do decreto n.º 11.505, de 28 de abril de 2023. Tudo indica, pelo que consta inclusive em boletins de ocorrências registrados junto à delegacia de Polícia Civil de Vicente Dutra (RS), que os atos são criminosos, praticados por pessoas que estão descontentes com a demarcação da terra e agem com violência como forma de retaliação às famílias que – livre e espontaneamente – estão dialogando e negociando com integrantes da Funai as formas de indenização das propriedades e benfeitorias de boa-fé afetadas pela demarcação. Uma das propriedades atacadas por incendiários pertencia ao ex-prefeito de Vicente Dutra, Osmar da Silva. Conforme o boletim de ocorrência, o senhor Osmar concordou em negociar e aceitou as indenizações propostas pela Funai. Razão pela qual, de acordo com depoimento, os incêndios têm efetivamente o objetivo de intimidar as pessoas que estão dispostas a saírem da área e receberem as indenizações do governo federal.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: RIO DOS ÍNDIOS

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI



DESCRIÇÃO: Este grupo Kaingang é formado por cerca de 55 famílias, com uma população de mais de 300 pessoas e está localizado no município de Vicente Dutra. A TI tem uma área de 715 hectares e teve sua portaria de homologação emitida pelo presidente da República em abril de 2023. Mesmo com o ato de homologação, setores locais, contrários à demarcação, entraram com uma ação pedindo o cancelamento do decreto presidencial. De forma estranha e rápida, a Justiça Federal da 9ª Região, em Porto Alegre, concedeu uma liminar, até que o mérito seja julgado. A comunidade, mesmo diante de uma ação judicial injusta e da reação truculenta de setores anti-indígenas, conseguiu a posse de cerca de 90 hectares de terra. Mesmo sendo reivindicações justas, várias lideranças estão criminalizadas, respondendo a processos na justiça. Esta demanda sofre grande represália por parte de agentes públicos da região, deixando o clima tenso e a comunidade indígena vulnerável. Posterior à homologação do território, ocorreram fatos estranhos, com ameaças, conforme relato de lideranças, queima de casas, dentre outros fatos amplamente noticiados na região.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: SERTÃO

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: O acampamento Kaingang está localizado no município de Sertão (RS), sendo composto por mais de 35 famílias. A comunidade reivindica que a Funai constitua o grupo técnico para a identificação e delimitação do território. Até o momento, nenhuma ação foi realizada pelo órgão indigenista. No espaço onde residem as famílias Kaingang, as condições de vida são precárias e, em decorrência do preconceito e da discriminação, os indígenas vivem em um clima de constante tensão.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: SEGU

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação da TI

DESCRIÇÃO: A comunidade Kaingang localizada no município de Constantina (RS), vive em um acampamento composto por cerca de 25 famílias e aproximadamente 110 pessoas. Estas famílias ocupam um espaço de apenas um hectare de terra, dentro do território reivindicado para demarcação. A mobilização e luta pela terra já perdura por mais de 15 anos. Foram realizados os estudos de identificação e delimitação, comprovando a tradicionalidade. Porém, com base na tese ilegal do marco temporal, a Funai rejeitou os estudos. A comunidade reagiu à ilegalidade e acionou o MPF. Diante da reivindicação da comunidade, o MPF realizou uma perícia antropológica, que sustenta, uma vez mais, a tradicionalidade da terra reivindicada. Tramita, junto à Justiça Federal, uma ACP requerendo a continuidade dos estudos, porém, sem nenhuma ação efetiva.

Com informações de: Cimi Regional Sul

RONDÔNIA

1 Caso

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

POVO(S): ORO WARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito com fazendeiros; ameaças

DESCRIÇÃO: Os indígenas da TI Sagarana enfrentam sérias dificuldades para circular pelo distrito de Surpresa, situado a oeste do território, devido aos constantes conflitos com fazendeiros que avançam sobre os limites da TI, mesmo estando regularizada. Devido à sua oposição às investidas dos fazendeiros, os Oro Wari têm sido alvo de ameaças, o que os tem deixado receosos de transitar pelo distrito, conectado ao território indígena por uma estrada. Em novembro, lideranças indígenas gravaram um vídeo cobrando providências das autoridades competentes contra as invasões e os constantes conflitos na região.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Rondônia

RORAIMA

5 Casos

TERRA INDÍGENA: PIUM

POVO(S): MAKUXI SAPARÁ WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ameaças; intimidações; conflito com fazendeiros

DESCRIÇÃO: A situação de ataques aos indígenas na comunidade Pium, TI Pium, por parte de jagunços e capatazes do fazendeiro que se diz dono do território reivindicado há anos pelos indígenas, manteve-se em 2023, apesar

da denúncia feita ao MPF. A 2ª Tuxaua relatou que os capatazes estão perseguindo as mulheres, indo nas suas casas armados, amedrontando, ameaçando e fazendo pressão. O processo está em tramitação no MPF. Além das ameaças e ataques do fazendeiro às famílias de Pium, os indígenas e o Conselho Indígena de Roraima registraram maior presença de garimpeiros na região Tabaió, principalmente nas comunidades Boqueirão, Mangueira e Pium, que se tornaram rotas de garimpeiros nos últimos anos.

Com informações de: Lideranças; G1/RR, 15/02/2023

TERRA INDÍGENA: TROMBETAS MAPUERA

POVO(S): WAI WAI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Sobreposição de assentamento em terra indígena

DESCRIÇÃO: O MPF ajuizou uma ACP contra o Incra por sobreposição de lotes do Projeto de Assentamento Jatapu, localizado em Caroebe, município ao sul de Roraima, à TI Trombetas Mapuera. A ação foi divulgada no dia 12 de julho, solicitando que não sejam assentados colonos, abertas estradas nem incentivada a exploração dos lotes do projeto de assentamento. Além disso, o órgão pede que o Incra providencie, com urgência, o reassentamento dos colonos fixados na área de sobreposição, preferencialmente em outros lotes de Jatapu. A TI Trombetas Mapuera é habitada de forma permanente e imemorial por grupos originários do chamado complexo cultural Tarumã/Parukoto, segundo o MPF. O território indígena foi demarcado em dezembro de 2009 e se estende pelos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Já, a implantação do projeto Jatapu iniciou na década de 1980 e o assentamento foi expandido gradualmente. "A região da TI Trombetas Mapuera passou por interdição administrativa da Funai em novembro de 1987, tendo em vista a possível presença de povos isolados. Mais tarde, no início dos anos 2000, quando foram realizados estudos de campo de identificação e delimitação, percebeu-se existir sobreposição entre a extensão sul do projeto de assentamento e o perímetro da interdição administrativa", explicou o MPF. À época dessa constatação, o Incra, a Funai e lideranças Wai Wai chegaram a um acordo: por um lado, o perímetro da interdição administrativa seria redelimitado, de modo a preservar os lotes já ocupados pelo projeto de assentamento Jatapu. Por outro, o Incra excluiria os últimos lotes da vicinal 20, tendo em vista que ainda não haviam sido ocupados por colonos e que ali se localizava o povo Karapawiyana. No entanto, apenas a Funai cumpriu o acordo, limitando o território à área homologada em dezembro de 2009 e excluindo os lotes já ocupados pelo assentamento Jatapu que estavam sobrepostos à TI. O Incra, segundo o Ministério, assentou novos colonos na área nos últimos anos. Em 2019, a Funai encontrou uma roça instalada por não indígenas na TI, no fim da vicinal 20. Em 2020, o órgão constatou o prolongamento da estrada, o surgimento de várias ocupações de colonos e o desmatamento de 25 hectares com supressão total da vegetação nativa. Caso a decisão seja favorável ao MPF, o Incra também deve declarar a nulidade dos títulos e direitos deferidos sobre terras situadas na área da sobreposição, além de promover o georreferenciamento do projeto Jatapu e redelimitar sua linha, excluindo os lotes sobrepostos à TI. O MPF também solicitou à Justiça que condene o Incra a recuperar as áreas degradadas e a indenizar os danos causados.

Com informações de: G1/RR, 13/07/2023

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Leis inconstitucionais; incentivo ao garimpo

DESCRIÇÃO: O governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), alinhado ao então governo Bolsonaro, promulgou duas leis pró-garimpo em Roraima, mesmo diante da piora na saúde dos Yanomami ao longo dos últimos anos. Ambas foram consideradas inconstitucionais e derrubadas pelo STF. A primeira, a Lei 1.453/2021, autorizava garimpo com uso de mercúrio, e foi derrubada ainda naquele ano. Posteriormente, Denarium sancionou a Lei 1701/2022, que proibia a destruição de maquinários utilizados em atividades ilegais de garimpo. Esta medida, proposta pelo deputado estadual George Melo (Podemos), teve sua constitucionalidade questionada pela PGR e pela Rede Sustentabilidade. No Brasil, a lei 9.605/1998 e o Decreto 6.514/2008 estabelecem normas sobre a destruição ou inutilização de instrumentos e equipamentos utilizados em atividades prejudiciais ao meio ambiente, importante especialmente em casos onde o transporte dos bens apreendidos é inviável, para evitar que as máquinas venham a ser reutilizadas. Em fevereiro de 2023, o STF declarou a lei 1701/2022 inconstitucional. Apesar das críticas e das consequências ambientais e sociais do garimpo ilegal, Denarium se recusa a responsabilizar os garimpeiros pela crise Yanomami e alega que está trabalhando para legalizar a atividade. Autoridades locais, incluindo o MPF, líderes indígenas e organizações ambientais apontam o avanço do garimpo como a principal causa da crise sanitária na TI Yanomami, resultando na morte de crianças devido à contaminação por mercúrio, desnutrição e outras doenças.

Com informações de: G1/RR, 25/01/2023; Correio Braziliense, 06/07/2023; STF, 22/02/2023



POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Despejo de famílias indígenas

DESCRIÇÃO: A pavimentação de uma ponte entre a avenida Roma, no bairro Centenário, e a rua Santo Antônio Abonari, no bairro Aracélis Souto Maior, iniciada em janeiro, trouxe preocupações para os indígenas Xirixana/Yanomami que residem nas proximidades há muitos anos. Uma ordem de despejo foi entregue em março, com prazo de 20 dias. Sem saber como agir, a comunidade buscou apoio da KAPOI-RR (Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima). O presidente da associação, Nelson Martins, relata que os indígenas chegaram a Boa Vista em busca de melhores condições de vida, educação e saúde, mas enfrentam dificuldades sem um local adequado para acolhê-los. Cerca de oito famílias, muitas delas crescidas no bairro, estão sob ameaça de despejo. Alguns vendem artesanatos para sobreviver e não têm condições de pagar as multas estabelecidas, que chegam a R\$ 5 mil por família, totalizando R\$ 40 mil. Os indígenas expressam sua preocupação, destacando que residem no local há muito tempo e não têm para onde ir.

Com informações de: Folha de Boa Vista, 27/03/2023

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito de interesses

DESCRIÇÃO: No início de 2023, a empresa Cataratas Poços Artesianos, sediada em Boa Vista, foi contratada pelo Exército para executar um serviço na TI Yanomami, sem a necessidade de licitação. O contrato visava a construção de um poço artesiano destinado a abastecer uma base militar em Surucucu, no território indígena. Posteriormente, a Sesai solicitou à mesma empresa a construção de outro poço para atender a uma unidade de saúde na região, a cerca de 1 km de distância do primeiro. No entanto, a execução dessa obra foi interrompida devido a dificuldades técnicas do terreno, segundo o governo federal. Enquanto o Ministério da Saúde afirmou não ter realizado nenhum pagamento à empresa, justificando a escolha com base nas dificuldades de acesso à região, o Exército argumentou que contratou a Cataratas devido à sua habilitação técnica e conformidade com os requisitos legais. Por sua vez, a defesa da empresa negou qualquer ilegalidade, enfatizando que o objetivo do serviço era beneficiar a comunidade Yanomami, facilitando o acesso à água. O MPF solicitou a suspensão do contrato devido a denúncias contra a empresa, mas a Justiça determinou a continuidade das obras, exigindo apenas que a empresa deixasse o território Yanomami após sua conclusão. A Cataratas já havia sido alvo de operações por suspeitas de envolvimento em garimpo ilegal na área Yanomami, levantando preocupações sobre seus impactos ambientais e sociais. Seu proprietário, Rodrigo Martins de Mello, é líder do movimento “Garimpo é Legal” e declarou um patrimônio milionário à Justiça Eleitoral.

Com informações de: Uol, 08/05/2023

SANTA CATARINA

3 Casos

TERRA INDÍGENA: GUARANI DO ARAÇA'Í

POVO(S): GUARANI NHANDÉVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Falta de regularização fundiária da TI

DESCRIÇÃO: A TI Guarani do Araça'í teve a portaria declaratória assinada em abril de 2007, mas uma ação judicial vem impedindo a continuidade do processo de demarcação. Como resultado, os Guarani Nhandéva vivem até hoje de favor na TI Toldo Chimbangue. A falta de demarcação impede que os Guarani Nhandéva tenham acesso e usufruto exclusivo de seu território tradicional, o que impacta negativamente sua segurança, cultura e bem-estar.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: KUZUM LAVAN

POVO(S): XOKLENG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ameaças; intimidações; tiros

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Xokleng têm sido alvo de ameaças de morte, agressões físicas e verbais e racismo por parte da população de Rio do Oeste, uma cidade na região sudeste de Santa Catarina. Documentos do MPF e da Funai revelam essas tensões. O conflito teve como epicentro o Parque Municipal Gruta do Tigre. Os indígenas estavam acampados nessa área desde 22 de fevereiro, na chamada Retomada Kuzum Lavan, contestando a exposição das ossadas de seus ancestrais como ponto turístico, considerando a exposição um desrespeito aos povos indígenas e reivindicando a

criação de uma aldeia no local. O acampamento foi encerrado em 25 de abril por ordem judicial de reintegração de posse. A decisão judicial foi criticada pelo MPF, que a considerou uma forma de punir os indígenas e proteger os agressores. O órgão solicitou investigações criminais contra os responsáveis pelas ameaças e agressões. Durante o tempo em que estiveram acampados, os indígenas relataram vivenciar um “clima de terror”, incluindo ameaças de morte, tentativas de agressão, monitoramento por drones, tentativas de suborno para desocupação do local, além de relatos de tiros nas proximidades durante a noite. Áudios gravados entre fevereiro e abril de 2023 revelam ameaças de morte aos indígenas, atribuídas ao vereador Silvio dos Santos. Este último negou sua autoria, afirmando que os áudios foram manipulados.

Com informações de: Agência Pública, 27/04/2023

TERRA INDÍGENA: TOLDO PINHAL

POVO(S): KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Omissão e morosidade na demarcação; judicialização

DESCRIÇÃO: A TI Toldo Pinhal, demarcada em 1994 com aproximadamente 880 hectares, obrigou a comunidade a iniciar um movimento de articulação, demandando à Funai a revisão de seus limites. Em 2001, um Grupo de Trabalho foi estabelecido, identificando uma área expandida para 4.230 hectares. Embora a portaria declaratória tenha sido publicada em 2007, uma ação judicial tem impedido o início dos trabalhos de levantamento fundiário. Esse impasse segue afetando diretamente o povo Kaingang, privando-os do pleno usufruto de seu território tradicional.

Com informações de: Cimi Regional Sul

SÃO PAULO

1 Caso

TERRA INDÍGENA: TENONDÉ PORÃ

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Morosidade no procedimento demarcatório; conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Em 2022, o MPF ajuizou uma ação para que a Funai fosse obrigada a retomar os trabalhos que viabilizem a demarcação da TI Tenondé Porã em São Paulo. Embora declarado pelo Ministério da Justiça em 2016, o território ainda é palco de conflitos entre os povos Guarani e ocupantes não-indígenas. A omissão da Funai levou o MPF a ajuizar uma ação de execução do TAC, pedindo à Justiça Federal que obrigasse o órgão a instituir um GT para realizar o levantamento completo das benfeitorias na TI e apresentar os resultados em até 180 dias, mas não foi efetivado durante o ano de 2023. A TI Tenondé Porã possui uma abrangência de 15,9 mil hectares entre os municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, Mongaguá e São Vicente, no estado de São Paulo. Enquanto a demarcação não é efetivada, os povos continuam sujeitos aos conflitos e inseguranças.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Sul

TOCANTINS

1 Casos

TERRA INDÍGENA: TAEGO AWÁ

POVO(S): AVÁ-CANOEIRO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Conflito fundiário

DESCRIÇÃO: Após uma longa batalha pela demarcação da TI Taego Áwa, do povo Avá-Canoeiro, uma decisão da Justiça Federal de novembro de 2022 chocou tanto os indígenas quanto as organizações de apoio ao grupo, ao reduzir cerca de um terço do território, subtraindo dele partes essenciais do território. A alteração arbitrária e ilegal na delimitação da TI retirou dos indígenas “o acesso ao principal rio da região, o Rio Javaés, utilizado para a sobrevivência cotidiana e como via de transporte e a maior parte das áreas não inundáveis”, relataram a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues e a bióloga Luciana Ferraz. A luta pela, que se arrasta desde 2018 com uma Ação Civil Pública do MPF, enfrentou obstáculos judiciais e a pressão de fazendeiros, que buscaram cooptar moradores de um assentamento sobreposto à TI. A sobreposição foi alegada pelo juiz federal como justificativa para a redução ilegal da área. O conflito retardou o reconhecimento da posse indígena declarada oficialmente em 2016. Durante todo o ano de 2023, a situação permaneceu indefinida, mantendo os indígenas em situação de vulnerabilidade, sob pressão e ameaças dos fazendeiros.

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 02/02/2023



Devastação causada pelo garimpo na TI Kayapó, no Pará, registrada em março de 2023, durante sobrevoo do Greenpeace

Foto: Christian Braga/Greenpeace

INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

Em 2023, foram registrados 276 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio em pelo menos 202 terras e territórios indígenas, localizados em 22 estados do Brasil. Os casos indicam a continuidade, em grande parte, de situações que já haviam sido registradas em anos anteriores e a incapacidade do Estado de garantir proteção efetiva e contínua aos territórios indígenas.

Os tipos de invasões e danos mais recorrentes foram: o desmatamento, registrado em 66 TIs; a extração ilegal de madeira, areia, castanha e outros recursos naturais, registrada em 62 terras e territórios indígenas; e a invasão possessória de fazendeiros e ou posseiros que se apropriaram ou avançaram sobre os limites de 51 territórios indígenas.

Foi o caso, por exemplo, da Terra Indígena (TI) Sagarana, em Rondônia, onde indígenas Oro Wari denunciaram que um fazendeiro adentrou os limites da terra indígena com uma picada e estava colocando cercas na área invadida. Situações do tipo são recorrentes em muitos territórios da região, que é pressionada pela expansão do agronegócio e dos monocultivos, especialmente de soja, que se intensificou nos últimos anos.

Esta realidade pode ser agravada por projetos como o Amacro – acrônimo formado pelo nome dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, e que representa a área de incidência do projeto oficialmente conhecido como “Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira” – que tem como finalidade a expansão da fronteira agrícola e da infraestrutura para o escoamento da produção do agronegócio na região⁹.

Também foi registrada grande incidência de casos de caça e pesca ilegais, que atingiram 32 territórios – especialmente na região amazônica. Assim como nos casos de atuação de madeireiros, essas práticas são costumeiramente acompanhadas pela abertura de estradas e ramais ilegais, os quais depois também servem de acesso a grileiros e posseiros.

Muitos territórios na região da BR-319, como as TIs Ariramba, Lago Capanã e Lago Jauari, do povo Mura, em

⁹ **Defesa dos territórios contra projetos de destruição da Amacro é tema de encontro de lideranças indígenas em Rondônia.** Maiara Dourado, Assessoria de Comunicação do Cimi, 09/12/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/defesa-dos-territorios-contra-projetos-de-destruicao-da-amacro-e-tema-de-encontro-de-liderancas-indigenas-em-rondonia>



Manicoré (AM), são exemplares deste tipo de pressão, que tem aumentado com o projeto de pavimentação da rodovia.

Em diversas TIs, a maioria da Amazônia, foram registradas operações de fiscalização e combate ao desmatamento e à exploração de recursos naturais, realizadas por órgãos como Polícia Federal, Ibama, Funai, ICMBio e Força Nacional – uma significativa diferença em relação ao governo anterior, no qual operações do tipo eram em geral inviabilizadas e, muitas vezes, abertamente combatidas ou sabotadas.

Em muitos territórios, contudo, indígenas relatam que as operações foram pontuais e insuficientes, e que a ação de invasores foi retomada logo após as ações dos órgãos de fiscalização e controle.

É o caso, por exemplo, da TI Karipuna, em Rondônia, onde as invasões contínuas mantêm a comunidade sob constante tensão e sem acesso pleno ao território. A situação é agravada pela presença de indígenas isolados no território, os quais têm sido avistados pela comunidade – um indicativo, na avaliação dos Karipuna, de que eles estão sitiados e buscando refúgio.

Muitas das operações registradas ocorreram em decorrência de decisões judiciais, com especial destaque para a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁰. A Suprema Corte determinou, neste processo, a desintração das TIs Yanomami, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Arariboia, Munduruku e Trincheira/Bacajá.

Tiveram destaque as operações realizadas nas TIs Apyterewa, do povo Parakanã, Trincheira/Bacajá, dos povos Mebengôkre, Kayapó e Xikrin, e Ituna/Itatá, onde vivem indígenas isolados, localizadas na região do médio Xingu, no Pará.

10 Mais informações em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5952986>

Há alguns anos, estas e outras TIs da região têm registrado os maiores índices de desmatamento em terras indígenas da Amazônia Legal, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A desintração da TI Apyterewa, determinada pela Justiça Federal e pelo STF, começou somente em outubro, após hesitação do governo federal, que sofreu pressão interna e externa para que a operação fosse suspensa¹¹. A atuação do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), e de outros políticos do estado para evitar a retirada de grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores da TI foi amplamente noticiada¹².

A TI Apyterewa foi a mais desmatada durante os quatro anos do governo Bolsonaro, quando perdeu 31,9 mil hectares de floresta, segundo dados do Prodes/Inpe. Apesar da operação iniciada no final do ano, a TI ainda perdeu outros 2 mil hectares de mata em 2023.

Um dos tipos de invasão registrados nesta TI é o garimpo ilegal, prática que seguiu recorrente em diversos territórios em 2023. Pelo menos 30 terras e territórios indígenas registraram invasão ou impactos diretamente provocados pelas práticas da mineração e do garimpo – que traz consigo uma série de outros danos, como o desmatamento, o assoreamento e a contaminação de cursos d'água e de pessoas por mercúrio.

Os estudos sobre as graves consequências da contaminação de populações indígenas por este metal, utilizado como

11 **Após 4 dias de hesitação, governo começa a retirar invasores de Terra Indígena Apyterewa.** Rubens Valente, Agência Pública, 02/10/2023. Disponível em: <https://apublica.org/nota/apos-4-dias-de-hesitacao-governo-comeca-a-retirar-invasores-de-terra-indigena-apyterewa>

12 **Políticos do Pará tentam suspender retomada de terra indígena campeã em desmatamento.** Daniel Camargos, Repórter Brasil, 04/10/2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/politicos-do-para-tentam-suspender-retomada-de-terra-indigena-campea-em-desmatamento>



Foto: Maiara Dourado/Cimi

Lavoura no município de Guajará-Mirim, em Rondônia, numa região onde o agronegócio avança e pressiona os territórios indígenas, incentivado por projetos como o Amacro



Foto: Christian Braga/Greenpeace



Máquina opera em área devastada pelo garimpo na TI Munduruku, no Pará. Registro feito durante sobrevoo do Greenpeace, em março de 2023

um insumo no garimpo de ouro e descartado nos rios, têm avançado e revelado uma realidade trágica, que atinge especialmente povos como os Munduruku, os Kayapó e os Yanomami¹³.

Outra consequência direta da presença ilegal do garimpo em territórios indígenas é a violência contra os povos que vivem nestas áreas. Realidade especialmente notável na TI Yanomami, nos últimos anos, e que se manteve apesar das operações desencadeadas no início de 2023, com a declaração de emergência de saúde de importância nacional no território.

Em relatório divulgado em julho, organizações dos povos Yanomami e Ye'kwana apontaram que, apesar da redução significativa da atividade garimpeira na TI Yanomami no primeiro semestre de 2023, alguns núcleos de garimpo ainda persistiam na TI e outros grupos de garimpeiros estavam retornando ao território após a expulsão.

No primeiro semestre, apesar da “importante tendência de desaceleração”, o garimpo seguiu crescendo na TI, com um aumento de 219 hectares, ou 4%, na área degradada pela atividade. A ausência de coordenação e de diálogo com as organizações indígenas e as comunidades, a flexibilização do controle aéreo, “a limitação dos esforços de controle territorial a somente duas bases de proteção e a participação limitada das forças armadas” impediram o “real controle” da atividade ilegal¹⁴.

13 Indígenas de 14 regiões na Terra Yanomami têm altos níveis de contaminação por mercúrio, revela laudo da Polícia Federal. Yara Ramalho, Valéria Oliveira, Luciano Abreu, Alexandre Hisayasu, G1/RR e Rede Amazônica. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/21/indigenas-de-14-regioes-na-terra-yanomami-tem-altos-niveis-de-contaminacao-por-mercúrio-revela-laudo-da-polícia-federal.ghtml>

14 Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami. Hutukara Associação Yanomami (HAY), a Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume) e a Urihi Associação Yanomami, julho de 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Nos-ainda-estamos-sofrendo-6mese-emergencia-yanomami.pdf>

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) denunciou, também em julho, que parte dos garimpeiros estava migrando para a TI Raposa Serra do Sol – onde a presença ilegal do garimpo tem sido denunciada há anos, sem que providências efetivas sejam tomadas para garantir a expulsão dos invasores¹⁵.

Outras áreas em situação de emergência por causa do garimpo ainda aguardam ações mais contundentes do Estado, como no rio Tapajós ou na TI Kayapó, no Pará. Dados mostram que, embora 2023 tenha percebido uma diminuição da devastação causada por garimpos em relação aos anos anteriores, a prática ainda constitui uma ameaça severa às terras indígenas e sua população. A Força Nacional demonstra claro desinteresse em efetivamente combater o garimpo com eficiência. Tudo indica que as facções criminosas tomaram controle da iniciativa garimpeira, ao menos em sua faceta logística.

O desmonte dos órgãos de proteção ambiental e da própria Funai foi aprofundado e levado a extremos durante os quatro anos do governo Bolsonaro, mas é um processo histórico e contínuo. Essa desestruturação reflete-se na incapacidade do Estado em garantir proteção aos territórios indígenas.

A falta de estrutura, condições e empenho político manteve inalterada a situação de algumas terras indígenas onde as invasões são denunciadas há anos, com consequências graves para os povos que vivem nestes territórios.

Foi o caso, por exemplo, da TI Urubu Branco, em Mato Grosso, onde os Apyãwa/Tapirapé cobram há anos a desintransação da parte norte do território, já determinada por decisões judiciais. Entre setembro e outubro, a TI foi dura-

15 GPVITI denuncia avanço de garimpo ilegal na TI Raposa Serra do Sol. CIR, 20/07/2023. Disponível em: <https://cir.org.br/site/2023/07/20/gpviti-denuncia-avanco-de-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-raposa-serra-do-sol>



mente atingida por queimadas, que afetaram pelo menos 7,7 mil hectares da TI, conforme registro do sistema Deter, do Inpe. Os focos de incêndio originaram-se de duas regiões, segundo as lideranças: uma fazenda localizada a leste da TI e a ampla área invadida na parte norte do território.

Se mesmo em muitas áreas já regularizadas a situação permanece grave, ela é ainda mais dramática em territórios cuja demarcação se encontra estagnada. É o caso, por exemplo, das TIs Porquinhos, Bacurizinho e Kanela, que formam um mosaico na região do Cerrado maranhense e vêm sendo dilapidadas, ano após ano, por grandes fazendas e empresas que se estabeleceram nas áreas ainda não regularizadas das TIs.

Estas áreas têm sido amplamente desmatadas, e enormes porções de Cerrado nativo vêm sendo substituídas por lavouras de soja. Enquanto os povos Kanela Apãnjekra, Kanela Memortumré e Guajajara permanecem alijados de seus territórios ainda não regularizados, grandes grupos econômicos lucram com a devastação de suas terras. A situação é agravada pela presença de seguranças privados, que ameaçam as lideranças indígenas, e pela atuação criminosa de caçadores e madeireiros.

Tiveram grande incidência, também, os conflitos e invasões envolvendo a retenção ou poluição de rios e cursos d'água, registrados em diversos casos em ao menos 20 territórios. Em geral, estas ocorrências estão ligadas à poluição dos territórios pelo uso de agrotóxicos – que provoca danos diretos às comunidades indígenas quando é aplicado em lavouras no entorno ou no interior de territórios indígenas.

Situações do tipo foram relatadas em terras indígenas já regularizadas, mas ilegalmente arrendadas, e em terras ainda não regularizadas. É o caso, por exemplo, da TI Guyaroka, no Mato Grosso do Sul, onde o povo Guarani Kaiowá denuncia há anos os danos à saúde de crianças, adultos e idosos causados pela aplicação de veneno agrícola nas proximidades da comunidade, que vive numa pequena parcela de seu território, cercada por lavouras. Em 2023, o tekoha foi mais uma vez impactado pela aplicação indiscriminada de agrotóxicos por um fazendeiro que, além disso, avançou com sua cerca em direção à comunidade¹⁶.

Por fim, foram registrados casos de ações violentas que resultaram na destruição do patrimônio de comunidades indígenas, como a queima de casas e destruição de barracos e até de roças, como no caso dos territórios Tremembé de Engenho, no Maranhão, Kiriri de Barreiras, na Bahia, e menos três comunidades Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul: o tekoha Kurupi, onde barracos dos indígenas foram destruídos



Acampamento Terra Livre 2023

por tratores de fazendeiros; o tekoha Yvu Vera, em Dourados, onde o barraco de um indígena foi alvo de um incêndio criminoso; e Tekoha Tajasu Iguá, na TI Panambi – Lagoa Rica, em Rio Brillhante, onde uma casa de reza foi queimada.

Tipos de invasão ou dano em 2023	Territórios afetados*
Desmatamento	66
Extração ilegal de madeira, areia, castanha e outros recursos naturais	62
Invasão possessória de fazendeiros e/ou posseiros	51
Agropecuária (criação de gado, monocultivos, arrendamento de terras)	40
Grilagem e/ou loteamento de terras	32
Caça e/ou pesca ilegais	32
Garimpo ou mineração	30
Danos gerais ao meio ambiente	29
Obras e empreendimentos dentro ou com impacto direto na TI	25
Danos por uso de agrotóxicos	24
Retirada, retenção ou poluição de cursos d'água e rios	20
Incêndios ou queimadas	19
Abertura de estradas ou ramais ilegais	13
Danos ao patrimônio (destruição de casas, cercas, casas de reza, etc)	8
Tráfico de drogas ou presença de narcotraficantes	6
Invasões com ataques armados e/ou ameaças	6
Diversos	3

* um mesmo território pode ser afetado por vários tipos de invasão, exploração de recursos naturais ou danos ao patrimônio

¹⁶ **Fazendeiro avança sobre Guyaroká, território protegido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Marina Oliveira, Assessoria de Comunicação do Cimi, 06/07/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/07/fazendeiro-avanca-sobre-guyaroka-protetido-cidh>

INVASÕES POSSESSÓRIAS, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE RECURSOS NATURAIS E DANOS DIVERSOS AO PATRIMÔNIO

276 Casos

ACRE

7 Casos

TERRA INDÍGENA: JAMINAWA / ENVIRA

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões; caça ilegal; pesca ilegal

DESCRIÇÃO: O pouco apoio de órgãos federais leva o povo Madihá a realizar a segurança e fiscalização de seu território. As comunidades enfrentam frequentes invasões na terra Jaminawá-Envira para caça e pesca ilegais. Em abril, durante a assembleia do povo, as comunidades elaboraram ofício denunciando esses acontecimentos e encaminharam-no à Funai e ao MPF, solicitando providências.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ SERINGAL CURRALINHO

POVO(S): HUNI KUI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Caça e pesca ilegais; desmatamento

DESCRIÇÃO: A TI Kaxinawá do Seringal Curralinho, habitada pelo povo Huni Kui, ainda aguarda regularização por parte da Funai. Há mais de duas décadas, os Huni Kui esperam que a Constituição Federal seja cumprida nesse sentido. Dois GTs foram constituídos ao longo desse período, mas ambos enfrentaram obstáculos. No primeiro, em 2001, o antropólogo responsável foi sequestrado por fazendeiros, o que resultou na interrupção do trabalho sem punição aos culpados. No segundo GT, em 2013, a Funai afirmou não dispor de orçamento, e o grupo de voluntários que se formou não teve seu trabalho aprovado pelo órgão. Enquanto a regularização não ocorre, invasores, como madeireiros, pescadores e caçadores ilegais, ameaçam o território e o meio ambiente, sem que haja fiscalização efetiva por parte do poder público. Em janeiro de 2023, o MPF moveu uma ACP com pedido de medida liminar, porém, o povo Huni Kui continua aguardando providências.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: KULINA IGARAPÉ DO PAU

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões; caça ilegal; pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Em assembleia do povo Madihá, envolvendo comunidades das TIs Kulina do Igarapé Pau, Kulina do Rio Envira e Jaminawa do Envira, realizada em abril, foi constatada a ausência de apoio da Funai, obrigando o povo a realizar sua própria segurança e fiscalização do território, procedendo também a colocação de placas de identificação da terra e abertura de picadas para acesso (vias estreitas para passagem), em função das invasões de não indígenas na TI Kulina Igarapé do Pau para caça e pesca ilegais. Em resposta, a assembleia indígena elaborou um ofício denunciando esses acontecimentos e encaminhou-o à Funai e ao MPF, solicitando providências urgentes.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões; caça e pesca ilegais

DESCRIÇÃO: Durante a assembleia do povo Madihá em abril, as comunidades chamaram a atenção para o pouco apoio dos órgãos federais, que leva o próprio povo a adotar medidas de segurança e de fiscalização do território, colocando placas de identificação da terra indígena e abertura de picadas para acesso. Invasores adentram a TI Kulina do Rio Envira para caça e pesca ilegais. Em resposta, a assembleia indígena elaborou um ofício denunciando esses acontecimentos, encaminhado à Funai e ao MPF com pedido de providências.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: NAWÁ

POVO(S): NAUA

TIPO DE DANO/CONFLITO: caça e pesca ilegais; invasão de posseiros

DESCRIÇÃO: O povo Nawa, considerado extinto há dois séculos após fugir de seu território ancestral devido a diversas violências, refugiou-se na floresta

como forma de sobrevivência. Apesar disso, eles não foram vencidos e ainda preservam sua língua e costumes. Nos últimos anos, reivindicam sua terra, a TI Nawa, que está em processo de identificação pela Portaria 1.071 de 2003, abrangendo 83.218 hectares na Serra do Divisor. Cerca de 500 indígenas habitam as margens dos igarapés Venâncio, Tapado, Jezumira e Recreio, afluentes do Rio Môa, nas comunidades homônimas. Há 21 anos aguardam a regularização da terra, enfrentando invasões de caçadores, pescadores e posseiros. Além disso, sofrem ameaças decorrentes do projeto de redução da proteção do Parque Nacional da Serra do Divisor, que inclui a extensão da BR-364 em direção à fronteira com o Peru. Vigora, ainda, a proposta de construção de uma estrada entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa, que afetará diretamente seu território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: NUKINI

POVO(S): NUKINI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Lideranças da Aldeia Vakavisu denunciam a invasão de moradores do assentamento do Incra dentro dos limites da TI Nukini. Esses invasores têm praticado caça, pesca e extração ilegal de madeira. Apesar dos relatos e das comunicações feitas aos órgãos responsáveis, até o final de 2023, nenhuma providência foi tomada para resolver essa situação preocupante.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: SÃO PAULINO

POVO(S): JAMAMADI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; desmatamento

DESCRIÇÃO: A TI São Paulino, habitada pelo povo Jamamadi, tem sido alvo de denúncias constantes de invasão por parte de fazendeiros, que realizam desmatamento e criam pastos para gado na região. Apesar das reiteradas denúncias feitas, até o final de 2023 não foram tomadas quaisquer providências para conter essas atividades ilegais. A situação causa grande preocupação entre os Jamamadi, pois coloca em risco não apenas o ambiente natural da terra indígena, mas também sua própria segurança e sustento. A falta de ação das autoridades competentes perpetua a vulnerabilidade dessa comunidade diante das invasões e do desmatamento ilegal.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

ALAGOAS

4 Casos

TERRA INDÍGENA: JERIPANKÓ

POVO(S): JERIPANKÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Invasores desmatam a caatinga, bioma fundamental para a reprodução física e social do povo Jeripankó, além de compor áreas sagradas e rituais da comunidade. A TI Jeripankó, localizada no município de Pariconha, em Alagoas, é essencial para a preservação da identidade e do modo de vida desse povo. O desmatamento compromete não apenas o ambiente natural, mas também as práticas culturais e espirituais dos Jeripankó, impactando diretamente sua sobrevivência e conexão com o território ancestral.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: KARUAZÚ

POVO(S): KARUAZÚ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Impactos de grandes obras; falta de consulta

DESCRIÇÃO: O povo Karuazu está sendo atingido pelas obras do Canal do Sertão, um braço da transposição do Rio São Francisco que passa a menos de 2 km das comunidades Tanque e Campinhos. As obras foram iniciadas e licenciadas sem que o povo fosse consultado e seguiu, no ano de 2023, sem que houvesse qualquer tipo de consulta, mitigação ou compensação pelos impactos à comunidade. Soma-se a essa realidade a falta de demarcação do território, reivindicada há pelo menos 25 anos. O povo Karuazu ocupa uma área dominial no município de Pariconha.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: KALANKÓ

POVO(S): KALANKÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: invasões; ameaças; uso de agrotóxicos

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo informam que o ambiente de ameaças e invasões ao território Kalankó persiste, refletindo o cenário documentado em 2022 e em ocasiões anteriores, quando o Grupo de Trabalho da Funai responsável pela identificação da TI enfrentou ameaças por parte de posseiros invasores.



Além disso, há relatos contínuos sobre o uso de agrotóxicos pelos invasores, mesmo após as denúncias apresentadas pelo povo.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: WASSU COCAL

POVO(S): WASSU COCAL

TIPO DE DANO/CONFLITO: extração de minério

DESCRIÇÃO: Na TI Wassu Coccal, foi descoberta uma operação ilegal de extração de pedras, que resultou na apreensão de três caminhões carregados durante uma operação da Polícia Federal. Surpreendentemente, nenhuma prisão acabou sendo efetuada durante a ação. Posteriormente, a Funai foi notificada e uma reunião foi realizada, envolvendo o MPF, Polícia Federal e lideranças locais, para a adoção de medidas de combate às atividades ilegais. Após as denúncias e intervenções da PF, alguns funcionários da Funai foram ameaçados, destacando a complexidade e os riscos envolvidos na proteção das TIs e no combate às ações ilegais em seus territórios.

Com informações de: G1/AL, 09/10/2023

AMAZONAS

44 Casos

TERRA INDÍGENA: APURINÁ DO IGARAPÉ MUCUIM

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Caça ilegal; pesca ilegal; extração ilegal de madeira; exploração de recursos naturais

DESCRIÇÃO: Segundo os indígenas da TI Apuriná do Igarapé do Mucuí, as invasões por pescadores, caçadores e serradores, assim como os ataques aos territórios de quelônios aumentaram e se estenderam para as proximidades das aldeias Boa Esperança e Ilha da Índia. Os roubos de ovos de quelônios estão tão comuns que são frequentemente encontrados recipientes de combustível jogados nas praias e igarapés, o que agrava mais o impacto sobre a reprodução dos quelônios. A contaminação dos ambientes de desova deixa-os inapropriados para as fêmeas desovarem. Em 2023, a Funai chegou a fazer monitoramento, mas ineficiente. Foi dado suporte para que os próprios indígenas promovam a vigilância. No entanto, em função da falta de recursos, os indígenas não conseguem desenvolver de forma eficaz a proteção.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: APURINÁ DO IGARAPÉ SÃO JOÃO

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de posseiros; grilagem; pavimentação de rodovia

DESCRIÇÃO: A pressão de posseiros e grileiros no entorno da TI Apuriná do Igarapé São João intensificou-se em 2023. A ampliação da estrada AM-366 e o licenciamento da BR-319, concedido pelo Ibama, facilitam as invasões. Não houve consulta às comunidades, apesar da recomendação do MPF de garantir o direito de consulta prévia, livre e informada. Em 2023, a abertura e pavimentação da BR-319 recebeu o apoio do governo do estado, que solicitou ao governo federal sua inclusão no PAC.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: APURINÁ DO IGARAPÉ TAWAMIRIM

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de posseiros; grilagem

DESCRIÇÃO: Intensificaram-se, em 2023, as pressões de posseiros e grileiros no entorno da TI Apuriná do Igarapé Tawamirim. A ampliação da estrada AM-366 e o licenciamento da BR-319, concedido pelo Ibama, contribuem para as invasões. Não houve consulta às comunidades, apesar da recomendação do MPF de garantir o direito de consulta prévia, livre e informada. Em 2023, a abertura e pavimentação da BR-319 receberam o apoio do governo do estado, que solicitou ao Governo Federal sua inclusão no PAC.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: ARIRAMBA

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: abertura de ramais

DESCRIÇÃO: A recomendação do MPF, em 2021, para que fosse criado um plano emergencial de proteção, monitoramento e fiscalização permanente nos territórios com impacto da rodovia BR-319 não foi realizada. O silêncio em relação à recomendação permitiu que, em 2023, as invasões aos territórios indígenas, em especial nas TIs Lago Capanã, Ariramba e Jauari, se ampliassem e intensificassem. Houve a ampliação na abertura de ramais, contribuindo com o avanço sobre os territórios.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: BAIXO RIO JATAPU (NOVA BACABA E SANTA MARIA)

POVO(S): HIXKARYANA KARAFAYANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca ilegal

DESCRIÇÃO: A empresa Acute Angling EUA vende pacotes turísticos para a pesca esportiva do tucunaré no Baixo Rio Jatapu, em Uruará e seus afluentes, sem a autorização das comunidades indígenas. Esta área faz parte da TI Arará e a atividade desrespeita o direito à consulta previsto pela Convenção 169 da OIT. A consulta, que não foi realizada, deve seguir procedimentos específicos para garantir o poder de decisão dos povos indígenas envolvidos. Após denúncia, o MPF emitiu uma recomendação à empresa Acute Angling EUA e a seu sócio exigindo a suspensão de qualquer atividade de exploração turística (pesca esportiva) no território Arará. A suspensão deve ocorrer até que a atividade seja devidamente autorizada pelos órgãos públicos responsáveis pela proteção e promoção dos direitos indígenas e do meio ambiente, com a devida participação dos povos indígenas. O documento também solicitou que a empresa cumprisse os compromissos firmados em reunião realizada em 9 de junho do mesmo ano.

Com informações de: MPF/AM, 19/12/2023

TERRA INDÍGENA: BOARÁ/BOARAZINHO

POVO(S): KAMBEBA; KOKAMA; TIKUNA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; exploração de recursos naturais; caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Indígenas Kambeba, Kokama e Tikuna da TI Boara/Boarazinho sofrem há muitos anos com invasões de pessoas e grupos da cidade de Tefé. Elas extraem ilegalmente o peixe, quelônios, caça, madeira, areia em grande escala, frutos silvestres. As cinco comunidades do território se reúnem exaustivamente para elaborar documentos de denúncia aos órgãos de segurança, ambientais e de proteção indígena. Mas não há retorno efetivo, apenas promessas. No ano de 2023, foram elaboradas denúncias e promovidas incidências junto ao MPF e à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. Também foram encaminhados documentos à Funai, solicitando visitas na área e reuniões comunitárias para ouvir e ver as consequências das invasões. Uma servidora provisória da CTL da Funai em Tefé realizou as visitas no território Boara/Boarazinho e em outras TIs e, segundo os indígenas, ela ouviu atentamente todos os problemas e necessidades. O Coordenador Regional de Tabatinga também fez uma visita e disse aos indígenas que iria “fazer os encaminhamentos das reivindicações deles junto à Funai de Brasília”. Para consolidar as reivindicações de todas as TIs de Tefé, aconteceu um encontro de lideranças com a presença da Funai e foi entregue um documento com as demandas. Mas, até o final do ano de 2023, não houve retorno.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: BOCA DO MUCURA

POVO(S): KOKAMA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória; presença de narcotraficantes

DESCRIÇÃO: Boca do Mucura, habitada pelo povo Kokama, é uma TI próxima da área urbana do município de Fonte Boa, o que a torna vulnerável ao saque de seus recursos naturais. Sem a garantia da regularização da terra, os Kokama enfrentam graves riscos à sua sobrevivência, convivendo com invasores no território. Apesar de uma decisão judicial favorável e de um inquérito instaurado pelo MPF, não houve a regularização desta terra em 2023. Em função disso, os Kokama da Boca do Mucura continuam em situação de abandono e vulnerabilidade. Alguns estão a ponto de desistir de seu território após ameaças de invasores, e outros acabam cedendo ao aliciamento de traficantes para a prática de crimes, mas ainda há aqueles que resistem e permanecem na luta pela sua terra.

Com informações de: Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: CACAU DO TARAUCÁ

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Instalação de lixão na entrada da TI

DESCRIÇÃO: O povo Madija Kulina da TI Cacau de Tarauacá, situada a 40 km do município de Envira, tem levantado sérias denúncias em relação ao lixão localizado nas proximidades da estrada que dá acesso à comunidade. Este lixão não apenas ocupa parte da via de acesso, mas também representa uma grave fonte de contaminação para a comunidade.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: CURRIÃ

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: extração ilegal de madeira; pesca ilegal; exploração ilegal de recursos naturais



DESCRIÇÃO: As comunidades Curriá e Bom Jesus e as lideranças das aldeias Cai N'água e Boa Vista denunciaram que, em 2023, a pesca predatória, a derrubada de madeira e de castanhais continuaram. Os invasores, que adentram o território pelas margens do rio Sepatini, até a sua foz, fizeram ameaças aos indígenas que buscavam contê-los. Houve períodos em que mais de 20 barcos adentraram o rio, diminuindo e dificultando a pesca para alimentação dos Aripunã. As comunidades Cai N'água e Boa Vista sofrem com as ameaças, porque estão próximas ao limite do território e, conseqüentemente, mais vulneráveis. As lideranças pediram apoio à Funai e a outros órgãos de segurança para, ao menos, visitar a área. Mas, nenhuma medida foi tomada. O território tem seu processo de demarcação em andamento já há 20 anos.

Com informações de: Liderança; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: GOIABA / MONTE / PRIMAVERA

POVO(S): JAMAMADI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; desmatamento; pastos

DESCRIÇÃO: A TI Goiaba está situada dentro de um projeto de assentamento do Incra, conhecido como PA/Monte. O povo Jamamadi vem lutado pela demarcação desse território há muitos anos, porém os órgãos responsáveis nunca deram seguimento aos pedidos de regularização da área. Em decorrência da omissão do poder público, diversos fazendeiros adquiriram pequenas parcelas de terra, resultando na formação de grandes fazendas na região. Isso acarreta graves conseqüências para os Jamamadi, que enfrentam constantes invasões. Anualmente, os pastos se expandem devido ao contínuo desmatamento, enquanto o povo é cada vez mais confinado em espaços reduzidos, sendo expulso de seu território tradicional. Como resultado, eles sentem dificuldades de cultivar suas roças, bem como praticar a caça, coletar frutos e garantir condições mínimas de sobrevivência. Ao longo dos anos, as lideranças têm denunciado essas situações ao MPF e à Funai, porém, até o momento, nenhuma providência efetiva foi tomada para resolver a situação.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: GUAPENU

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Criação de búfalos; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: A invasão de búfalos na TI Guapenu, do povo Mura, é contínua e de difícil controle. No ano de 2023, os animais que adentraram o território, pelos rios e igarapés, ocasionaram os mais diversos problemas, tais como diminuição dos peixes, porque pisoteiam os locais de frequência e desova; e poluição das águas com excrementos, deixando-as impróprias para utilização. Além disso, proliferaram-se doenças de pele e infecções gastrointestinais, por não haver outra água a ser consumida. A comunidade Taquara realizou uma reunião com o promotor Fernando Merlotto para denunciar o problema e buscar soluções.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ PRETO BAUANA

POVO(S): KANAMARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pesca e caça ilegais; extração ilegal de madeira; exploração de recursos naturais

DESCRIÇÃO: As invasões na aldeia Bauana continuaram em 2023. Pescadores, caçadores e madeireiros invadiram o território para o furto de peixes, animais silvestres, quelônios e madeira nobre. A madeira retirada da área indígena é comercializada na sede e nas comunidades da zona rural do município de Carauari. No período das cheias, as invasões se intensificam devido à facilidade do acesso às áreas. As invasões ocasionam diminuição dos recursos naturais nos territórios, destruição e conflitos, gerando insegurança ao povo.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: IQUIREMA

POVO(S): JAMAMADI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; criação de gado

DESCRIÇÃO: O povo Jamamadi vem lutado pela demarcação do seu território, porém, os órgãos responsáveis nunca avançaram com os procedimentos administrativos de regularização da TI. Devido à negligência do poder público, a terra tem sido alvo de invasões por não indígenas. Muitos fazendeiros adquiriram pequenos lotes e expandiram as áreas de pastagem, resultando em graves conseqüências para o povo Jamamadi. A cada ano, os pastos se estendem, enquanto o povo é confinado em espaços cada vez mais reduzidos, e as famílias são forçadas a limitar o cultivo de roças, a prática da caça e a coleta de frutos, o que compromete suas condições básicas de sobrevivência. Apesar das inúmeras denúncias à Funai e ao MPF, nenhuma medida efetiva foi tomada para resolver essa situação.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: JACAREÚBA / KATAWIXI

POVO(S): ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; queimadas

DESCRIÇÃO: Em março de 2023, a Funai expediu a Portaria 626, que restringe o "direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai na área descrita pela Portaria, até a publicação da homologação da demarcação". A medida foi tomada depois do governo Bolsonaro ter deixado a portaria anterior vencer sem que fosse renovada, em 2022, colocando em risco os isolados que vivem na área. Mesmo após a emissão da portaria, o sistema Deter/Inpe registrou alertas de desmatamento de 13 hectares no limite sudeste da TI Jacareúba/Katawixi, avançando a partir de picadas abertas nos anos anteriores. Em setembro, outubro e dezembro, o mesmo sistema registrou a queima de 173 hectares no interior da TI. A maior queimada ocorreu numa área que já havia sido desmatada em 2020, cerca de 10 km adentro do limite leste da TI, segundo dados do próprio Inpe.

Com informações de: Portaria Funai 626, 07/03/2023; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: JURUBAXI-TÉA

POVO(S): ARAPAÇO; BANIWA; BARÉ; DESANO; KURIPAKO; PIRATAPÚYA; TARIANO; TIKUNA; TUKANO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: A Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) enviou três ofícios, datados de 11/04/2023, 17/04/2023 e 20/04/2023, à Foirn, Funai, MPF, PF, Ibama e 2ª Brigada de Infantaria de Selva, denunciando múltiplas invasões ocorridas no rio Uneuixi, nas TIs Jurubaxi e Uneuixi. Essas informações foram coletadas pela base de proteção territorial, onde os comunitários realizam a vigilância do território, conforme estabelecido no Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Nos ofícios, solicita-se ação imediata de fiscalização permanente no rio por parte dos órgãos competentes, visando coibir as ilegalidades em curso. As invasões relatadas pelos vigilantes incluem a entrada de pessoas desconhecidas, garimpeiros utilizando dragas (18/04), empresários transportando casas flutuantes (10/04), invasores que planejam estabelecer sítios na área (05/05), drones sobrevoando a comunidade (19/04) e a entrada e saída de indivíduos não identificados em vários dias, ou, quando identificados, sem autorização da comunidade para ingressar. Essas atividades representam uma grave ameaça aos territórios indígenas e à segurança das comunidades locais, exigindo ação imediata das autoridades responsáveis para proteger os direitos e a integridade dos povos indígenas do Médio Rio Negro.

Com informações de: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro-ACIMRN

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

POVO(S): KULINA

TIPO DE DANO/CONFLITO: caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A invasão de madeireiros, pescadores e caçadores na TI Kulina do Médio Juruá se manteve durante o ano 2023. O mesmo movimento ocorre em outras TIs da região da Calha do Juruá e, apesar das denúncias, as violências não cessam. Os indígenas tomaram a iniciativa de conversar com um grupo de pescadores que invadiu o território para a pesca ilegal e lhes avisou que há regras de proteção e defesa dos recursos naturais e que era proibida a entrada deles no território indígena. O diálogo constituiu-se numa estratégia que não inibe as invasões. Diante da omissão dos órgãos de fiscalização e controle do território, as lideranças querem ser mais contundentes contra os invasores, mas o risco é grande e já sofreram diversas ameaças.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO UERÊ

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em 2023, as invasões na TI Kulina do Rio Uerê continuaram, assim como em anos anteriores. Em geral, a violação é feita por pescadores, caçadores e por serradores que invadem o território para o furto de peixes, animais silvestres, quelônios (tartarugas) e madeira nobre. No período das cheias, as invasões se intensificam devido à facilidade de acesso às áreas indígenas. A pesca predatória se intensifica devido à época da desova dos peixes da barreira (subida e descida de peixes, que estão saindo dos igarapés e lagos). Eles instalam os acampamentos na boca do Rio Uerê para capturar os peixes em abundância. As invasões provocam a diminuição e destruição dos recursos naturais dos territórios, gerando insegurança diante dos conflitos e ameaças por parte dos invasores. A caça ilegal põe em risco a vida dos indígenas, pois os caçadores instalam armadilhas (de espingardas) ao longo do território, impedindo o deslocamento do povo aos locais de uso para a coleta de cipó, frutos silvestres, plantas medicinais e outras necessárias



para a subsistência do povo. Uma oficina clandestina foi estabelecida por moradores de uma comunidade ribeirinha dentro da TI, resultando em um extenso desmatamento devido à derrubada ilegal de árvores nativas de grande e pequeno porte. A madeira extraída é processada e utilizada na produção de canoas, as quais são posteriormente vendidas na cidade de Carauari. O fato de o território não estar regularizado e a falta de fiscalização pelos órgãos competentes estimulam as invasões e violências na TI. Foram elaborados vários documentos pelos indígenas e apresentada denúncia para o MPF, Promotoria Pública de Carauari, Coordenação Regional da Funai/Tabatinga, Gabinete do Prefeito Municipal de Carauari, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Carauari, ICMBio, Câmara Municipal de Vereadores, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (RDS) e diversas outras. O MPF instalou um inquérito para investigar as denúncias e solicitou mais informações.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: LAGO CAPANÃ

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: abertura de ramais; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A TI Lago Capanã tem 6.321 hectares e fica na área de impacto da BR-319, a 25 km da rodovia, na direção do rio Madeira. Essa condição torna a TI especialmente vulnerável às invasões advindas da BR, que se intensificaram em 2023, com o aumento da abertura e do uso de ramais ilegais, principalmente por madeireiros ilegais. As rotas abertas por eles são utilizadas também por caçadores ilegais e aumentam a pressão de grileiros sobre o território. O descumprimento da recomendação do MPF a Ibama, Funai e ICMBio, em 2021, para que fosse criado um plano emergencial de proteção, monitoramento e fiscalização dos territórios impactados pela BR-319 acaba estimulando as incursões de invasores à TI.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: LAGO JAUARI

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: abertura de ramais; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em 2023, as invasões advindas da BR-319, com abertura de ramais em direção à TI, seguiram ocorrendo, especialmente de madeireiros. A TI Lago Jauari tem 12 mil hectares e fica a pouco mais de 50 km da BR-319, às margens do rio Madeira. Caçadores aproveitam os ramais abertos e também avançam em direção à TI, que também é ameaçada por grileiros. O MPF recomendou à Funai, ao Ibama e ao ICMBio, em 2021, que fosse criado um plano emergencial de proteção, monitoramento e fiscalização permanente nos territórios impactados pela rodovia BR-319, mas tal recomendação não foi cumprida. A intensificação das invasões é uma consequência da omissão do Estado.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: MAPARI

POVO(S): KAIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; extração ilegal de madeira; pesca ilegal

DESCRIÇÃO: Em 2023, a Polícia Federal promoveu diversas operações para coibir a ação de garimpeiros pelos rios da Amazônia, destruindo balsas e equipamentos utilizados no garimpo. O rio Japurá foi um dos mais atingidos por essas ações. Nos afluentes rios Puré e Joami, a PF encontrou extração ilegal de ouro realizada em abundância, confirmando as informações das lideranças Kaixana da TI Mapari, no município de Japurá. Essas lideranças relataram que, em 2022, a presença dos invasores se intensificou, resultando em conflitos, ameaças, extração de madeira em larga escala e pesca predatória no território. As operações da PF desestruturaram garimpos próximo ao território Kaixana, com a queima de aproximadamente 30 balsas de garimpo. Entretanto, segundo relatos das lideranças, o fortalecimento do garimpo na região também impulsionou o desenvolvimento da cidade de Japurá. Hotéis, restaurantes e o comércio em geral receberam estímulos e permaneceram fortes em 2023, o que favoreceu a permanência de madeireiros e pescadores clandestinos dentro do território Kaixana.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: MARAÃ/URUBAXI

POVO(S): KANAMARI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; pesca ilegal; piratas e narcotraficantes

DESCRIÇÃO: Em 2023, as lideranças da TI Maraã/Urubaxi, localizada no interior do Amazonas, não obtiveram respostas do poder público em relação às suas reivindicações de fiscalização e proteção. Embora as ações da Polícia Federal contra garimpeiros tenham mitigado as ocorrências da atividade na região, principalmente na comunidade Paraná do Paricá, os Kanamari continuaram vulneráveis diante da presença de pescadores predatórios,

piratas e traficantes. A falta de desintrusão total dessas áreas representa uma ameaça à segurança e ao bem-estar das comunidades indígenas da TI Maraã/Urubaxi.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: MASSEKURY/KÂMAPA (JAMAMADI DO LOURDES)

POVO(S): APURINÃ; JAMAMADI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões; criação de gado; desmatamento

DESCRIÇÃO: As TIs Lourdes e Cajueiro são reivindicadas de forma conjunta por dois povos, os Apurinã do Cajueiro e os Jamamadi de Lourdes. As áreas sofrem invasões constantes por parte de fazendeiros, que derrubam vastas áreas das matas para aumentar seus pastos para criação de gado. Enquanto as invasões aumentam a cada dia, os povos indígenas se veem cada vez mais acudados e ameaçados, tendo suas áreas diminuídas e desmatadas. As lideranças fizeram diversas denúncias à Funai e ao MPF.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental, Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: MURA DO ITAPARANÃ

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em 2023, a TI Mura do Itaparanã continuou sofrendo com a derrubada ilegal de castanheiras. Lideranças da comunidade relataram que sofreram ameaças devido às denúncias contra esses crimes ambientais. Centenas de castanheiras foram derrubadas nas proximidades da aldeia, cerca de 4 km da BR-230. As lideranças descreveram um percurso de derrubada de 5 km ao redor da aldeia. As operações de derrubada foram filmadas através de drones pelos próprios indígenas e nelas se revela a devastação perto da aldeia. Além do uso de motosserras, os invasores queimam as áreas para facilitar a derrubada das árvores. Essa atividade já alcançou as margens do Yanka Terykawa, um igarapé sagrado para os Mura, ameaçando sua espiritualidade e modo de vida. Apesar das denúncias estarem documentadas com coordenadas, fotos e vídeos, a Funai não tomou as medidas necessárias e a comunidade não recebeu proteção adequada. Devido às ameaças, as lideranças foram obrigadas a interromper temporariamente o envio de novos documentos, aguardando uma resposta eficaz das autoridades competentes.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: PAUZINHO

POVO(S): APURINÃ

TIPO DE DANO/CONFLITO: abertura de ramais; loteamento; queimadas; desmatamento

DESCRIÇÃO: Em 2023, empresários e fazendeiros dos municípios de Lábrea e Canutama continuaram a abrir ramais que dão acesso à BR-319, agindo como se esses fossem legalizados e regulamentados. A facilidade dessas operações sugere a conivência do poder público local, uma vez que não houve averiguações efetivas dos fatos. O processo de loteamento, que vem ocorrendo nos últimos anos, se acelerou em 2023. Tratores completaram a abertura dos ramais e os lotes comercializados começaram a ser limpos, presumivelmente pelos novos proprietários. Entre os compradores, há relatos de um estadunidense que adquiriu uma grande área, amparado por um advogado de Rondônia. O MPF solicitou ao Dnit parecer sobre a legalidade dos ramais. Segundo as organizações e lideranças, o Dnit respondeu que não havia nenhum ramal sendo construído na região. A CPT relatou que já realizou duas reuniões com o procurador e que houve fiscalização pelo Ibama e ICMBio. Enquanto o Ibama não conseguiu autuar ninguém, o ICMBio conseguiu paralisar as obras temporariamente. Outro problema significativo são as queimadas, usadas para facilitar a abertura das áreas, causando problemas de saúde para indígenas e não indígenas locais. Há também relatos de assédio econômico, com altos pagamentos oferecidos pelos serviços de desmatamento e limpeza dos lotes, que em alguns casos são destinados ao plantio de capim para a pecuária. Oferece-se em média R\$ 200 mil por esses serviços, indicando a presença de indivíduos com alto poder econômico na região. Todos os indivíduos e organizações que fizeram denúncias, incluindo indígenas, indigenistas e trabalhadores rurais, sofreram ameaças de morte.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: PORTO PRAIA DE BAIXO

POVO(S): KOKAMA TIKUNA

TIPO DE DANO/CONFLITO: desmatamento; ameaças; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A TI Porto Praia de Baixo, no município de Tefé, habitada pelos povos Kokama e Tikuna, enfrenta constantes invasões para extração ilegal de madeira. Entre abril e maio, os indígenas registraram madeireiros cerrando toras de madeira de lei, como travessas grossas, caibros, pinos e pranchões, que foram apreendidas e levadas para a aldeia. Além disso, diversas árvores de itaúba e angelim já serradas foram descobertas submersas na água, em um local próximo. Os indígenas documentaram a situação com fotos e





filmagens, incluindo imagens dos serradores com motosserras, que afirmaram estar agindo a mando de “Pedrão”. Após isso, lideranças da aldeia sofreram ameaças de morte. Em reuniões com autoridades, foram discutidos os impactos das invasões, os roubos de recursos naturais, as ameaças aos indígenas, a falta de fiscalização da Funai, entre outros temas. Como medida urgente, foi acordado que as autoridades competentes realizariam uma ação na área invadida para verificar as denúncias, oficiar os invasores e coletar depoimentos, bem como orientar os indígenas a não realizarem ações de fiscalização até que medidas jurídicas fossem adotadas. Além disso, os indígenas também apresentaram denúncias e documentos ao MPF e à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

Com informações de: Liderança e moradores; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: PROJETO MAPI

POVO(S): KAIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Em 2023, a aldeia Mapi, pertencente à TI Projeto Mapi, habitada pelo povo Kaixana, enviou documento de denúncia ao MPF e à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, relatando invasões em seu território. Localizada na estrada da Emade, que conecta a TI à sede do município de Tefé, a terra está em processo de regularização junto à Funai. Devido à facilidade de acesso e a demora na demarcação da terra, a comunidade está vulnerável às invasões, especialmente por indivíduos envolvidos na exploração ilegal de madeira. Além disso, pequenas propriedades estão sobrepostas à TI Mapi e abrigam pessoas que realizam atividades como plantio de roças, caça, pesca, extração ilegal de frutos silvestres e exploração madeireira. O território indígena permanece desprotegido, levando os próprios indígenas a monitorar as invasões.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: RIO MANICORÉ

POVO(S): MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira; abertura de ramais; pavimentação de rodovia

DESCRIÇÃO: As invasões de madeireiros clandestinos na TI Rio Manicoré persistiram em 2023, mas com o agravante de que o estado incluiu os 84 km do ramal “Democracia”, sobreposto à BR-174, no plano de expansão da malha viária da região. A BR-174 vem do norte de Mato Grosso e interliga-se à BR-319 em um ponto mais adiante do território. Antes de chegar à TI, a BR-174 cruza com a Estrada Transamazônica. O trecho de interflúvio da TI até a BR-174 possui 40 km, e é ao longo desse trecho que se encontram vários ramais usados pelos madeireiros clandestinos para transportar a madeira extraída ilegalmente. Quando a madeira chega à BR-174, é levada até o km 180 da Transamazônica, onde existem várias serrarias que beneficiam as toras. Após serem beneficiadas, as toras são escoadas pela Transamazônica e “esquentadas” com notas de madeira de outras áreas onde a extração é legalizada. O destino final dessa madeira, geralmente, é o sul do Brasil. Tanto a Coordenação da Funai em Manaus, que atende a TI Manicoré, quanto a Coordenação da Funai em Humaitá (Rio Madeira), que atende a TI Sepoti, estão cientes da situação, devido às diversas denúncias encaminhadas a elas ao longo de vários anos, mas sem que tenham sido adotadas providências para o combate às práticas ilegais.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: RIO URUBU

POVO(S): ISOLADOS; MURA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Exploração de petróleo e gás natural

DESCRIÇÃO: A CPT da Prelazia de Itacoatiara, a Associação Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (Aspac) e a Associação dos Mura de Silves (AMS) denunciaram a atividade de exploração de petróleo e gás natural pela empresa Eneva S/A, com o consentimento e a convivência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). A Eneva S/A, uma das maiores operadoras integradas de energia e exploração e produção de petróleo e gás natural, adquiriu em 2013 as instalações do campo petrolífero da Petrobras nos municípios de Silves e Itapiranga. Naquela época, havia um EIA/RIMA para a instalação da Usina Termelétrica (UTE) Azulão, em Silves, que não incluía informações sobre os povos que habitam a região e não esclarecia os impactos ambientais decorrentes da instalação e exploração de petróleo e gás natural. Apesar das falhas no estudo de impacto ambiental e da falta de consulta às comunidades locais, a empresa iniciou suas atividades com a aprovação do IPAAM, que concedeu a licença de funcionamento mesmo com o estudo desatualizado. Esses EIA/RIMA foram utilizados no processo de licenciamento até 2022. A CPT teve acesso ao primeiro RIMA do empreendimento e constatou que o documento tratava apenas da Usina Termelétrica Azulão, sem informações sobre os povos indígenas da região. Enquanto o último censo do IBGE (2022) indicava uma população de 1.066 indígenas em Silves e 327 em Itapiranga, a Eneva registrou apenas sete indígenas em seu estudo, ignorando inclusive

a presença de um grupo de indígenas isolados em estudos. Além das falhas no estudo de impacto ambiental e na consulta às comunidades, o EIA/RIMA não considerou a existência de sítios arqueológicos identificados, ignorou os impactos sobre os recursos pesqueiros e desconsiderou a contaminação das águas da região. Há relatos de problemas de saúde, como problemas de pele e diarreia, em comunidades próximas às áreas de exploração. Em resposta a essas denúncias, uma ACP foi instaurada em agosto de 2023 pela Aspac e AMS e aceita pelo MPF. A Funai e o Ibama também foram acionados por não cumprirem suas atribuições.

Com informações de: ClimaInfo, 18/05/2023; InfoAmazonia, 21/07/2023; Cenarium, 17/11/2023

TERRA INDÍGENA: SEPOTI

POVO(S): TENHARIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A TI Sapoti, embora demarcada, enfrenta invasões constantes por parte de madeireiros que desmatam e exploram os recursos naturais, causando impactos significativos e prejuízos para o povo Tenharim que vive na região. Essas invasões representam uma violação dos direitos territoriais e ambientais dos indígenas, além de ameaçar seu modo de vida tradicional.

Com informações de: Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: SEPOTI

POVO(S): TENHARIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; exploração de recursos naturais

DESCRIÇÃO: Em 2023, continuaram as invasões na TI Sepoti, no sul do Amazonas. Os castanhais e outros recursos naturais continuam sendo saqueados, apesar das denúncias já feitas. Os indígenas, para fazer a coleta das castanhas, continuam tomando medidas de segurança, com receio de ataques por parte dos invasores. Diante da omissão, lideranças Teharim e a equipe do Cimi que atua na região decidiram produzir um relatório a partir dos levantamentos feitos durante a incursão realizada pelo território, destinado à Funai em Brasília, ao MPI e à 6ª Câmara do MPF.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: SEVERINO

POVO(S): APURINÁ; TIKUNA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; desmatamento

DESCRIÇÃO: As lideranças e moradores da aldeia Severino, na TI de mesmo nome, localizada no município de Tefé e habitada pelos povos Apurinã e Tikuna, recorreram às autoridades competentes e organizações indigenistas na esperança de que sejam tomadas providências para proibir o desmatamento de grande proporção no território e efetuar a retirada dos invasores da comunidade. Um indivíduo conhecido como Jonilson, acompanhado por outras 14 pessoas, invadiu a aldeia e começou a desmatar 20 quadras de mata para plantio de roças, alegando autorização de um morador local. Apesar dos pedidos para que se retirassem do território, não houve acordo, ao contrário, passaram a proferir ameaças afirmando que a terra não pertencia a eles. Os indígenas denunciaram o caso ao MPF, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Tefé e à CTL da Funai em Tefé, e registraram boletim de ocorrência na Polícia Civil. Após a denúncia, o MPF solicitou evidências e recomendou a atuação da Funai e Polícia Federal, porém, até o final de 2023, nenhum órgão havia comparecido à aldeia para investigar ou tomar medidas contra os invasores. A falta de demarcação do território e ausência de fiscalização permitem constantes invasões, deixando os indígenas vulneráveis e devastando seus recursos naturais.

Com informações de: Comunidade; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: SEVERINO

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: invasão narcotraficantes e piratas

DESCRIÇÃO: Os indígenas da TI Severino, às margens do rio Solimões, enfrentaram ameaças constantes de traficantes e piratas, que livremente navegavam pela região, perturbando sua rotina e segurança. A invasão desses criminosos modificou horários e atividades cotidianas e colocou em risco a integridade dos habitantes locais. A rota Solimões, agora utilizada para escoamento de drogas por grandes cartéis internacionais, exige uma resposta eficaz das autoridades. Em 2023, o governo prometeu que faria abordagens rigorosas através da instalação da Base Arpão, que uniu diversos órgãos para patrulhar a área, abrangendo uma vasta extensão navegável. No entanto, os relatos das lideranças indígenas e ribeirinhas destacam a superioridade dos criminosos, armados e equipados com tecnologia avançada, incluindo drones para monitorar as comunidades. Apesar dos esforços governamentais e debates entre especialistas, a violência persistiu em 2023, deixando os indígenas da região em uma situação de vulnerabilidade e risco contínuos.



A falta de equipamentos adequados e de pessoal treinado e a vastidão dos rios navegáveis são desafios adicionais para lidar com a pirataria e o tráfico, que impactam não apenas a segurança, mas também o abastecimento de combustíveis em toda a Amazônia.

Com informações de: Jota Info, 24/08/2024; O Estadão 16/04/2023; Lideranças; Cimi

TERRA INDÍGENA: TAQUARA**POVO(S): KANAMARI****TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; desmatamento; loteamento; grilagem; extração ilegal de madeira; exploração de recursos naturais

DESCRIÇÃO: Taquara é uma TI homologada, localizada próxima ao município de Carauari. A comunidade está vulnerável às invasões de pessoas que buscam recursos naturais para comercialização na cidade (madeira, peixes e frutas silvestres). Além disso, há grilagem de terras para a criação de gado. Essa prática da grilagem, nos últimos anos, favoreceu a comercialização de vários "terrenos" dentro da TI. A falta de fiscalização e ausência dos órgãos ambientais e indigenista, especialmente a Funai, têm provocado invasões e incentivado outras práticas criminosas. Essa ausência não é por desconhecimento, uma vez que os indígenas levam às autoridades competentes as denúncias.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO**POVO(S): TENHARIN****TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal; Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: A TI Tenharim do Igarapé Preto foi a quarta TI mais afetada pelo garimpo em 2022, segundo o Mapbiomas. A empresa de garimpo Paranapama, subsidiária da Vale, operava na região, mas se retirou em 2023, após esgotar os minérios, conforme informações de uma liderança indígena. Com a saída da empresa, os indígenas deixaram de receber assistência em saúde, educação, transporte e escoamento de produção agrícola. Depois da saída da empresa, os indígenas solicitaram ao MPF que ingressasse com ação de indenização pelos impactos ambientais causados pela mineração na região. O processo continua em andamento.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS**POVO(S): TENHARIN****TIPO DE DANO/CONFLITO:** abertura de ramais; desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em 2023, as estratégias dos invasores para adentrar na TI Tenharim Marmelos continuaram e se intensificaram. Os ramais abertos passaram a ser utilizados com mais intensidade, indicando que a saída de madeira ilegal da TI e imediações também aumentaram. A mesma situação de invasão e extração ilegal de madeira ocorrem em outras terras da região.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS**POVO(S): TENHARIN****TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Agentes da Polícia Federal encontraram 118 hectares de desmatamento em duas áreas de preservação em Rondônia. O flagrante aconteceu durante a Operação Retomada, realizada entre os dias 29 de junho e 2 de julho. Segundo a PF, os pontos de desmatamento foram descobertos no Parque Nacional Campos Amazônicos e TI Tenharim Marmelos. Dentro das áreas de preservação, havia duas escavadeiras hidráulicas, 11 motores de dragagem, quatro geradores de energia elétrica, oito veículos, entre motos e caminhonetes. Todos os materiais e veículos foram inutilizados. Os policiais federais também destruíram 10 acampamentos montados nos pontos de desmatamento. Segundo a PF, o grupo criminoso que invadiu o Parque Nacional Campos Amazônicos e a TI Tenharim usou produtos ilegais e tóxicos para danificar a área.

Com informações de: G1/RO, 03/07/2023

TERRA INDÍGENA: UNEIUXI**POVO(S): MAKU****TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: A Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN) enviou três ofícios, datados de 11/04/2023, 17/04/2023 e 20/04/2023, à Foirn, Funai, MPF, PF, Ibama e 2ª Brigada de Infantaria de Selva, denunciando múltiplas invasões ocorridas no Rio Uneuxi, nas TIs Jurubaxi e Uneuxi, com base em informações coletadas pela base de proteção territorial na qual os comunitários realizam a vigilância, conforme estabelecido no Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Nos ofícios, solicita-se ação imediata de fiscalização permanente no rio por parte dos órgãos competentes, visando coibir as ilegalidades em curso. As invasões

relatadas pelos vigilantes incluem a entrada de pessoas desconhecidas, garimpeiros utilizando dragas (18/04), empresários transportando casas flutuantes (10/04), invasores que planejam estabelecer sítios na área (5/05), drones sobrevoando a comunidade (19/04), e a entrada e saída de indivíduos não identificados ou sem autorização. Essas atividades representam uma grave ameaça aos territórios indígenas e à segurança das comunidades locais do Médio Rio Negro.

Com informações de: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN)

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI**POVO(S): ISOLADOS; KANAMARI; KORUBO; KULINA (MADIJA); KULINA PANO; MARUBO; MATIS; MATSÉS; TSOHOM DYAPAH****TIPO DE DANO/CONFLITO:** Caça e pesca ilegais; desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Uma equipe do Cimi Regional Amazônia Ocidental esteve em visita à aldeia Piauí, localizada na TI Vale do Javari, município de Ipixuna (AM), após receber diversas denúncias de violências e violações de direitos vivenciadas cotidianamente pelos Madijá. O cacique Cemi Kulina relatou diversos casos, que vão desde desassistência em saúde e educação até assassinatos, suicídios, entre outros. A situação na região é gravíssima e um dos gatilhos, que gera toda a problemática, são as invasões da TI Vale do Javari. Mesmo se tratando de uma TI demarcada e destinada aos povos em situação de isolamento, como Mayoruna/Matsés, Matis, Marubo, Kulina Pano, Kanamari, Korubo e Tsohom-Diapa, sendo estes dois últimos de recente contato, o território vem sofrendo intensa invasão de caçadores e pescadores ilegais, desmatadores e comerciantes de madeira. Eles ameaçam a sobrevivência desses povos. A equipe do Cimi alerta que, se não houver uma ação integrada e urgente de atendimento aos povos Madijá, bem como aos demais povos citados, pode ocorrer uma catástrofe com dimensões imprevisíveis e irreversíveis.

Com informações de: Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI**POVO(S): KANAMARI; MAYORUNA****TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; caça e pesca ilegais; presença de narcotraficantes

DESCRIÇÃO: Durante assembleia da Univaja, ocorrida na comunidade Paraná, Alto Rio Ituí, na TI Vale do Javari, nos dias 20 a 23/03/2023, lideranças indígenas denunciaram que, diante da falta de fiscalização e monitoramento em seus territórios, persiste a invasão de caçadores, pescadores e de pessoas ligadas ao narcotráfico no território. No Igarapé denominado Recreio, do lado peruano, que fica em frente às comunidades indígenas de Irari, Lago Grande e Lago do Tambaqui, existe um laboratório clandestino de refinamento da droga. Suspeita-se que parte dos saques dos recursos naturais seja destinada ao abastecimento desse acampamento. Denunciaram também a presença de invasores no baixo rio Curuçá e no rio Pardo, até as imediações da comunidade São Salvador. No rio Jaquirana, que também perfaz fronteira com o Peru, relataram a dificuldade de fiscalização na área, o que torna a situação bastante complexa e coloca as comunidades em alto grau de vulnerabilidade aos invasores. Essa realidade de ausência de fiscalização na TI Vale do Javari foi relatada por diversas lideranças de todos os povos da região. Solicitaram que houvesse um compromisso maior do governo brasileiro para que seja evitada a extrema violência, como ocorreu no assassinato do Bruno Pereira e Dom Philips.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI**POVO(S): KANAMARI MAKU MARUBO MATIS****TIPO DE DANO/CONFLITO:** invasão de balsas de garimpo

DESCRIÇÃO: No mês de novembro, uma operação da Polícia Federal e do Ibama contra a invasão de garimpeiros destruiu 26 dragas e balsas na segunda maior TI do Brasil, localizada no Vale do Javari, interior do Amazonas. Os lugares onde estavam os equipamentos são de difícil acesso, mas nem a seca dos rios impediu a ação dos garimpeiros ilegais. A Polícia Federal e o Ibama usaram helicópteros para chegar às localidades. A presença de garimpeiros nessa região preocupa as autoridades brasileiras, não apenas pela atividade ilegal ou pelos danos ambientais, mas também pelos riscos de contato com indígenas isolados.

Com informações de: G1/AM, 09/11/2023

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI**POVO(S): KANAMARI; KORUBO; KULINA PANO; MARUBO; MATIS; MATSÉS; TSOHOM DYAPAH****TIPO DE DANO/CONFLITO:** garimpo ilegal; caça e pesca ilegais

DESCRIÇÃO: Em novembro de 2023, a revista *Canarium* fez uma reportagem acerca de uma operação do Ibama no rio Jutá, quando aplicou multa e



destruiu quatro dragas. Tanto o valor da multa (R\$ 15 milhões) como das dragas (R\$ 5 milhões cada) mostram que se trata de altos investimentos no garimpo ilegal. Não se tem conhecimento se a PF agiu para a detenção dos autuados pelo Ibama, mas em 2022 a imprensa divulgou que o prefeito de Jutai e outros políticos estavam envolvidos nas denúncias de garimpo ilegal na região, que se manteve em todo o período de 2023. A Univaja, por diversas vezes, encaminhou denúncias aos diferentes órgãos de segurança, à Funai e ao MPF reivindicando maior atenção, vigilância e proteção em todo o território, tanto nas áreas urbanas como rurais dos municípios da região, especialmente Atalaia do Norte. Em março de 2023, a PF instalou no porto de Atalaia do Norte uma base flutuante para atuar permanentemente na TI Vale do Javari e região. Mas ficaram apenas 15 dias, segundo relatos das lideranças. A situação de omissão, descaso e negligência do Estado continua a deixar os povos do Vale do Javari em situação de vulnerabilidade e à mercê do narcotráfico e da invasão de madeireiros, caçadores e pescadores clandestinos.

Com informações de: Cenarium, 25/11/2023; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: VALPARAISO / RETIRO

POVO(S): APURINÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões de fazendeiros; caça ilegal; abertura de pastagens; extração ilegal de recursos naturais

DESCRIÇÃO: Desde os anos 2000, o povo Apuriná da TI Valparaíso vem lutando pela demarcação de seu território. A falta de avanço nesse processo tem permitido a invasão de fazendeiros. Entre junho e setembro de cada ano, os invasores realizam derrubadas de mata, incêndios e expansão de pastos. Nos demais períodos, os indígenas enfrentam a invasão de caçadores com seus cachorros, pescadores e castanheiros ilegais, que coletam a castanha, fundamental para o sustento das famílias indígenas. Apesar das denúncias feitas às autoridades competentes, como a Funai e o MPF, nenhuma providência foi tomada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Indígenas Yanomami da região de Maturacá, no norte do Amazonas, pressionaram o governo de Luiz Inácio Lula da Silva para incluir essa área nas medidas de combate ao garimpo ilegal. Lideranças locais relataram um aumento significativo no trânsito de garimpeiros entre o final de janeiro e meados de fevereiro, especialmente aqueles vindos do território Yanomami em Roraima. A região de Maturacá abriga oito comunidades ao longo do rio Cauaburis, com destaque para Maturacá e Ariabú, as quais são as mais afetadas pela invasão de garimpeiros. Estima-se que a população Yanomami na região seja de aproximadamente 10 mil pessoas.

Com informações de: Amazônia Real, 17/02/2023

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): VÁRIOS POVOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: Segundo o jornal O Globo, uma investigação da PF apontou que ouro extraído de garimpos ilegais na Amazônia foi comercializado por militares a mando de um tenente-coronel que coordenava operações na região. Abimael Alves Pinto também é suspeito de “receptionar” um líder garimpeiro dentro do Batalhão de Infantaria de Selva, em Manaus. A PF apura indícios de que o oficial fornecia informações privilegiadas sobre ações do Exército e da PF em troca de propina. Parte desse dinheiro teria sido pago com o minério. “Também foi possível constatar que Abimael se utilizou de militares de patente menor para realizar a venda de ouro que conseguia com o garimpo ilegal, atividade essa que realizava dentro do horário de trabalho”, diz um trecho do relatório da PF ao qual a reportagem teve acesso. A PF indiciou o tenente-coronel pelos crimes de usuração de patrimônio da União, lavagem de dinheiro, associação criminosa e tentativa de impedir ação fiscalizadora do poder público — ele também é alvo de um inquérito na Justiça Militar. Mensagens interceptadas pela PF revelaram diálogos comprometedores, incluindo referências de Abimael ao dinheiro proveniente do garimpo ilegal e seu conhecimento sobre a ilegalidade desses recursos. Além disso, a PF descobriu que Abimael se autodenominava “Robin Hood” e tinha plena consciência da origem ilegal do dinheiro. Em uma das conversas interceptadas, ele menciona sua disposição para pagar US\$ 1,5 milhão por uma garrafa de mercúrio, material frequentemente utilizado em garimpos ilegais na região amazônica. Em junho, uma reportagem do jornal O Globo revelou que o tenente-coronel havia recebido cerca de R\$ 930 mil entre 2020 e 2022, de acordo com a PF. Os pagamentos teriam sido feitos por meio de uma empresa de exportação de minérios sediada em Porto Velho (RO). As gravações indicam que o militar repassou informações, antecipando operações de fiscalização na região de Japurá, onde há várias

terras indígenas e a Estação Ecológica Juami-Japurá, UC federal. Além dele, outros dois militares foram alvo de mandados de prisão.

Com informações de: O Globo, 22/11/2023; Diário do Poder, 22/11/2023; G1/AM, 27/06/2023

BAHIA

7 Casos

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória; especulação imobiliária; loteamento

DESCRIÇÃO: Os moradores da TI Barra Velha, especificamente da Aldeia Xandó, localizada em Porto Seguro, Bahia, enfrentam persistentes invasões de suas terras por parte de grupos econômicos associados a imobiliárias, hotéis e resorts. Essas invasões representam uma ameaça direta à integridade territorial e cultural do povo Pataxó, que há gerações habita e preserva a região. As incursões desses grupos não apenas comprometem o ambiente natural e os recursos naturais vitais para a comunidade, mas também desrespeitam os direitos indígenas reconhecidos pela Constituição e pelos tratados internacionais.

Com informações de: Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: COMEXATIBA (ALDEIA CAHY)

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Grilagem; loteamento; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: A Aldeia Pequi, localizada dentro da TI Comexatibá, no município de Prado, foi invadida por não indígenas que passaram a dividi-la em lotes e vendê-los, causando, além de muita violência, graves impactos ambientais. Os Pataxó que vivem no local enfrentam dificuldade de acesso à água, limitação da pesca e insegurança. De acordo com a DPU e o MPF, a área é tradicionalmente ocupada pelo povo Pataxó e está delimitada como TI Comexatibá, conforme despacho da Funai e RCID. Embaixada nessas informações e em resposta à ação proposta pela DPU e MPF, a Justiça Federal de Teixeira de Freitas determinou a reintegração de posse do território relativo à Aldeia Pequi. Segundo a Justiça, pelo menos cinco pessoas não indígenas ocuparam a área conhecida como Sítio Calango, dividiram o local em lotes e passaram a vendê-los.

Com informações de: G1/BA, 30/06/2023

TERRA INDÍGENA: COMEXATIBA (ALDEIA CAHY)

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração de areia; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: No dia 29 de dezembro, o empresário Rui Henrique invadiu a aldeia Tibá, ameaçando mulheres e crianças, em retaliação à proibição feita pelos indígenas quanto à extração de areia, comercializada na vila de Cumuruxatiba e região. Essa extração estava ocorrendo dentro da delimitação da TI Comexatibá e sua prática estava causando danos ambientais significativos. Os indígenas tomaram essa medida de proibição porque a extração de areia estava afetando as nascentes de dois rios que abastecem o território e a vila de Cumuruxatiba, colocando em risco o fornecimento de água para a comunidade. A invasão representou não apenas uma ameaça à integridade física dos indígenas, mas também uma afronta aos seus direitos territoriais e ambientais.

Com informações de: Funai Sul da Bahia; Cimi Regional Leste

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Ataque a tiros; destruição de bens

DESCRIÇÃO: No 29 de dezembro, um grupo de famílias Pataxó da comunidade Itacipiera, em Tranco, foram atacadas por homens armados que destruíram parte da comunidade, queimaram motos e eletrodomésticos, que pertenciam aos indígenas. Esta ação aconteceu na tentativa de expulsar as famílias da área que ocupam. A Funai conduziu as famílias até a sede da Polícia Federal em Porto Seguro, para registrar boletim de ocorrência. O caso segue acompanhado pela procuradoria da Funai.

Com informações de: Cimi Regional Leste; Funai Sul Bahia

TERRA INDÍGENA: KIRIRI

POVO(S): KIRIRI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; destruição de roças; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: No dia 1º de outubro, uma empresa terceirizada de energia, realizou uma incursão não autorizada no território Kiriri de Barreiras, visando a manutenção da rede de energia pública. Durante essa operação, parte das roças de mandioca, fundamentais para a subsistência do povo, e parte da



área preservada da comunidade foram danificadas pelo maquinário utilizado. Em resposta a essa invasão, as lideranças locais tomaram a decisão de reter as máquinas no território, o que resultou na abertura de um Boletim de Ocorrência contra o povo. Como resposta, a comunidade Kiriri ingressou com uma ação contra a empresa, em função de sua entrada não autorizada no território e pelos danos causados.

Com informações de: Cimi Regional Leste

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE ITAPEBI

POVO(S): TUPINAMBÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Danos causados por hidrelétrica

DESCRIÇÃO: Os indígenas do território Tupinambá de Itapebi denunciam os impactos causados pela UHE de Itapebi, no rio Jequitinhonha, na divisa com Minas Gerais. Eles relatam que, quando as comportas da hidrelétrica são abertas, as comunidades que compõem o território acabam sendo alagadas, inundando casas, os acabam bens levados por enchentes e as plantações perdidas, inviabilizando a própria sobrevivência das comunidades. Duas aldeias acabam sempre atingidas pelas cheias: Encanto da Patioba e Patiburi. As lideranças relatam que as enchentes são recorrentes há pelo menos três anos, normalmente no período de dezembro a janeiro. A demarcação da área é reivindicada à Funai desde 2007, pelo menos, e ainda não há providências do Estado para sua regularização.

Com informações de: Lideranças; Brasil de Fato, 17/10/2023

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

POVO(S): TUPINAMBÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de areia; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Na TI Tupinambá de Olivença, as instalações de uma das empresas mineradoras que atuam na extração de areia dentro de território têm afetado a saúde dos indígenas da região, os recursos naturais, as condições de vida dos moradores de condomínios residenciais e de hóspedes de pousadas próximas, devido à quantidade de resíduos que pairam no ar. De acordo com as denúncias das lideranças indígenas, são mais de cinco areais ilegais que estão causando os transtornos. Há 15 anos, os Tupinambá aguardam a Portaria Declaratória de seu território. Os impactos da morosidade na demarcação são agravados pelas invasões. As lideranças apontam que a prática predatória já acumula uma área degradada de pelo menos 30 hectares no território, "o que deixa a paisagem do bioma de Mata Atlântica com aspecto de deserto de areia". Os areais também têm impactado as matas ciliares de cursos d'água próximos, gerando o assoreamento de rios. A situação foi denunciada, em outubro, durante o II Fórum de Direitos da Natureza, em Ilhéus (BA).

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste; Assessoria de Comunicação do Cimi, 19/10/2023

CEARÁ

2 Casos

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO(S): ANACÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Impedimento de acesso a água

DESCRIÇÃO: O povo Anacé vinha denunciando crimes ambientais na lagoa que banha seu território de retomada, a Mata do Catolé (antigo Alto Aratu), da qual utilizam água. Em 2023, a situação se agravou quando um fazendeiro cercou a lagoa, impedindo o acesso dos indígenas. Em resposta a essa situação, a comunidade Anacé se reuniu e, com recursos próprios, perfurou poços para garantir o abastecimento de água.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

TERRA INDÍGENA: PITAGUARY

POVO(S): PITAGUARY

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória; loteamento

DESCRIÇÃO: No final de 2023, a Funai realizou um levantamento e constatou que mais de 300 ocupantes não indígenas ainda permanecem na TI Pitaguary. Em 2022, o MPF entrou com uma ação na Justiça Federal para impedir a ocupação da terra por pessoas que não pertencem à comunidade tradicional. Inquéritos instaurados pelo MPF revelaram práticas de venda e locação de imóveis a não indígenas na TI Pitaguary, que abrange áreas dos municípios de Maracanaú e Pacatuba, no Ceará. A ação civil pública foi movida contra a Funai e dois homens apontados como responsáveis pelas práticas ilegais. No processo, o MPF pediu à Justiça a suspensão das transações comerciais e das cessões de áreas na TI, além da interrupção de obras em imóveis. Em 2023, a ACP continuou em andamento na Justiça, enquanto os invasores permaneceram na TI.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

MARANHÃO

26 Casos

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

POVO(S): KA'APOR

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em 12 de julho, a Polícia Federal, em conjunto com o Ibama, ICMBio e o Exército Brasileiro, deflagrou as operações Arrabalde e Kambô Urucum simultaneamente, visando reprimir o comércio irregular de madeira extraída da TI Alto Turiaçu. A investigação começou após relatos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) sobre ameaças feitas por madeireiros a uma liderança do povo Ka'apor em Santa Luzia. Com base nessas informações, a Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente identificou os responsáveis pelos estabelecimentos em situação irregular. A maioria não possuía Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP). A ação ocorreu nos municípios de Araguaianá e Santa Luzia, com o cumprimento de 13 mandados de busca e apreensão, sete medidas cautelares diversas da prisão para suspensão de atividades econômicas, além de um mandado de prisão preventiva.

Com informações de: G1/MA, 12/07/2023; Lideranças

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; KA'APOR

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; extração ilegal de madeira; garimpo ilegal; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Após denúncias de invasões de madeireiros, garimpeiros, criadores de gado, além da pressão de mineradores, o governo federal anunciou o envio de agentes da Força Nacional para conter os ilícitos. Conforme determinado pelo Ministério de Justiça em portaria, publicada no DOU em 26 de dezembro, os agentes ficariam 90 dias, prazo que poderia ser estendido de acordo com a necessidade, a pedido da Funai. Além das ações constantes dos Guardiões da Floresta, a Funai afirma que atua na região, em conjunto com o Ibama, Polícia Federal e PRE. Apesar dessas medidas, os conflitos na TI são constantes e já resultaram na morte de membros dos Guardiões da Floresta. Até o final de 2023, a Força Nacional ainda não se encontrava na TI Alto Turiaçu.

Com informações de: G1/MA, 26/12/2023

TERRA INDÍGENA: ARARIBOIA

POVO(S): GUAJAJARA; AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; monocultivo de soja; arrendamento

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas da TI Arariboia enfrentaram uma situação preocupante de arrendamento ilegal de terras, invasões por não indígenas e a expansão do cultivo de soja por empresas do agronegócio. Essas atividades seguiram em 2023, causando sérios impactos ambientais, ameaçando a biodiversidade e os recursos naturais essenciais para a subsistência dos povos indígenas. Além disso, a presença de invasores representa uma violação dos direitos territoriais e culturais dessas comunidades. As lideranças buscam apoio das autoridades competentes e da sociedade civil para enfrentar esses desafios e garantir a defesa de seus direitos e de seus modos de vida tradicional.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: ARARIBOIA

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Queimadas

DESCRIÇÃO: Brigadistas do povo Guajajara relatam ocorrências frequentes de queimadas criminosas na TI Arariboia, resultando na devastação de florestas e na perda de vidas animais. Durante uma das operações de combate ao fogo, os brigadistas avistaram indígenas isolados do povo Awá-Gujá em fuga das chamas, evidenciando o perigo enfrentado por essas comunidades devido às queimadas, que muitas vezes são provocadas por proprietários de grandes extensões de terras, visando a expansão de pastagens. Eles são uma ameaça constante e recorrente em todas as terras indígenas do Maranhão. Em 2023, foram registrados alertas de cicatrizes de queimadas pelo sistema Deter/Inpe em 15,6 mil hectares da TI.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: ARARIBOIA

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Os Guardiões da Floresta da TI Arariboia identificaram a existência de extração ilegal de madeira dentro do território. Os madeireiros



marcam árvores para serem derrubadas, causando grandes clareiras na floresta. Espécies como sapucaia, pau santo, taúba, sapucaí, caneleiro e outras foram alvo de extração ilegal, e são frequentemente utilizadas para cercas de fazendas. A área monitorada, conhecida como Aterrado, é uma das regiões mais preservadas do território e está próxima das rotas utilizadas pelos Awá-Guajá isolados. Devido à falta de fiscalização dos órgãos de proteção, esses indígenas ficam extremamente vulneráveis à ação dos invasores.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: ARARIBOIA

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; exploração de madeira

DESCRIÇÃO: Em junho, a operação Arariboia Livre resultou na prisão de nove pessoas e na destruição de serrarias e fornos alimentados por madeira extraída ilegalmente da TI Arariboia. A ação envolveu a Polícia Federal, Ibama e ICMBio. Foram apreendidos o equivalente a 45 caminhões carregados de madeira ilegal e destruídas 177 máquinas, caminhões e fornos de carvoarias. Oito indivíduos foram presos em flagrante, e um mandado de prisão preventiva foi cumprido contra um suspeito procurado em outra operação anterior. Nas TIs Porquinho e Bacurizinho, fazendas de grande porte estavam instaladas, os proprietários apresentaram licenças ambientais concedidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em 2021, consideradas ilegais pelo Ibama por falta de anuência da Funai.

Com informações de: G1/MA, 19/06/2023; G1/MA, 26/06/2023

TERRA INDÍGENA: ARARIBOIA

POVO(S): GUAJAJARA; AWÁ-GUAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: abertura de estrada

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas relatam que na aldeia que divide a TI Arariboia, próximo à MA-006, no município de Arame, os fazendeiros e madeireiros abriam uma estrada ilegal passando por dentro do território. Caminhões carregados com areia e barro são despejados dentro das casas dos indígenas. O cacique e lideranças fizeram denúncias na Funai no município de Imperatriz, mas nenhuma providência foi tomada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

POVO(S): GUAJAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; criação ilegal de gado

DESCRIÇÃO: A TI Bacurizinho é impactada pelo desmatamento e privatização de partes do seu território, provocado por empresas do agronegócio, como a Fazenda Piranhas, com aproximadamente 5.935 hectares, onde há criação de gado. Com 4.186 hectares integralmente sobrepostos à TI Bacurizinho, a Fazenda Piranhas registrou 3.784 hectares de desmatamento entre 2008 e 2021, equivalentes a 90,4% do imóvel – contrariando, portanto, a regra de 80% de Reserva Legal em propriedades rurais na Amazônia Legal, estabelecida pelo Código Florestal de 2012.

Com informações de: De Olho nos Ruralistas; Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: CARU

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; GUAJAJARA; ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio criminoso; caça ilegal; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Incêndios criminosos continuam a avançar sobre a TI Caru, devastando a fauna, as florestas e as plantações. Os brigadistas da equipe Prevfogo enfrentaram grandes desafios ao combater esses incêndios, devido aos focos provocados por invasores. Além disso, as lideranças indígenas estão preocupadas com a segurança dos Awá-Guajá isolados que habitam o território. A TI sofre a constante invasão de caçadores e madeireiros, que têm provocado o desmatamento do território, e ameaçado os Guardiões da Floresta da TI Caru.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: GERALDA/TOCO PRETO

POVO(S): KREPYM CATI JI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; caça e pesca ilegais; desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas relatam as constantes invasões de caçadores, pescadores e madeireiros dentro da TI Geralda Toco Preto, resultando na pesca ilegal no rio ancestral, caça predatória e desmatamento das florestas. Apesar dos esforços dos Guardiões da Floresta e do Prevfogo, que realizam constantes ações de fiscalização e formação política no território, as invasões continuam sendo recorrentes.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

POVO(S): PYHCOP CATI JI (GAVIÃO)

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; extração ilegal de madeira; caça ilegal

DESCRIÇÃO: Os indígenas do povo Pyhcop Cati Ji/Gavião enfrentam uma batalha contra a invasão de madeireiros em seu território. Lideranças indígenas estão empenhadas em apreender caminhões e motosserras utilizados na extração ilegal de madeira. A TI também é alvo de caçadores ilegais. Os invasores ameaçam as lideranças. Apesar das denúncias feitas aos órgãos responsáveis, a política de proteção não foi efetivada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: KRENYÊ

POVO(S): KRENYÊ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; criação de gado; destruição de roças; caça ilegal

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas do povo Krenyê relatam que o gado de fazendeiros e posseiros de assentamentos nos limites da TI são soltos para pastar dentro do território, destruindo as roças dos indígenas, causando enormes prejuízos na produção de alimentos. Os Krenyê também denunciaram a presença de caçadores ilegais no território. Os casos foram denunciados para as autoridades, mas nenhuma providência foi tomada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

POVO(S): KRIKATI

TIPO DE DANO/CONFLITO: invasão possessória; extração ilegal de madeira; caça ilegal

DESCRIÇÃO: Com invasões de madeireiros, caçadores, fazendeiros e alguns agricultores dentro da TI Krikati, os próprios indígenas realizam ações de desintrusão da TI já demarcada. A terra é invadida para caça ilegal, roças e cercamento de partes do território. Os Guardiões da Floresta, principais responsáveis pela proteção do território, são os principais alvos de políticos locais, pistoleiros, madeireiros, caçadores e fazendeiros, que se articulam contra a vida dos indígenas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

POVO(S): KRIKATI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; ameaças

DESCRIÇÃO: No mês de fevereiro, lideranças indígenas divulgaram vídeos denunciando que fazendeiros locais, próximos à TI, ameaçaram o cacique Alcides Prötetun Krikati, da aldeia Rôohu e derrubaram diversos pés de pequi, buriti e outras árvores frutíferas. Essa área também é utilizada pelos indígenas para buscar água utilizada para o consumo – beber, cozinhar e tomar banho. Os fazendeiros realizaram a derrubada das árvores com o propósito de construir açudes para as fazendas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: KANELA

POVO(S): KANELA MEMORTUMRÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; desmatamento; poluição de cursos d'água; monocultivo de soja; abertura de estrada

DESCRIÇÃO: A TI Kanela, município de Fernando Falcão, tem cerca de 125 mil hectares. As lideranças denunciam que fazendeiros estão cercando áreas dentro do território demarcado. As empresas vêm implantando carvoarias e plantações de soja dentro do território e provocando desmatamento, poluindo-se o rio e causando a diminuição do fluxo de água. Com a implementação das estradas para escoamento da soja, aumentou o tráfego de caminhões e veículos que passam dentro do território, causando atropelamentos e ameaças a vida dos indígenas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: KANELA

POVO(S): KANELA MEMORTUMRÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; caça ilegal; extração ilegal de madeira; queimadas

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas da TI Kanela, em processo avançado de revisão de limites pela Funai, denunciam as frequentes invasões de caçadores, madeireiros e latifundiários. Essas invasões têm resultado em desmatamento, caça predatória, extração ilegal de madeira, queimadas e ameaças à vida das lideranças indígenas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

**TERRA INDÍGENA: MORRO BRANCO****POVO(S):** GUAJAJARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Plantação de maconha

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil destruiu uma plantação de maconha na aldeia Jesiel. A apreensão foi feita durante uma operação de combate aos crimes de roubo e tráfico de drogas no município. Segundo os policiais, mais de um hectare de maconha foi destruído, além disso, foram apreendidos 250 gramas de sementes secas para plantio, 1400 gramas de maconha e uma espingarda.

Com informações de: Lideranças; MaisMaranhao.com.br, 16/08/2023

TERRA INDÍGENA: PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA**POVO(S):** KANELA APÃNJEKRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão possessória

DESCRIÇÃO: No mês de março, representantes da empresa Intelli conversaram com lideranças indígenas dentro da aldeia Porquinhos, que está em processo de revisão, pela Funai, dos limites da demarcação. Durante a conversa, a empresa prometeu veículos, combustível e manutenção nas estradas para o setor de roças. Além disso, disseminaram uma narrativa sugerindo que a Funai não iria mais concluir a revisão da demarcação da TI. Influenciados por essas afirmações, alguns líderes indígenas assinaram um documento da empresa permitindo a ampliação de sua área dentro da TI. No entanto, o documento com as assinaturas dos indígenas foi levado à Funai, que não reconheceu tal documento como legítimo, considerando-o criminoso. A empresa Intelli possui uma área cercada com cercas elétricas, pista de pouso para aeronaves de pequeno porte e jagunços armados dentro do território indígena. Ela foi uma das empresas mais beneficiadas pela Instrução Normativa 09, do governo Bolsonaro, e certificou e adquiriu diversas propriedades sobre a área em revisão de limites da TI.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA**POVO(S):** KANELA APÃNJEKRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: No início do mês de abril, lideranças do povo Apãnjekra Canela realizaram ações de fiscalização na TI Porquinhos, onde encontraram diversas estacas de madeira que foram derrubadas e extraídas de árvores do território. Os indígenas têm denunciado à Funai, há anos, os casos de invasões de madeireiros no território, mas até o momento nenhuma providência foi tomada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA**POVO(S):** KANELA APÃNJEKRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; caça ilegal; contaminação por agrotóxicos; desmatamento; monocultivo de soja e milho; queimadas

DESCRIÇÃO: A empresa Agro Serra segue ampliando o cercamento de terras dentro do território indígena Porquinhos, que está em processo de revisão demarcatória pela Funai. Ao menos sete fazendas estão sobrepostas à TI, duas delas sendo a Estiva e Roraima, que estão em nome da Agro Serra Industrial e somam 12.270 hectares; fazendas Irajá/Cacimbas e Jacaré, em nome de Pedro Augusto Ticianel; Tucum e Descanso, em nome de Cintia Cristina Ticianel; e Olho D'Água, no nome de Celso Eduardo Ticianel. Ao todo, o clã Ticianel possui 21.036 hectares dentro da TI Porquinhos, o que equivale a 7% de toda área delimitada desde 2009, no reestudo da TI. Além desta empresa, outras, como Intelli e Faedo, se somam à invasão de carrovarias, plantações de soja e milho, queimadas e construção de estradas de piçarra para o escoamento dessas atividades econômicas. Em algumas áreas, são colocadas correntões nas estradas que proíbem o traslado dos indígenas. Além do desmatamento generalizado, o loteamento do território está provocando a caça predatória. Os agrotóxicos contaminam os rios, adoecendo os indígenas que utilizam as águas e se alimentam dos peixes. Há anos, denúncias são feitas a Funai, porém, nem uma providência é tomada.

Com informações de: Dossiê De olho nos Ruralistas; Lideranças

TERRA INDÍGENA: PORQUINHOS - CANELA APÃNJEKRA**POVO(S):** KANELA APÃNJEKRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão possessória; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: No mês de setembro, brigadistas indígenas que atuavam no combate a incêndios na TI Porquinhos se depararam com uma situação alarmante: oito roças clandestinas, árvores derrubadas e madeira serrada deixadas por invasores dentro do território. Diante desse cenário preocupante, os brigadistas documentaram as evidências por meio de fotos georreferenciadas com GPS e encaminharam as informações para a Funai do Maranhão, na esperança de que medidas adequadas fossem tomadas para proteger o território e garantir a segurança da comunidade indígena.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: RIO PINDARÉ**POVO(S):** GUAJAJARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; pesca predatória

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas do povo Tentehar/Gujajara continuam denunciando a invasão de pescadores em seu território. Nos últimos anos, a comunidade formou um grupo de Guardiões da Floresta para combater essa prática ilegal de invasão, que persiste há muitos anos. A pesca ilegal é alarmante, pois é realizada com o uso de redes conhecidas como calabouço, que capturam até os peixes que estão no fundo do rio.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: RIO PINDARÉ**POVO(S):** GUAJAJARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Caça predatória

DESCRIÇÃO: No dia 15 de maio, um vídeo foi compartilhado em um grupo de conversa, onde alguns invasores mostraram seis pacas e um tatu morto, retirados da TI Rio Pindaré. Um dos vídeos mostra os caçadores provocando e confessando que invadiram o território indígena e mataram caças, além de comentarem que pegaram um filhote de paca.

Com informações de: Lideranças; Midiaguajajara

TERRA INDÍGENA: TAQUARITUIA**POVO(S):** AKROÁ GAMELA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão possessória; loteamento; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: O território indígena Taquaritiua ainda aguarda sua demarcação. A paralisação das atividades do GT da Funai na região tem contribuído para aumentar a insegurança e as ameaças à vida dos indígenas. A presença de posseiros, fazendeiros e gado solto têm prejudicado as atividades agrícolas dos indígenas, afetando suas roças. Além disso, observa-se um aumento no loteamento de áreas dentro do território. O esgoto vem sendo despejado no rio, que é utilizado pelos indígenas para a pesca.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DE RAPOSA**POVO(S):** TREMEMBÉ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento; loteamento

DESCRIÇÃO: Ao longo do processo de urbanização do município de Raposa, na grande ilha de São Luís, o povo Tremembé de Raposa teve seu território tradicional invadido e ocupado por não indígenas, levando-os a morarem nas periferias e palafitas, além das áreas de manguezais no município de Raposa, dentro da grande ilha. Uma parte desse território ancestral, que ainda possui florestas, conhecido como Caúra, é reivindicada pelos Tremembé, porém, encontra-se atualmente invadida por uma empresa imobiliária que está desmatando e loteando o território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DO ENGENHO**POVO(S):** TREMEMBÉ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Destruição de roças

DESCRIÇÃO: O território de Engenho do povo Tremembé, localizado no município de São José de Ribamar, foi invadido em junho por homens dirigindo tratores de uma empresa do setor de construção civil. Sob a presença de jagunços, os tratores derrubaram várias roças. O território de Engenho está em processo de demarcação, com atividades do GT da Funai em andamento. No momento da invasão, lideranças indígenas, que estavam presentes em uma reunião com agentes do MPI em Brasília, relataram o ocorrido e acionaram a Polícia Federal, que deslocou viaturas ao local.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

MATO GROSSO**38 Casos****TERRA INDÍGENA: BAKAIRI****POVO(S):** BAKAIRI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Incêndio

DESCRIÇÃO: As lideranças indígenas relatam que, em 12 de março, um vizinho da Aldeia Akite iniciou um incêndio que se alastrou até parte do roçado do cacique da Aldeia Pakuera. Esse incêndio resultou na perda total da plantação de mandioca, que era fundamental para o sustento das famílias locais.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

**TERRA INDÍGENA:** BATELÃO**POVO(S):** KAYABÍ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão possessória; desmatamento

DESCRIÇÃO: O povo Kayabi foi retirado da terra Batelão em 1966 e levado para o Xingu. Desde então, os Kayabi reivindicam o retorno a esse território. No entanto, nenhuma providência foi tomada em relação a essa solicitação. Embora a terra esteja delimitada, ela permanece invadida e explorada por fazendeiros e madeireiros. A falta de ações concretas alimenta os conflitos na região, exacerbando a situação de tensão e impedindo o povo Kayabi de exercer seus direitos sobre suas terras tradicionais.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** CACIQUE FONTOURA**POVO(S):** KARAJÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: A TI Cacique Fontoura, embora demarcada, está invadida por três grandes fazendas. Os indígenas não têm a posse efetiva da terra e estão dispersos em outras áreas ocupadas pelo mesmo povo. A desintrusão é necessária para que os Karajá possam usufruir de seu território de forma plena. Mesmo com a demarcação oficial, a presença contínua dos fazendeiros impede o acesso dos indígenas aos recursos naturais e ao espaço vital para sua subsistência cultural e física.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** CIDADE DE PEDRA**POVO(S):** PARESI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: A TI Cidade de Pedra, localizada no município de Tangará da Serra (MT), é o local de origem do povo Paresi. Apesar de ser reivindicada há anos, a área ainda não foi demarcada oficialmente. Essa falta de demarcação facilita a invasão por fazendeiros, comprometendo a posse da terra pelos indígenas. A presença de fazendas na região vira palco de conflitos e compromete a segurança e o bem-estar dos Paresi.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** ESTAÇÃO PARECI**POVO(S):** PARESI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: A TI Estação Pareci ainda não é demarcada e, embora tenha sido reservada por Rondon, nunca foi finalizado o processo demarcatório, o que facilita a invasão de fazendeiros, por não estar garantido aos indígenas o usufruto exclusivo da terra.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** ENAWENÊ-NAWÊ**POVO(S):** ENAWENÊ-NAWÊ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: A revisão dos limites da TI Enawenê-Nawê tem GT aberto pela Funai, mas não avançou em 2023. Essa morosidade no processo de demarcação tem favorecido invasões, resultando em uma situação crítica onde a terra se encontra ocupada por fazendas. Essas ocupações ilegais prejudicam a subsistência e a segurança do povo Enawenê-Nawê, que enfrenta dificuldades para acessar recursos naturais essenciais e manter suas práticas cotidianas. A falta de demarcação definitiva e de medidas eficazes para a retirada dos invasores deixa a comunidade vulnerável e impede a efetivação de seus direitos territoriais.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** ERIKBAK TSA**POVO(S):** RIKBAK TSA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Poluição de cursos d'água; uso de agrotóxicos

DESCRIÇÃO: Assim como denunciado nos anos anteriores, os indígenas Rikbaktsa continuaram, em 2023, sofrendo com uma série de problemas de saúde que suspeitam serem causados pela poluição dos rios. Os Rikbaktsa, cujo território se estende pelas margens dos rios Juruena, do Sangue e Teles Pires, vêm relatando desde 2020 a ocorrência de coceira, manchas na pele e diarreia após utilizarem a água dos rios para banhos, pesca, consumo e preparo de alimentos. Nos últimos anos, lavouras de soja se estenderam ao longo das margens do rio do Sangue, do lado direito do território indígena. Agrotóxico é pulverizado nas plantações próximas ao rio e ao território. Além dos graves problemas de saúde causados pela contaminação da água, os indígenas relatam a diminuição de peixes no rio do Sangue, no rio Arinos e no rio Juruena. Durante a piracema, período das chuvas, os fazendeiros

pulverizam as plantações com veneno, que escoam para os rios e cabeceiras, matando os ovos recém-postos pelos peixes.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** ERIKBAK TSA**POVO(S):** RIKBAK TSA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; garimpo ilegal; contaminação de cursos d'água; contaminação por mercúrio

DESCRIÇÃO: O povo Rikbaktsa, da TI do mesmo nome, denunciou ao MPF a invasão de garimpeiros no entorno do rio do Sangue, no município de Brasnorte. A atividade ilegal de garimpo tem gerado sérios impactos ambientais e ameaçado a saúde e segurança da comunidade indígena. Além do desmatamento, a contaminação dos rios por mercúrio e outros poluentes utilizados na extração de ouro tem sido uma preocupação constante, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade dos Rikbaktsa.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** JAPUÍRA**POVO(S):** ERIKBAK TSA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Pesca predatória

DESCRIÇÃO: As lideranças Erikbatsa da aldeia Cerejeiras, denunciaram com veemência que os invasores continuam adentrando na TI Japuira. Esses invasores são persistentes nas atividades de pesca predatória ao longo do rio Juruena, desconsiderando completamente os direitos territoriais e a soberania dos povos indígenas sobre essas áreas. As ações ilegais comprometem o delicado equilíbrio ecológico do rio e ameaçam diretamente a subsistência e a segurança alimentar das comunidades Erikbatsa e de outros povos que dependem dos recursos naturais da região para sua sobrevivência.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** JARUDORI**POVO(S):** BORORO**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de posseiros

DESCRIÇÃO: Mesmo sendo demarcada e regularizada, a TI Jarudori continua invadida por posseiros. Em 2019, uma decisão da Justiça Federal suspendeu o processo de retirada dos ocupantes não indígenas da TI. Apesar do MPF ter recorrido e a decisão ter sido derrubada, a desintrusão não foi realizada e o processo ainda aguarda decisão no TRF-1. Enquanto isso, o povo Bororo segue apreensivo pela indefinição da situação fundiária e pela presença dos invasores em suas terras.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** KANELA DO ARAGUAIA**POVO(S):** KANELA DO ARAGUAIA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** grilagem; exploração de recursos naturais; ameaças

DESCRIÇÃO: O território do povo Kanela do Araguaia, às margens dos rios Tapirapé, Xavantinho e Araguaia, sofre com invasões de grileiros. Na aldeia Tapiraká, há disputas territoriais com um fazendeiro que reivindica a área como sua. Na aldeia Nova Pukanu, os grileiros avançam constantemente, realizando atividades ilegais como extração de madeira, caça e pesca. Já na aldeia Porto Velho, incendiada em 2019, os indígenas enfrentam ameaças de expulsão por parte de um fazendeiro. Em 2023, as ameaças continuaram, com homens armados, alegando representarem a empresa HMC Bicudos. Apesar de uma liminar judicial permitir a permanência dos Kanela na área, o território foi registrado em cartório como propriedade de Gilberto Rezende, que tenta vendê-la. O MPF pediu a anulação desses documentos.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** KANELA DO ARAGUAIA**POVO(S):** KANELA DO ARAGUAIA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; grilagem; desmatamento; queimadas

DESCRIÇÃO: A Aldeia Bom Jesus, do povo indígena Kanela do Araguaia, localizada no município de Luciara, foi invadida em 2022, resultando em desmatamento e queimadas ilegais em uma parte de seu território. Em 2023, a aldeia continuou sofrendo o mesmo tipo de violência. Os indígenas atribuem essas ações a grileiros. Apesar das denúncias feitas, a situação de invasão se mantém, e a falta de providências faz com que os indígenas sejam constantemente ameaçados na região.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso***TERRA INDÍGENA:** KAPÔT NHINORE**POVO(S):** KAYAPÓ; YUDJA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros; danos ao meio ambiente



DESCRIÇÃO: A TI Kapôt Nhinore foi delimitada em 2023, porém, como no caso de outras terras indígenas de Mato Grosso, o processo demarcatório não está concluído. Consequentemente, grande parte da terra se encontra invadida por fazendas. Esta situação coloca em risco os povos isolados, Kayapó e Yudjá que habitam a região, ameaçando sua segurança, modo de vida e integridade cultural. A morosidade no processo de demarcação facilita as invasões e a exploração ilegal, agravando os conflitos e a degradação ambiental na área.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: KAYABI

POVO(S): KAYABÍ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: Apesar de homologada, a TI Kayabi continua ocupada por grandes fazendeiros. Durante todo o ano de 2023, o processo de desintrusão, interrompido em 2013, não avançou. Em 2020, havia uma sinalização do PGR de que convocaria as partes para diálogo, mas a proposta foi suspensa devido à pandemia. Grande parte da TI segue indisponível para o usufruto exclusivo do povo Kayabi, pois é ocupada por fazendas de grandes proprietários, inclusive de uma empresa controlada pelo fundo bilionário canadense Brookfield.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: KAWAHIVA DO RIO PARDO

POVO(S): ISOLADOS; KAWAHIVA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; grilagem; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A TI Kawahiva do Rio Pardo, declarada como posse permanente dos indígenas em 2016, enfrenta pressão de desmatamento e invasões por grileiros e madeireiros. A Apib alertou o ministro do STF, Edson Fachin, sobre a situação crítica. Estradas ilegais abertas por grileiros e madeireiros facilitam o acesso desses invasores à região, colocando em risco a vida dos indígenas isolados e causando danos irreversíveis ao meio ambiente. A DPU recomendou medidas para conter o desmatamento e as invasões na região da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Fachin determinou que a União adotasse medidas para proteger os territórios indígenas, incluindo a apresentação de um cronograma para a conclusão da demarcação da TI Kawahiva do Rio Pardo.

Com informações de: Agência Pública, 20/09/2023

TERRA INDÍGENA: LAGO GRANDE

POVO(S): KARAJÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Loteamento

DESCRIÇÃO: A TI Lago Grande permanece com o processo de demarcação paralisado pela Funai. Sem avanço em 2023, o povo Karajá segue tendo seu território loteado e vendido para terceiros, como já denunciado em 2022. A TI Rênoà Bero, nome Karajá dado pelos indígenas ao Rio Beleza/Lago Grande, possui 4.627 hectares de superfície e fica na confluência dos rios Beleza e Araguaia, no extremo nordeste do estado, em frente à Ilha do Bananal (TO). O trabalho do GT da Funai para identificar e delimitar a área foi iniciado há quase uma década e, em 2019, o relatório do estudo chegou a ser entregue ao Coordenador-Geral de Identificação e Delimitação da Funai, mas nunca foi publicado. A situação persiste.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MANOKI (IRANTXE I)

POVO(S): IRANTXE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros; extração ilegal de madeira; danos ao ambiente

DESCRIÇÃO: Para o povo Irantxe, a situação de seu território permaneceu sem solução durante todo o ano de 2023. Mesmo sendo declarada desde 2008, a TI Manoki tem sido constantemente invadida por madeireiros. A paralisação do processo de demarcação permite que os ocupantes não indígenas continuem com suas atividades exploratórias e degradadoras do meio ambiente, especialmente a agropecuária.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MARAIWATSÉDÉ

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Arrendamento; pastagens

DESCRIÇÃO: Desde 2014, a TI Maraiwatsédé, do povo Xavante, no Mato Grosso, encontra-se judicializada. A última decisão permitiu o uso da terra para arrendamento, sem aumentar o número de arrendatários, até que a Funai apresente um projeto de sustentabilidade. No entanto, até o final de 2023, a Funai não havia apresentado um plano.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: MENKÜ

POVO(S): MYKY

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Mesmo com as inúmeras denúncias feitas pelos indígenas aos órgãos de proteção e fiscalização, a ação de invasores na TI Menkü permanece. São inúmeros os casos de invasores que adentram a TI para prática de crimes ambientais, principalmente derrubada de mata e comércio ilegal de madeira. Em uma ação de fiscalização do Ibama no início de setembro, foi flagrada pela segunda vez em menos de um mês a exploração ilegal de madeira na TI Menkü, em Brasnorte. No local, foram queimados quatro caminhões, um trator e uma caminhonete, pois estavam em uma área de difícil acesso para remoção. A ação foi feita com base em monitoramento de satélite que identifica o avanço dos pontos de desmatamento e de exploração ilegal do território. Os fiscais encontraram maquinários em plena atividade de extração de madeira no interior da terra, que é rica em espécies de madeira de alto valor comercial. A madeira extraída costuma abastecer os empreendimentos madeireiros da região. Segundo o Ibama, entre 2022 e setembro de 2023, foram observados 95 alertas de degradação florestal sobre a TI Menkü, somando mais de 1.200 hectares.

Com informações de: G1/MT, 03/09/2023

TERRA INDÍGENA: NAMBIKWARA

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira; desmatamento

DESCRIÇÃO: As invasões e o desmatamento ilegal dentro da TI Nambikwara permaneceram em 2023. Após denúncias, a PM prendeu dois homens, de 21 e 61 anos, suspeitos de exploração ilegal de madeira em terras indígenas do povo Nambikwara, em Comodoro. Segundo informações do boletim de ocorrência da PM, os homens pagavam um indígena da região para utilizar um barracão e armazenar a madeira extraída. O suspeito de 61 anos informou que eles pagavam o indígena pelo uso do barracão a cada 480 lascas retiradas. No local da denúncia, foram encontrados um caminhão e um trator carregados de madeira já retirada para comercialização. O motorista confessou aos policiais que o trator era dele e que estava no local para fazer a extração. Os dois foram presos e encaminhados ao Ibama, para demais providências.

Com informações de: G1/MT, 15/05/2023; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

POVO(S): AWETI; IKPENG; KALAPALO; KAMAYURÁ; KAYABÍ; KUIKURO; MAYTAPU; TAPAYUNA; TRUMAI; YUDJA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira; degradação ambiental; queimada

DESCRIÇÃO: Apesar da mudança nas ações da PF e outros órgãos, as invasões para exploração ilegal de madeira, entre outros recursos, continuaram a acontecer também em 2023 na TI Parque Indígena do Xingu. Em operação ocorrida em junho, a PF localizou maquinários que eram usados na extração ilegal de madeira. Durante a Operação Prepori, os policiais descobriram a atuação de uma organização criminoso composta por madeireiros locais e alguns indígenas. Em nota, a Associação Terra Indígena Xingu, que representa os povos do território, disse que denunciou várias vezes as invasões ao poder público e que agora espera que medidas efetivas sejam tomadas e que os criminosos sejam responsabilizados. "A invasão ao nosso território, cooptação, aliciamento de indígenas e roubo dos nossos recursos naturais é uma agressão grave à dignidade dos povos xinguanos que jamais aceitaremos", diz a nota.

Com informações de: G1/MT, 23/06/2023

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

POVO(S): AWETI; IKPENG; KALAPALO; KAMAYURÁ; KAYABÍ; KUIKURO; MAYTAPU; TAPAYUNA; TRUMAI; YUDJA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: O prefeito de Feliz Natal, José Antonio Dubiella, está sob investigação por suposta ligação com a exploração ilegal de madeira no território indígena do Xingu. Uma operação chamada Desbaste, conduzida pelo Grupo de Atuação Contra o Crime Organizado (Gaeco), realizou mandados de busca e apreensão na propriedade de Dubiella e de outros suspeitos, incluindo o prefeito de Cláudia, Altamir Kurten. As investigações abrangem crimes como organização criminoso, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e infrações contra a administração ambiental. Imagens de satélite mostram que ramais ligados à fazenda de Dubiella adentraram o Parque Indígena do Xingu em 2021, coincidindo com registros de desmatamento significativo na área. Além disso, Dubiella possui histórico de infrações ambientais, incluindo embargos em sua fazenda e multas por crimes contra a flora. Denúncias indicam que a exploração ilegal de madeira no Xingu envolve também líderes indígenas e tem gerado conflitos dentro das comunidades.

des. Para combater esses crimes, operações conjuntas como a Prepori foram realizadas, envolvendo Polícia Federal, Ibama, Funai e Exército Brasileiro.

Com informações de: InfoAmazonia, 22/09/2023

TERRA INDÍGENA: PARABUBURE

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio

DESCRIÇÃO: No dia 22 de setembro, um incêndio devastou a aldeia indígena Santa Clara, localizada no município de Campinápolis, a 565 km de Cuiabá. O incêndio destruiu completamente nove casas, afetando 270 indígenas que vivem na aldeia. A causa do fogo permanece desconhecida. José Augusto, agente de saúde indígena, informou que os indígenas não conseguiram identificar como o incêndio começou, apenas que ele teve início por volta das 17h. Apesar da destruição, não houve feridos. “Ninguém conseguiu proteger. Comida, panela, a casa, geladeira, freezer, queimou tudo. É uma tristeza muito grande, muito sofrimento, tudo queimado”, disse José Augusto.

Com informações de: G1/MT, 23/09/2023

TERRA INDÍGENA: PARABUBURE

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Na TI Parabubure, a movimentação de caminhões carregados de madeira é frequente, e o assédio para negociações com madeireiros é intenso. Fazendeiros próximos à TI acionam empresas madeireiras da cidade, que então tentam negociar diretamente na terra indígena. Essa prática também ocorre em outras áreas indígenas, e persistiu durante todo o ano de 2023. Apesar de uma operação da Polícia Federal realizada no ano anterior, as negociações ilegais continuam sem mudanças significativas.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PESCARIA MONTE CRISTO

POVO(S): CHIQUITANO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Loteamento; desmatamento

DESCRIÇÃO: A situação do povo Chiquitano da TI Pescaria Monte Cristo, na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, permanece sem solução. Apesar de reivindicar o reconhecimento oficial de seus territórios tradicionais em diferentes locais da região, a Funai só criou um GT para a identificação do território Portal do Encantado. A aldeia Santa Aparecida (Osbi) fica na TI Pescaria Monte Cristo, sem nenhum encaminhamento de demarcação pela Funai, e segue sendo pressionada pelo proprietário da Fazenda São João do Guaporé, sobreposta à área. O fazendeiro tenta, através da Associação de Moradores, que os cerca de 500 Chiquitanos de Osbi aceitem lotes como se fossem propriedades privadas. A situação é denunciada e vem se acirrando desde 2022, com o desmatamento de parte da área e a colocação de cercas por uma fazendeira, que estaria loteando a área com apoio do Incra e da Prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PIMENTEL BARBOSA

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pavimentação de rodovia

DESCRIÇÃO: As comunidades Xavante foram impactadas pela construção da BR-080, que liga Brasília-DF ao município de Ribeirão Cascalheira (MT). A construção da rodovia está sob investigação do MPF para averiguar se o local sagrado Sôrepre, de importância cultural e espiritual para o povo Xavante, foi afetado pela obra. Estudos ambientais e antropológicos realizados no interesse da rodovia identificaram a área de Sôrepre antes do início da construção, que visa ser uma nova via para o escoamento da produção da região do Araguaia. O MPF busca apurar o cumprimento do consentimento livre, prévio e informado em relação às comunidades indígenas afetadas pela BR-080. Em janeiro de 2023, uma delegação do povo Xavante se reuniu com a presidência da Funai em Brasília para cobrar providências, mas até o final do ano, nenhuma ação concreta foi tomada.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso; Funai, 31/01/2023

TERRA INDÍGENA: PIRIPIKURA

POVO(S): ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; desmatamento

DESCRIÇÃO: Segundo estudo do Imazon, apenas em março, a TI Piripikura perdeu uma área de floresta de 100 hectares. A TI é habitada por Tamandua e Baita, dois indígenas em isolamento voluntário que sobreviveram a sucessivos massacres nas últimas décadas. Eles são supostamente os dois últimos membros do povo Piripikura. Apesar de o estado ter caído para a

terceira colocação no ranking do desmatamento da Amazônia Legal, em março, o Imazon ainda afirmou que a derrubada da floresta cresceu 51% em território mata-grossense. No geral, a degradação da floresta amazônica triplicou entre todos os estados que compõem a Amazônia Legal. Isso significa que o primeiro trimestre de 2023 fechou com a segunda maior área desmatada em pelo menos 16 anos, segundo o Imazon. Ao todo, foram derrubados 86,7 mil hectares no período. A destruição só não foi maior do que a registrada em 2021, quando foram devastados 118,5 mil hectares de floresta de janeiro a março.

Com informações de: G1/MT, 20/04/2023; Imazon, 20/04/2023

TERRA INDÍGENA: SARARÉ

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de ouro; garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: A TI Sararé, localizada em Pontes e Lacerda, sofre com a invasão de mineradores ilegais e todas as consequências nefastas a população e o meio ambiente. Com o objetivo de reprimir as atividades criminosas de extração ilegal de ouro e de apropriação ilícita de bens da União nesta TI, a PF deflagrou mais uma fase da Operação Alfeu. A PM Ambiental, o Exército e a Funai também participaram da operação. Segundo a PF, a TI é um local bastante conhecido pela “intensa” atividade de extração ilegal de minério. A prática, diz a corporação, exige atuação da PF de forma investigativa e em ações ostensivas. O ouro é a motivação para as invasões na região. A exploração de recursos naturais tem sido o motivo para o emprego da Força Nacional em TIs no Brasil nos últimos meses. Devido a isso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública prorrogou o uso da Força Nacional de Segurança para auxiliar a Funai nas TIs no Pará, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Com informações de: Poder360, 21/03/2023

TERRA INDÍGENA: SARARÉ

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal e o Exército conduziram uma operação para combater o garimpo ilegal na TI Sararé, no estado do Mato Grosso. Mais de 100 acampamentos de garimpeiros foram destruídos durante a ação, parte da 8ª fase da Operação Alfeu, que também visava identificar os financiadores do crime. A região é de difícil acesso, o que dificultou a atuação das equipes. Os invasores utilizavam tirolesas para transportar suprimentos e equipamentos até as áreas de garimpo. A PF encontrou uma estrutura sofisticada, incluindo sistemas de ventilação e britadeiras elétricas. Foram confiscados 19 geradores de energia, duas pás-carregadeiras e 18 britadeiras. A área desmatada é irreparável, especialmente por estar localizada em leitos de rio, afetando não apenas o meio ambiente, mas também as comunidades indígenas que dependem do equilíbrio ambiental para seu modo de vida.

Com informações de: Jornal Nacional, 02/06/2023

TERRA INDÍGENA: SARARÉ

POVO(S): NAMBIKWARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de ouro; garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: O Ibama destruiu ao menos 16 escavadeiras hidráulicas e uma balsa de mergulho usadas em garimpos ilegais na TI Sararé, em Conquista D'Oeste. A ação ocorreu entre os dias 25 e 27 de setembro e tinha como objetivo combater o garimpo ilegal na região, que é considerada uma das áreas com mais alertas para exploração ilegal do solo no Brasil. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, dois suspeitos foram presos no local. A TI Sararé sofre pressão do garimpo ilegal há pelo menos 3 anos, informou a PRF. No dia 18, um homem de 33 anos havia sido preso por suspeita de financiar o abastecimento de maquinários para extração de ouro no garimpo ilegal na TI Sararé. A Polícia Civil informou que ele foi flagrado transportando mais de 680 litros de óleo diesel. Com as informações recebidas, a polícia conseguiu a localização do suspeito. Ao chegar no local, a equipe flagrou uma caminhonete, com 15 tambores de óleo diesel na carroceria, que não possuíam liberação ambiental. De acordo com o Ibama, em 2023, ela foi a TI mais desmatada do país. De janeiro até o início de julho, perdeu uma área de 540 hectares. Ao longo de 2023, o sistema Deter/Inpe registrou alertas de danos causados por mineração em 273 hectares da TI.

Com informações de: G1/MT, 29/09/2023; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: TADARIMANA

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Contaminação por agrotóxicos; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: O povo Bororo da TI Tadarimana vem denunciando a contaminação das águas e dos seus cultivos por agrotóxicos, colocando em risco sua segurança alimentar e saúde. Esta situação persiste, uma vez que a TI é cercada por extensas lavouras de soja. Com a expansão do agronegócio na região,



a pressão sobre a TI Tadarimana tem aumentado significativamente. Os indígenas relatam que a pulverização aérea de agrotóxicos nas plantações vizinhas contamina os rios e os solos onde cultivam seus alimentos, causando problemas de saúde como irritações na pele, problemas respiratórios e doenças gastrointestinais. Apesar das repetidas denúncias às autoridades, incluindo a Funai, o MPF e outros órgãos de defesa dos direitos indígenas, poucas medidas efetivas foram tomadas para mitigar os impactos e proteger a saúde e o bem-estar do povo Bororo.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TEREZA CRISTINA

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Abertura de estradas; desmatamento

DESCRIÇÃO: A situação na região de Córrego Grande, que abrange as aldeias Córrego Grande, Guanandi, Guandino e Arrareao, na TI Tereza Cristina, é tensa devido à demora no processo de reintegração de posse da terra, que está parado há quatro anos. Isso tem gerado conflitos entre vizinhos da aldeia de Córrego Grande. Uma moradora e o proprietário da Fazenda Sol Poente estão em clima de tensão, havendo inclusive ameaças de morte. Além dos conflitos interpessoais, há relatos de abertura de estradas, exacerbando a situação. A falta de ação por parte do governo federal também tem contribuído para o problema, há relatos de desmatamento na mata do lado esquerdo do rio São Lourenço, particularmente na Fazenda Rio Vermelho, cujo último dono é o mesmo da Fazenda Santa Edwiges. Essa omissão governamental tem consequências graves para as partes envolvidas nos conflitos e ao o meio ambiente, devido ao desmatamento ilegal da região.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: TEREZA CRISTINA

POVO(S): BORORO

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; loteamento

DESCRIÇÃO: Há um loteamento que foi vendido a pessoas não indígenas, localizado dentro da TI Tereza Cristina e em processo de reintegração de posse. Há notícias de que há muita venda de drogas, aliciamento das mulheres, uso de bebidas alcoólicas tanto para os homens quanto para as mulheres, entradas de veículos sem placas na aldeia com som alto, perturbando os idosos, causando susto e preocupações nas mães e na comunidade.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: URUBU BRANCO

POVO(S): TAPIRAPÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio; invasão possessória

DESCRIÇÃO: Nos meses de setembro e outubro, a TI foi afetada por grandes queimadas, que atingiram o território a partir do limite leste e na região norte – esta última invadida há anos por fazendeiros. Os Apyãwa/Tapirapé cobram a retirada dos invasores e há, inclusive, decisões judiciais determinando a desintrusão da TI. A terra permanece invadida, com vastas áreas desmatadas. Alertas do Deter/Inpe indicam que 7,7 mil dos 167,5 mil hectares da TI foram atingidos pelo fogo nestes dois meses. As lideranças Tapirapé relatam que foi difícil controlar o fogo, especialmente na região invadida do território, e que precisaram da ajuda de brigadistas do Tocantins para conseguir conter os incêndios. Dados do Inpe indicam, como relatado pelas lideranças, que os primeiros focos de incêndio em setembro iniciaram a leste da TI, onde há fazendas com lavouras e pastagens, e em poucos dias chegaram ao interior da terra indígena. No caso da queimada que atingiu o norte da TI, as lideranças denunciam que os invasores costumam realizar queimadas nos meses em que a prática é proibida, de julho a outubro, colocando o território e os indígenas em risco.

Com informações de: Lideranças; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: ZORÓ

POVO(S): ZORÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; queimadas

DESCRIÇÃO: Durante sobrevoo para investigação da prática de crimes ambientais, a PF encontrou pontos de desmatamento e queimada na TI Zoró. A Operação SOS Zoró identificou vários pontos de desmatamento, com corte raso de árvores. Uma grande área de queimada também foi observada pelos agentes durante a ação, com terrenos completamente destruídos pelo fogo.

Com informações de: G1/RO, 03/09/2023

TERRA INDÍGENA: ZORÓ

POVO(S): ZORÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; garimpo ilegal; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A TI Zoró, localizada nos limites do município de Rondolândia (MT), tem sido alvo da presença crescente de garimpeiros em busca de ouro e

diamante, o que tem gerado grande preocupação entre as lideranças que representam o povo Zoró Pangyjej. Esta comunidade sempre teve uma população pequena, estimada pela Funai na década de 1970, quando foram oficialmente contatados pela primeira vez, com uma quantidade que variava entre 800 e 1.000 pessoas. Recentemente, os Zoró Pangyjej têm observado danos à vegetação e contaminação da água em seu território como resultado da presença dos garimpeiros. Essas invasões se somam aos desafios que os Zoró Pangyjej já enfrentam devido à invasão de madeiras em seu território, exacerbando ainda mais a pressão sobre seus recursos naturais e seu modo de vida tradicional.

Com informações de: Agência Brasil, 14/12/2023

TERRA INDÍGENA: WEDEZÉ

POVO(S): XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Uso de agrotóxicos; monocultivo

DESCRIÇÃO: A TI Wedezé, delimitada com 145,9 mil hectares pela Funai em 2011, é a TI de Mato Grosso mais afetada pela presença de lavouras mecanizadas, com 13 mil hectares cobertos por lavouras, segundo levantamento realizado pelo geógrafo Felipe Sodré e pela geóloga Natalie Aubet. O estudo de sensoriamento remoto utilizou imagens de satélite coletadas entre 2021 e 2023 e as plataformas MapBiomas e SojaMaps para classificação do uso do solo. Localizada no município de Cocalinho (MT), a TI é separada de outro território já homologado, a TI Pimentel Barbosa, pelo rio das Mortes, sagrado para o povo Xavante. O RCID da Funai afirmava, à época da identificação da TI, que os Xavante “nunca deixaram de utilizar a região de Wedezé”, que seguiu sendo usada para “caça, pesca e coleta, além de atividades cerimoniais e espirituais”. Segundo funcionários da Funai ouvidos pela reportagem do Joio e o Trigo, já não há mais indígenas residindo de forma permanente na área. Em imagens de satélite, é possível verificar uma série de polígonos de plantação de grãos no coração do território, degradando a área do território cuja demarcação está paralisada por uma ação judicial. Em 2023, segundo dados do Prodes/Inpe, a TI teve 141 novos hectares desmatados, resultando numa perda florestal acumulada de 13,5 mil hectares.

Com informações de: O Joio e o Trigo, 07/07/2023; Prodes/Inpe

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): APIAKÁ; BAKAIRI; BORORO; CINTA LARGA; IRANTXE; KARAJÁ; KAYAPÓ; MANOKI; MEHINAKU; NAMBIKWARA; NARAVUTE; PARESI; SURUÍ; TRUMAI; UMUTINA; XAVANTE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Uso de agrotóxicos; monocultivos; transgênicos

DESCRIÇÃO: Um levantamento conduzido por Felipe Sodré, geógrafo, e Natalie Aubet, geóloga, revelou que as TIs em Mato Grosso abrigam cerca de 73 mil hectares de lavouras mecanizadas. Das 72 terras indígenas do estado, 21 possuem plantações de commodities, seja por arrendamento, invasão ou disputas judiciais. Utilizando imagens do satélite Sentinel 2 entre janeiro de 2021 e maio de 2023, o estudo segmentou as áreas com base em características como cor, textura e brilho, utilizando plataformas como MapBiomas e SojaMaps para classificar o uso do solo. A TI mais afetada é Wedeze, em Cocalinho (MT), com 13 mil hectares de lavoura, seguida por Batelão, com a mesma extensão. O estudo identificou lavouras mecanizadas nas TIs Pareci, Tircatinga, Irantxe, Rio Formoso, Utiariti, Parque do Xingu, Pementel Barbosa, Paraburere, Wedeze e diversas outras do estado. Durante o governo Bolsonaro, uma instrução normativa permitiu parcerias entre indígenas e não indígenas para abrir lavouras mecanizadas em TIs. Isso levou a desmatamentos ilegais, como os ocorridos em Sangradouro e Paraburere, que foram interrompidos após denúncias. Gilberto Vieira dos Santos, do Cimi, atribui o sucesso desses projetos ao enfraquecimento das políticas indigenistas.

Com informações de: O Joio e o Trigo, 07/07/2023

MATO GROSSO DO SUL

16 Casos

TERRA INDÍGENA: BURITI

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Arrendamento de área indígena; criação de gado

DESCRIÇÃO: Apesar de um procedimento administrativo instaurado pelo MPF, no ano de 2022, para averiguar os arrendamentos na TI Buriti, esses continuaram em diversas áreas retomadas da terra, com criação de gado. Essa prática persiste, causando divisões e problemas internos nas comunidades, além de dificultar o acesso de outras famílias às áreas retomadas pelos Terena. Embora possua uma Portaria Declaratória garantindo 17.200 hectares de terra tradicional, diversos processos de pedidos de reintegração de posse e argumentos baseados no marco temporal estão em andamento.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

**TERRA INDÍGENA:** BURITI**POVO(S):** TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento; contaminação por agrotóxicos; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: No entorno da TI Buriti, declarada com 17,2 mil hectares, diversas áreas foram desmatadas e passaram a cultivar monocultura de soja e milho, fazendo com que as comunidades indígenas passassem a temer a contaminação de suas áreas e suas lavouras. Além disso, o córrego do Cortado, que passa dentro do território, sofre com o desmatamento e contaminação de suas águas, afetando a comunidade e suas relações hídricas e espirituais com o córrego.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** BURITIZINHO**POVO(S):** TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento; contaminação por agrotóxicos; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: A nascente do córrego Cortado, que atravessa a TI Buriti e está localizada na parte final da TI Buritizinho, Aldeia Tereré, sofre com o desmatamento e o plantio de monoculturas pela fazenda vizinha, resultando na contaminação do curso d'água com agrotóxicos. A comunidade reivindica há anos a revisão do seu território, que possui apenas 10 hectares regularizados, o que é insuficiente devido ao número excessivo de habitantes e ao cercamento pelas fazendas de agronegócio e pela cidade de Sidrolândia. Nos últimos anos, duas novas aldeias surgiram na beira do córrego, fora da área demarcada e sem infraestrutura adequada para a proteção das águas e das pessoas que ali vivem.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA**POVO(S):** TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

DESCRIÇÃO: A TI Cachoeirinha foi declarada com 36.288 hectares. A comunidade ocupa cerca de 6 mil hectares após retomadas de algumas áreas. A morosidade no término do procedimento demarcatório tem ocasionado danos ao território tradicional, como é o caso dos desmatamentos de diversas áreas. A comunidade relata que, no ano de 2023, grande parte da Fazenda Vazante foi desmatada. A propriedade possui área de mais de 13 mil hectares e fica totalmente sobreposta ao território tradicional.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**POVO(S):** GUARANI NHANDÉVA; GUARANI-KAIOWÁ; TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Contaminação por agrotóxicos; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: A proximidade de lavouras de soja com as residências da Reserva Indígena de Dourados segue gerando uma série de consequências e danos à saúde dos indígenas, somados às dificuldades pela insuficiência de água potável aos indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó. Além de causar contaminação e doenças ao ser carregado pelo vento em direção às comunidades, o veneno polui cursos d'água e afeta, inclusive, as diminutas roças e hortas que algumas famílias conseguem desenvolver na superpopulosa Reserva. A contaminação pelo veneno acrescenta um elemento danoso à dramática situação dos indígenas que vivem na área.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ; GUARANI NHANDÉVA; TERENA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; uso de agrotóxicos

DESCRIÇÃO: No Mato Grosso do Sul, os casos de arrendamento, que se estabelecem por meio do assédio do agronegócio frente à situação desumana das comunidades indígenas, cresceram vertiginosamente. Apesar das diversas denúncias, o arrendamento de fazendeiros que praticam o plantio de soja e milho aumentou em 2023. A prática criminosa causa uma série de problemas aos indígenas e seus territórios. O primeiro, e mais notável, é a redução do já diminuto espaço disponível para o usufruto dos indígenas, o que ocasiona uma série de conflitos e graves problemas sociais. Além disso, os monocultivos nas áreas arrendadas fazem larga utilização de agrotóxicos, prejudicando o plantio de roças pelos indígenas e tornando insalubre, inclusive, o consumo da água de nascentes, contaminadas pelo veneno. Para buscar a sobrevivência, muitas famílias têm retomado suas áreas tradicionais – única forma de acesso frente ao descaso com as demarcações. A Aty Guasu vem denunciando em suas assembleias que tanto o veneno quanto as más práticas junto à terra têm sido utilizadas como

uma estratégia de expulsão e enfraquecimento das comunidades junto aos territórios sagrados.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** DOURADOS-AMAMBAIPEGUA II**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento

DESCRIÇÃO: Nos meses de março e abril de 2023, funcionários da fazenda Tejuy desmataram uma das poucas áreas de mata remanescentes no território da tekoha Kurupi, em Naviraí. Segundo a comunidade, é uma área de preservação permanente, de onde a comunidade extrai remédios e materiais. Os indígenas reagiram e buscaram conter a atuação dos fazendeiros e funcionários, que utilizaram tratores e contaram com a escolta particular da PM para derrubar a mata e “gradear” a terra – técnica agrícola que se vale de grandes máquinas para preparar o solo – para o plantio de cana. A resistência da comunidade impediu a destruição completa da área, mas a atuação policial permitiu que parte do local fosse desmatado.

*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** DOURADOS-AMAMBAIPEGUA II**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** destruição de barracos

DESCRIÇÃO: No dia 15 de abril, um sábado funcionários da fazenda Tejuy atentaram, mais uma vez, contra a comunidade da tekoha Kurupi. O ataque ocorreu de madrugada e resultou na destruição de um dos barracos da tekoha, utilizado para reuniões dos indígenas. O espaço foi demolido pelo funcionário da fazenda, que fica sobreposta à terra tradicional e encontra-se arrendada para plantio de cana-de-açúcar. Os destroços do barraco foram enterrados pelo tratorista, com a intenção de ocultar provas da atividade criminosa. O tratorista, supostamente, era encarregado de gradear a terra para o plantio de cana. Na mesma noite do ataque, ele teria ido embora, mas retornou com a intenção de derrubar outra habitação da comunidade. A demolição só não ocorreu porque foi impedida pelos indígenas, que detiveram a ação do funcionário da fazenda. No amanhecer do dia, a PM formou um cerco a fim de entrar sem ordem judicial na comunidade – o que tem ocorrido com frequência no estado. A comunidade exigiu a presença da PF, que no mesmo dia compareceu no local do ataque e conduziu o tratorista para fora do território.

*Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 19/04/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul***TERRA INDÍGENA:** GUYRAROKA**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Contaminação por agrotóxicos; invasão possessória

DESCRIÇÃO: Apesar das incontáveis denúncias feitas a vários órgãos e instâncias nacionais e internacionais nos anos anteriores, o tekoha Guyraroka seguiu sofrendo no assédio de fazendeiros e os danos graves causados pela aplicação de veneno em lavouras que estão cada vez mais próximas da comunidade. Em 2023, sob ordem do proprietário da fazenda Remanso II, uma cerca avançou em direção à área ocupada pela comunidade, aproximando-se da escola da aldeia. Agora, o espaço entre as plantações de milho e soja onde é aplicada grande quantidade de agrotóxicos e o local de ensino frequentado pelas crianças da comunidade é de menos de 50 metros. O veneno se dispersa pelo ar, com o vento, e pela terra, com as chuvas, poluindo cursos d'água e atingindo os animais e roçados dos indígenas, além de contaminar as próprias pessoas da comunidade, que sofrem com infecções de pele, enjoos e problemas respiratórios. Nos últimos cinco anos, mesmo recebendo sementes e implementando iniciativas via projetos populares de plantio, a comunidade segue perdendo suas sementes, espécies e culturas agrícolas por conta destes ataques químicos.

*Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Ascom Cimi, 06/07/2023***TERRA INDÍGENA:** KADIWÉU**POVO(S):** KADIWÉU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em fiscalização conjunta do Ibama, PF e Funai, foram identificadas três áreas com exploração de madeira dentro da TI. As três áreas são conhecidas como Fazendas São Salvador, São Sebastião e Xamacoco, próximas das aldeias Alves de Barros e Campinas. Na Fazenda São Salvador, havia um acampamento com três não indígenas fazendo a exploração da madeira em uma área de um hectare de mata fechada. O indígena responsável pela área foi autuado e multado em R\$ 20 mil. No local, ainda foram apreendidas duas motosserras, um trator e um contêiner de óleo diesel de mil litros. Na Fazenda Xamacoco, a fiscalização encontrou um acampamento, abandonado



com a chegada da equipe. Lá havia tocos e palanques de aroeira. Foram contadas 26 aroeiras e um ipê. A equipe, embora não tenha localizado nenhum dos criminosos, descobriu que as pessoas foram contratadas por pessoas da Aldeia Alves de Barros. Na Fazenda São Sebastião foram apenas encontrados materiais lenhosos abandonados.

Com informações de: Midiamax, 04/12/2023

TERRA INDÍGENA: LALIMA

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; plantio de soja

DESCRIÇÃO: Na área reivindicada pela comunidade como território tradicional, conhecida como Lalima, até o ano de 2022 houve plantio de monocultura de soja, o que resultou em solo degradado pelo desmatamento e uso de venenos. Esta área vem sendo reivindicada pela comunidade desde 2005, sendo acordado com lideranças Terena que o procedimento demarcatório seria iniciado em 2008. O GT de estudo da revisão dos limites do território foi constituído em fevereiro de 2009, mas o RCID não foi concluído. Em maio de 2010, foi estabelecido novo prazo de 180 dias para sua entrega. O MPF, por diversas vezes, solicitou respostas sobre o processo de demarcação, que não teve andamento. Somente no ano de 2023 o GT foi restabelecido, porém, com trabalhos não concluídos e sem publicação do relatório. O território fica no bioma Pantanal, que vem sofrendo degradação por desmatamento e monocultura de soja. Nesse contexto, a comunidade indígena está em um território que possui 10 km do rio Miranda, afluente do rio Paraguai, e já sofre com os efeitos da diminuição da água. O rio não tem vazante como antes, nem os pântanos alagados enchem, o que compromete a saúde, a subsistência e a vida das famílias indígenas.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: NIOAQUE

POVO(S): ATIKUM; KINIKINAU; TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; plantio de soja; poluição de cursos d'água; contaminação por agrotóxicos

DESCRIÇÃO: Os indígenas da Reserva de Nioaque reivindicam a criação de GT para revisão de sua área. Um dos argumentos é de que os fazendeiros vêm desmatando toda a área reivindicada como terra tradicional, afetando suas possibilidades de acesso futuro à mata e suas relações espirituais com a Serra de Maracajú e com os animais e seres espirituais ali existentes. Além disso, a nascente do rio Urumbeva, que passa no território, fica fora da área demarcada e vem sendo desmatada. As margens do rio também sofrem desmatamento, assoreamento e contaminação por veneno utilizado nas lavouras de soja.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

TERRA INDÍGENA: PANAMBI - LAGOA RICA

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Queima de casa de reza; incêndio criminoso

DESCRIÇÃO: Indígenas denunciam mais um incêndio registrado em casa de rezadores em comunidades de Mato Grosso do Sul. Desta vez, a casa que pertence à comunidade do Tekoha Tajuas Iguá, localizada em Rio Brilhante, foi destruída pelo fogo no dia 10 de novembro. O tekoha é parte da TI Panambi - Lagoa Rica, delimitada pela Funai em 2011. "Mais uma casa de reza foi queimada hoje. Pela perseguição da intolerância religiosa, nossos saberes tradicionais. Além de violação de direitos humanos que passamos dia a dia, nossos rezadores também são perseguidos", denunciou a Aty Guasu nas redes sociais.

Com informações de: Midiamax, 10/11/2023

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória

DESCRIÇÃO: O relatório "Os Invasores" do De Olho nos Ruralistas, lançado em 19 de abril de 2023, revela que a Fazenda Água Branca, de pecuária, avança 400 hectares em plena TI Taunay/Ipegue, em Aquidauana. O imóvel está registrado pela Vinepa Agropecuária, empresa com endereço no Itaim Bibi, bairro paulistano de alta renda, pertencente aos sócios Edson Borges, Edson Borges Júnior e Maria de Fátima Borges, uma família de médicos ruralistas que vive em São Paulo. A TI Taunay/Ipegue foi declarada em 2016. São 34 mil hectares, onde vivem mais de 4 mil Terena. Em 2019, segundo o site Campo Grande News, indígenas ocuparam uma parte da Fazenda Água Branca. Na ocasião, circulou a informação de que as terras pertenciam à Fundação Bradesco. A fundação negou. Os indígenas foram expulsos da propriedade pela Polícia Militar. Naquele ano, a família Borges foi à Justiça pedir multa de R\$ 100 mil por dia para os indígenas que voltassem a entrar na fazenda.

Com informações de: De Olho nos Ruralistas, 19/04/2023; IHU, 09/05/2023

TERRA INDÍGENA: TAUNAY / IPEGUE

POVO(S): TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Arrendamento de área indígena

DESCRIÇÃO: A TI Taunay Ipegue foi declarada com 34,9 mil hectares e retomada, em sua integridade, pela comunidade Terena. Porém, o assédio dos pecuaristas da região a algumas lideranças fez com que, nos últimos anos, se instaurasse o arrendamento para criação de gado dentro das áreas retomadas. Relatos da comunidade apontam que uma família, ao chegar com gado próprio em uma área de retomada, foi ameaçada pelo fazendeiro que ocupa a área por meio de arrendamento. Ele ameaçou a família dizendo que chamaria a polícia caso insistisse em inserir o gado na região.

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

TERRA INDÍGENA: YVU VERÁ

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio criminoso

DESCRIÇÃO: O barraco de um dos nove indígenas presos após ocupação do terreno onde será construído um condomínio de luxo foi queimado na noite do dia 8 de abril, em Dourados. Vídeos gravados por outros indígenas e divulgados nas redes sociais da Aty Guasu mostram o casebre sendo destruído pelas chamas. "As famílias, mulheres, crianças, casas/ocas dos presos indígenas foram atacadas e incendiadas pelos pistoleiros. Botaram fogo onde as crianças e mulheres indígenas estavam dormindo, massacre e genocídio em andamento no município de Dourados e no Mato Grosso do Sul", denunciou a Aty Guasu. "Durante o dia a PM monitora e cerca as famílias indígenas Guarani-Kaiowá, durante a noite os pistoleiros atacam e botam fogo nas casas enquanto os 10 homens estão presos e suas famílias são atacadas com violência!", postou a entidade indígena. As prisões ocorreram após ocupação da área pertencente à Corpal Incorporadora e Construtora, que pretende construir condomínio fechado ao lado da reserva indígena de Dourados, em área reivindicada pelos Guarani e Kaiowá como parte de seu território tradicional.

Com informações de: Campo Grande News, 10/04/2023

MINAS GERAIS

9 Casos

TERRA INDÍGENA: ALDEIA KATURAMA

POVO(S): PATAXÓ PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de posseiros; conflito territorial; criação de gado

DESCRIÇÃO: A comunidade Katurama, dos povos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, enfrenta ameaças recorrentes de posseiros, conforme relatado por liderança e confirmado pelo MPF. Desde dezembro de 2022, relatos de ataques, ameaças e provocações são apresentados às autoridades, indicando um clima de tensão na região. A aldeia, localizada na Mata do Japonês, em São Joaquim de Bicas, está sob risco de ações violentas devido a uma disputa territorial com os posseiros. A cacique Angohô descreve a situação como desesperadora, destacando que a comunidade enfrenta dificuldades imediatas, como a falta de abrigo e alimentos, enquanto enfrenta ameaças à sua segurança e à preservação de seu modo de vida tradicional. A área em questão, doada à comunidade pela Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira, é registrada como Reserva Particular do Patrimônio Natural e Área de Preservação Permanente, mas parte dela está sendo ocupada irregularmente. Em meio ao conflito de posse em curso na Justiça Estadual, o MPF solicitou um laudo técnico para mapear o território, revelando que 52 ocupações de não indígenas foram identificadas no território da Aldeia Katurama, com criação de gado pelos ocupantes irregulares.

Com informações de: Estado de Minas, 05/09/2023

TERRA INDÍGENA: GERU TUCUNÃ

POVO(S): PATAXÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: invasão possessória; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: O povo Pataxó aguarda ansiosamente a aprovação de um projeto de lei que modifique o regime de proteção do Parque Estadual do Rio Corrente, em Açucena (MG), garantindo-lhes o direito de permanecer na área. Embora o processo tenha passado pela análise das comissões na Assembleia Legislativa, até o final de 2023 permanecia estagnado. A situação também foi reportada ao MPF. Enquanto isso, a comunidade indígena tem ocupado o parque de maneira sustentável ao longo dos anos. No entanto, o conflito com não indígenas que ocuparam parte da área persiste. Esses fazendeiros mantêm criatórios de gado e búfalos, que invadem o território, causando danos às plantações, poluem as águas e aumentam o risco de acidentes com animais nas estradas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

**TERRA INDÍGENA:** ARANÁ ÍNDIO**POVO(S):** ARANÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Mineração; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: O povo Aranã Kaabok, que vive na cidade de Araçuaí, vem sofrendo atualmente em função da instalação da mineradora Sigma na região, com o novo objeto de extração de minério nomeado “Lítio Verde”. A cidade sofre com o acúmulo de população masculina que sobrearregou casas e hotéis, elevando o valor dos aluguéis, aumentando o capital dos imóveis e compra de terrenos. A autorização para a mineradora é do governo do estado de Minas Gerais, que tem contribuído para expandir e dar visibilidade aos negócios da mineração no Vale do Jequitinhonha de maneira internacional. A mineradora tem a autorização e licenciamento do estado, sem a consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas e comunidades tradicionais que vivem naquele território. Mesmo não estando demarcado, várias áreas são identificadas e possuem estudos antropológicos que evidenciam resquícios da ancestralidade indígena.

*Com informações de: Cimi Regional Leste***TERRA INDÍGENA:** CINTA VERMELHA JUNDIBA**POVO(S):** PANKARARU PATAXÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** mineração; danos ao meio ambiente; poluição de cursos d’água

DESCRIÇÃO: Em 2023, foi anunciado pela empresa Sigma Lithium um novo mercado de extração e venda de minério, o chamado de “Lítio Verde”. Segundo a propaganda, dessa forma, a extração do lítio seria menos nociva para o homem e para o meio ambiente, de forma sustentável. O objetivo seria produzir baterias de carros elétricos com, supostamente, menos agressão ao meio ambiente. A extração se estende pelo Vale do Jequitinhonha e Mucuri, abrangendo 14 municípios. Araçuaí está sendo o ponto-base da Sigma, que chegou com um empreendimento de grandes proporções para a cidade. Houve aumento da população masculina, abrindo espaço para a violência e prostituição de menores. A Aldeia Cinta Vermelha sente os efeitos das mineradoras há anos. Uma poeira química cobre a área do território após as explosões nos pontos de mineração, que são ouvidas. Tremores da terra são sentidos com frequência, inclusive durante a noite. Os rios estão com as águas e peixes contaminados, tornando a pesca precária e inviável. É perceptível a migração de pássaros das grutas e montanhas para dentro das aldeias. A Sigma segue comprando fazendas para expandir sua área de mineração nos arredores de Araçuaí e bem próximo aos arredores da aldeia.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste***TERRA INDÍGENA:** FAZENDA GUARANI**POVO(S):** PATAXÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Mineração; poluição de cursos d’água

DESCRIÇÃO: Na TI Fazenda Guarani, no município de Carmésia, os indígenas seguem sofrendo com os danos causados pela mineração da empresa canadense Anglo American, denunciada há anos. Com o uso da água no mineração da empresa, as nascentes dos rios utilizados pela comunidade têm secado, deixando-a desabastecida e afetando a qualidade da água. Em 2023, o trânsito dos caminhões pesados, registrado em anos anteriores, foi desviado para uma estrada mais distante da aldeia.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste***TERRA INDÍGENA:** MAXAKALI**POVO(S):** MAXAKALI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** invasão; queimadas

DESCRIÇÃO: Periodicamente, as aldeias do povo Maxakali têm seus territórios devastados com queimadas. Segundo as lideranças, a culpa é dos fazendeiros vizinhos que, além de causar incêndios, não mantêm a linha de demarcação protegida para evitar que o fogo se propague para a TI. As lideranças enfatizam que é necessário um monitoramento mais efetivo por parte dos órgãos responsáveis pela segurança dos territórios, junto com a população indígena.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste***TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ**POVO(S):** XAKRIABÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Contaminação por agrotóxico; exploração de água

DESCRIÇÃO: A fazenda ICIL - Itacarambí Indústria e Comércio Ltda utiliza as águas do Rio São Francisco por meio de bombeamento para canais de irrigação. Essa água é então distribuída para os pivôs centrais que realizam a irrigação dos plantios de monocultivos de soja, banana, milho, sorgo e capim. De acordo com os indígenas, a contaminação dessa água ocorre logo após o bombeamento para os canais de armazenamento. Não foi esclarecido quais são os agrotóxicos utilizados nesses plantios, tampouco a quantidade utili-

zada. Há placas nos locais indicando que as águas não estão em condições adequadas para consumo humano e proibindo a pesca. Essa situação preocupa as lideranças Xakriabá, que identificam a falta de segurança ambiental e a precariedade da saúde das comunidades, bem como os possíveis impactos negativos na vida aquática e nos ecossistemas da região.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste***TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ**POVO(S):** XAKRIABÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** invasão possessória; criação de gado

DESCRIÇÃO: A soltura do gado na roça de Manuel, morador da aldeia São Bernardo, TI Xakriabá, tem sido um problema recorrente nos últimos anos. Apesar de ter sido chamada a PM para registrar um boletim de ocorrência, ela se recusou a atender, alegando que seria necessário acionar a polícia de outro município. O gado em questão pertence ao fazendeiro Valentin. Essa situação causa transtornos e prejuízos para Manuel e para a comunidade. Este é mais um exemplo dos conflitos existentes entre fazendeiros e comunidades indígenas, devido à invasão de terras e à falta de respeito aos direitos dos povos originários.

*Com informações de: Cimi Regional Cimi Leste***TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ**POVO(S):** XAKRIABÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de policiais

DESCRIÇÃO: Horas depois da truculenta ação policial que resultou no assassinato do jovem Alisson Lacerda Abreu Xakriabá, de 25 anos, a PM invadiu a aldeia Tenda/Rancharia, violou as casas de diversos indígenas e prendeu, de forma arbitrária, sete jovens do povo. A ação sem mandado judicial incluiu invasão de residências, tortura, agressões e violências diversas. Alisson foi morto pelos policiais durante uma festa realizada pelo povo para angariar fundos destinados à realização de uma cirurgia de um membro da comunidade. O assassinato gerou muita revolta, e uma viatura foi danificada em meio aos protestos contra a violência policial injustificada. Desde então, a comunidade passou a ser pressionada e a polícia militar tem invadido a Aldeia Tenda/Rancharia para ameaçar e tentar calar os indígenas, que buscam por justiça.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste***PARÁ****40 Casos****TERRA INDÍGENA:** ALTO RIO GUAMÁ**POVO(S):** KA'APOR; TEMBÉ; TIMBIRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira; caça ilegal

DESCRIÇÃO: Em uma operação conjunta da PF e do Ibama, um madeireiro foi encontrado dentro da TI Alto Rio Guamá, com três jacarés-açus pequenos, madeira ilegal e motosserras. O homem foi detido e os jacarés foram soltos na natureza pelos agentes. A madeira encontrada está em ameaça de extinção. A operação faz parte da iniciativa Amazônia Viva e ocorreu nos territórios dos povos Awa-Guajá, Ka'apor e Tembé, abrangendo os municípios de Nova Esperança do Piriá, Paragominas e Santa Luzia. A TI Alto Rio Guamá é frequentemente alvo de criminosos ambientais devido à sua extensa área preservada.

*Com informações de: Metrôpoles, 26/01/2023***TERRA INDÍGENA:** ALTO RIO GUAMÁ**POVO(S):** KA'APOR; TEMBÉ; TIMBIRA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão possessória; desmatamento; extração ilegal de madeira; instalação irregular de rede de energia elétrica

DESCRIÇÃO: A TI Alto Rio Guamá foi reconhecida como território indígena em 1945 e homologada em 1993. No entanto, não indígenas já indenizados ou que invadiram a área após o processo de homologação insistem em permanecer irregularmente no território, muitos deles praticando atividades ilegais, como exploração não autorizada de madeira para venda na região e cultivo de maconha. Por décadas, a situação vem sendo denunciada, sem providências efetivas do poder público. A Justiça Federal chegou a publicar sentença, em 2014, para desintrusão da TI Alto Rio Guamá e retirada dos invasores. Há expectativa dos indígenas de que a ação de desintrusão determinada há tantos anos seja operacionalizada por um grupo multidisciplinar, envolvendo diferentes órgãos e ministérios. Os povos Tembé, Timbira e Ka'apor vivem sob ameaças diversas devido à presença de não indígenas. O MPF ajuizou ACP na Justiça Federal, com pedido de liminar, para que a empresa Equatorial – concessionária que distribui energia no Pará – seja obrigada a fornecer energia elétrica às comunidades da TI, no município de Paragominas. Desde 2017, o MPF vem apurando, por meio de

procedimento administrativo, os motivos para a falta de fornecimento de energia elétrica às comunidades indígenas da TI. Durante as investigações, o MPF constatou que, ao mesmo tempo em que colocava entraves para a instalação de redes de energia em benefício das aldeias indígenas, a Equatorial fornecia eletricidade regularmente para invasores não indígenas no interior da TI, sem qualquer tipo de autorização, seja do Ibama ou da Funai.

Com informações de: MPF/PA, 02/05/2023; Cimi Regional Norte 2; MPF/PA, 15/11/2023

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO(S): KA'APOR; TEMBÉ; TIMBIRA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A PF, por meio da Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente do Pará, apreendeu um caminhão com carregamento de madeira ilegal nas imediações da TI Alto Rio Guamá. A ação integra a operação de desintrusão da TI iniciada no dia 03/05. Além da exploração da terra para atividades ilegais, combatida pela operação policial, há famílias que moram na área e exploram atividades agrícolas. Estacionado em um posto de combustível de Nova Esperança do Piriá, próximo a um dos acessos à área demarcada, o caminhão com 18 toras de madeira – peso estimado de 20 a 25 toneladas – foi identificado por uma equipe da Força Nacional e da Funai que se deslocava rumo à TI. Além da carga clandestina, o veículo apresentava outras irregularidades, como não emplacamento e falhas mecânicas. A Força Nacional acionou a PF, que deslocou o veículo para uma delegacia de Garrafão do Norte, município vizinho onde fica a base da operação de desintrusão. Próximo a uma das estradas que cortam a TI, a equipe também encontrou uma serraria irregular com madeira serrada e resquícios de serragem, indicando que o processo de beneficiamento tinha acontecido recentemente.

Com informações de: Pará Terra Boa, 08/05/2023

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO(S): KA'APOR; TEMBÉ; TIMBIRA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Plantação de maconha

DESCRIÇÃO: Uma operação da PF destruiu 40.236 pés (aproximadamente 12 km) de maconha na área indígena do Alto Rio Guamá e nas cidades de Concórdia do Pará, Nova Esperança do Piriá, Garrafão do Norte e Cachoeira do Piriá. Realizada entre 15 a 18 de agosto, a “Operação Polígono V” teve como objetivo erradicar o cultivo ilícito de entorpecentes. As plantações, caso colhidas, prensadas e colocadas no mercado, poderiam produzir cerca de 12 toneladas da droga, informou a PF, que ainda apurará quem são os responsáveis por plantar a maconha nessas áreas.

Com informações de: G1/PA, 24/08/2023

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Grilagem; desmatamento; estrada ilegal

DESCRIÇÃO: O MPF ajuizou ACP, com pedido de tutela provisória de urgência, requerendo a condenação de João Cléber de Souza Torres, Raimundo Pereira dos Santos Neto, Gaspar Francisco da Silva, do município de São Félix do Xingu (PA) e da Funai pela realização de obras de abertura e manutenção de estrada vicinal e de desmatamento ilegal em área grilada localizada na TI Apyterewa. A área é tradicionalmente ocupada pelos Parakaná, delimitada pela Funai em 1991. No entanto, somente em 2008 o processo administrativo de demarcação foi finalizado, sem que fosse garantido até 2023 o direito de usufruto exclusivo do povo Parakaná, com a efetiva desintrusão da área. Na ação, o MPF solicita que a prefeitura e seu gestor se abstenham de prestar serviços ou darem anuência à realização de obras no local. Com relação à Funai, o MPF solicita que monitore a área da Fazenda Promessa a fim de identificar possíveis atividades como expansão da área desmatada ou uso controlado do fogo. O MPF ainda pede que o valor do rebanho comercializado por Gaspar seja revertido integralmente em benefício da Associação Indígena Tato'a, uma vez que os Parakaná são vítimas diretas do crime cometido pelo grileiro. Com relação a este, a João Cléber e a Raimundo, a ação solicita que paguem, solidariamente, mais de R\$ 2,2 milhões, equivalentes ao somatório das multas aplicadas anteriormente.

Com informações de: MPF/PA, 12/05/2023; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória

DESCRIÇÃO: No dia 02/10, dois postos clandestinos de gasolina, identificados como Posto do Divino e Posto Lauanda, foram inspecionados e desativados. Ambos os estabelecimentos estavam localizados na invasão chamada

de Vila Renascer, que tem casas, igrejas, escolas e comércio. Os estabelecimentos clandestinos eram de propriedade da ex-vereadora Lauanda Peixoto Guimarães e do marido, Rogério da Silva da Fonseca. O MPF estima que mais de 3 mil não indígenas ocupavam de maneira ilegal a região, número maior do que os 1,4 mil indígenas que ocupam o território de forma legítima. Enquanto crescia o número de invasores estabelecendo fazendas e pequenas cidades dentro da área protegida, os indígenas vinham sendo progressivamente confinados no próprio território. Segundo o MPF, naquele momento eles ocupavam apenas 25% da TI.

Com informações de: Brasil de Fato, 03/10/2023

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; garimpo ilegal; criação de gado

DESCRIÇÃO: O povo Parakaná da TI Apyterewa há anos vem sofrendo com as invasões em seu território, onde cerca de 1.600 famílias se estabeleceram ilegalmente para atividades como garimpo, extração de madeira e criação de gado. A operação de desintrusão da TI, realizada por diversos órgãos, enfrentou resistência violenta dos invasores. O cacique Ikereria Parakaná fez um apelo desesperado, relatando a degradação ambiental causada pelos invasores e clamando por ajuda para remover os não indígenas de seu território. Desde 2009, aguardam ações da Norte Energia, responsável pela UHE Belo Monte, e denunciam o descaso com sua situação. A TI Apyterewa é a mais devastada da região, com 32,4 mil hectares de floresta destruídos em quatro anos, segundo o Imazon. O cacique reforça a importância do modo de vida tradicional de seu povo, baseado na caça e na coleta, e critica a presença ilegal do gado, que chega a 60 mil cabeças, como uma ameaça à sobrevivência e cultura Parakaná. O MPF, a partir das denúncias do povo Parakaná, elaborou o relatório “Boi Pirata: a pecuária ilegal na TI Apyterewa”, a partir da análise de dados relativos à cadeia de produção e comercialização de gado criado e engordado ilegalmente na TI. Nele são identificados 177 imóveis sobrepostos à terra.

Com informações de: Brasil de Fato, 05/11/2023

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO(S): PARAKANÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: A operação de retirada de invasores da TI Apyterewa, no Pará, abordou um réu dos ataques golpistas de 8 de janeiro. Daniel de Oliveira Araújo, 31 anos, foi detido durante a operação enquanto manejava animais na Vila Renascer, uma ocupação irregular estabelecida na TI. Ele foi preso em flagrante em janeiro, mas recebeu liberdade provisória em março, sob medidas restritivas, após determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Araújo foi denunciado pela PGR por incitar animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais e associação criminosa. Sua prisão foi suspensa em agosto para análise de um possível acordo de não persecução penal. A operação em Apyterewa foi iniciada em outubro para remover invasores de terras indígenas, seguindo determinação do STF. O governo Bolsonaro desrespeitou a decisão, e a operação foi realizada pelo governo Lula.

Com informações de: Folha de São Paulo, 30/11/2023

TERRA INDÍGENA: ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória

DESCRIÇÃO: Apesar do processo de desintrusão iniciado em 2018 na TI Arara da Volta Grande do Xingu, situada no município de Senador Porfírio, Pará, ainda persiste a presença de invasores e posseiros na área. Muitos retornaram após a retirada, enquanto outros se estabeleceram no interior do território, dedicando-se a atividades como plantações de cacau e criações de gado. Vale ressaltar que a desintrusão da TI foi estipulada como uma das condições para a obtenção da Licença Prévia para o projeto Belo Monte, que, por sua vez, trouxe consideráveis impactos ao território.

Com informações de: Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Impactos da UHE sobre fluxo d'água

DESCRIÇÃO: A TI Arara da Volta Grande foi uma das mais afetadas pela redução da vazão do rio Xingu após a construção da UHE Belo Monte. Essa redução, que chega a até 80% após o barramento definitivo do rio, traz dificuldades na navegação e prejudica a piracema (reprodução dos peixes), afetando a alimentação e a reprodução cultural dos indígenas. Um relatório técnico do Ibama sugeriu à Norte Energia, concessionária da usina, a realização de novos estudos sobre assoreamento e erosão do Xingu, além da oferta



de um serviço permanente de manutenção das embarcações dos indígenas, frequentemente danificadas pelos riscos de navegação decorrentes de Belo Monte. Além disso, a TI Arara da Volta Grande está entre as mais ameaçadas pelo projeto da mineradora canadense Belo Sun, cuja barragem está planejada a apenas 12 km da terra indígena.

Com informações de: Cimi Regional Norte 2; DPJ; Sumaúma, 15/12/2023

TERRA INDÍGENA: ARARA

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A invasão madeireira na TI Arara, denunciada há anos, continua persistindo. Em 2023, durante uma das operações de monitoramento do território, os Arara identificaram áreas de “esplanada” – locais desmatados e limpos onde as toras de madeira derrubada pelos invasores são armazenadas temporariamente antes de serem transportadas para fora, geralmente durante a noite. Essas informações foram confirmadas pelo representante regional do Cimi durante uma visita ao território, que está localizado na margem esquerda do rio Xingu.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: ARAWETÉ IGARAPÉ IPIXUNA

POVO(S): ARAWETÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Abertura de estradas

DESCRIÇÃO: Em 2023, líderes Araweté denunciaram a abertura de estradas ilegais no interior da TI Araweté Igarapé Ipixuna, situada no município de Altamira, no Pará. É possível que essas aberturas tenham origem na TI Apyterewa, localizada ao sul e amplamente invadida, e na TI Trincheira/Bacajá, localizada a leste. Em outubro, a Funai conseguiu uma decisão judicial ordenando a remoção dos invasores dessas três TIs. A situação é delicada devido às lideranças terem detectado furto de milho e batatas de suas plantações, com características que sugerem a possibilidade de envolvimento de indígenas isolados. Se confirmada, a presença de invasores aumenta os riscos para esses grupos.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 2; Funai, 26/10/2023

TERRA INDÍGENA: BAIXO TAPAJÓS/ARAPIUNS

POVO(S): ARAPIUM

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio criminoso

DESCRIÇÃO: A escola indígena Surara Emilia Arapyun, localizada na Aldeia Akayu-Wasu, em Santarém, oeste do Pará, foi destruída por um incêndio na madrugada do dia 22 de maio. O delegado Lucivelton Ferreira, da Polícia Civil, suspeita que o incêndio foi criminoso, suspeitando de vandalismo ou revanche. Líderes indígenas e servidores responsáveis pela escola estavam na cidade participando de um evento quando foram avisados sobre o incêndio, por volta das 3h da madrugada. O líder indígena Rogério dos Santos lamentou o prejuízo, destacando que a escola foi construída com esforço próprio e contava recentemente com apoio da prefeitura. O professor Risonilson Miguel ressaltou a importância da escola que servia para toda a comunidade. A Secretaria Municipal de Educação acompanhou as investigações e informou que cerca de 30 carteiras escolares, um motor de luz e boa parte da estrutura foram destruídos pelo fogo.

Com informações de: G1/PA, 22/05/2023

TERRA INDÍGENA: BAÚ

POVO(S): KAYAPÓ

TIPO DE DANO/CONFLITO: garimpo ilegal; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Uma força-tarefa formada por diversos órgãos públicos federais deflagrou, em 30 de maio, uma operação para combater a mineração ilegal de ouro na TI Baú, em Altamira (PA). Foram feitas duas prisões em flagrante pelo crime de posse ilegal de arma de fogo e foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra cinco pessoas em Novo Progresso, vizinha à TI. Também foram cumpridos mandados de apreensão de três aeronaves, pela suspeita de terem sido usadas nas atividades de garimpo ilegal. Os mandados foram deferidos pela Justiça Federal, a partir de investigações da Polícia Federal e do MPF. Foi realizada a desmobilização e eliminação de diversos garimpos ilegais. A Operação Baú também buscou destruir balsas utilizadas para a mineração ilegal no rio Curuá. Além de causar impactos ambientais e econômicos, a mineração ilegal na TI Baú tem gerado uma série de conflitos, com riscos à vida, entre a grande maioria dos indígenas, contrária ao garimpo, e alguns indígenas cooptados por garimpeiros. Os crimes investigados incluem de usurpação de patrimônio da União, extração de recursos minerais sem autorização legal, associação criminosa e atentado contra a segurança de transporte aéreo, tendo em vista que aeronaves utilizadas voavam de forma irregular e clandestina.

Com informações de: MPF, 30/05/2023

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRA SECA

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Uma operação federal de combate ao desmatamento dentro da TI Cachoeira Seca, no sudoeste do Pará, fechou duas serrarias clandestinas e aplicou mais de R\$ 8 milhões em multas. A ação também retirou uma rede elétrica instalada na área para suporte à exploração ilegal de madeira. A TI Cachoeira Seca é uma área de 734 mil hectares, localizada nos municípios de Altamira, Placas e Uruará. Foi homologada em 2016, depois de 30 anos de espera. Historicamente, a área é a mais afetada pela perda de floresta desde o início do monitoramento pelo Inpe. Mais de 30 agentes do Ibama, PF, PRF e Força Nacional fizeram por duas semanas a primeira operação do ano na região. As ações se concentraram no combate ao desmatamento e à exploração ilegal de madeira, principalmente no município de Uruará.

Com informações de: G1/PA, 26/01/2023

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRA SECA

POVO(S): ARARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: invasão possessória; desmatamento; loteamento

DESCRIÇÃO: Uma decisão publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de setembro determinou o envio de policiais da Força Nacional para a região do Xingu, em apoio às ações da Funai na TI Cachoeira Seca. Apesar da TI ter sido homologada em 2016, somente em 2022 o levantamento fundiário da área foi publicado, cumprindo uma decisão da justiça que determinou à União a conclusão do processo. A demarcação, contudo, não chegou a ser finalizada. Conforme o Prodes/Inpe, entre 2008 e 2023 o território perdeu 42,6 mil hectares de floresta, o que aumentou o clima de tensão na região por conta das invasões. Um relatório publicado pela organização Conectas Direitos Humanos, em parceria com o Instituto Mairas e outras instituições, estima que cerca de três mil não indígenas estejam vivendo ilegalmente na TI. Os Arara cobram há anos a desintransação definitiva da TI. A quantidade de não indígenas no território aumentou muito desde o levantamento fundiário, realizado em 2010, devido às invasões e ao loteamento ilegal. Em 2023, após o início da desintransação da TI Apyterewa, os Arara ficaram com receio de circular no território, devido ao acirramento da tensão.

Com informações de: Confirma Notícia, 26/09/2023; Conectas, 27/09/2023; Prodes/Inpe; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: ITUNA/ITATÁ

POVO(S): ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Linhas de transmissão de energia; invasão possessória; desmatamento

DESCRIÇÃO: Após pedido do MPF, a Justiça Federal determinou, em caráter liminar, que a empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia não instale novas linhas de transmissão ou qualquer outra estrutura no interior da TI Ituna/Itatá, onde vivem indígenas isolados, sem o devido licenciamento e autorização dos órgãos competentes. Segundo o MPF, a instalação ilegal da rede de energia no local, com aproximadamente 7 km de extensão e 83 postes de 10 metros de altura, funcionou como catalisador das invasões e do desmatamento ilegal. De acordo com a decisão judicial, a empresa deverá apresentar relatório circunstanciado para a retirada dos postes instalados na TI. Com a ACP, o MPF busca também a reparação dos danos causados pela implantação ilegal de linhas de transmissão na TI. O empreendimento não tem autorização federal e nem licença ambiental para o fornecimento e distribuição de energia elétrica, que atende invasores. O MPF apontou que, apesar de ter o pedido de licenciamento ambiental negado, a concessionária vinha implantando irregularmente linhas de transmissão na TI Ituna/Itatá desde 2017, afrontando normas constitucionais e legislativas. A população de indígenas isolados que vive na TI, com a atual situação de desmatamento e invasões, corre riscos para sua sobrevivência.

Com informações de: MPF/PA, 07/08/2023; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: ITUNA/ITATÁ

POVO(S): ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Grilagem; desmatamento

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal cumpriu 16 mandados de busca e apreensão e prendeu uma pessoa em flagrante no dia 14 de dezembro durante a operação Avaros, deflagrada em quatro estados e no DF com o objetivo de combater a grilagem na TI Ituna/Itatá, considerada a mais invadida e desmatada do país. Em conjunto com o MPF, a operação também buscou reprimir crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e outros. 70 agentes da PF cumpriram dez mandados em Altamira, três em Brasília, um no Tocantins, um na Bahia e em Minas Gerais. Em Altamira, um dos alvos da operação, investigado por grilagem, foi preso em flagrante por armazenar pornografia infantil no celular. Na mesma cidade, foram apreendidas duas armas, uma



com registro vencido e outra sem registro. Em dezembro, o MJ também prorrogou a presença da Força Nacional na região, devido à reação dos invasores contra a operação que, desde agosto, cumpria determinação judicial de retirar invasores e gado ilegal da área.

Com informações de: A Voz do Xingu, 14/12/2023; Terra, 18/12/2023

TERRA INDÍGENA: ITUNA/ITATÁ**POVO(S):** ISOLADOS**TIPO DE DANO/CONFLITO:** desmatamento; criação de gado

DESCRIÇÃO: Entre agosto e outubro, PF, Ibama, Funai, ICMBio, PRF, Força Nacional e a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepara) realizaram uma megaoperação, denominada Eraha Tapiro, para “remover os ocupantes de má-fé, retirar o rebanho bovino ilegal e combater outros ilícitos ambientais a fim de retomar o controle da terra indígena”. Durante a operação, que se dividiu em duas fases, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão, além de prisões preventivas de pessoas envolvidas nos atos de violência em retaliação à operação, que resultaram na destruição de várias pontes e de um veículo oficial da Adepara. Apesar da portaria de restrição de uso da TI pela Funai devido à presença de indígenas isolados, a área é amplamente invadida. Foram retirados 1,8 mil cabeças de gado da TI, segundo o Ibama. No entanto, algumas cabeças de gado permaneceram na TI, e nem todos os invasores foram retirados. Ao final do ano, a principal base de articulação das invasões e do desmatamento da área, conhecida como “Vila Mocotó”, continuava ativa.

Com informações de: A Voz do Xingu, 30/09/2023; Sumaúma, 06/09/2023; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: ITUNA/ITATÁ**POVO(S):** ISOLADOS**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Grilagem

DESCRIÇÃO: No Pará, a TI Ituna Itatá é alvo de um esquema de grilagem digital, onde 42% das fazendas registradas sobre essa área pertencem a uma única pessoa, o engenheiro Jorge Luiz Barbosa Corrêa, conhecido por investigações anteriores relacionadas à exploração ilegal de madeira e trabalho escravo. No entanto, Corrêa nega as acusações, afirmando que seus dados foram utilizados sem autorização. Essa situação ilustra um problema maior de apropriação ilegal de terras na região, com implicações graves para as comunidades indígenas e para a preservação ambiental.

Com informações de: Estadão, 31/03/2023

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ**POVO(S):** KAYAPÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal; desmatamento; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Após inúmeras denúncias da prática ilegal de garimpo, desmatamento e outros crimes ambientais, agravados nos últimos anos, a PF fechou seis garimpos na TI Kayapó. Duas equipes da PF realizaram diligências em áreas de garimpo dentro da TI e inutilizaram máquinas, motores e estruturas de apoio. A operação teve participação do MPF, Funai e Ibama, com apoio aéreo do Comando de Aviação Operacional da PF. Foram inutilizadas seis escavadeiras hidráulicas, sete motores estacionários, uma caminhonete, seis mil litros de óleo diesel, três motocicletas e cinco estruturas de apoio, um prejuízo para os infratores estimado pela PF em R\$ 3,5 milhões.

Com informações de: G1/PA, 14/06/2023

TERRA INDÍGENA: KOATINEMO**POVO(S):** ASURINI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Caça ilegal

DESCRIÇÃO: Indígenas Assurini relatam que encontraram vestígios da presença de caçadores ilegais em seu território, na TI Koatinemo. Eles localizaram cartuchos deflagrados, embalagens plásticas de alimentos, sinais de acampamentos abandonados e armações para “esperas” de caça, mecanismo comumente utilizado pelos não indígenas. Os Assurini acreditam que os invasores vêm da TI Ituna/Itatá, amplamente invadida, a noroeste da TI Koatinemo. As estradas abertas pelos invasores na Ituna/Itatá estão próximas da terra dos Assurini e provavelmente sendo utilizadas para acessá-la. As lideranças também relatam ter encontrado na mata vestígios dos isolados (pegadas, “copos” feitos de folhas para beber água e cascas de jabutis, que provavelmente foram comidos), que acreditam estar fugindo da TI vizinha devido às invasões.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: KURUAYA**POVO(S):** KURUAYA; XIPÁYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: A presença contínua de garimpeiros na Terra Indígena Kuruaya, onde residem os povos Xipáya e Kuruaya, persiste com a operação de balsas garimpeiras no rio Curuaia, localizado em Altamira (PA), para a extração ilegal de ouro. Durante o ano de 2022, observou-se a abertura de novos garimpos e a reativação de garimpos já existentes, uma atividade que se manteve ao longo de 2023.

Com informações de: Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA**POVO(S):** AKRÁTIKATÊJE GAVIÃO; KYKATEJÊ GAVIÃO; PARKATEJE**TIPO DE DANO/CONFLITO:** impacto de grandes empreendimentos; pavimentação de rodovia; extração ilegal de recursos naturais; caça ilegal

DESCRIÇÃO: Há grandes empreendimentos causando impactos na TI Mãe Maria. A pavimentação da BR-222, que corta o território ao meio por 18 km, no sentido de Marabá a Bom Jesus do Tocantins, causa diversos impactos. Devido à circulação de carros, animais são mortos, lixo é jogado e a entrada de não indígenas no território é facilitada. Outro impacto importante vem do linhão da Eletronorte, pois se desmata grandes áreas ao longo de todo o traçado. Cresce capim que, na época da seca, é facilmente causador de incêndios que adentram a TI. Em anos anteriores, comunidades que ficavam perto da BR foram queimadas. Além disso, as linhas de transmissão emitem um zumbido forte, incessante, que perturba os moradores. A ferrovia da Vale, construída há muitos anos, foi recentemente ampliada. Na época, foi gerado um embate pela duplicação, mas a Vale apresentou um plano de compensação financeira que convenceu as comunidades a aceitarem. Segundo relatos dos indígenas que moram ali, a passagem do trem causa morte e afugenta os animais. Relatam também que houve aumento da quantidade de trens: antes passavam 5 ou 6, agora são 18 trens diários passando em ambos os sentidos, de dia e de noite. A TI está limitada pelos dois rios Flexera e Jacundá e, num extremo, ela se aproxima do rio Tocantins, sendo que a mata ciliar que pertence ao território indígena fica preservada, mas do outro lado está desmatada e os rios assoreados. Por esses rios entram caçadores e pessoas que retiram açai e castanhas. A entrada é facilitada por ser próxima do centro urbano, a 3 km do bairro Morada Nova, de Marabá.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: MARÓ**POVO(S):** ARAPIUM BORARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Grilagem; desmatamento; pesca ilegal; caça ilegal; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: O MPF pediu urgência no processo de demarcação da TI Maró, em decorrência de ameaças de morte que os Arapium e Borari sofrem constantemente. O procurador da República Vítor Vieira Alves afirma que o processo demarcatório da TI Maró já cumpriu a fase dos estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação. Além da etapa de contestações, cabe ao Ministério da Justiça promover as análises necessárias, com elaboração de eventuais notas técnicas e jurídicas, para proceder à declaração da TI. Em audiência pública no dia 11 de setembro, o cacique da TI detalhou as ameaças sofridas, apresentando fotos, vídeos e áudios que indicavam esse e outros crimes cometidos por um posseiro, incluindo pesca, caça e retirada ilegal de madeira na TI Maró.

Com informações de: MPF, 15/09/2023; Terra, 15/09/2023

TERRA INDÍGENA: MENKRAGNOTI**POVO(S):** ISOLADOS; KAYAPÓ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de madeireiros

DESCRIÇÃO: Apesar das operações realizadas no ano anterior, a TI Menkragnoti, localizada nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira, continua apresentando preocupantes índices de desmatamento e queimadas. De acordo com o sistema Deter, do Inpe, houve alertas de desmatamento em 33 hectares da TI, além de 264 hectares degradados e 1.982 hectares de áreas com alerta de queimadas. Estas atividades colocam em risco tanto o povo Kayapó quanto os povos isolados que habitam o território.

Com informações de: Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS**POVO(S):** MUNDURUKU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** contaminação por mercúrio

DESCRIÇÃO: Estudos realizados constataram altos índices de mercúrio no sangue dos indígenas Munduruku que vivem ao longo do rio Tapajós, no Pará, acima do limite recomendado pela OMS, e apontam a mineração e o garimpo ilegal como potenciais catalisadores da contaminação na região. Considerando que o metal possui alta toxicidade, o tema é muito grave. O MPF anunciou novas providências no procedimento que apura a contaminação dos indi-



genas e pediu ao Ministério da Saúde que informasse expressamente se acatou a Recomendação nº 01/2023, encaminhada em abril, em que pedia a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional na região e outras providências. Cinco meses depois, os pedidos ainda não haviam sido atendidos formalmente. O órgão sugeriu ainda ao Ministério da Saúde que realizasse o monitoramento da qualidade da água no território dos Munduruku, com encaminhamento das providências e resultados.

Com informações de: MPF/PA, 04/10/2023

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

POVO(S): MUNDURUKU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpagem; Danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: As TIs Yanomami, Kayapó e Munduruku, na Amazônia, tiveram 1.409 mil hectares devastados pelo garimpo em 2023, e são as mais atingidas pela mineração ilegal no país. Ao longo de um ano, nas três TIs, a atividade derubou 4 hectares por dia, apontou um estudo feito pelo Greenpeace Brasil a partir da análise de imagens de satélite. O garimpo em TIs é proibido no Brasil e se tornou um indutor de mortes de indígenas e de conflitos, especialmente durante o governo Jair Bolsonaro (PL), que enfraqueceu a fiscalização ambiental. Algumas das novas áreas de garimpo abertas em 2023 estão perto de aldeias nas três TIs analisadas. O caso mais alarmante é na TI Munduruku, onde garimpeiros estão próximos de 15 comunidades, aumentando o perigo de contaminação dos rios e solo, de transmissão de doenças e de violência contra indígenas. Até o final de 2022, a TI Munduruku teve 7.094 hectares invadidos pelo garimpo, segundo o levantamento do Greenpeace. Segundo o Deter/Inpe, em 2023 foram registrados na TI 273 hectares de alertas de novas áreas de mineração, 2,7 mil hectares de cicatrizes de queimadas e 34 hectares de alertas de desmatamento.

Com informações de: Brasil de Fato, 11/03/2023; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: SAWRÉ MUYBU

POVO(S): MUNDURUKU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Queimadas

DESCRIÇÃO: Indígenas Munduruku flagraram queimadas ilegais dentro da TI Sawré Muybu, na região do médio Tapajós, no Pará. Uma denúncia foi protocolada na sede do ICMBio em Itaituba, no sudoeste do estado. Segundo Alessandra Korap, presidente da Associação Pariri, o fogo vinha ocorrendo há pelo menos quatro dias na parte da TI à qual está sobreposta a Floresta Nacional Itaituba II. Ela denuncia que o crime ambiental tinha o objetivo de aumentar área de pasto e abrir espaço para plantações de soja, destacando a necessidade de mais fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Além disso, Korap alerta para o risco de vida das comunidades indígenas do Médio Tapajós devido às queimadas, e solicita que o dinheiro do Fundo Amazônia seja utilizado efetivamente para adquirir equipamentos e fortalecer o combate aos crimes ambientais na região. A TI Sawré Muybu abrange 178 mil hectares nos municípios de Itaituba e Trairão, e aguarda emissão da portaria declaratória pelo MJ.

Com informações de: G1/PA, 20/10/2023; Cenarium, 20/10/2023

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU DO PLANALTO SANTARENO

POVO(S): MUNDURUKU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; monocultivo de soja; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: A invasão do agronegócio na terra dos Munduruku transcende o mero desmatamento, representando também o adoecimento do corpo e o esgotamento da espiritualidade, ensina o cacique Josenildo dos Santos da Cruz, 37 anos, que habita a TI Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno, em Santarém. Enquanto os processos de demarcação de terras se arrastam, fazendas de soja continuam a expandir-se sobre territórios tradicionais, exacerbando os conflitos e a degradação ambiental na região. Apesar das denúncias reiteradas pela comunidade indígena, os órgãos ambientais têm demonstrado falhas significativas em tomar medidas eficazes, revelando um sistema de fiscalização deficiente e negligente que não protege os direitos e interesses dos Munduruku. Desde a introdução da soja no Planalto Santareno no final da década de 1990, os Munduruku testemunham o desaparecimento progressivo de sua floresta ancestral. Apesar da reivindicação pela demarcação da TI e de decisões judiciais determinando sua identificação pela Funai, a morosidade tem permitido que a monocultura avance sobre o território sem restrições.

Com informações de: Agência Pública, 21/11/2023

TERRA INDÍGENA: PARAKANÃ

POVO(S): PARAKANÃ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Indígenas Parakanã ocuparam, na tarde do 2 de outubro, a sede do Dnit, às margens da rodovia Transamazônica, em Marabá, sudeste do

Pará. Eles reivindicam que seja cumprido o Plano Básico Ambiental (PBA) relativo à pavimentação da BR-230, rodovia Transamazônica, que corta suas terras. Em carta, eles apontam que desde 2016 que foram firmadas entre o Dnit e o povo Parakanã as condicionantes relativas ao PBA da pavimentação da BR-230, a serem cumpridas durante a realização das obras, visando mitigar os impactos ambientais que a realização das obras ocasionaria no território. As obras repercutem diretamente no seu modo de vida, nas suas fontes de alimentação e renda e na vulnerabilidade do seu território às invasões de caçadores e madeireiros, que tiveram o acesso facilitado, além de ter gerado a destruição dos açais que margeiam a BR, dentre outros impactos negativos. Durante esse período de quase 8 anos, as obras avançaram, enquanto o cumprimento das condicionantes do PBA ficou paralisado e limitado à manutenção das estradas de acesso. Atualmente, as obras estão prestes a serem concluídas e há o temor de que o descaso aumente com a conclusão.

Com informações de: Dol Carajás, 02/10/2023

TERRA INDÍGENA: PAQUIÇAMBA

POVO(S): JURUNA YUDJA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Impactos causados por UHE; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: No dia 8 de fevereiro, um grupo de pesquisadores indígenas Yudjá (Juruna) da TI Paquiçamba, acompanhados de cientistas, chegaram a um local na margem do Xingu, quatro quilômetros acima da aldeia Muratu, e se depararam com uma carnificina: milhões de ovas de peixes, principalmente de curimatás, jaziam nos barrancos secos. Mortas, incapazes de eclodir e gerar novos peixes. O local onde a descoberta foi feita é conhecido como piracema do Odilo. O que antes era um berçário da fauna aquática foi transformado em túmulo ao ar livre. Ali morre o futuro das espécies e ecossistemas da Volta Grande do Xingu. Desde 2015, a UHE de Belo Monte desvia 70% da água dessa região para movimentar suas turbinas. A pesar de ser a primeira vez que se deparam com uma situação assim, os moradores da região já estão sentindo as consequências da falta de peixe no rio que banha as comunidades. A falta do alimento tradicional os obriga a procurar alternativas industrializadas, como frangos congelados, embutidos ou carnes processadas. “Tem muito colesterol alto agora, gordura no fígado, hipertensão. Pessoas novas aparecendo com esses problemas. É consequência da comida”, diz Bel, que é profissional de saúde na aldeia há dez anos.

Com informações de: Sumaúma, 12/02/2023 e 10/04/2023

TERRA INDÍGENA: SARAUÁ

POVO(S): AMANAYÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória; desmatamento

DESCRIÇÃO: A TI Sarauá, localizada no município de Ipixuna do Pará, está invadida por não indígenas há vários anos, apesar de uma reintegração de posse expedida e do pedido de desintração feito pelo MPF desde 2021. Em 2022, o MPF deu um prazo de 90 dias para a desintração dos invasores, mas até 2023 o povo Amanayé continuaVA aguardando. A invasão da área tem gerado impactos diretos sobre a população e o meio ambiente, com um índice significativo de desmatamento e conflitos na região.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: TRINCHEIRA/BACAJÁ

POVO(S): XIKRIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões; exploração ilegal de recursos naturais

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal prendeu o presidente de uma associação de trabalhadores rurais em São Félix do Xingu, no sul do Pará, por suspeita de invasão e exploração da TI Trincadeira Bacajá. Além do mandato de prisão preventiva, a PF cumpriu quatro mandados de busca e apreensão na área de Vila Sudoeste, zona rural de São Félix do Xingu. Com o apoio da Força Nacional, a ação realizada no dia 10 de novembro integra a Operação de Desintração das TIs Apyterewa e Trincadeira/Bacajá, que ocorria desde o início de outubro. Segundo as investigações, Rivelino Sales Rodrigues, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da Região do Assentamento da Terra Prometida (Atratrpt), teria incitado a invasão à terra e enganado os invasores com a falsa promessa de regularização da área, desobedecendo ordens judiciais que determinavam a desintração da TI. Além do presidente da associação, são alvos também a mulher dele, uma secretária da Associação e duas pessoas que estariam envolvidas na instalação irregular de uma escola na TI. Rivelino foi preso pelos crimes de invasão e exploração econômica da TI e por constituir e liderar associação criminosa com o fim de obter vantagens ilícitas.

Com informações de: G1/PA, 10/11/2023

TERRA INDÍGENA: TRINCHEIRA/BACAJÁ

POVO(S): XIKRIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; desmatamento; extração ilegal de madeira



DESCRIÇÃO: Em abril de 2023, uma operação da PF e do Ibama inutilizou diversos equipamentos de um garimpo, conhecido como “Manelão”, no interior da TI Trincheira/Bacajá. Também foram constatados o desmatamento e a extração ilegal de madeira na área, mas ninguém foi localizado. Foram destruídos uma escavadeira hidráulica, motores de sucção e outros instrumentos. Apesar disso, relatos indicam que os garimpeiros seguem atuando na TI. O Deter/Inpe registrou alertas de desmatamento em 393 hectares da TI, que possui 1,6 milhão de hectares. Muitos dos alertas de desmatamento emitidos pelo Deter sobre a TI ocorreram nos meses posteriores à operação.

Com informações de: Ascom/PF, 04/04/2023; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

POVO(S): TEMBÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A comunidade Tembê i'xing denuncia a prática de desmatamento ilegal na TI. Uma situação recente foi vivenciada por Ítalo Tembê, de 25 anos, que é filho da cacica Miriam Tembê. Ele relata que, quando estava fazendo vistoria na terra de sua comunidade, se deparou com um madeireiro conhecido como “Pedro”, que estava com diversas árvores derrubadas e já embarcadas em um caminhão. Ítalo relata ter alertado ao homem que ele não poderia ter cortado as árvores nem as levado, pois aquilo era roubo. O homem ameaçou o jovem indígena, afirmando que, se ele sofresse algum prejuízo, o jovem sofreria consequências.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Norte 2

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA

POVO(S): TEMBÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Impacto de obras

DESCRIÇÃO: Quilombolas e indígenas de 26 comunidades do Pará são diretamente impactados por obras da multinacional norueguesa Norsky Hydro, que acirram conflitos fundiários na região há mais de duas décadas. Uma ação ajuizada pela DPE/PA na Vara Agrária de Castanhal aponta uma série de irregularidades no licenciamento ambiental concedido pelo estado ao mineroduto mantido pela empresa Mineração Paragominas S/A, integrante do grupo Hydro, incluindo violações a direitos de povos tradicionais. O documento destaca que as duas primeiras licenças de operação, emitidas pelo governo do Pará em 2010 e 2011, não mencionam a obrigatoriedade da consulta livre, prévia e informada às comunidades. Assim como não preveem os estudos de reparação dos impactos da obra nos territórios tradicionais, previstos na Convenção 169 da OIT. Instalado em 2008, o mineroduto é um tipo de tubo subterrâneo usado para o transporte de bauxita, a matéria-prima do alumínio, em uma extensão de 246 km, entre os municípios de Paragominas e Barcarena. Na ação cautelar, a DPE pede a suspensão da autorização concedida pelo Estado do Pará à Mineração Paragominas para a realização das obras no duto, até que sejam concluídos os estudos de impacto ambiental no território. As comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas denunciam as graves violações de direitos humanos e ancestrais causadas pela presença da mineradora Norsk Hydro em seus territórios. O longo mineroduto, instalado há duas décadas, rasga o subsolo das terras sagradas, afugenta as caças e prejudica a reprodução dos peixes, aumentando o risco de insegurança alimentar. O constante barulho das operações da empresa impede a livre circulação, perturba o cotidiano das famílias e viola a sacralidade do solo ancestral. A renovação e ampliação dos dutos intensificam a invasão dos territórios, gerando conflitos e ameaçando o modo de vida tradicional desses povos.

Com informações de: Alma Preta, 25/10/2023

TERRA INDÍGENA: XIKRIN DO RIO CATETÉ

POVO(S): XIKRIN

TIPO DE DANO/CONFLITO: Poluição dos cursos d'água; danos causados por mineração

DESCRIÇÃO: O Grupo de Trabalho Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Periféricas do MPT realizou uma diligência na TI Xikrin do Rio Cateté, detectando problemas em diversos setores. Observou-se que o povo Xikrin está sofrendo violações ao seu trabalho tradicional e subsistência devido à contaminação dos rios. As atividades de pesca, caça, produção de farinha e ensino tradicional estão comprometidas pela contaminação dos rios Cateté e Itacaiúnas, causada pelas atividades de garimpagem e mineração na região. Relatórios da UFPA apontam que, desde pelo menos 2018, a contaminação do rio Cateté tem origem no projeto Onça Puma da Vale S/A. O Ibama deverá analisar as fontes de contaminação e impor medidas reparatórias e de despoluição. A situação é agravada pela proximidade da barragem Mirim da Vale S/A, que coloca em risco o trabalho de coleta da castanha, uma fonte de subsistência para os Xikrin. Estudos e relatórios do professor e médico João Paulo Botelho Vieira Filho, pesquisador na TI Xikrin do Rio Cateté há décadas, também destaca os danos causados pela contaminação das águas do Cateté. A construção de represas adicionais

pela Vale aumenta os riscos de contaminação, afetando também os poços semiartesianos das aldeias Xikrin. Apesar de um acordo financeiro entre a Vale e os Xikrin via MPF, a contaminação persiste, causando problemas de saúde e prejudicando a qualidade de vida das comunidades indígenas. Como relata o médico, os indígenas “estão com dinheiro, porém estão sem água e cada vez mais contaminados, pois as crianças e mulheres continuam a frequentar diariamente os rios. Saem dos rios com prurido intenso e conjuntiva dos olhos irritadíssima pelo metal níquel e outros”.

Com informações de: MPF/PA, 03/08/2023; Cimi Regional Norte 2; João Paulo Botelho Vieira Filho

TERRA INDÍGENA: ZO'É

POVO(S): ZO'É

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; entrada não autorizada de missionários

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia enviada pela Coordenação da FPE Cuminapanema, da Funai, havia a previsão da entrada não autorizada de missionários na TI Zo'é na primeira semana do mês de junho. De acordo com o documento, indígenas Tiriyo da aldeia Boca do Marapi informaram que cerca de cinco ou seis missionários de Roraima, em conjunto com alguns indígenas, dirigem-se ao rio Erepecuru para acessar a TI Zo'é. O MPF iniciou investigação para apurar denúncia. Responsável pelo caso, o procurador da República em Santarém/Itaituba Gustavo Alcântara também requisitou à PF em Santarém a instauração de inquérito policial para investigar a invasão, no prazo de 90 dias. Ele também solicitou à Funai maior detalhamento sobre a identificação dos missionários, além da rota que estavam utilizando para acessar a TI. De acordo com o procurador, a invasão de terceiros interessados em realizar contato não autorizado e não desejado pelos indígenas foi fator central na ocorrência de epidemias e genocídio contra esses povos.

Com informações de: MPF/PA, 01/06/2023

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): VÁRIOS POVOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Monocultivo de soja; despejo aéreo de agrotóxicos

DESCRIÇÃO: Nas margens do Baixo Tapajós, a voz da pajé Eluïdes ressoa, expressando a interconexão entre terra, mata, animais e seres humanos na cosmovisão indígena. Para ela, vender sua casa ou terreno é equivalente a vender seu próprio corpo e seus filhos. No entanto, o avanço do agronegócio, especialmente da soja, representa uma ameaça significativa para esses territórios. O antropólogo Fábio Zuker, em sua pesquisa no Pará, identificou um processo de expulsão por asfixia, no qual fazendeiros, associados à produção de soja e ao uso de agrotóxicos, expulsam comunidades de suas terras para expandir o monocultivo. Essa dinâmica é acompanhada pela construção de portos de escoamento, intensificando a dependência alimentar das comunidades locais da cidade e gerando conflitos socioambientais. Zuker critica a concepção ocidental do Antropoceno, argumentando que falha em reconhecer as complexas relações de poder e étnico-raciais envolvidas nos impactos ambientais. Ele propõe o termo “plantationceno” para descrever o avanço do agronegócio sobre os territórios indígenas, destacando a transformação dos modos de vida originais em uma lógica de geração de valor. Para os indígenas do Baixo Tapajós, essa expansão neoliberal é percebida como uma guerra, que se manifesta na negação de sua identidade, no enfraquecimento corporal e no adocicimento do território. Os agrotóxicos são vistos como uma tecnologia política que visa esvaziar os territórios amazônicos para permitir o avanço da soja, consolidando assim uma visão colonial-militar de uma Amazônia desocupada. A pesquisa de Zuker destaca a resistência dos povos indígenas do Baixo Tapajós, que lutam para preservar seus territórios e modos de vida diante da crescente destruição causada pelo avanço do agronegócio.

Com informações de: Instituto Humanitas Unisinos, 28/02/2023

PARAÍBA

2 Casos

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

POVO(S): POTIGUARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; desmatamento

DESCRIÇÃO: Em 2023, de acordo com lideranças locais, o Ibama realizou duas diligências na TI Monte Mor. Durante essas ações, alguns invasores foram autuados por práticas de desmatamento ilegal e multas foram aplicadas. No entanto, apesar dessas medidas, o território continua sofrendo com a invasão. As lideranças ressaltam que as ações pontuais do Ibama são insuficientes para conter a constante pressão sobre a TI, e a presença contínua de invasores ainda representa uma ameaça significativa ao território e aos recursos naturais da área.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste



TERRA INDÍGENA: TABAJARA

POVO(S): TABAJARA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória; especulação imobiliária

DESCRIÇÃO: Em janeiro e em novembro de 2023, houve mais duas invasões na área de Tambaba, região da Mata do Graú, pela empresa Lord Empreendimentos. A empresa planeja a construção de um resort na região. Os indígenas acamparam na área desmatada, confiscaram o maquinário e acionaram o MPF, Funai e DPU. Nas duas situações, a Justiça Federal decidiu em favor dos indígenas, determinando a imediata desocupação da área pela empresa invasora, visto que a área faz parte do território reivindicado e se encontra em fase de conclusão do GT.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

PARANÁ

7 Casos

TERRA INDÍGENA: AVÁ-GUARANI DO OCOÍ

POVO(S): AVÁ-GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Contrabando

DESCRIÇÃO: As lideranças Avá-Guarani do Tekoha Ocoy têm denunciado às autoridades competentes que um grupo de não indígenas está utilizando o lago e o território indígena durante a noite para transportar mercadorias contrabandeadas do Paraguai. A comunidade está se sentindo acuada, devido à pressão provocada por essas pessoas. No entanto, as autoridades não haviam tomado nenhuma providência para inibir essa ação.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: HERAREKÁ XETÁ

POVO(S): XETÁ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: O relatório “Os Invasores” do De Olho nos Ruralistas, lançado em 19 de abril de 2023 revela que a fazenda São Francisco possui 2.679 de seus 4 mil hectares, incidindo na TI Herarekã Xetá, delimitada pela Funai em 2014. A fazenda está registrada em nome da empresa Santa Maria Agropecuária Ltda, pertencente a Rubens Aguiar Alvarez, Lia Maria Aguiar e Denise Aguiar Alvarez. Rubens e Denise são netos do fundador do Bradesco, Amador Aguiar. A TI está em processo de demarcação desde 2000, com uma área delimitada com 2.686 hectares pela Funai em 2014. Cerca de 500 famílias de agricultores pressionaram contra a demarcação, buscando garantir sua permanência na área. A delimitação de 2014 foi uma redução, determinada pela Funai, dos limites identificados originalmente pelo GT, cujo relatório original havia reconhecido, em 2005, uma área de 12.433 hectares como tradicionalmente ocupada pelos Xeta.

Com informações de: De Olho nos Ruralistas, 19/04/2023; IHU, 09/05/2023; Assessoria de Comunicação do Cimi, 07/02/2024

TERRA INDÍGENA: MANGUEIRINHA

POVO(S): GUARANI MBYA; KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Uma serraria móvel foi apreendida dentro da TI Mangueirinha, onde vivem famílias das etnias Kaingang e Guarani. A operação do Ibama, chamada Custódia, visava combater a exploração ilegal de espécies ameaçadas de extinção. A araucária, espécie em risco, estava sendo ilegalmente serrada para abastecer indústrias e comércio madeireiro local. Uma madeireira sem licenciamento ambiental foi lacrada. A operação resultou em 12 multas, apreensão de motosserras e 80 metros cúbicos de madeira de araucária. Os responsáveis fugiram, e a comunidade suspeita de envolvimento interno. A madeira confiscada será utilizada em projetos públicos locais. A reserva abrange 17 mil hectares, com 68% de floresta nativa, e abriga 3.100 pessoas. O Paraná foi o terceiro estado com maior desmatamento de Mata Atlântica entre 2020 e o primeiro semestre de 2022.

Com informações de: G1/PR, 19/05/2023; Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: MANGUEIRINHA

POVO(S): GUARANI MBYA; KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Arrendamento; desmatamento

DESCRIÇÃO: Apesar das denúncias dos Kaingang, Guarani e Guarani Mbya acerca da invasão de produtores de soja e milho em seu território, feitas em 2021, a situação persistiu ao longo de 2022, com pelo menos mil hectares da reserva localizada no oeste do Paraná sendo tomados por arrendatários. A área que foi alvo das denúncias é conhecida como Canhada Fundo.

Durante o ano de 2023, o arrendamento permaneceu, e em 29 de agosto, a Polícia Federal e o Ibama realizaram uma operação policial ambiental na TI para combater crimes ambientais de desmatamento ilegal e arrendamento clandestino, entre outros delitos. As investigações indicam que madeireiros da região estariam receiptando a madeira retirada da TI Mangueirinha e levando para serrarias de Guarapuava e região. Após a retirada da vegetação, as terras estariam sendo arrendadas a agricultores locais, o que é ilegal.

Com informações de: RBJ, 30/08/2023, Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

POVO(S): KAINGANG; GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Arrendamento; uso de agrotóxicos; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: Parte da TI Rio das Cobras foi arrendada por uma empresa agropecuária do município Espigão Alto do Iguacu (PR) para o plantio de cereais transgênicos em 2020. A situação gerou desmatamento, incêndios e poluição dos riachos e nascentes devido ao uso de agrotóxicos. Desde então, apesar das denúncias de indígenas que não concordam com a prática, o arrendamento permanece. Atualmente, a área arrendada ocupa mais de 400 alqueires – cerca de mil hectares – da TI.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA VERA TUPÁ'I

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Construção de PCHs; desmatamento

DESCRIÇÃO: A comunidade Guarani da TI Tekoha Verá Tupá'i, localizada no norte do Paraná, enfrenta preocupações em relação ao futuro de sua aldeia devido à construção de uma CGH no rio Mourão, no município de Campo Mourão. Apesar de ser uma obra de menor porte, estudos indicam impactos significativos decorrentes do empreendimento. A aldeia é cercada por plantações de soja. Apesar da recomendação do MPPR, em 2022, de que a licença de instalação da obra fosse suspensa, em setembro de 2023 a CGH estava “85% concluída” pela empresa Salinho Energias Renováveis. Localizada no rio da Várzea, município de Campo Mourão, a obra terá investimentos de R\$ 37 milhões e prevê a supressão de um total de 33 hectares de vegetação para implantação do reservatório. Grande parte da mata ciliar foi removida no local, que fica a 600 metros da aldeia Arandu Aty Ara. Os indígenas apontam que os impactos serão enormes e gerarão desequilíbrio da fauna e da flora da região.

Com informações de: Cimi Regional Sul; Tribuna do Interior, 12/09/2023

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA GUASÚ GUAUVRÁ

POVO(S): AVÁ-GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão armada

DESCRIÇÃO: Os Avá-Guarani foram atacados com tiros, rojões e incêndio na véspera de Natal, no município de Guaíra, região oeste do Paraná. Os episódios envolvem produtores rurais e moradores em incursões armadas violentas contra comunidades em situação de acampamento, nas aldeias Y'hovy e Yvyju Avary, ambas áreas compreendidas nos limites da TI Tekoha Guasu Guavira. Os ataques parecem ser retaliação de produtores rurais e moradores da região às movimentações das comunidades Avá-Guarani dentro dos limites da TI, em exercício legítimo de seus direitos territoriais, e que foram utilizadas pelos agressores como supostas justificativas para os ataques. Em nota, a organização do povo Guarani manifesta indignação e repúdio pelos ataques e exige justiça às comunidades, pondo em destaque o clima hostil em que vivem os indígenas na região.

Com informações de: Cimi Regional Sul

PERNAMBUCO

4 Casos

TERRA INDÍGENA: ENTRE SERRAS

POVO(S): PANKARARU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Abertura de estrada

DESCRIÇÃO: O povo Pankararu da área indígena Entre Serras, nos municípios de Tacaratu e Petrolândia, em Pernambuco, relatou que em 2023 a situação denunciada em 2022 permaneceu inalterada. Durante o ano, a comunidade continuou enfrentando a abertura de uma estrada clandestina destinada à implantação, ampliação e manutenção de um parque eólico, com o uso de caminhões e máquinas de terraplanagem. O Parque Híbrido - Complexo Fontes, localizado no município de Tacaratu, é de propriedade da empresa Enel Green Power.

Com informações de: Comunidade indígena; MPF; Cimi Regional Nordeste

**POVO(S):** KARAXUWANASSU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Destruição das plantações

DESCRIÇÃO: O povo Karaxuwanasu está em uma retomada de território no município de Igarassu, na região metropolitana do Recife, ocupando um terreno que pertence ao município. No entanto, estão enfrentando um conflito com os sítiantes vizinhos, que soltam seus animais nas plantações indígenas, resultando na destruição das colheitas. Essa ação compromete a segurança alimentar da comunidade Karaxuwanasu e é vista como uma forma de pressão para que abandonem o local.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste***TERRA INDÍGENA:** PANKARARU**POVO(S):** PANKARARU**TIPO DE DANO/CONFLITO:** danos a sítio arqueológico; danos causados por mineração

DESCRIÇÃO: O povo Pankararu Opará teve um sítio arqueológico violado devido as atividades de mineração no município de Jatobá. Pedras foram retiradas do local para serem usadas na construção de casas. A atividade mineradora não só desrespeitou o patrimônio arqueológico dos Pankararu Opará, mas também afetou a integridade cultural e espiritual do povo, que vê suas terras e recursos naturais ameaçados por essas ações.

*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste***TERRA INDÍGENA:** SERROTE DOS CAMPOS**POVO(S):** PANKARÁ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em 2023, seguiu ocorrendo o desmatamento e extração ilegal de madeira na TI Serrote dos Campos. Os invasores promovem o corte de árvores sagradas, utilizadas nos rituais do povo Pankará, árvores nativas e em extinção, como braúnas e caribeiras. Para os Pankará, estas árvores são moradas dos ancestrais indígenas, localizadas no terreiro sagrado, local de espiritualidade, religiosidade e de fortalecimento e cura para o povo. A situação havia sido denunciada em 2022 e foi novamente levada ao conhecimento dos órgãos públicos em 2023.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Nordeste

PIAUI

1 Casos

TERRA INDÍGENA: AKROÁ-GAMELA BAIXA FUNDA**POVO(S):** AKROÁ-GAMELLA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Grilagem; desmatamento

DESCRIÇÃO: A Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA) identificou um fazendeiro suspeito de invadir e desmatar o território Akroá-Gamella de quase 400 hectares, entre os municípios de Santa Filomena e Gilbués, no sul do Piauí. Em dezembro de 2022, um inquérito foi aberto para investigar a grilagem e desmatamento da área, sendo o suspeito um fazendeiro maranhense. O fazendeiro ainda será ouvido pela Polícia Civil, mas antecipou que não sabia que a área era território indígena. Ele não possui licença ambiental nem título de propriedade das terras, e os tratores usados foram alugados em Araguaína (TO). A Polícia Civil passou a investigar o responsável pelo aluguel dos tratores, visando apurar os crimes de desmatamento não só na propriedade do fazendeiro, mas também no território Akroá-Gamella. Além do indiciamento, o fazendeiro poderá ser multado em pelo menos R\$ 1 milhão. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar-PI) foi acionada e prometeu uma equipe à região para realizar um exame pericial ambiental, avaliando os danos causados pelo desmatamento. Os Akroá-Gamella seguem denunciando o aumento das invasões na área, enquanto a demarcação permanece paralisada.

Com informações de: G1/PI, 27/01/2023; Cimi Regional Nordeste

RIO DE JANEIRO

2 Casos

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA JEVY**POVO(S):** GUARANI NHADEVA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração de areia

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena do Tekohá Jevy, localizada no município de Paraty (RJ), denuncia que a prática de extração ilegal de areia dentro do seu território continuou ocorrendo durante 2023, sem qualquer diálogo prévio com a comunidade ou processo de licenciamento ambiental. Essa extração ilegal não apenas viola os direitos territoriais da comunidade, mas também causa danos ambientais significativos à região. A falta de consulta

prévia e de licenciamento ambiental demonstra desrespeito pelos direitos dos povos indígenas e pelas leis ambientais vigentes.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA JEVY**POVO(S):** GUARANI NHADEVA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** loteamento; venda e construção de imóveis

DESCRIÇÃO: Diversos loteamentos estão à venda e casas estão sendo construídas no território da TI Tekohá Jevy, localizada em Paraty (RJ). Estas construções são avistadas nas margens da estrada principal que dá acesso ao núcleo da aldeia. Apesar das denúncias formalizadas pelas lideranças junto à Polícia Federal e à Funai, não foram observadas ações efetivas para coibir essas invasões. Essa situação tem se agravado anualmente, gerando grande preocupação entre as lideranças locais. Além do impacto direto na segurança e integridade dos indígenas, que têm sido alvo de inúmeras ameaças.

Com informações de: Cimi Regional Sul

RIO GRANDE DO NORTE

2 Casos

TERRA INDÍGENA: SAGI/TRABANDA**POVO(S):** POTIGUARA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de fazendeiros; especulação imobiliária

DESCRIÇÃO: O povo Potiguara denuncia que o território reivindicado segue sofrendo com constantes invasões de fazendeiros e empresários do ramo hoteleiro, que tem construído pousadas e hotéis na área. O processo de demarcação está na fase de conclusão do GT.

*Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Nordeste***TERRA INDÍGENA:** TAPARÁ**POVO(S):** TAPUIA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; bloqueio do acesso ao território

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Tapuia da TI Lago Tapará seguem denunciando o arrendamento de terra promovido em área tradicional do povo Tapuia, que impede o acesso da comunidade indígena à área da Lagoa do Tapará, utilizada tradicionalmente pelo povo. Os indígenas retiravam alimentos do local para seu sustento e consumo, como imbu, coco, jambo e azeitona. Pelo menos desde 2021, o acesso ao local é impedido por seguranças armadas. Há décadas, o povo aguarda providências do poder público para a regularização de seu território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

RIO GRANDE DO SUL

7 Casos

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE**POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; uso de agrotóxicos

DESCRIÇÃO: Localizado no município de Cacique Doble, com área de 4.438 hectares e população em torno de 900 pessoas, o território Kaingang de Cacique Doble vem sofrendo com a prática ilegal do arrendamento de terra para plantio de soja e trigo transgênico, com intensivo uso de agrotóxicos. Essa prática provoca uma série de conflitos junto à comunidade Kaingang. A prática criminosa do arrendamento de terras, associada a outros aspectos locais, fomentou, no decorrer de 2023, intensos conflitos internos na comunidade, ocasionado, inclusive, o assassinato de indígenas.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TERRA INDÍGENA:** CANTAGALO**POVO(S):** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Contaminação por agrotóxico

DESCRIÇÃO: A comunidade Mbya Guarani do Tekoa Jataity/Cantagalo fez um documento repudiando a implementação de um aterro sanitário próximo à TI. "Manifestamos contra o projeto da prefeitura de Viamão que pretende instalar um aterro sanitário – lixo – perto de nossa terra. Esse empreendimento afetará a natureza, nossas fontes de água e toda a população vizinha da região do Cantagalo". Embora o aterro sanitário não tenha sido implantando, outro aterro de resíduos de lavouras de soja foi instalado a cerca de 1 km da comunidade. Os resíduos são contaminados por agrotóxicos e impactam diretamente a comunidade.

Com informações de: Cimi Regional Sul

**TERRA INDÍGENA: CARRETEIRO****POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; uso de agrotóxicos; monocultivo de soja

DESCRIÇÃO: A TI localizada no município de Água Santa (RS), com demarcação realizada ainda em 1991 e população de aproximadamente 330 pessoas, tem parte de seus 603 hectares arrendados para não indígenas. A prática ilegal do arrendamento de terra no interior da TI fomenta uma série de conflitos, com a expulsão de famílias e com a invasão do território para plantio de soja transgênica. O território acaba, ainda, sendo afetado pelo uso de agrotóxicos utilizados na monocultura. Tramitam na Justiça Federal diversos processos que visam impedir a invasão do território e a prática ilegal do arrendamento.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TERRA INDÍGENA: GUARITA****POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; projetos de agronegócio dentro da TI

DESCRIÇÃO: No estado do Rio Grande do Sul, a TI Guarita, localizada nos municípios de Tenente Portela, Redentora e Miraguai, é a maior área indígena em extensão territorial. Essas terras são cobiçadas pelo agronegócio da região, e a prática ilegal do arrendamento de terras vem sendo realizada há algum tempo. Essa prática tem sido o elemento catalisador de uma série de conflitos neste território, ocasionando, inclusive, o assassinato de indígenas e muita violência interna.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TERRA INDÍGENA: NONOAI****POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; uso de agrotóxicos; monocultivo de soja e trigo; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: Localizada nos municípios de Alpestre, Planalto, Nonoai, Gramado dos Loureiros e Rio dos Índios, a TI Nonoai possui uma área de 20 mil hectares e uma população aproximada de 3.000 pessoas. Assim como em outros territórios no estado, esta terra vem enfrentando uma série de conflitos em decorrência do arrendamento ilegal de terras. A prática do arrendamento, associada ao monocultivo, é responsável pelo despejo intenso de venenos, contaminando o solo e as águas, comprometendo a saúde da população indígena, assim como da população do entorno, e expulsando centenas de famílias do território tradicional, invadido pela soja e trigo transgênico. Tramitam na Justiça Federal diversos processos que visam impedir a invasão do território e a prática ilegal do arrendamento.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TERRA INDÍGENA: SERRINHA****POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; uso de agrotóxicos

DESCRIÇÃO: Localizada entre os municípios de Constantina, Engenho Velho, Três Palmeiras e Ronda Alta, a TI Serrinha é uma das maiores terras indígenas, com área de 12.000 hectares e população aproximada de 2.500 pessoas. Ainda existem ocupantes não indígenas que não foram indenizados por suas benfeitorias e continuam residindo no território mesmo o procedimento de demarcação tendo sido realizado ainda no século passado. Cabe, administrativamente, o registro da área como patrimônio da União. O território Kaingang vem sofrendo intensas invasões, fomentado por meio da prática criminosa do arrendamento de terras. Fazendeiros da região, em articulação estreita com políticos locais, fomentam o plantio de monocultura, principalmente de soja transgênica. A prática do arrendamento, associada à monocultura, é responsável pelo despejo de venenos, contaminando o solo e as águas, comprometendo a saúde da população indígena, assim como da população do entorno, e expulsando centenas de famílias do território tradicional, invadido pela soja e trigo transgênico. Tramitam na Justiça Federal diversos processos que visam impedir a invasão do território e a prática ilegal do arrendamento, que se manteve no ano de 2023.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TERRA INDÍGENA: VENTARRA****POVO(S):** KAINGANG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Arrendamento; uso de agrotóxicos; monocultura de soja e trigo

DESCRIÇÃO: A TI Ventarra fica localizada no município de Erebangó, com área de 748 hectares e população em torno de 310 pessoas. Mesmo com um território considerado pequeno, os Kaingang de Ventarra vêm sofrendo com a prática ilegal do arrendamento de terra para plantio de soja e trigo transgênico, com intensivo uso de agrotóxicos. Essa prática provoca uma

série de conflitos junto à comunidade Kaingang. Por ocasião desta situação, tramita na Justiça Federal uma Ação Civil Pública, movida pelo MPF de Erechim, que busca coibir esta prática.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***RONDÔNIA****20 Casos****TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE****POVO(S):** ORO WARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasões; desmatamento; loteamento

DESCRIÇÃO: Indígenas que vivem na TI Igarapé Lage informaram que a Polícia Federal e a Funai estiveram na região e constataram a presença de invasores no território. Os invasores permanecem cometendo crimes, derrubando a mata e fazendo loteamento dentro da TI. Diante da constatação, a comunidade espera que os órgãos responsáveis coibam a prática dessas atividades na TI.

*Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia***TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE****POVO(S):** ORO WARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Uso de agrotóxicos; danos ao meio ambiente; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: O avanço do agronegócio com grandes plantações de soja próximas à TI Igarapé Lage ameaça a vida e a saúde dos povos indígenas devido ao uso intensivo de agrotóxicos. A proximidade das plantações representa uma preocupação para os indígenas, que temem pela contaminação dos mananciais de água dos rios e dos peixes, essenciais para sua alimentação. Além disso, o desmatamento provocado por fazendeiros e invasores contribui para a escassez de recursos naturais disponíveis para os indígenas, como a caça e frutos.

*Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia***TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE****POVO(S):** ORO WARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A PF conduziu uma operação em Nova Mamoré visando combater a extração ilegal de madeira na TI Igarapé Lage. O alvo foi um grupo criminoso responsável pelo desmatamento de mais de 670 hectares. Além do desmatamento, os criminosos estabeleceram um corredor na TI, construíram pontes para facilitar o acesso e até ergueram residências ilegais na região. A gravidade da situação também envolveu o trabalho de adolescentes em condições semelhantes à escravidão, os quais eram mantidos nas propriedades e forçados a trabalhar diariamente na extração de madeira. Durante a operação, as autoridades destruíram diversas estruturas ilegais, incluindo cabanas e pontes, sendo que uma delas precisou ser demolida com explosivos devido ao seu tamanho. Mais de 50 agentes de diferentes órgãos públicos, como Ibama, Funai, Batalhão de Fronteiras da PM, Batalhão de Operações Especiais da PM, 6º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro e Conselho Tutelar de Nova Mamoré, participaram da ação coordenada conhecida como Operação Oro Oro.

*Com informações de: G1/RO, 23/08/2023***TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ RIBEIRÃO****POVO(S):** ORO WARI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Uso de agrotóxicos;

DESCRIÇÃO: O avanço do agronegócio com grandes plantações de soja próximas à TI Igarapé Ribeirão ameaça a vida e a saúde dos indígenas, devido ao uso intensivo de agrotóxicos. Segundo dados do Prodes/Inpe, a TI Igarapé Ribeirão já acumulou uma perda de 292 hectares de floresta nativa, sendo uma das terras indígenas com menor índice de desmatamento, 0,07% de sua área total. Mas essa é uma realidade que pode mudar caso o monocultivo da soja siga avançando, uma vez que os fazendeiros se sentem cada vez mais autorizados a entrar e invadir terras indígenas. Em 2023, 35 hectares de floresta foram desmatados na TI, ainda segundo o Prodes.

*Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia; Prodes/Inpe***TERRA INDÍGENA: KARIPUNA****POVO(S):** KARIPUNA DE RONDÔNIA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; desmatamento; grilagem; loteamento

DESCRIÇÃO: O MPF identificou 87 CAR dentro da TI Karipuna, com invasões denunciadas desde 2011 e intensificadas a partir de 2015, incluindo loteamentos e grilagem. 84 CAR estão sobrepostos à TI Karipuna, registrados pelo governo de Rondônia. Apesar do cancelamento recomendado pelo MPF,



os CAR permanecem nas bases de dados. O povo Karipuna tomou medidas legais e pressiona por avanços no processo, encaminhando documentos às autoridades competentes e entrando com ações judiciais. Em 2023, novos documentos foram encaminhados para Funai, Ibama, 6ª Câmara e MPF, exigindo providências. A falta de fiscalização eficaz permite a livre circulação de grileiros no território, resultando em áreas de mata derrubadas e marcadas para ocupação ilegal.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

POVO(S): KARIPUNA DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: No início de 2023, foram enviados dois documentos denunciando o roubo de madeira no interior da TI Karipuna, na região do Rio Formoso, parte sul da TI. Apesar das operações da PF, Funai e outros, que destruíram as pontes que ligavam as fazendas ao território, os invasores continuaram adentrando na terra e roubando madeira. Embora várias denúncias tenham sido feitas, todas as ações se mostraram ineficazes para combater essa rede de crime organizado que invade as TIs e as Unidades de Conservação. As fazendas de entorno são as que se beneficiam direta ou indiretamente. Enquanto não houver uma investigação criminal dos fazendeiros, a situação não se resolverá. Foram encaminhados documentos à Funai, ao Ibama, à 6ª Câmara e ao MPF, exigindo providências. Foi também encaminhado documento de denúncia a 24 embaixadas localizadas em Brasília.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

POVO(S): ISOLADOS; KARIPUNA DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasões; desmatamento; grilagem; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: No início de janeiro, na região sul da TI Karipuna, foram avistados vestígios de povos isolados, numa região que está completamente invadida por grileiros e madeireiros. O povo Karipuna e os povos isolados são ameaçados em sua integridade física e sobrevivência devido aos invasores que adentram a TI pelos rios Jaci Paraná e Formoso. Notou-se também intensa invasão pela região de Buritis e Jacinópolis, adentrando a TI pela Resex Jaci Paraná e pelo Parque Estadual Guajará Mirim. Os invasores utilizam-se de estradas e pontes improvisadas, e moradores não indígenas da região também facilitam suas passagens. Os indígenas isolados encontram-se vulneráveis e sob risco iminente, pois a região onde foram localizados seus vestígios é muito próxima de onde estão sendo praticadas atividades ilegais, como desmatamento e roubo de madeira. Lideranças Karipuna encaminharam documento para Funai, PF, Ibama, MPF, 6ª Câmara, exigindo providências. A situação vivenciada pelos Karipuna é gravíssima.

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

POVO(S): KARIPUNA DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Inundação; danos causados por hidrelétrica

DESCRIÇÃO: Uma inundação causada pelo transbordamento do rio Jaci Paraná deixou famílias indígenas desabrigadas. A água invadiu as casas de madeira, arrastou móveis, utensílios e roupas. Os roçados de mandioca e milho ficaram submersos pelo rio Jaci Paraná. Animais domésticos fugiram para a mata. Uma ponte de madeira, que ficava na entrada da TI, desabou. O acesso ao território, que fica a 186 km de Porto Velho, só era possível por meio de barcos, partindo do distrito de Jaci Paraná, a 95 km da capital rondoniense. A maioria dos indígenas, incluindo os idosos, se deslocaram até Porto Velho. Os indígenas apontam que a causa é são as UHEs de Santo Antônio e Jirau. Com as barragens no rio Madeira, construídas entre os anos de 2011 e 2013, as enchentes se tornaram frequentes. "Antes da construção das duas hidrelétricas isso não tinha acontecido. [...] Depois que foram construídas as duas hidrelétricas, acarretou-se nisso de o rio transbordar", disse o cacique André Karipuna.

Com informações de: Amazônia Real, 22/03/2023

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

POVO(S): KARIPUNA DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal realizou operação para remover invasores e madeireiros da TI Karipuna, situada entre os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Buritis. A ação foi desencadeada após a detecção de 12 pontos de desmatamento na área protegida. Com o apoio de tropas especiais, a PF realizou incursões estratégicas na TI, utilizando aeronaves e equipamentos para identificar possíveis ocupações ilegais e extração criminosa de madeira. Durante as primeiras horas da operação, foram identificadas cerca de 20 madeiras e serrarias próximas à TI, que recebem ilegalmente madeiras extraídas do seu interior. A operação contou com a participação de 91 ser-

vidores, incluindo 80 policiais federais, 10 do Ibama e um da Funai. Além da remoção dos invasores, também está sendo investigado se os suspeitos utilizam laranjas e planos de manejo fraudulentos em Rondônia e outros estados. A TI Karipuna, com mais de 150 mil hectares, fica a 100 km da área urbana de Porto Velho. No ano anterior, um relatório apontou que a TI foi a mais desmatada entre as 69 áreas indígenas próximas à BR-319, com 1.733 hectares desmatados, correspondendo à metade de todo o desmatamento registrado nas TIs ao longo dessa rodovia.

Com informações de: G1/RO, 11/05/2023

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO ARIPUANÃ

POVO(S): CINTA LARGA; ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; garimpo ilegal; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em maio, durante a Operação Oraculum, a PF encontrou 20 acampamentos de um grupo criminoso suspeito de extrair diamantes, ouro e madeira das TIs Roosevelt e Parque Indígena do Aripuanã. A operação localizou e apreendeu R\$ 5 milhões em bens dos criminosos. Entre os itens apreendidos, estavam cinco veículos, entre motocicletas, caminhonetes e caminhões, duas espingardas e munições, 17 motores utilizados para extração de minérios, duas escavadeiras e três tratores. Dados do monitoramento por satélite do sistema Deter/Inpe registraram, em 2023, alertas de desmatamento sobre 44 hectares da TI Parque do Aripuanã, além de 1.096 hectares degradados e outros 2.028 atingidos por queimadas ao longo do ano.

Com informações de: G1/RO, 26/05/2023; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO

POVO(S): ARIKAPÚ; ARUÁ; KAMPÉ; MAKURAP; TUPARI; JABUTI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Inundação; danos causados por hidrelétricas

DESCRIÇÃO: A TI Rio Branco foi invadida pelas águas, com a inundação do rio Branco em março de 2023. Walderir Tupari, líder indígena, aponta a culpa das enchentes para as oito PCHs construídas ao longo do rio Branco. "As usinas ficaram superlotadas com a água das chuvas. Eles abriram as comportas e a água invadiu o território. Tem aldeia que nunca alagou e tem aldeia que tem o nível certo até onde a água vai, e esse ano ultrapassou o limite. É uma preocupação que a gente sempre teve, cobramos as autoridades, mandamos cartas cobrando os empreendedores, sempre falando que ia ter um impacto devastador no território", afirmou. A TI Rio Branco nunca havia sido alagada antes, segundo Luiz Tupari, pai do líder indígena Walderir. "Eu tenho 51 anos e nunca vi o rio Branco chegar nesse ponto de transbordamento, passou muito do limite". Seis das oito PCHs pertencem ao Grupo Cassol Energia, da família do ex-governador de Rondônia entre 2003 e 2010, Ivo Cassol. Outras duas pertencem a dois grupos de sócios diferentes, Hidroluz Centrais Hidrelétricas e Eletron Eletricidade.

Com informações de: Amazônia Real, 29/03/2023

TERRA INDÍGENA: RIO OMERÊ

POVO(S): AKUNTSU; KANOÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão de fazendeiros

DESCRIÇÃO: A TI Rio Omerê possui 26 mil hectares e está homologada desde abril de 2006. A TI abriga os povos Akuntsu (Isolados) e Kanoé, sobreviventes de invasões que remontam os anos 1970 e que quase dizimaram esses povos. Um dossiê divulgado pelo observatório De Olho nos Ruralistas revelou que o senador bolsonarista Jaime Bagatolli (PL-RO) é sócio-proprietário de uma empresa que detém uma fazenda que invade a área da TI Omerê, em Corumbiara (RO). Bagatolli é sócio com o irmão na Transportadora Giomila, que integra o Grupo Bagatolli. A empresa possui a fazenda São José, que se sobrepõe à TI. O levantamento analisou parlamentares e seus financiadores, donos de propriedades que invadem as TIs, com base em cruzamento de dados fundiários do Incra. A invasão ocorreu em novembro de 2007, um ano após a homologação da TI e antes de a empresa dona da fazenda à época passar a posse à família do senador. O observatório De Olho nos Ruralistas afirma que a fazenda foi adquirida pelos Bagatolli em 2011, por meio da penhora de uma dívida contraída pelos antigos proprietários. Os dados consultados pelo observatório no CAR, um registro autodeclaratório, informam que a área irregular dentro da TI é bem menor (de 0,5 hectare) que a informada ao Incra (2.591 hectares).

Com informações de: Uol, 15/06/2023; De Olho nos Ruralistas, 28/06/2023

TERRA INDÍGENA: ROOSEVELT

POVO(S): APURINÁ; CINTA LARGA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Durante uma fiscalização de rotina nas imediações das TIs Roosevelt e Apurianã, em Rondônia, a PF apreendeu um caminhão carregado com madeira retirada de TI. A equipe deparou-se com o caminhão abandonado na estrada que dá acesso a uma das TIs da região, sem placas de identificação e carga-

do com toras de madeira nativa. O motorista não foi localizado. Os agentes realizaram buscas na cabine do veículo e encontraram um rádio de comunicação não homologado pela Anatel, acoplado a um transceptor e uma antena que aumenta sua potência, geralmente utilizado por indivíduos envolvidos em atividades ilegais para se comunicarem e evitarem ações de fiscalização.

Com informações de: Tudo Rondônia, 13/11/2023

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

POVO(S): ORO WARI; MAKURAP; CANOÉ

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão por fazendeiros; grilagem

DESCRIÇÃO: Em novembro, indígenas Oro Wari denunciaram a invasão da TI por um fazendeiro, que adentrou os limites da terra indígena com uma picada e estava colocando cercas na área invadida a partir do distrito de Surpresa, a oeste da TI. Os indígenas se depararam com uma nova picada e as cercas quando iam coletar castanha no interior do território, em região próxima à aldeia Sagarana. Um grupo de lideranças foi tentar conversar com o invasor para que recuasse, mas não conseguiu. O fazendeiro busca ampliar a área ocupada por ele para criação de gado. As lideranças gravaram um vídeo pedindo providências das autoridades, em especial da Funai e da PF. Nos anos anteriores, relatos dos indígenas, confirmado por dados de monitoramento por satélite do Inpe, apontaram avanço das invasões nos limites norte e noroeste da TI, a partir de fazendas vizinhas ao território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Rondônia

TERRA INDÍGENA: SETE DE SETEMBRO

POVO(S): SURUÍ DE RONDÔNIA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Criação de gado; desmatamento

DESCRIÇÃO: Durante uma operação conjunta da Polícia Federal e da Funai para combater crimes ambientais, foram apreendidas 200 cabeças de gado que estavam sendo criadas ilegalmente dentro da TI Sete de Setembro, localizada em Cacoal. Essa atividade ilegal resulta em danos ambientais significativos, incluindo desmatamento para a expansão de pastagens. Os suspeitos envolvidos poderão responder por crimes como desmatamento, exploração econômica ou degradação da floresta, além do crime de associação criminosa. A TI Sete de Setembro abrange também parte do Estado de Mato Grosso.

Com informações de: G1/RO, 13/07/2023

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO(S): URU-EU-WAU-WAU; ISOLADOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; invasão

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal, em colaboração com o Ibama e o MPF, realizou a segunda fase da Operação Praesidium, destruindo escavadeiras, máquinas e motores utilizados para o garimpo ilegal de ouro na TI Uru-Eu-Wau-Wau. Essa ação tem como objetivo retirar invasores da área, combatendo os garimpos ilegais e outros crimes ambientais. Os bens destruídos representam um prejuízo de R\$ 2 milhões para o grupo criminoso. Essa operação se soma à realizada dois meses antes, na qual equipamentos de garimpo ilegal foram destruídos e uma aeronave foi utilizada na fiscalização, identificando mais de dois pontos de garimpagem dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau. O total do prejuízo causado pelas duas operações aos invasores é estimado em cerca de R\$ 6 milhões.

Com informações de: G1/RO, 31/05/2023

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO(S): URU-EU-WAU-WAU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; criação de gado; desmatamento

DESCRIÇÃO: Um grupo de 16 pessoas, composto por indígenas, ativistas e jornalistas, foi cercado e hostilizado no interior da TI Uru-Eu-Wau-Wau no dia 14 de maio, na região do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Burareiro. O grupo incluía a ativista Neidinha Suruí, sua filha, a indígena Txai Suruí, indígenas do povo Uru-Eu-Wau-Wau e o artista visual Mundaño. Eles foram cercados e mantidos sob vigilância por 50 homens, alguns deles armados, por mais de três horas. O assentamento fica parcialmente sobreposto à TI. Segundo as vítimas, o cerco ocorreu em uma área já regularizada como parte da TI. De acordo com uma nota da superintendência do Incra em Rondônia ao portal InfoAmazonia, 115 lotes do assentamento estão sobrepostos à TI, e uma ação da Funai para a reintegração de posse aos indígenas e a desconstituição dos títulos de domínio outorgados pelo Incra tramita no TRF-1 há 20 anos. Enquanto isso, o território permanece ocupado por não-indígenas, e o pasto já cobre praticamente toda a área.

Com informações de: Folha de São Paulo, 17/05/2023; InfoAmazonia, 27/06/2023

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO(S): URU-EU-WAU-WAU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Criação de gado; desmatamento; invasão possessória

DESCRIÇÃO: Um levantamento revelou que fazendas dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau abasteceram frigoríficos da JBS, que, por sua vez, fornecem carne para redes de supermercados como Pão de Açúcar, Assaí e Extra. Essas fazendas geram desmatamento e invasão de terras protegidas, tornando-se um epicentro de conflitos, inseguranças e mortes. Apesar das denúncias, o grupo francês Casino, dono desses supermercados, continua vendendo carne desses fornecedores, mesmo após ações judiciais na França por violar as Leis de Vigilância. A investigação analisou mais de 500 mil registros sobre a movimentação de animais entre 2018 e 2022, utilizando dados das Guias de Trânsito Animal (GTAs) e do CAR. Foi identificado que as fazendas na TI forneceram indiretamente gado para os frigoríficos da JBS. A cadeia de fornecimento incluiu fazendeiros que praticaram manobras como a lavagem de gado, transferindo animais de dentro da TI para outras propriedades legais antes de chegarem aos frigoríficos. Apesar das recomendações de órgãos ao CNJ para fiscalização e cancelamento de cadastros de propriedades rurais dentro da TI, essas medidas não foram implementadas. Entre 2018 e 2022, foram identificadas 46 propriedades na TI, que forneceram cerca de 8 mil cabeças de gado. A carne com rastro de invasão e desmatamento em TIs foi encontrada nas prateleiras dos supermercados do grupo Casino no Brasil nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, evidenciando a falta de controle sobre a origem dos produtos. O Ministério da Agricultura e Pecuária resiste em compartilhar informações das GTAs com órgãos ambientais, dificultando o combate a essas práticas ilegais.

Com informações de: Infoamazonia, 29/06/2023

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO(S): ISOLADOS; URU-EU-WAU-WAU

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Na terceira fase da operação "Uru Praesidium", contra exploração ilegal da TI Uru-Eu-Wau-Wau, cerca de R\$ 2 milhões em madeira e maquinários foram apreendidos em Rondônia pela Polícia Federal. As investigações iniciaram depois que caminhões de madeira foram flagrados saindo da TI em direção ao município de Buritis (RO). Foram fiscalizadas nove madeireiras e apreendidos 598 fardos de madeira serrada, 296 toras de madeira, 318 fardos de madeira bruta e dois maquinários. Apesar das operações, em 2023 o sistema Prodes/Inpe registrou desmatamento de 169 hectares na TI, uma das mais afetadas pela grilagem e pelo desmatamento nos últimos anos. O sistema Deter/Inpe, por sua vez, registrou alertas de desmatamento em 537 hectares da TI e de degradação em 580 hectares, além de 605 hectares com cicatrizes de queimada no ano de 2023. Em junho, o Ministério da Justiça havia autorizado o envio da Força Nacional à TI para apoiar as ações de proteção territorial. Em novembro, no âmbito da ADPF 709, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, estabeleceu prazo de 60 dias para o governo federal apresentar um novo plano para expulsar invasores desta e de outras seis TIs.

Com informações de: Agência Brasil, 12/06/2023; G1 RO, 01/07/2023; Prodes/Inpe; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

POVO(S): VÁRIOS POVOS

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Objetivando combater os crimes ambientais nas TIs Igarapé Lage, Karipuna e Igarapé Ribeirão, em Rondônia, uma operação da PF apreendeu mais de 25 cheques, no valor de R\$ 640 mil, celulares e rádios amadores. Trata-se da segunda fase da Operação Brasil, que aconteceu em Nova Mamoré (RO). Seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos com o apoio do Ibama. O objetivo da segunda fase dessa operação foi aprofundar investigações e obter novas provas sobre a prática de crime ambiental que vem ocorrendo nas TIs Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão e Karipuna, bem como verificar pessoas e empresas envolvidas na ação criminosa, intensificada principalmente nos últimos anos.

Com informações de: G1/RO, 14/11/2023

RORAIMA

16 Casos

TERRA INDÍGENA: ARAPUÁ

POVO(S): MAKUXI; SAPARÁ; WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Incêndio criminoso

DESCRIÇÃO: Lideranças da comunidade Arapuá foram surpreendidas na noite do dia 28 de novembro com um incêndio criminoso na ponte conhecida como "matamatá", que dá acesso à comunidade. O fato ocorreu por volta das 19 horas, quando lideranças retornavam de uma audiência no MPF, onde trataram sobre saúde, educação e energia. Ao retornarem, as lideranças se depararam com a ponte queimando, conforme relataram à coordenação geral,

assessoria jurídica e à equipe do Sistema de Georreferenciamento (SIG) do CIR, que esteve no local no dia seguinte. A ação acontece em meio ao acordo entre o MPF e a Funai para iniciar o processo de demarcação da TI Arapua. No acordo, a Funai ficou de agilizar os estudos de identificação e delimitação da TI Arapua até abril de 2024. Enquanto isso, as lideranças temem mais violências e ameaças em decorrência dessa decisão favorável à comunidade. Como único meio de ir e vir dos moradores, o transporte, principalmente das crianças que usam o transporte escolar, ficou prejudicado. Cercados pelas fazendas, outra preocupação dos indígenas é quanto à segurança das lideranças.

Com informações de: CIR, 29/11/2023

TERRA INDÍGENA: PIRITITI

POVO(S): PIRITITI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Grilagem

DESCRIÇÃO: Em Roraima, o engenheiro-agrônomo Idelban Pereira da Silva está envolvido em um esquema de grilagem digital, cadastrando mais de 6 mil hectares de fazendas que se sobrepõem ao território Pirititi em seu domínio. Idelban nega o reconhecimento da TI e está associado a um histórico de desmatamento ilegal e práticas corruptas.

Com informações de: Estadão, 31/03/2023

TERRA INDÍGENA: PIRITITI

POVO(S): PIRITITI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Grilagem; desmatamento; extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Em maio de 2023, o MPF realizou uma ação no sul de Roraima, em conjunto com a PF, motivada por denúncias sobre retirada ilegal de madeira, grilagem de terra e com presença de posseiros nos limites da TI Pirititi. Os procuradores da República Alisson Marugal e Matheus de Andrade Bueno confirmaram a ocupação de moradias dentro da área de restrição onde vivem indígenas isolados. Os procuradores identificaram a atuação de posseiros e grileiros nos limites da TI, além do avanço da ocupação territorial para o interior da terra. O levantamento realizado durante a ação foi utilizado para fundamentar um requerimento de medidas judiciais visando à retirada e criminalização dos invasores. Além disso, o MPF buscava cancelar registros no CAR sobrepostos à TI Pirititi e anular licenças e autorizações de desmatamento incidentes sobre o território indígena. Até o final de 2023, o processo continuava em andamento, com o MPF prosseguindo com as cobranças junto aos órgãos ambientais e à Justiça para proteger o território indígena.

Com informações de: G1/RR, 12/05/2023

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

POVO(S): INGARIKÓ; MAKUXI; TAUREPANG; WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: garimpo ilegal; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: O boletim “Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas”, do Imazon, no primeiro semestre de 2023, apontou que as TIs Raposa Serra do Sol, São Marcos e Yanomami estão sob forte pressão de desmatamento. Segundo o Imazon, essa pressão ocorre quando o desmatamento se manifesta no interior do território, levando a perdas ambientais e desestabilizando a área protegida. Em relação ao garimpo, as operações de desintrusão parcial dos garimpeiros na TI Yanomami resultaram na migração desses indivíduos para outras localidades, incluindo a TI Raposa Serra do Sol. De acordo com o CIR, sem uma ação efetiva dos órgãos públicos para eliminar o garimpo ilegal nas TIs de Roraima, as próprias lideranças indígenas agiram para combater essas invasões. Em 2023, a equipe de vigilância e monitoramento do CIR identificou pontos de garimpo nas áreas Água Fria, Igarapé do Trovão e Igarapé do Kai. Em setembro, um caminhão carregado com material destinado ao garimpo ilegal foi apreendido no posto de monitoramento Pedra Branca, dentro da TI Raposa Serra do Sol.

Com informações de: “Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas”, Imazon; CIR, 20/07/2023

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

POVO(S): MAKUXI; TAUREPANG; WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; desmatamento; invasão possessória; criação de gado

DESCRIÇÃO: Durante a XXIX Assembleia da Associação dos Povos Indígenas da TI São Marcos, as lideranças denunciaram uma série de violações que vem acontecendo no território: garimpo, desmatamento, invasão de fazenda de gado. A presença de garimpo ilegal foi identificada na comunidade Caranguejo, na cabeceira do rio Surumu. Os moradores relatam a presença constante de aviões que fazem voos clandestinos na região, bem como de helicóptero e de quadricópteros, que dão apoio logístico para o abastecimento de alimentação, combustível, comunicação, etc. para as atividades de garimpo. Na cabeceira do rio Parimé, que é limite da TI São Marcos, foi

identificada invasão de gado no território, com uma estratégia utilizada historicamente para a expulsão dos indígenas de suas terras, muitas vezes feita com extrema violência. O gado do fazendeiro é criado solto e entra na TI; depois, o fazendeiro se apossa da terra, alegando que é sua propriedade devido à presença do seu gado. Além dessas denúncias, as lideranças também relataram que na comunidade Sorocaima há desmatamento intensificado, mas sem conseguirem identificar os invasores.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: SERRA DA MOÇA

POVO(S): MAKUXI; TAUREPANG; WAPIXANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Pulverização aérea de agrotóxicos; invasão possessória

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena Morcego, localizada na TI Serra da Moça, em Boa Vista, denuncia reiteradamente o despejo de agrotóxicos sobre suas casas. Após receberem multa por essa prática em outubro de 2021, os fazendeiros passaram a realizar as pulverizações durante a noite, impossibilitando a gravação do ilícito. Além disso, relatam invasões do espaço aéreo por drones em diferentes horários e ameaças às lideranças por telefone. Em 2023, um fazendeiro, munido de um mapa do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (Iteraima), alegou que a área da TI era de sua propriedade e construiu uma cerca que ainda não foi derrubada.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: WAI-WAI

POVO(S): WAI WAI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; loteamento

DESCRIÇÃO: O cacique Wai Wai relata que as lideranças tomaram a decisão de reagir à presença de invasores que começaram a marcar lotes dentro da TI Wai-Wai. No dia 11 de maio, a equipe de vigilância territorializou um grupo de invasores trabalhando na abertura de um picadão de 6 km na TI. O grupo não se mostrou aos invasores, mas fez sinais sonoros para serem notados. No dia seguinte, um grupo de 30 líderes de aldeias voltou ao local e confirmou as informações. Ninguém foi visto, mas as marcas deixavam evidente a presença, especialmente pelas placas com os nomes dos “donos” dos lotes marcados. O caso foi denunciado aos órgãos competentes.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: No final de 2021, a Urihi Associação Yanomami denunciou ao Conselho Nacional de Saúde e à imprensa que a Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) Homoxi havia sido incendiada por garimpeiros. Apenas seis meses depois, a comunidade recebeu uma estrutura provisória para atendimento, que incluía barracas, um sistema de água, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e um agente de combate a endemias. Apesar da promessa de reconstrução da unidade, isso não aconteceu até o final de 2023. As lideranças Yanomami enfatizam que, sem a desintrusão total dos garimpeiros, situações como a de Homoxi continuarão a ocorrer.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: Ao menos dois ex-militares da FAB são apontados pela Polícia Federal como suspeitos de integrarem uma organização criminosa responsável pela exploração de garimpo ilegal na TI Yanomami. As informações fazem parte da operação Buruburu, deflagrada pela PF, que mira um esquema de logística e financiamento do garimpo na área de preservação. Um homem suspeito de ser membro da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) também teria participado do grupo – ele morreu em uma troca de tiros em 2023. Ao todo, os agentes cumprem 11 mandados de prisão preventiva, 18 de busca e apreensão e 19 mandados com medidas cautelares expedidos pela 4ª Vara Federal Criminal da Justiça Federal em Roraima. Segundo documentos da investigação aos quais a Folha teve acesso, dois ex-integrantes da FAB participavam do grupo: Marcos Denes de Santos Souza e Marcio Jose Muller. O primeiro foi alvo de busca e apreensão e de sequestro de bens, enquanto o segundo, além das duas ações, também teve contra si expedido um pedido de prisão preventiva. “Os autores aqui investigados fazem parte de uma organização criminosa e cada um tem seu papel dentro dessa engrenagem criada para extrair ilegalmente minérios da TI Yanomami. Fato que, mesmo que cada um tenha seu papel, esse papel é preponderante para que o todo acabe se realizando”, diz o juiz federal Victor Oliveira de Queiroz, de Boa Vista, na decisão que autorizou a operação.

Com informações de: Folha de São Paulo, 17/08/2023



TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YE'KWANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpagem; Danos ao meio ambiente e conflitos

DESCRIÇÃO: Em 11 de agosto de 2023, a Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume) denunciou ao MPF, Funai, PF e Exército Brasileiro que garimpeiros voltaram a invadir a TI Yanomami, especificamente na comunidade Wacchannha, em Waikás, região Uraricoera. Segundo a denúncia, os garimpeiros ameaçaram a comunidade, causando transtornos às mulheres que trabalhavam nas roças, colocando mulheres e crianças em risco de abuso e exploração sexual e tentando aliciar jovens para o crime. A presença dos garimpeiros continua mesmo após operações de desintrusão realizadas desde fevereiro de 2023, que resultaram na prisão de 218 pessoas. Muitos invasores retornaram a atividade ilegal após serem liberados. A região de Waikás tem sido palco de confrontos violentos, incluindo ataques a tiros contra militares e equipes de fiscalização. A associação destacou que, apesar das operações de sobrevoos, os garimpeiros escondem-se na floresta, dificultando a eficácia das ações. Além disso, os garimpeiros evitam a fiscalização operando entre 16h e 6h. A denúncia também mencionou um garimpeiro conhecido como Izaquiel, abrigado na casa de uma mulher indígena para escapar das operações. Diante da situação, a Associação Seduume sugeriu medidas como a destruição das estruturas de garimpo, interrupção do envio de suprimentos, reforço policial na comunidade Waikás, construção de uma base de operações, retirada do garimpeiro Izaquiel e remoção dos restos das balsas queimadas nos igarapés. A associação enfatizou que o garimpo afeta gravemente os modos de vida dos indígenas e que operações eficazes são necessárias para proteger as comunidades.

Com informações de: G1/RR, 11/08/2023; Associação Wanasseduume

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): ISOLADOS; YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Sobrevoos a área de isolados; invasão

DESCRIÇÃO: A Associação Urihi Yanomami denunciou, por meio do Ofício nº 56/2023/URIHI/Yanomami, um vídeo divulgado nas redes sociais por um piloto de helicóptero que sobrevoou a comunidade do povo em isolamento voluntário Moxihatëtê. O documento foi enviado a várias autoridades, incluindo a Superintendência da Polícia Federal/RR, o MPF, a presidência da Funai, o MPI e o Comando Conjunto Ágata Fronteira Norte. O vídeo evidencia as limitações das operações de retirada dos garimpeiros da TI Yanomami, deixando as comunidades, especialmente as mais próximas das atividades de garimpo, vulneráveis. A denúncia destaca o avanço na retirada dos invasores da TI Yanomami, mas ressalta a morosidade na expulsão de garimpeiros das regiões mais isoladas, expondo as comunidades à violência de criminosos, inclusive indígenas isolados como o grupo Moxihatëtê. A Agência Pública identificou um usuário que postou o vídeo no TikTok, conhecido como Gusta_192. Quando questionado sobre o local da filmagem, ele respondeu que se tratava da "serra do querosene, Roraima", que é o mesmo nome dado por populares à Serra da Estrutura, onde a Funai já confirmou a presença de isolados dentro da TI Yanomami. A Agência descobriu outro vídeo postado dias antes, mostrando o mesmo usuário em sobrevoos de helicóptero em uma região de garimpo. Uma fotografia divulgada em 22 de outubro apresenta um homem ao lado de um helicóptero modelo Robinson. Registros da Anac indicam que o aparelho com aquele prefixo já foi apreendido em 2021 durante a "Operação Roraima". A Urihi reivindica mais celeridade e eficiência nas operações de desintrusão e solicita a mobilização de forças de diferentes ministérios. O MPI repudiou o sobrevoos e encaminhou a notícia ao Comando Único Integrado da Operação Yanomami, deliberando pela urgente intervenção nas áreas de garimpo no entorno da região sobrevoada ilegalmente. A Frente Etnoambiental Yanomami/Funai e o MPI apontaram que é necessário priorizar essas ações de intervenção.

Com informações de: Urihi Associação Yanomami; Agência Pública, 13/11/2023, Aeroi.net, 17/11/2023

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal; invasão

DESCRIÇÃO: O cantor Alexandre Pires foi alvo, no dia 4 de dezembro, de um mandado de busca e apreensão da PF em um cruzeiro em Santos, no litoral paulista. A Operação Disco de Ouro investiga um esquema de financiamento e logística do garimpo ilegal na TI Yanomami. Segundo a PF, o cantor teria recebido ao menos R\$ 1 milhão de uma mineradora investigada. Também informou que "um empresário do ramo musical, de expressão nacional", que não teve sua identidade revelada, seria um dos responsáveis pelo núcleo financeiro dos crimes. Foram cumpridos dois mandados de prisão e seis de busca e apreensão em sete cidades.

Com informações de: Poder360, 05/12/2023

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI; YE'KWANA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; garimpo ilegal; desmatamento

DESCRIÇÃO: Em 2023, apesar das operações do Ibama, PF e Exército na desativação de estruturas e proibição da mobilidade (aérea e fluvial) dos garimpeiros na TI Yanomami, eles continuaram no território e lideranças indígenas afirmaram no final do ano que eles estavam, inclusive, aumentando. Dário Kopenawa, vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, afirmou que "a gente recebe todo os dias as denúncias das nossas lideranças tradicionais, das nossas aldeias, de que o garimpo não diminuiu[...] Hoje fizemos balanço e, aproximadamente, houve um aumento de 6% no garimpo ilegal". Segundo a reportagem, eles estão situados com forte estrutura na região conhecida como "garimpo do Rangel", uma das mais exploradas pelos invasores dentro do território. Uma operação do Ibama destruiu acampamentos e encontrou até um aparelho de internet via satélite. A ação ocorreu em ao menos cinco pontos de garimpo em operação na região do Rangel. Foram destruídas balsas usadas para desbarrancar o solo em busca de ouro, além de barracos que funcionam como ponto de apoio aos garimpeiros. Ao longo de 2023, o Deter/Inpe registrou novos alertas de atividade de mineração e garimpo que cobriram 384 hectares da TI.

Com informações de: G1/RR, 09/12/2023; Deter/Inpe

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Mineração

DESCRIÇÃO: No dia 14 de dezembro, a Polícia Federal deflagrou a operação Forja de Hefesto para desarticular um esquema de financiamento de exploração de garimpo ilegal na TI Yanomami. Segundo a Revista Cenarium, a operação revelou que os envolvidos no financiamento estão em Boa Vista (RR), Ariquemes (RO) e Ribeirão Preto (SP). Nesses municípios, foram expedidos quatro mandados de busca e apreensão pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima. Também foram bloqueados mais de R\$ 240 milhões dos envolvidos. "As investigações identificaram transações financeiras relacionadas à venda de cassiterita (dióxido natural) extraída ilegalmente da TI Yanomami para um dos maiores produtores mundiais de estanho. [...] A empresa, deliberadamente ou por negligência, não verificaria a origem do mineral comprado e faria aquisições de uma mineradora com matriz em Rondônia e filial em Roraima, onde não há garimpos legais. Posteriormente, o mineral processado seria exportado, sendo adquirido por grandes multinacionais e, inclusive, por 'big techs' (empresas gigantes em tecnologia que alavancam a inovação no mundo)". Responsáveis por maquinários em garimpos ilegais na TI também foram identificados. Eles estariam revendendo, segundo a Cenarium, "a cassiterita extraída ilegalmente a intermediários responsáveis por 'lavar' o minério com o uso de empresas que possuem lavras regulares em outros estados". A justiça determinou a suspensão das atividades da mineradora, que possui mais de 150 processos minerários, inclusive para pesquisa e exploração de minérios. As investigações seguem em andamento.

Com informações de: Cenarium, 14/12/2023

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO(S): YANOMAMI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: Em petição ao STF, a Apib apontou que o Ministério da Defesa não providenciou, ao longo de 2023, o apoio necessário à operação de retirada dos garimpeiros e de socorro aos indígenas da TI Yanomami. Para a Apib, a postura contrariou o decreto presidencial de janeiro que determinou às Forças Armadas, sob orientação da Defesa, o papel de dar o apoio logístico necessário aos diversos órgãos envolvidos na retirada dos garimpeiros e no socorro, como o Ibama, a Funai e o Ministério da Saúde. A Apib citou como exemplos negativos a recusa da Defesa em corrigir cerca de 50 pistas de pouso que ajudariam na operação Yanomami, o atraso na distribuição de cestas básicas, as falhas no controle do espaço aéreo que permitem a manutenção da infraestrutura dos garimpos ilegais e a retirada de um posto de suprimento de combustíveis dentro do território. Em agosto, a Apib apresentou uma petição ao STF com dados que "confirmavam as recorrentes denúncias de que as Forças Armadas agiam de modo a dificultar – quando não literalmente sabotar – as ações empreendidas pelo governo federal", informou a organização, apontando que ofícios trocados com MPI e Funai, as Forças Armadas tiveram "enorme resistência em cooperar com as ações de ajuda humanitária" e "no fechamento do espaço aéreo" da TI Yanomami, além da recusa em compartilhar dados a respeito da circulação de aeronaves na região.

Com informações de: Agência Pública, 24/01/2024; Apib

**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**POVO(S):** VÁRIOS POVOS**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Agrotóxico, sementes geneticamente modificadas

DESCRIÇÃO: A implementação de um programa de cultivo de grãos em terras indígenas no estado de Roraima, promovido pela gestão do governador Antonio Denarium, tem gerado controvérsias e denúncias de violações legais e direitos indígenas. Apesar de ser proibido pela legislação brasileira o uso de sementes geneticamente modificadas em TIs, o governo de Roraima, sob a liderança de Denarium, introduziu mais de 120 milhões dessas sementes para o cultivo de milho nas TIs do estado. O governo também forneceu agrotóxicos, corretivos de solo e fertilizantes para essas áreas. Esses insumos foram fornecidos pela Agropecuária Garrote, empresa pertencente ao ex-deputado e pecuarista José Lopes Primo, que é sócio do governador em empreendimentos ligados ao agronegócio. Esse fornecimento de insumos transgreda a lei brasileira, que proíbe o uso de sementes modificadas em terras indígenas, e também viola a Convenção 169 da OIT, que estipula a consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas. As notas fiscais do contrato 012/2021, onde constam que a Garrote adquiriu sementes modificadas de milho da marca Limagrain e uma série de agrotóxicos e fertilizantes, entre eles o glifosato – um dos venenos mais utilizados nas lavouras do Brasil e associado às causas de câncer. Lideranças relataram pressão por parte do governo para assinarem documentos sem compreender totalmente as consequências. Essas práticas foram denunciadas ao MPF pelo CIR. O contrato entre o governo de Roraima e a Agropecuária Garrote, assinado em 2021, teve um aumento significativo de valor através de termos aditivos, totalizando um pagamento de mais de R\$ 34 milhões à empresa para execução do programa. A iniciativa do governo de Roraima é criticada por especialistas e lideranças indígenas, que apontam para os riscos ambientais e para a saúde das comunidades decorrentes do uso de sementes transgênicas e agrotóxicos.

Com informações de: InfoAmazonia, 24/03/2023

SANTA CATARINA

7 Casos

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA - LA KLÃNO**POVO(S):** XOKLENG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Descumprimento de decisão judicial; alagamento por barragem

DESCRIÇÃO: A TI Ibirama La Klãnô, habitada pelo povo Xokleng La-Klãnô, sofreu consequências desastrosas após o descumprimento de acordos estabelecidos em décadas anteriores com o estado de Santa Catarina. A decisão de fechar a Barragem Norte, mesmo sem a construção de um canal extravasor, essencial para garantir a segurança da operação, provocou uma inundação que afetou diretamente a comunidade Xokleng. Famílias precisaram sair às pressas de suas casas devido ao alagamento, o acesso à água potável foi interrompido e a principal via de acesso à cidade de José Boiteux foi interdita. O governo estadual, ao invés de cumprir as medidas estabelecidas no “Plano de Contingência para Eventos Hidrológicos e Geológicos na Comunidade Indígena – Barragem Norte”, optou por acionar o Judiciário para operar a barragem, sem considerar os riscos e danos potenciais. Tal ação resultou em um embate com a comunidade indígena e em uma operação policial desastrosa, causando ferimentos em vários membros do povo Xokleng. Além da negligência das autoridades em relação à segurança das comunidades indígenas, a falta de responsabilidade na gestão de estruturas essenciais coloca em risco não apenas os Xokleng, mas toda a população catarinense que vive abaixo da barragem. Desemparedados, sem moradia, comida e itens básicos de vida, os Xokleng foram desrespeitados pelo estado e não tiveram assistência pelas consequências do fechamento da barragem.

Com informações de: Cimi Regional Sul; Assessoria de Comunicação do Cimi, 10/10/2023

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA - LA KLÃNO**POVO(S):** XOKLENG**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: A TI Ibirama La Klãnô possui uma área total de 23.024 hectares, dos quais 14.084 hectares estão registrados nos Cartórios de Registros de Imóveis municipais e no Departamento de Patrimônio da União. Localizada entre os municípios de José Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, no estado de Santa Catarina, a TI é reconhecida como posse tradicional do povo Xokleng La Klãnô desde agosto de 2003, por meio da Portaria 1.128, do MJ. Apesar desse reconhecimento oficial, a maior parte da TI continua sob posse e exploração por pessoas não indígenas.

As invasões possuem um impacto significativo, impedindo os Xokleng de exercerem seu direito ao usufruto exclusivo de sua terra tradicional e ameaçando sua segurança e bem-estar.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO**POVO(S):** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de posseiros; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: A TI Morro Alto foi reconhecida como posse tradicional do povo Guarani Mbya em 2009 pela Portaria 2.813, do MJ. Os Guarani Mbya residem em uma única aldeia dentro da terra, detendo apenas 6 de 893 hectares totais da área, devido a invasões de não indígenas para exploração de recursos e outras atividades ilícitas. A situação gera desconforto e apreensão diária na comunidade, sendo impedidos de usufruir de seus territórios de acordo com seus modos de vida tradicionais.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS**POVO(S):** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de posseiros; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, a comunidade Guarani Mbya da TI Morro dos Cavalos, localizada em Palhoça (SC), enfrentou uma situação de invasão possessória por parte de não indígenas. Apesar da declaração oficial de posse tradicional do povo Guarani Mbya sobre a área, datada de 2008, a presença de não indígenas na região persiste, comprometendo o usufruto exclusivo da terra pelos Guarani. Com uma extensão de 1.988 hectares, a TI abriga duas aldeias Guarani no seu interior. No entanto, as invasões por parte de não indígenas impedem os Guarani Mbya de viverem em paz em suas terras, conflitos são gerados e diversos impactos socioambientais negativos atingem a comunidade.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: PINDOTY**POVO(S):** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão; criação de gado; loteamento; extração ilegal de areia

DESCRIÇÃO: A posse da terra Pindoty/Conquista pelos Guarani Mbya, reconhecida oficialmente em 2010, por meio da Portaria 953 do MJ, com 3.294 hectares, deveria garantir-lhes o direito exclusivo de usufruto da área, de acordo com seus costumes e tradições. No entanto, a presença de não indígenas que exploram a terra para atividades como criação de gado, loteamentos imobiliários e mineração de areia impede os indígenas de viverem em harmonia com seu ambiente natural. Essas invasões representam uma ameaça ao bem-estar da comunidade, à preservação do meio ambiente e da biodiversidade da região, além de violação dos direitos humanos fundamentais e das leis que protegem os povos indígenas e seus territórios.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: PIRAI**POVO(S):** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de posseiros; danos ao meio ambiente

DESCRIÇÃO: Os Guarani Mbya da TI Pirai/Tiarajú vivem aflitos diariamente devido à presença constante de não indígenas em seu território para a exploração de recursos. Apesar de reconhecida oficialmente em 2009 como posse tradicional do povo Guarani Mbya pela Portaria 2.907, do MJ, a situação não muda. As invasões impactam diretamente no usufruto exclusivo sobre suas terras, limitando seu acesso aos recursos naturais, afetando sua cultura e modos de vida.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: TARUMÁ**POVO(S):** GUARANI MBYA**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Invasão de posseiros; danos ao meio ambiente; criação de gado; extração ilegal de areia

DESCRIÇÃO: A TI Tarumá em Araquari (SC), reconhecida como posse tradicional do povo Guarani Mbya em 2009 através da Portaria 2.747 do MJ, com uma área de 2.172 hectares, permanece parcialmente invadida por não indígenas. Embora haja a presença de aldeias Guarani Nhandeva dentro da terra, a maior parte está ocupada e explorada por não indígenas, principalmente para atividades de criação de gado e mineração de areia. Essas invasões impedem que os indígenas exerçam seu direito ao usufruto exclusivo de sua terra tradicional.

Com informações de: Cimi Regional Sul



SÃO PAULO

10 Casos

TERRA INDÍGENA: ARARIBÁ

POVO(S): GUARANI; KAINGANG

TIPO DE DANO/CONFLITO: Monocultivo de eucalipto; danos ao meio ambiente; abertura de estradas

DESCRIÇÃO: A TI Araribá, no município de Avaí, encontra-se cercada por áreas de monocultura, principalmente de eucalipto. Não foram realizadas consultas à comunidade nem análises de impacto ambiental causadas pela expansão da monocultura. Importante ressaltar que o plantio de eucalipto gera diversos efeitos ambientais. A planta cria raízes profundas na terra em busca de água e acaba drenando toda a água do solo da região. Dessa forma, o balanço hídrico é deficitário, com o rebaixamento do lençol freático e até a seca de nascentes. Gera o empobrecimento de nutrientes no solo, bem como seu ressecamento. A longo prazo, causa a desertificação de amplas áreas, pelos efeitos allopáticos sobre outras formas de vegetação e, conseqüentemente, a extinção da fauna. As lideranças locais relatam a diminuição do volume de água em alguns poços e nascentes, além da presença de estradas construídas no território da TI para a passagem de caminhões ligados à monocultura.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: ICATU

POVO(S): KAINGANG; TERENA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Monocultivo de cana-de-açúcar; contaminação por agrotóxicos

DESCRIÇÃO: A TI Icatu, localizada no município de Braúna, está cercada pela monocultura de cana-de-açúcar, sem que tenha havido consulta à comunidade ou estudo e compensação pelo impacto ambiental. Não há proteção do território indígena, como uma zona de amortecimento dos impactos. As lideranças indígenas relatam que, nos dias em que o veneno é aplicado, toda a comunidade é afetada, atingindo também as roças tradicionais, rios e criações de animais. Essa situação perdura há algum tempo e já foi denunciada no relatório do ano anterior, porém, nenhuma medida foi tomada novamente.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Desmatamento; aterro de nascentes; obras na TI

DESCRIÇÃO: A construtora Tenda adquiriu um terreno na fronteira com o território da TI Jaraguá e, em 2020, começou a explorar o terreno, com a derrubada de árvores nativas e o aterro de nascentes. Os indígenas ocuparam o espaço para reivindicar os seus direitos coletivos e, desde então, a obra está suspensa devido a um processo judicial, uma vez que foram encontradas contradições nos documentos de licenciamento ambiental. Existe uma legislação do Ibama que prevê que, em um raio de 8 km da TI, tem que ser levado em conta o componente indígena. Portanto, deve haver uma consulta prévia. Entretanto, a empresa continua a adentrar o terreno e realizar intervenções em árvores e no solo.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Loteamento; invasão possessória; construção de imóveis

DESCRIÇÃO: Na região de Jaraguá, a TI Jaraguá enfrenta uma série de conflitos devido ao fato de parte do território ser loteada, com início da construção de moradias de forma ilegal. Diante dessa situação, os próprios indígenas têm se mobilizado para proteger o território, o que tem gerado conflitos e ameaças de não indígenas. Os embates resultantes dos conflitos chamaram a atenção do MPF e da DPU, que passaram a acompanhar o caso de perto. Ambos os órgãos cobram a Funai para tomar medidas urgentes para resolver essa questão e garantir a proteção do território e dos direitos dos Guarani.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: KA'AGUY HOVY

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Queimadas

DESCRIÇÃO: No dia 7 de dezembro, o Cimi recebeu denúncias de ataques de grileiros na TI Ka'aguy Hovy, na aldeia Itapuã, localizada no município de Iguape. Após uma visita da Polícia Federal para investigar as ameaças enfrentadas pela comunidade, as lideranças indígenas se depararam com a aldeia envolta em fumaça. Ao verificar a situação, descobriram que um incêndio havia sido iniciado próximo à entrada da aldeia, o que conside-

raram uma retaliação aos esforços da PF e uma tentativa de intimidação. A Funai foi contatada e o delegado responsável pelo inquérito na região informou que não poderiam comparecer imediatamente para investigar o incidente. Em vez disso, sugeriu-se que o batalhão de Iguape da Polícia Militar Ambiental realizasse uma vistoria para identificar os responsáveis. A equipe da Funai acionou a PM ambiental, mas foi informada de que o atendimento poderia demorar devido ao grande volume de ocorrências, sem previsão de atendimento imediato.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: KA'AGUY HOVY

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão possessória; desmatamento; queimadas

DESCRIÇÃO: No ano de 2023, as invasões na TI Ka'aguy Hovy continuaram a ameaçar as comunidades indígenas em seus territórios, uma delas a aldeia Itapuã, no município de Iguape. As lideranças denunciam constantemente a ação criminosa no território. O desmatamento, as queimadas, as cercas e o envenenamento do solo têm causado indignação e preocupação junto à comunidade indígena. Em fevereiro, as lideranças foram surpreendidas com queimadas provocadas por criminosos que, após passarem veneno na vegetação, atearam fogo no terreno para limpeza e construção de casas dentro dos limites da TI. As lideranças procuraram os guardas da Fundação Florestal para denunciar as práticas ilegais, mas não obtiveram retorno. Diversas vezes denunciaram junto a órgãos federais, estaduais e municipais tais violações. As lideranças reclamam da falta de fiscalização na TI por parte dos órgãos responsáveis e alertam para o crescimento desenfreado das invasões. Os moradores chegaram a ir até a delegacia de polícia do município de Iguape para fazer Boletim de Ocorrência contra os criminosos, mas o atendente responsável por acolher as denúncias se recusou a colher o depoimento dos indígenas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: KA'AGUY HOVY

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; grilagem; mineração; extração ilegal de areia

DESCRIÇÃO: Os conflitos envolvendo a invasão de terceiros, grileiros, na TI Ka'aguy Hovy, no município de Iguape, aponta para uma situação que se estende pelos últimos anos sem que haja nenhuma intervenção efetiva por parte do Estado brasileiro. No município de Iguape, as invasões na TI por vezes contam com apoio da gestão municipal. Deste modo, as invasões ganham força e legitimidade para atuarem de forma criminosa dentro do território indígena. Em agosto de 2023, a equipe do Cimi que atua na região recebeu mais uma denúncia das lideranças do território, chamando atenção para a prática criminosa de invasão e mineração ilegal, através da retirada e venda de areia de dentro do território indígena.

Com informações de: Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: PACURITY

POVO(S): GUARANI MBYA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Invasão; caça e pesca ilegais

DESCRIÇÃO: Com a falta de fiscalização nos territórios indígenas, as invasões se tornam uma prática constante, levando ao esgotamento dos recursos ambientais necessários para os meios de subsistência dos povos indígenas. Na TI Pakuri-ty, localizada na ilha do Cardoso, município de Cananéia, lideranças indígenas vêm relatando o crescente número de invasores para a prática de caça e pesca ilegal. Segundo as lideranças, os invasores são da região, mas também do estado do Paraná, de onde chegam com lanchas pelo mar e adentram o território com armas de fogo e munição. Relatam que é comum, ao caminharem na mata, encontrar animais mortos ou feridos. Tais práticas acabam espantando os animais, além de causar a redução das espécies no território.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Sul

TERRA INDÍGENA: YWYTY GUAÇU / RENAScer / ALDEIA RENAScer

POVO(S): GUARANI

TIPO DE DANO/CONFLITO: Garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: O Parque Estadual da Serra do Mar, na cidade de São Paulo, está sendo alvo de garimpo ilegal. Denúncias levaram o MPF a abrir um inquérito, após flagrantes de caminhões carregados com saibro dentro da área protegida. A região abrange uma aldeia, onde cerca de 25 famílias Guarani vivem. Utilizando drones, os indígenas fiscalizam os 2,5 mil hectares do território e encontraram pontos de exploração irregular, incluindo pontes clandestinas e trilhas usadas pelos garimpeiros. O MPF identificou sinais de ocupação irregular na área.

Com informações de: JN, 21/03/2023

**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA FILHOS DESTA TERRA**POVO(S):** GUAJAJARA; GUARANI; KAIMBÉ; PANKARARÉ; PANKARARU; TIMBIRA; WASSU COCAL; XUKURU-KARIRI**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Obras dentro da TI; pavimentação de rodovia

DESCRIÇÃO: A Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, localizada em Guarulhos, vive uma situação de conflito diário. A comunidade é composta por diversos povos, incluindo os Pankararé, Pankararú, Kaimbém, Tupi Guarani, Guajajara, Xukuru-Kariri, Timbira e Wassu Cocal. Os conflitos são decorrentes da obra de uma rodovia, especificamente o trecho norte do Rodoanel, que corta uma parte da Aldeia Multiétnica, colocando em risco a segurança e o bem-estar dos indígenas. A presença da rodovia facilitou a entrada de pessoas não indígenas e não autorizadas na aldeia, muitas vezes fugindo da polícia e carregando objetos provenientes de roubos. O clima de insegurança e medo cresce entre os membros da comunidade, que se veem expostos a situações de violência e conflito. Diante disso, a comunidade da Aldeia Multiétnica tomou medidas para denunciar a situação à Funai e ao MPF, buscando garantir o mínimo de segurança para sua população.

*Com informações de: Cimi Regional Sul***TOCANTINS****5 Casos****TERRA INDÍGENA:** FUNIL**POVO(S):** XERENTE**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Exploração ilegal de recursos naturais; desmatamento

DESCRIÇÃO: No dia 15 de outubro, indígenas Xerente flagraram pessoas não indígenas utilizando maquinário para realizar desmatamento e explorar recursos naturais próximos ao território Funil, possivelmente destinado ao agronegócio. Essa situação poderia ter sido prevenida ou interrompida com uma fiscalização eficaz e a implementação de medidas administrativas pelos órgãos ambientais e de fiscalização competentes.

*Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Goiás/Tocantins***TERRA INDÍGENA:** INÁWÉBOHONA**POVO(S):** AVÁ-CANOEIRO; ISOLADOS; JAVAÉ**TIPO DE DANO/CONFLITO:** invasão; caça e pesca ilegais; desmatamento; extração ilegal de madeira; criação de gado

DESCRIÇÃO: Mesmo protegida por decisão judicial desde 2019, uma área conhecida como “Mata do Mamão”, pertencente à Ilha do Bananal, tem sido alvo de intensa degradação ambiental e desrespeito aos direitos do povo isolado Avá-Canoeiro, que vive na região. Os relatórios dos fiscais do Ibama e do ICMBio revelam uma série de violações, incluindo a presença de rebanhos de gado em uma área proibida para não-indígenas, pesca predatória, caça ilegal e extração de madeira de forma não autorizada. Essas atividades causam danos significativos ao ecossistema local, ameaçando a biodiversidade da região e comprometendo o modo de vida dos Avá-Canoeiro, que dependem exclusivamente da natureza. A criação de uma força-tarefa pelo ICMBio visa investigar os crimes ambientais na região e identificar os responsáveis por essas atividades ilegais. No entanto, é essencial que essas ações sejam acompanhadas por medidas eficazes de proteção e fiscalização contínua para garantir a preservação desse importante santuário ecológico e o respeito aos direitos dos povos indígenas que ali habitam.

*Com informações de: JN, 04/01/2023***TERRA INDÍGENA:** KRAHÔ/KANELA**POVO(S):** KRAHÔ; KRAHÔ-KANELA

TIPO DE DANO/CONFLITO: Inundação; danos ao meio ambiente; alteração de curso d'água

DESCRIÇÃO: As chuvas intensas ocorridas na Lagoa da Confusão (TO) deixaram diversas áreas alagadas, entre elas as aldeias indígenas Krahô Takaywrá e Krahô-Kanela. Cerca de 70 indígenas da aldeia Takaywrá e outros 60 da aldeia Cãtemjê tiveram que ser levados para uma kitnet alugada pela pre-

feitura, no centro da cidade. Uma liderança da aldeia Takaywrá disse que uma reunião com diversos órgãos definiu a remoção de algumas famílias, mas que não todas, pois sua saída afetaria a criação de porcos e galinhas no local. O cacique da aldeia Cãtemjê, Wagner Katamy Krahô-Kanela diz que no ano anterior a cheia havia atingido a aldeia em 100% e, em 2023, conseguiram aterrar algumas áreas. Além das chuvas fortes, lideranças afirmam que a intervenção do agronegócio na região contribuiu para as inundações. O cacique aponta uma barragem feita acima do rio por um fazendeiro pode ser um dos agravantes, e relata que o projeto de captação de água do rio Formoso, com uma série de barragens, mudou o fluxo das águas. “Estamos rodeados pelos projetos [de irrigação]. Eles fazem paredões para segurar a água e, às vezes, para retirar a água. E tem o período em que eles puxam a água do rio, que vai de julho a novembro, quando o rio fica muito seco. Na época de alagamento, a água tem dificuldade de circular devido aos paredões e barragens”, denuncia. A construção de um aterro ilegal no final de 2022 no rio Dueré, interligado ao Formoso, também é apontado pelos indígenas como uma das causas das inundações, dado que na maioria dos anos o aumento no nível dos rios ocorre no fim dos períodos das chuvas, em março, mas desta vez aconteceu dois meses antes. A situação enfrentada pelos indígenas já foi denunciada ao MPF, mas ainda não houve uma solução.

*Com informações de: Jornal do Tocantins, 31/01/2023; Gazeta do Cerrado, 10/02/2023; Conexão TO, 03/02/2023; Cimi Regional Goiás-Tocantins***TERRA INDÍGENA:** XERENTE**POVO(S):** XERENTE**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Extração ilegal de madeira; desmatamento

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal deflagrou a Operação Ouroboros e cumpriu mandado de busca e apreensão, em Guarai, na residência de um suspeito de desmatar a TI Xerente, com o objetivo de aprofundar apurações relacionadas a crimes ambientais. De acordo com investigações, o indivíduo agiria cooptando indígenas para que consentissem com o desmatamento, bem como adquirindo madeira extraída e revendendo o produto de origem ilegal a receptadores da região de Pedro Afonso e Guarai. Segundo testemunhas, as práticas ilegais acontecem há anos. Diante da situação, o suspeito poderá responder pelos crimes ambientais, cujas penas podem chegar a sete anos de reclusão, dentre outros delitos.

*Com informações de: Ascom/Polícia Federal, 15/06/2023***TERRA INDÍGENA:** XERENTE**POVO(S):** XERENTE**TIPO DE DANO/CONFLITO:** Contaminação por agrotóxico; poluição de cursos d'água

DESCRIÇÃO: A liderança Ranulfo Xerente denunciou, em vídeo, a morte de diversos peixes nas margens do rio Gorgulho, que abastece a aldeia Kãkaka, localizada entre as cidades de Tocantínia e Pedro Afonso, no Tocantins. Segundo ele, apesar de ser um rio permanente com bastante água, a presença de veneno tem causado a morte dos peixes, impossibilitando o uso da água pela comunidade. A aldeia fica a apenas um quilômetro de plantações de monocultura de açúcar e soja. Em entrevista, Rodolfo disse que a aldeia não possui saneamento básico, energia elétrica nem poço artesiano, dependendo inteiramente da água do rio para seu sustento e sobrevivência. “Tudo depende dessa água, mora todo mundo perto. Fora aqui, tem os demais, né? Os vizinhos também, que não são indígenas”, relata. Após receber a denúncia, a Coordenação Regional Araguaia Tocantins da Funai enviou um ofício para o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), o Ibama e o MPF, exigindo medidas para resolver o problema. Segundo laudo do Naturatins, uma das amostras de água coletadas apresentou a presença de um composto orgânico chamado fenol em alta concentração. Os fenóis são compostos químicos usados em várias aplicações industriais, como na fabricação de corantes e resinas. De acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, a exposição prolongada a esse composto pode causar diversos problemas de saúde, como diarreia, irritação gástrica, emagrecimento progressivo, vertigem e alteração na cor da urina. Os sintomas são relatados pela comunidade há bastante tempo.

Com informações de: G1/TO, 13/01/2023; Amazônia Real, 17/01/2023

CAPÍTULO

II

Violência Contra a Pessoa

Abuso de poder	123
Ameaças de morte	128
Ameaças várias	132
Assassinatos	141
Homicídio culposo	154
Lesões corporais	157
Racismo e discriminação étnico-cultural	161
Tentativa de assassinato	168
Violências sexuais	174



O governo estadual de Santa Catarina mobilizou a Polícia Militar para fechar arbitrariamente as comportas da Barragem Norte, na TI Ibirama La Klãnõ. Ação deixou três Xokleng baleados e resultou no alagamento do território

Foto: Vaxug Camlem/juventude Xokleng





ABUSO DE PODER



No ano de 2023, foram registrados 15 casos de abuso de poder contra indígenas no Brasil, nos estados do Amazonas (1), Bahia (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (6), Minas Gerais (1), Pará (1), Rio Grande do Sul (1), Santa Catarina (1) e São Paulo (2). As situações representam um pequeno extrato dos abusos e desmandos praticados por pessoas em cargos de poder que, em diferentes esferas públicas, usaram de suas atribuições para afrontar direitos e atentar contra comunidades ou indivíduos indígenas.

O ano foi marcado pela atuação truculenta das forças policiais – que deveriam zelar pela segurança pública, pelo direito de ir e vir e, principalmente, pela integridade física e moral da sociedade em geral – contra indígenas. Diversos casos, como os dos Guarani e Kaiowá do tekoha Laranjeira Nhanderu, em Rio Brilhante (MS), e do tekoha Yvu Vera, em Dourados (MS), envolveram despejos forçados e prisões ilegais, sem mandado ou ordem judicial. As atuações violentas contaram com o uso de bombas e balas de borracha, invasão de casas e apreensão de itens pessoais. Ações que causaram danos físicos e psicológicos aos indígenas.

Tragicamente, uma dessas ações, protagonizada pela Polícia Militar (PM), causou a morte de um jovem Xakriabá no estado de Minas Gerais. A presença da PM foi solicitada na cidade de São João das Missões (MG) para garantir a segurança durante um evento beneficente realizado pela comunidade indígena. Segundo relatos e vídeos gravados, a abordagem agressiva dos agentes, sem motivação aparente, ocasionou uma confusão generalizada. Em seguida, spray de pimenta e disparos foram efetuados pelos policiais. Alisson Lacerda Abreu Xakriabá, de 25 anos, foi atingido no peito e faleceu no local. Horas depois, cinco viaturas entraram na aldeia sem mandado judicial. Arrombaram casas, espancaram indígenas e prenderam sete Xakriabá, sob acusações de agressões contra os policiais militares, dano ao patrimônio público e práticas delitivas correlatas. Todos foram liberados na noite do mesmo dia.

Conflitos de terra são um tema central nos relatos. Apesar de serem instituições públicas de segurança, forças policiais têm atuado como escolta para proprietários rurais em conflito com indígenas, cumprindo o papel de intimidar e expulsar indígenas de terras reivindicadas, como nos casos retratados no Mato Grosso do Sul. No sul do estado, no município de Naviraí, a comunidade Guarani Kaiowá do tekoha Kurupi foi agredida por PMs que faziam escolta de fazendeiros. Tiros foram disparados contra os indígenas, enquanto os militares cercavam a comunidade com caminhonetes e um helicóptero sobrevoava a área, forçando mulheres e crianças a se esconderem na mata.



Foto: comunidade Kurupi

Cerco da Polícia Militar ao tekoha Kurupi, em Naviraí (MS), onde PM tem atuado de forma ilegal, coagindo indígenas

Na mesma região, em março, uma operação ilegal foi realizada pela Polícia Militar, sem mandado judicial, contra a retomada do tekoha Laranjeira Nhanderu, em Rio Brillhante (MS). Essa não é a primeira vez que a PM de Mato Grosso do Sul realiza ações ilegais de despejo contra comunidades indígenas. O tekoha Laranjeira Nhanderu aguarda há décadas pela demarcação de seu território. Dois homens e uma mulher indígenas foram presos e outros indígenas atingidos por disparos de bala de borracha, incluindo um idoso. Para justificar a prisão, os Kaiowá foram acusados de desobediência. No dia seguinte, após atuação da Defensoria Pública do Estado (DPE/

MS), com apoio do Cimi, os três indígenas foram liberados por determinação da Justiça Estadual.

Na Bahia, em Santa Cruz Cabrália, um jovem Pataxó, de 16 anos, foi baleado pela PM durante uma festa destinada ao público infantil. Segundo o vereador Girlei Lage, que participava do evento, a ação foi desproporcional e abusiva. Ele relata que, quando uma viatura da PM chegou ao local, alguns adolescentes se assustaram e correram. Sem qualquer justificativa, um dos policiais começou a atirar e acabou atingindo o jovem. Questionado pelo vereador, o PM apresentou uma arma artesanal que, supostamente, estaria em posse do jovem. Segundo Girlei, na denúncia oficial apresentada depois, a arma foi substituída por uma pistola automática.

Em Santa Catarina, o governo estadual mobilizou um batalhão de choque e cavalaria da Polícia Militar para invadir a Terra Indígena (TI) Ibirama La Klãnõ, com a finalidade de fechar a comporta da Barragem Norte, localizada no interior do território Xokleng. A ação desrespeitou um acordo estabelecido há anos com as lideranças da comunidade e resultou não apenas na invasão do território, como também desencadeou violência física contra os moradores. Três Xokleng foram baleados. Após o fechamento, vastas áreas foram alagadas e diversas famílias foram obrigadas a sair de suas casas.

Em São Paulo, no mês de maio, as lideranças das comunidades Guarani da capital e do litoral paulista interditaram a rodovia dos Bandeirantes em protesto contra o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que estabelece o marco temporal como critério para demarcação de terras indígenas e impõe uma série de dispositivos que atacam os direitos territoriais indígenas e enfraquecem a proteção de terras já demarcadas. A manifestação ocorreu no dia em que, em Brasília (DF), o projeto anti-indígena foi votado e aprovado pela Câmara dos Deputados. Após algumas horas de manifestação, a intervenção da Polícia Militar e da Tropa de Choque resultou em confronto, com o uso de bombas, balas de borracha e jatos de água contra os manifestantes, causando ferimentos em dezenas de pessoas.

Foto: Richard Werá Mirim/CGY



Indígenas Guarani que se manifestavam contra o PL 490/2007 na rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, foram atacados pela PM com bombas, balas de borracha e jatos de água



ABUSO DE PODER

15 Casos

AMAZONAS

1 Caso

Data: 18/12/2023

VÍTIMA: moradores de comunidade urbana de diferentes povos

POVO: VÁRIOS POVO

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Nusoken, Avenida do Turismo, Bairro Tarumã, zona oeste de Manaus

DESCRIÇÃO: No dia 18 de dezembro, a comunidade indígena Nusoken, localizada na Avenida do Turismo, bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus, foi despejada de suas moradias pelo batalhão de choque da Polícia Federal, com apoio dos órgãos de segurança estaduais, por ordem judicial da juíza federal Jaiza Fraxe, da 1ª Vara Federal Cível. Cerca de 200 indígenas de 21 povos diferentes ocupavam o espaço há aproximadamente um ano, vivendo em contexto urbano na comunidade Nusoken. Vídeos divulgados nas redes sociais mostraram as moradias sendo derrubadas por retroescavadeiras e deixaram explícita a violência empregada pelos agentes federais durante a operação. Mulheres e crianças enfrentaram a polícia, tentando resistir, mas foram dispersadas com o uso de escudos. A reintegração de posse foi solicitada pelo Hospital Santa Julia, particular, e foi avalidada pela Funai, apesar dos ocupantes afirmarem que foram autorizados a permanecer no local. A juíza explicou em sua decisão que os indígenas já haviam sido removidos anteriormente por ordem da Justiça Estadual, mas retornaram e teriam mantido o caseiro do local em “cárcere privado”. A inspeção judicial não encontrou elementos culturais que relacionassem o terreno à ancestralidade, tradição ou cultura indígena. Embora a juíza tenha determinado que a reintegração de posse ocorresse pacificamente, sem o uso de medidas coercitivas, a PF empregou violência durante o despejo. Os indígenas despejados expressaram indignação e tristeza com a situação. Foram cedidos caminhões de mudança e carregadores, informou a PF. O coordenador regional da Funai no Amazonas, Emilson Munduruku, criticou a violência utilizada e informou que não houve notificação em tempo hábil para o órgão tomar as medidas necessárias junto às lideranças. Após a reintegração de posse, as famílias ficaram abrigadas na sede da Funai. O processo de desapropriação foi transferido do Tribunal de Justiça do Amazonas para o TRF-1 por envolver indígenas. A ação contou com a coordenação do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, juntamente com a PM, PF, Corpo de Bombeiros, entre outros órgãos.

MEIO EMPREGADO: reintegração de posse; ação truculenta

Com informações de: *Canarium*, 18/12/2023; *A Crítica*, 18/12/2023; *G1/AM*, 18/12/2023

BAHIA

1 Caso

Data: 07/10/2023

VÍTIMA: P.R.

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRÁLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: bairro Carajá

DESCRIÇÃO: O jovem indígena P.R., de 16 anos, foi baleado pela PM durante uma festa destinada ao público infantil no bairro Carajá, parte da TI Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia. Segundo o vereador Girlei Lage, que participava do evento, a ação foi desproporcional e abusiva. Ele relata que, quando uma viatura da PM chegou ao evento, P.R. e outro adolescente se assustaram e correram. Sem qualquer justificativa, um dos policiais começou imediatamente a atirar e acabou atingindo o jovem. Questionado pelo vereador, o PM apresentou uma arma artesanal que, supostamente, estaria em posse do jovem. Segundo Girlei, na denúncia oficial apresentada depois, a arma foi substituída por uma pistola automática. A irmã de P.R., que sobreviveu, relatou à imprensa que viu seu irmão sendo colocado na viatura e levado nela até o hospital. “Chegando no hospital, o policial já tinha levado ele para a sala de emergência, falando que ele estava em posse de um celular roubado” e que havia atirado “porque ele estava com um rádio e uma arma de brinquedo”, relatou a familiar. “Eu retruquei dizendo que o celular não era roubado, que eu tinha comprado para ele e tinha nota fiscal. Eles continuaram sendo bastante agressivos com os familiares no

local, acusando meu irmão de ser criminoso, sendo que o mesmo não tem passagem pela polícia, não tem envolvimento com tráfico e trabalha desde os 12 anos para ajudar a sustentar a casa e estuda na escola indígena Pataxó de Coroa Vermelha. A comunidade em peso começou a chegar no hospital, todos bastante revoltados, pois todos o conheciam e sabiam que ele era um menino de bem”, afirmou.

MEIO EMPREGADO: Disparos de arma de fogo; acusação impropriedade

Com informações de: *Bahia Notícias*, 09/10/2023; *Giro de Notícias*, 08/10/2023; *Vereador Girlei Lage*

MATO GROSSO

1 Caso

Data: Março

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SANGRADOURO/VOLTA GRANDE

MUNICÍPIO: GENERAL CARNEIRO

DESCRIÇÃO: Os indígenas Xavante denunciaram que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso dificultou sua participação na audiência pública sobre o licenciamento de duas pequenas centrais hidrelétricas perto da TI Sangradouro/Volta Grande. A audiência seria realizada remotamente, impossibilitando a participação daqueles que não possuem acesso à internet.

MEIO EMPREGADO: Ausência de participação em audiência pública

Com informações de: *Eco*, 22/03/2023

MATO GROSSO DO SUL

6 Casos

Data: 03/03/2023

VÍTIMA: Adalton Barbosa de Almeida; Clara Barbosa de Almeida; Lucimar Sanbri Centurião

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHANDERU E BOQUEIRÃO (BRILHANTE PEGUÁ)

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Retomada da Fazenda do Inho, localizada no Tekoha Laranjeira Nhanderu

DESCRIÇÃO: Na tarde de 3 de março, sem mandado judicial, a polícia despejou uma retomada e prendeu três Guarani Kaiowá do tekoha Laranjeira Nhanderu. Além dos três detidos, outros foram atingidos por disparos de balas de borracha em operação ilegal e truculenta da PM. Inicialmente, segundo os relatos dos indígenas, eles foram acusados de furto, mas acabaram sendo detidos por desobediência. A Aty Guasu (Grande Assembleia do Povo Kaiowá e Guarani) informou que o cacique Adalton Barbosa, a professora Clara Barbosa e o jovem Lucimar Sanbri Centurião, de 18 anos, foram algemados e jogados no camburão da PM. No dia seguinte às prisões, 04/03, após atuação da Defensoria Pública do Estado (DPE-MS), a juíza Monique Antunes Krieger concedeu liberdade provisória aos três indígenas, justificando que não possuíam antecedentes criminais, portanto, não havia necessidade de decretação de prisão preventiva.

MEIO EMPREGADO: Despejo ilegal; ação truculenta; prisões ilegais

Com informações de: *Campo Grande News*, 03 e 04/03/2023; *Cimi Regional Mato Grosso do Sul*

Data: 06/10/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: Ava'ete

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Ava'ete

DESCRIÇÃO: Uma operação da Polícia Federal na comunidade Guarani e Kaiowá do tekoha Ava'ete, em Dourados, resultou em violência e intimidação. Os policiais lançaram bombas e dispararam balas de borracha, revistaram casas e apreenderam celulares de lideranças indígenas, gerando um clima de medo e insegurança entre os moradores. Apesar da justificativa oficial ser a busca por armas de fogo, os indígenas possuíam apenas instrumentos tradicionais como estilingues e bastões sagrados. A ação foi questionada pela comunidade e por organizações de direitos humanos devido à sua natureza violenta e à ausência da Funai durante a intervenção federal.

MEIO EMPREGADO: Ação truculenta; apreensão ilegal

Com informações de: *Brasil de Fato*, 09/10/2023



Data: 16/03/2023

VÍTIMA: comunidade**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS-AMAMBAIPEGUA II**MUNICÍPIO:** NAVIRAÍ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** tekoha Kurupi

DESCRIÇÃO: Indígenas Guarani Kaiowá denunciaram ataques ao tekoha Kurupi, no município de Naviraí. Na tarde do dia 16 de março, a comunidade foi agredida por PMs que faziam escolta de fazendeiros. Tiros foram disparados contra os indígenas, enquanto os militares cercavam a comunidade com caminhonetes e um helicóptero sobrevoava a área, forçando mulheres e crianças a se esconderem na mata. A PM negou qualquer confronto com os indígenas, afirmando que foi chamada pelo proprietário da fazenda depois que os indígenas tentaram impedir o trabalho no local. A Polícia Federal afirmou estar averiguando a situação. Segundo os relatos, os funcionários da fazenda Tejuy avançaram com tratores sobre a comunidade, numa área de preservação permanente da propriedade, sobreposta ao território reivindicado pelos Kaiowá. Os funcionários contam com escolta policial para “gradear” a terra – a prática, com uso de grades puxadas por tratores, é utilizada no preparo da terra para o plantio de sementes, usualmente de soja ou milho.

MEIO EMPREGADO: Ação truculenta; suporte policial a ataque contra indígenas**Com informações de:** Assessoria de Comunicação do Cimi, 16/03/2023

Data: NOVEMBRO

VÍTIMA: Comunidade**POVO:** KINIKINAU**TERRA INDÍGENA:** CACHOEIRINHA**MUNICÍPIO:** MIRANDA

DESCRIÇÃO: Após o período em que a Funai esteve no território para colocar os marcos físicos e foi impedida de terminar o procedimento pelos fazendeiros da região, a comunidade relatou a entrada da Patrulha Rural no território. A unidade faz parte da Polícia Militar do estado e foi criada em 2022 para, segundo o anunciado pelo governo, apaziguar os conflitos no campo do estado. Segundo relatos da comunidade, esse destacamento da PM esteve fazendo ronda dentro do território, em especial nas áreas de retomada, sem autorização das lideranças. Tendo em vista que para ingressar na área indígena somente a Polícia Federal tem autorização e que a comunidade já sofreu com repressão policial em processos de reintegração de posse, a situação causou constrangimentos e receio da presença policial sem autorização no território.

MEIO EMPREGADO: Repressão policial**Com informações de:** Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Data: 02/03/2023

VÍTIMA: Homem idoso; homem jovem**POVO:** TERENA**TERRA INDÍGENA:** LALIMA**MUNICÍPIO:** MIRANDA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Fazenda

DESCRIÇÃO: Dois Terena, um jovem de 28 anos e um idoso de 71 anos, foram presos pela Polícia Militar Ambiental nas imediações da TI Lalima após caça de duas queixadas (tayassu pecari). Os dois indígenas caçavam em área que a comunidade reivindica como parte de seu território tradicional. Segundo relatos, a fazenda onde caçavam é uma área que os ruralistas subtraíram da reserva indígena, a qual, por sua vez, já é uma redução de seu território tradicional. Os indígenas da Reserva de Lalima reclamam que não é possível caçar apenas dentro da sua diminuta área, porque suas caças não vivem tão perto da aldeia e que os fazendeiros proibem a entrada nas áreas possíveis de caça para a comunidade. Nesse caso, indígenas relataram que a polícia não estava fazendo ronda na área e que vieram somente após chamado dos ruralistas. A comunidade reivindica a demarcação de seu território há décadas e o GT de Identificação e Delimitação do território está sem conclusão. O MPF entrou com ação obrigando o governo federal a terminar o procedimento demarcatório.

MEIO EMPREGADO: Prisão**Com informações de:** Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Diário Digital, 03/03/2023

Data: 17/12/2023

VÍTIMA: comunidade**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** IGUATEMIPEGUA I**MUNICÍPIO:** IGUATEMI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Tekoha Pyelito Kue

DESCRIÇÃO: No dia 16 de dezembro, cerca de um mês depois do brutal ataque

contra uma retomada realizada na fazenda Maringá, sobreposta à TI Iguatemipegua I, cerca de 30 indígenas do tekoha Pyelito Kue realizaram uma retomada na fazenda Cachoeira, também sobreposta ao seu território. No dia seguinte, um domingo, depois de serem acionadas por DPE, DPU, MPF e Cimi, a Funai, a Polícia Federal e a Força Nacional foram até o tekoha conversar com os indígenas. Na segunda-feira subsequente, os indígenas relatam que duas viaturas e diversos agentes do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) foram até a aldeia Pyelito Kue e perguntaram por lideranças da comunidade. Os Guarani e Kaiowá relatam que os policiais entraram na aldeia sem aviso prévio e de maneira truculenta, causando receio na comunidade, que se reuniu e exigiu a retirada do batalhão do local. No ataque de novembro, o DOF abordou o jornalista e a antropóloga que se dirigiam à região onde indígenas estavam sob cárcere. Cerca de uma hora depois, o carro deles foi cercado e eles foram agredidos por homens encapuzados e armados, que bloquearam uma via pública com caminhonetes.

MEIO EMPREGADO: invasão à comunidade; perseguição de lideranças**Com informações de:** Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Assessoria de Comunicação do Cimi, 16/12/2023

MINAS GERAIS

1 Caso

Data: 10/12/2023

VÍTIMA: POVO: XAKRIABÁ**TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ RANCHARIA**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DAS MISSÕES

DESCRIÇÃO: Nos dias 9 e de 10 de dezembro, atos de extrema truculência evidenciaram a postura abusiva da PM de Minas Gerais contra o povo Xakriabá. No dia 9, os indígenas da aldeia solicitaram apoio da PM de São João das Missões para garantir a segurança de uma festa beneficente voltada a arrecadar fundos para a cirurgia de um membro da comunidade. Por volta das onze horas da noite, quando mulheres e jovens questionaram a abordagem agressiva da PM contra um grupo de indígenas, os policiais reagiram com spray de pimenta, atingindo mulheres, gestantes, idosos e crianças. Houve confusão e, em seguida, os policiais efetuaram disparos de arma de fogo para o alto e também em direção às pessoas presentes, o que causou a morte do jovem Alisson Lacerda Abreu Xakriabá, de apenas 25 anos. Na madrugada, agentes policiais, em cinco viaturas de outras regiões do estado, entraram na aldeia sem mandato judicial. Arrombaram casas, espancaram indígenas, que, sem saber o que estava ocorrendo, acordaram assustados e amedrontados, e praticaram agressões e violências diversas, além de prenderem sete jovens Xakriabá de forma arbitrária. Todos foram liberados na noite do mesmo dia, mas os indígenas relatam que as intimidações e a presença agressiva de policiais na aldeia passaram a ser constantes.

MEIO EMPREGADO: Repressão policial; invasão de policiais; intimidação; prisões ilegais**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Leste

PARÁ

1 Caso

Data: 04/08/2023

VÍTIMA: POVO: TEMBÉ**TERRA INDÍGENA:** TURÉ / MARIQUITA**MUNICÍPIO:** TOMÉ-AÇU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bananal

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena Tembé informou que no dia da abertura do grande evento preparatório para a Cúpula da Amazônia, 04/08, policiais militares destacados da capital, Belém, e seguranças da empresa Brasil BioFuels (BBF) fortemente armados promoveram uma ação ilegal e arbitrária contra indígenas do povo Tembé, na aldeia Bananal. Durante a ação, houve disparos de arma de fogo, que parecem ter sido efetuados por seguranças da empresa BBF, atingindo o jovem indígena Kauã Tembé, 19 anos, que foi levado às pressas ao hospital. A comunidade relatou que na quinta-feira (03/08), chegou um forte e ostensivo grupamento da PM especializada no município. No dia seguinte, passaram a agir de maneira truculenta no local ocupado pela comunidade Tembé, com auxílio de seguranças fortemente armados da empresa BBF, os quais chegaram inclusive a interditar a ponte que dá acesso à área de ocupação. A comunidade pediu providências administrativas, políticas e judiciais quanto ao atentado contra a vida do jovem Kauã Tembé e a garantia de uma segurança pública que zele pelas vidas das famílias indígenas e não atue ao lado das empresas que querem matá-las. Além disso, a comunidade reivindica a demarcação e a titulação dos territórios dos povos tradicionais do Vale/Alto Acará



que sofrem com os conflitos agrários e fundiários perpetrados pela BBF e pela inoperância do estado do Pará. O MPF solicitou informações sobre o caso e pediu à Polícia Federal para abrir investigação urgente e deslocar efetivo para a região.

MEIO EMPREGADO: Ação truculenta; ataque a tiros

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Norte 2

RIO GRANDE DO SUL

1 Caso

Data: 22/05/2023

VÍTIMA: comunidade

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: RETOMADA MATO DO JÚLIO

MUNICÍPIO: CACHOEIRINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acessos à comunidade

DESCRIÇÃO: Na comunidade Mbya Guarani da Retomada Mato do Júlio (Tekoa Karanda'Ty), em Cachoeirinha, houve atividades de limpeza e drenagem de um arroio que cruza nas proximidades do Mato do Júlio, onde está localizada a comunidade indígena e que serve como caminho de acesso à cidade e ao comércio. De acordo com os Mbya Guarani, todo o material retirado deste arroio, como lama, lixo e terra, foram despejados na trilha utilizada por eles, bloqueando a passagem. A comunidade denuncia que os acessos, tanto para a cidade de Cachoeirinha como para os bairros, através de estradas e trilhas, estão com algum tipo de obstáculo, impedindo o direito de ir e vir dos Mbya. Além disso, a ação impede que as pessoas, que prestam serviço no atendimento de saúde e educação, consigam chegar até a comunidade. Os Mbya Guarani denunciaram esta arbitrariedade e solicitaram a imediata intervenção da Funai, do MPF e da DPU no sentido de assegurar seus direitos de ir e vir e de serem assistidos pelos órgãos públicos.

MEIO EMPREGADO: despejo de lixo no acesso à comunidade

Com informações de: Cimi Regional Sul

SANTA CATARINA

1 Caso

Data: 08/10/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XOKLENG

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA - LA KLÂNÔ

MUNICÍPIO: JOSÉ BOITEUX

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Plipatol

DESCRIÇÃO: Na manhã do dia 8 de outubro, a comunidade Xokleng La Klanô, localizada na Aldeia Plipatol, da TI Ibirama La Klanô, no município de José Boiteux, foi vítima de uma invasão policial. O estado de Santa Catarina mobilizou um batalhão de choque e cavalaria da Polícia Militar para invadir a TI para fechar a comporta da Barragem Norte, desrespeitando um acordo estabelecido há anos com as lideranças da comunidade. A ação resultou não apenas na invasão do território, como também desencadeou violência física contra os moradores, e três Xokleng foram baleados. Após o fechamento, vastas áreas foram alagadas e diversas famílias foram obrigadas a saírem de suas casas.

MEIO EMPREGADO: Abuso de autoridade; tiros de arma de fogo

Com informações de: Cimi Regional Sul; UOL, 08/10/2023

SÃO PAULO

2 Casos

Data: 01/04/2023

VÍTIMA: comunidade

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: KA'AGUY HOVY

MUNICÍPIO: IGUAPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Takua'ty, Itapuã, Yvyty Mirim, Ka'aguy Poty, Jeje'ty, Itagua/Yakã Mirim

DESCRIÇÃO: Em entrevista à CNN no dia 01/05, Tarcísio de Freitas, governador do estado de São Paulo, ao se referir às ocupações de terra pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), declarou que não seriam

toleradas invasões de terras no estado e que “o destino de quem invadir terra é a cadeia”. Foi seguido pela comentarista e ex-deputada federal Janaina Pascoal, que fez uma fala racista, preconceituosa e caluniosa contra os povos indígenas que vivem em cerca de sete aldeias localizadas na terra indígena Ka'aguy Hovy, no município de Iguape. Ela afirmou que estão sendo demarcadas e reivindicadas áreas que “praticamente não têm indígenas”, se referindo à população indígena do município de Iguape. “Realmente existem áreas que são demarcadas, ou que estão sendo solicitadas para fins de demarcação, e que praticamente não tem indígenas, né? Nós temos situações até de importação de indígenas [...] é um debate que acabou sendo romantizado, e é um tema que deve estar, sim, no radar de preocupação de todos nós, porque esbarra inclusive na questão da soberania nacional”. A ex-parlamentar afirmou que “tem um processo de demarcação de uma área enorme na região de Iguape que pega, inclusive, a parte urbana”. Ela relatou ter participado de uma audiência pública na Câmara Municipal de Iguape, na qual, “de um lado, teoricamente representando os indígenas, de indígena mesmo tinha um cacique, os outros eram membros do Cimi, eram membros de ONG. Não tinham nada a ver com indígenas. Dizendo que tinha que demarcar... do outro lado, havia um grupo enorme de Caiçaras [...], pessoas cujas famílias estão lá há quatro décadas ou mais”.

MEIO EMPREGADO: Discurso anti-indígena

Com informações de: CNN, 01/05/2023

Data: 30/05/2023

Foto: Richard Werá Mirim/CGY



VÍTIMA: Manifestantes

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia dos Bandeirantes

DESCRIÇÃO: As lideranças das comunidades Guarani da capital e do litoral paulista interditaram a rodovia dos Bandeirantes em protesto contra o PL 490/2007, que impõe o marco temporal. Após algumas horas de manifestação, a intervenção da Polícia Militar e da Tropa de Choque resultou em confronto, com o uso de bombas, balas de borracha e jatos de água contra os manifestantes, causando ferimentos em dezenas de pessoas. Os indígenas incendiaram parte da via como forma de denúncia contra a proposta, que ameaça as demarcações de terras indígenas e a proteção de áreas já demarcadas.

MEIO EMPREGADO: Repressão policial; Disparos de balas de borracha, bomba de gás e jato de água

Com informações de: Cimi Regional Sul; G1/SP, 30/05/2023



AMEAÇA DE MORTE

Em 2022, foram registrados 17 casos de ameaças de morte contra indígenas. Os números mais altos ocorreram no Amazonas (5), no Pará (4), no Maranhão (2) e no Mato Grosso do Sul (2). Os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraná e Tocantins registraram um caso cada.

No Maranhão foram documentados dois casos, sendo as principais vítimas as lideranças que participam dos grupos conhecidos como “Guardiões da Floresta”, que realizam atividades de monitoramento e proteção territorial – e ficaram ainda mais expostas à pressão de invasores, nos últimos anos, à medida que as ações de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis foram reduzidas pelo governo federal. As ameaças partem de grupos como caçadores, pescadores, madeireiros e narcotraficantes. Na Terra Indígena (TI) Krikati, por exemplo, além das práticas ilegais, lideranças indígenas relatam a presença de cercamento e roças dentro do território.

No Mato Grosso do Sul, também foram registrados dois casos. Num deles, um homem foi preso por ameaçar uma reza-dora de 87 anos. O outro caso envolve o sequestro e ameaça de morte contra quatro Guarani e Kaiowá em Iguatemi (MS).

O estado do Pará registrou cinco casos de ameaças de morte contra lideranças indígenas, todos com elementos em comum: a oposição à exploração ilegal de recursos naturais e a resistência à invasão de terras indígenas. Essas ameaças frequentemente envolvem madeireiros, grileiros e garim-

peiros, que recorrem à intimidação e à violência para silenciar as vozes que se erguem contra suas atividades ilegais. As lideranças ameaçadas são geralmente figuras proeminentes em suas comunidades, como a coordenadora do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita).

No norte do Pará, a TI Cachoeira Seca viveu a trágica morte de Tymbektodem Arara, ocorrida em circunstâncias ainda não esclarecidas dois dias após seu retorno de Genebra, na Suíça, onde discursou durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) sobre a situação de sua terra e os conflitos gerados pela ação predatória de invasores. Ele foi escoltado pela Força Nacional ao voltar ao Brasil. Durante sua estada em Genebra, Tymbek, como era conhecido, recebeu áudios intimidatórios atribuídos a fazendeiros locais, conforme relatado por uma pessoa que o acompanhava. Em outubro, Tymbek foi encontrado morto no rio Iriri, supostamente afogado. O caso passou a ser investigado pela Polícia Federal.

Dois dos casos citados no Amazonas ocorreram no Vale do Javari, território onde foram cometidos os assassinatos de extrema crueldade contra o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips em 2022. Em Autazes, lideranças Mura das aldeias Soares e Urucurituba relataram ter recebido ameaças de morte: “Falaram para o meu vice-tuxaua que vão dar um tiro na minha cara. Tem noite que eu nem durmo”,

Foto: Antonio Scarpinetti/SEC/Unicamp



Indígenas do Vale do Javari continuam sofrendo ameaças de não indígenas que invadem seu território. Em foto, manifestação de indígenas em Atalaia do Norte



relatou uma das lideranças. A terra indígena do povo Mura, não demarcada, está no centro dos interesses do agronegócio e da mineração, pressionada por grandes projetos de exploração de potássio, insumo utilizado na produção de fertilizantes.

Na Paraíba, a chegada de integrantes do Grupo Técnico (GT) da Funai para levantamento fundiário do território Kalankó gerou uma onda de ameaças contra as lideranças indígenas e os membros do GT. Os posseiros, contrários à demarcação da área, passaram a intimidar as lideranças locais com ameaças diretas, em redes sociais, e visitas inesperadas em suas residências. Essa situação de tensão constante colocou em risco as vidas dos líderes indígenas, da comunidade e de quem presta serviços diretos ao povo, evidenciando a fragilidade da proteção diante da ação dos invasores.

Ao sul do país, no estado do Paraná, um membro e líder espiritual da comunidade Avá-Guarani da aldeia Y'Hovy, na TI Tekoha Guasú Guavirá, foi sequestrado e espancado por dois homens não indígenas. Eles o atacaram enquanto ele trabalhava distante da aldeia, ameaçando-o de morte e abandonando-o longe da comunidade localizada em Guaíra, região oeste do estado. O líder espiritual de 56 anos foi amarrado, espancado e ameaçado com uma pistola, sendo forçado a retornar a pé para sua casa. Ele foi advertido a não denunciar o incidente, sob ameaça de morte.

AMEAÇA DE MORTE

17 Casos

ALAGOAS

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Antônio Kalankó; Paulo Kalankó; Antônio Kalankó

POVO: KALANKÓ

TERRA INDÍGENA: KALANKÓ

MUNICÍPIO: AGUA BRANCA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Redes sociais e domicílio das vítimas

DESCRIÇÃO: Devido à chegada do GT da Funai para levantamento fundiário do território tradicional Kalankó, as lideranças indígenas e o grupo de trabalho passaram a receber ameaças dos posseiros em grupos de WhatsApp do município, assim como algumas visitas nas casas das lideranças pedindo explicações sobre o processo de demarcação. As lideranças realizaram denúncia ao MPF em Alagoas e na Polícia Federal, no município de Piranhas, que abriu um inquérito para apurar denúncias de ameaças às lideranças dos indígenas Kalankó. Uma equipe da PF esteve na região de Água Branca onde realizou diligências com a finalidade de apurar as ameaças e identificar os autores. O GT conseguiu concluir os trabalhos de campo. Um inquérito foi relatado e remetido ao MPF, a quem ficou de apresentar a denúncia e iniciar o processo de responsabilização criminal pelos fatos criminosos apurados.

MEIO EMPREGADO: Ameaças e intimidação por whatsapp

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

AMAZONAS

5 Casos

Data: 16/04/2023

VÍTIMA: cacique

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

DESCRIÇÃO: Pessoas encapuzadas e armadas invadiram a TI Vale do Javari, um dia após uma operação da Polícia Federal que resultou na apreensão de madeira ilegal na região. Os invasores buscavam o cacique da aldeia, que não estava presente, disseram que queriam “acertar as contas pessoalmente” com ele, segundo consta no boletim de ocorrência do caso. A invasão ocorreu em meio a tensões na área, onde atividades ilegais, como a extração de madeira e o tráfico de drogas, são frequentes. Os indígenas solicitaram reforço policial e medidas para garantir sua segurança, criticando a demora do Estado em proteger a região do Vale do Javari. A Funai informou que está acompanhando o caso e se colocou à disposição das autoridades para combater atividades ilegais na área.

MEIO EMPREGADO: Ameaça com arma de fogo

Com informações de: Folha de São Paulo, 20/04/2023

Data: 28/04/2023

VÍTIMA: Sérgio Freitas do Nascimento

POVO: MURA

TERRA INDÍGENA: LAGO DO SOARES E URUCURITUBA

MUNICÍPIO: AUTAZES

DESCRIÇÃO: Sérgio Freitas do Nascimento Mura, de 42 anos, do município de Autazes, descreveu ameaças de morte que passou a receber, assim como outras lideranças das aldeias Soares e Urucurituba: “Falaram para o meu vice-tuxaua que vão dar um tiro na minha cara. Tem noite que eu nem durmo”. A terra indígena do povo Mura, não demarcada, está no centro dos interesses do agronegócio e da mineração, em razão do seu potencial como reserva de potássio para a indústria nacional de fertilizantes. A discussão em torno da exploração do mineral, contou lideranças Mura, deflagrou conflitos de não indígenas contra as aldeias, onde vivem cerca de 300 famílias. Em 28 de abril, o MPF/AM tornou públicas as ameaças e pediu a inclusão de indígenas no programa estadual de proteção no Amazonas.

MEIO EMPREGADO: Ameaças de morte

Com informações de: Folha de São Paulo, 10/05/2023

Data: 2023

VÍTIMA: comunidades

POVO: KANAMARI; MAIORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidades Irari, Lago do Tambaqui e Lago Grande

DESCRIÇÃO: As comunidades Irari e Lago do Tambaqui, do povo Kanamari, e Lago Grande, do povo Maioruna, na TI Vale do Javari, fazem limite pelo rio com o Peru. A região é usada como rota do narcotráfico e para pesca e caça ilegais. Os indígenas identificaram que do lado peruano existe um acampamento de traficantes, onde a cocaína é produzida. Relatam que é um acampamento grande que reúne muitos “trabalhadores” para diferentes serviços de manutenção do acampamento, e que eles vêm até as comunidades para aliciar jovens, adultos e adolescentes, e assediar os indígenas com promessas de dinheiro fácil e rápido. Os traficantes transitam nessa rota e pelas comunidades, portando armas de fogo e ameaçando os indígenas, que testemunham intimidações e ameaças por traficantes.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

Data: AGOSTO

VÍTIMA: Jonas Mura

POVO: MURA

MUNICÍPIO: SILVES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Gavião Real I

DESCRIÇÃO: A CPT Prelazia de Itacoatiara denunciou em um relatório as ameaças de morte que o cacique vem enfrentando desde 2016, quando sua casa foi incendiada. Foram várias ameaças sofridas na época que, segundo ele, são motivadas por preconceito contra sua identidade indígena. De lá para cá, Jonas e os povos indígenas dos municípios de Silves e Itapiranga vêm denunciando a entrada e instalação da empresa Eneva em seu território para exploração de petróleo e gás natural na região. Com a conivência do governo do estado, através do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), recebeu o licenciamento para o empreendimento funcionar, o que acontece desde novembro de 2017, quando a Eneva comprou o Campo de Azulão da Petrobrás. O licenciamento está repleto de irregularidades, de acordo com a ACP que a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) e a Associação Mura de Silves, da qual Jonas é o representante, propuseram à Justiça. Em maio de 2023, a Eneva convocou audiência pública e, segundo a CPT, disponibilizou em seu site um novo RIMA com “conteúdo esvaziado de informação sobre os povos que habitam na região e não mostrava com clareza os impactos” que poderiam advir da instalação e funcionamento do empreendimento. A atividade em pleno funcionamento não gerou estudos de impacto ambiental na época de sua instalação e o estudo apresentado dez anos depois continua não contemplando os povos indígenas da área em que a empresa se instala. A ACP foi acolhida pelo MPF. As irregularidades e os relatos das ameaças ao cacique



Jonas e outras lideranças apontam que os fatos estão relacionados. Um jovem indígena relatou à CPT que, numa ocasião em que estava indo caçar, chegou perto do ramal que dá acesso à aldeia, ouviu carros parando e viu saírem deles homens armados. Se retraiu, se escondeu a uma distância que dava para ouvir os homens conversando, um deles falou para outro: “o nome do cacique é Jonas. Vamos acabar com esse problema. Quero ver quem vai ter coragem para falar alguma coisa”.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: *Cenarium*, 15/10/2023; *InfoAmazônia*, 21/12/2023; *Climainfo*, 18/05/2023

Data: 2023

VÍTIMA: lideranças

POVO: APURINÁ

TERRA INDÍGENA: PAUZINHO

MUNICÍPIO: CANUTAMA

DESCRIÇÃO: A ação de empresários e fazendeiros de Lábrea e Canutama para abertura de ramais que dão acesso à BR-319 continuou em 2023 como se fossem legalizados e regulamentados. Todas as pessoas e/ou organizações indígenas, indigenistas e trabalhadores rurais que fizeram denúncias já sofreram algum tipo de ameaça de morte. Pela facilidade com que vêm atuando, deduz-se que há conivência do poder público local. Ao se omitir e nem ao menos fazer a averiguação dos fatos, fica notório que os interesses se convergem. O loteamento vem acontecendo nos últimos anos e, em 2023, as obras foram aceleradas. O trator concluiu seu trabalho e os lotes que já foram comercializados começaram a ser limpos, acredita-se que pelas pessoas que os compraram. Há informação de que uma pessoa estrangeira, norte-americana, comprou uma área de terra muito grande e que está, inclusive, amparado por um advogado proveniente de Rondônia. As denúncias continuaram sendo feitas por vários setores da sociedade local: CPT, Prelazia de Lábrea, MPF, Cimi e comunidades dos territórios. O MPF pediu ao DNIT um parecer sobre a legalidade dos ramais e, segundo as organizações e lideranças, a resposta do órgão foi de que não havia nenhum ramal sendo construído na região. De acordo com depoimento da CPT, houve duas reuniões com o procurador, uma fiscalização pelo Ibama que não conseguiu autuar ninguém e uma ação do ICMBio, que conseguiu que as obras paralisassem por um tempo. Outro problema são as queimadas que, para facilitar a abertura das áreas, acontecem seguidamente, ocasionando problemas de saúde para indígenas e não indígenas, moradores da região. Outras pessoas são assediadas pelo alto valor do pagamento pelos serviços de desmatamento e limpeza dos lotes e áreas, em alguns casos para plantar capim para pecuária. Informações que chegaram às organizações e lideranças indicam que é oferecido uma média de R\$ 200 mil por esses serviços, o que indica que são pessoas de alto poder econômico que estão se instalando na região.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Norte 1*

MARANHÃO

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Guardiões da Floresta

POVO: KRIKATI

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

MUNICÍPIO: SÍTIO NOVO

DESCRIÇÃO: Os Guardiões da Floresta são os principais ameaçados por políticos locais, pistoleiros, madeireiros, caçadores e fazendeiros que se articulam com ameaças contra a vida dos indígenas, devido a sua atuação em defesa da terra já demarcada contra as invasões ao território. A área é invadida por madeireiros, caçadores, fazendeiros e alguns agricultores que realizam suas atividades ilegais de caça, cerçamento de partes do território e roças dentro da terra indígena Krikati.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Maranhão*

Data: 2023

VÍTIMA: Guardiões da Floresta

POVO: AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

DESCRIÇÃO: Os Guardiões da Floresta da TI Caru fiscalizam o território durante todo o ano, como forma de proteção da área, e nesse trabalho se deparam com madeireiros, caçadores e invasores que os ameaçam com intimidações e até mesmo ameaças de morte. Os invasores chegaram a entrar de carro

nas aldeias perguntando pelos guardiões, tirando fotos, como um modo de intimidação e ameaça devido ao trabalho de fiscalização que eles realizam. Os Guardiões estão constantemente expostos a estas ameaças, é uma realidade recorrente durante todo o ano.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte; invasão

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Maranhão*

MATO GROSSO DO SUL

2 Casos

Data: 25/10/2023

VÍTIMA: Nhandesy (rezadora); Filha da Nhandesy

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um homem foi preso por ameaçar de morte uma rezadora de 87 anos da Aldeia Bororó, chamando-a de “bruxa” diversas vezes. Ele foi detido por lideranças e entregue à polícia, armado com uma faca. A rezadora estava tratando da companheira do acusado, que teria sido vítima de violência doméstica por ele. O acusado também ameaçou a filha da rezadora, que é aprendiz. A Nhandesy, como é chamada na língua Guarani, é conhecida na comunidade por seus tratamentos com práticas tradicionais antigas e ervas medicinais, sendo respeitada por prestar serviços voluntários.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

Com informações de: *Midiamax*, 25/10/2023

Data: 22/11/2023

VÍTIMA: Homem; Mulheres

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: IGUATEMIPEGUA I

MUNICÍPIO: IGUATEMI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mata no interior da Fazenda Maringá

DESCRIÇÃO: No dia 22 de novembro, durante as horas em que passaram sob cárcere privado na fazenda Maringá, sobreposta à TI Iguatemipectua I, quatro indígenas (três mulheres e um homem) do tekoha Pyelito Kue relatam que foram ameaçados de morte pelos seguranças privados de fazendas sobrepostas à terra indígena. Os Guarani e Kaiowá foram capturados durante ataque contra uma retomada realizada na fazenda e, em meio a agressões, foram diversas vezes ameaçados de morte. Os indígenas relatam que os seguranças conversaram entre si, na frente deles, discutindo se atirariam seus corpos “no rio ou no Paraguai”. Um indígena conta que ouviu de um dos agressores: “se não fosse o meu patrão tão bonzinho, eu ia meter [um tiro de] doze nas tuas costas. Ia fazer um buraco”. Os relatos dos indígenas apontam que a libertação do grupo detido provavelmente só ocorreu quando circulou, entre os seguranças, a informação de que havia jornalistas na região. No mesmo dia e região, à tarde, um jornalista canadense e uma antropóloga que buscavam verificar informações sobre o ataque contra a retomada foram abordados numa via pública e violentamente agredidos por homens encapuzados, armados e em caminhonetes.

MEIO EMPREGADO: cárcere privado; ameaças

Com informações de: *Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Assessoria de Comunicação do Cimi*, 19/12/2023

PARÁ

4 Casos

Data: 06/03/2023

VÍTIMA: Auricélia Arapium; Maria José Caetano Maitapu

POVO: MAYTAPU

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SANTARÉM

DESCRIÇÃO: A coordenadora do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita), Auricélia Arapium, denuncia que está sofrendo ameaças de morte por pessoas que exploram a atividade madeireira ilegal na Resex Tapajós-Arapiuns, em Santarém, no oeste do Pará. Além dela, também estão sendo ameaçadas a presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR), Maria Ivete Bastos, e Maria José Caetano Maitapu, presidente da Associação Tapajoara. As ameaças começaram porque as lideranças se opuseram à extração ilegal de madeira na região e por lutarem pelo direito à consulta prévia, livre e informada no território da Reserva Extrativista. Com mais de 600 mil hectares de floresta preservada, Resex Tapajós-Arapiuns é alvo constante da cobiça de



madeiros e grileiros de terra há muitos anos, que extraem as riquezas da região ilegalmente e sempre intimidam os povos tradicionais e quem se opõe às suas investidas. Em entrevista, foram apresentados áudios de whatsapp com as ameaças: “Eu falei para ela que se ela não cumprisse com a palavra dela, eu ia meter um projétil no miolo dela pra ela respeitar”, diz a voz masculina que, segundo apurou a Amazônia Real, pertence a Eldo, um extrativista e pastor da comunidade “Prainha do Maró”, em Santarém.

MEIO EMPREGADO: Ameaças de morte; ataques machista e misóginos

Com informações de: Oestadonet, 06/03/2023; Amazônia Real, 06/03/2023; G1/PA, 06/03/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: Fevereiro

VÍTIMA: Maria Leusa Munduruku

POVO: MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

DESCRIÇÃO: As reações à desmobilização do garimpo na TI Yanomami, que passou a ocorrer no início de 2023, passou a preocupar lideranças de outros povos indígenas, como os Munduruku. Os indígenas pedem proteção às autoridades contra as retaliações de garimpeiros. Segundo levantamento de grupos indígenas, ao menos 18 líderes indígenas estão ameaçados de morte após ações contra o garimpo ilegal no Pará. A TI Munduruku é uma das três TIs que concentram 95% do garimpo ilegal no país, juntamente com Yanomami e Kayapó. Entre os líderes ameaçados, que tiveram de deixar suas casas por pressão de criminosos, está Maria Leusa Munduruku, coordenadora da Associação das Mulheres Munduruku Wakobor n. Ela conta que a primeira vez que tomou a decisão de se esconder para se manter em segurança foi durante o governo de Bolsonaro. Desde 2018 ela sofre ameaças e já soma dois períodos em que teve que deixar tudo para trás. No primeiro deles, ela foi embora com o marido e os filhos. Da última vez, deixou o território com cerca de 35 pessoas de sua família.

MEIO EMPREGADO: Ameaças de morte

Com informações de: Poder360, 23/02/2023

Data: Outubro

VÍTIMA: Tymbektodem Arara; Liderança

POVO: ARARA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRA SECA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

DESCRIÇÃO: Tymbektodem Arara discursou durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos, na ONU. Ele era o linguista dos Arara, povo de contato recente com os não indígenas. A terra em que vivem os Arara é alvo de ação predatória para a obtenção de madeira. Segundo dados do Inpe, foram desmatados 69,7 mil hectares de floresta na TI entre 2007 e 2022. Estimativas apontam para a presença de 2 mil invasores na TI, enquanto a população Arara não passa de 200 integrantes. No período em que esteve em Genebra, na ONU, Tymbek recebeu áudios atribuídos a fazendeiros locais, segundo uma pessoa que o acompanhou. “Tanto ele quanto o cacique receberam áudios, nenhum dizendo ‘Vou te matar’, mas ‘Ah, você está aí? Que bom que está defendendo sua terra’. ‘Você não tem medo?’, ‘O que estão fazendo aí?’ E eles ficavam dando perdido, dizendo que era para apresentar a cultura Arara”, relatou ao G1 uma pessoa que esteve com Tymbek na ONU. Ao voltar ao Brasil, a Força Nacional fez a escolta de Tymbek e do cacique Arara, desde o desembarque no Pará até a chegada na aldeia. Depois, os agentes foram embora. A liderança morreu cerca de dois dias depois. O G1 procurou o MJ, responsável pela Força Nacional, que confirmou ter feito a escolta de Tymbek a pedido da Funai de 2 a 7 de outubro.

MEIO EMPREGADO: Ameaça e intimidação

Com informações de: G1/PA, 14/11/2023

Data: Setembro

VÍTIMA: Dadá Borari; Lideranças

POVO: BORARI; ARAPIUM

TERRA INDÍGENA: MARÓ

MUNICÍPIO: SANTARÉM

DESCRIÇÃO: O MPF pediu urgência no processo de demarcação da TI Maró, em decorrência de ameaças de morte, que os Arapium e Borari sofrem constantemente. A TI já foi identificada e delimitada pela Funai, e o MPF solicitou ao MJ que atue com urgência para que o processo demarcatório avance. No dia 05/09, durante atividade do grupo de monitoramento do território, o cacique foi ameaçado por um madeireiro que construiu um imóvel no interior da TI. Em audiência pública no dia 11/09, o cacique detalhou as ameaças sofridas, apresentando fotos, vídeos e áudios que indicavam esse e outros crimes cometidos pelo posseiro, incluindo pesca, caça e retirada ilegal de madeira na TI Maró. Ele relatou que foram encontradas armas de fabricação caseira com munições em um imóvel construído no território. Conta ainda

que o madeireiro ameaçou outros indígenas do grupo de monitoramento territorial, afirmando que eles formam um “grupo de vagabundos” e que “se não saíssem [da área utilizada ilegalmente por ele] iriam se machucar”.

MEIO EMPREGADO: Ameaça verbal

Com informações de: MPF/PA, 15/09/2023; Terra, 15/09/2023

PARANÁ

1 Caso

Data: 15/01/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA GUASÚ GUA VIRÁ

MUNICÍPIO: GUAÍRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Y’Hovy

DESCRIÇÃO: O membro e líder espiritual da comunidade, de 56 anos, foi trabalhar um pouco distante da aldeia Y’Hovy. Por volta das 13 horas apareceram dois homens não indígenas com pistola na mão. Enquanto um deles vasculhava se havia mais indígenas no local, o outro já estava com a arma apontada para a cabeça da liderança. Fizeram várias perguntas e, como ele tinha dificuldade para falar em português, quase nem respondia. O espancaram, pisaram na sua cabeça, o amarraram pelas mãos e pés e o colocaram no porta-malas, levando-o para muito longe. Foi retirado do veículo, quando novamente foi espancado e colocaram uma pistola em sua boca. Ameaçaram jogar gasolina e atear fogo no seu corpo. Depois de todas as ameaças e agressões, o abandonaram muito longe da aldeia Y’Hovy, tendo de retornar a pé. O ameaçaram para que não denunciasse o fato, caso contrário, o matariam. Com receio, o indígena foi registrou boletim de ocorrência.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte; intimidação com arma de fogo

Com informações de: Lideranças

PERNAMBUCO

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Lucélia Pankará

POVO: PANKARÁ

TERRA INDÍGENA: SERROTE DOS CAMPOS

MUNICÍPIO: ITACURUBA

DESCRIÇÃO: “E não tinha homem na aldeia, não?” foi um dos questionamentos ouvidos com frequência por Lucélia Pankará, a primeira cacique mulher da aldeia de mesmo nome e uma das seis cacicas em todo o estado de Pernambuco. A líder indígena costuma ouvir essa pergunta ao se apresentar em eventos públicos, com a presença de não indígenas. Desde a sua eleição para cacica, há 12 anos, vem sofrendo constantes ameaças por ter retornado à área de onde seus parentes foram removidos para a construção da barragem Luiz Gonzaga, às margens do rio São Francisco. O conflito se complicou logo após a chegada no território, ao saberem da implementação de uma usina nuclear a 4 km da aldeia, o que traria impacto direto na temperatura da água do rio e afetaria a sobrevivência dos peixes da região, que são a principal fonte de proteína dos indígenas. Desde que se opuseram à mesma, ela e sua família vêm recebendo ameaças de morte.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

Com informações de: UOL/ECO, 04/04/2023

TOCANTINS

1 Caso

Data: 06/06/2023

VÍTIMA: Mulher indígena

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAHOLÂNDIA

MUNICÍPIO: ITACAJÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Colinas

DESCRIÇÃO: Uma mulher Krahô, de 23 anos, relatou às autoridades ter sido sequestrada, no dia 2 de julho, e mantida em cárcere privado, para fins de exploração sexual e rufianismo, até a manhã do dia 6 do mesmo mês. Policiais militares a encontraram desorientada na rodoviária de Colinas do Tocantins e a levaram para a delegacia da região. Durante registro da ocorrência, a vítima informou que sofreu agressões e ameaças de morte.

MEIO EMPREGADO: Sequestro; ameaças

Com informações de: Jornal do Tocantins, 06/06/2023



Em março, em retomada realizada no tekoha Laranjeira Nhanderu, Guarani Kaiowá fazem rezas de proteção contra as ameaças de fazendeiros e seguradoras privadas

AMEAÇAS VÁRIAS

Foram registrados 40 casos de ameaças várias contra povos indígenas em 2023, nos estados do Amapá (1), Amazonas (9), Bahia (1), Maranhão (1), Minas Gerais (2), Mato Grosso do Sul (6), Mato Grosso (4), Pará (5), Rondônia (1), Roraima (6), Rio Grande do Sul (1) e São Paulo (3). Os variados tipos de ameaças e de violações registrados refletem o contexto de desmonte dos órgãos de proteção aos direitos e aos territórios dos povos originários nos últimos anos, situação que aprofundou a vulnerabilidade na qual se encontram muitos povos, comunidades e pessoas indígenas.

Uma situação recorrente, apesar das denúncias que se repetem ano a ano, é a retenção de documentos, senhas e cartões de indígenas. A violação ocorre quando os indígenas vão às cidades para acessar benefícios sociais, buscar atendimento em serviços públicos e adquirir produtos. Em Barra do Garças (MT), além de terem seus cartões retidos, os estelionatários usurpam dos Nambikwara benefícios como aposentadoria, Bolsa Família, auxílio do INSS e auxílio-maternidade, além de realizar empréstimos em seus nomes.

A persistência de práticas de exploração de trabalho análogo à escravidão envolvendo indígenas em diversas regiões do Brasil, registrada em seis casos, revela sérias violações de direitos humanos. No Amazonas e no Mato Grosso do Sul, indígenas dos povos Sateré Mawé e Guarani foram encontrados em condições de trabalho degradantes, incluindo alojamentos precários, falta de equipamentos de proteção, além da presença de crianças e adolescentes em atividades laborais.

Houve relatos de coação, retenção de documentos e endividamento de trabalhadores indígenas. Foi neste contexto de trabalho análogo à escravidão na exploração ilegal de madeira que, em abril, Reinaldo Santana Magalhães, um jovem Sateré Mawé de 20 anos, desapareceu após sair para caçar nas imediações TI Andirá-Marau. Comunidade e familiares cobram, desde então, que as autoridades investiguem o caso.

Em Dourados (MS), o local onde sete trabalhadores indígenas – incluindo uma criança de 11 anos e um adolescente de 17 – foram resgatados de trabalho em situação análoga à de escravo foi a fazenda Marreta, propriedade de um dos acusados



pelo massacre de Caarapó, que vitimou, em 2016, o agente de saúde Guarani Kaiowá Clodiodi Aquileu de Souza.

A situação denunciada pelos indígenas Guarani Kaiowá e Terena no Rio Grande do Sul, envolvendo a colheita de maçã em Vacaria, também evidencia violações graves. Em vídeos, gravados pelos próprios trabalhadores indígenas, eles mostram banheiros precários, relatam ferimentos causados por tratores e contam que foram obrigados a consumir alimentos estragados.

No norte do país, o aliciamento de jovens indígenas para trabalhar no garimpo ilegal é uma prática devastadora que desconstituiu não apenas a estrutura social, mas também as tradições ancestrais das comunidades. Ofertas de educação e oportunidades ilusórias são usadas para atrair os jovens, enquanto armas, celulares e dinheiro são oferecidos em troca de trabalho nas minas ilegais. Jovens são incentivados a desafiar a autoridade dos anciãos, ocasionando conflitos entre gerações e resultando em uma desestruturação social profunda. Além disso, o garimpo ilegal não apenas polui rios e contamina peixes, mas também corrompe o imaginário dos jovens, levando-os a idealizar uma vida marcada pela violência e pela exploração.

O aliciamento para prostituição continua sendo um tema frequente. No Amapá e em Roraima, duas operações prenderam indivíduos por tráfico de pessoas, associação para o tráfico e favorecimento à prostituição. Em Oiapoque (AP), menores indígenas eram convencidas e exploradas sexualmente, em especial por pescadores. As práticas ocorriam em um hotel da cidade, onde uma mulher relatou ter sido mantida em cárcere privado.

Em Roraima, uma quadrilha levava as vítimas até uma pista clandestina, de onde eram transportadas de avião até o garimpo ilegal na Terra Indígena (TI) Yanomami. As vítimas descobriam então que teriam que pagar pelo transporte, moradia e alimentação, acumu-



Foto: Inspeção do Trabalho/divulgação

Alojamento de trabalhadores indígenas resgatados de trabalho escravo. Proprietário da fazenda é réu pelo Massacre de Caarapó

lando uma dívida que começava em R\$ 10 mil. Para saldar essa dívida, eram forçadas a realizar até 15 programas sexuais por noite.

Ameaças e intimidações ligadas a conflitos fundiários e invasão de territórios indígenas seguiram recorrentes ao longo de 2023 e foram registradas em praticamente todos os estados, protagonizadas especialmente por fazendeiros, grileiros, madeireiros e garimpeiros.

Em pelo menos dois estados foram registrados casos de retirada de crianças indígenas de suas famílias. Em Roraima, denúncia ao Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente apontou que pelo menos seis crianças Yanomami foram acolhidas irregularmente por famílias não Yanomami, com dois processos de adoção irregular em andamento. Em Mato Grosso, uma recém-nascida do povo Warao foi retirada de sua família, em decorrência de uma ação do Conselho Tutelar e do Ministério Público de Mato Grosso (MP) após internação hospitalar. Ela saiu do hospital para uma casa de acolhida sem esclarecimentos à sua família, que não entendeu as motivações do ato.

Foto: Lígia Kloster Apell/Cimi Regional Norte 1



Arquivo pessoal



Indígenas Sateré-Mawé da comunidade Sagrado Coração de Jesus, na TI Andirá-Marau, navegam pelo rio Urupadi. O jovem Reinaldo Magalhães (acima), desaparecido desde abril, vivia na comunidade

**AMEAÇAS VÁRIAS****40 Casos****AMAPÁ****1 Caso****Data: 22/12/2023****VÍTIMA:** Menores**MUNICÍPIO:** OIAPOQUE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Contexto urbano

DESCRIÇÃO: Dois homens foram presos preventivamente pela Polícia Federal, suspeitos de aliciamento de menores indígenas em Oiapoque. As prisões, realizadas na "operação Arapuca", envolvem investigações de tráfico de drogas, tráfico de pessoas, associação para o tráfico e favorecimento à prostituição. As atividades ilegais ocorriam em um hotel da cidade, onde menores indígenas eram exploradas sexualmente, inclusive uma mulher relata ser mantida em cárcere privado. A investigação foi iniciada após denúncias dos suspeitos abordarem meninas indígenas em escolas, oferecendo prostituição para pescadores. Os agentes também cumpriram mandados de busca e apreensão em locais relacionados às práticas criminosas, um dos envolvidos ameaçava moradores para evitar denúncias à polícia.

MEIO EMPREGADO: aliciamento e exploração sexual**Com informações de:** G1/AP, 23/12/2023**AMAZONAS****9 Casos****Data: 2023****VÍTIMA:** comunidade**POVO:** MARAGUÁ**TERRA INDÍGENA:** MARAGUÁ**MUNICÍPIO:** NOVA OLINDA DO NORTE

DESCRIÇÃO: Em 2023, após três anos do Massacre do Abacaxis, o ex-secretário de Segurança Pública do Amazonas, coronel Louismar Bonates, e o ex-comandante da Polícia Militar, coronel Ayrton Norte, foram indiciados como supostos mandantes do massacre ocorrido em agosto de 2020, na região dos rios Abacaxis e Mari-Mari, entre Borba e Nova Olinda do Norte. À época, o então secretário do Fundo de Promoção Social do governo do Amazonas, Saulo Moysés Rezende Costa, e um grupo de turistas ingressaram ilegalmente no território de indígenas e ribeirinhos para praticar pesca esportiva, em plena pandemia. Em represália à resistência dos moradores, a PM deflagrou duas ações, comandadas pelos indiciados, que foram verdadeiras operações de extermínio, com resultado de 12 mortos, 4 desaparecidos e dezenas de pessoas torturadas. Ainda se faz necessária a identificação e responsabilização dos demais envolvidos nos crimes. Os primeiros indiciamentos mostram que uma equipe capacitada e comprometida está acompanhando esta questão tão complexa que já dura três anos. Nesse tempo houve rotatividade de seis delegados, diversos juizes e, na semana seguinte à notícia veiculada pelo sistema Globo (28/04/2023), anunciando os indiciamentos, houve rumores sobre uma possível manobra para retirar o atual delegado da condução do inquérito, para esvaziar a investigação. Um coletivo de organizações da sociedade civil acionou o Ministério da Justiça e a Polícia Federal para que mantenham a equipe atual e garantam a continuidade das investigações até a sua conclusão. Após as operações policiais de 2020, se intensificaram as invasões de garimpeiros, intimidações, ameaças e agressões, como a queima de uma aldeia indígena. Ainda não foi cumprida a decisão judicial da implantação de uma base móvel da PF na região. Organizações e comunidades cobram celeridade e proteção às testemunhas e aos defensores de direitos humanos que seguem desamparados pelo Estado e cuja vida e integridade correm risco. As comunidades vítimas do massacre tiveram seus direitos fundamentais à vida e à integridade física e psicológica totalmente violados, e ainda correm risco de represálias, agravado pela insegurança e pela negligência do Estado. Organizações apontam que só haverá justiça e segurança se os demais violadores forem identificados, individualizados e também indiciados, e que, para isto, é fundamental que sejam concedidas todas as medidas judiciais necessárias para permitir as investigações imparciais, contando com a colaboração da Polícia Civil do estado, que pode ter provas capazes de contribuir com a investigação da PF.

MEIO EMPREGADO: demora na resolução de massacre; insegurança**Com informações de:** G1/AM, 28/04/2023; Assessoria de Comunicação do Cimi, 18/05/2023, 03, 04 e 08/08/2023; Jornal Nacional, 28/04/2023**Data: 2º SEMESTRE****VÍTIMA:** moradores da TI Soares**POVO:** MURA**TERRA INDÍGENA:** SOARES/URUCURITUBA**MUNICÍPIO:** AUTAZES**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Internet (grupos de whatsapp)

DESCRIÇÃO: No segundo semestre do ano, a empresa Potássio do Brasil adotou uma nova estratégia para pressionar pela rápida liberação da exploração de silvinita para produção de potássio na TI Soares/Uricurituba, habitada pelo povo Mura em Autazes, Amazonas: semear a discordância entre as lideranças Mura. Uma reunião realizada em 25 de novembro, na sede do governo estadual, contou com a presença das principais lideranças Mura, do governador Wilson Lima, de parlamentares favoráveis à exploração e representantes da Potássio Brasil. Os resultados declarados da reunião, divulgados em nota oficial pelo governador, incluíram a suposta aceitação pelo povo Mura do empreendimento em seu território, além da publicação de uma carta de apoio à exploração de potássio, mesmo com o empreendimento suspenso pela Justiça Federal e sem licenciamento ambiental, na aldeia Soares, um território em processo de demarcação há 20 anos. Após a divulgação da notícia, lideranças de todas as aldeias negaram o apoio ao empreendimento. O líder da TI Soares, tuxaua Sérgio Nascimento, contestou o suposto apoio em um documento enviado ao MPF. Relatos coletados pelo MPF descrevem a gravidade das pressões sofridas pelos Mura, incluindo risco de perderem empregos, exclusão de ajuda humanitária durante a seca e ameaças de agressão física. A Potássio do Brasil elaborou diversas estratégias de convencimento, com promessas de benefícios sociais, pagamento de royalties e compra de terras. Um dos indígenas ouvidos relatou que recebeu – e recusou – oferta de R\$ 70 mil da empresa em troca de posição favorável, em assembleia, ao empreendimento de exploração. Apesar da resistência das lideranças, algumas foram cooptadas pela empresa e se posicionaram contra os pedidos do MPF à Justiça Federal, que suspendeu a licença ambiental para o empreendimento e incluiu uma multa à mineradora, após denúncias de intimidação a aldeias contrárias ao projeto.

MEIO EMPREGADO: Manipulação para favorecimento de empresa**Com informações de:** Amazônia Real, 17/11/2023; Cenarium, 22/11/2023; A Crítica, 12/12/2023; G1/AM, 25/09/2023**Data: MAIO****VÍTIMA:** Lideranças**POVO:** SATERÊ-MAWE**MUNICÍPIO:** MAUÉS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Praça da cidade

DESCRIÇÃO: O jovem indígena Reinaldo Santana Magalhães Sateré Mawé, de 20 anos, desapareceu no dia 28/04, conforme registro do Boletim de Ocorrência nº 1187, da 48ª Delegacia Interativa de Polícia (DIP) do Amazonas, em Maués. Ele foi visto pela última vez na comunidade São Sebastião do Rio Urupadi, vizinha da TI Andirá Marau, quando saiu para caçar naquelas imediações. Na região, o convívio entre indígenas e ribeirinhos é pacífico, inclusive com laços familiares. Diante da negligência dos órgãos de segurança, que tomaram providências só depois de muita insistência, uma das lideranças denunciou em sua rede social o desaparecimento de Reinaldo e solicitou aos órgãos competentes que tivessem mais seriedade e empreendessem esforços nas buscas. "Reinaldo nasceu e se criou na região, conhece muito bem as matas que percorreu atrás da caça, alimento para si e para a família. Não se perderia na mata". Essa liderança e outras duas que estavam à frente dos diálogos com os órgãos de segurança relataram que, ao frequentarem a praça central de Maués, foram fotografadas por homens de motocicleta, sem explicações ou identificações. As lideranças não fizeram BO nem outra providência, apenas relataram o ocorrido ao MPF. O ambiente é de tensão e ameaças em meio ao desaparecimento do jovem indígena. "As ameaças continuam e com o desaparecimento do Reinaldo pioraram. Inclusive, os familiares dele já foram intimidados por algumas pessoas que faziam parte da retirada ilegal de madeira, mas a gente não consegue encontrar uma solução porque tememos pela nossa vida", denunciaram as lideranças ao Amazônia Real. Relataram também uma ameaça implícita à irmã de um vigário paroquial que atua em defesa dos indígenas e ribeirinhos. Um homem a abordou e fez-lhe sinal de arma de fogo com as mãos. Reinaldo continuava desaparecido ao final de 2023.

MEIO EMPREGADO: Intimidação; ameaça velada**Com informações de:** Amazônia Real, 21/06/2023; Assessoria de Comunicação do Cimi, 02/06/2023**Data: 2023****VÍTIMA:** Indígenas; Ribeirinhos**POVO:** SATERÊ-MAWÉ**TERRA INDÍGENA:** ANDIRÁ-MARAU**MUNICÍPIO:** MAUÉS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade ribeirinha

DESCRIÇÃO: Na região do rio Urupadi, indígenas e ribeirinhos convivem pacificamente, inclusive com laços familiares. Há interação entre as pessoas em suas formas de vida e atividades que desenvolvem para subsistência e/ou comercialização. No começo do ano, os moradores indígenas e ribeirinhos



denunciaram uma madeira clandestina que se instalou em uma área da floresta do Urupadi, a qual é reivindicada pelos moradores para ser Unidade de Conservação. O processo está em andamento e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA) já se manifestou dizendo que nenhuma exploração pode ser feita sem o devido licenciamento e que, para obtê-lo, é necessário que seja feita a Consulta Prévia, Livre e Informada aos povos tradicionais e indígenas da região, conforme determina a Convenção 169 da OIT. Os madeireiros derrubaram muita madeira nobre (ipê, árvore protegida). Para fazer o trabalho contrataram trabalhadores da cidade e da região. Desconhecendo a ilegalidade da exploração e ludibriados, vários trabalhadores aceitaram o trabalho pesado de “puxar” as toras da floresta para a beira do rio e, então, realizar o escoamento da madeira. Ao ser acionado, o Cimi identificou o sistema de avião e o trabalho análogo à escravidão. A denúncia foi protocolada pelo Cimi no MPF, em 25 de maio. “Seu” Ronaldo Magalhães foi um dos trabalhadores ludibriados. Sua “empreitada” era de puxar 150 toras em 15 dias. Como, notadamente, não conseguiria, chamou seus filhos, Reinaldo Sateré Mawé, 20 anos, e mais dois menores de idade, 15 e 16 anos. Segundo uma liderança, os dois menores eram “jovens indígenas de pouca idade, mas altos e fortes para o trabalho”, por isso foram aceitos pelo “patrão”. Cada um deles receberia o mesmo valor da diária do pai. Ao concluir o trabalho, seu Ronaldo soube que devia a alimentação consumida. Além disso, acusaram seu Ronaldo do roubo de um motosserra e que ele devia pagar. Seu Ronaldo trabalhou para “pagar a dívida” até o dia em que Reinaldo desapareceu. As lideranças relataram que o “roubo da motosserra” já tinha sido relatado por outros trabalhadores, indicando ser um engodo da madeira para não pagar os trabalhadores. As lideranças não sabem dizer quantos trabalhadores foram contratados pela madeira, mas dizem que vários indígenas e ribeirinhos foram cativados pela promessa do dinheiro rápido. E que, após o desaparecimento de Reinaldo, os madeireiros deixaram a área e não pagaram nenhum deles. Os invasores abandonaram o local com toras já derrubadas logo que o desaparecimento do jovem indígena Reinaldo Sateré Mawé foi anunciado. Reinaldo desapareceu no dia 28 de abril e, apesar das buscas pela comunidade e pela PF e Corpo de Bombeiros, não foi encontrado até o final de 2023.

MEIO EMPREGADO: Trabalho análogo ao escravo

Com informações de: *Amazônia Real*, 21/06/2023; *InfoAmazônia*, 02/06/2023; *Assessoria de Comunicação do Cimi*, 02/06/2023

Data: 28/04/2023

VÍTIMA: Sérgio Mura

POVO: MURA

TERRA INDÍGENA: SOARES/URUCURITUBA

MUNICÍPIO: AUTAZES

DESCRIÇÃO: OO empreendimento da empresa Potássio do Brasil, que visa exploração de silvinita para produção de potássio, no município de Autazes, e que se encontra localizado em território do povo Mura, foi suspenso por decisão judicial a pedido do MPF/AM, que solicitou à Funai a continuidade do processo de demarcação da TI Soares/Uricurituba, diretamente afetado pelas atividades da empresa. Diante da retomada da Funai e por ocasião da primeira visita à área, que teve como objetivo explicar aos indígenas os passos do procedimento de demarcação, lideranças de Uricurituba e o tuxaua de Soares, Sérgio Mura, passaram a sofrer represálias e ameaças a sua integridade física. Em coletiva de imprensa realizada pelo MPF em abril de 2023 e amplamente divulgado na imprensa, Sérgio relata que começou a receber ameaças depois que a Funai fez a primeira visita e que informações falsas começaram a circular, incluindo a de que “a Funai ia tomar terra de fazendeiro”. Outra liderança relata que as ameaças aconteceram antes e depois da visita da Funai, incluindo um bilhete deixado no conselho indígena local, dizendo que “se [o projeto da] Potássio não acontecer, algum de vocês vai rodar”. A coletiva do MPF teve o objetivo de esclarecer que os processos de consulta que a empresa vinha realizando, entre outras atividades que deram andamento para a implementação do empreendimento, deveriam ser paralisadas até a conclusão do processo de demarcação pela Funai. O procurador Fernando Merlotto esclareceu que a área não poderá ser afetada pela exploração, pois mineração não pode acontecer em território indígena. A empresa Potássio do Brasil, segundo lideranças contrárias ao empreendimento, no decorrer do ano de 2023, usou estratégias de convencimento de pessoas e lideranças do povo Mura de que seu empreendimento é viável social, econômica e ambientalmente, cooptando, inclusive, indígenas e espalhando cizânia entre as lideranças.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

Com informações de: *UOL Economia*, 20/04/2023; *MPF/AM*, 28/04/2023

Data: 2023

VÍTIMA: comunidade

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

DESCRIÇÃO: Reportagem da Folha de São Paulo noticia a exploração dos Yanomami na extração da piaçaba, fibra usada em vassouras, na região do Médio Rio Negro. Os Yanomami, em longas jornadas, acumulam dívidas por produtos básicos e combustível, necessários para o trabalho. O avanço do garimpo ilegal e a presença de invasores na região agravam a situação humanitária, com aumento de doenças como malária e desnutrição. A presença governamental é limitada, o desmonte da Funai na região e a falta de proteção territorial também são fatores que dificultam a proteção dos direitos indígenas. A exploração é realizada por patrões que lucram com a venda da piaçaba e mantimentos, enquanto os Yanomami enfrentam endividamento e dependência. A dificuldade do povo em compreender os preços e a falta de organização para defender seus interesses os deixam mais vulneráveis.

MEIO EMPREGADO: Exploração de trabalho

Com informações de: *Folha de São Paulo*, 13/05/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: KANAMARI

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ PRETO BAUANA

MUNICÍPIO: CARAUARI

DESCRIÇÃO: Em 2023 não foram tomadas medidas de fiscalização ou proteção aos Kanamari da TI Igarapé Preto Bauana, apesar de em 2022 terem feito várias denúncias ao MPF e Funai. A sobreposição da Resex Médio Rio Jurua no território dificulta o andamento do processo de demarcação do território e, com isso, os moradores da Resex, assim como não indígenas da cidade, continuam entrando e extraindo recursos naturais (madeira, peixe, caça, frutos silvestres). As ameaças provindas dos moradores da RDS Uacari, próxima à Resex, também continuam e há indígenas que, por falta de proteção, já se manifestaram no sentido de abandonarem e saírem da área, com medo de que as ameaças se efetivem. Foi por medo de represálias que, também, os indígenas diminuíram as denúncias.

MEIO EMPREGADO: Ameaças e intimidação

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Norte 1*

Data: 2023

VÍTIMA: lideranças

POVO: MURA

TERRA INDÍGENA: MURA DO ITAPANANÁ

MUNICÍPIO: AUTAZES

DESCRIÇÃO: As castanheiras da TI Mura do Itapananá continuaram a ser abatidas em 2023, com o agravante de as lideranças passaram a sofrer ameaças diretas se continuassem a denunciar a situação. Por conta das ameaças, as lideranças pedem sigilo de seus nomes, mas relataram que, de 2022 para 2023, foram derrubadas milhares de castanheiras nas proximidades da aldeia e em todo o entorno dela, a aproximadamente 4 km da BR-230. As lideranças relatam que no entorno, perto da aldeia, há um percurso de derrubada das castanheiras de 5 km. “O quanto de corrente de motosserra não devem ter sido gastos se uma derrubada de 200 ou 250 alqueires se gasta 80 correntes? A gente foi observando e vimos as motosserras ‘voando’ todo o tempo”, afirmou um Mura, referindo-se ao barulho das motosserras funcionando e às filmagens com drones que fizeram. “Conseguimos ver aqui pertinho, do lado da aldeia. [Ao] levantar o drone daqui da aldeia, a gente consegue ver a derrubada”. As lideranças mostram-se preocupadas porque, depois da derrubada, as árvores são queimadas. “Estão chegando nas margens do Yanka Terykawa, nosso igarapé sagrado. Vai ter impacto muito grande na nossa espiritualidade. A situação é gravíssima, tanto que a gente até deu uma parada de tanto mandar documento porque a gente estava sendo ameaçado. A Funai não tem se movimentado como deveria e nós não temos garantia de proteção pelo Ministério Público, então fica meio difícil”.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Norte 1*

Data: 2023

VÍTIMA: Jovens

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira; Manaus

DESCRIÇÃO: Um grupo está sob investigação pela Polícia Federal por manipular jovens e crianças indígenas na cidade de Manaus, oferecendo-lhes lições de línguas árabe e turca, estudos do Alcorão e do Islã, com a promessa de uma educação paga na Turquia. o grupo é patrocinado pela Associação Solidária Humanitária do Amazonas (Asham) e liderada por Abdulhakim Tokdemir, que teve seus bens apreendidos e está sob investigação, juntamente com outros suspeitos de envolvimento no esquema de doutrinação religiosa e tráfico humano. A investigação revelou que esses jovens indígenas eram atraídos para o programa com a promessa de estudos na Turquia que lhes proporcionariam uma carreira promissora, como médicos, advogados, teólogos ou engenheiros. No entanto, após receberem as lições religiosas



e linguísticas, alguns deles foram deportados da Turquia por falta de visto de permanência, permanecendo detidos em Istambul por três semanas. O superintendente da PF no Amazonas, Umberto Ramos, afirmou que esses jovens indígenas são alvos fáceis para organizações criminosas, devido à sua vulnerabilidade. A oferta de uma oportunidade de educação e uma vida melhor pode ser tentadora para esses jovens, que muitas vezes enfrentam condições difíceis em suas comunidades.

MEIO EMPREGADO: Aliciamento; doutrinação; tráfico humano

Com informações de: Fantástico, 23/07/2023

BAHIA

1 Caso

Data: 29/12/2023

VÍTIMA: mulheres e crianças

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COMEXATIBA (ALDEIA CAHY)

MUNICÍPIO: PRADO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tibá

DESCRIÇÃO: No dia 29/12/2023, o empresário Rui Henrique invadiu parte da aldeia Tibá, ameaçando mulheres e crianças. As ameaças se deram porque os indígenas proibiram a extração de areia para comercialização na vila de Cumuruxatiba e região. A extração era feita dentro da delimitação da TI Comexatibá e estava afetando as nascentes de dois rios que abastecem o território e a vila de Cumuruxatiba. Acompanhados de um servidor da Funai, os indígenas registaram boletim de ocorrência na delegacia de Polícia Civil do Prado. O delegado informou às lideranças que iria remeter o inquérito para a Polícia Federal, em Porto Seguro.

MEIO EMPREGADO: Ameaças verbais; intimidação; invasão

Com informações de: Cimi Regional Leste; Funai Sul Bahia

MARANHÃO

1 Caso

Data: Fevereiro

VÍTIMA: Alcides Krikati

POVO: KRIKATI

TERRA INDÍGENA: KRIKATI

MUNICÍPIO: MONTES ALTOS

DESCRIÇÃO: No mês de fevereiro, lideranças indígenas divulgaram vídeos denunciando que fazendeiros locais, próximos à TI, ameaçaram o cacique Alcides Prötetun Krikati, da aldeia Rôohu, além de derrubarem diversos pés de pequi, buriti e outras árvores frutíferas. O local é usado pelos indígenas para buscar água para beber, cozinhar e tomar banho. Os fazendeiros fizeram a derrubada de árvores com o propósito de fazer açudes.

MEIO EMPREGADO: Ameaça; invasão

Com informações de: Lideranças; Cimi regional Maranhão

MATO GROSSO

4 Casos

Data: 17/04/2023

VÍTIMA: Fernandes; José Arruda; Vitor; Mariano; Cirilo; Aurélio; José Odilio Cambara; Carlos Ney Bacca; Feliciano Maconho Paz

POVO: CHIQUITANO

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Chiquitano foram ameaçadas depois do retorno da delegação de nove caciques que foram a Brasília, onde reivindicaram junto aos órgãos públicos a demarcação e proteção de suas terras e medidas de atenção à saúde e de educação. Uma pessoa a mando dos fazendeiros disse: “eu reino uns capangas e damos uma surra em vocês”.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Mato Grosso

Data: DEZEMBRO

VÍTIMA: criança recém-nascida

POVO: WARAO

MUNICÍPIO: CUIABÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Warao Nossa Sra. Coromoto

DESCRIÇÃO: Em dezembro de 2023, após internação hospitalar, a recém-nascida

do povo Warao foi retirada de sua família, após ação do Conselho Tutelar e MPE. Ela saiu do hospital para a casa de acolhida sem esclarecimentos à sua família, que não entendeu as motivações. Após isso, houve a judicialização do caso. A criança segue afastada da convivência da família e da comunidade indígena. Destaca-se o fato de que são migrantes venezuelanos, falantes de sua língua materna e espanhol. Foram desconsideradas as especificidades do povo, a legislação específica e até mesmo as garantias do ECA.

MEIO EMPREGADO: Retirada de criança do meio familiar

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 05/10/2023

VÍTIMA: Homens, mulheres e idosos

POVO: NAMBIKWARA

MUNICÍPIO: BARRA DO GARÇAS

DESCRIÇÃO: O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) realizou a “Operação Sawi di”, durante a qual cumpriu três mandados de busca e apreensão em escritórios que concedem empréstimos em Barra do Garças. Segundo as investigações, os suspeitos manipulavam indígenas para obter benefícios como aposentadoria, Bolsa Família, auxílio do INSS e auxílio-maternidade. Os suspeitos solicitavam os benefícios por meios virtuais, se passando pelos indígenas. Retinham documentos e cartões bancários para administrar seus benefícios e realizar empréstimos em seus nomes. A operação visa apurar crimes como falsidade ideológica, uso de documento falso, apropriação indébita, crimes contra a economia popular, furto mediante fraude e outras infrações penais.

MEIO EMPREGADO: Estelionato; retenção de documentos e cartões

Com informações de: G1/MT, 05/10/2023

Data: 28/05/2023

VÍTIMA: Estudante

POVO: HIXKARYANA

MUNICÍPIO: BELÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Universidade Federal do Pará

DESCRIÇÃO: Um jovem estudante do povo Hyskariana, de 21 anos, desapareceu da Universidade Federal do Pará, no dia 27/05/2023, quando se dirigia para a aula. A família e a universidade deram o alerta e denunciaram o desaparecimento em rede nacional de TV. No dia 30, o jovem apareceu em Brasília, relatando ter viajado por conta própria de ônibus para falar com Lula. A Funai levou-o de volta para o Pará com acompanhamento, onde foi encaminhado para avaliação médica, pois foram percebidas anomalias no relato. Abriu-se inquérito policial, pois imagens do dia do desaparecimento mostram ele sendo levado da universidade por dois homens, cambaleante, e por ter um discurso confuso e às vezes pouco coerente. A suspeita que a polícia investiga é de ter sido vítima de tráfico humano, que por algum motivo não pôde ser concluído. Tempo depois e com apoio psicológico, ele teria falado com a irmã dele que alguém ofereceu sair do país à procura de novas oportunidades. O caso seguia em investigação no final de 2023.

MEIO EMPREGADO: desaparecimento

Com informações de: Servidores públicos; indígenas

MATO GROSSO DO SUL

6 Casos

Data: 09/03/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LARANJEIRA NHANDERU E BOQUEIRÃO (BRILHANTEPEGUÁ)

MUNICÍPIO: RIO BRILHANTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Retomada da Fazenda do Inho, localizada no Tekoha Laranjeira Nhanderu

DESCRIÇÃO: O povo Guarani-Kaiowá denunciou uma série de ataques e situações de assédio envolvendo José Raul das Neves Júnior, presidente do diretório do Partido dos Trabalhadores (PT), na cidade de Rio Brilhante, e filho do dono da fazenda Inho, sobreposta ao tekoha Laranjeira Nhanderu. Em defesa do colega de partido, Zeca do PT, ex-governador do estado, discursou no dia 09/03 em sessão plenária da Assembleia Legislativa contra a comunidade de Laranjeira, que retomou a área onde fica localizada a fazenda Inho. Na ocasião, o deputado estadual acusou os Kaiowá e Guarani de invadirem a propriedade do fazendeiro e questionou a tradicionalidade da terra retomada pelo povo. Os indígenas contestam a declaração do deputado, uma vez que a área retomada é reivindicada pelos Kaiowá e Guarani há anos como parte de seu território de ocupação tradicional. De acordo com os relatos, no dia 7 de março, José Raul das Neves Júnior teria acompanhado outras duas pessoas em uma abordagem intimidatória feita ao motorista que conduziu vários indígenas à Aty Guasu, a Grande Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá, realizada entre 6 e 9 de março no tekoha Laranjeira Nhanderu.



A forma inquisidora como a conversa se deu fez o motorista denunciar o ocorrido à DPE. O caso, por sua vez, foi encaminhado pela DPE ao MPF, que solicitou que o motorista fosse ouvido pela PF para abertura de inquérito.

MEIO EMPREGADO: Ataques verbais; intimidações

Com informações de: *Correio do Estado*, 10/03/2023; *Assessoria de Comunicação do Cimi*, 14/03/2023; *Cimi Regional Mato Grosso do Sul*

Data: 18/12/2023

VÍTIMA: Criança; Adolescente; Trabalhadores

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda Marreta

DESCRIÇÃO: Sete trabalhadores indígenas, incluindo uma criança de 11 anos e um adolescente de 17, foram resgatados de trabalhos em situações análogas às de escravo na fazenda Marreta, em Dourados. O empregador, Virgílio Mettifo, aguardava julgamento, em liberdade, pelo conhecido Massacre de Caarapó, que resultou na morte de um indígena e ferimento de outros seis, em 2016. Os resgatados, que são da mesma comunidade afetada pelo massacre, estavam em condições degradantes, alojados em um pequeno galpão sem janelas, sem instalações sanitárias adequadas e sem equipamento de proteção. Mettifo alegou que os trabalhadores preferiram um alojamento alternativo e que não sabia da presença do menino de 11 anos, justificando pensar ser adulto devido à altura do garoto. Todos os valores foram devidamente quitados, incluindo verbas rescisórias e direitos trabalhistas, e acordos para compensação por danos morais foram fechados com o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Trabalho análogo ao de escravo

Com informações de: *Repórter Brasil*, 18/12/2023

Data: 24/07/2023

VÍTIMA: Trabalhadores

POVO: TERENA

MUNICÍPIO: SIDROLÂNDIA

DESCRIÇÃO: O Sindaves (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carnes e Aves de Sidrolândia) moveu uma Ação Civil Pública contra empresas terceirizadas contratadas pela Seara, do grupo JBS, alegando condições precárias de trabalho para cerca de 80 trabalhadores indígenas em Sidrolândia. As denúncias incluem falta de pagamento de horas extras e alojamentos em condições degradantes. A ação busca compensações financeiras e indenizações para os funcionários terceirizados, destacando a responsabilidade da JBS na situação. Conforme as denúncias do Sindaves, os trabalhadores não contam com camas ou beliches adequados para o descanso. Além disso, os alojamentos apresentam problemas como mofo, rachaduras e infiltrações, tanto nos dormitórios, quanto na cozinha. Não existem locais apropriados para lavar e secar roupas, guardar pertences pessoais ou instalações sanitárias para a higienização de pratos e copos. Os trabalhadores, em sua maioria do povo Terena, enfrentam condições de trabalho desumanas, com alojamentos inadequados e impedimento de retorno às aldeias por longos períodos. O sindicato busca justiça para garantir direitos trabalhistas e compensações pelos danos causados.

MEIO EMPREGADO: Exploração de trabalho

Com informações de: *Midiamax*, 24/07/2023

Data: 21/09/2023

VÍTIMA: comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA ÁGUA BONITA

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

DESCRIÇÃO: Os indígenas da aldeia Água Bonita, em Campo Grande, enfrentam dificuldades na conclusão das casas construídas por meio de programa do governo estadual, lançado há dois anos. Com o prazo final se aproximando e a obra ainda incompleta, os moradores foram informados de que precisariam arcar com os custos da mão de obra para garantir a finalização das construções. Diante dessa demanda inesperada, alguns residentes estão pagando do próprio bolso para contratar pedreiros e garantir o término das obras, enquanto outros estão contribuindo com trabalho físico. Além disso, as casas foram entregues sem itens básicos, como portas, banheiros e pias. O presidente da Associação de Moradores da Água Bonita assumiu a responsabilidade pela decisão de solicitar ajuda da comunidade para concluir as obras, destacando a urgência da situação diante das grandes necessidades enfrentadas pelo povo, como saúde precária e alimentação escassa. Enquanto isso, a Agehab, responsável pelo projeto, não respondeu aos questionamentos sobre a legalidade da situação e a ciência do governo estadual sobre o ônus financeiro imposto aos moradores, apesar de ter recebido verba do governo para a conclusão das obras.

MEIO EMPREGADO: Entrega de obra não concluída

Com informações de: *Midiamax*, 21/09/2023

Data: 04/12/2023

VÍTIMA: Edna Marques da Silva

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: NIOAQUE

MUNICÍPIO: NIOAQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: JBS Sidrolândia

DESCRIÇÃO: Uma funcionária de um frigorífico da JBS em Sidrolândia foi demitida após reclamar das condições precárias do transporte fornecido pela empresa. Edna Marques da Silva, que fazia parte de um grupo de 40 trabalhadores da TI Nioaque, foi dispensada dias após formalizar sua queixa sobre os problemas mecânicos graves de um dos ônibus utilizados. Edna, que era líder de um dos dois ônibus que levava os trabalhadores das quatro aldeias de Nioaque, fez a reclamação sobre a situação de precariedade do outro ônibus, tendo em vista que os outros indígenas tinham receio de reclamarem a situação e serem mandados embora. A funcionária foi chamada no mesmo dia da reclamação, 30/11/2023, e ameaçada pela empresa, que alegou que a reclamação não era de sua competência. Também foram chamados alguns indígenas do ônibus que era de sua liderança, obrigando-os a elegerem outra líder. Cinco dias após a denúncia, dia 04/12, a jovem foi demitida. A JBS nega que a demissão de Edna esteja relacionada às reclamações sobre o transporte. A situação gerou indignação, especialmente após a circulação de vídeos nas redes sociais mostrando os defeitos nos veículos. Lideranças indígenas afirmam que a demissão da jovem é uma forma de silenciar os funcionários e evitar críticas às más condições de trabalho. Além disso, destacam que o transporte deficiente é apenas um problema dentre várias violações de direitos trabalhistas enfrentadas pela comunidade indígena, que já havia denunciado anteriormente a empresa por condições análogas à de escravidão. O MPT está investigando o caso e destaca a importância de garantir a segurança e integridade física dos trabalhadores.

MEIO EMPREGADO: Demissão injusta; violação de direitos trabalhistas

Com informações de: *Cimi Regional Mato Grosso do Sul*; *Repórter Brasil*, 11/12/2023

Data: 16/03/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ II

MUNICÍPIO: NAVIRAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Kurupi

DESCRIÇÃO: Os Guarani e Kaiowá denunciaram ataques ao tekoha Kurupi, no município de Naviraí. Missionários do Cimi Regional Mato Grosso do Sul relatam que a comunidade foi agredida por policiais militares que faziam escolta de fazendeiros. Tiros foram disparados contra os indígenas, enquanto os militares cercavam a comunidade com caminhonetes e um helicóptero sobrevoava a área, forçando mulheres e crianças a se esconderem na mata. Seguindo uma série de ataques, ameaças e assédios, funcionários de um fazendeiro destruíram barracos e instrumentos sagrados da comunidade. Os Kaiowá também relatam que sofreram ameaças e temem novas investidas, denunciando que os agressores continuam contando com a escolta de agentes policiais para realizar os ataques. Áudios interceptados pelos indígenas corroboram a denúncia.

MEIO EMPREGADO: Ataque; ameaças

Com informações de: *Assessoria de Comunicação do Cimi*, 17/03/2023; *Cimi Regional Mato Grosso do Sul*

MINAS GERAIS

2 Casos

Data: 22/11/2023

VÍTIMA: Trabalhadores

POVO: GUARANI NHANDÉVA

MUNICÍPIO: PLANURA

DESCRIÇÃO: Um grupo de 52 trabalhadores indígenas, provenientes da aldeia Pirajuí, em Paranhos (MS), foi encontrado em condições precárias em um alojamento no município de Planura (MG), na noite de 22 de novembro. Relatos indicam que recebiam R\$ 1,45 reais por caixa de laranjas colhidas e estavam alojados em condições insalubres, sem fogão, geladeira, papel higiênico ou condições mínimas de higiene. Alguns trabalhadores, que falam apenas a língua guarani e não têm habilidades de leitura ou escrita, assinaram contratos para trabalhar para a empresa Cutrale. "A empresa paga para a gente mais ou menos R\$ 1,45 por caixa de laranjas, sendo que por dia enchemos 70 caixas. Meu primeiro salário foi de R\$ 300,00 depois de doze dias trabalhados", disse um dos homens. O MPT/MG recebeu a denúncia e iniciou uma investigação, enquanto a empresa afirmou que os trabalhadores estão registrados conforme a legislação vigente.

MEIO EMPREGADO: Trabalho análogo ao de escravo

Com informações de: *G1 Triângulo e Alto Paranaíba*, 25/11/2023



Data: 26/07/2023

VÍTIMA: Regina Leite da Silva

POVO: XAKRIABÁ

MUNICÍPIO: ITACARAMBI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estabelecimento comercial do município

DESCRIÇÃO: A vítima relatou no boletim de ocorrência que há algum tempo fazia tratamento para superar uma forte depressão, conforme laudos da Sesai e receitas das medicações usadas. Relata que precisou se deslocar para o município de Itacarambi acompanhada pelo filho para tratar de questões pessoais e que, num certo momento, o filho precisou se deslocar até uma instituição financeira. Sozinha, medicada e insegura, acabou entrando em uma farmácia enquanto aguardava o filho. Informou que estava sob forte efeito de remédios e que não se lembrava do que havia acontecido. Dias após retornar para a aldeia, começou a receber telefonemas do proprietário da farmácia exigindo o pagamento de mercadorias que supostamente teriam sido furtadas por ela. O agressor a ameaçava de prisão e que iria publicar vídeos dela nas redes sociais, os quais comprovariam os furtos. Preocupada e com medo, a vítima efetuou o pagamento, mesmo sem saber pelo que estava sendo cobrada. Essas cobranças se tornaram recorrentes e as transferências eram feitas na medida em que ela era pressionada pelo comerciante, até que a vítima foi orientada a procurar ajuda. Durante este período, o autor já havia publicado imagens internas do estabelecimento na rede do comércio local, que em seguida foram divulgadas também em outras redes criminalizando a vítima, sem ao menos ter sido registrado um boletim de ocorrência pelo responsável do estabelecimento. Diante dos fatos, a vítima procurou a Polícia Civil de Itacarambi para registrar um boletim de ocorrência e pedir providências, visto que a ação do proprietário do estabelecimento contribuiu para agravar a situação de saúde de Regina, vindo a ser necessário o aumento da dosagem de seus remédios.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação por aplicativo de mensagens

Com informações de: Cimi Regional Leste; B.O. Polícia Civil

PARÁ

5 Casos

Data: 01/02/2023

VÍTIMA: Homens; mulheres; idosos

POVO: VÁRIOS POVOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: INSS

DESCRIÇÃO: O INSS se negou a aceitar documentação dos indígenas expedida pela Funai, especialmente declaração de união estável para fins de concessão de pensão por morte de indígenas, levando a DPU a entrar com Ação Civil Pública em defesa desses indígenas. O INSS exige, para fins de concessão de pensão por morte de indígenas, a apresentação de documentos que comprovem a condição de beneficiário, em especial casamento ou união estável. A DPU argumentou que os documentos exigidos pelo INSS são regidos pela lei civil, mas os indígenas são também regidos por seus próprios costumes e tradições. O posicionamento do INSS contraria a Convenção 169 da OIT, que impõe a extensão de benefícios da seguridade social aos povos indígenas, ao mesmo tempo em que garante a esses povos a manutenção de sua própria organização social e de seus costumes. A certidão da Funai atestando a relação marital independente do momento de sua confecção e seria suficiente para fazer prova de dependência, por se tratar de documento emitido por um órgão público.

MEIO EMPREGADO: Arbitrio para comprovação de união estável

Com informações de: MPF/PA, 01/02/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: Agosto

VÍTIMA: Ítalo Tembê

POVO: TEMBÊ

TERRA INDÍGENA: TEMBÊ

MUNICÍPIO: TOMÉ-AÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia I'ixing

DESCRIÇÃO: Ítalo Tembê, de 25 anos, relata que quando estava fazendo vistoria na terra de sua comunidade, encontrou um madeireiro conhecido como "Pedro", que estava com diversas árvores derrubadas e já embarcadas em um caminhão. Ítalo relata ter alertado ao homem que ele não poderia ter cortado as árvores nem as levado, pois aquilo era roubo. O homem ameaçou o jovem indígena, afirmando que ele não teria prejuízo.

MEIO EMPREGADO: Ameaças

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Norte 2

Data: Junho

VÍTIMA: Comunidades

POVO: ZO'É

TERRA INDÍGENA: ZO'É

MUNICÍPIO: ÓBIDOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Boca do Marapi

DESCRIÇÃO: O MPF iniciou uma investigação para apurar denúncia enviada pela Coordenação da FPE Cuminapanema, da Funai, noticiando a entrada não autorizada de missionários na TI Zo'ê, no município de Óbidos, oeste do estado, na primeira semana do mês de junho. De acordo com o documento recebido pelo MPF, indígenas Tiriyo da Aldeia Boca do Marapi informaram que cerca de cinco ou seis missionários, vindos de Roraima junto com alguns indígenas, dirigiam-se ao rio Erepecuru para acessar a TI Zo'ê. O MPF de Santarém e Itaituba requisitou a PF em Santarém a abertura de inquérito policial para investigar a invasão; ele solicitou também à Funai maior detalhamento sobre a identificação dos missionários, além da rota que estão utilizando para acessar a TI Zo'ê. De acordo com o procurador da República Gustavo Alcântara, a invasão de terceiros interessados em realizar contato não autorizado e não desejado pelos indígenas foi fator central na ocorrência de epidemias e genocídio contra esses povos, a exemplo da pandemia de Covid-19. "A possível investida por missionários, não autorizada pela Funai e pelos Zo'ê, é elemento de altíssimo risco à integridade territorial e à saúde coletiva do grupo", alertou.

MEIO EMPREGADO: Entrada de terceiros sem autorização na TI

Com informações de: G1/PA, 01/06/2023

Data: 13/06 e 02/09

VÍTIMA: Comunidades

POVO: TEMBÊ

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA

MUNICÍPIO: TOMÉ-AÇU

DESCRIÇÃO: Quilombolas e indígenas de 26 comunidades do Pará, são diretamente impactados por obras da multinacional norueguesa Norsky Hydro, que acirram conflitos fundiários na região há mais de duas décadas. Uma ação ajuizada na Vara Agrária de Castanhal aponta uma série de irregularidades no licenciamento ambiental concedido pelo estado ao mineroduto mantido pela empresa Mineração Paragominas S/A, integrante do grupo Hydro, incluindo violações a direitos de povos tradicionais. Em carta aberta, várias associações da região denunciam que estradas foram abertas para a empresa, facilitando a circulação de pessoas não autorizadas nos territórios e colocando em risco a segurança das comunidades. Além disso, a Hydro, com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Pará, passou a intimidar e assediar as comunidades com policiamento ostensivo da PM. As associações destacam que "a intervenção policial tem acontecido sem nenhuma decisão judicial, obedecendo ordens diretas do secretário Ualame Machado, segundo o Comandante da PM da região". A carta denuncia que a Hydro também tem processado lideranças que questionam suas ações, contrariando a ideia de que existe diálogo pleno e escuta das comunidades. "No dia 13 de junho, um indígena Tembê, ao se manifestar sobre o incômodo das atividades da Hydro no cotidiano de sua família, já que o mineroduto passa em frente à sua casa, foi preso sob alegação de estar impedindo a circulação dos funcionários da empresa. O mesmo indígena foi acusado de crime ambiental quando fazia a coivara da sua roça (prática ancestral indígena de manejo da terra e da vegetação)", afirmam as associações. No dia 02/09/2023, por volta das 17h, representantes da Associação Indígena Tembê do Vale do Acará relatam terem sido surpreendidas por PMs e integrantes da Força Nacional, que faziam a segurança da operação da Hydro. "Ao verem a movimentação, nossas lideranças se aproximaram e questionaram – ainda do interior do carro – o porquê dos funcionários da Hydro estarem atuando no território, se há três meses as comunidades indígenas e quilombolas determinaram a suspensão de qualquer atividade da empresa" até que ela realize os estudos ambientais de componente indígena e quilombola, precedidos da consulta prévia, livre e informada. Ao tentarem descer do veículo, os indígenas foram empurrados e ameaçados pelos agentes. Mesmo com a proibição das aldeias e comunidades, a Hydro continuou operando.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: Alma Preta, 25/10/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Mulheres; moradores

POVO: TEMBÊ

MUNICÍPIO: TOMÉ-AÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Pitawá

DESCRIÇÃO: Mainumy Tembê, 35 anos, liderança da aldeia Pitawá, no município de Tomé-Açu, perdeu a filha Maiuna durante uma gravidez de risco. Uma das lideranças na luta contra os impactos devastadores da Brasil BioFuels (BBF) nas terras indígenas, sua história é um dos dramas pessoais de mulheres Tembê que se escondem em meio à "Guerra do Dendê", que já deixou pelo menos cinco mortos e opõe indígenas e quilombolas à gigante do agronegócio BBF. "Hoje eu olho pro meu filho e o abraço já me despedindo. Porque não



se sabe se eu vou estar aqui amanhã. É assim a nossa vida hoje. A gente dorme de noite na aldeia e não sabe se a nossa aldeia vai ser invadida”, conta Mainumy. Enquanto multiplicam-se os casos de indígenas baleados por seguranças privados da empresa, aumenta o nível de estresse e sofrimento psicológico de mulheres que precisam conciliar tarefas domésticas, cuidados com filhos e anciãos e o medo de viver sob permanente ameaça. O Brasil de Fato ouviu três mulheres Tembê, no município de Tomé-Açu, que lideram comunidades indígenas fora de terras demarcadas e, por isso, são mais suscetíveis à violência da pistolagem. Todas evitam sair sozinhas de casa e afirmam ter consciência de que podem ser as próximas a morrer. “Antigamente, quando eu morava com meu pai, vivíamos uma vida tranquila. Nós dormíamos, nós acordávamos e iam para a roça. Hoje em dia a mandioca não cresce mais, ela já nasce podre. As frutas também. E a gente vive só assustado, já não consegue mais dormir direito. Tudo por causa dessa maldita empresa”, narra a mãe de Mainumy, Deusalina Tembê, 64 anos. A ampliação de terras já demarcadas e a regularização de outras áreas indígenas é demandada há 30 anos. “A nossa luta tocou em interesses dos grandes empresários, do grande agronegócio. E nos tirou a liberdade de ir e vir”, resume Miriam Tembê, presidente da Associação Indígena Tembê Vale do Acará. Ela também não sabe mais o que é dormir uma noite inteira. Para tentar diminuir a preocupação constante com seus filhos, netos e outros 30 moradores da comunidade I’ixing, mandou construir um muro de tijolos, separando a pequena aldeia da estrada e das fazendas de gado. Outro reforço foi a instalação de câmeras de segurança. Miriam Tembê mostra folha da palmeira de dendê a poucos metros da casa onde mora. “Eu sou liderança, mas também sou humana. Eu tenho três filhos e quatro netos. A gente já vive assustado com qualquer barulho estranho. Não tem como a gente chegar em casa, deitar e dormir tranquilo”, conta. Ela relata que começou a notar drones sobrevoando a comunidade I’ixing, “noite e dia nos vigiando. [Monitorando] se nós estamos na nossa aldeia, se nós saímos, o tanto de gente que tem na nossa aldeia, se tem reunião ou não”.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: Brasil de Fato, 17/09/2023

RIO GRANDE DO SUL

1 Caso

Data: 25/10/2023

VÍTIMA: Trabalhadores

POVO: TERENA; GUARANI-KAIOWÁ

MUNICÍPIO: VACARIA

DESCRIÇÃO: Indígenas de Mato Grosso do Sul denunciaram à CUT-MS condições de trabalho degradantes em uma colheita de maçã no Rio Grande do Sul, possivelmente configurando trabalho análogo à escravidão. Recrutados por um homem conhecido como “Zé Carlos da maçã”, os indígenas Guarani, Kaiowá e Terena viajaram para o Rio Grande do Sul em busca de oportunidades, mas se depararam com condições insalubres nas áreas rurais de Vacaria. Vídeos gravados pelos próprios trabalhadores mostram banheiros precários e relatos de ferimentos causados por tratores. Além disso, eles alegam terem sido obrigados a consumir alimentos estragados. O presidente da CUT classificou a situação como trabalho análogo à escravidão e afirmou que acionaria as autoridades competentes. O caso será investigado pelo Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul, após encaminhamento pelo MPT/MS.

MEIO EMPREGADO: Trabalho análogo ao de escravo

Com informações de: CUT/MS; Midiamax, 25/10/2023

RONDÔNIA

1 Caso

Data: 14/05/2023

VÍTIMA: Lideranças

POVO: URU-EU-WAU-WAU

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

MUNICÍPIO: CACAULÂNDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada de acesso ao posto da Funai

DESCRIÇÃO: Um grupo de aproximadamente 50 homens cercou e intimidou, durante quatro horas, a indigenista Ivaneide Bandeira, a Neidinha Suruí, sua filha Txai Suruí e outros cinco indígenas do povo Uru-Eu-Wau-Wau, em uma estrada que dá acesso ao posto de vigilância da Funai, em Rondônia. Junto com Neidinha estavam o artista, grafiteiro e ativista Mundano e uma equipe de documentaristas, totalizando 16 pessoas. A estrada fica na região do PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) Burareiro e é parte da TI Uru-Eu-Wau-Wau, regularizada. Os homens que abordaram a equipe de Neidinha alegam que são assentados do Incra e que não há indígenas naquela área. Neidinha disse à Amazônia Real que, após fazer boletim de

ocorrência na Polícia Federal, se deu conta que se tratou de uma emboscada, na qual as principais vítimas seriam ela, Txai e os cinco indígenas. Ela também comunicou o episódio à Funai e ao MPI. “Não sei o que poderia acontecer conosco se não fosse a equipe de documentaristas que a gente estava acompanhando. Agora com a cabeça mais fresca, percebo que foi uma emboscada, eles sabiam quem a gente era. Eles estavam muito preparados e orientados. Atravessaram a estrada quando a gente passava”. A indigenista disse que durante toda a abordagem, sempre hostil, os homens fizeram filmagens dela, dos indígenas e dos seus acompanhantes. Seu receio era que houvesse mais homens escondidos dentro da mata e que eles estivessem armados, apesar de não terem apontado armas para ela. O grupo sofreu intimidações. “Eles disseram que a gente tinha invadido propriedade particular. Eu disse que ali é terra indígena. Tinham uns que estavam calmos, mas outros bem agressivos. Mas quase todos com celular gravando na nossa cara, em cima da gente. Diziam que ali nunca tinham visto índio”. Um dos Uru-Eu-Wau-Wau, que estava passando mal antes da abordagem dos homens e que precisava ser retirado para ser levado ao hospital, foi transportado por uma viatura da Funai que passava pelo local, junto com outros dois Uru-Eu-Wau-Wau. O indígena mais velho explicou ao grupo de homens que naquela área está localizado o cemitério onde estão os restos mortais de seus ancestrais. “Um dos invasores respondeu ao Uru-Eu para ele ‘tirar e levar os ossos dali’. Segundo os indígenas, “isso é resultado de terem tirado a PM e a PF de lá. Por que o pessoal do Batalhão Ambiental saiu também? Ali ninguém está seguro”.

MEIO EMPREGADO: cárcere privado; intimidação

Com informações de: Amazônia Real, 15/05/2023

RORAIMA

6 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: crianças

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: IRACEMA

DESCRIÇÃO: O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves, afirmou que uma comitiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebeu informações de que haveria seis crianças Yanomami acolhidas irregularmente por famílias não Yanomami, com dois processos de adoção irregular em andamento. Um grupo da pasta esteve em Boa Vista para reunir dados sobre as denúncias de violações de direitos, feitas pelo CIR e pela Hutukara. Alves destacou haver preocupação com a presença “muito grande” de garimpeiros na TI Yanomami – as estimativas apontam cerca de 20 mil, em um território de aproximadamente 30 mil indígenas. “Impedir o garimpo ilegal é a principal questão para garantir a vida dos Yanomami”.

MEIO EMPREGADO: Adoção ilegal

Com informações de: UOL, 01/02/2023

Data: 2023

VÍTIMA: comunidades

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda situada perto do acesso ao município

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Yanomami eram obrigados a pagar uma taxa de pelo menos R\$ 200,00 para terem acesso à sede do município de Alto Alegre, na região oeste do estado. O caso consta em relatório divulgado pelo Cedcar (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima), que visitou a cidade, acompanhando uma comitiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. A entidade apresentou um documento com o resumo da visita em Boa Vista. “Em decorrência de toda essa questão do garimpo, eles precisam ir até a sede do município comprar alimentos. E a cobrança ilegal e arbitrária de R\$ 200 por cada grupo de indígenas para que possa passar pela terra de fazendeiros. A gente repudia isso”, afirmou o secretário-geral do Cedcar, Paulo Thadeu. A informação também foi confirmada à Agência Brasil pelo líder indígena Júnior Yanomami. Segundo ele, o “pedágio” cobrado por fazendeiros pode chegar a R\$ 300 por viagem. “[Cobram] cerca de R\$ 300 em pedágio. A gente depende disso para poder chegar em Alto Alegre”, afirmou. O município faz fronteira com a TI Yanomami e é muito acessado, por via terrestre, pelos indígenas que vivem mais próximos. Eles precisam ir até a cidade comprar comida, mantimentos, sacar benefícios sociais, como o Auxílio Brasil, buscar atendimento de saúde, entre outros serviços.

MEIO EMPREGADO: cobrança de pedágio

Com informações de: Poder360, 04/02/2023



Data: 05/12/2023

VÍTIMA: Idoso

POVO: WAPIXANA

MUNICÍPIO: BONFIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fazenda na região da Serra da Lua

DESCRIÇÃO: A Polícia Militar de Roraima recebeu, no dia 5 de dezembro, denúncia anônima de que um idoso de 73 anos do povo Wapichana vivia há 30 anos em condições análogas à escravidão, em uma fazenda, da região Serra da Lua, município de Bonfim (126 km de Boa Vista). Na operação, os policiais encontraram o idoso vivendo em uma pequena casa, velha e suja, em péssimas condições. Sem água potável, com alimentação precária e energia elétrica só à noite, com gerador. O idoso contou que é o cuidador do sítio e de 70 cabeças de gado, sendo que a cada seis bezerros nascidos, ele ganhava um de seus patrões. Não tinha carteira de trabalho assinada. A fazenda pertence a uma família que visitava o local a cada 15 dias. A polícia não encontrou os donos e ninguém foi detido na operação. A PM avaliou que as condições de trabalho são precárias e o local onde o idoso vive é insalubre. O caso foi encaminhado para a Polícia Federal (PF).

MEIO EMPREGADO: Trabalho análogo ao de escravo

Com informações de: *Cenarium*, 06/12/2023; *G1/RR*, 06/12/2023

Data: 19/09/2023

VÍTIMA: crianças

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região Papiu

DESCRIÇÃO: No dia 19 de setembro, a Hutukara Associação Yanomami recebeu, através do seu Sistema de Alertas 'Wānori' - Alerta de Invasão de Garimpo e Ameaça, uma denúncia de violência extrema contra crianças e adolescentes Yanomami por parte de garimpeiros que ainda estão instalados ilegalmente no território. A associação recebeu dois vídeos de um Yanomami da região de Papiu (onde há acesso à internet), nas proximidades da pista da Bateia, macrorregião de Surucucus, que mostram as crianças amarradas em estacas no barracão de garimpeiros. Eles registram um momento em que garimpeiros acusam as crianças de terem furtado celulares. Na tentativa de recuperar os objetos, amarram e ameaçam as crianças, que supostamente teriam pegado os telefones. Um garimpeiro também tentou intimidar as vítimas, solicitando aos demais garimpeiros que "tragam os mokaua", ou seja, que sejam trazidas armas para o barracão onde as crianças estão cativas. Os indígenas são da região do Hakoma, onde há altos índices de contaminação por mercúrio. A Hutukara enviou pedido de investigação ao MPI, Funai, Polícia Federal, Ibama, 1ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro e MPF.

MEIO EMPREGADO: cárcere privado; ameaças

Com informações de: *Hutukara Associação Yanomami*

Data: 2023

VÍTIMA: Mulheres e adolescentes

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal prendeu duas irmãs suspeitas de aliciar mulheres e adolescentes para prostituição em garimpos na TI Yanomami. Marilene Guimarães Gomes e Francisca de Fátima Guimarães Gomes foram detidas como parte de um grupo criminoso que enganava as vítimas com falsas promessas de trabalho no garimpo, usando perfis falsos em redes sociais. Outros dois suspeitos ainda estão foragidos. A operação foi desencadeada após o resgate de uma adolescente em uma área de garimpo dentro da TI Yanomami. O Conselho Tutelar de Boa Vista acompanhou o caso, destacando a gravidade da situação, que envolveu até mesmo ameaças de morte às vítimas e suas famílias, configurando cárcere privado. A quadrilha utilizava um motorista para levar as vítimas até uma pista clandestina, de onde eram transportadas de avião até o garimpo ilegal na terra indígena. As vítimas descobriam então que teriam que pagar pelo transporte, moradia e alimentação, acumulando uma dívida que começava em R\$ 10 mil. Para saldar essa dívida, eram forçadas a realizar até 15 programas sexuais por noite.

MEIO EMPREGADO: aliciamento e exploração sexual

Com informações de: *Jornal Nacional*, 18/03/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Jovens

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

DESCRIÇÃO: O aliciamento de jovens indígenas para trabalhar no garimpo ilegal

é uma prática devastadora que desconstitui não apenas a estrutura social, mas também as tradições ancestrais das comunidades. Ofertas de educação e oportunidades ilusórias são usadas para atrair os jovens, enquanto armas, celulares e dinheiro são oferecidos em troca de trabalho nas minas ilegais. A antropóloga Ana Maria Machado, da Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana, que atua no território Yanomami há 15 anos, conta como esse processo cria um conflito de gerações, no qual os jovens são incentivados a desafiar a autoridade dos anciãos, resultando em uma desestruturação social profunda. Além disso, o garimpo ilegal não apenas polui rios e contamina peixes, mas também corrompe o imaginário dos jovens, levando-os a idealizar uma vida marcada pela violência. A exploração do ciclo de generosidade e reciprocidade culturalmente arraigado nas comunidades indígenas é uma forma de subversão que mina as bases culturais e espirituais desses povos, ameaçando seu modo de vida e a integridade da floresta onde habitam.

MEIO EMPREGADO: Aliciamento

Com informações de: *Brasil de Fato*, 13/03/2023

SÃO PAULO

3 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Mulher

MUNICÍPIO: SOROCABA

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal investiga o caso de uma indígena de 21 anos que estaria sendo mantida em condições análogas à escravidão em Sorocaba (SP). A jovem trabalharia como babá da filha de nove anos de um casal. Segundo o chefe regional de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, Ubiratan Vieira, o casal confessou aos fiscais do órgão que a jovem trabalhava sem descanso, com acomodação precária e descontos no salário. A jovem vivia na aldeia indígena Cartucho, no Amazonas. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, ao buscar trabalho na cidade de São Gabriel da Cachoeira, soube por meio de um anúncio que uma pessoa buscava uma funcionária sem experiência. Em 2021, ela foi a Manaus e de lá voou para Campinas. Os custos da viagem foram pagos pelos patrões.

MEIO EMPREGADO: Trabalho análogo ao de escravo

Com informações de: *Folha de S. Paulo*, 17/03/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

DESCRIÇÃO: Diante do conflito provocado pelo loteamento dentro do território da TI Jaraguá, na cidade de São Paulo, os próprios indígenas realizaram a fiscalização do território devido à ausência dos órgãos competentes. No entanto, pessoas não indígenas entraram nas aldeias, estacionaram seus carros na estrada e ameaçaram lideranças Guarani Mbya, alegando que "as coisas não iam ficar assim" e que "eles não eram donos de tudo". As denúncias foram encaminhadas e acompanhadas pelo MPF e DPJ.

MEIO EMPREGADO: Invasão; ameaças

Com informações de: *Cimi Regional Sul*

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: ALDEIA FILHOS DESTA TERRA

MUNICÍPIO: GUARULHOS

DESCRIÇÃO: A TI Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, em Guarulhos, enfrenta conflitos diários devido à construção do trecho norte da rodovia Rodoanel, que atravessa parte de seu território. Composta por diversos povos, incluindo os Pankararé, Pankararú, Kaimbé, Tupi Guarani, Guajajara, Xukuri-Kariri, Timbira e Wassu Cocal, a comunidade tem sido alvo de intensos embates, principalmente desde que a obra passou a ser administrada pela empresa APPIA. Os conflitos entre seguranças da obra e indígenas se agravaram. Membros da comunidade foram barrados e ameaçados ao circular próximo à obra da rodovia e durante trabalhos comunitários em trilhas dentro de seu território. Os seguranças afirmavam que aquelas áreas não eram parte da aldeia, mas sim da obra do Rodoanel. Esse cenário tem gerado um crescente clima de insegurança e medo entre os indígenas, que se veem expostos a situações de violência e conflito. Diante dessa realidade preocupante, a comunidade da Aldeia Multiétnica tomou medidas para denunciar a situação à Funai e ao MPF, buscando garantir o mínimo de segurança para sua população.

MEIO EMPREGADO: Ameaças; intimidação

Com informações de: *Cimi Regional Sul*



ASSASSINATOS

Dados oficiais

Em 2023, dados obtidos pelo Cimi junto ao Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) e à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) registraram a ocorrência de pelo menos 208 assassinatos de indígenas no Brasil. Como em anos anteriores, os estados que registraram o maior número assassinados foram Roraima (47), Mato Grosso do Sul (43) e Amazonas (36), que representam 39% do total. Os crimes foram registrados em 26 estados do país e vitimaram 179 homens e 30 mulheres. A maioria das vítimas, 171, tinha entre 20 e 59 anos de idade, e 19 delas tinham até 19 anos. Houve uma queda considerável nos casos que envolvem menores de idade em relação aos anos anteriores.

É importante ressaltar que os dados obtidos junto a

órgãos públicos são parciais e continuam sendo atualizados ao longo do ano, podendo sofrer alterações à medida que as bases de informação são alimentadas. Por essa razão, buscamos incluir as informações das fontes mais atualizadas, entre SIM, secretarias estaduais de saúde e Sesai.

Há, ainda, possíveis diferenças de abrangência entre as bases de dados, visto que as informações fornecidas pela Sesai e obtidas pelo Cimi via Lei de Acesso à Informação (LAI) são restritas aos óbitos registrados junto às comunidades e povos assistidos pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Como as especificações acerca do povo, território ou comunidade a que pertenciam as vítimas não são fornecidas e este campo sequer existe nos dados disponibilizados pelas secretarias e pelo SIM, não é possível cotejar dados de diferentes fontes nem fornecer detalhes e análises mais aprofundadas sobre as informações obtidas.

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Suruí Pataxó, liderança da TI Barra Velha, exibe um pano utilizado pelo jovem Samuel Cristiano do Amor Divino em rituais. Tecido foi estendido em sua memória na retomada onde morava

**ASSASSINATOS EM 2023, POR ESTADO¹**

UF	Feminino	Masculino	Total
Acre	2	4	6
Alagoas	0	0	0
Amapá	0	0	0
Amazonas	3	33	36
Bahia	1	6	7
Ceará	1	3	4
Distrito Federal	0	1	1
Espírito Santo	1	2	3
Goiás	0	0	0
Maranhão	1	9	10
Mato Grosso	0	3	3
Mato Grosso do Sul	5	38	43
Minas Gerais ²	1	0	1
Pará	0	4	4
Paraíba ²	0	6	6
Paraná	0	3	3
Pernambuco	1	5	6
Piauí	0	0	0
Rio de Janeiro	0	1	1
Rio Grande do Norte	0	2	2
Rio Grande do Sul	2	14	16
Rondônia	0	1	1
Roraima	9	38	47
Santa Catarina	1	3	4
São Paulo	0	0	0
Sergipe	0	0	0
Tocantins	1	3	4
Total	29	179	208

¹Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – maio de 2024. Dados sujeitos a revisão, extraídos em 08/06/2024.

²Fonte: Siasi. Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

ASSASSINATOS EM 2023, POR FAIXA ETÁRIA³

Faixa Etária	Número de assassinatos	%
Até 19 anos	19	9,1%
20 a 59 anos	172	82,3%
60 anos ou mais	17	8,1%
Ignorada	1	0,5%
Total	209	100%

³Mesmas fontes da tabela anterior

Dados do Cimi

Em 2023, com base em informações obtidas pelas equipes missionárias em diferentes regiões do país e em notícias publicadas nos diversos meios de comunicação, o Cimi registrou 81 casos que resultaram em 88 indígenas assassinados.

Cabe ressaltar, como de costume, que este conjunto de registros é significativamente menor do que a quantidade de mortes violentas de indígenas registradas pelas fontes oficiais. No entanto, diferente dos dados obtidos junto a órgãos públicos, este conjunto de casos permite vislumbrar alguns detalhes, ainda que de forma limitada, sobre o contexto em que ocorreram estas mortes. Por isso, mesmo utilizando os dados obtidos junto ao SIM e à Sesai como fonte primordial para a contabilização de assassinatos de indígenas, o Cimi tem optado, ao longo destes anos, por manter uma sistematização própria dos assassinatos de indígenas no Brasil.

Esses homicídios ocorreram nos estados do Acre (8), Amapá (1), Amazonas (7), Bahia (18), Ceará (1), Espírito Santo (2), Maranhão (8), Mato Grosso do Sul (19), Mato Grosso (2), Minas Gerais (1), Pará (2), Paraná (1), Rio Grande do Sul (7) Roraima (8), Santa Catarina (1), Tocantins (1) e no Distrito Federal (1).

O ano foi marcado por uma série de conflitos territoriais e assassinatos envolvendo brigas ou desavenças, muitas vezes potencializadas por bebida alcoólica. Do total, 68 das vítimas foram homens e 17 mulheres. 31% das mortes registradas pelo Cimi foram ocasionadas por arma de fogo, 29% por arma branca perfurante e 12% por espancamento.

No extremo sul da Bahia, no início do ano, os jovens Pataxó Samuel Cristiano, de 23 anos, e Nauí Brito, de 16, foram mortos na BR-101, a caminho do povoado de Montinho. Eles foram alvejados a tiros nas costas enquanto se deslocavam para uma retomada realizada pelo povo Pataxó na Terra Indígena (TI) Barra Velha do Monte Pascoal, onde viviam. A comunidade relatou que ambos haviam saído de moto para comprar alimentos. No dia 30 de janeiro, um soldado da Polícia Militar (PM) foi preso, suspeito de participar das mortes dos dois jovens indígenas.

Em dezembro, o cacique Lucas Santos Oliveira, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, foi assassinado quando retornava da cidade para a TI Caramuru Catarina Paraguassu. Dois homens em uma moto atiraram contra ele, que também estava de moto, com o filho na garupa. Lucas Pataxó era uma figura importante em sua comunidade, ocupando diversos cargos e lutando pelos direitos de seu povo.

No nordeste do Pará, Agnaldo, do povo Turiwara, foi assassinado a tiros ao amanhecer dentro das terras que a empresa Agropolma disputa com indígenas, em uma emboscada enquanto buscavam alimentos. Com Agnaldo, estava Jonas, que foi ferido na cabeça, e José Luís que também foi atingido, mas o medalhão do cordão que usava que amorteceu o impacto. A região tem sido marcada por denúncias de pressão e violência de empresas que praticam o monocultivo do dendê sobre as comunidades e territórios indígenas, especialmente dos povos Turiwara e Tembê.

No Maranhão, o número de assassinatos entre indígenas do povo Guajajara seguiu alto: sete das oito vítimas no estado



Indígenas Pataxó fazem canto ritual na TI Barra Velha do Monte Pascoal, na retomada onde os jovens Samuel e Nauí foram assassinados

pertenciam ao povo, a maioria delas da TI Arariboia. Neste território, a violência no início do ano foi tamanha que vitimou, inclusive, um não indígena: Raimundo Ribeiro da Silva, 57 anos, era motorista da Sesai e casado com uma Guajajara, com quem vivia na aldeia Abraão. Em janeiro, foi assassinado a tiros¹.

No Rio Grande do Sul, Jonas, Kaingang de 26 anos, foi morto em meio ao conflito territorial ligado à demarcação da TI Passo Grande do Rio Forquilha, em Sananduva (RS). Mais uma vítima da morosidade no processo demarcatório. A área é habitada por mais de 45 famílias Kaingang e a demarcação é solicitada desde 2000.

Na TI Yanomami, em fevereiro, um jovem foi morto e outro ferido por garimpeiros na região de Homoxi. Outros dois Yanomami foram assassinados na região de Parima. As vítimas foram atingidas por tiros, e devido à dificuldade de acesso à região de mata fechada, os corpos demoraram a ser removidos.

Em abril, durante um ritual fúnebre da comunidade Uxiu às margens do rio Mucajaí, na TI Yanomami, um jovem Yanomami de 24 anos foi atingido na testa por disparos de garimpeiros que passavam num barco durante a cerimônia. Outro homem, que também foi ferido no ataque, faleceu meses depois, devido aos ferimentos sofridos no abdômen.

Na zona urbana de Tocantinópolis (TO), em setembro, Davi Dias, do povo Apinajé, foi morto com golpes na cabeça enquanto dormia em frente a um estabelecimento comercial. Ele foi encontrado durante a madrugada por um vigilante, que o havia visto horas antes, dormindo. Quando passou novamente pelo indígena, notou que ele estava ferido.

1 Cimi Regional Maranhão repudia o assassinato de Raimundo da Silva, na TI Arariboia. Cimi Regional Maranhão, 01/02/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/02/cimi-regional-maranhao-repudia-o-assassinato-de-raimundo-da-silva-na-terra-indigena-arariboia>

ASSASSINATO

81 Casos - 88 Vítimas

ACRE

8 Casos - 8 Vítimas

Data: 05/07/2023

VÍTIMA: Ferreira Kulina

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FELJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Às margens do rio Envira

DESCRIÇÃO: Ferreira Kulina, de 50 anos, morreu após ser ferido com golpes de madeira na cabeça. O suspeito do crime também é indígena e foi preso horas depois. O homem afirmou que desconfiava que Ferreira Kulina estivesse tendo um caso com a mulher dele. Enciumado, o suspeito desferiu diversas pauladas na cabeça da vítima. Um parente, que presenciou o crime, levou Ferreira Kulina vivo para dentro de uma canoa que estava às margens do rio Envira. Cerca de 40 minutos depois, o indígena morreu dentro da embarcação. A polícia foi acionada pela equipe da Funai, recolheu o cadáver e iniciou as buscas pelo suspeito. O indígena foi achado horas depois na mesma canoa onde Ferreira Kulina morreu. Ele negou o crime, mas testemunhas confirmaram a desavença entre os indígenas.

MEIO EMPREGADO: Golpes de madeira

Com informações de: G1/AC, 05/07/2023

Data: 05/11/2023

VÍTIMA: Joel Saldanha Jaminawa

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: SENA MADUREIRA

DESCRIÇÃO: O indígena Joel Saldanha Jaminawa, de 28 anos, dirigiu-se ao município de Boca do Acre (AM) para tratar de assuntos pessoais. Durante sua estadia, enquanto estava consumindo bebidas alcoólicas, foi convidado por desconhecidos para ir até o outro lado da ponte na cidade. Lá, foi vítima de disparos de arma de fogo que atingiram seu



rosto e peito. Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionada, mas apenas pôde constatar o óbito da vítima. Um inquérito foi aberto para investigar o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental; G1/AC, 06/11/2023

Data: 24/01/2023

VÍTIMA: Saide Pereira Lampião Jaminawá

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Conjunto Habitacional Cidade do Povo

DESCRIÇÃO: Saide Pereira Lampião Jaminawá, de 33 anos, foi morto a tiros dentro de sua casa durante uma madrugada, no conjunto habitacional Cidade do Povo, em Rio Branco. Segundo informações do Centro de Operações Policiais Militares, dois homens acompanharam o Jaminawá até sua residência e invadiram o local, disparando vários tiros contra ele. Sua esposa, testemunha do crime, não reconheceu os agressores. Apesar do Samu responder ao chamado, o indígena não resistiu aos ferimentos e foi declarado morto no local. A polícia realizou buscas na área, mas nenhum suspeito foi detido até o momento. A investigação sobre a motivação do crime está em andamento pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/AC, 24/01/2023

Data: 17/0/2023

VÍTIMA: Andresmar de Souza Nascimento Kaxinawá

POVO: KAXINAWÁ

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: borracharia

DESCRIÇÃO: O indígena Andresmar de Souza Nascimento Kaxinawá, de 29 anos, foi morto a facadas durante um desentendimento em uma borracharia de Feijó. Segundo a polícia, o suspeito, que é um senhor de 68 anos, estava em uma borracharia quando a vítima começou a insultá-lo. Informações apontam que o indígena estava embriagado. Andresmar chegou a sair do local, mas retornou novamente insultando o idoso, que sacou uma faca que estava na cintura. A vítima também teria tentando bater no idoso com um pedaço de madeira. Durante a briga, o suspeito então atingiu a vítima com pelo menos duas facadas. A vítima ainda conseguiu atravessar a rua, mas logo caiu e morreu. Foram abertas investigações e a polícia informou que pediria a prisão do suspeito.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: G1/AC, 18/01/2023

Data: 24/10/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: KULINA

MUNICÍPIO: MANOEL URBANO

DESCRIÇÃO: No final da tarde do dia 24 de outubro, um membro da comunidade Kulina foi brutalmente assassinado após um desentendimento com outro membro da mesma aldeia, em Manoel Urbano. Testemunhas relataram que houve uma discussão entre os dois. A vítima estava segurando uma ripa, aparentemente com a intenção de atacar o outro, que estava com uma garrafa nas mãos. O agressor golpeou fatalmente a cabeça da vítima com a garrafa e, em seguida, usou a ripa para agredi-la repetidamente até a morte. Fragmentos da garrafa quebrada e a ripa foram encontrados junto ao corpo da vítima. A Polícia Civil passou a investigar a motivação do homicídio.

MEIO EMPREGADO: Espancamento com pedaço de madeira

Com informações de: Na Hora da Notícia, 24/10/2023

Data: 11/10/2023

VÍTIMA: Elizeu Silva Jaminawá

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: ASSIS BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: No percurso da comunidade Aldeia Morada Nova a Assis Brasil

DESCRIÇÃO: No dia 11 de outubro, Eliseu, a esposa e mais quatro indígenas saíram da Aldeia Morada Nova, de barco, com destino ao município de Assis Brasil. No meio do caminho, o grupo de indígenas teria parado para dar carona a um homem que estaria na margem do rio, pedindo que o levassem até a cidade. Ao longo do trajeto, os viajantes pararam em dois pontos à beira do manancial para comprar cachaça e seguiram viagem consumindo a bebida alcoólica. Em determinado momento, o barco bateu em um banco de areia no meio do rio e encalhou, obrigando os ocupantes a descer e empurrar a embarcação. Nesse momento, o homem que pegou carona caiu do barco e, ao se levantar, alegou que tinha sido empurrado por Elizeu. De posse de

um facão o homem começou a desferir golpes na cabeça de Elizeu, que não resistiu aos ferimentos e morreu no local.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: A Gazeta do Acre, 12/10/2023

Data: 22/04/2023

VÍTIMA: Zeza Kulina

POVO: KULINA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Às margens do Rio Envira, na cidade de Feijó

DESCRIÇÃO: Segundo a Polícia Civil, a mulher foi morta a pauladas após uma discussão com o marido. As investigações apontam que os dois estavam ingerindo bebidas alcoólicas quando começaram a discutir. Josimar Kulina pegou um terçado e começou a bater com o cabo da arma no rosto da vítima. Ainda segundo a polícia, a indígena sofreu vários golpes no rosto e também na parte de trás da cabeça, o que causou um traumatismo craniano.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: G1/AC, 23/04/2023; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 28/10/2023

VÍTIMA: Noemi Kulina

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO PURUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Salão

DESCRIÇÃO: Segundo os indígenas da comunidade, Noemi Kulina de 33 anos, foi morta após flagrar o marido estuprando a irmã dela. A esposa partiu para cima dele e, durante a briga, ele a matou com uma espingarda calibre 16. A vítima teve morte instantânea e o homem fugiu para a floresta. O autor do feminicídio, que não é indígena e é conhecido como Bentinha, foi preso.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

AMAPÁ

1 Caso - 1 Vítima

Data: 17/09/2023

VÍTIMA: Maria Clara Batista

POVO: KARIPUNA DO AMAPÁ

MUNICÍPIO: OIAPOQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Na fronteira entre o Brasil (AP) e a Guiana Francesa

DESCRIÇÃO: A menina Maria Clara Batista, de 15 anos, do povo Karipuna, município de Oiapoque, foi estuprada e jogada num pântano na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. O acusado, identificado como Carlos Roberto da Silva Ferreira, de 43 anos, foi preso tentando fugir em uma embarcação de pesca, na costa amapaense. A menina foi internada no hospital municipal, porém, após ingerir muita lama, ela contraiu infecção pulmonar. Ela foi entubada e transferida para a Guiana Francesa, mas não resistiu à gravidade do quadro, indo a óbito 4 dias depois do ataque. Vídeos de câmeras de segurança mostraram a menina saindo da área onde foi violentada, toda coberta de lama e passando mal. Imagens de outro ponto da cidade mostraram o homem também coberto de lama, lavando as pernas e os pés. "O sujeito agarrou a vítima, a jogou no pântano, estupro e tentou matar a vítima após o estupro. Ele afogou a vítima e ela ingeriu muita lama. Fomos ao hospital, e 20 minutos após o ocorrido, ela estava vomitando muita lama", descreveu o delegado da Polícia Civil em Oiapoque. O criminoso já possuía outra passagem pela polícia por estupro em 2022. Familiares da menina e comunidade Karipuna, indignados e em muito sofrimento pela crueldade, fizeram mobilizações e caminhadas em Oiapoque, pedindo justiça.

MEIO EMPREGADO: Estupro e afogamento na lama

Com informações de: G1/AP, 13 e 17/09/2023; Cimi Regional Norte 2

AMAZONAS

7 Casos - 7 Vítimas

Data: 05/02/2023

VÍTIMA: Almir Kulina

POVO: KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: JAMINAWA / ARARA DO RIO BAGÉ

MUNICÍPIO: IPIXUNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Piauí



DESCRIÇÃO: Após receber diversas denúncias de violências ocorridas na TI Vale do Javari, inclusive de assassinato, no município de Ipixuna, uma equipe do Cimi Regional Amazônia Ocidental se deslocou até a região. A equipe foi até a Aldeia Piauí, onde vivem vários grupos de indígenas isolados, e onde ocorreu o assassinato de Almir Kulina, no dia 05/02/2023. Segundo o boletim de ocorrência, registrado no dia 6 de fevereiro pelo cacique Cemir Kulina, Almir foi vítima de dois homens não indígenas que o atraíram para o consumo de bebida alcoólica e que, posteriormente, o mataram com golpes de faca no pescoço. O corpo foi lançado ao rio e somente horas depois foi encontrado e retirado do rio pelo próprio cacique que o procurava. A mãe de Almir, Numassi Kulina, foi quem comunicou o desaparecimento do filho ao cacique e disse que ele estava na companhia dos suspeitos. Os indígenas e a equipe do Cimi relatam uma situação de total abandono e desassistência pelo poder público naquela região.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 30/03/2023

VÍTIMA: Vanasharu Madija Kulina

POVO: KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: KULINA DO RIO UERÉ

MUNICÍPIO: CARAUARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Matatibem

DESCRIÇÃO: No dia 30 de março, manhã de quinta-feira, dia de seu aniversário, Vanasharu Madija Kulina, da aldeia Matatibem, rio Ueré, saiu para pescar e não voltou ao final da tarde como de costume. A comunidade estranhou e, a partir das 18h, iniciou buscas seguindo os trajetos que possivelmente Vanasharu teria feito. O corpo da indígena foi encontrado flutuando nas águas do igapó, ao lado da sua canoa, junto com o botijão de gás que Vanasharu usava como combustível do motor rabeta. Segundo a equipe da Defesa Civil, Vanasharu faleceu em decorrência de pauladas e teve seu pescoço quebrado. Nenhum documento, contudo, informou oficialmente o laudo. O atestado de óbito registrou “morte por causas desconhecidas”. Não houve nenhum encaminhamento policial, além do boletim de ocorrência.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: Lideranças

Data: 2023

VÍTIMA: Julião Kulina

POVO: KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

MUNICÍPIO: ENVIRA

DESCRIÇÃO: Um incidente ocorreu na cidade de Envira, envolvendo dois indígenas Madijá Kulina. Julião Kulina, de 25 anos, foi a vítima. Após consumirem álcool, uma discussão entre os dois resultou no ataque, onde um dos envolvidos feriu o outro com uma faca.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 14/12/2023

VÍTIMA: Jéssica Hadassa

POVO: SATERÊ-MAWE

MUNICÍPIO: PARINTINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro

DESCRIÇÃO: A indígena trans Jessica Hadassa foi assassinada com tiros na cidade de Parintins, por suspeita de ter estuprado uma criança de cinco anos, depois de ter sido inocentada do crime. Segundo o delegado Adilson Cunha, da Delegacia Interativa de Polícia (DIP), não houve sinais de violência na criança ao ser feito o corpo de delito. “A cidadã (Jéssica Hadassa) foi detida e apresentada por suposto estupro de vulnerável. Como tínhamos um prazo exíguo para terminar o procedimento, começamos as oitivas e os exames. No final da tarde, os exames realizados no Savis, responsável direto por realizar este tipo de corpo de delito em crianças, deu negativo para violência, o que fez a autoridade instaurar o inquérito para pedir novos exames para comparação. Desta forma, a detida foi liberada após prestar seu interrogatório, ficando ciente que o inquérito foi instaurado para investigar a sua conduta”, falou o delegado à Revista Cenarium. Segundo o site, “uma foto da indígena foi registrada quando ela estava na unidade policial e enviada a grupos de mensagens instantâneas. Logo, o caso causou revolta na população”. Horas depois, “o corpo da indígena foi encontrado com marcas de tiro na região da cabeça, às margens de uma área de mata, horas após ela ter deixado a sede da unidade policial. A autoria dos disparos é desconhecida”. Ainda segundo o site, “a organização comunitária ‘Juventude Saterê-Mawé’ apontou que a divulgação de fake news” foi o motivo do assassinato. Jéssica “pertencia ao território ancestral da Calha do Rio Uaicurapá, na zona rural. Em nota publicada nas redes sociais, a entidade também pede providências e res-

postas à Funai e ao MPI, além da Polícia Civil do Amazonas”. A organização manifestou repúdio e alertou que violências são praticadas constantemente contra as pessoas trans. “Infelizmente, somos violentamente debruçados diante da sociedade. Taxados como ‘selvagem’, ‘doidos da cabeça’. Palavras e ações discriminatórias contra nossos corpos por serem diferentes. Esse caso não é apenas por ela ser uma mulher trans, mas, no parâmetro geral, qualquer pessoa está sujeita, diante de ‘fake news’ ou da falta de apuração das notícias. Repudiamos qualquer violência”.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Cenarium, 15/12/2023

Data: 03/07/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: PACARAÍMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Parima

DESCRIÇÃO: Uma criança Yanomami foi morta e outros cinco indígenas ficaram feridos durante um ataque a tiros na comunidade Parima, dentro da TI Yanomami, no dia 3 de julho. A informação foi divulgada pelo MPI, que lamentou a morte da criança e informou que enviou equipes para o local. Os agressores fugiram. As vítimas foram socorridas por servidores da Sesai que atuam em uma base de apoio da região. O corpo da criança de 7 anos caiu no rio e foi localizado dias depois pelo Corpo de Bombeiros da região. Ainda não se sabe as circunstâncias do ataque e nem quem são os agressores. A suspeita é de que o ataque tenha sido causado por garimpeiros que ainda atuam no território.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/RR, 04/07/2023

Data: 26/12/2023

VÍTIMA: Luna Lorena Silva Santos

POVO: SATERÊ-MAWE

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro Santo Antônio

DESCRIÇÃO: O corpo da estudante de Letras Luna Lorena Silva Santos, 21 anos, do povo Saterê-Mawé, foi encontrado no bairro Santo Antônio, situado na Zona Oeste de Manaus, na manhã do dia 26 de dezembro. A suspeita da Associação das Mulheres Indígenas Saterê-Mawé (AMISM) é de feminicídio. Conforme nota publicada pela AMISM, o corpo da jovem estava boiando no rio Negro quando foi identificado. A Polícia Civil assumiu a investigação do caso. “É com grande pesar que informamos que o corpo encontrado boiando com marcas de violência é de uma mulher indígena. Luna Saterê-Mawé, estudante indígena da UEA e associada à AMISM. Até quando vamos presenciar a violência contra mulheres e meninas indígenas?”, questionou pelas redes sociais a associação.

MEIO EMPREGADO: Violência física

Com informações de: Cenarium, 28/12/2023

Data: 25/04/2023

VÍTIMA: Nelson Kulina

POVO: KULINA

MUNICÍPIO: EIRUNEPÉ

DESCRIÇÃO: Um adolescente indígena, de 15 anos, foi apreendido suspeito de matar o próprio pai a facadas, em Eirunepé. Ele deve responder por ato infracional análogo ao crime de homicídio, tendo como vítima seu pai Nelson Kulina, de 48 anos. De acordo com a Delegacia Especializada de Polícia (DEP), o fato ocorreu no dia 25 de abril deste ano, na rua do Aterro, bairro de Fátima. “A suposta motivação do crime teria sido a recusa do genitor do adolescente em deixá-lo ingerir bebidas alcoólicas. Ele se revoltou, pegou uma arma branca e desferiu vários golpes no pescoço da vítima, que morreu ainda no local”, explicou o investigador.

MEIO EMPREGADO: facadas

Com informações de: G1/AM, 29/05/2023

BAHIA

17 Casos - 18 Vítimas

Data: 17/01/2023

VÍTIMA: Samuel Cristiano do Amor Divino; Nauí Brito de Jesus

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL

MUNICÍPIO: ITABELA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Na BR-101, km 787, a caminho do Povoado de Montinho



Reprodução/arquivo pessoal



Nauí Brito de Jesus, de 16 anos, Samuel Cristiano do Amor Divino Braz, de 25 anos, jovens Pataxó da TI Barra Velha assassinados em 17 de janeiro de 2023

DESCRIÇÃO: Samuel Cristiano do Amor Divino, de 25 anos, e Nauí Brito de Jesus, 17 anos, foram mortos no extremo sul da Bahia. De acordo com a polícia, Nauí e Samuel foram alvejados a tiros, nas costas, na BR-101, quando se deslocavam do Povoado de Montinho para uma das fazendas ocupadas por um grupo indígena no processo de retomada feito pelo povo Pataxó da região extremo sul da Bahia. Lideranças da retomada relatam que os dois haviam saído para comprar alimentos no povoado. Os indígenas reivindicam a demarcação da TI Barra Velha do Monte Pascoal, que fica entre os municípios de Porto Seguro e Prado. Após o crime, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, disse que solicitou ao MJ o envio da Força Nacional para o local. O pedido foi reforçado pelo povo Pataxó ao longo de todo o ano, mas o efetivo não foi enviado à região. Posteriormente, no dia 30 de janeiro, um soldado da PM foi preso, suspeito de participar das mortes dos dois jovens. O PM, que não teve seu nome revelado, compareceu à delegacia acompanhado de dois advogados. Segundo as investigações, o PM prestava serviço de segurança particular na região.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/BA, 18/01/2023; Correio 24 Horas, 30/01/2023; Assessoria de Comunicação do Cimi, 14/02/2023

Data: 15/04/2023

VÍTIMA: Daniel de Sousa Santos

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: O adolescente indígena Daniel de Sousa Santos, de 17 anos, foi morto a tiros em uma área de proteção da cidade de Pau Brasil, no sul da Bahia. O crime aconteceu no sábado, dia 15 de abril. O enterro ocorreu na segunda-feira, dia 17, na Aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, em Pau Brasil. Não havia detalhes sobre a autoria e motivação do crime. O caso ficou a cargo da Delegacia Territorial de Pau Brasil, que expediu guias de perícia e remoção do corpo da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/BA, 17/04/2023

Data: 07/10/2023

VÍTIMA: Andrés de Jesus Klatt

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRÁLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro Geraldão

DESCRIÇÃO: O jovem indígena André de Jesus Klatt, de 18 anos, foi morto a tiros durante a noite do dia 7 de outubro, enquanto estava numa barbearia. Percebendo a ameaça, tentou fugir, mas foi alcançado e atingido pelos disparos. Conhecidos afirmam que o crime pode ter sido orquestrado pelo líder de uma facção local, por suspeitar de que André havia denunciado algum membro do tráfico para a polícia, resultando em uma operação na área.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Radar News, 9/10/2023; Cimi Regional Leste

Data: 25/07/2023

VÍTIMA: Dennis Kawhã Santos da Cruz

POVO: PATAXÓ

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRÁLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Praia

DESCRIÇÃO: Durante a madrugada, um adolescente foi encontrado sem vida no sul da Bahia, o que levou à mobilização dos policiais militares do 8º BPM para averiguar a denúncia na Avenida Beira Mar. Ao chegarem ao local, constataram o óbito do jovem, o local foi isolado pelos policiais e o DPT (Departamento de Polícia Técnica) foi chamado. Conforme informações da Polícia Civil, a vítima exibia sinais de espancamento, com a cabeça atingida por um objeto de madeira e concreto. Antes do crime, Dennis participava de uma festa em um bairro longe de sua residência. A Delegacia Territorial de Santa Cruz Cabrália investiga a autoria e a motivação do crime. Notícias posteriores indicam que o assassino se entregou na delegacia da Polícia Civil de Teixeira de Freitas.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: G1/BA, 25/07/2023; Cimi Regional Leste

Data: 06/10/2023

VÍTIMA: Dieliton de Oliveira Matos

POVO: PATAXÓ

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bar em São Geraldo, área rural

DESCRIÇÃO: Dieliton Oliveira Matos, de 29 anos, de origem indígena, foi morto a tiros. O incidente ocorreu em um bar no povoado de São Geraldo, zona rural de Porto Seguro, onde Dieliton foi surpreendido por dois indivíduos que saíram de um carro branco e efetuaram disparos contra ele. A suspeita é de que o assassinato seja resultado de um conflito entre facções.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Liberdade News, 07/10/2023; Cimi Regional Leste

Data: 16/11/2023

VÍTIMA: Messias Braz Correia

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Domicílio da vítima

DESCRIÇÃO: Messias foi alvejado por vários tiros na porta de sua casa. O agressor o chamou pelo nome, por volta das três horas, conforme relato de sua esposa. Na mesma noite, outro assassinato ocorreu, possivelmente vinculado aos mesmos agressores. A polícia investiga os casos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Giro de Notícias, 16/11/2023; Cimi Regional Leste

Data: 16/11/2023

VÍTIMA: Reynan Souza Braz

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pará

DESCRIÇÃO: Durante a madrugada do dia 16 de novembro, Reynan Souza Braz foi assassinado na Aldeia Pará. Segundo informações, Reynan, que residia na Aldeia Xandó, chegou à Aldeia Pará por volta da 1h, utilizando um veículo prata com faróis vermelhos e estava acompanhado por pelo menos três indivíduos. Os ocupantes estacionaram o veículo e seguiram a pé pela estrada, chamando em voz alta o nome de um homem, como se estivessem procurando por ele. Em um determinado momento, efetuaram vários disparos de arma de fogo contra Reynan, que faleceu no local.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Radar, 16/11/2023; Cimi Regional Leste

Data: 2023

VÍTIMA: Ademir Machado Reis

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: ITAMARAJU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Trevo do Parque

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado em uma área de mata nas proximidades da aldeia Trevo do Parque. Tinha idade ignorada e era morador da aldeia Trevo do Parque, com laços familiares na TI Caramuru Catarina Paraguaçu, em Pau Brasil. Também recebemos informações de que o mesmo sofria de distúrbios mentais, relatos passados pelas lideranças.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 15/04/2023

VÍTIMA: Daniel Souza dos Santos

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU



MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia da Serra do Mundo Novo

DESCRIÇÃO: Daniel Souza dos Santos, de 17 anos, da aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, se envolveu em uma discussão com um não indígena e foi morto na cidade de Pau Brasil. O incidente ocorreu na aldeia da Serra do Mundo Novo e foi motivado por questões relacionadas ao aluguel de pasto para gado.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 25/09/2023

VÍTIMA: Isaías Silva de Andrade

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região Mumbuca

DESCRIÇÃO: Isaías Silva de Andrade, 24 anos, foi morto a tiros, após desentendimento com seu irmão. A esposa de Isaías estava grávida. O autor do crime se apresentou à polícia e foi detido. No dia 22 de fevereiro, foi absolvido pelo tribunal do júri da Comarca de Camacan, alegando legítima defesa, conforme sustentado pela defesa durante o julgamento.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: OUTUBRO

VÍTIMA: Leandro de Butazara

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pau Brasil

DESCRIÇÃO: Leandro de Butazara, residente na aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, localizada em Pau Brasil, foi vítima de assassinato, segundo informações obtidas junto a algumas lideranças locais. O caso, que chocou a comunidade, ainda está sob investigação.

MEIO EMPREGADO: Assassinato

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 21/12/2023

VÍTIMA: Lucas Oliveira Santos

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: O cacique Lucas Santos Oliveira, de 31 anos, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, foi assassinado quando retornava da cidade de Pau Brasil, no extremo sul da Bahia, para a aldeia Caramuru Catarina Paraguassu. De acordo com informações do Movimento Unido dos Povos e Organizações da Bahia (Mupoiba) e da Polícia Civil, dois homens em uma moto atiraram contra cacique, que estava em sua moto, com o filho na garupa. Cacique Lucas Pataxó Hã-Hã-Hãe era coordenador da Região Sul do Mupoiba, agente de saúde da Sesai, mobilizador de esportes na comunidade, defensor da educação escolar indígena, conselheiro estadual dos Direitos dos Povos Indígenas da Bahia (Copiba) e presidente do Diretório Municipal da Rede Sustentabilidade. Lucas Pataxó deixa a esposa e dois filhos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste, Brasil de Fato, 22/12/2023

Data: 03/06/2023

VÍTIMA: Yawere Santana

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR de Potiraguá

DESCRIÇÃO: Yawre Santana, de 24 anos, que deixou esposa e um filho, residia no município de Eunápolis. Ele foi sequestrado pelo tráfico e posteriormente executado a tiros na BR de Potiraguá. O corpo foi identificado pela família, 15 dias depois, no IML.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: FEVEREIRO

VÍTIMA: Tuã Alves

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: ITAJU DO COLONIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região das Alegrias

DESCRIÇÃO: Tuã Alves, de 20 anos, morador da aldeia Caramuru Catarina Para-

guaçu, localizada em Pau Brasil, foi brutalmente assassinado. De acordo com relatos de algumas lideranças, o crime ocorreu devido a um acerto de contas.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 2023

VÍTIMA: Iranildo Jesus dos Santos

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: Iranildo Jesus dos Santos, de 28 anos, da aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, no município de Pau Brasil, foi morto em uma troca de tiros com a polícia.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 15/10/2023

VÍTIMA: Priscila Xavier de Lima

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: Priscila Xavier de Lima, de 32 anos, da aldeia Caramuru Catarina Paraguaçu, no município de Pau Brasil, na Bahia, foi assassinada com requintes de crueldade, deixando dois filhos.

MEIO EMPREGADO: Assassinada com requintes de crueldade

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 08/02/2023

VÍTIMA: Dhiones Nunes da Costa

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vera Cruz, Distrito de Porto Seguro

DESCRIÇÃO: A família de Dhionides Nunes da Costa, de 18 anos, residente no Distrito de Vera Cruz, município de Porto Seguro, denuncia a morte do jovem, tendo como principais suspeitos milicianos da Polícia Militar.

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

CEARÁ

1 Caso - 1 Vítima

Data: 01/07/2023

VÍTIMA: Maria Gerlene Silva de Oliveira

POVO: KANINDÉ

MUNICÍPIO: ARATUBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Sítio Fernandes, zona rural de Aratuba

DESCRIÇÃO: Uma professora indígena foi morta a facadas no Sítio Fernandes, zona rural da cidade de Aratuba, no interior do Ceará. O corpo de Maria Gerlene Silva Oliveira, de 34 anos, foi encontrado na casa onde morava. O companheiro dela, suspeito do crime, cometeu suicídio. A Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (Fepoince) e a organização dos Professores Indígenas do Ceará (Oprince), divulgaram notas de pesar pela morte de Gerlane, que era do povo Kanindé de Aratuba. Ela deixa dois filhos. A Secretaria da Segurança Pública afirma que o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa investiga o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: G1/CE, 01/07/2023

DISTRITO FEDERAL

1 Caso - 1 Vítima

Data: 17/10/2023

VÍTIMA: criança

POVO: MAKUXI

MUNICÍPIO: SOBRADINHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Domicílio familiar

DESCRIÇÃO: No dia 17/10/2023, uma terça-feira pela manhã, no bairro Paranoá, Wagner Pereira da Silva estava em casa, na companhia de seu filho de 2 anos de idade. A mãe da criança não estava presente, por encontrar-se na universidade. Wagner agrediu a criança, causando lesões em diversas partes do corpo. Os bombeiros foram acionados pela mãe para prestar socorro e, chegando ao local, os oficiais constataram a morte do menino, diante das múltiplas lesões apresentadas, e acionaram a Polícia Militar, que conduziu Wagner à delegacia. A 1ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri do



Paranoá apresentou denúncia criminal contra Wagner, que é acusado de ter provocado a morte do filho por meio das agressões, que teriam levado a uma hemorragia interna. Tanto a mãe como o pai são indígenas. A mãe da criança, de 25 anos, contou à polícia que o marido agredia ela e o menino com frequência. Ela está grávida de oito meses e já tinha registrado um boletim de ocorrência contra o marido por violência doméstica, há menos de um ano, mas retirou a denúncia.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: *Correio Brasiliense*, 17/10/2023; *MPDFT*, 26/10/2023; *G1/DF*, 18/10/2023

ESPÍRITO SANTO

1 Caso - 2 Vítimas

Data: 02/11/2023

VÍTIMA: Silas Elon Vicente; Gregori Vieira Felipe Cezarino

POVO: TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: TUPINIQUIM

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pau Brasil

DESCRIÇÃO: Os corpos dos indígenas Silas Elon Vicente, de 24 anos, e Gregori Vieira Felipe Cezarino, de 31 anos, foram encontrados em uma cova rasa em 2 de novembro, na aldeia Pau Brasil, região de Barra do Sahy, em Aracruz. De acordo com a Polícia Civil, os corpos estavam em estado avançado de decomposição, impossibilitando a identificação de cor, sexo e a causa da morte. Após os exames de necropsia no Serviço Médico Legal (SML) de Linhares, o caso foi esclarecido, comprovando que as ossadas seriam dos indígenas desaparecidos desde 25 de julho, quando saíram de casa em uma moto rumo à Barra do Sahy e não foram mais vistos. Em dezembro, um dos suspeitos foi detido. Supostamente formado por cinco integrantes, o grupo criminoso atua nas cidades do Rio de Janeiro e Espírito Santo, acusados de tráfico de drogas e crimes cruéis que envolvem assassinato e ocultação de cadáver por esquartejamento.

MEIO EMPREGADO: Assassinato

Com informações de: *Folha de Vitória*, 13/12/2023

MARANHÃO

7 Casos - 8 Vítimas

Data: 25/01/2023

VÍTIMA: José Inácio Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Margens da BR-226

DESCRIÇÃO: José Inácio Guajajara, de 46 anos, da aldeia Jurema, foi encontrado morto às margens da BR-226 que corta o território. A vítima apresentava marcas de tiros. Inicialmente a Polícia Civil suspeitava de assassinato com arma de fogo, porém o IML de Imperatriz registrou a morte devido a um infarto. A Polícia Civil ficou de realizar investigação de eventual homicídio e que familiares e testemunhas seriam ouvidos.

MEIO EMPREGADO: Disparo de arma de fogo

Com informações de: *lideranças; Cimi Regional Maranhão*

Data: 28/01/2023

VÍTIMA: Valdemar Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área urbana

DESCRIÇÃO: O corpo de Valdemar Guajajara foi encontrado em um bairro na área urbana da cidade de Amarante do Maranhão, município que faz fronteira com a TI Arariboia. A Polícia Civil foi até o local para fazer as investigações. Valdemar era indígena da aldeia Nova Viana. Seu corpo foi encontrado com marcas que indicam que ele foi brutalmente assassinado, aparentemente morto a pauladas e pedradas.

MEIO EMPREGADO: espancamento com pedras e pauladas

Com informações de: *lideranças; Cimi Regional Maranhão*

Data: julho 2023

VÍTIMA: adolescente

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Casarão

DESCRIÇÃO: Um adolescente de 16 anos foi apreendido, após ordem judicial, por suspeita de cometer estupro e feminicídio contra uma menina indígena de 13 anos. De acordo com as investigações, os dois viviam como casados e a menina estava grávida quando morreu. O caso continua sendo investigado e a polícia espera os laudos oficiais do IML de Imperatriz. Ela e o adolescente eram da aldeia Casarão, em Grajaú. A investigação é realizada pela Delegacia Regional de Barra do Corda.

MEIO EMPREGADO: Estupro e feminicídio

Com informações de: *Lideranças; Imperatriz online*, 22/07/2023; *Cimi Regional Maranhão*

Data: 25/07/2023

VÍTIMA: Rosiana Gavião

POVO: PYHCOP CATI JI

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área urbana

DESCRIÇÃO: Na noite do dia 25 de julho, foi estuprada e assassinada, na zona urbana da cidade de Amarante do Maranhão, a indígena Rosiana Gavião, da aldeia Canto Bom, da TI Governador. O suspeito não foi encontrado.

MEIO EMPREGADO: Estupro e feminicídio

Com informações de: *Lideranças; Cimi Regional Maranhão*

Data: 19/04/2023

VÍTIMA: José Tarquino Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: SANTA LUZIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Toarizinho

DESCRIÇÃO: O Dia dos Povos Indígenas terminou em tragédia na Aldeia Nova Toarizinho, quando um indígena identificado como José Tarquino Guajajara, acabou assassinado a golpes de faca após uma discussão com o genro, que é da mesma etnia e estava ingerindo bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: *Lideranças; Imirante.com*, 19/04/2023

Data: 09/12/2023

VÍTIMA: Raimundo Maracanã Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: BOM JESUS DAS SELVAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povoado Brasilândia

DESCRIÇÃO: Raimundo Maracanã Guajajara, de 24 anos, foi assassinado. O crime aconteceu no dia 9 de dezembro de 2023, no povoado Brasilândia, situado dentro da TI Arariboia, no município de Bom Jesus das Selvas. Consta nas investigações que a vítima e um adolescente de 16 anos, também indígena, tiveram um desentendimento, pelo fato de um deles se negar a compartilhar uma garrafa de bebida alcoólica. A vítima teve sua garganta cortada e o tórax perfurado por faca. O adolescente de 16 anos foi apreendido no dia 6 de fevereiro de 2024, suspeito do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: *G1/MA*, 06/02/2024

Data: 20/08/2023

VÍTIMA: Gielson Pompeu Almeida Guajajara; Lessonia Lopes Ribeiro

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Anastácio

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Anastácio, em Barra do Corda, dois homens foram assassinados durante a madrugada: Gielson Pompeu Almeida Guajajara, de 34 anos, e Lessonia Lopes Ribeiro, de 39 anos. Segundo a Polícia Civil, o crime ocorreu quando Lessonia acusou Gielson de roubar seu celular durante um culto na igreja. Na hora da discussão, Lessonia pegou uma faca e atingiu o Guajajara na região do tórax. Gielson morreu ainda no local. Após o crime, Lessonia fugiu, mas foi capturado e linchado pelos moradores da Aldeia Anastácio, onde Gielson morava. O duplo homicídio foi registrado no 2º Distrito Policial de Barra do Corda.

MEIO EMPREGADO: Arma branca; linchamento

Com informações de: *G1/MA*, 21/08/2023



MATO GROSSO

2 Casos - 2 Vítimas

Data: 03/10/2023

VÍTIMA: Leônido Mano Kadojeba

POVO: BORORO

TERRA INDÍGENA: TADARIMANA

MUNICÍPIO: RONDONÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Avenida Boa Esperança, bairro Arco Íris

DESCRIÇÃO: Leonardo Estevão, de 23 anos, conhecido como “Cigano”, assassinou o Bororo Leônido Mano Kadojeba, da aldeia Bororo de Tadarimana. Provavelmente foi briga entre alcoolizados. O fato ocorreu na Avenida Boa Esperança, bairro Arco Íris.

MEIO EMPREGADO: Esfaqueamento

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 03/10/2023

VÍTIMA: Homem

MUNICÍPIO: RONDONÓPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Residência no município

DESCRIÇÃO: Um indígena, não identificado, foi assassinado em uma residência em Rondonópolis. Informações da Polícia Civil são de que o crime aconteceu no Residencial Boa Vista. A vítima, esfaqueada, foi encontrada sentada em um sofá na casa. Uma equipe do Samu, que atendeu a ocorrência, confirmou a morte do homem. O suspeito do crime não foi identificado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Midia News, 04/10/2023

MATO GROSSO DO SUL

18 Casos - 19 Vítimas

Data: 01/01/2023

VÍTIMA: Tomás da Silva

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Tomás da Silva, de 55 anos, morreu na noite de 1º de janeiro, após levar uma facada enquanto estava na aldeia Jaguapiru, reserva indígena de Dourados. O indígena chegou a ser socorrido com vida pelo Samu, foi encaminhado para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos causados pelo golpe e morreu na unidade hospitalar. O caso foi registrado como homicídio e a Polícia Civil segue investigando a autoria, motivação e circunstância do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: JD1, 02/01/2023

Data: 08/04/2023

VÍTIMA: Mulher indígena

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Matagal na Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Uma mulher indígena de 43 anos foi encontrada morta e com sinais de estupro no meio de um matagal na aldeia Amambai, na cidade com o mesmo nome. De acordo com testemunhas, a vítima estava nua. A polícia investiga a suspeita de feminicídio. Conforme é descrito no Boletim de Ocorrência, uma outra moradora da comunidade Amambai acionou a polícia, que foi até o local e constatou a morte. Os policiais encontraram o corpo da vítima jogado num matagal. O local onde o corpo da mulher foi encontrado não estava preservado, várias pessoas estavam no entorno da vítima, segundo relato da Polícia Civil. A Perícia Técnica teve dificuldades para identificar possíveis vestígios dos autores.

MEIO EMPREGADO: Estupro e assassinato

Com informações de: G1/MS, 09/04/2023

Data: 18/09/2023

VÍTIMA: Sebastiana Galton; Rufino Velasquez

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUASUTY

MUNICÍPIO: ARAL MOREIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Moradia do casal, na Aldeia Guasuty

DESCRIÇÃO: Os anciãos e rezadores Guarani-Kaiowá, Sebastiana e Rufino, tiveram sua casa incendiada e foram mortos carbonizados, em ato brutal e criminoso praticado na madrugada de 18 de setembro, na Aldeia Guasuty, em Aral Moreira. Lideranças indígenas apontam intolerância religiosa como motivo para o assassinato cruel; relatam ainda que o casal era ameaçado com frequência. Sebastiana era chamada de Nandesy pelo povo Guarani-Kaiowá, que significa “nossa mãe” na língua guarani. A casa, onde os restos mortais foram encontrados carbonizados, era utilizada como um lugar de rituais espirituais. Familiares relataram à equipe do Cimi Regional Mato Grosso do Sul que o casal vinha sofrendo ameaças, nos dias que antecederam suas mortes, e que isso exigiu medidas de prevenção em suas rotinas, como se recolher durante o dia e manter as portas bem trancadas à noite. Disseram também que as divergências circunvizinhas, envolvendo pessoas próximas, intensificaram-se durante os últimos meses, por motivos relacionados à falta de terra, ao arrendamento e à intolerância às práticas religiosas tradicionais. Apesar dos pedidos das lideranças indígenas, o delegado que investiga o caso trata o assassinato como crime comum; ele também afirmou que não acionou a PF, porque “a competência da PF é só na questão de disputa de terra ou em coisas relacionadas à xenofobia”. Lideranças afirmam que as investigações pela Polícia Civil podem ocultar os verdadeiros motivos do crime, visto que xenofobia pode ser entendida como medo, aversão ou profunda antipatia em relação a estrangeiros ou ao que é estranho como uma cultura ou religião. Em nota, o MPI expressou seu pesar e indignação com o crime ocorrido, e oficiou a Polícia Federal de Ponta Porã, para investigar o caso.

MEIO EMPREGADO: Incêndio da moradia com o casal dentro

Com informações de: Revista Fórum; Assessoria de Comunicação do Cimi, 19/09/2023

Data: 31/07/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: GUASUTY

MUNICÍPIO: ARAL MOREIRA

DESCRIÇÃO: Uma mulher de 43 anos foi presa após assassinar, com golpes de facão, um adolescente de 13 anos, na Aldeia Guasuty, em Aral Moreira. A mulher alegou à polícia que cometeu o crime porque acreditava que o adolescente havia abusado de sua filha. O corpo do jovem foi encontrado em uma estrada vicinal, apresentando um corte profundo na cabeça. Uma testemunha relatou ter visto a autora ao lado do corpo do adolescente logo após o crime e comunicou à liderança da aldeia. A mulher foi presa em sua residência e confessou o crime, justificando sua ação como uma tentativa de proteger a filha. Ela foi levada para Ponta Porã, sob custódia da justiça.

MEIO EMPREGADO: Golpes de facão

Com informações de: Midiamax, 01/08/2023

Data: 25/03/2023

VÍTIMA: Everton Reginaldo Feliciano

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Everton Reginaldo Feliciano, de 19 anos, da Aldeia Jaguapiru, situada na Reserva Indígena de Dourados, morreu na noite do dia 25 de março, após ser esfaqueado no pescoço. O jovem foi transportado de carro até a rodovia MS-156 em busca de ajuda, mas não resistiu aos ferimentos. O agressor, Antoniel Candia da Silva, de 20 anos, foi detido pela Polícia Militar e acusado de homicídio na Delegacia de Polícia Civil.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Dourados Informa, 26/03/2023

Data: 01/02/2023

VÍTIMA: Amenadabe Machado Maciel

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Brígida Machado Maciel, de 33 anos, e Ronder Fernandes Braga, de 18 anos, foram atoados em flagrante pelo assassinato de Amenadabe Machado Maciel, de 31 anos, encontrada morta na manhã do dia 1º de fevereiro na Aldeia Jaguapiru, em Dourados. Brígida, irmã da vítima, teria ordenado a Ronder que matasse Amenadabe por ciúmes do marido, após descobrir que este mantinha relações sexuais com a vítima. O crime ocorreu durante um encontro no qual consumiam bebida alcoólica, e Ronder desferiu um golpe de faca na perna direita de Amenadabe, causando sua morte por sangramento.

MEIO EMPREGADO: arma branca

Com informações de: Campo Grande News, 01/02/2023

**Data: 03/11/2023****VÍTIMA:** Lídia Gomes Martins**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** CERRITO**MUNICÍPIO:** ELDORADO

DESCRIÇÃO: Lídia Gomes Martins, de 45 anos, residente na Aldeia Cerrito, em Eldorado, faleceu na tarde do dia 7 de novembro no Hospital da Vida, em Dourados. Ela foi vítima de múltiplos golpes de faca desferidos pelo marido no dia 3 do mesmo mês. Conforme relatos policiais, Lídia foi atacada pelo menos sete vezes pelo marido, que foi detido pelas autoridades de Eldorado no mesmo dia do crime, que ocorreu na noite de sexta-feira em uma estrada rural na comunidade indígena.

MEIO EMPREGADO: Arma branca*Com informações de: Midiamax, 08/11/2023; Campo Grande News, 08/11/2023***Data: 04/06/2023****VÍTIMA:** Romildo Espíndola Cabreira**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Na manhã do dia 4 de junho, populares encontraram o corpo de um homem, na aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados. Com golpes de faca, a vítima foi identificada como Romildo Espíndola Cabreira, de 25 anos. O corpo foi encaminhado ao IML para exame de necropsia. Na tarde do mesmo dia, Kessi Jhones, de 28 anos, confessou o crime e disse que esfaqueou “sem motivos”.

MEIO EMPREGADO: Arma branca*Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Dourados News, 04/06/2023***Data: 10/12/2023****VÍTIMA:** Karina Ferreira Isnardi**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A adolescente Karina Ferreira Isnardi, de 16 anos, residente da aldeia Jaguapiru, na reserva indígena de Dourados, foi encontrada morta na manhã do dia 10 de dezembro, no interior da aldeia, com evidências de violência sexual. O autor do crime, identificado como Cleiton Benites Gomes, de 19 anos e namorado da adolescente, teria agido sozinho. Ele confessou o ato e foi acusado de estupro e feminicídio.

MEIO EMPREGADO: Estupro; feminicídio*Com informações de: Dourado News, 11/12/2023***Data: 12/02/2023****VÍTIMA:** Eládio Gonzalez**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** PARANHOS

DESCRIÇÃO: Eládio Gonzalez, um indígena de 46 anos, da cidade de Paranhos, na fronteira com o Paraguai, faleceu no Hospital da Vida, em Dourados. Ele foi encontrado em uma rua de Paranhos com ferimentos causados por golpes de faca no pescoço e no tórax. Após ser socorrido e inicialmente tratado em um hospital local, foi transferido para o Hospital da Vida, onde, após uma semana de internação, não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca*Com informações de: Midiamax, 20/02/2023***Data: 09/07/2023****VÍTIMA:** Romário Pires**POVO:** KADIWÉU**MUNICÍPIO:** BODOQUENA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Cidade

DESCRIÇÃO: Um indígena identificado como Romário Pires, de 31 anos, foi espancado até a morte por pelo menos quatro homens durante uma briga na saída de uma festa em Bodoquena. A vítima não resistiu aos ferimentos e faleceu no local. Testemunhas, primos da vítima, relataram que a briga ocorreu após o término de uma festa nas proximidades. Familiares de Romário desconhecem o motivo das agressões. A Polícia Militar contactou o organizador do evento, que forneceu informações sobre dois suspeitos, os quais foram localizados em Bonito. Um dos suspeitos afirmou que a briga começou após um incidente na entrada da festa envolvendo Romário e outros dois indivíduos. O crime foi registrado como homicídio qualificado por motivo fútil na Delegacia de Polícia de Bodoquena, e a polícia continua em busca dos demais envolvidos.

MEIO EMPREGADO: Espancamento*Com informações de: Midiamax, 09/07/2023***Data: 27/07/2023****VÍTIMA:** Homem**POVO:** GUARANI**TERRA INDÍGENA:** POTRERO GUAÇU**MUNICÍPIO:** PARANHOS

DESCRIÇÃO: Um indígena, não identificado, foi esfaqueado na aldeia Potrero Guaçu, em Paranhos. O fato ocorreu após uma briga envolvendo o homem e sua companheira. De acordo com informações policiais, testemunhas relataram que, durante a madrugada, a vítima estava na companhia de sua esposa e dois suspeitos. Os suspeitos, um deles sendo enteado da vítima, foram encontrados e conduzidos à delegacia para prestar depoimento. A esposa confirmou que eles foram os responsáveis pelo homicídio, relatando que, ao tentarem intervir em uma discussão entre ela e o marido, um dos suspeitos entrou em uma luta corporal com outro indivíduo, portando uma faca, resultando em ferimento no peito e no braço da vítima, que não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca*Com informações de: Midiamax, 27/07/2023***Data: 29/10/2023****VÍTIMA:** Vanilton Cabreira de Souza**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Um indígena de 26 anos, identificado como Vanilton Cabreira de Souza, foi encontrado morto com um grande ferimento na nuca, na Estrada da Missão, localizada na Aldeia Jaguapiru, em Dourados. O corpo acabou sendo avistado por um motorista da Sesai e a ocorrência foi relatada à equipe da Polícia Civil. Ao chegar ao local, os policiais encontraram o rapaz caído de bruços, apresentando um grande ferimento no crânio, na região da nuca, e machucados no supercílio. O corpo estava às margens da estrada. Durante os procedimentos no local, um homem que se identificou como parente da vítima apresentou os documentos de Vanilton, para o registro do boletim de ocorrência. O caso foi registrado como homicídio simples na Delegacia de Pronto Atendimento de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido*Com informações de: Campo Grande News, 29/10/2023***Data: 23/10/2023****VÍTIMA:** Clelson Velasques Veron**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil abriu investigação sobre o homicídio de Clelson Velasques Veron, indígena Guarani-Kaiowá de 32 anos, residente na aldeia Jaguapiru, em Dourados. Um suspeito de envolvimento no crime foi detido, depois do registro de um boletim de ocorrência feito por familiares comunicando o desaparecimento de Clelson, que ocorreu em 6 de outubro. O corpo da vítima foi encontrado próximo à reserva indígena, na MS-156, durante uma operação policial. Em outubro, um suspeito conhecido como “Guina” foi preso e confessou ter desferido golpes de barra de ferro na cabeça da vítima, alegando motivos pessoais ligados a um suposto relacionamento abusivo entre Clelson e sua irmã. Apesar da confissão, Guina afirmou não se recordar do local em que ocultou o corpo de Clelson, devido ao estado de embriaguez.

MEIO EMPREGADO: Barra de ferro*Com informações de: Campo Grande News, 23/10/2023***Data: 25/08/2023****VÍTIMA:** Jorge Almeida**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**MUNICÍPIO:** CAARAPÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tey Kué

DESCRIÇÃO: Jorge Almeida, de 66 anos, morreu no Hospital da Vida no dia 25 de agosto após ser esfaqueado. De acordo com as informações ele foi golpeado no dia 22/08 durante uma briga. Duas facadas foram desferidas no tórax e uma no rosto. Ele foi socorrido no hospital do município, porém, devido à gravidade, foi transferido para o Hospital da Vida. O autor das facadas foi preso em flagrante após o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca*Com informações de: O Pantaneiro, 26/08/2023*

Data: 08/09/2023

VÍTIMA: Mikaela Oliveira Rodrigues**POVO:** TERENA**MUNICÍPIO:** ANASTÁCIO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Contexto Urbano

DESCRIÇÃO: Mikaela, de 22 anos, foi encontrada morta na manhã do dia 8 de setembro dentro do banheiro da sua residência, que fica localizada perto da Aldeia Aldeinha de Anastácio. Segundo delegado que investiga o suposto caso de feminicídio, “a vítima possuía algumas perfurações”. O suspeito é o companheiro da vítima, Juliano Azevedo, de 28 anos. E, conforme as investigações, ela teria sido morta na frente dos filhos de 2 e 3 anos, que sumiram junto com o suspeito.

MEIO EMPREGADO: Objeto perfurante*Com informações de:* G1/MS, 08/09/2023; Top Mídia News, 09/08/2023

Data: 18/10/2023

VÍTIMA: Vadilson Candelário**POVO:** TERENA**MUNICÍPIO:** CORUMBA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Fazenda em Nhecolândia/Pantanal

DESCRIÇÃO: Vadilson Candelário, Terena, de 44 anos, e outro não indígena, Joice Castello Soares, de 43 anos, foram assassinados pela polícia civil. Segundo delegado da polícia, os oficiais, que eram duas equipes policiais, realizavam uma etapa da Operação Marruá, que cumpria mandados de busca e apreensão contra delitos de furto qualificado, roubo, dano e homicídio qualificado praticados por uma organização criminosa. Segundo os familiares, primeiro foi executado Joice com tiro no tórax e simulado confronto pela polícia, plantando uma arma em suas mãos. Depois, os policiais seguiram pela propriedade e chegaram aonde estava Vadilson. Segundo sua cunhada “ele tinha problema em uma das pernas, estava sentado, mexendo com ferramentas, quando foi executado e colocaram uma arma do lado dele para dizer que houve confronto”. Segundo os familiares, o nome do indígena nem constava no mandato de busca e apreensão, esse que foi assassinado com dois tiros no tórax.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo*Com informações de:* Campo Grande News, 18/10/2023; Folha MS, 18/10/2023; Diário Corumbaense, 18/10/2023

Data: 07/11/2023

VÍTIMA: Damiana Cavanha**POVO:** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** APIKAY**MUNICÍPIO:** DOURADOS

DESCRIÇÃO: No dia 7 de novembro, a liderança Damiana Cavanha, sem ter seu tekoha demarcado, foi encontrada morta em frente a seu barraco. Após mais de duas décadas vivendo em barracos de lona preta e restos de tábuas, morreu em meio à violência do agronegócio e a omissão do poder público. Apesar de hematomas que sugerem espancamento, a causa oficial da morte, contudo, nunca foi esclarecida. Damiana liderava, desde a década de 1990, o acampamento do Tekoha Apyka'i, composto por um grupo de famílias que ocupavam o território tradicional, tomado por um canal, às margens da rodovia BR-163, a menos de 10 km do perímetro urbano de Dourados. Em 2012, a Funai instituiu um grupo de trabalho para iniciar o processo demarcatório, nunca levado adiante. Apesar disso, Damiana viveu acampada com sua família por todo esse tempo em seu Tekoha – ora nas margens da rodovia, ora em meio às plantações de cana. Em 2 de novembro, Dia de Finados, Damiana enfrentou mais uma vez os jagunços e penetrou no canal para, pela última vez, visitar o cemitério onde estão seus parentes, no Tekoha Apyka'i. Depois disso foi encontrada sem vida.

MEIO EMPREGADO: Não esclarecido*Com informações de:* Cimi Regional Mato Grosso do Sul

MINAS GERAIS

1 Caso - 1 Vítima

Data: 09/12/2023

VÍTIMA: Alisson Lacerda Abreu Xakriabá**POVO:** XAKRIABÁ**TERRA INDÍGENA:** XAKRIABÁ**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DAS MISSÕES**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tenda

DESCRIÇÃO: No dia 9 de dezembro, durante uma festa beneficente na Aldeia Tenda, policiais militares agrediram indígenas Xakriabá. O evento foi realizado

para arrecadar fundos, visando custear uma cirurgia de um morador da comunidade. A abordagem agressiva da PM, que incluiu o uso de spray de pimenta e disparos de arma de fogo, resultou na morte do jovem Alisson Lacerda Abreu Xakriabá, vítima de um tiro no peito. Os policiais ainda invadiram a aldeia na madrugada do dia seguinte, sem mandato, ocasião em que espantaram os moradores e prenderam sete jovens Xakriabá, que foram liberados posteriormente. A invasão policial na aldeia no dia seguinte apenas intensificou o clima de terror e insegurança entre os indígenas, reforçando a necessidade de investigação rigorosa e imparcial dos fatos e punição dos responsáveis.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo*Com informações de:* Assessoria de Comunicação do Cimi, 11/12/2023

PARÁ

2 Casos - 2 Vítimas

Data: 10/11/2023

VÍTIMA: Agnaldo Turiwara**POVO:** TURIWARA**TERRA INDÍGENA:** TURÉ / MARIQUITA**MUNICÍPIO:** ACARÁ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Na divisa dos municípios Acará e Tailândia, região do Baixo Tocantins

DESCRIÇÃO: O indígena Agnaldo, do povo Turiwara, foi assassinado a tiros no amanhecer de sexta-feira (10), dentro das terras que a empresa Agropalma diz ser dona, na divisa dos municípios de Acará com Tailândia, na região do Baixo Tocantins, nordeste paraense. Outro indígena, Jonas, escapou da morte, mas foi ferido na cabeça, perto de um dos olhos. Um terceiro indígena, José Luís, levou um tiro no peito, mas foi salvo pelo medalhão do cordão que usava, que amorteceu o impacto da bala. Os três faziam parte de um grupo de indígenas que sofreu uma emboscada no Vale do Acará, onde a Agropalma tem plantações de dendê. O MPF requisitou à PF a abertura de inquérito para apurar o caso. Os indígenas seguiam em suas motos por uma antiga trilha, na direção da floresta, em busca de alimentos, como caça e pesca. Seguranças da Agropalma teriam mentido para os policiais. “Depois que a Agropalma proibiu a caça e a pesca que serviam para o nosso sustento, dizendo ser dona das terras onde nós vivemos, reunimos um grupo de cerca de 50 indígenas e seguimos por uma antiga trilha, a caminho da mata, em busca de comida. No meio da estrada apareceu uma caminhonete com cinco seguranças, que disseram ser policiais, desceram armados e jogaram gás lacrimogêneo. No meio da confusão que se formou, eles começaram a atirar em cima da gente, matando o Agnaldo e ferindo o Jonas e o Zé Luís”, relatou o líder indígena. Segundo o líder, os seguranças danificaram as motos dos índios e ainda roubaram o telefone celular do indígena morto. Uma viatura seguiu para o local apontado, mas os seguranças disseram que não havia ocorrido nada de anormal e a PM desistiu de entrar na área, alegando que não poderiam entrar nas terras da empresa sem autorização. Na Delegacia da Polícia Civil local, depois de muita insistência, a autoridade policial providenciou a remoção do corpo de Agnaldo para o IML de Tucuruí. A liderança indígena disse não saber se foi aberto inquérito para apurar os fatos. A Agropalma ainda não havia se posicionado sobre os crimes.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo*Com informações de:* Portal Ver o Fato, 11/11/2023

Data: 09/07/2023

VÍTIMA: Wesley Barbosa Javaé**POVO:** JAVAÉ**MUNICÍPIO:** SANTANA DO ARAGUAIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Distrito de Barreira

DESCRIÇÃO: O indígena Wesley Barbosa Javaé, de 40 anos, foi assassinado no distrito de Barreira, em Santana do Araguaia. O assassinato ocorreu no dia 09/07/2023.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido*Com informações de:* Cimi Regional Mato Grosso

PARANÁ

1 Caso - 1 Vítima

Data: 20/10/2023

VÍTIMA: Euclides Romero**POVO:** AVÁ-GUARANI**TERRA INDÍGENA:** TEKOKHA GUASÚ GUAUÍRÁ**MUNICÍPIO:** GUAÍRÁ



DESCRIÇÃO: No dia 20 de outubro, o jovem Euclides Romero foi morto com um tiro na cabeça, enquanto voltava para sua aldeia em Guaira. Recentemente havia se mudado para a cidade. Os Avá-Guarani exigem uma investigação sobre o assassinato e que os criminosos sejam responsabilizados.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Cimi Regional Sul

RIO GRANDE DO SUL

7 Casos - 7 Vítimas

Data: 23/10/2023

VÍTIMA: Missael Pingogh Gria

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: REDENTORA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Missão

DESCRIÇÃO: Um homem de 38 anos, identificado como Missael Pingogh Gria, foi morto a pauladas, em uma reserva indígena de Redentora, no noroeste gaúcho. O crime ocorreu no fim da manhã do dia 23 de outubro. A vítima foi encontrada morta dentro da casa de um dos suspeitos, na comunidade Missão, zona rural do município. Três homens foram encaminhados à delegacia como suspeitos de participação no crime.

MEIO EMPREGADO: Agressão a pauladas

Com informações de: Zero Hora, 23/10/2023

Data: 04/12/2023

VÍTIMA: Paola Rodrigues

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE

MUNICÍPIO: CACIQUE DOBLE

DESCRIÇÃO: A adolescente Paola Rodrigues, de 13 anos, foi morta a tiros dentro da casa em que vivia na reserva Cacique Doble, no norte do Rio Grande do Sul, durante um conflito indígena no dia 4 de dezembro. Além dela, os irmãos, de 15 e 23 anos, também foram baleados. De acordo com familiares, os três estavam dentro de casa quando um grupo invadiu a residência e atirou contra eles. Paola chegou a ser socorrida, mas não resistiu aos ferimentos. Os irmãos dela foram hospitalizados, em estado estável.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/RS, 05/12/2023

Data: 06/08/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE

MUNICÍPIO: ÁGUA SANTA

DESCRIÇÃO: Um homem de 25 anos morreu após ser esfaqueado pela companheira, de 24 anos, em Água Santa. O crime ocorreu em uma casa localizada em uma área indígena do município. Segundo a polícia, o homem chegou na residência sob influência de álcool, pedindo dinheiro e, após uma discussão, tentou sufocar a companheira enquanto ela dormia. Em resposta, a mulher pegou uma faca e desferiu um golpe no peito do homem. Ele tentou sufocá-la novamente, e ela o feriu na perna. Familiares levaram o homem ferido ao hospital, mas ele não resistiu aos ferimentos. A mulher foi ouvida pela Polícia Civil de Passo Fundo e liberada para responder ao inquérito policial em liberdade, pois agiu em legítima defesa, diante de histórico de agressões por parte do companheiro.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Zero Hora, 06/08/2023

Data: 20/12/2023

VÍTIMA: Jeferson Rygno de Matos

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: CACIQUE DOBLE

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO OURO

DESCRIÇÃO: Um homem de 28 anos, identificado como Jeferson Rygno de Matos, foi morto na reserva indígena Cacique Doble, na madrugada do dia 20 de dezembro. Outras duas pessoas ficaram feridas no incidente, que ocorreu por volta das 4 horas. A Polícia Federal está colhendo depoimentos e a Brigada Militar e a Força Nacional de Segurança Pública estão no local. A onda de desentendimentos na reserva começou em agosto de 2022 e já resultou em vários incidentes violentos, incluindo mortes e incêndios em casas. Apesar das intervenções das autoridades, o conflito persiste sem uma solução definitiva.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

Com informações de: O Nacional, 20/12/2023

Data: 22/10/2023

VÍTIMA: Maicon Junior Farias

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: VENTARRA

MUNICÍPIO: EREBANGO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Interior de Faxinalzinho (RS)

DESCRIÇÃO: No dia 22 de outubro, uma briga resultou na morte de um jovem identificado como Maicon Junior Farias, de apenas 23 anos. Ele era morador da reserva indígena de Ventarra, em Erebangó. A briga aconteceu no interior de Faxinalzinho e foi preciso a intervenção da Brigada Militar. O suspeito do crime, um jovem de 28 anos, foi identificado, detido e encaminhado para os procedimentos legais necessários.

MEIO EMPREGADO: Desconhecido

Com informações de: RS Agora, 23/10/2023

Data: 17/08/2023

VÍTIMA: Odacir Garcia Lopes

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: VOTOURO

MUNICÍPIO: BENJAMIN CONSTANT DO SUL

DESCRIÇÃO: Odacir Garcia Lopes, de 23 anos, foi morto por disparo de arma de fogo na Reserva Indígena de Votouro, em Benjamin Constant do Sul. Durante um encontro para assistir a um jogo de futebol, após ingerirem álcool, ocorreu uma discussão entre os envolvidos, que eram primos. O suspeito, de 20 anos, foi detido com um revólver calibre 32 e uma espingarda calibre 36. Inicialmente, ele alegou autodefesa, afirmando que os três jogaram "roleta russa" e a vítima teria disparado contra si. No entanto, a perícia desmentiu essa versão. A investigação indica homicídio após o desentendimento entre os primos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Zero Hora, 18/08/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Jonas da Silva

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: PASSO GRANDE DA FORQUILHA

MUNICÍPIO: SANANDUVA

DESCRIÇÃO: Jonas da Silva, de 26 anos, que pertence ao povo Kaingang, foi morto em um conflito territorial na TI Passo Grande da Forquilha. A mobilização dos Kaingang pela demarcação dessa terra remonta ao ano de 2000. Localizada nos municípios de Sananduva e Cacique Doble, a área é habitada por mais de 45 famílias, totalizando cerca de 250 pessoas. Jonas foi mais uma vítima da morosidade no processo de demarcação, que agrava conflitos ao deixar comunidades vulneráveis a invasões, violência e disputas territoriais, intensificando a tensão e a insegurança diariamente.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Cimi Regional Sul

RORAIMA

5 Casos - 8 Vítimas

Data: 03/02/2023

VÍTIMA: Três homens

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Homoxi e Parima

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal encontrou um jovem indígena morto e outro ferido por garimpeiros na região de Homoxi, na TI Yanomami, informou a ministra do Povos Indígenas, Sonia Guajajara, em coletiva de imprensa. Além disso, a ministra foi informada de outros dois assassinatos de Yanomami na região de Parima. A vítima da região Homoxi foi assassinada com um tiro na barriga e outro foi ferido à bala também na barriga na mesma região. Testemunhas da comunidade contaram que foi de sexta para sábado e por conflito com garimpeiros. Sobre os dois indígenas assassinados na região de Parima, a ministra disse que os dois corpos ainda estavam lá, pois a região é de mata fechada e precisaria do auxílio dos próprios indígenas para que haja o acesso.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/RR, 06/02/2023



Data: JUNHO

VÍTIMA: Angelita Prororita Yanomami**POVO:** YANOMAMI**MUNICÍPIO:** BOA VISTA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Bairro Industrial, zona oeste

DESCRIÇÃO: No dia 1º de maio, foi encontrada uma ossada humana no bairro Distrito Industrial, zona Oeste de Boa Vista. Através da análise da arcada dentária, o IML identificou como sendo de Angelita Prororita Yanomami. Angelita trabalhava como tradutora e intérprete na Casa de Saúde Yanomami, em Boa Vista, onde ficam internados indígenas removidos das comunidades. A unidade é vinculada ao DSEI Yanomami e Yek'wana (DSEI-YY), órgão do Ministério da Saúde. Segundo a imprensa, uma amiga de Angelita fez um boletim de ocorrência no dia 31 de maio, no qual registrou que na noite de dia 8 de abril, um sábado, por volta de 20h40, Angelita foi vista na garupa da moto de um homem, nas proximidades da faculdade e, pouco depois, nas imediações do shopping da cidade. Foi a última vez que Angelita foi vista. A Polícia Militar agiu após a ligação de uma pessoa que a imprensa não identificou para o 190. No local, a PM encontrou também roupas e acessórios femininos. As associações Yanomami Hutukara e Urihi e o CIR se posicionaram, exigindo providências das autoridades competentes.

MEIO EMPREGADO: Assassinato

Com informações de: G1/RR, 01/06/2023; Cimi, 05/06/2023; AMB, 07/06/2023; Carta aberta OSC

Data: 29/04/2023

VÍTIMA: Venâncio Xirixana; Ilson Xirixana**POVO:** YANOMAMI**TERRA INDÍGENA:** YANOMAMI**MUNICÍPIO:** MUCAJÁI**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade Uxiu, região Alto Mucajái

DESCRIÇÃO: No dia 29 de abril, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) e Texoli Associação Ninam emitiram comunicado denunciando o ataque de um grupo de garimpeiros contra a comunidade Uxiu, na região do Alto Mucajái, TI Yanomami. Durante um ritual fúnebre às margens do rio Mucajái, quando um barco com seis garimpeiros passou e fez os primeiros disparos com arma de fogo, em direção ao grupo que participa do ritual, entre as pessoas estavam várias crianças e mulheres. No ataque, um jovem de 24 anos foi atingido com um tiro na testa. Ele chegou a ser atendido no local e transferido para Boa Vista, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Outro Yanomami, identificado como Venâncio Xirixana, também ferido no ataque, veio a falecer no dia 20/08/2023, em decorrência dos ferimentos abdominais provocados pelos disparos de arma de fogo.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Hutukara Associação Yanomami; Urihi; G1/RR, 30/04/2023; Agência Brasil, 21/08/2023

Data: 03/07/2023

VÍTIMA: Orlando da Silva**POVO:** WAPIXANA**TERRA INDÍGENA:** JACAMIM**MUNICÍPIO:** BONFIM

DESCRIÇÃO: Um agricultor de 30 anos de idade foi preso após matar seu cunhado, Orlando da Silva, de 41 anos, na comunidade indígena Jacamim, em Bonfim, no norte de Roraima. A liderança indígena da comunidade o deteve e o entregou à Polícia Militar, que o encaminhou à Polícia Civil. Lá, foi lavrado um auto de prisão em flagrante por homicídio simples. Durante o interrogatório, o agricultor relatou que estava consumindo bebida alcoólica com outras pessoas, quando ocorreu uma briga generalizada. Ele alegou que a vítima o agrediu com chutes e socos, derrubando-o no chão. Em seguida, ele conseguiu se levantar e se armou com uma flecha, atingindo a vítima no pescoço. O acusado foi apresentado na Audiência de Custódia na manhã seguinte, onde sua prisão em flagrante foi homologada e convertida em prisão preventiva.

MEIO EMPREGADO: Flecha

Com informações de: G1/RR, 04/07/2023

Data: 17/04/2023

VÍTIMA: Nonato Yanomami**POVO:** YANOMAMI**MUNICÍPIO:** BOA VISTA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Feira do Produtor

DESCRIÇÃO: Um homem de 29 anos foi preso, suspeito de matar Nonato Yanomami, também indígena, com um golpe de arma branca. O crime aconteceu próximo à Feira do Produtor, em Boa Vista. Segundo relatos, Nonato, de 30 anos, estava bebendo com seu pai e irmão quando o suspeito, sem motivo aparente, o atacou com uma faca. O suspeito foi detido pela polícia no bairro Aeroporto e levado à Delegacia Geral de Homicídios. Ele foi acompanhado por servidores da Funai. Apesar de negar a autoria, foi reconhecido pelas testemunhas. Ele foi autuado por homicídio simples e será apresentado em uma audiência de custódia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Folha de Boa Vista, 19/04/2023

SANTA CATARINA

1 Caso - 1 Vítima

Data: 16/07/2023

VÍTIMA: Aziel Floriano**POVO:** KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** ALDEIA KONDÁ**MUNICÍPIO:** CHAPECÓ

DESCRIÇÃO: Aziel Floriano, de 21 anos, foi morto durante um conflito na Aldeia Kondá, em Chapecó, oeste de Santa Catarina. Outras 13 pessoas ficaram feridas. A briga generalizada ocorreu durante uma festa na aldeia, envolvendo indígenas de um grupo opositor ao atual cacique. Casas e carros foram incendiados durante os confrontos. Dois feridos foram levados ao hospital e outros 11 foram atendidos na aldeia com ferimentos na cabeça, rosto e pernas. O conflito é resultado de uma disputa de poder que dura mais de 30 dias, envolvendo opositores do atual cacique, Efésio Siqueira. Efésio afirmou que a oposição não reconhece o resultado das eleições do ano passado, enquanto Edson Rodrigues, líder de oposição, relatou ameaças de expulsão do grupo nos dias que antecederam o conflito. Representantes da Funai, da Polícia Militar e do MPF estão negociando a paz entre os grupos em conflito, buscando resolver a disputa interna na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/SC, 18/07/2023

TOCANTINS

1 Caso - 1 Vítima

Data: 16/09/2023

VÍTIMA: Davi Dias Apinajé**POVO:** APINAJÉ**MUNICÍPIO:** TOCANTINÓPOLIS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Av. Nossa Senhora de Fátima - Centro de Tocantinópolis

DESCRIÇÃO: O indígena Davi Dias Apinaje, de 29 anos, foi morto com golpes na cabeça no centro de Tocantinópolis, norte do estado. A vítima foi encontrada ferida na madrugada de sábado, 16/09, por um vigilante que passou pelo local. Conforme o relatório da Polícia Militar, o crime aconteceu na Avenida Nossa Senhora de Fátima, por volta das 3h. Os militares encontraram o homem bastante machucado na região do crânio e com muito sangue no local. O Samu verificou que o indígena ainda tinha sinais vitais. Ele foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento, mas não resistiu. Um vigilante que trabalha prestando serviços de moto contou que, por volta das 3h20, viu o indígena dormindo na frente de uma loja. No mesmo local ele avistou dois homens não indígenas. Ainda segundo o relato, alguns minutos depois, o vigilante retornou e já percebeu que o indígena estava ferido e ao lado do corpo havia uma pedra grande e suja de sangue. A perícia esteve no local e a polícia fez buscas, mas não conseguiu localizar nenhum suspeito.

MEIO EMPREGADO: Pedradas

Com informações de: G1/TO, 16/09/2023



HOMICÍDIO CULPOSO

Em 2023, foram registrados 17 casos de homicídio culposo contra indígenas, com 17 vítimas. Destas, 15 foram mortas por atropelamento, uma por tiro acidental e uma por colisão de veículos. Os casos ocorreram na Bahia (3), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (1), Paraná (8), Roraima (3) e em São Paulo (1).

Em quase todos os casos de atropelamento, os motoristas fugiram sem prestar socorro às vítimas. O descaso e desrespeito aos indígenas têm sido recorrentes por todos esses anos. Em quase todas as edições desta publicação, relatamos que pairam dúvidas sobre a característica desses atropelamentos – se são, de fato, culposos, acidentais, ou se teriam um caráter doloso contra os indígenas. Verifica-se que a maioria desses atropelamentos ocorre em rodovias e à beira de estradas muito próximas às aldeias ou cortando os territórios indígenas, o que denota o descaso do poder público para com essa população.

Neste ano, mais uma vez, a maior incidência desta categoria de violações apresenta-se na região Sul do país, onde foram registradas oito mortes por atropelamento. Trata-se de uma região onde se averiguam situações recorrentes de racismo e preconceito contra os povos indígenas. A falta de demarcação de terras soma-se a este contexto e faz com que muitas comunidades vivam em acampamentos à beira de rodovias, vulneráveis e suscetíveis a atropelamentos.

Em Sidrolândia (MS), Ana Beatriz Jorge de Oliveira, de 4 anos, faleceu após ser atropelada por um ônibus escolar na Aldeia Nova Corguinho, Terra Indígena (TI) Burití. O acidente ocorreu quando a criança atravessava a rua em frente à sua casa. O motorista do ônibus se apresentou à polícia e relatou que a visibilidade precária, devido à escuridão da estrada, contribuiu para o acidente.

Um homem indígena de 37 anos morreu atropelado por um veículo na rodovia PRC-487, no município de Cândido Abre, no Paraná. Conforme o Batalhão de Polícia Rodoviária, o condutor do veículo, um homem de 29 anos, não possuía carteira de habilitação e testou positivo para ingestão de bebida alcoólica.

No mesmo estado, em Nova Laranjeiras, pelo menos uma mulher e três homens indígenas da TI Rio das Cobras foram atropelados na rodovia BR-277 entre junho e agosto de 2023. Em dois dos casos, os motoristas fugiram sem prestar socorro às vítimas.

HOMICÍDIO CULPOSO

17 Casos - 17 Vítimas

BAHIA

3 Casos - 3 Vítimas

Data: 19/02/2023

VÍTIMA: ANTONIO DE JESUS

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia BR-367, KM 787 - Distrito de Montinho

DESCRIÇÃO: Na madrugada do dia 19 de fevereiro, um indígena, morador da aldeia Novos Guerreiros, próximo à curva da Ponta Grande no Mutá, em Porto Seguro, faleceu, após ter sua bicicleta atingida por uma moto na BR-367. Uma testemunha relatou que o acidente foi causado por um condutor de carro que realizou uma ultrapassagem, forçando o motociclista a desviar pelo acostamento. Infelizmente, o indígena, que era artesão, veio a óbito no local. A polícia investiga o caso para esclarecer os detalhes do ocorrido.

MEIO EMPREGADO: Veículo

Com informações de: Bahia Notícias, 19/02/2023; Cimi Regional Leste

Data: 07/08/2023

VÍTIMA: Yuri Oliveira de Jesus

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

TERRA INDÍGENA: SANTANA

MUNICÍPIO: ILHÉUS

DESCRIÇÃO: Um bebê de um ano e oito meses morreu, após ser atingido por um tiro de espingarda na Aldeia Santana, em Ilhéus. O incidente ocorreu quando a mãe estava na cozinha com a filha de três anos e ouviu o disparo. Ao chegar ao quarto, encontrou Yuri Oliveira de Jesus ferido. Apesar do socorro da Secretaria Especial de Saúde Indígena, o bebê faleceu a caminho do hospital. A mãe relatou que o bebê subiu em um cômodo e pegou a arma, que pertencia ao pai da vítima. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil, que realizou perícia na casa.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/BA, 08/08/2023

Data: 05/05/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: KARIRI

TERRA INDÍGENA: BARRA

MUNICÍPIO: MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itaim

DESCRIÇÃO: Um homem do povo Kiriri foi atropelado na BR-242, próximo à entrada da aldeia Itaim, enquanto retornava de bicicleta para sua casa. O motorista prestou socorro e assistência e relatou que a vítima entrou com a bicicleta na frente do veículo. Segundo a comunidade, o indígena estava bebendo na cidade antes do acidente e vinha apresentando sinais de tristeza e desânimo.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste



MARANHÃO

1 Caso - 1 Vítima

Data: 30/08/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: Na noite do dia 30 de agosto, um adolescente indígena do povo Guajajara morreu na cidade de Amarante do Maranhão, vítima de atropelamento por um não indígena. O motorista não prestou socorro e fugiu do local.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

MATO GROSSO DO SUL

1 Caso - 1 Vítima

Data: 06/12/2023

VÍTIMA: Ana Beatriz Jorge de Oliveira

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: BURITI

MUNICÍPIO: SIDROLÂNDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Corguinho

DESCRIÇÃO: Ana Beatriz Jorge de Oliveira, de 4 anos, faleceu após ser atropelada por um ônibus escolar na Aldeia Nova Corguinho. O acidente ocorreu quando a criança atravessava a rua em frente a sua casa. Apesar dos esforços da comunidade e de uma enfermeira local, Ana faleceu em poucos minutos. O motorista do ônibus se apresentou à polícia na manhã seguinte, acompanhado de um advogado, relatando que a visibilidade precária, devido à escuridão da estrada, contribuiu para o acidente.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: G1/MS, 06/12/2023

PARANÁ

8 Casos - 8 Vítimas

Data: 18/05/2023

VÍTIMA: Jovem

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia PR 573

DESCRIÇÃO: Um indígena de 24 anos morreu atropelado na rodovia PR-573, que corta a TI Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras. Os policiais militares foram acionados para a ocorrência, possivelmente de uma vítima de acidente de trânsito. No local constataram o óbito e acionaram as Polícias Civil e Científica, e o IML. Ainda conforme a PM, ninguém soube dar mais informações sobre a situação. O motorista fugiu sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Portal Cantú, 18/05/2023; Cimi Regional Sul

Data: 19/06/2023

VÍTIMA: Idoso

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-277

DESCRIÇÃO: A equipe de saúde socorreu um indígena de 64 anos atropelado na BR-277, que corta a TI. A equipe o levou para o posto de saúde municipal, onde a médica plantonista relatou que a vítima chegou ao local com vida, porém, no momento que iria ser transferido para o hospital São Vicente em Guarapuava, acabou não resistindo e vindo a óbito. Não foi possível identificar o veículo que o atropelou.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Portal Cantú, 19/06/2023; Cimi Regional Sul

Data: 04/07/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-277, km 475

DESCRIÇÃO: Equipes do Samu, PRF e DR-PR atenderam um acidente, no qual houve o atropelamento de uma indígena. O condutor da carreta parou para prestar socorro à vítima, que foi encaminhada à casa hospitalar, em Cascavel. Segundo informações da PRF, o condutor da carreta tentou desviar pela contramão, mas não conseguiu evitar o atropelamento.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Portal Cantu 04/07/2023; Cimi Regional Sul

Data: 23/08/2023

VÍTIMA: Homem

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-277, km 475

DESCRIÇÃO: Um indígena de 37 anos morreu após ser atropelado no km 475 da BR-277, em Nova Laranjeiras, região central do Paraná. Segundo a polícia, o motorista não ficou no local do acidente, por medo de ser linchado por indígenas, mas acionou o socorro médico e a PRF. Na sequência, ele parou em Guaraniaçu e foi orientado a seguir até a Unidade Operacional de Catanduvas, na região oeste, para a realização dos procedimentos e em seguida foi liberado.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Portal Cantú, 24/08/2023; Cimi Regional Sul

Data: 01/12/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: KAINGANG

MUNICÍPIO: CÂNDIDO DE ABREU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia PRC-487, Km 346

DESCRIÇÃO: Um indígena, de 37 anos, morreu atropelado por um veículo no km 346 da rodovia PRC-487 (sentido Reserva), no município de Cândido de Abreu, Campos Gerais do Paraná. De acordo com o Batalhão de Polícia Rodoviária, o condutor do veículo, um homem de 29 anos, não possui carteira de habilitação e testou positivo para ingestão de bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: G1, 01/12/2023; Cimi Regional Sul

Data: 03/12/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia PR-473, área rural

DESCRIÇÃO: Um indígena de 46 anos foi encontrado morto na PR-473, área rural de Nova Laranjeiras. O médico do Samu informou que não houve nenhum fragmento que pudesse afirmar a causa da morte. A PM tentou contato com a Polícia Rodoviária Estadual (PRE), pois a suspeita é que houve um acidente de trânsito. A polícia fez o isolamento do local até a chegada do IML, perito e investigador da Polícia Civil. Além disso, a PM relatou ter tentado várias vezes acionar a PRE para verificar se teria a necessidade do comparecimento da equipe, já que poderia ser um acidente de trânsito. Um membro da comunidade confirmou que a causa da morte foi de atropelamento.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Rede Sul de Notícias, 03/12/2023; Cimi Regional Sul

Data: 18/06/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-277



DESCRIÇÃO: Na madrugada do dia 8 de junho, um indígena de 64 anos foi vítima de atropelamento na BR-277, em Nova Laranjeiras. A ocorrência foi registrada pela Polícia Militar à 1h10, na Aldeia Rio das Cobras. Os policiais foram acionados para comparecer ao posto de saúde, onde o indígena foi atendido após o acidente. Segundo a médica plantonista, ele chegou com vida, porém, ao ser transferido para o hospital São Vicente, em Guarapuava, não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. O motorista fugiu do local sem prestar socorro.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: *Gmaisenoticias.br*, 18/06/2023

Data: 24/03/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: IVAÍ

MUNICÍPIO: MANOEL RIBAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Zona rural

DESCRIÇÃO: Uma criança indígena de 10 anos morreu após ser atropelada por uma colheitadeira, em estrada rural de Manoel Ribas, na região central do Paraná, na noite do dia 24 de março. Segundo a PM, o condutor do maquinário, um homem de 33 anos, afirmou que não viu a vítima e não percebeu o atropelamento. Foi avisado pelos indígenas, alguns metros do local.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: *G1/PR*, 25/03/2023

RORAIMA

3 Casos - 3 Vítimas

Data: 31/01/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Avenida na zona oeste da cidade

DESCRIÇÃO: Um indígena Yanomami foi atropelado no bairro Pricumã, zona oeste de Boa Vista. Segundo a Polícia Militar, o indígena estava embriagado e foi atropelado quando transitava pela Avenida Glaycon de Paiva. O homem é da comunidade Xexena Ajarani, região de Caracará, ao sul Roraima. Funcionários da Funai e da Secretaria do Índio compareceram ao local para dar assistência aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: *Uol*, 01/02/2023

Data: 24/11/2023

VÍTIMA: Maranhão Yanomami

POVO: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Feira do Produtor

DESCRIÇÃO: Maranhão Yanomami, de 27 anos, foi atropelado na cidade de Boa Vista, próximo à Feira do Produtor, ao lado do viaduto Peri Lago.

O motorista fugiu do local sem prestar socorro à vítima. Maranhão foi arremessado para o canteiro central da Avenida Glaycon de Paiva e posteriormente socorrido pelo Samu, sendo levado ao Hospital Geral de Roraima (HGR), onde acabou falecendo devido aos ferimentos. De acordo com informações da Polícia Militar de Roraima, Maranhão havia vindo da comunidade Ajarani, localizada no município de Iracema. Sua visita à cidade tinha como objetivo obter informações sobre o paradeiro de sua esposa, que estava sendo tratada por malária em Boa Vista, mas ele desconhecia o local específico de internação.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: *Folha de Boa Vista*, 27/11/2023

Data: 28/02/2023

VÍTIMA: João Yanomami

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-174

DESCRIÇÃO: Na madrugada do dia 28, o indígena João Yanomami, de 36 anos, faleceu em um acidente de trânsito na BR-174, no bairro Cauamé. João atravessou inesperadamente na frente de uma motocicleta que era conduzida por um casal, o qual estava a caminho de casa, no bairro Said Salomão. Uma equipe do Samu prestou os primeiros socorros no local do acidente, porém João Yanomami não resistiu aos ferimentos e veio a óbito no local. O casal envolvido no acidente recebeu atendimento médico e foi encaminhado ao Hospital Geral para receber cuidados especializados. O corpo de João Yanomami foi removido pelo IML e liberado no mesmo dia para procedimentos fúnebres.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: *Folha de Boa Vista*, 28/02/2023; *G1/RR*, 28/02/2023

SÃO PAULO

1 Caso - 1 Vítima

Data: 12/08/2023

VÍTIMA: Bryan Ribeiro da Cruz

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia dos Bandeirantes

DESCRIÇÃO: No dia 18 de agosto, Bryan Ribeiro da Cruz, de 15 anos, foi atropelado na Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo. O condutor envolvido prestou socorro à vítima, porém Bryan faleceu no local do acidente. O teste do bafômetro realizado no condutor deu negativo. O corpo de Bryan foi mantido no Instituto de Medicina Legal por uma semana, antes de ser transladado à comunidade e à família, que vive na TI Jaraguá e afirma só então ter sido avisada da morte.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: *Bom Dia SP*, 21/08/2023



LESÕES CORPORAIS

Em 2023, foram registrados 18 casos de lesões corporais contra indígenas no Brasil. Os estados com maior número de registros foram o Mato Grosso do Sul, com 10 casos, e Roraima, com dois. Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná tiveram, cada um, um caso registrado.

No Mato Grosso do Sul, são recorrentes e cotidianos os ataques contra os povos indígenas, inclusive com participação de forças de segurança pública e privada em ações ilegais. Apesar de ser o estado com maior número de registros, a quantidade de casos relatados não traduz a realidade vivenciada por aqueles povos, uma vez que nem todos os casos ocorridos são denunciados ou publicizados.

No sul do estado, em Iguatemi (MS), os Guarani e Kaiowá do tekoha Pyelito Kue, na Terra Indígena (TI) Iguatemipegua I, viveram momentos de terror durante um ataque brutal contra uma retomada estabelecida na mata de uma fazenda sobreposta ao território indígena. Cerca de vinte homens encapuzados e armados em diversos veículos seguranças privados de fazendeiros da região, dispararam contra os indígenas e mantiveram quatro pessoas – três mulheres e um homem – sob cárcere privado ao longo de algumas horas, durante as quais sofreram agressões, ameaças e tortura.

Os indígenas só foram liberados, segundo o relato de uma das vítimas, quando circulou entre os agressores a infor-

mação de que jornalistas estavam circulando pela região. Na mesma tarde, instantes depois, um fotógrafo canadense e uma antropóloga que trafegavam pela via pública que dá acesso ao tekoha Pyelito Kue foram brutalmente agredidos por diversos homens armados e encapuzados, que utilizaram suas caminhonetes para bloquear a rodovia. As vítimas dessa agressão relatam que viaturas policiais passaram pelo local e não intervieram em defesa delas.

Dos dez casos registrados no Mato Grosso do Sul, sete foram de violência doméstica. Em maio, uma moradora da aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados, foi agredida pelo esposo, que chegou alcoolizado em casa. Também em Jaguapiru, uma indígena precisou ser hospitalizada após ser agredida pelo ex-marido. Ela foi socorrida por líderes comunitários e encaminhada ao hospital com múltiplos ferimentos.

Na Bahia, durante um protesto contra o marco temporal entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, uma mulher foi detida após atropelar três indígenas, enquanto tentava atravessar o bloqueio. Segundo a Polícia Militar, a mulher é uma empresária e estava dirigindo sob influência de álcool. Ela foi levada para a delegacia em Porto Seguro e responderá por lesão corporal.

No oeste do Paraná, em Guaíra (PR), um Xeramoí (líder espiritual) Avá-Guarani de 51 anos foi sequestrado e torturado

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Indígenas da comunidade Pyelito Kue, em Iguatemi (MS), semanas após os brutais ataques de novembro de 2023



Ao menos 20 indígenas do povo Enawenê-Nawê foram feridos por disparos de balas de borracha de seguranças privados durante uma manifestação contra hidrelétricas no rio Juruena

por dois não indígenas. O filho, que o acompanhava, conseguiu escapar, mas o Xeramoi do Tekoha Y'Hovy, comunidade da TI Tekohá Guasú Guavirá, foi violentamente agredido e levado para uma casa próxima, onde foi submetido a diversas torturas, incluindo espancamento, ameaças com arma de fogo e afogado em uma poça d'água. Após horas de tortura, o indígena foi abandonado em uma estrada de terra. Por medo de represálias, ele não registrou o caso na delegacia. Este incidente ocorreu em meio a uma escalada de crimes na região, onde a falta de demarcação de terras deixa as comunidades indígenas vulneráveis à fome, à insegurança e à violência de fazendeiros locais.

Em Roraima, em março, uma liderança Wapixana foi perseguida e derrubada da motocicleta que conduzia por um carro do governo de Roraima. A vítima ficou com um dos joelhos feridos. Uma equipe do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foi enviada ao local para apurar informações sobre o caso e colher depoimentos. Em fevereiro, comunidades da TI Manoá-Pium haviam iniciado um processo de retomada na região.

LESÕES CORPORAIS

18 Casos

AMAPÁ

1 Caso

Data: 02/02/2023

VÍTIMA: Jacilei Galibi Marworno

POVO: GALIBI

TERRA INDÍGENA: GALIBI

MUNICÍPIO: OIAPOQUE

DESCRIÇÃO: O indígena Jacilei Galibi Marworno sofreu agressões físicas, sendo levado ao hospital, foi entubado no hospital de Oiapoque. Ainda não se sabia quem seria o agressor nem a motivação. A família fez uma campanha nas redes sociais para custear as despesas médicas.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Norte 2

AMAZONAS

1 Caso

Data: 27/09/2023

VÍTIMA: Adolescente; Criança

POVO: KUBEO

TERRA INDÍGENA: BALAIO

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: 100 km da cidade

DESCRIÇÃO: Um adolescente indígena do povo Kubeo, de 12 anos, está com desnutrição grave, sintomas de paraplegia e também teve perda de visão após ser torturado e espancado pelo pai, 42, e pelo tio, 37, no município de São Gabriel da Cachoeira. A irmã, de oito anos, foi resgatada e contou que era abusada pelo pai. A perícia de danos sexológicos confirmou a violência sexual praticada contra a menina. O delegado Paulo Mavignie ouviu os depoimentos no Hospital e Pronto-Socorro da Criança – Joãozinho, na zona leste de Manaus, onde o menino ficou internado, e relatou que o pai se embriagava de uma forma elevada com o irmão e, naquele momento, ele passava a agredi-lo fisicamente, privava de alimentação e sono. Disse ainda que o tio ajudava o pai, segurando o adolescente, enquanto o pai batia com uma barra de ferro. O jovem foi submetido a uma cirurgia devido à formação de um coágulo na cabeça. O boletim médico aponta que ele não vai voltar a enxergar. Os acusados estão à disposição do Poder Judiciário e irão responder pelos crimes de tortura, omissão de socorro e maus-tratos. O pai das vítimas vai responder, também, por estupro de vulnerável.

MEIO EMPREGADO: Espancamento; estupro

Com informações de: Cenarium, 02/10/2023

BAHIA

1 Caso

Data: 31/08/2023

VÍTIMA: Três indígenas

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: BR-367

DESCRIÇÃO: Uma mulher foi detida, após atropelar três indígenas, enquanto tentava atravessar um bloqueio durante protesto em trecho da BR-367, entre as cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. As vítimas sofreram apenas ferimentos leves e receberam atendimento no local. O grupo indígena estava protestando contra o marco temporal, em julgamento que seria realizado pelo STF. Segundo a Polícia Militar, a mulher é uma empresária da cidade de Eunápolis e estava dirigindo sob influência de álcool. Ela foi levada à Delegacia do Turista, em Porto Seguro, e responderá por lesão corporal. A mulher compareceu a uma audiência de custódia e foi liberada.



provisoriamente, sujeita a medidas cautelares. Ela terá que se apresentar no fórum a cada dois meses.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: G1/BA, 01/09/2023

MATO GROSSO

1 Caso

Data: 25/06/2023

VÍTIMA: 20 homens e crianças

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

MUNICÍPIO: SAPEZAL

DESCRIÇÃO: Indígenas Enawenê-Nawê faziam uma manifestação para tentar ajustar um acordo com a empresa Hydria Geração de Energia, que administra hidrelétricas instaladas no rio Juruena (PCHs Rondon, Parecis, Telegráfica e Campos de Júlio), quando seguranças da empresa atiraram contra os indígenas com balas de borracha, deixando pelo menos 20 pessoas feridas. Segundo a comunidade, pelo menos 400 pessoas participavam da manifestação.

MEIO EMPREGADO: disparos de bala de borracha

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

MATO GROSSO DO SUL

10 Casos

Data: 24/03/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Av. Marcelino Pires com Rua Hilda Belgo Duarte

DESCRIÇÃO: Uma indígena de 22 anos, moradora da TI Caarapó, foi atropelada na noite de 24/03. Ela acabou atingida por um veículo enquanto atravessava a avenida Marcelino Pires, esquina com a Rua Hilda Belgo Duarte, no centro de Caarapó. Segundo informações, a vítima ficou inconsciente até a chegada de uma equipe do Samu e precisou ser levada até o Hospital da Vida. O motorista do veículo permaneceu no local até que a vítima recebesse os primeiros atendimentos dos socorristas do Samu. Ela foi internada no Hospital da Vida.

MEIO EMPREGADO: Atropelamento

Com informações de: Midiamax, 25/03/2023

Data: 24/03/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Em uma avenida

DESCRIÇÃO: Um indígena de 32 anos foi preso em flagrante por violência doméstica, após espancar a esposa, de 30 anos, em uma avenida de Amambai. De acordo com a polícia, a prisão aconteceu quando policiais civis faziam rondas pela avenida Nicolau Otano e avistaram o suspeito espancando sua companheira, também indígena, com um pedaço de madeira. A vítima apresentava lesões no rosto e barriga e foi encaminhada para realizar exame de corpo de delito. A polícia identificou que o suspeito estava evadido do sistema prisional. O agressor estava com um canivete, uma faca e foi conduzido para a delegacia de polícia para registro da prisão em flagrante.

MEIO EMPREGADO: Espancamento com pedaço de madeira

Com informações de: G1/MS, 27/03/2023

Data: 23/03/2023

VÍTIMA: Cilene

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Em 23 março, Cilene, de 35 anos, precisou ser hospitalizada após ser agredida pelo ex-marido, de 34 anos. O incidente ocorreu por volta das 19h, na Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados. De acordo com relatos, o homem teria agredido a ex-esposa com socos no rosto e utilizado um pedaço de madeira para espancá-la. Cilene foi socorrida por líderes co-

munitários e encaminhada ao Hospital da Missão com múltiplos ferimentos. O agressor foi identificado e o caso está sob investigação pela Polícia Civil.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: Dourado News, 24/03/2023

Data: 28/12/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Na noite do dia 28 de dezembro, um jovem de 24 anos foi detido por violência doméstica na Reserva Indígena em Dourados. Lideranças locais acionaram a polícia por volta das 21h40, após o rapaz, visivelmente embriagado, tentar agredir sua esposa ao chegar em casa. Os moradores intervieram para conter o agressor até a chegada da Polícia Militar. O autor foi levado ao 1º Distrito Policial e autuado em flagrante por violência doméstica.

MEIO EMPREGADO: agressão física

Com informações de: Dourados News, 29/12/2023

Data: 22/11/2023

VÍTIMA: Homem; três mulheres

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: IGUATEMIPEGUA I

MUNICÍPIO: IGUATEMI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mata no interior da Fazenda Maringá

DESCRIÇÃO: No dia 22 de novembro, os Guarani e Kaiowá do tekoha Pyelito Kue, que haviam retomado quatro dias antes uma área no interior da fazenda Maringá, foram alvo de um violento ataque de seguranças privados. A fazenda fica sobreposta à TI Iguatemipegua I, que engloba o tekoha Pyelito. No dia 22, os indígenas relatam que foram atacados por cerca de vinte homens armados e encapuzados, em diversos veículos, que dispararam contra eles e mantiveram quatro pessoas sob cárcere ao longo de algumas horas, durante as quais sofreram agressões, ameaças e abusos. Cerca de 40 pessoas, com mulheres e crianças, participaram da retomada. O ataque iniciou às 8h da manhã, com tiros. O grupo de indígenas se dispersou pela mata, buscando retornar à aldeia, mas cinco pessoas ficaram para trás: três mulheres e um homem, que são capturados pelos agressores, e uma quarta mulher, grávida, que fica escondida. As quatro pessoas que foram capturadas relatam que passaram algumas horas em poder dos seguranças, durante as quais foram amarradas, agredidas e ameaçadas. “Eles nos levaram embaixo da árvore, pegaram o formigueiro e esparraram, para a formiga sair, e colocaram meu rosto lá”, relatou um dos indígenas. Além das agressões e das ofensas, as mulheres do grupo também relatam que foram alvo de violência sexual, com ameaças de estupro.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas e verbais; tortura

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Assessoria de Comunicação do Cimi, 19/12/2023

Data: 08/05/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Retomada próxima à Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma mulher, de 26 anos, procurou a polícia para denunciar que foi agredida pelo marido, de 32 anos, em Dourados. O incidente ocorreu em uma retomada próxima à Aldeia Jaguapiru. Segundo a ocorrência registrada na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário, o marido chegou alcoolizado e começou a agredir verbalmente a esposa. Posteriormente, ele atirou um tijolo na mulher, que está grávida de quatro meses. Quando a equipe da Polícia Militar chegou ao local, o agressor já tinha sido detido pela liderança do acampamento. Ele foi levado para a delegacia, onde o caso foi registrado como violência doméstica.

MEIO EMPREGADO: Tijolada

Com informações de: Midiamax, 09/05/2023

Data: 17/10/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Uma mulher de 20 anos foi agredida por seu marido, de 35 anos, na Aldeia Bororó, localizada na Reserva Indígena de Dourados. O incidente ocorreu quando o agressor tentou tomar o dinheiro do auxílio-maternidade da vítima para comprar bebidas alcoólicas, mas ela se recusou a entregar o valor, resultando em uma discussão entre o casal. Depois da agressão, a Polícia



Militar foi acionada e encontrou o agressor detido por líderes comunitários. A mulher relatou que não foi a primeira vez que sofreu agressões por parte do marido, sendo já o sétimo incidente de violência doméstica. Diante da gravidade da situação, o agressor foi detido e conduzido à Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário.

MEIO EMPREGADO: agressão física

Com informações de: Midiamax, 18/10/2023

Data: 13/05/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma adolescente de 13 anos foi brutalmente agredida na Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados, pelo seu irmão de 20 anos. Segundo relatos, a vítima, é PCD (Pessoa com Deficiência) e foi abandonada pela mãe na infância e mora na casa de uma prima. O agressor teria invadido o local enquanto a jovem dormia e a atacou violentamente. A adolescente foi inicialmente socorrida pelo Samu e encaminhada à UPA, mas, devido à gravidade dos ferimentos, foi transferida para o Hospital da Vida. O agressor permanece foragido, enquanto o Conselho Tutelar acompanha o caso.

MEIO EMPREGADO: Golpes de marreta

Com informações de: Midiamax, 13/05/2023

Data: 10/08/2023

VÍTIMA: Adolescente

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Leonel, de 21 anos, foi preso sob acusação de agredir sua esposa, de apenas 17 anos. O incidente ocorreu em uma residência localizada na Aldeia Bororó, dentro da Reserva Indígena de Dourados. Após uma discussão entre o casal, Leonel começou a desferir socos no rosto da adolescente, causando-lhe ferimentos. Também a mordeu no braço, levando a vítima a precisar de atendimento médico urgente. O Samu foi acionado e a jovem encaminhada ao Hospital da Missão, onde recebeu os cuidados. O agressor acabou detido pelas lideranças indígenas e entregue à equipe da Força Tática da Polícia Militar, que o conduziu até a Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Dourados. Leonel deverá responder por crime de violência doméstica.

MEIO EMPREGADO: Agressão física

Com informações de: Dourado News, 10/08/2023

Data: 16/04/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

MUNICÍPIO: ANTÔNIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Soberania

DESCRIÇÃO: Uma mulher indígena de 26 anos teve parte da orelha direita arrancada pelo marido, um homem de 20 anos, na Aldeia Soberania, em Antônio João (MS). A PM foi acionada por uma equipe de plantão do Hospital Municipal, após a vítima dar entrada na unidade com lesões causadas pelo marido. Em depoimento, a mulher relatou que o companheiro a agrediu e mordeu sua orelha durante uma discussão. À polícia, a médica plantonista confirmou que a mulher perdeu parte da orelha direita, pois não foi possível reconstruí-la. Os policiais foram até a residência do casal na Aldeia Soberania, onde o agressor foi preso em flagrante por lesão corporal dolosa.

MEIO EMPREGADO: Agressão física

Com informações de: G1/MS, 17/04/2023

MINAS GERAIS

1 Caso

Data: OUTUBRO

VÍTIMA: Mulher

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: TEÓFILO OTONI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cidade de Teófilo Otoni

DESCRIÇÃO: Na primeira quinzena de outubro circulou, nas redes sociais da cidade de Teófilo Otoni, um vídeo com cenas de violência contra uma mulher indígena. As cenas mostravam um homem reconhecido como esposo da vítima espancando-a com tapas, chutes, chineladas. A vítima estava caída no chão, chorando e gritando, mas continuava sendo espancada enquanto alguém,

não identificado, filmava o ocorrido, sem, no entanto, acionar os órgãos competentes para as providências cabíveis. Lideranças locais informaram que violências de homens contra mulheres vêm sendo registradas por pessoas com certa frequência na cidade. Informaram ainda que, na maioria dos casos, é perceptível que o consumo de bebida alcoólica afeta os comportamentos. A delegada da mulher foi acionada depois da veiculação do vídeo nas redes sociais. A delegada, junto ao MPF, convocou uma reunião online com vários órgãos para debater os problemas relacionados às práticas de violências.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

PARANÁ

1 Caso

Data: 14/01/2023

VÍTIMA: Xeramoí (líder espiritual)

POVO: AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA Y'HOVY

MUNICÍPIO: GUAÍRA

DESCRIÇÃO: O Xeramoí (líder espiritual) da aldeia foi sequestrado e torturado por homem portando arma de fogo em Guaíra, no oeste do Paraná. O cacique da comunidade Tekoha Y'hovy relatou que o líder espiritual de 51 anos e seu filho foram abordados por dois homens brancos enquanto buscavam trabalho em colheitas de milho. O filho conseguiu escapar, mas o Xeramoí foi violentamente agredido e levado para uma casa próxima, submetido a diversas torturas, incluindo espancamento, ameaças com arma de fogo e afogamento em uma poça d'água. Após horas de tortura, o Xeramoí foi abandonado em uma estrada de terra. Por medo de represálias, ele não registrou o caso na delegacia, suspeitando de envolvimento de milícias. Este incidente ocorreu em meio a uma escalada de crimes na região, onde a falta de demarcação de terras deixa as comunidades indígenas vulneráveis à fome, insegurança e violência de fazendeiros locais. O cacique denunciou casos semelhantes que ocorreram anteriormente, atribuindo-os ao racismo e à falta de proteção das autoridades.

MEIO EMPREGADO: Sequestro; tortura; espancamento

Com informações de: Brasil de Fato, 19/01/2023

RORAIMA

2 Casos

Data: 24/03/2023

VÍTIMA: Liderança

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: MANOÁ/PIUM

MUNICÍPIO: BONFIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada no entorno da comunidade Pium

DESCRIÇÃO: Uma liderança indígena da comunidade Pium, na TI Manoá-Pium, no município de Bonfim, ao norte de Roraima, foi perseguida e derrubada da motocicleta que conduzia por um carro do governo de Roraima, segundo relato do CIR. O indígena trafegava pela região quando foi perseguido e derrubado do veículo. Com a ação, a vítima ficou com um dos joelhos feridos. Uma equipe do CIR foi enviada ao local para colher mais informações sobre o caso e apurar depoimentos. Foram encaminhadas denúncias à Funai, ao MPF e à PF. Desde fevereiro, comunidades da TI Manoá-Pium estavam em processo de retomada na região. Seguiu para a Justiça Federal um pedido de reintegração de posse proposto por um fazendeiro.

MEIO EMPREGADO: Perseguição por veículos e atropelamento

Com informações de: G1/RR, 24/03/2023; CIR, 24/03/2023

Data: 15/01/2023

VÍTIMA: R.R.F.; M.S.P

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Raposa

DESCRIÇÃO: Durante uma festa na Comunidade Indígena Raposa, em Normandia, R.R.F., de 24 anos, e M.S.P., de 27 anos, foram esfaqueados. O suspeito M.S.L., de 20 anos, confessou o crime e foi preso. Segundo relatos, na madrugada do dia 15 de janeiro, durante uma festa na comunidade, M.S.L. se envolveu em uma discussão após forçar uma moça a dançar com ele. Inconformado, buscou uma faca e atacou as vítimas, sendo M.S.P. ferido duas vezes nas costas e R.R.F. atingido no braço. M.S.L. foi detido e encaminhado à Delegacia de Polícia de Normandia para as providências legais.

MEIO EMPREGADO: arma branca

Com informações de: Folha de Boa Vista, 15/01/2023



RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL

Em 2023, registramos 38 casos de racismo e discriminação étnico-cultural. Os maiores números foram registrados nos estados do Maranhão (7), Mato Grosso do Sul (6), Minas Gerais (3), Pará (3), São Paulo (3), Amazonas (2), Roraima (2) e no Distrito Federal (3). Acre, Bahia, Espírito Santo, Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro registraram um caso cada.

Estes números refletem uma pequena amostra das situações a que os povos e pessoas indígenas estão submetidas com frequência. Quando não são ridicularizados por sua aparência, modo de vestir e se expressar, indígenas que vivem em contexto urbano relatam que são constantemente apontados como “falsos índios”, “índios da cidade” ou pessoas que “não têm cara de índio”.

Em abril, a indígena Lucila Nawá, do Acre, foi vítima de racismo ao buscar hospedagem em Brasília (DF). Ela viajou à capital federal para participar do Acampamento Terra Livre (ATL), grande mobilização indígena realizada em Brasília. Ao tentar se hospedar em uma pousada, a proprietária disse que Lucila até poderia ficar no local, mas que não era permitido ir ao café da manhã usando o cocar e as pinturas no corpo. “Eu me senti discriminada e envergonhada. Eu não me senti bem, eu não quis mais ficar lá na pousada dela. Porque onde entro e a minha cultura não pode estar junto comigo, eu também não posso estar nesse ambiente”, contou a indígena.

No Espírito Santo, uma criança Tupinikim de sete anos foi ridicularizada por colegas de escola após se identificar como indígena e moradora da aldeia. A Apoinme emitiu uma nota de repúdio, e a família denunciou o caso à Polícia Civil. O pai da

criança explicou que a discriminação é motivada pela ausência de um estereótipo idealizado pela sociedade não indígena, já que a filha é de ascendência mista.

O estado do Maranhão teve a maior quantidade de casos de racismo e discriminação registrados. Nos municípios da região do Baixo Parnaíba, a reação ao fortalecimento da luta do povo Anapuru Muypurá por reconhecimento étnico e direitos territoriais foi a intensificação do preconceito contra os indígenas por parte da população local, que nega a existência e presença do povo na região, com questionamentos como: “Desde quando Brejo tem índio?”, “Você não é índio, índio anda nu”, “os índios Anapuru eram canibais e foram extintos”.

Em outubro, lideranças do povo Tremembé de Engenho se deslocaram para uma audiência com o Ministério Público Estadual do Maranhão. Ao chegarem no prédio da instituição, as pessoas foram barradas, sob a alegação que os indígenas estavam com vestimentas inadequadas, e a audiência foi cancelada.

Em Santa Catarina, o prefeito do município de José Boiteux, Adair Antonio Stollmeier, emitiu um decreto proibindo o uso de línguas indígenas em repartições públicas. O decreto estabelecia que “o idioma oficial utilizado e permitido em todas as repartições públicas do município de José Boiteux é a língua portuguesa”. O Cimi Regional Sul denunciou o caso ao Ministério Público Federal (MPF), que recomendou a revogação do decreto, devido à inconstitucionalidade da medida e à violação de convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

Em Amambai (MS), uma vaga de emprego foi divulgada nas redes sociais com cunho discriminatório e preconceituoso



Fotos: Marina Oliveira/Cimi

A prefeitura de José Boiteux (SC), onde vive o povo Xokleng, emitiu decreto que estabelecia português como “único idioma utilizado e permitido” em repartições públicas



contra os indígenas da região, onde há grande população Kaiowá e Guarani. A descrição do anúncio trazia o perfil “desejado” pelo empregador: “homem maior de idade, dispense indígenas para essa vaga”. De acordo com a Constituição Federal e com a legislação trabalhista, é proibido fazer distinção de gênero ou raça em anúncios de vagas de trabalho.

Também no Mato Grosso do Sul, a Aty Guasu – Grande Assembleia Guarani e Kaiowá – denunciou um caso de discriminação e agressões contra uma indígena que buscava atendimento de saúde, no município de Laguna Carapã. As agressões foram praticadas por uma funcionária da Sesai e registradas em vídeo.

Na Bahia, a TV Bandeirantes veiculou em seu principal telejornal uma reportagem em que classificou os Pataxó como “falsos indígenas”. A reportagem em questão trouxe entrevistas com fazendeiros e caracterizou os Pataxó que vêm realizando a chamada autodemarcação de seu território, na TI Barra Velha do Monte Pascoal, como criminosos. A peça audiovisual não ouviu os indígenas envolvidos na luta pela terra, cuja demarcação encontra-se em estágio avançado, mas deu espaço para uma suposta liderança indígena afirmar que “falsos indígenas infiltrados nas aldeias” estavam promovendo “invasões” – endossando a narrativa de “terror” contra os povos originários encampada pelos produtores rurais contrários à demarcação de terras indígenas no extremo sul da Bahia.

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL

38 Casos

ACRE

1 Caso

Data: 25/05/2023

VÍTIMA: Jovens

POVO: KAXARARI

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada do Calafate

DESCRIÇÃO: Três indígenas do povo Kaxarari registraram um boletim de ocorrência por racismo e agressão supostamente praticados por um segurança da Igreja Batista do Bosque (IBB), em Rio Branco. Eles alegaram ter sido impedidos de entrar no templo e participar de um culto. Segundo os indígenas, o segurança, que é policial militar, abordou-os no estacionamento da instituição, dizendo para se afastarem dos carros. Os agredidos verbal e fisicamente, inclusive chegando a sacar uma arma. O líder indígena e tio dos rapazes, Celso Kaxarari, confirmou o incidente e relatou que os sobrinhos ficaram abalados. “[O segurança pediu] para os meninos se afastarem, que ali não era lugar para eles. Falaram que tinham ido só orar, mas [o segurança] falou para irem orar para lá, que o evento era para quem tinha dinheiro e tinha que pagar”, conta Celso. O segurança se desculpou pela abordagem, mas se recusou a fornecer sua identificação. A igreja nega as acusações, afirmando que o evento era fechado e que os seguranças agiram conforme procedimento padrão. Foi aberta investigação sobre o caso, e testemunhas prestaram depoimento.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

Com informações de: G1/AC, 30/05/2023

AMAZONAS

2 Casos

Data: 04/08/2023

VÍTIMA: 23 povos indígenas do Rio Negro

POVO: VÁRIOS POVOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Senado Federal

DESCRIÇÃO: Em 4 de agosto, o agressor, Plínio Valério (PSDB-AM), valendo-se do cargo de senador federal e da presidência da CPI das Ongs, afirmou publicamente à imprensa que a Foirn estaria “perseguindo, ameaçando indígenas e forjando cartas de repúdio e reuniões contrárias à CPI”. Que estaria “realizando encontros nas comunidades, planejando coleta de assinaturas em escolas com estudantes indígenas assinando sem nem saber o que é”, diz o senador. O senador afirmou também que “sempre usam os alunos para fazer esse tipo de carta de repúdio”, alegando que “esses movimentos estão desesperados porque terão que depor na CPI. Daí estão percorrendo as comunidades dos distritos do Alto Rio Negro e seus afluentes para falar mal contra a comissão”. A Foirn publicou em que declara que as manifestações do presidente da CPI são “calúnias proferidas ao movimento indígena do rio Negro”. Além disso, a entidade indígena rebateu as acusações: “em momento nenhum a federação vem ameaçando e assediando os indígenas, uma vez que é uma instituição que visa a promoção e defesa dos povos indígenas, trabalhando em prol da população indígena, conforme estatuto criada. [...] Aqui, a utilização da Constituição para responder às calúnias é outra atitude de precaução contra a imunidade parlamentar de Valério. [...] Por conta disso, o senador usa a prerrogativa para dizer o que bem entender sobre quem quer que seja. Mesmo sem provas”.

MEIO EMPREGADO: Racismo; calúnia; difamação

Com informações de: Cenarium, 08/08/2023; Fato Amazônico, 08/08/2023.

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades indígenas

POVO: VÁRIOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

DESCRIÇÃO: A atuação de grupos evangélicos, em particular a organização Summer Institute of Linguistics (SIL), está gerando preocupações entre linguistas e antropólogos devido ao impacto sobre a diversidade cultural e nos direitos humanos dos povos indígenas da Amazônia. O SIL, que se intitula uma organização evangélica cristã sem fins lucrativos e traduz a Bíblia para línguas indígenas amazônicas, tem sido acusado de desrespeitar a cultura e os direitos dos povos, concentrando-se na conversão religiosa através de suas missões evangélicas. Seu objetivo seria estudar, desenvolver e documentar idiomas, especialmente aqueles menos conhecidos, e assim expandir o conhecimento linguístico, promover a alfabetização, traduzir a Bíblia cristã para os idiomas locais e ajudar no desenvolvimento de idiomas minoritários. Porém, sua atuação no Brasil vai além disso. O SIL foca na conversão dos indígenas aos dogmas cristãos, o que tem levado à supressão de elementos da cultura tradicional e cosmologia indígena em favor da narrativa bíblica do cristianismo. Há inúmeros relatos de casos em que missionários proibiram narrativas tradicionais, cantos ou danças. Especialistas apontam que essa intervenção missionária tem resultado em conflitos e divisões nas comunidades indígenas, onde os convertidos têm acesso a benefícios como remédios, tratamentos de saúde, além de transporte, enquanto os não convertidos são marginalizados. Além disso, práticas culturais e conhecimentos tradicionais, como o uso de rapé e a medicina tradicional, estão sendo suprimidos em favor da doutrina cristã, levando ao enfraquecimento da identidade e dos costumes indígenas. Essas preocupações foram formalizadas em uma carta entregue à Unesco, instando a organização a reconsiderar sua cooperação com o SIL em face desses impactos negativos que causam danos irreparáveis à diversidade cultural e à dignidade humana dos povos originários.

MEIO EMPREGADO: Apagamento cultural

Com informações de: Rede Brasil Atual, 11/04/2023

BAHIA

1 Caso

Data: 07/03/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

DESCRIÇÃO: No dia 7 de março, a TV Bandeirantes veiculou em seu principal telejornal uma reportagem - também repercutida em seu site - em que classifica os Pataxó como “falsos indígenas” do sul da Bahia. “Eles invadem as fazendas, eles roubam a madeira, eles tocam fogo nas plantações”, diz o âncora. A reportagem em questão trouxe entrevistas com fazendeiros e colocou os Pataxó que vêm realizando a chamada autodemarcação como criminosos. Há ainda, na matéria, entrevista com uma suposta liderança indígena identificada como Cacique Baia Pataxó, que afirma que falsos indígenas “infiltrados nas aldeias” promovem as invasões, endossando a narrativa de “terror” contra os povos originários encampada pelos produtores rurais que disputam os territórios no sul da Bahia. As principais entidades ligadas aos povos indígenas, entretanto, afirmam que não foram procuradas



pela reportagem da Band TV para comentar a situação e acusar a emissora de criminalizar os Pataxó. Com a reportagem, a emissora fomenta ainda mais violência contra o povo Pataxó. Por este motivo, organizações como a Apib e a Apoinme ajuizaram ações junto ao MPF, no dia 13 de março, exigindo direito de resposta do povo Pataxó. O Movimento Indígena na Bahia (MIBA), por sua vez, solicitou uma audiência com o MPF e enviou notificação extrajudicial à Band TV, também pleiteando direito de resposta. Já o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) acionou a Procuradoria pedindo também investigação criminal contra a emissora por calúnia, difamação e racismo.

MEIO EMPREGADO: Reportagem racista, preconceituosa e difamatória

Com informações de: Revista Fórum, 17/03/2023; Comunidade indígena; Cimi Regional Leste

DISTRITO FEDERAL

3 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Jean Hernandez Togojobado de Melo

POVO: BORORO

MUNICÍPIO: BRASÍLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Match Festival, realizado no Lago Norte - DF

DESCRIÇÃO: O artesão Jean Hernandez Togojobado de Melo, de 23 anos, registrou um boletim de ocorrência após ser agredido por seguranças durante o Match Festival, no Lago Norte. Ele relatou ter sido alvo de socos e golpes de cassetete nas costas e no supercílio, enquanto procurava por sua esposa, Yapo Alice Ikpeng, de 21 anos. “Como eu não tenho costume de frequentar eventos desse tipo, resolvi pedir ajuda para encontrar minha esposa. Falei com dois seguranças e expliquei que eu sou indígena. Logo depois de falar isso, chegou um terceiro segurança, encapuzado, e me bateu com golpes de cassetete”, contou Jean. Os seguranças também tentaram confiscar seu celular quando ele tentou registrar as agressões. “Depois, me colocaram para fora da festa com muita violência e, na hora que coloquei o pé para fora do local, fui assaltado. Ainda pedi ajuda a uns policiais que estavam por perto, mas eles informaram que eu precisaria ir à delegacia registrar um boletim de ocorrência”, completou.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas

Com informações de: Metrôpoles, 29/03/2023

Data: Abril

VÍTIMA: Lucila Nawá

POVO: NAUA

MUNICÍPIO: BRASÍLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pousada Kzazen

DESCRIÇÃO: A indígena Lucila Nawá, presente em Brasília para participar do Acampamento Terra Livre, relata episódio de preconceito ao tentar se hospedar em pousada no DF. Lucila relata ter sido mal recebida pela proprietária, que disse que Lucila até poderia se hospedar na pousada, mas que não era permitido ir ao café da manhã usando o cocar e as pinturas no corpo. “Eu me senti discriminada e envergonhada. A gente sempre sofre esses tipos de discriminação, de racismo. Eu não me senti bem, eu não quis mais ficar lá na pousada dela. Porque onde entro e a minha cultura não pode estar junto comigo, eu também não posso estar nesse ambiente”, acrescentou Lucila. “Nunca me senti tão discriminada, tão machucada. Fiquei abalada emocionalmente”, desabafou a indígena. “Nossa pintura é a nossa identidade, nossa alegria, nossa luta e tem muito significado”, finalizou. Procurada pela reportagem, a administração da pousada KzaZenDF informou que o dinheiro pago por Lucila pela hospedagem foi devolvido, já que a indígena não ficou no quarto. Sobre o episódio de preconceito relato por Lucila Nawa, a administração informou que “pedir desculpa é algo que faço sempre, estando certa ou errada, cometer erros faz parte do aprendizado, da evolução”.

MEIO EMPREGADO: Racismo e preconceito

Com informações de: Correio Braziliense, 26/04/2023

Data: 23/01/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BRASÍLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Redes sociais

DESCRIÇÃO: O Exército brasileiro anunciou apoio às operações de socorro aos Yanomami em Roraima, em resposta à pior crise de sua história, causada pela exploração de garimpo ilegal na região. A postagem no Twitter do Exército gerou protestos e ironias de bolsonaristas, que esperavam uma intervenção militar no país. Comentários como “E o golpe, cadê?” e “poiar

Yanomami, e o povo brasileiro?” evidenciaram a frustração de alguns seguidores, enquanto outros criticaram a iniciativa como uma traição aos princípios bolsonaristas. Há também quem ironize a fome dos Yanomami porque, em uma foto do post, aparecem crianças ajudando a descarregar a aeronave. “Lindos os meninos! Saudáveis em pleno vigor!”, questiona uma mulher. Além de ironias, há muitos comentários que reproduzem a mentira que prosperou em alguns grupos de que os indígenas não seriam brasileiros, mas sim venezuelanos. O Exército esclareceu que estava participando do grupo interministerial do governo federal para levar mantimentos e realizar atendimentos médicos às comunidades indígenas afetadas.

MEIO EMPREGADO: Racismo através de mídias sociais

Com informações de: Uol, 24/01/2023

ESPÍRITO SANTO

1 Caso

Data: 15/03/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: CAIEIRA VELHAS

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dentro de sala de aula em escola do Sesc, em Aracruz

DESCRIÇÃO: Um incidente de racismo contra uma criança de sete anos foi denunciado à Polícia Civil de Aracruz, no norte do Espírito Santo, e gerou uma nota de repúdio da Apoinme. O episódio ocorreu no dia 15 de março, na escola do Serviço Social do Comércio (Sesc) do município, onde as colegas de sala da criança começaram a zombar dela desde que ela se apresentou como indígena e moradora da aldeia. A Apoinme destaca que esse caso ilustra a falta de compreensão sobre o processo de miscigenação enfrentado pelos povos indígenas ao longo dos séculos de colonização e apela às autoridades para que tomem as medidas adequadas para punir os responsáveis. O pai da criança explicou que a discriminação é motivada pela ausência de um estereótipo idealizado pela sociedade não indígena, já que a filha é de ascendência mista, com a mãe sendo descendente de italianos e apresentando cabelos encaracolados. Ele lamentou o preconceito constante enfrentado pela comunidade indígena na cidade de Aracruz, conhecida por sua inclinação bolsonarista, e ressaltou que a família está recebendo acompanhamento da Funai, enquanto a criança precisa de tratamento psicológico devido ao trauma causado pelo incidente.

MEIO EMPREGADO: Ofensas e declarações preconceituosas

Com informações de: Século Diário, 18/03/2023

MARANHÃO

7 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: AKROÁ GAMELA

TERRA INDÍGENA: TAQUARITUA

MUNICÍPIO: VIANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Locais públicos das cidades Matinha, Viana, Pedro do Rosário e Penalva

DESCRIÇÃO: Indígenas do território Taquaritia sofrem constantes ataques de racismo e discriminações étnicas nas feiras, escolas, igrejas, hospitais e praças das cidades próximas, como Matinha, Viana, Pedro do Rosário e Penalva. São insultados e rotulados como “falsos índios sem terra”. A forte narrativa dos latifundiários, grileiros, líderes religiosos e posseiros das regiões criou sentimentos racistas da população não indígena em hostilidade à presença dos Akroá-Gamella em seu próprio território tradicional. A denúncia foi feita à Funai, MPF e DPU, mas ainda sem providências tomadas.

MEIO EMPREGADO: Racismo

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TREMEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DE RAPOSA

MUNICÍPIO: RAPOSA

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Tremembé de Raposa, em processo de retomada da sua identidade étnica e territorial, vivem atualmente na cidade de Raposa, sem acesso a saúde e educação escolar, sofrendo, no cotidiano, insultos e discriminação étnico-cultural da população não indígena, que questiona a legitimidade da identidade originária do povo, por não estarem aldeados e não falarem na língua materna. Os indígenas não apontados



como “falsos índios”. As situações foram denunciadas à Funai, ao MPF e à DPU, ainda sem medidas.

MEIO EMPREGADO: Racismo; discriminação; agressões verbais

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: TREMEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DE ENGENHO

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Tremembé de Engenho, em processo de retomada da sua identidade, com o território em fase de demarcação pela Funai, não têm acesso a saúde e educação escolar. Além do mais, são rotulados como “índios da cidade” e “falsos índios” pela população não indígena. Denúncia feita à Funai, MPF e ao DPU.

MEIO EMPREGADO: Racismo; preconceito

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: povo indígena

POVO: PYHCOP CATI JI

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: Devido ao procedimento de revisão dos limites demarcatórios da TI Governador, políticos locais, latifundiários e posseiros da região de Amarante do Maranhão disseminaram narrativas em rádios e redes sociais, alegando que, se a revisão da demarcação da TI Governador for concluída, o município vai falir e boa parte da população perderá seus empregos. Dessa maneira, existe um forte sentimento de discriminação e racismo com a presença e circulação dos indígenas na cidade.

MEIO EMPREGADO: Racismo; preconceito; fake news

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: KARIRI

MUNICÍPIO: ESTREITO

DESCRIÇÃO: Devido à expansão da urbanização o povo Kariú Kariri vive na cidade de Estreito, em casas e pequenos sítios. O povo, em processo de fortalecimento de sua identidade étnica, realiza encontros, formações, rituais, escutas e memórias dos seus ancestrais vivos. No entanto, são caracterizados como “índios da cidade” e “falsos índios” pela população envolvente. Foram feitas denúncias à Funai.

MEIO EMPREGADO: Racismo e preconceito

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: ANAPURÚ MUYPURÁ

MUNICÍPIO: BREJO

DESCRIÇÃO: Com o processo de visibilização da luta pelo reconhecimento e pelos direitos originários, lideranças do povo Anapurú Muypurá sofrem racismo e discriminação étnica. A população dos municípios, que já demonstrava preconceitos contra os indígenas, passou a intensificar esse comportamento, baseado em noções estereotipadas e racistas, que negam a existência e presença do povo Anapurú Muypurá na região do Baixo Parnaíba. “Desde quando Brejo tem índio?”, “Você não é índio, índio anda nu”, “os índios Anapurú eram canibais e foram extintos”, “Tu não tem cara de índio”. Essas e outras frases discriminatórias são utilizadas pelos não indígenas.

MEIO EMPREGADO: Discriminação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 03/10/2023

VÍTIMA: Lideranças

POVO: TREMEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DO ENGENHO

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ministério Público Estadual

DESCRIÇÃO: No dia 3 de outubro de 2023, um coletivo de lideranças do povo Tremembé de Engenho se deslocou para uma audiência com o Ministério Público Estadual, porém, ao chegar no prédio da instituição, as pessoas foram barradas pelo procurador, insinuando que os indígenas estavam com vestimentas inadequadas, e a audiência foi cancelada.

MEIO EMPREGADO: Discriminação cultural

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

MATO GROSSO

1 Caso

Data: 01/02/2023

VÍTIMA: Professores

POVO: VÁRIOS POVOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vários municípios e TIs do estado

DESCRIÇÃO: As comunidades denunciam que estaria sendo implementado, positivamente, o ponto eletrônico nas escolas indígenas das aldeias, conhecido como Webponto. Essa modalidade de controle dos professores não foi discutida pelas comunidades e vem sendo implementada, sem considerar os dias de rituais e práticas culturais, desrespeitando as leis que regem a educação específica e diferenciada para os indígenas.

MEIO EMPREGADO: Implantação forçada de ponto eletrônico em escolas

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

MATO GROSSO DO SUL

6 Casos

Data: 18/02/2023

VÍTIMA: Jane Amaral

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUAIMBÉ

MUNICÍPIO: LAGUNA CARAPA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casa da indígena

DESCRIÇÃO: A Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani – Aty Guasu publicou nas redes sociais um vídeo em que uma mulher, que seria técnica de enfermagem, servidora da Sesai/DSEI-MS, aparece agredindo uma paciente indígena. “Uma técnica em enfermagem não-indígena... senhora Ilma, funcionária pública da Sesai/DSEI/MS, agrediu uma paciente indígena Guarani Kaiowá e chamou de ‘bruxa’, ‘não gente’”, denunciou o perfil nas redes. No vídeo, a mulher e a paciente aparecem trocando agressões. Ao ficar sobre o corpo da paciente indígena, Ilma diz: “Você vai aprender ser gente, você vai aprender a ser gente, sua bruxa! Você vai ver, eu vou levar na polícia essas marcas que tu fez no meu pescoço, vai se arrepender de ter mexido comigo! Entendeu bem? [A indígena diz que não] Então, entenda!”, disse a mulher com sotaque sulista. Na sequência, a mulher ordena à indígena: “Agora, larga minha blusa. Larga minha blusa! [Grita] Larga, eu falei! Me larga, sua guriuzinha de bosta! Tu acha que vai aguentar comigo, sua fraquinha? Tu acha que vai aguentar comigo? Ah é? Vou levar na polícia, tudo na polícia. Você vai ver”, continuou a funcionária trocando agressões físicas com a indígena. Segundo a Aty Guasu, a violência ocorreu na casa da vítima, identificada como Jane Amaral, moradora da TI Guaimbé, município de Laguna Carapá (MS). “Destacamos que a prática de racismo e discriminação/crimes contra indígenas Guarani-Kaiowá é comum ocorrer, promovida pelos próprios funcionários públicos não-indígenas atuantes nas comunidades indígenas. [...] Pedimos providência urgente por parte das autoridades federais, do Ministério da Saúde, secretário da Sesai de Brasília”, disse a entidade.

MEIO EMPREGADO: Agressões físicas e verbais

Com informações de: MS Notícias; Aty Guasu, 18/02/2023

Data: 09/06/2023

VÍTIMA: POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Redes sociais

DESCRIÇÃO: Foi divulgada nas redes sociais uma vaga de emprego em Amambai com cunho discriminatório e preconceituoso contra os indígenas da região. A vaga foi oferecida por uma empresa de comunicação visual com sede em Amambai, Nohall Empreendimentos e Comunicação Visual, e foi encaminhada por aplicativo de troca de mensagens. A descrição trazia o perfil ‘desejado’ pelo empregador: “homem maior de idade, dispense indígenas para essa vaga”. De acordo com a Constituição Federal e com a legislação trabalhista, é proibido fazer distinção de gênero ou raça em anúncios de vaga para trabalho. O prefeito de Amambai, Eduardo Luiz de Melo Bandeira, publicou nas redes sociais nota de repúdio à postura da empresa que divulgou o anúncio, e que iria apurar a veracidade da mensagem. Após a repercussão negativa, o responsável pela empresa, o engenheiro civil Leandro Torres Cabanas, publicou nota em que admite ter cometido “ato falho e impensado” ao excluir indígenas e lamenta o ocorrido, dizendo que “a empresa não compactua com racismo e pede suas sinceras desculpas a todo povo indígena pelo equívoco cometido”. Dias depois da publicação e repercussão do anúncio, o MPF denunciou à Justiça Federal o proprietário



da empresa por negar vaga de emprego a indígenas por motivo de discriminação e preconceito de raça, cor ou etnia.

MEIO EMPREGADO: Discriminação de indígenas em anúncio de emprego

Com informações de: Campo Grande News, 10, 12 e 20/06/2023; G1/MS, 16/06/2023

Data: 04/03/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A prefeitura de Dourados, através da Secretaria Municipal de Educação, distribuiu kits escolares contendo cadernos com imagens de crianças não indígenas usando adereços típicos dos povos originários, o que gerou críticas por parte de organizações indígenas. Flávio Vicente Machado, representante do Cimi, destacou a preocupação com a possível violência racista e o desrespeito à cultura indígena, enfatizando a importância de promover o respeito mútuo e o diálogo intercultural, em vez de folclorizar ou estereotipar a cultura indígena. A assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Kuñangue Aty Guasu, emitiu uma nota de repúdio à distribuição desse material. Em nota, a prefeitura afirma que a imagem da capa foi registrada durante a primeira edição do Festival da Rede Municipal de Ensino (Remefest), que ocorreu em outubro e novembro de 2022. Afirmam que a intenção era um estímulo para que todas as crianças tenham contato com a cultura. Machado disse que “os Guarani vão nos ensinar que a melhor forma de você aprender sobre o outro não é vestindo-se do outro, mas é convivendo com o outro, é estando junto com o outro”.

MEIO EMPREGADO: Racismo; discriminação

Com informações de: G1/MS, 04/03/2023

Data: 18/11/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUATÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Telenovela Terra e Paixão, da TV Globo

DESCRIÇÃO: O povo Guató emitiu nota de repúdio, denunciando a forma como foi retratado pela TV Globo na novela “Terra e Paixão”. Segundo a nota, a novela traz um de seus personagens como remanescente dos Guató, que estariam “praticamente extintos”, além de colocar o personagem como xamã com características de outros povos, promovendo com essas expressões a invisibilidade dos Guató no Pantanal e a manutenção de estereótipos. Os Guató dizem na nota: “Há mais de um século que nosso povo tem sido vítima de um processo de invisibilidade étnica promovido por pessoas e instituições das mais diversas. O propósito maior desse processo de invisibilização está associado à violação de nossos direitos e à apropriação indevida das terras e águas que há séculos tradicionalmente ocupamos na região pantaneira”.

MEIO EMPREGADO: telenovela

Com informações de: Nota do povo Guató, 18/11/2023

Data: 05/10/2023

VÍTIMA: Mulheres

POVO: VÁRIOS POVOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tribunal de Justiça

DESCRIÇÃO: Mesmo após instituição do programa “Transformação” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê cotas para grupos vulneráveis de mulheres na contratação de serviços terceirizados em tribunais de todo o país, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) excluiu mulheres trans e travestis, quilombolas, camponesas e indígenas do texto de uma portaria publicada no Diário Oficial da Justiça em junho.

MEIO EMPREGADO: Discriminação de indígenas em anúncio de emprego

Com informações de: Campo Grande News, 05/10/2023

Data: 30/09/2023

VÍTIMA: Indígenas do Pantanal

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SIDROLÂNDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: JBS Sidrolândia

DESCRIÇÃO: Trabalhadores indígenas reclamaram de racismo de funcionária da empresa JBS, que emprega diversos funcionários indígenas de vários territórios como Nioaque, Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. Segundo relatos dos indígenas, uma funcionária da limpeza reclamava da sujeira no banheiro, onde pessoa não identificada havia defecado dentro da lixeira. Ao ouvir isso, além de outras acusações aos indígenas, a autora do crime disse que “devem ser esses índios, estão acostumados a cagar no mato, são todos relaxados”. O crime foi encaminhado para a empresa, que, após conversa com a acusada, apenas obrigou-a a pedir desculpas pelo crime.

MEIO EMPREGADO: Discurso racista e preconceituoso

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul

MINAS GERAIS

3 Casos

Data: 04/03/2023

VÍTIMA: Célia Xakriabá; Ingrid Sateré Mawé; Werymehe Pataxó

POVO: PATAXÓ; XAKRIABÁ; SATERÉ-MAWÉ

MUNICÍPIO: OURO PRETO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Restaurante

DESCRIÇÃO: Primeira deputada federal indígena da história de Minas Gerais, a professora Célia Xakriabá (Psol-MG) denunciou ter sofrido racismo quando jantava, com duas assessoras também indígenas, em um restaurante em Ouro Preto, na noite de 04/03/2023. Em publicação nas redes sociais e em boletim de ocorrência policial, Célia contou que as três foram alvos de deboche por parte de um grupo de seis clientes do estabelecimento. “Olha como as índias estão agora”, disseram, em tom pejorativo, segundo a deputada. “Me levantei da mesa e disse que os índios de hoje são deputados também. A pessoa, assustada, porque não sabia, falou ‘parabéns’”, relatou a parlamentar. Célia estava acompanhada de Ingrid Sateré Mawé e Werymehe Pataxó. Após reagir à provocação, as três decidiram deixar o restaurante, mas foram convencidas pela proprietária a permanecer no local. De acordo com a deputada, a dona do negócio prestou solidariedade e disse que apoiava a causa indígena e que estava muito feliz em recebê-las. Segundo ela, o grupo que as provocou queria também chamar a polícia, com medo da reação dos demais clientes. “É incrível como os racistas se acham muito corajosos, mas são covardes. Não conseguiram enfrentar três mulheres com sua verdade”. Elas chamaram, então, a polícia para fazer a denúncia. A parlamentar estava na cidade histórica mineira para participar de um movimento contra o racismo. De acordo com o G1, os suspeitos da agressão verbal são a delegada Andrea Mendes de Souza Abood e o perito criminal Cleber Abood Fernandes, da Polícia Civil (PCMG), Mércia Regina Salomão Meni Abood, Afonso Abood Fernandes, Nerci Gonçalves Pereira e Armando Pereira. Segundo Ingrid, houve um fato positivo no episódio: a manifestação por parte do público contra o racismo. “Combateremos racismo não somente por meio das leis, mas também pela sensibilização da sociedade”, afirmou. A Polícia Civil de Minas Gerais informou que está apurando os fatos.

MEIO EMPREGADO: Ofensas e declarações preconceituosas

Com informações de: Congresso em Foco, 05/03/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAXAKALI

MUNICÍPIO: CORONEL MURTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Montes Claros

DESCRIÇÃO: No decorrer do ano de 2023, vários indígenas da etnia Canoeiros Maxakali sofreram e vêm sofrendo discriminação por serem indígenas, tanto presencial quanto de forma online, por mensagens via Whatsapp. Atitudes racistas continuam prevalecendo em relação aos indígenas por estarem vivendo nas cidades, preconceito com a cor da pele, dizendo que indígenas não podem ter cor de pele branca e cabelos loiros; quando pintam o seu corpo para os rituais e/ou festividades, são motivo de piadas e comentários racistas; indígenas não podem andar vestidos porque “índio anda pelado”, entre outros preconceitos e estereótipos. A violência é constante e acontece em vários espaços frequentados pelos Canoeiros Maxakali.

MEIO EMPREGADO: Racismo e preconceito

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: OUTUBRO

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: TEÓFILO OTONI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cidade de Teófilo Otoni

DESCRIÇÃO: Durante as primeiras semanas de outubro, foi veiculado um vídeo nas redes sociais mostrando cenas de uma mulher sendo espancada pelo marido, que aparentemente tinha ingerido álcool. As cenas são gravadas por alguém que não intervém para acionar os órgãos competentes a tomarem as providências cabíveis. Lideranças locais informaram que violências de indígenas do sexo masculino contra indígenas do sexo feminino vêm sendo registradas por pessoas com uma certa frequência na cidade. A veiculação destes vídeos expõe os povos indígenas a situações vexatórias e de discriminação, sem nenhuma atitude para minimizar a violência.

MEIO EMPREGADO: exposição de vídeos nas redes

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

**PARÁ****3 Casos**

Data: 2023

VÍTIMA: Estudantes**POVO:** AVÁ-GUARANI**MUNICÍPIO:** SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Transporte escolar

DESCRIÇÃO: Estudantes do povo Avá-Guarani relataram ter sofrido racismo no transporte que contrataram para levá-los à universidade, que é compartilhado com não indígenas e costuma ir cheio. Quando os estudantes indígenas pedem para sentar do lado de não indígenas, estes sempre negam veementemente, o que ocasiona constrangimento e os deixa abatidos. A empresa é conivente com estas violências que eles vêm sofrendo.

MEIO EMPREGADO: Racismo; discriminação*Com informações de: Liderança*

Data: 11/09/2023

VÍTIMA: Paulo Borari**POVO:** BORARI**MUNICÍPIO:** SANTARÉM**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Bairro Amparo

DESCRIÇÃO: No dia 11 de setembro, por volta das duas horas da madrugada, no bairro Amparo, Paulo Borari foi atacado em sua residência. O agressor, desconhecido, jogou pedras na casa, enquanto verbalizava várias palavras de ódio: “Vocês são macumbeiros, eu vou matar vocês em nome de Jesus, seus viadinhos, vou cortar a cabeça de vocês fora”. Para fugir das agressões, Paulo e um amigo tiveram de fugir para um terreno baldio e chamar a polícia, que chegou 40 minutos depois. A denúncia foi feita na Delegacia de Polícia Civil.

MEIO EMPREGADO: Intimidações; intolerância religiosa*Com informações de: G1/PA, 27/09/2023; Cimi Regional Norte 2*

Data: 2023

VÍTIMA: Mainumy Tembê**POVO:** TEMBÊ**MUNICÍPIO:** TOMÉ-AÇU**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade Pitawá

DESCRIÇÃO: Enquanto estava grávida, Mainumy Tembê, 35 anos, moradora da comunidade Pitawá, alugou uma casa na área urbana de Tomé-Açu, no distrito de Quatro Bocas. Desde que a luta contra os impactos da empresa BBF começou, ela diz sentir na pele racismo por parte de moradores da cidade. “Antes, nós éramos olhados com outro olhar. Não vou dizer que era com respeito. Eles nos achavam ingênuos. Quando perceberam que nós sabemos nos defender, já começaram aquelas palavras racistas”, relata. Nas redes sociais, Mainumy lê os comentários nas notícias que envolvem a BBF e os Tembê, e se depara com pessoas colocando à prova a identidade indígena do povo. “Isso não é índio nem aqui nem na China”, escreveu um internauta. Ler as ofensas racistas faz Mainumy lembrar imediatamente do seu avô, que morava dentro da floresta e produzia farinha para vender nas propriedades rurais do entorno, muito antes da chegada da BBF. O saco de farinha, lembra Mainumy com orgulho, era carregado nas costas por seu avô. “Eu pergunto para quem fala essas ofensas: quem é você? De onde você é? Você sabe sua origem? Eu sei da minha. E daqui eu não vou sair”.

MEIO EMPREGADO: Racismo e preconceito*Com informações de: Brasil de Fato, 17/09/2023***PARANÁ****1 Caso**

Data: 17/03/2023

VÍTIMA: Luiz Carlos Kog Te Salles**POVO:** KAINGANG**TERRA INDÍGENA:** TIBAGY MOCOCA**MUNICÍPIO:** ORTIGUEIRA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Órgão público municipal

DESCRIÇÃO: Em 16/03/2023, Luana de Moura Nunes, enfermeira e membro titular do Conselho Municipal de Saúde, foi informada pelo Diário Oficial de Justiça que seria transferida para outra unidade. No dia seguinte, ao chegar à unidade, encontrou a fechadura da porta principal trocada. Relatou que, para retirar seus pertences, foi constantemente acompanhada por funcionários. Luana tinha a guarda de documentos pessoais e de ordem, como ofícios, atas e resoluções. Durante uma conversa sobre o destino dos documentos, foi sugerido que fossem levados para a sala de outra servidora.

Luana afirmou que só faria a transferência com a autorização escrita do presidente do conselho, Luiz Carlos Kog Te Salles Batarse. Mais tarde, o secretário de governo, Álvaro Mattos, e o procurador-geral do município, Jonathan Guilherme, foram à unidade discutir sobre os documentos. Álvaro afirmou que a chave da sala não ficaria com Luiz, que discordou. Em meio à discussão, Álvaro proferiu a Luiz a frase: “Você pensa que está mexendo com índio? Você não sabe com quem está mexendo, eu não sou índio”. Jonathan tentou acalmar a situação. Luana e Luiz fizeram um boletim de ocorrência na delegacia da Polícia Civil do Paraná, em Ortigueira, no mesmo dia do ocorrido, registrado como crime de injúria referente a raça/cor/etnia/religião/origem - crimes contra pessoa.

MEIO EMPREGADO: Racismo e preconceito*Com informações de: Boletim de ocorrência***RIO GRANDE DO SUL****1 Caso**

Data: 13/06/2024

VÍTIMA: Comunidade**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** KA'AGUY PORÁ**MUNICÍPIO:** MAQUINÉ

DESCRIÇÃO: As lideranças da Tekoa Ka'aguy Porá repudiaram veementemente a disseminação de falsas acusações contra uma família Mbya Guarani, ocorrida no dia 13/06/2023, durante a distribuição de doações de roupas e brinquedos no salão paroquial da Igreja Matriz de Maquiné, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Ao escolherem itens entre as doações, a família Mbya Guarani foi informada de que podiam levar o que interessasse. Entre os brinquedos estava um quadriciclo, que despertou o interesse da criança indígena. Após a permissão para levar o brinquedo, a família saiu do local. Posteriormente, através do WhatsApp, a família foi surpreendida com acusações infundadas de furto, disseminadas por uma pessoa não identificada. Alegações falsas foram feitas, inclusive com áudio e foto, acusando os indígenas de terem furtado o brinquedo. Os Mbya Guarani esclareceram na delegacia que o ocorrido foi um engano, pois o quadriciclo, objeto da acusação, estava entre os itens destinados à doação. A indignação dos Mbya Guarani surge pela acusação caluniosa antes de qualquer tentativa de esclarecimento, especialmente pela falta de informação de que o brinquedo não estava disponível para doação.

MEIO EMPREGADO: Difamação*Com informações de: Cimi Regional Sul***RIO DE JANEIRO****1 Caso**

Data: 23/01/2023

VÍTIMA: Wilma Mendonça Martini**POVO:** GUARANI MBYA**TERRA INDÍGENA:** TEKHOHA JEVY**MUNICÍPIO:** PARATI

DESCRIÇÃO: No dia 23 de janeiro, uma indígena estava em sua casa na aldeia Tekohá Jevy, localizada no bairro Barra Grande, em Paraty, quando foi vítima de ameaça de morte e racismo por um homem não indígena. Segundo o relato da vítima, o agressor invadiu o território indígena e proferiu insultos, incluindo uma frase racista: “Índio não presta e não quer trabalhar”. Após as ameaças, o agressor deixou o local. A vítima compareceu à delegacia da cidade para denunciar o caso, horas depois do ocorrido. No entanto, ela não pôde fornecer detalhes sobre a identidade do agressor, apenas o descrevendo como um homem branco vestindo uma camisa branca e calça jeans.

MEIO EMPREGADO: Ameaças e discursos racistas*Com informações de: Cimi Regional Sul; G1, 23/01/2023***RONDÔNIA****1 Caso**

Data: 27/02/2023

VÍTIMA: Jovem indígena**POVO:** GUARASUGWE**TERRA INDÍGENA:** GUARASUGWE**MUNICÍPIO:** PIMENTEIRAS DO OESTE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rio Guaporé**DESCRIÇÃO:** Um indígena do povo Guarasugwe recebeu ameaças de morte e

viveu momentos de terror enquanto pescava no rio Guaporé, no interior de Rondônia. Ele foi surpreendido por um agressor, que passou a atacá-lo com golpes de remo, a fim de expulsá-lo do local. Durante as agressões, o homem proferiu xingamentos racistas e xenofóbicos. Ele sofreu um corte profundo na cabeça e foi necessário ir à cidade buscar tratamento. O caso aconteceu na zona rural do município de Pimenteiras do Oeste, e foi denunciado ao MPF pela comunidade Yakarerupa. O território do povo Guarasugwe, ainda não demarcado, sofre com a invasão de fazendeiros. O crime apontado no boletim de ocorrência foi o de lesão corporal, mas não há, no documento, nenhuma referência ao povo Guarasugwe. O rapaz foi tratado como “estrangeiro” e não como indígena. A forma como o povo é tratado está relacionada à posição geográfica do território tradicional em que seus integrantes vivem, que faz fronteira com a Bolívia. Por isso, geralmente, os Guarasugwe são chamados de “bolivianos”, em tom pejorativo, e não são tratados como indígenas brasileiros.

MEIO EMPREGADO: Ataques racistas e xenofobos

Com informações de: G1/RO; Agência Amazônia, 27/02/2023; Cimi Regional Rondônia

RORAIMA

2 Casos

Data: 30/01/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: Nota divulgada pelas pastorais e movimentos sociais de Roraima expressou um forte repúdio ao posicionamento do governador Antônio Denarium em relação ao povo Yanomami. A declaração do governador, negando a existência de desnutrição e sugerindo que os Yanomami deveriam se “aculturar” e deixar a vida na mata, é descrita como desumana, racista e preconceituosa. O documento destaca a grave crise humanitária enfrentada pelas comunidades indígenas, com a morte de 570 crianças devido ao impacto direto do garimpo ilegal. Além disso, critica as ações do governador, que sancionou leis em apoio ao garimpo e agronegócio, contribuindo para a piora da situação de saúde dos Yanomami e sendo responsabilizado por essa crise humanitária. Os comentários do governador são considerados uma falta de respeito e sensibilidade, especialmente diante do sofrimento das vítimas Yanomami, que estão enfrentando doenças como malária e desnutrição aguda. O documento também denuncia o descaso do governador e do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação aos direitos constitucionais e humanos dos povos indígenas. Por fim, a nota exige que o governador seja responsabilizado conforme a lei, considerando suas declarações como uma ameaça ao povo Yanomami e um possível crime de genocídio.

MEIO EMPREGADO: declarações discriminatórias

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 31/01/2023

Data: 08/08/2023

VÍTIMA: Estudantes

POVO: WAPIXANA

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: Durante a 50ª edição dos Jogos Escolares de Roraima, estudantes de escolas indígenas foram alvo de ataques racistas por parte de torcidas durante as semifinais masculinas de futebol, em Boa Vista. Frases discriminatórias como “Vai fazer farinha” e “volta para tua comunidade, caboco”, foram ouvidas pelas torcidas rivais direcionadas à escola estadual Indígena Índio Gustavo Alfredo e à escola estadual Joaquim Nabuco. A Secretaria Estadual de Educação (Seed) classificou os ataques como um “episódio isolado” e manifestou seu repúdio a toda e qualquer forma de discriminação. No entanto, os relatos dos professores indicam que esses incidentes foram reais e afetaram diretamente os alunos e professores das escolas indígenas participantes. Diante da repercussão desses ataques, a Secretaria de Educação anunciou medidas para punir as delegações envolvidas nos atos racistas, incluindo a desclassificação das escolas e a proibição de participarem da próxima edição dos Jogos Escolares.

MEIO EMPREGADO: Falas desrespeitosas e racistas

Com informações de: G1/RR, 08/08/2023

SANTA CATARINA

1 Caso

Data: 01/08/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: XOKLENG

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA-LA KLÂNÔ

MUNICÍPIO: JOSÉ BOITEUX

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Prefeitura Municipal de José Boiteux

DESCRIÇÃO: O prefeito do município de José Boiteux, Adair Antonio Stollmeier (PP), emitiu o decreto de nº 106, que define a língua portuguesa como idioma oficial em repartições públicas do município catarinense. O decreto estabelece que “o idioma oficial utilizado e permitido em todas as repartições públicas do município de José Boiteux é a língua portuguesa”. A medida, no entanto, ao restringir a expressão em espaços institucionais do município à língua portuguesa, passa a proibir o uso de línguas indígenas em órgãos ligados à prefeitura. O decreto viola o direito constitucional dos povos indígenas de preservarem sua cultura e se expressarem em suas línguas. O Cimi Regional Sul apresentou uma representação ao MPF de Santa Catarina contra o decreto, que gerou uma recomendação à prefeitura de José Boiteux recomendando a sua revogação, dada a inconstitucionalidade da medida e a violação de convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. No dia 30/08/2023, a prefeitura da cidade acatou a recomendação e revogou a decisão.

MEIO EMPREGADO: decreto municipal inconstitucional

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 24/08/2023

SÃO PAULO

3 Casos

Data: 14/11/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUARANI MBYA

MUNICÍPIO: CANANEIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Redes sociais - Facebook Tekoa Karanda’Ty

DESCRIÇÃO: No dia 14 de novembro, um morador de Cananéia publicou, em sua rede social Facebook, foto com uma criança Mbya sem a autorização prévia dos responsáveis. Na legenda da imagem, o homem escreveu: “Encontrei a filha de [...] pedindo trocadinho para a mãe dela ir toma uma no final de semana porque o lulis cortou o bolsa familis!”.

MEIO EMPREGADO: Discursos de ódio em redes sociais

Com informações de: Formulário de denúncia online

Data: 16/01/2023

VÍTIMA: Crianças

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: KA’AGUY HOVY

MUNICÍPIO: IGUAPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itapuá

DESCRIÇÃO: No dia 19 de janeiro, lideranças da aldeia indígena Itapuá, pertencente à TI Ka’aguy Hovy, localizada no município de Iguape, relataram que moradores não indígenas iniciaram xingamentos direcionados às crianças indígenas durante um mutirão de limpeza do caminho que dá acesso à aldeia. Os insultos incluíam chamá-los de vagabundos e proferir palavrões, causando constrangimento às crianças presentes, que estavam desacompanhadas de adultos no momento. As lideranças exigem uma maior atenção e intervenção dos órgãos responsáveis na mediação dos conflitos crescentes entre a comunidade indígena e os moradores não indígenas, que ocupam a área dentro do território da TI Ka’aguy Hovy.

MEIO EMPREGADO: Ofensas e declarações preconceituosas

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Davi Vera Popygua

POVO: GUARANI MBYA

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Universidade Presbiteriana Mackenzie

DESCRIÇÃO: Davi Vera Popygua Ju, do povo Guarani, foi alvo de comentários e piadas preconceituosas no grupo de conversa da instituição onde buscava sua formação acadêmica. Davi é professor e buscava ampliar seus horizontes. Fez matrícula para o curso EAD de Geografia na renomada Universidade Presbiteriana Mackenzie, no polo de Jaraguá. No entanto, devido à insuficiência de inscrições, não houve formação da turma. Em dado momento, foi anunciada no grupo de mensagens da instituição a presença de um indígena entre os alunos, o que despertou uma série de perguntas indiscretas, que evoluíram para ofensas. Davi saiu dos grupos após se sentir desconfortável, porém foi colocado novamente por desconhecidos e passou a receber mensagens e ligações diretas a ele.

MEIO EMPREGADO: Ofensas e declarações preconceituosas

Com informações de: Radio Brasil Atual, 17/03/2023



TENTATIVA DE ASSASSINATO

Em 2023, foram registrados 35 casos de tentativa de assassinato de indígenas no Brasil, contra pelo menos 44 pessoas. Acre (2), Amapá (1), Amazonas (2), Bahia (3), Maranhão (4), Mato Grosso do Sul (11), Mato Grosso (1), Pará (4), Rondônia (1) e Roraima (6) são os estados em que os casos foram registrados.

Notoriamente, em 21 dos 35 casos, foram usadas armas de fogo, demonstrando um padrão alarmante de violência armada contra populações indígenas. Estas investidas foram protagonizadas por fazendeiros, garimpeiros e agentes policiais.

Durante uma abordagem policial no município de Santa Rosa do Purus, no Acre, a indígena Marlene Kulina acabou sendo atingida por um disparo de arma de fogo na região abdominal, sofrendo uma hemorragia. A indígena, que não fala português, foi submetida a uma cirurgia e teve que utilizar uma bolsa de colostomia. Um boletim de ocorrência foi registrado na sede local da Funai, no qual não foi identificado o policial responsável pelo disparo.

No Amazonas, dois jovens Mura sofreram um ataque a tiros, enquanto coletavam castanhas na Terra Indígena (TI) Taquara. Eles foram abordados por homens a mando de um fazendeiro que se diz proprietário da área. Os indígenas relatam que os agressores receberam ordens diretas

do fazendeiro para atirar em qualquer membro da comunidade que passasse pela área. O ataque resultou no ferimento de um dos adolescentes, atingido na panturrilha esquerda pelos disparos. O jovem Mura chegou a ir para o hospital, mas, por falta de estrutura no local, os estilhaços de chumbo não foram retirados de sua perna. O caso foi o estopim para que a comunidade Mura decidisse retomar o território invadido.

No nordeste do estado do Pará, três lideranças do povo Tembé foram baleadas durante preparativos para o recebimento da visita do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em agosto. Os indígenas denunciam que os tiros foram disparados pela segurança privada da empresa Brasil BioFuels (BBF), que produz de óleo de palma entre os municípios de Acará e Tomé-Açu, e disputa a terra com os indígenas acumula denúncias de ameaças, assédio e ataques aos povos Tembé e Turiwara. O ataque armado resultou no ferimento a tiros de Daiane, Felipe e Erlane Tembé, e se deu após manifestação dos indígenas em frente à sede da BBF, que havia atentado meses antes contra a vida de outro membro da comunidade, Kauã Tembé, de 19 anos.

Em Rondônia, um jovem indígena do povo Guarasugwe recebeu ameaças de morte e viveu momentos de terror enquanto pescava no rio Guaporé. Ele foi surpreendido por

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Cápsulas recolhidas por indígenas do povo Pataxó em retomada na TI Barra Velha do Monte Pascoal, na Bahia



um agressor, que passou a atacá-lo com golpes de remo, enquanto proferia xingamentos racistas, a fim de expulsá-lo do local. O indígena sofreu um corte profundo na cabeça e precisou ir à cidade buscar atendimento. O boletim de ocorrência registrado explicita o preconceito que o povo Guarasugwe – cujo território permeia a fronteira com a Bolívia – enfrenta na região: o documento não incluiu nenhuma referência à identidade étnica do jovem, tratado como “estrangeiro”.

Na TI Yanomami, em Roraima, um ataque de garimpeiros armados contra indígenas que realizavam um ritual funerário às margens do rio Mucajaí, atingiu três pessoas. Os agressores estavam embriagados, em um barco, e dispararam contra o grupo Yanomami. Dois dos três indígenas atingidos morreram, conforme registrado neste relatório.

Além dessas tentativas de assassinato, foram registrados vários casos de tentativa de feminicídio contra mulheres indígenas em três estados diferentes, destacando a vulnerabilidade dessas mulheres a ataques violentos. No Mato Grosso do Sul, estado que lidera o número de ocorrências, quatro dos onze casos registrados foram tentativas de feminicídio. Em dois desses casos, as vítimas foram brutalmente feridas com golpes de foice.

TENTATIVA DE ASSASSINATO

35 Casos

ACRE

2 Casos

Data: 25/02/2023

VÍTIMA: Benki Piyäko

POVO: ASHANINKA

MUNICÍPIO: MARECHAL THAUMATURGO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Centro Yorenka Tasorentsi, às margens do rio Juruá

DESCRIÇÃO: O MPF abriu um procedimento para investigar uma tentativa de assassinato contra o líder indígena do povo Ashaninka, Benki Piyäko, por um policial civil. Segundo a denúncia, o policial José Francisco Bezerra de Menezes apareceu no aniversário da liderança, no dia 25 de fevereiro, e encostou uma arma de fogo no abdômen de Benki. Embriagado, o agente foi contido pelos convidados da festa, que acontecia no Centro Yorenka Tasorentsi. O procurador responsável pelo caso determinou que a Polícia Civil fosse oficiada para informar se existe algum processo administrativo disciplinar instaurado para apurar as possíveis responsabilidades do policial civil José Francisco Bezerra. A Coordenação Regional do Juruá da Funai também foi oficiada para informar ao MPF a existência de procedimentos no sentido garantir a segurança do povo Ashaninka.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: *Metrópoles*, 08/03/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Marlene Kulina

POVO: KULINA

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO PURUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nazaré

DESCRIÇÃO: Segundo relatos da comunidade, a indígena Marlene Kulina, de 30 anos, foi vítima de um ataque com disparo de arma de fogo. Depois de chegar à cidade de Santa Rosa do Purus, para vender produtos como peixe e banana, e ingerir bebida alcoólica, Marlene foi abordada pela Polícia Militar. A indígena, que não fala o português, acabou sendo atingida por um disparo de arma de fogo na região abdominal, sofrendo uma hemorragia. Foi submetida a uma cirurgia e utilizou uma bolsa de colostomia. Foi registrado boletim de ocorrência na sede local da Funai, no qual não foi identificado o policial responsável pelo disparo.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: *Comunidade; Cimi Regional Amazônia Ocidental*

AMAPÁ

1 Caso

Data: 17/04/2023

VÍTIMA: Mulher jovem

MUNICÍPIO: OIAPOQUE

DESCRIÇÃO: Um homem, de 20 anos foi preso em Oiapoque, no extremo norte do Amapá, acusado de tentativa de feminicídio contra uma jovem indígena de 18 anos. O ataque aconteceu em um mercado, onde o ex-namorado da vítima a atacou com uma faca. As câmeras de segurança registraram o momento aterrorizante em que ele a persegue e tenta esfaqueá-la, enquanto ela se defende com os braços. O relacionamento do casal, que durou cinco meses, foi marcado por episódios de agressão psicológica e cárcere privado, segundo informações da polícia. Mesmo após o término, o homem não aceitou a separação e passou a perseguir a jovem, chegando ao extremo de tentar tirar-lhe a vida. O agressor foi capturado pela Operação Hórus, enquanto se preparava para pescar na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

MEIO EMPREGADO: Tentativa de feminicídio; arma branca

Com informações de: *G1/AP*, 17/04/2023

AMAZONAS

2 Casos

Data: 01/03/2023

VÍTIMA: Idosa

MUNICÍPIO: EIRUNEPÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área urbana do município, local conhecido como «Aterro»

DESCRIÇÃO: O Portal de Notícias G1/AM noticiou a tentativa de assassinato de uma mulher indígena, de 69 anos, em uma área conhecida como «Aterro», no município de Eirunepé, Amazonas, ocorrido no dia 1º. Andercarlos Souza da Silva, de 20 anos, foi preso, em flagrante, pela tentativa de homicídio. Acionada por populares, que disseram que a idosa indígena estava ferida nas costas pelos golpes que recebeu, a polícia civil conseguiu chegar ao local do crime antes do criminoso fugir, que já estava dentro de uma embarcação. O delegado comentou que o crime foi motivado por excesso de bebidas. A vítima passou por cirurgia e teve duas paradas cardíacas, mas seu quadro ficou estável e não faleceu. Andercarlos responderá por tentativa de homicídio e ficará à disposição da Justiça.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: *G1/AM*, 02/03/2023

Data: 09/01/2023

VÍTIMA: Dois adolescentes

POVO: MURA

TERRA INDÍGENA: TAQUARA

MUNICÍPIO: AUTAZES

DESCRIÇÃO: O estopim para a retomada do território invadido por fazendeiros, na TI Taquara, do povo Mura, se deu em consequência de um ataque a tiros, sofrido por dois adolescentes Mura no início da tarde do dia 9 de janeiro. Os jovens estavam coletando castanha quando foram abordados por homens a mando de um fazendeiro, que se diz proprietário da área invadida. O rapaz relatou que não houve diálogo no momento do ataque, os agressores receberam ordens diretas do fazendeiro para atirar em qualquer membro da comunidade que passasse pela área. O ataque resultou no ferimento de um dos adolescentes, atingido na panturrilha esquerda por disparos de uma cartucheira de calibre 16. O jovem Mura deu entrada no hospital Dr. Deodato de Miranda Leão, mas, por falta de estrutura hospitalar, os estilhaços de chumbo não foram retirados de sua perna. Devido à falta de equipamento de raio-X, os profissionais de saúde não se empenharam em remover a bala de cartucho que ficou alojada na perna do garoto. O outro adolescente não foi atingido e encontra-se fisicamente bem. Já os autores dos disparos fugiram pela mata e, apesar da agressão ter sido registrada em boletim de ocorrência na Polícia Civil de Autazes, as investigações pouco avançaram.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: *Assessoria de Comunicação do Cimi*, 20/01/2023

BAHIA

3 Casos

Data: 30/06/2023

VÍTIMA: Homem baleado; Homem desaparecido

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: BARRA VELHA

**MUNICÍPIO:** PORTO SEGURO

DESCRIÇÃO: Um indígena foi baleado nas costas, em uma propriedade rural ocupada em Barra Velha, na cidade de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia. Não há informações sobre o estado de saúde da vítima. Segundo informações da Polícia Militar, os indígenas contaram que um grupo de homens chegou no local atirando contra eles. Ninguém foi preso. Além do homem que foi baleado durante a ação, outro indígena desapareceu. Após buscas, ele foi encontrado dias depois, escondido em uma região de mata. Os tiros aconteceram na mesma noite em que o Projeto de Lei 490, que impõe o marco temporal como critério para demarcações de terras indígenas, foi aprovado na Câmara de Deputados, em Brasília. A ocorrência foi registrada nas polícias Civil e Federal. A coordenação do Movimento Indígena da Bahia encaminhou uma carta com um pedido de ajuda ao Ministro da Justiça, Flávio Dino, solicitando que a Polícia Federal assumisse as investigações de conflitos na região.

MEIO EMPREGADO: Emboscada com ataque a tiros

Com informações de: G1/BA, 01/06/2023

Data: 25/10/2023

VÍTIMA: Eilton Conceição; companheira de Eilton

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COMEXATIBÁ (ALDEIA CAHY)

MUNICÍPIO: PRADO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Alegria Nova

DESCRIÇÃO: Por não aceitar a separação, Eilton agrediu fisicamente sua companheira e tentou destruir sua residência. O pai da vítima, revoltado, interveio no conflito e disparou várias vezes contra Eilton, com uma arma de fogo, para contê-lo.

MEIO EMPREGADO: agressão; arma de fogo

Com informações de: Família de vítima; Cimi Regional Leste

Data: 07/10/2023

VÍTIMA: P.R.

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRÁLIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: bairro Carajá

DESCRIÇÃO: Moradores de Santa Cruz Cabralia, na Costa do Descobrimento, se manifestaram em protesto após o jovem indígena P.R., de 16 anos, ser baleado durante uma ação da Polícia Militar numa festa comemorativa do dia das crianças na localidade de Carajá. A irmã do jovem relatou à imprensa que ele foi acusado de roubo de um celular – que ela relatou ter adquirido – e portar “um rádio e uma arma de brinquedo”, que teria justificado os disparos. O jovem sobreviveu, mas sofreu seis perfurações por arma de fogo. Segundo a familiar, um exame de raio-X detectou vários estilhaços pelo corpo, na cabeça, nas costas, no braço, na cintura e um em cada perna. “Só estamos aguardando que a justiça seja feita e que isso não fique impune, pois se trata de um adolescente que não oferece nenhum tipo de risco para a comunidade e sociedade. Os moradores ainda se encontram revoltados com essa situação e violência”, relatou a irmã do jovem. Em vídeo, um vereador do município acusou a PM de chegar atirando em meio à celebração. “Infelizmente a festa foi encerrada pelo despreparo e desrespeito da Polícia Militar”, disse o vereador.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Bahia Notícias, 09/10/2023; Giro de Notícias, 08/10/2023

MARANHÃO

4 Casos

Data: 09/01/2023

VÍTIMA: Benedito Guajajara; Júnior Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: SANTA LUZIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rodovia MA-006

DESCRIÇÃO: Por volta das cinco horas da manhã, dois indígenas do povo Guajajara da TI Arariboia foram alvejados na cabeça quando caminhavam pela rodovia MA-006, na cidade de Santa Luzia. Benedito Guajajara, de 18 anos, e Júnior Guajajara, de 16, foram internados em estado grave, na UTI do Hospital Regional de Grajaú. De acordo com relatos de lideranças indígenas, os disparos partiram de um carro preto e atingiram os jovens quando, perto da aldeia Maranuwi, chegavam em casa depois de uma festa. O caso ficou a cargo da Delegacia de Polícia da cidade de Arame e acompanhado pela Polícia Federal. Ambos sobreviveram.

MEIO EMPREGADO: Disparos de arma de fogo

Com informações de: Lideranças; Brasil de Fato, 10/01/2023; Cimi Regional Maranhão

Data: 24/01/2023

VÍTIMA: POVO: PYHCOP CATI JI

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: Indígenas relatam que no dia 24 de janeiro de 2023, um jovem Gavião estava em um veículo de carona vindo da cidade de Amarante do Maranhão, em direção ao seu território. Quando chegou na entrada da TI Governador, quatro homens, que seguiam o veículo, abordaram o jovem e o espancaram com pauladas, deixando-o com hematomas em todo o corpo e cortes na cabeça. À época, a família da vítima não denunciou a agressão, classificada como tentativa de assassinato, por medo de represálias. Houve registro de boletim de ocorrência.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 19/04/2023

VÍTIMA: Mulher transexual

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: MORRO BRANCO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Formigueiro

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil prendeu um suspeito de tentar matar uma indígena transexual em Arame. A prisão aconteceu no município de Grajaú, onde o suspeito se escondeu após o crime. O caso aconteceu no Dia dos Povos Indígenas e a vítima foi estuprada e espancada, precisando ficar internada no Hospital Municipal de Imperatriz, aguardando uma cirurgia no rosto devido às agressões.

MEIO EMPREGADO: Estupro; espancamento

Com informações de: Lideranças; Imperatriz online, 27/04/2023,

Data: 22/02/2023

VÍTIMA: Jones Canaré Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: SANTA LUZIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Toarizinho

DESCRIÇÃO: Um indígena de 22 anos, identificado como Jones Canaré Guajajara, foi baleado por homens armados na noite do dia 23 de fevereiro, na aldeia Toarizinho, localizada na terra indígena Arariboia, no município de Santa Luzia, a 294 km de São Luís. De acordo com o delegado titular da delegacia de Arame, Tiago Castro, o indígena foi socorrido e encaminhado ao hospital em estado grave. O caso passou a ser investigado, e a linha de investigação inicial sugeria um possível acerto de contas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/MA, 24/02/2023

MATO GROSSO

1 Caso

Data: 24/10/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: BORORO

TERRA INDÍGENA: TADARIMANA

MUNICÍPIO: RONDONÓPOLIS

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal prendeu um indígena de 30 anos de idade, em Rondonópolis, sob acusação de abuso sexual infantil e tentativa de homicídio contra uma criança indígena de três anos. As investigações, realizadas em conjunto com o Conselho Tutelar, tiveram início após a criança ser internada em uma UTI, com lesões graves, aparentemente resultantes de espancamento, e sofrer um AVC por trauma. Relatórios médicos também indicaram indícios de abuso sexual, ocorrido em uma terra indígena no município. A mãe da criança informou à polícia que já havia sido agredida pelo companheiro em outras ocasiões. Ela também será investigada para determinar se houve omissão em relação aos supostos abusos sofridos pela filha. O acusado negou as acusações, alegando que a criança teria se ferido após cair de uma moto. O cumprimento da medida judicial foi acompanhado por um servidor da Funai, e o suspeito está detido no Presídio Mata Grande, em Rondonópolis, aguardando decisão judicial.

MEIO EMPREGADO: Agressões, maus tratos e abuso de vulnerável

Com informações de: Gazeta Digital, 24/10/2023



MATO GROSSO DO SUL

11 Casos

Data: 25/02/2023

VÍTIMA: Ademar Carvalho

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Por volta das 16 horas, do dia 25 de fevereiro, Ademar Cavalheiro, 42 anos, foi atingido por um disparo de arma de fogo no braço esquerdo enquanto caminhava na aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados. A vítima foi prontamente socorrida e levada à UPA. Ademar afirmou desconhecer tanto a autoria do ataque quanto os possíveis motivos por trás dele. O caso permanece sob investigação.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Dourados News, 26/02/2023

Data: 16/04/2023

VÍTIMA: Gerônimo Mamed

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma tentativa de homicídio foi registrada na aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados. Gerônimo Mamed, 28 anos, foi atingido por golpes de faca na região da cabeça. Ele acabou sendo socorrido por uma equipe do Corpo de Bombeiros e encaminhado ao Hospital da Vida. A polícia investiga o caso.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Dourados News, 16/04/2023

Data: 03/07/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Um homem de 27 anos registrou denúncia após ser ameaçado por um indivíduo na Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados. Segundo a ocorrência, o acusado chegou à residência e bateu palmas procurando pela vítima. A esposa, de 25 anos, acompanhada da filha, de oito anos, disse que não sabia onde estava o esposo. Conforme depoimento, o homem teria feito ameaças, dizendo que iria matar o marido dela. Assim que a vítima chegou em casa, percebeu a presença do desafeto e correu para uma plantação de milho. O autor efetuou disparos de arma de fogo até cessar as munições e, em seguida, deixou o local dirigindo um carro Toyota Corolla. O caso foi registrado na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário).

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Dourado News, 04/07/2023

Data: 04/06/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma adolescente de 16 anos, moradora da aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados, foi vítima de uma tentativa de feminicídio, sendo agredida com golpes de foice na testa por um homem de 29 anos, após uma discussão. Mesmo ferida, a jovem conseguiu caminhar até uma igreja próxima para pedir ajuda. Posteriormente, foi socorrida por terceiros e encaminhada ao Hospital da Vida, onde permaneceu internada por um tempo. O agressor foi preso em flagrante e conduzido à Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário.

MEIO EMPREGADO: Foice

Com informações de: Campo Grande News, 04/06/2023

Data: 20/05/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: Uma mulher de 39 anos foi gravemente ferida com um golpe de foice pelo marido, de 33 anos, durante uma briga ocorrida à noite em uma aldeia de Amambai. O homem alegou à polícia que a discussão começou após consumo de bebida alcoólica e que desferiu o golpe no rosto da companheira, atingindo acidentalmente seu braço quando ela tentou se defender. Após o crime, o agressor foi detido pela segurança da aldeia e a vítima socorrida ao Hospital Regional com lesões graves, incluindo tendões cortados e fratura exposta no braço esquerdo. Não corre risco de morte, mas precisou fazer cirurgia em Ponta Porã. O caso foi registrado como tentativa de feminicídio e está sob investigação policial.

MEIO EMPREGADO: Foice

Com informações de: G1/MS, 20/05/2023

Data: 16/10/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Uma mulher, cuja identidade não foi revelada, foi agredida pelo próprio marido na Reserva Indígena de Dourados. Ela foi atingida por duas facadas na cabeça, enquanto estava caída no chão, socorrida posteriormente por uma equipe do Samu e encaminhada ao Hospital da Vida, onde permaneceu internada em estado grave. O caso está sob investigação da Polícia Civil de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Midiamax, 17/10/2023

Data: 26/11/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um homem de 30 anos, morador da Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, foi encontrado à beira da estrada com ferimentos na cabeça, causados por golpes de faca. Ele foi socorrido pelo Samu e está internado no Hospital da Vida. O incidente teria ocorrido em sua própria casa, mas ainda não se sabe a motivação. O caso está sob investigação da Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

Com informações de: Midiamax, 27/11/2023

Data: 11/11/2023

VÍTIMA: Idoso

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um idoso de 81 anos foi agredido e esfaqueado durante a madrugada do dia 11 de novembro, na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados. O incidente ocorreu quando a vítima estava com seu neto, por volta das 2h40, e um grupo tentou roubar a bicicleta do rapaz. Ao defender o garoto, o idoso foi golpeado várias vezes, com uma taquara na cabeça e também uma facada no braço esquerdo. Ele foi levado ao Hospital da Vida, por uma viatura do Samu. Segundo relatos à polícia, os suspeitos seriam moradores da área entre o Anel Viário Norte e a Aldeia Bororó. O caso foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e facadas

Com informações de: Dourados News, 11/11/2023

Data: 12/11/2023

VÍTIMA: Vanildo Freitas

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma tentativa de homicídio ocorreu por volta das 21h40 do dia 12 de novembro, na Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados. Vanildo Freitas, 48 anos, estava sentado em frente a sua casa, quando dois homens em uma motocicleta se aproximaram e dispararam contra ele, atingindo-o no ombro direito. Os agressores fugiram após o ataque. Vanildo foi levado pelo irmão ao Hospital Municipal de Itaporã. A vítima



desconhece os motivos e a autoria do crime, que foi registrado como tentativa de homicídio em Itaporã.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: *Dourados News*, 14/11/2023

Data: 17/06/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um homem identificado como Josiel, de 20 anos, foi preso sob acusação de estuprar e tentar matar uma adolescente de 17 anos, na Aldeia Bororó, reserva indígena em Dourados. Segundo relatos, a vítima, que era vizinha do agressor, foi levada para um milharal onde acabou sendo forçada a ter relações sexuais. Ao tentar gritar por socorro, a adolescente foi enforcada, mas conseguiu escapar das agressões. Josiel foi capturado por líderes indígenas e entregue à polícia, preso em flagrante. O caso foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Dourados como estupro de vulnerável e tentativa de homicídio.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

Com informações de: *Campo Grande News*, 18/06/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Homem

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AVAE'TE

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A comunidade Guarani e Kaiowá do tekoha Avae'te, em Dourados, foi atacada por pistoleiros, causando medo e insegurança. No primeiro ataque registrado no ano, dez das trinta casas foram incendiadas e os indígenas relatam que os agressores passaram a monitorar a comunidade por meio de drones. O grupo armado já ameaçou retornar, gerando pânico entre os moradores. Esses ataques frequentes ocorrem desde 2018 e têm se intensificado. "Eles vieram em duas caminhonetes com oito pessoas a pé para queimar as nossas casas. Eles têm armas pesadas, dão tiro para matar. Nós estamos correndo perigo, lutando pelos nossos direitos, pela nossa terra", narra Yvyraia Miri. "Vieram pelo mato e atiraram umas quatro vezes, e [um dos disparos] quase acertou nosso parente", relata. A reserva de Dourados, nos limites da qual está o tekoha Avae'te, é pequena para abrigar toda a população indígena, levando à ocupação e reivindicação de áreas próximas, o que resulta em conflitos com fazendeiros. A lentidão no processo de demarcação de terras agrava a situação.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: *Assessoria Comunicação do Cimi*, 16/08/2023

PARÁ 4 Casos

Data: 04/08/2023

VÍTIMA: Kauã Tembê

POVO: TEMBÊ

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA

MUNICÍPIO: TOMÉ-AÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bananal

DESCRIÇÃO: De acordo com a comunidade Tembê, na tarde de 04/08, dia da abertura do evento preparatório para a Cúpula da Amazônia, seguranças fortemente armados da empresa Brasil BioFuels (BBF) e policiais militares destacados da capital, Belém, promoveram ação ilegal e arbitrária contra indígenas do povo Tembê, na aldeia Bananal. Durante a ação, disparos de arma de fogo, que parecem ter sido efetuados por segurança da empresa BBF, atingiram o jovem indígena Kauã Tembê, 19 anos, que foi levado às pressas ao hospital. A comunidade relatou que no dia 03/08 chegou um forte e ostensivo grupamento da PM especializada no município, e que, no dia seguinte, passaram a intervir de maneira truculenta no local ocupado pela comunidade indígena Tembê, com auxílio de seguranças fortemente armados da empresa BBF, que chegaram inclusive a interditar a ponte que dá acesso à área de ocupação indígena. A comunidade pediu providências administrativas, políticas e judiciais quanto ao atentado contra a vida do jovem Kauã Tembê e a garantia de segurança, além de reivindicar a demarcação e a titulação dos territórios dos povos tradicionais do Vale/Alto Acará, que sofrem com os conflitos e ataques. O MPF solicitou à Polícia Federal que abrisse investigação urgente e que fosse deslocado efetivo para a região. O vigilante que atirou em Kauã foi preso.

MEIO EMPREGADO: Ação truculenta; arma de fogo

Com informações de: *Comunidade indígena; Cimi Regional Norte 2*

Data: 07/08/2023

VÍTIMA: Daiane Tembê; Erlane Tembê; Felipe Tembê

POVO: TEMBÊ

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA

MUNICÍPIO: TOMÉ-AÇU

DESCRIÇÃO: Três lideranças do povo Tembê foram baleadas durante preparativos para o recebimento da visita do CNDH, em Tomé-Açu. Os tiros foram disparados pela segurança privada da empresa Brasil BioFuels (BBF), produtora de óleo de palma que possui enormes plantações da palmeira entre os municípios de Acará e Tomé-Açu, no nordeste do Pará. O ataque armado resultou no ferimento a tiros de Daiane, Felipe e Erlane Tembê, e se deu após manifestação dos indígenas em frente à sede da BBF, que havia atentado contra a vida de outro membro da comunidade, Kauã Tembê, de 19 anos. Em protesto, as três lideranças, junto a um grupo pequeno de indígenas, se mobilizaram em frente à sede da empresa em Tomé-Açu. A situação foi tensionada quando a equipe de segurança da empresa disparou contra os indígenas, atingindo Daiane, Erlane e Felipe. Daiane estava filmando a ação dos agentes, quando foi baleada no pescoço e no maxilar. A liderança foi conduzida no mesmo dia à UTI do Hospital Metropolitano de Belém. A indígena encontrava-se em estado de saúde grave. Já Felipe, alvejado nas costas, e Erlane, na coxa e no ombro, foram levados ao hospital de Quatro Bocas, no município de Tomé-Açu. O MPF fez uma recomendação ao ministro de Justiça e Segurança Pública para que autorizasse o deslocamento de efetivo da Força Nacional em quantidade e condições condizentes com a gravidade e urgência dos fatos por pelo menos 30 dias, a fim de garantir a vida, integridade e segurança dos povos Tembê e Turiwara, assim como dos quilombolas do Vale do Acará e dos funcionários, contratados e terceirizados, do grupo BBF, para conter o agravamento do conflito territorial.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: *Comunidade indígena; Assessoria de Comunicação do Cimi*, 09/08/2023; *Cimi Regional Norte 2*

Data: 14/05/2023

VÍTIMA: Lúcio Tembê

POVO: TEMBÊ

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA

MUNICÍPIO: TOMÉ-AÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região conhecida como "Quatro Bocas", próximo à TI Turé/Mariquita

DESCRIÇÃO: No dia 14/05, o cacique Lúcio Tembê foi vítima de uma tentativa de homicídio. Ele foi alvejado por pelo menos dois tiros na cabeça, com disparos a queima-roupa. Ele teve alta no dia 22/05, após passar por uma cirurgia de remoção do projétil, alojado na região da mandíbula. O líder da aldeia Turé-Mariquita em Tomé-Açu, no nordeste paraense, foi atacado por uma dupla de pistoleiros ao retornar para a aldeia, enquanto tentava desatolar o carro na região conhecida como Quatro Bocas. Segundo investigações da polícia civil, o ataque a Lúcio Tembê teria ocorrido após uma discussão com um grupo que estaria estimulando o tráfico de drogas na aldeia. A polícia passou a investigar o caso e buscar outros responsáveis, além de um suspeito que foi preso. O filho do cacique, Paratê Tembê, expôs em vídeo nas redes sociais, que o pai estava bem, mas que precisaria continuar com a medicação. Ele destacou a preocupação com a segurança do pai e com todos da aldeia, além do risco de retaliação por parte das organizações criminosas.

MEIO EMPREGADO: Emboscada a tiros feita por traficantes; arma de fogo

Com informações de: *Comunidade; G1/PA*, 22/05/2023; *MPF/PA*, 11/08/2023; *Cimi Regional Norte 2*

Data: 10/11/2023

VÍTIMA: Jonas Turiwara; José Luís Turiwara

POVO: TURIWARA

TERRA INDÍGENA: TURÉ / MARIQUITA

MUNICÍPIO: ACARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Na divisa dos municípios Acará e Tailândia, região do Baixo Tocantins

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Turiwara que saíram em busca de caça e pesca para alimentação de suas famílias, foram emboscados na manhã do dia 11 de novembro. Um deles, Agnaldo, foi morto e dois ficaram feridos. Outro indígena, de nome Jonas, acabou ferido na cabeça, perto de um dos olhos. Um terceiro, de nome José Luís, levou um tiro no peito, mas foi salvo pelo medalhão do cordão que usava, que amorteceu o impacto do disparo. A emboscada ocorreu no Vale do Acará, onde a Agropalma tem plantações de dendê. O MPF no Pará informou que, tão logo tomou conhecimento da morte e baleamento dos indígenas, requisitou à PF a abertura de inquérito para apurar o caso. Os indígenas foram alvejados quando seguiam em suas



motos por uma antiga trilha, na direção da floresta, em busca de alimentos, como caça e pesca.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Portal Ver o Fato, 11/11/2023

RONDÔNIA

1 Caso

Data: 27/02/2023

VÍTIMA: Jovem indígena

POVO: GUARASUGWE

TERRA INDÍGENA: GUARASUGWE

MUNICÍPIO: PIMENTEIRAS DO OESTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rio Guaporé

DESCRIÇÃO: Um indígena do povo Guarasugwe recebeu ameaças de morte e viveu momentos de terror enquanto pescava no Rio Guaporé, no interior de Rondônia. Ele foi surpreendido por um agressor, que passou a atacá-lo com golpes de remo, a fim de expulsá-lo do local. Durante as agressões, o homem proferiu xingamentos racistas e xenofóbicos. Ele sofreu um corte profundo na cabeça e foi necessário ir à cidade buscar tratamento. O caso aconteceu na zona rural do município de Pimenteiras do Oeste, e foi denunciado ao MPF pela comunidade Yakarerupa. O território do povo Guarasugwe, ainda não demarcado, sofre com a invasão de fazendeiros. O crime apontado no boletim de ocorrência foi o de lesão corporal, mas não há, no documento, nenhuma referência ao povo Guarasugwe. O rapaz foi tratado como “estrangeiro” e não como indígena. A forma como o povo é tratado está relacionada à posição geográfica do território tradicional em que seus integrantes vivem, que faz fronteira com a Bolívia. Por isso, geralmente, os Guarasugwe são chamados de “bolivianos”, em tom pejorativo, e não são tratados como indígenas brasileiros.

MEIO EMPREGADO: Golpes de remo

Com informações de: G1/RO; Agência Amazônia, 27/02/2023; Cimi Regional Rondônia

RORAIMA

6 Casos

Data: 03/02/2023

VÍTIMA: Homem jovem

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região Homoxi

DESCRIÇÃO: A Polícia Federal encontrou um jovem indígena ferido junto a outro morto, ambos com ferimentos de bala no abdômen. Testemunhas da comunidade contaram que se trata de conflito com garimpeiros. O jovem foi levado no helicóptero da FAB para um hospital de Boa Vista. A PF abriu inquérito para apurar as causas da tentativa de homicídio e quem são os autores de ambos crimes.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/RR, 06/02/2023

Data: 29/04/2023

VÍTIMA: Três pessoas

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: MUCAJAÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Uxiu, região Alto Mucajai

DESCRIÇÃO: No dia 29 de abril, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) e a Texoli Associação Ninam emitiram um comunicado denunciando um ataque de garimpeiros contra a comunidade Uxiu, na região do Alto Mucajai, TI Yanomami. Durante um ritual fúnebre, às margens do Rio Mucajai, seis garimpeiros passaram em um barco e dispararam contra o grupo, ferindo três pessoas, levando duas a óbito. Os garimpeiros estavam embriagados e armados, e os vestígios foram entregues à Polícia Federal. Suspeita-se, pelo tipo de armamento, que haja presença de uma facção na região. O ataque foi realizado após os garimpeiros passarem por um porto ilegal e postos de fiscalização, mesmo com a autorização do barco vencida e o espaço aéreo fechado para aviões não autorizados no território Yanomami. A Urihi Associação Yanomami também denunciou o ataque às autoridades competentes.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Hutukara Associação Yanomami; Urihi Associação Yanomami; G1/RR, 02/05/2023

Data: 03/07/2023

VÍTIMA: Criança; Adolescente; Mulher; Criança; Homem

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Parima

DESCRIÇÃO: Uma criança Yanomami foi morta e outros cinco indígenas ficaram feridos durante um ataque a tiros na comunidade Parima, dentro da TI Yanomami, no dia 3 de julho. A informação foi divulgada pelo MPI, que lamentou a morte da criança e informou que enviou equipes para o local. Os agressores fugiram. Entre os feridos estão adultos e crianças. Segundo o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condisi-YY), Júnior Hekurari, os feridos são: uma liderança indígena de 48 anos; uma mulher de 24; a filha dela, de 5 anos; e duas meninas, de 15 e 9 anos. As vítimas foram socorridas por servidores da Sesai que atuam em uma base de apoio da região. O corpo da criança de 7 anos caiu no rio e foi localizado dias depois pelo Corpo de Bombeiros da região. A suspeita é de que o ataque tenha sido causado por garimpeiros que ainda atuam no território.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/RR, 04/07/2023

Data: 07/09/2023

VÍTIMA: Homem

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

DESCRIÇÃO: Um indígena de 47 anos foi baleado na região do abdômen por dois homens encapuzados enquanto estava deitado em uma rede no município de Alto Alegre, ao norte de Roraima. O incidente ocorreu na madrugada do dia 7 de setembro, e a vítima foi levada ao Hospital Epitácio de Andrade Lucena, onde relatou à Polícia Militar que foi imobilizado e amarrado pelos agressores, antes de ser alvejado quando tentava se libertar. Os agressores fugiram e o indígena ferido foi transferido para o hospital de Boa Vista. O caso foi registrado na delegacia do Alto Alegre.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: G1/RR, 08/09/2023

Data: 20/10/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade São Mateus

DESCRIÇÃO: Um jovem de 23 anos foi preso após agredir o tio, de 39, com golpes de facão na TI São Matheus, em Uiramutá. O incidente ocorreu após uma briga, iniciada quando o jovem agrediu outra tia, de 29 anos, quando retornou para casa, embriagado, após um dia de trabalho na mata. A discussão começou quando o jovem questionou a tia sobre o jantar. Ficou irritado com a resposta e a agrediu com tapas e socos. Em seguida, o irmão da vítima interveio, buscando cessar as agressões. Com isso, o jovem foi até a casa onde morava, pegou um facão, voltou para a residência dos parentes e desferiu dois golpes nas costas do tio, que atua como segundo tuxaua da comunidade. A vítima foi socorrida pelo Samu e encaminhada ao hospital, onde teve uma parada cardíaca, mas foi reanimada. O agressor fugiu do local, mas foi capturado pela polícia, no dia seguinte, em sua residência. Ele foi detido e conduzido à Delegacia da Polícia Civil em Pacaraima.

MEIO EMPREGADO: Golpes de facão

Com informações de: G1/RR, 22/10/2023

Data: 20/08/2023

VÍTIMA: Homem

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Alto Mucajai

DESCRIÇÃO: Um indígena Yanomami ficou ferido por disparos de arma de fogo num ataque que vitimou os indígenas Venâncio Xirixana, e o agente de saúde indígena, Ilson Xirixana. O ataque ocorreu no Alto Mucajai, TI Yanomami.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

Com informações de: Agência Brasil, 21/08/2023



VIOLÊNCIAS SEXUAIS

Em 2023, registramos 23 casos de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres indígenas. Os relatos causam espanto e indignação não apenas pela crueldade dos casos, mas também pela característica das vítimas: dos 23 casos registrados, 11 foram cometidos contra crianças e adolescentes, todas com idades entre 5 e 14 anos. Os registros foram feitos nos estados de Acre (2 casos), Amazonas (2), Bahia (1), Maranhão (2), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (8), Minas Gerais (1), Paraná (1) e Roraima (5).

Estudantes indígenas da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) denunciaram casos de assédio sexual praticado por um professor da instituição. Uma das estudantes conta que ficou sem reação e sem saber a quem pedir ajuda após o primeiro episódio violento, que aconteceu logo nos primeiros dias de aulas. Ela relata que outros episódios de assédio aconteceram a seguir. “Eu já não estava conseguindo ir às aulas e um pânico, ansiedade, tomaram conta de mim. Este senhor, sem minha autorização, tocou a mão no meu braço e, em seguida, no meu seio, enquanto dizia que se sentia excitado na sala de aula quando me olhava”, relatou a estudante. “Eu fiquei em choque, sem conseguir responder nada na hora. Ele prosseguiu dizendo que queria sentir o gosto que uma indígena tem”.

Alguns dos relatos também evidenciam a relação entre as violências sexuais e as invasões aos territórios indígenas. No Maranhão, lideranças Kanela Memortumré e Canela Apñjekra relatam que, devido às constantes invasões de caçadores, madeireiros e latifundiários, entre outros, nas Terras Indígenas (TIs) Porquinhos e Kanela, muitas mulheres do território são assediadas constantemente pelos invasores.

Há casos em que os relatos abarcam uma grande quantidade de vítimas, como a desesperadora realidade vivenciada na TI Yanomami, em Roraima e Amazonas, já retratada em edições anteriores deste relatório. Os relatos das comunidades são impactantes, e as violações e violências permaneceram ocorrendo de forma intensa em 2023, sem solução pelo poder público, sendo impossível quantificar o número real de vítimas. As meninas e mulheres indígenas continuaram sofrendo violências sexuais praticadas pelos garimpeiros estabelecidos ilegalmente no interior da TI. Situações de aliciamento e de troca de sexo por comida ocorreram reiterada e cotidianamente naquela região.

O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves, afirmou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebeu informações de que ao menos 30 meninas e adolescentes Yanomami ficaram grávidas de garimpeiros.

Não bastasse a situação desoladora de miséria, doenças e fome, as mulheres e crianças indígenas permaneceram sendo vítimas de uma das mais cruéis e traumáticas formas de violência, a sexual.

Além das terras demarcadas e invadidas, também há registros de relação entre crimes sexuais e comunidades indígenas em luta pela terra. No Mato Grosso do Sul, em

novembro, durante o ataque contra a retomada realizada na fazenda Maringá, sobreposta à TI Iguatemipegua I, além de agredidas, três mulheres Guarani Nhandeva de 23, 26 e 48 anos relatam ter sofrido ameaças e abusos sexuais durante as horas em que ficaram sob cárcere privado dos seguranças das fazendas da região.

No norte do Paraná, um homem foi preso em flagrante sob suspeita de abusar sexualmente de uma menina indígena de seis anos de idade, enquanto ela estava com a família vendendo artesanato em uma praça na região central de Maringá. Ele foi detido e deve responder por estupro de vulnerável.

Em Alto Alegre (RR), um idoso de 63 anos foi condenado por abusar sexualmente de seis crianças Yanomami na comunidade indígena da Anta. As crianças, todas meninas com idades entre 5 e 9 anos, relataram os abusos para seus pais, que informaram o líder da comunidade. As crianças relataram que o idoso costumava oferecer doces e se mostrar gentil com elas até conseguir levá-las para locais isolados, onde cometia os abusos.

VIOLÊNCIAS SEXUAIS PRATICADAS CONTRA INDÍGENAS NO BRASIL

23 Casos

ACRE

2 Casos

Data: Janeiro

VÍTIMA: Adolescente

POVO: HUNI KUI

MUNICÍPIO: CRUZEIRO DO SUL

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil de Cruzeiro do Sul, interior do Acre, investiga o estupro de uma indígena de 13 anos, do povo Huni Kui. O suspeito do crime é um primo da vítima, um adolescente de 16 anos. O abuso teria ocorrido em janeiro e chegou ao conhecimento da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cruzeiro do Sul por meio de uma notícia anônima. O delegado ouviu a vítima, as testemunhas e o investigado. A Coordenação Regional da Funai no Juruá informou que não poderia comentar o caso, por ser sigiloso. Contudo, afirmou que acompanha todos os casos sob sua jurisdição.

MEIO EMPREGADO: Estupro

Com informações de: G1/AC, 14/03/2023

Data: 28/10/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO PURUS

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO PURUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Salão

DESCRIÇÃO: Segundo informações da comunidade, uma moradora foi estuprada pelo seu cunhado, um não indígena conhecido como “Betinha”. Quando a irmã dela chegou, tentou defendê-la, mas foi morta pelo marido com um tiro. Num primeiro momento, o homem fugiu para a floresta, mas depois foi preso e está à disposição da justiça.

MEIO EMPREGADO: Estupro

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental



AMAZONAS

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: MAYORUNA

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Irari, Lago do Tambaqui e Lago Grande

DESCRIÇÃO: As comunidades Irari e Lago do Tambaqui, do povo Kanamari, e Lago Grande, do povo Maioruna, na TI Vale do Javari, fazem fronteira pelo rio com o Peru. Durante 2023, esse local foi usado como rota do narcotráfico e para pesca e caça ilegais. Os traficantes, que mantêm um grande acampamento voltado à produção de cocaína do lado peruano, vêm até as comunidades para assediar os indígenas com promessas de dinheiro fácil e rápido. Uma liderança relatou que duas meninas menores de idade foram aliciadas para serem cozinheiras no acampamento, mas sabe-se que, na verdade, são exploradas sexualmente. O caso não foi registrado nem denunciado porque não conseguiram mais informações sobre as circunstâncias do aliciamento e do trabalho que as meninas fazem. Há muito medo por parte dos indígenas, pois os traficantes circulam armados e livremente pela região. A equipe de saúde, quando está nas comunidades, é abordada pelos traficantes, em busca de tratamento e/ou medicamentos.

MEIO EMPREGADO: suposta exploração sexual de menores

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

Data: 18/07/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: SATERÊ-MAWE

TERRA INDÍGENA: ANDIRÁ-MARAU

MUNICÍPIO: BARREIRINHA

DESCRIÇÃO: Um homem, de 45 anos, foi preso em Parintins, suspeito de estuprar duas crianças indígenas, de 5 e 7 anos, da comunidade Saterê-Mawé. As vítimas, que são sobrinhas do suspeito, foram internadas numa unidade hospitalar em Parintins depois do crime, ocorrido na comunidade indígena no Rio Andirá, município de Barreirinha. O suspeito usava dispositivos eletrônicos para atrair as crianças até sua casa, na aldeia, aproveitando-se da confiança da mãe delas, que não desconfiava de nada por ser parente. A mãe notou que as crianças tinham dificuldade para caminhar e, ao dar banho nelas, percebeu as lesões, levando à descoberta dos abusos. Exames médicos confirmaram os abusos sofridos pelas crianças, que receberam tratamento médico e retornaram à aldeia. O suspeito negou as acusações. Após a prisão, ele passou por exame de corpo de delito e aguarda audiência de custódia. As vítimas continuaram recebendo acompanhamento dos profissionais da saúde indígena e do serviço de atendimento às vítimas.

MEIO EMPREGADO: Estupro de vulnerável

Com informações de: Bom Dia Amazônia, 18/07/2023

BAHIA

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Estudantes da UFSB

POVO: PATAXÓ

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Universidade Federal do Sul da Bahia

DESCRIÇÃO: Estudantes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) noticiaram casos de assédio sexual praticados por professor da instituição. Uma denúncia foi oficialmente registrada e esse gesto encorajou outras mulheres, que também relataram sofrer das mesmas violências no ambiente acadêmico. As abordagens eram repetidas e direcionadas às mulheres indígenas que estudam na universidade. A UFSB informou que foi instaurado um processo administrativo disciplinar para apurar a denúncia. O professor foi afastado das suas atividades e a comissão vai apurar os fatos. As estudantes criticam a morosidade do processo e pedem um posicionamento oficial da UFSB e medidas que combatam, efetivamente, os casos de assédio dentro da instituição. Marclei Pataxó, presidente do Núcleo dos Estudantes Indígenas da UFSB, diz que os casos vêm ocorrendo com indígenas do curso de direito e que frequentam o campus de Porto Seguro. Pelas dificuldades de comprovação e de documentação dos fatos, até o momento, só uma estudante quis registrar a denúncia que foi formalizada em Boletim de Ocorrência na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulheres (DEAM) da região. Uma das estudantes assediadas, que denunciou o professor, conta que ficou sem reação e sem saber a quem pedir ajuda, após o primeiro episódio violento, que aconteceu logo nos primeiros dias de aulas. "Logo quando entrei na UFSB, esse servidor estava sentado ao meu lado e pediu minha caneta para assinar a lista de presença. Eu empreeitei

e, após me perguntar se eu era indígena e da região, ele disse que eu tinha umas formas de corpo muito diferentes e bonitas. Achei estranha a conversa e não respondi", relembra. Ela conta que outros episódios de assédio aconteceram a seguir. "Eu já não estava conseguindo ir às aulas e um pânico, ansiedade, tomaram conta de mim. Este senhor, sem minha autorização, tocou a mão no meu braço e, em seguida, no meu seio, enquanto dizia que se sentia excitado na sala de aula quando me olhava", relembra a estudante, que ficou paralisada diante do ocorrido. "Eu fiquei em choque, sem conseguir responder nada na hora. Ele prosseguiu dizendo que queria sentir o gosto que uma indígena tem. Eu fiquei muito nervosa, paralisada e trêmula, mas consegui dizer para ele não me tocar. Disse que aquele gesto era crime e que, desta vez, eu não me calaria", conta. Relatou ainda que o professor tentou se desculpar após saber que a denúncia havia sido formalizada, e, em seguida, disse que ela não conseguiria levar o assunto adiante, por não ter provas.

MEIO EMPREGADO: Assédio sexual

Com informações de: Brasil de Fato/BA, 04/05/2023

MARANHÃO

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Mulheres

POVO: KANELA MEMORTUMRÉ

TERRA INDÍGENA: KANELA

MUNICÍPIO: FERNANDO FALCÃO

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas relatam que, devido às constantes invasões de caçadores, madeiros, latifundiários e não indígenas dentro da terra Kanela, as mulheres do território são assediadas quase diariamente pelos invasores. A situação foi denunciada à Funai.

MEIO EMPREGADO: Assédio sexual

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Mulheres

POVO: KANELA APANJEKRA

TERRA INDÍGENA: PORQUINHOS - CANELA APÂNJEKRA

MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA

DESCRIÇÃO: As lideranças do povo Apanjekra têm denunciado que não indígenas invadem o território para praticar caça ilegal, ocorrendo também assédio sexual às mulheres. Relatam que várias denúncias aos órgãos competentes foram feitas, mas permanecem sem providências.

MEIO EMPREGADO: Assédio sexual

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

MATO GROSSO

1 Caso

Data: 02/11/2023

VÍTIMA: Adolescente

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

DESCRIÇÃO: Uma menor de 12 anos foi vendida pelo próprio pai e foi mantida em cativeiro. Ela contou aos policiais que o pai recebeu R\$ 1 mil e a entregou a um homem desconhecido. Já em poder do suspeito, ela teve os olhos vendados e foi levada para um hotel na saída de Barra do Garças, onde foi mantida em cárcere privado. A menor contou que, durante o tempo em que esteve com o suspeito, ele tentava manter relações sexuais com ela, mandando que ela tirasse a roupa. Ao se recusar, foi agredida com vários socos pelo corpo. Segundo a ocorrência policial, o suspeito a deixou trancada sozinha no quarto e ela conseguiu escapar, caminhar vários metros até pedir ajuda em um estabelecimento comercial, próximo ao terminal rodoviário da cidade. Nem o pai e nem o suspeito de comprá-la foram presos, mas a polícia passou a realizar buscas. A menor prestou depoimento, acompanhada de conselheiros tutelares.

MEIO EMPREGADO: Tráfico humano; violência sexual

Com informações de: Araguaia Notícias, 06/11/2023

MATO GROSSO DO SUL

8 Casos

Data: 28/02/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI



DESCRIÇÃO: Um indígena de 73 anos foi preso, suspeito de estupro, engravidar e viver como “marido” da filha de 12 anos, na TI Amambai, no Mato Grosso do Sul. Segundo a Polícia Civil, em um relatório fornecido pelo Conselho Tutelar de Amambai, consta que a vítima era violentada pelo pai há anos, desde que a mãe da adolescente saiu de casa. De acordo com a polícia, a adolescente passou por exames que auxiliaram na constatação dos crimes. Além de inúmeras lesões, a adolescente estava grávida do pai. No relatório do Conselho Tutelar, ainda consta que o pai a obrigou a viver com ele como um “casal”, desde que a mãe da vítima saiu de casa. A polícia não soube precisar há quantos anos a menina era violentada. Nas investigações também foi descoberto que, mesmo grávida, a menina continuava sofrendo os abusos.

MEIO EMPREGADO: Estupro de vulnerável

Com informações de: G1/MS, 01/03/2023

Data: 25/03/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um homem indígena foi preso em flagrante por lesão corporal e tentativa de estupro contra a esposa, em Dourados. Ele arrancou um pedaço da língua da vítima, com quem teria tentado manter relação sexual. Ele foi preso em flagrante e encaminhado para a delegacia. A vítima foi socorrida pelo Samu e atendida no Hospital da Vida, onde foi medicada e liberada. O homem responderá pelo crime de estupro com lesão corporal grave, com pena de até 12 anos de prisão.

MEIO EMPREGADO: Violência física; agressão sexual

Com informações de: Campo Grande News, 26/03/2023

Data: 02/04/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI NHANDÉVA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma menina de 11 anos foi vítima de uma tentativa de estupro no começo do mês de abril. De acordo com relatos da mãe da vítima, a criança estava caminhando por uma rua na Aldeia Jaguapiru quando foi abordada por um desconhecido. O homem agarrou a menina e a arrastou até um matagal, onde tentou remover suas roupas. No entanto, a menina conseguiu se libertar e pedir ajuda.

MEIO EMPREGADO: Rapto e tentativa de estupro de vulnerável

Com informações de: Dourados News, 05/04/2023

Data: 01/04/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um homem, identificado como Daniel, de 43 anos, foi preso em flagrante por importunação sexual na aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados. Segundo informações policiais, pela manhã, o autor teria abaixado as calças e mostrado o órgão genital para uma mulher de 58 anos. Lideranças indígenas foram acionadas e detiveram o autor até a chegada da Polícia Militar. Posteriormente, o indivíduo foi encaminhado para a Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário).

MEIO EMPREGADO: importunação sexual

Com informações de: Dourado News, 02/04/2023

Data: 26/12/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um menino, de 11 anos, foi vítima de estupro na manhã após o Natal, na aldeia Bororó, localizada na Reserva Indígena de Dourados. De acordo com informações da Polícia Civil, a mãe da criança relatou que saiu de casa por volta das 6h30 e deixou o filho dormindo. Ela suspeita que ele tenha sido retirado da casa enquanto dormia e abusado sexualmente, sendo posteriormente encontrado por lideranças próximo da área de retomada.

O menino foi socorrido e levado até uma Unidade de Pronto Atendimento, onde recebeu atendimento e foi medicado. O caso foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário.

MEIO EMPREGADO: Estupro de vulnerável

Com informações de: Dourado News, 26/12/2023

Data: 16/03/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Uma mulher de 20 anos denunciou um homem, de 29 anos, por estupro de vulnerável em Dourados, alegando que ele teria tocado indevidamente uma menina de três anos enquanto ela dormia em uma casa na Aldeia Jaguapiru. Segundo o relato na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário, a mãe da criança informou que, durante uma visita, o homem disse que iria ao banheiro, que ouviu a criança acordar e flagrou o homem passando as mãos nas pernas da filha. O suspeito foi detido e negou as acusações, afirmando que estava na casa de um adolescente de 15 anos e nunca esteve na residência da denunciante. Ele permanece sob custódia na delegacia, acusado de estupro de vulnerável.

MEIO EMPREGADO: Estupro de vulnerável

Com informações de: Dourados News, 16/03/2023

Data: 17/06/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um homem identificado como Josiel, de 20 anos, foi preso sob acusação de estupro e tentar matar uma adolescente de 17 anos na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados. Segundo relatos, a vítima, que era vizinha do agressor, foi levada para um milharal, onde acabou sendo forçada a ter relações sexuais. Ao tentar gritar por socorro, a adolescente foi enforcada, mas conseguiu escapar das agressões. Josiel foi capturado por líderes indígenas e entregue à polícia, preso em flagrante. O caso foi registrado na Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário de Dourados como estupro de vulnerável e tentativa de homicídio.

MEIO EMPREGADO: Estupro, enforcamento

Com informações de: Campo Grande News, 18/06/2023

Data: 22/11/2023

VÍTIMA: Três mulheres

POVO: Guarani Nhandeva

TERRA INDÍGENA: IGUATEMPEGUA I

LOCAL DA OCORRÊNCIA: tekoha Pyelito Kue

MUNICÍPIO: IGUATEMI

DESCRIÇÃO: No dia 22 de novembro, durante o ataque contra a retomada realizada na fazenda Maringá, sobreposta à TI Iguatemepegua I, além de agredidas, três mulheres indígenas de 23, 26 e 48 anos relatam ter sofrido ameaças e abusos sexuais durante as horas em que ficaram sob cárcere privado dos seguranças das fazendas da região. Segundo os relatos, enquanto eram agredidas e ameaçadas, os seguranças apalpavam seus corpos, sem consentimento, e disseram que as estuprariam. “Nos bateram, tocaram na gente e fizeram várias ameaças”, relata uma das mulheres.

MEIO EMPREGADO: ameaça de estupro; abusos sexuais

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso do Sul; Assessoria de Comunicação do Cimi, 19/12/2023

MINAS GERAIS

1 Caso

Data: 23/03/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABÁ

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DAS MISSÕES

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil concluiu um inquérito através do qual apurou o crime de estupro contra uma adolescente de 14 anos, em São João das Missões, no norte de Minas. O fato aconteceu no dia 23 de março, em uma aldeia indígena. Uma mulher de 28 anos foi presa em flagrante e



indiciada. Segundo a Polícia Civil, o crime foi denunciado por um líder da aldeia. A adolescente contou que a suspeita teria lhe chamado para ir procurar lenha e dito que se ela fosse, seria recompensada com a doação de um remédio. As duas entraram no mato e, quando chegaram em um determinado local, a menina foi despida pela mulher, que a teria mordido por várias vezes no pescoço e próximo à parte íntima, praticando sexo oral forçado. A vítima ainda relatou ter ficado com medo da mulher durante o tempo em que elas permaneceram no local. A delegada Lorena Rangel Almeida Dutra confirmou que, durante atendimento médico, foram comprovadas as lesões no corpo da vítima, e que a suspeita admitiu ter praticado o crime. Ela foi autuada em flagrante por estupro e conduzida ao sistema prisional.

MEIO EMPREGADO: Estupro

Com informações de: G1/MG, 05/04/2023

PARANÁ

1 Caso

Data: 25/11/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: KAINANG

MUNICÍPIO: MARINGÁ

DESCRIÇÃO: Um homem de 57 anos foi preso em flagrante sob suspeita de abusar sexualmente de uma menina de seis anos de idade, enquanto ela estava com a família na região central de Maringá, no norte do Paraná. Um grupo de indígenas estava vendendo artesanato em uma praça e o homem se aproximou, oferecendo um presente para a criança. Ele então a levou para uma loja de roupas, onde tentou comprar uma calcinha para ela. Na tentativa de entrar no provador com a menina, o suspeito foi impedido pelos funcionários da loja. O homem saiu do estabelecimento com a criança e, em um ponto de ônibus, a beijou e tocou em suas partes íntimas, antes de ser interrompido por um dos indígenas. Ele foi detido até a chegada da polícia, que o conduziu à delegacia. Durante o interrogatório, o suspeito alegou ter problemas mentais e afirmou que episódios semelhantes já haviam ocorrido anteriormente. Ele deve enfrentar acusações de estupro de vulnerável, e sua prisão foi convertida em preventiva.

MEIO EMPREGADO: Estupro de vulnerável

Com informações de: G1/PR e RPC Maringá, 27/11/2023

RORAIMA

5 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Meninas e adolescentes

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: CARACARÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: VÁRIAS COMUNIDADES

DESCRIÇÃO: O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves, afirmou que a comitiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebeu informações que ao menos 30 meninas e adolescentes Yanomami ficaram grávidas de garimpeiros. Um grupo da pasta esteve em Boa Vista com o objetivo de reunir dados sobre as denúncias de violações, entre elas as de exploração sexual infantil. As denúncias foram feitas pelo CIR e os casos são acompanhados pela Funai. "Pedimos mais informações ao CIR para podermos ter os nomes das jovens e requisitarmos apurações dos possíveis estupros de vulneráveis para a Polícia Civil, para a Polícia Federal e para o MPF", relatou.

MEIO EMPREGADO: exploração sexual infantil

Com informações de: UOL, 01/02/2023

Data: 18/12/2023

VÍTIMA: Criança

POVO: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nas dependências da CASAI-Yanomami

DESCRIÇÃO: No dia 18 de dezembro, uma menina Yanomami de 11 anos foi internada na Casai-Y em Boa Vista, após sofrer estupro coletivo por quatro homens, dois adolescentes e dois adultos. Eles estavam embriagados e embriagaram a menina. Os adultos foram presos em flagrante por crime de estupro de vulnerável e com conduta que resultou em lesão corporal de natureza grave. Já os adolescentes foram apreendidos em flagrante por ato infracional. Os adultos foram encaminhados no dia seguinte para audiência de custódia e os adolescentes foram ingressados no Centro Sócio Educativo (CSE). A

Casai-Y planeja instaurar um processo administrativo para investigar o caso. A Hutukara Associação Yanomami (HAY) exigiu mais empenho dos órgãos federais na implementação de políticas de segurança para mulheres e crianças Yanomami, sugerindo a construção de uma Casai exclusiva para mulheres e ações de sensibilização sobre violência. O Ministério da Saúde destacou que os problemas sociais, abuso sexual e violência enfrentados pelas comunidades indígenas são consequências do abandono e do avanço do garimpo, causando uma crise humanitária.

MEIO EMPREGADO: Estupro coletivo

Com informações de: G1/RR, 19/12/2023

Data: 17/02/2023

VÍTIMA: Crianças

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: ANTA

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região do Taiano

DESCRIÇÃO: Em 17 de fevereiro, um idoso de 63 anos foi preso sob suspeita de abusar sexualmente de seis crianças na comunidade indígena da Anta, na Região do Taiano, em Alto Alegre. Segundo a Polícia Civil, as crianças, todas meninas com idades entre 5 e 9 anos, relataram os abusos para seus pais, que então informaram ao líder da comunidade, o qual, por sua vez, acionou o Conselho Tutelar. As crianças relataram que o idoso costumava oferecer doces e se mostrar gentil com elas até conseguir levá-las para locais isolados, onde cometia os abusos. Além disso, o suspeito se aproveitava do fato de sua esposa trabalhar em uma escola infantil para assediar as crianças também naquele local. Em 9 de maio, o réu foi condenado a 13 anos de prisão, devendo cumprir a reclusão em regime fechado.

MEIO EMPREGADO: Estupro

Com informações de: G1/RR, 09/05/2023

Data: 29/11/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casai Monte Cristo

DESCRIÇÃO: Pai e filho foram detidos, na tarde do dia 29 de novembro, sob a suspeita de estuprar uma mulher Yanomami de 31 anos nas proximidades da Casai, situada na região do Monte Cristo, zona rural de Boa Vista. A Polícia Militar recebeu o chamado por volta das 18 horas para intervir na situação. Ao chegarem no local, os policiais encontraram a vítima caída no chão, inconsciente, sem roupas, com ferimentos na boca e marcas de sangue pelo corpo. Os suspeitos estavam consumindo bebidas alcoólicas com a mulher e um terceiro homem. Alegaram que o terceiro indivíduo foi o responsável pela tentativa de estupro, mas desistiu ao perceber que a vítima estava menstruada. Ao avistarem a viatura policial, o terceiro suspeito fugiu. A vítima estava em estado de coma alcoólico e foi socorrida por uma equipe do Samu, sendo encaminhada ao Hospital Geral de Roraima, acompanhada por uma enfermeira da Casai. Os dois suspeitos foram levados para a Central de Flagrantes, situada no 5º Distrito Policial, onde o caso foi registrado.

MEIO EMPREGADO: Estupro coletivo

Com informações de: G1/RR, 30/11/2023

Data: 29/01/2023

VÍTIMA: Mulher

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada de acesso à comunidade Uiramutáky

DESCRIÇÃO: Uma mulher de 32 anos, grávida de dois meses, foi vítima de um estupro coletivo em Uiramutá, no norte de Roraima. A vítima foi encontrada pela Polícia Militar na manhã do dia 30, em uma estrada que dá acesso à comunidade indígena Uiramutáky. Ela relatou ter sofrido violência sexual de quatro homens. Um deles foi preso. A vítima relatou à PM que foi estuprada na noite do dia 29. Ela foi encontrada pela polícia, após moradores a avistarem na estrada, despida e debilitada. A vítima informou que estava a caminho de casa quando foi abordada por quatro homens em um quadriciclo. Depois, segundo ela, os suspeitos colocaram um pano na boca dela, e a levaram para a estrada, onde foi estuprada e agredida. Diante da situação, os policiais levaram a vítima para o hospital, onde o médico de plantão afirmou que ela estava grávida e a encaminhou para a maternidade em Boa Vista.

MEIO EMPREGADO: Estupro coletivo

Com informações de: Folha de Boa Vista, 01/02/2023; Lideranças

CAPÍTULO

III

Violência por Omissão do Poder Público

Desassistência geral	181
Desassistência na área de educação	193
Desassistência na área da saúde	203
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	219
Mortalidade na infância	221
Morte por desassistência à saúde	223
Suicídios	224



Em Amambai (MS), na retomada Guapo'y Mirin Tujury, uma jovem Guarani Kaiowá carrega a água que buscou no rio, a pouco mais de meia hora de caminhada. Este rio fica no limite entre a retomada e uma fazenda de soja, que contamina a água com agrotóxicos

Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra





DESASSISTÊNCIA GERAL



Foram registrados 66 casos de desassistência geral a povos indígenas no Brasil em 2023. Os registros referem-se aos estados de Acre (3), Alagoas (2), Amazonas (11), Bahia (2), Ceará (1), Distrito Federal (2), Maranhão (1), Mato Grosso (2), Mato Grosso do Sul (6), Minas Gerais (2), Pará (5), Paraná (4), Rio Grande do Norte (1), Rio Grande do Sul (6), Rondônia (2), Roraima (3), Santa Catarina (1), São Paulo (10) e Tocantins (2).

Os casos retratados, em sua variedade, apresentam uma pequena amostra da situação de falta generalizada de condições mínimas de vida e dignidade que diversas comunidades enfrentam em todo o país – notadamente, aquelas em contexto de vulnerabilidade em decorrência da falta de acesso à terra.

Chama atenção a grande quantidade de comunidades afetadas pela falta ou com acesso limitado a água potável, um direito humano fundamental. Em 15 dos casos retratados nesta categoria, distribuídos em pelo menos 12 estados, a dificuldade no acesso à água para consumo e higiene é relatada como a principal ou uma das áreas em que comunidades enfrentam desassistência.

Há casos em que a água é escassa, de má qualidade e, inclusive, contaminada por agrotóxicos, como na Reserva Indígena de Dourados (MS). Em outros casos, a situação foi agravada por eventos climáticos extremos, como a seca que atingiu vários estados amazônicos, afetando comunidades no Amazonas no Pará e no Acre, onde pelo menos 34 aldeias viram poços artesianos e cacimbas secarem e enfrentaram a falta de água potável.

Foto: Arquivo/Cimi Regional Norte 1



Eventos climáticos extremos: a seca que assolou a Amazônia em 2023 agravou a situação de vulnerabilidade de diversos povos indígenas. Muitas comunidades ficaram desassistidas, sem transporte, alimentos e água potável, como a TI Porto Praia de Baixo, no médio Solimões, em Tefé (AM).



No outro extremo, chuvas intensas provocaram cheias e alagamentos que atingiram diversos povos em diferentes estados do país. Foi o caso da comunidade Mbya Guarani da aldeia Pindo Poty, em Porto Alegre (RS) impactada por três alagamentos ao longo de 2023.

Em muitas regiões, e grandes obras que alteraram o fluxo dos rios – como usinas hidrelétricas, barragens e canais de irrigação para o agronegócio – potencializaram os danos causados pelas enchentes. Foi o caso do povo Karipuna, em Rondônia, e dos Krahô-Kanela da aldeia Catãmjê, na Terra Indígena (TI) Krahô-Kanela, que tiveram suas casas invadidas pela lama após uma cheia do rio Formoso e, depois, passaram a enfrentar desabastecimento de água potável.

Também se destacam os casos de desassistência de vários grupos indígenas em contexto urbano, por falta de reconhecimento de seus territórios ou de suas identidades indígenas, dentre eles também os povos indígenas migrantes, como os Warao, oriundos da Venezuela, que enfrentam situações de falta de abrigo, alimentos e assistência básica em cidades como Belém (PA), Brasília (DF) e Boa Vista (RR).

A falta de assistência de órgãos de segurança pública também foi um dos pontos denunciados. É o caso do Vale do Javari. Apesar da grande visibilidade da região após o brutal assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips em 2022, os indígenas continuam sofrendo com a presença de narcotraficantes e criminosos.

Como em outros anos, a dificuldade no acesso a documentos como certidão de nascimento deixa muitos indígenas desassistidos em direitos básicos, como saúde e educação. É o caso relatado pelos Avá-Guarani da comunidade Tekoha Ocoy, em São Miguel do Iguçu (PR).

A falta de manutenção em estradas e pontes condena ao isolamento diversas comunidades indígenas, e coloca em risco as vidas nos casos de problemas de saúde graves, que necessitem socorro imediato. É o caso dos Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna, no Alagoas.

DESASSISTÊNCIA GERAL

66 Casos

ACRE

3 Casos

Data: Abril

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): ASHANINKA; MADIJA

TERRA INDÍGENA: JAMINAWA / ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Alto Bonito

DESCRIÇÃO: A Aldeia Alto Bonito, localizada na TI Jaminawá-Envira, do povo Ashaninka, é muito distante da cidade de Feijó, a quatro ou cinco dias de barco. Toda comunicação das famílias desta aldeia com o mundo exterior se dá através de um telefone público que está, há meses, sem manutenção. É de fundamental importância que o telefone esteja em perfeito funcionamento, principalmente para solicitar socorro médico ao Dsei, que faz os resgates necessários através de helicóptero. Os povos Madihá e Ashaninka necessitam deste telefone funcionando, mas também possuem outras dificuldades, a exemplo de falta de comunicação adequada, que coloca em risco as vidas das famílias indígenas que vivem na região.

MEIO EMPREGADO: Falta de meios de comunicação; falta de socorros

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): HUNI KUI

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ ASHANINKA DO RIO BREU

MUNICÍPIO: MARECHAL THAUMATURGO

DESCRIÇÃO: No município de Marechal Thaumaturgo, a comunidade Huni Kui enfrenta duas ameaças simultâneas. A primeira é a escassez de água, devido à diminuição do rio Breu, que corta a TI Kaxinawá Ashaninka, provocada pelas altas temperaturas e pelo assoreamento, resultando na mortandade de peixes e dificultando o acesso à água potável. A segunda ameaça é a acusação infundada de envenenamento do rio pelos indígenas para pesca, negada pela liderança Huni Kuin, que defende a preservação cultural e o respeito ao sagrado peixe. Devido à seca histórica, as comunidades sofreram perdas de grande parte das plantações de legumes e frutas. A situação é agravada pelas queimadas que ocorreram durante 2023, afetando a qualidade do ar e gerando aumento do calor. A falta de acesso aos serviços de saúde é outra preocupação, especialmente para as comunidades distantes, onde a seca dificulta o transporte fluvial.



Relatos de casos de desnutrição e diarreia são comuns e denunciam a urgência de uma atenção básica em saúde, o que, segundo os indígenas informam, é ineficiente.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: *Amazônia Real*, 11/10/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): ASHANINKA; HUNI KUI; KATUKINA; KULINA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: TARAUCÁ

DESCRIÇÃO: A seca histórica atingiu diversas áreas do Acre, como a TI Igarapé do Caucho, no município de Tarauacá, em que os poços artesanais e cacimbas estavam secando. Pelo menos 34 aldeias enfrentam a falta de água potável. As regiões mais críticas, segundo informações do cacique Antônio Huni Kui e também assessor do Dsei Alto Juruá, foram: TI Rio Humaitã, as TIs do Igarapé do Caucho, Praia do Carapanã, TI do Rio Gregório, TI Rio Tauari, TI Primavera e TI Colônia 27. Devido à seca, as comunidades sofreram perdas de grande parte de suas plantações. A morte de peixes foi relatada em algumas áreas indígenas. A situação foi agravada pelas queimadas que ocorreram durante 2023, afetando a qualidade do ar e ocasionando aumento do calor. A falta de acesso a serviços de saúde adequados, devido às condições climáticas extremas, à dificuldade de locomoção e à precariedade nos postos de saúde torna a situação mais crítica. Relatos de casos de desnutrição e diarreia se multiplicaram, evidenciando fragilidades na atenção básica de saúde.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: *Amazônia Real*, 11/10/2023

ALAGOAS

2 Casos

Data: 29/06/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: MATA DA CAFURNA

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS

DESCRIÇÃO: Os Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna enfrentam sérias dificuldades devido à falta de conclusão das obras de pavimentação da estrada que dá acesso à comunidade e aos povoados da região. Entre abril e julho, ao menos, a comunidade esteve praticamente isolada, especialmente durante o período chuvoso, quando a estrada se transforma em um lamaçal. Esse isolamento tem impactado diretamente a comunidade em diversas áreas, especialmente no acesso a serviços essenciais. As viagens, que antes levavam minutos, passaram a levar horas, o que dificulta o acesso a cuidados médicos, transporte escolar e até mesmo atividades básicas como o de fazer compras. Além de emergências, com atrasos significativos que podem comprometer a saúde e até mesmo a vida das pessoas. Embora a Sesai disponha de um carro para deslocamento, nem sempre está disponível. Mulheres grávidas e outros pacientes, em meio à incerteza quanto ao acesso aos serviços de saúde, ficam vulneráveis. Apesar das promessas da Prefeitura de Palmeira dos Índios sobre a pavimentação da estrada, a morosidade na conclusão das obras é muito grande, combinada com o despejo de areia em vez de piçarra (material semidecomposto, formado por areia, cascalho e fragmentos de rocha), deixando a comunidade em uma situação precária.

MEIO EMPREGADO: Falta de manutenção de estrada de acesso à aldeia

Com informações de: *Mídia Caeté*, 29/06/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS ÍNDIOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cachoeira do Tamandú

DESCRIÇÃO: O cacique Xiquinho Pankaxurí, líder Pankaxurí da Aldeia Cachoeira do Tamandú, expôs as dificuldades enfrentadas pela comunidade, composta por 27 famílias. Ele destacou as pressões e invasões que colocam em risco a segurança e o bem-estar da aldeia, apelando às autoridades judiciais por medidas urgentes para protegê-los. A terra, localizada na divisa dos estados de Alagoas e Pernambuco, é disputada por interesses do Itarel (Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas) e sem-terra, mas vem sendo reivindicada pelos indígenas, que buscam reconhecimento étnico e reassentamento devido a condições precárias de moradia. Durante uma reunião com MPF, Funai e UFAL, discutiu-se um relatório antropológico preliminar elaborado pela antropóloga Cláudia Mura, visando contar a história do povo Pankaxurí. A comunidade reivindica ações imediatas,

incluindo assistência de saúde e educação diferenciadas, além do reassentamento urgente devido às condições precárias de habitação, inclusive com a interdição do prédio onde estavam abrigados.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: *Portal Alagoas Agora*, 10/11/2023

AMAZONAS

11 Casos

Data: Fevereiro

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: IPIXUNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Piauí

DESCRIÇÃO: Após receber inúmeras denúncias de violências e violações a direitos, feitas pelos indígenas que vivem no município de Ipixuna, TI Vale do Javari, uma equipe do Cimi Amazônia Ocidental se deslocou à região, onde constatou situações gravíssimas. A Aldeia Piauí, do povo Madijá, fica na TI Vale do Javari, demarcada e destinada a povos isolamento – Mayoruna/Matsés, Matis, Marubo, Kulina Pano, Kanamari, um pequeno grupo Korubo de recente contato, e um grupo Tsohom-dyapa também de recente contato. Os Madijá informaram que, além da violência física, sofrem também com a desassistência; não possuem escola e nem recebem atendimento de saúde. O argumento que os órgãos responsáveis utilizam para o não atendimento é o de que os indígenas não se encontram em seu próprio território, considerando-os como desaldeados, mesmo havendo decisão da Justiça para que sejam atendidos regularmente, tanto na área da saúde, quanto na área da educação. Nesta aldeia, também enfrentam dificuldade de acesso a água potável e não contam nem sequer com um poço artesiano. Outro problema enfrentado pelos Madijá é em relação à retirada de documentos. Muitos desistem de retirar seus documentos, certidões e outros, pois não dispõem de recursos para pagar as taxas dos cartórios e enfrentam dificuldade de comunicação devido ao despreparo e desinteresse dos atendentes, uma vez que os indígenas não falam português.

MEIO EMPREGADO: Desassistência, omissão e negligência

Com informações de: *Cimi Regional Amazônia Ocidental*, 14/02/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): HUPDÁ MAKU; KULINA (MADIJA); PIRAHÁ; YANOMAMI; YUHUPDÁ-MAKU

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: IPIXUNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidades de 10 TIs da região sudoeste do estado

DESCRIÇÃO: Indígenas do sudoeste da Amazônia enfrentam desnutrição e violência. O procurador da República no Amazonas, Fernando Merloto Soave, enviou um relatório antropológico e um conjunto de fotos à subsecretaria-geral da ONU Alice Wairimu Nderitu, assessora especial para prevenção de genocídio, denunciando a grave situação do povo Madiha Kulina, no sudoeste do estado do Amazonas, em municípios como Ipixuna, Eirunepé e Envira, divididos em dez TIs, especialmente no Médio Rio Juruá (AM) e no Alto Rio Purus (AC). Os documentos foram validados por lideranças e organizações indígenas da região sudoeste do Amazonas e assinado por integrantes da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Cimi e Opan. Merloto apontou um “quadro de desumanização” dos indígenas, diretamente associado à “absoluta omissão de autoridades públicas”, mostrando que nada é feito para a prevenção de um genocídio. Os documentos apontam uma realidade de desnutrição infantil, insegurança alimentar, abandono, estupro, suicídio e mortes violentas de indígenas Madiha Kulina. Além da criança desnutrida, há imagens de abandono, corpos com sinais de agressões, violência e indígenas à espera por atendimento em saúde. Também são apontadas violações de direitos por abuso de álcool, que é causa de mortes por afogamento, suicídios e homicídios. São comuns agressões por parte de não indígenas, num ambiente de discriminação e preconceito nos núcleos urbanos. A sistemática violação aos direitos desses indígenas inclui também retenção de cartões de benefícios sociais e uma rede de dívidas contraídas por quem vai às cidades mais próximas dos territórios tradicionais para acessar o Bolsa Família. Os documentos mostram a realidade dos Madiha Kulina, mas essa realidade é a mesma para os Pirahã, Hupdah, Yuhupdeh e Yanomami em cidades do Amazonas. A iniciativa de apresentar essa realidade à ONU se dá diante da gravidade do problema e da ausência de soluções por parte do poder público. Diante do quadro, o MPI determinou a criação de um grupo de trabalho para atender o povo Madija Kulina. Composto por organizações da sociedade civil, órgãos do governo federal e prefeituras locais, o grupo



é voltado a implementar ações de assistência e garantir a efetiva presença do Estado na região. Em agosto, após diligências na calha do rio Juruá, a Procuradoria no Amazonas assinou termos de compromisso com os municípios de Eirunepé e IPIXUNA para apoio a uma rede de atenção aos Madiha Kulina e a outros povos da região. Também assinaram os termos representantes da Funai, do MPI e da Sesai.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: BNC, 15/09/2023; Política Livre, 13/09/2023; Dol Notícias, 13/09/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Reinaldo Santana Magalhães

POVO(S): SATERÊ-MAWE

TERRA INDÍGENA: ANDIRÁ-MARAU

MUNICÍPIO: MAUÉS

DESCRIÇÃO: O jovem indígena Reinaldo Santana Magalhães, Sateré Mawé de 20 anos, desapareceu no dia 28/04, conforme registro do Boletim de Ocorrência nº 1187, da 48ª Delegacia Interativa de Polícia (DIP) do Amazonas, em Maués. Ele foi visto pela última vez na comunidade São Sebastião do Rio Urupadi, vizinha da TI Andirá Marau, quando saiu para caçar naquelas imediações. Na região, o convívio entre indígenas e ribeirinhos é pacífico, inclusive com laços familiares. Foram realizadas buscas na mata para identificar vestígios que pudessem explicar o paradeiro de Reinaldo, mas sem sucesso. Os familiares do jovem fizeram dois boletins de ocorrência. Um primeiro apenas relatando o fato. E um segundo, após a negligência da Polícia Civil, relatando justamente a ineficiência do órgão. No primeiro BO, o delegado alegou não ter possibilidades logísticas de fazer as buscas e, quando a comunidade ofereceu assumir a logística e o combustível para que a equipe da Polícia Civil percorresse a área, o delegado alegou que havia outras demandas mais urgentes, prioritárias, e não autorizou as buscas. Após insistências da comunidade e familiares de Reinaldo, o Corpo de Bombeiros fez um sobrevoo na área onde o jovem poderia estar. Fez também uma rápida busca terrestre. Mas, segundo as lideranças, logo foi embora, numa clara negligência. O MPF foi acionado e oficiou a Polícia Federal, que fez diligências e pesquisas nas comunidades, mas sem sucesso.

MEIO EMPREGADO: Omissão nas buscas de jovem desaparecido

Com informações de: InfoAmazônia, 02/06/2023; Amazônia Real, 21/06/2023; Assessoria de Comunicação do Cimi, 02/06/2023

Data: 16/04/2023

VÍTIMA: lideranças e comunidades

POVO(S): KANAMARI

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), um grupo de criminosos invadiu uma das aldeias do povo Kanamari, na TI Vale do Javari, município de Atalaia do Norte, no dia 16 de abril. O grupo chegou em uma voadeira (lança de alumínio) e se comunicava em espanhol. As lideranças registraram boletim de ocorrência na delegacia de Atalaia do Norte, relatando que os invasores estavam armados com fuzis e fizeram ameaças de morte a um dos líderes da aldeia. Desde o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, e depois do ataque aos Kanamari, a Justiça Federal do Amazonas, atendendo pedido da DPU, determinou a realização de operação conjunta da Funai, Ibama, Força Nacional e Forças Armadas para coibir ações dos criminosos, que seguem ameaçando a vida de indígenas e servidores públicos na região. Algumas incursões foram feitas, mas foram insuficientes, pois os criminosos permanecem no Vale do Javari. A insegurança e o medo continuam, porque criminosos ligados ao narcotráfico seguem circulando pelas comunidades.

MEIO EMPREGADO: omissão dos órgãos de proteção

Com informações de: OPI, 19/04/2023; Agência Brasil, 01/07/2023

Data: NOVEMBRO

VÍTIMA: moradores

POVO(S): KAMBEBÁ; KANAMARI; KOKAMA; TIKUNA

TERRA INDÍGENA: ÉVARE I

MUNICÍPIO: TABATINGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: TIs Évare I e II, comunidade Belém do Solimões

DESCRIÇÃO: A comunidade Belém do Solimões, situada nas TIs Eware I e Eware II, em Tabatinga, região do Alto Rio Solimões, é uma das maiores comunidades indígenas do Brasil. São 1.150 famílias e mais de 7.200 pessoas, segundo informações do Dsei Alto Solimões. Em novembro de 2023, lideranças reunidas em Assembleia escreveram uma carta-denúncia

ao MPF de Tabatinga/AM, 6ª Câmara do MPF em Brasília, MPI, Sesai, Prefeitura de Tabatinga, Funai, Seduc, Semed, Polícia Federal, Polícia Civil, Marinha e Exército, denunciando o completo abandono em que a comunidade se encontra. Órgãos públicos municipais, estaduais e federais que são responsáveis pelos serviços públicos de educação, saúde, transporte, infraestrutura, mobilidade, saneamento, energia, dentre outros, abandonaram a localidade. As lideranças relatam que a TI está à própria sorte e que há muitos anos reivindicam a implementação de políticas públicas, especialmente de educação e saúde. “Aqui na nossa aldeia, a maior [Terra] Indígena de Belém do Solimões, está sempre abandonado. Há muito tempo [o poder público] está nos enganando. Falta de água, falta de reciclagem, saneamento básico, energia, ponte, falta muito aqui. Queremos construir pontes concretas. Nossa escola está abandonada há quase 13 anos. Falta merenda escolar também. A nossa creche não funciona bem e por causa disso nosso aluno está saindo quase uma hora [antes], porque não tem merenda”, relata Tarcy da Silva Muratu Ticuna, presidente de bairro da TI Eware. A situação em todos os aspectos foi exposta no documento, que é assinado por 78 pessoas e evidencia o total descaso, omissão e negligência dos poderes públicos em todas as suas instâncias.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte 1

Data: 2023

VÍTIMA: indígenas em situação de rua

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Contexto urbano

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Cadastro Único de 2023, há 221.113 pessoas em situação de rua no Brasil, com 459 delas sendo indígenas. Na região Norte, precisamente no Amazonas, são 22 indivíduos. Os dados evidenciam a dimensão do problema e a necessidade de intervenção urgente por parte do poder público. Estar em situação de rua expõe esses indivíduos a uma série de desafios, além da falta de moradia, do acesso precário a serviços básicos de saúde e educação e da vulnerabilidade à violência e à exploração. O Estado deve implementar políticas eficazes que garantam o acesso dessas pessoas a abrigo, assistência social, oportunidades de emprego e demais recursos necessários para que possam reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: CadÚnico, jul/2023

Data: 2023

VÍTIMA: indígenas em contexto urbano

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: contexto urbano

DESCRIÇÃO: A situação dos indígenas Yanomami que migram para Boa Vista, em Roraima, está longe de ser segura. Enfrentando desnutrição, malária e falta de apoio, alguns deles acabam vivendo nas ruas, tornando-se alvos de violência e preconceito. Um dos locais onde se concentram é sob o viaduto Peri Lago, no centro da cidade, onde há grande fluxo migratório de venezuelanos, que buscam melhores condições de vida. Cauã Sanomã Yanomami relata que foi expulso de sua área devido a conflitos provocados pela chegada de diversos grupos diferentes, muitas das quais afetadas pela invasão de garimpeiros, que trazem álcool e drogas. Há, também, pessoas que vão em busca de atendimento médico na cidade e, devido à falta de transporte adequado para o retorno às suas comunidades, acabam em situação de rua. Sem dominar o português, têm dificuldade para conseguir trabalho e acessar auxílios do governo, além de lidar com o abuso de bebidas alcoólicas. A superlotação na Casai, em Boa Vista, evidencia a carência de estrutura para atendê-los de forma digna. Sem alternativa, alguns Yanomami em Boa Vista trocam alimentos por bebidas e sobrevivem dessa forma precária. A falta de apoio específico para eles na cidade agrava a situação. O acompanhamento é feito por organizações como a Hutukara e o CIR, mas não há casas de apoio ou abrigo disponíveis. Nonato Cavalcante, voluntário que auxilia na intermediação com órgãos públicos, destaca que apenas conseguem oferecer alimentação e abrigo temporário quando solicitado, mas falta estrutura adequada.

MEIO EMPREGADO: Precariedade e abandono; migração indígena

Com informações de: Cenarium, 02/02/2023; Estadão, 27/01/2023

Data: 01/11/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KOKAMA

MUNICÍPIO: SANTA TERESA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: NOVA ESPERANÇA DO ARAUIRI



DESCRIÇÃO: O programa Profissão Repórter abordou a seca que assolou várias cidades do Amazonas. Em Tefé, os repórteres conversaram com os Kokama da TI Nova Esperança do Arauri, isolados devido à baixa do Rio Solimões. A falta de água potável levou muitas famílias a consumirem água imprópria, resultando em casos de diarreia na população, especialmente nas crianças. As águas, antes limpas, tornaram-se contaminadas devido à baixa do rio. O posto de saúde é extremamente simples, com poucos medicamentos disponíveis, que não atendem às necessidades em casos mais graves ou recorrentes, como diarreia, vômito e desidratação. Apesar da assistência da Defesa Civil com galões de água e cestas básicas, continuava a carência de recursos para suprir as necessidades diárias da população afetada pela seca.

MEIO EMPREGADO: Falta de água; falta de assistência em saúde

Com informações de: *Profissão Repórter*, 01/11/2023

Data: 14/11/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): MUNDURUKU; SATERÊ-MAWE

TERRA INDÍGENA: COATÁ-LARANJAL

MUNICÍPIO: BORA

DESCRIÇÃO: A seca prolongada na Terra Indígena Coatá-Laranjal, no sul do Amazonas, deixou rios e igarapés repletos de lama, afetando gravemente os Munduruku e Sateré-Mawé que ali residem. A falta de água potável e alimentos gerou sérios problemas de saúde, especialmente entre as crianças e idosos, que são mais vulneráveis. A população precisava percorrer longas caminhadas para encontrar água, muitas vezes de qualidade duvidosa, resultando em doenças como vômito, diarreia e desidratação. Além disso, a escassez de peixes e produtos agrícolas precarizou as condições nutricionais nas comunidades. A escassez também impactou a educação. Devido à baixa navegabilidade dos rios, os alunos não conseguiram chegar à escola. As comunidades solicitaram ajuda dos órgãos públicos para consertar poços artesanais e garantir o fornecimento de alimentos essenciais. Apesar dos esforços das autoridades locais na distribuição de ajuda humanitária, a situação permanecia crítica.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável e assistência

Com informações de: *Amazônia Real*, 14/11/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Indígenas em contexto urbano

POVO(S): YANOMAMI

MUNICÍPIO: BARCELOS

DESCRIÇÃO: A Justiça Federal no Amazonas determinou a mobilização imediata de servidores e apoio de diversos órgãos federais para reduzir a vulnerabilidade enfrentada pelos Yanomami em Barcelos, bem como por outros povos indígenas em condições semelhantes na região. A decisão, proferida em 19 de junho de 2023, acatou um pedido do MPF em duas ações civis públicas. À União, Funai, Caixa Econômica Federal, INSS e Conab, foram dadas 48 horas para comprovar a adoção de medidas efetivas para garantir a segurança alimentar, resolver demandas dos indígenas na cidade e apoiar o retorno dessas famílias às suas aldeias. A grave situação vivenciada pelos Yanomami foi exposta durante uma entrevista coletiva, durante a qual vídeos mostraram famílias em condições degradantes após uma tempestade que destruiu um acampamento na área urbana de Barcelos. O material serviu de base para a petição do MPF à Justiça. O documento destaca a dificuldade de comunicação dos povos indígenas junto aos órgãos públicos, onde o atendimento é realizado apenas em português, sem intérpretes, gerando incompreensão sobre as regras do Programa Bolsa Família, entre outros. O procurador da República Fernando Merloto ressaltou que estes problemas são apontados há uma década, sem solução nenhuma.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: *G1/AM*, 21/06/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Região Maturacá

DESCRIÇÃO: Indígenas Yanomami da região de Maturacá, no norte do Amazonas, cobram do governo de Luiz Inácio Lula da Silva a inclusão desta área nas ações de enfrentamento contra o garimpo ilegal. Lideranças relatam um grande trânsito, identificado desde final de janeiro, de garimpeiros vindos do território Yanomami no lado de Roraima. A região de Maturacá é formada por oito comunidades, localizadas à margem do rio Cauaburis. Segundo o líder Yanomami José Mário Goes,

as comunidades mais afetadas por garimpeiros do lado de Roraima são Maturacá (também nome da região) e Ariabú. A população Yanomami naquela região é de aproximadamente 10 mil pessoas. “Se não quiserem incluir o território Yanomami aqui do Amazonas e se avançar muita coisa [do garimpo], será tarde. A gente se manifesta, fica chateado, porque é difícil as autoridades atenderem. Só atendem quando eles veem que as pessoas estão morrendo”, declarou José Mário Goes, presidente da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca). “Existe o receio, por parte das populações Yanomami do estado do Amazonas, que, diante das ações de impedimento ao garimpo em Roraima, possa haver uma migração dos grupos de garimpeiros para outras áreas da TIY que não estão sob fiscalização”, diz trecho de uma denúncia divulgada no dia 9 de fevereiro e enviada às autoridades federais pela Ayrca e pela Associação de Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK). Marivelton Baré, presidente da Foirn, que também endossa a carta dos Yanomami, disse que é urgente que o MPI, a Funai e o MPF estejam alertas para o que está acontecendo no território Yanomami, no lado do Amazonas. Além de São Gabriel da Cachoeira, a TI Yanomami também abrange os municípios amazonenses de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Para José Mário Goes, o cenário deve ser avaliado com urgência, pois não é a primeira vez que a retirada de garimpeiros em Roraima acarreta migração para a região. Não houve um levantamento oficial acerca da quantidade de garimpeiros que lá chegaram. “É o que preocupa, porque falam que está chegando cada vez mais e daí esse número pode aumentar, inclusive ali tendo maquinários”, explica Marivelton Baré. Para a defensora pública do estado Isabela Sales, a região de Maturacá precisa também de assistência para evitar o estabelecimento de um novo garimpo moderno. “Temos um cenário é bastante diferente do de Roraima, mas se algumas medidas não forem adotadas em caráter imediato de curto e médio prazo, realmente não vai demorar muito para a gente ter um cenário parecido, porque a gente precisa da presença do Estado qualificada”, alerta a defensora. Ela afirma que, em São Gabriel da Cachoeira, já se observa um mercado de ouro sendo consolidado no centro da cidade. “A presença do garimpo é cada vez mais evidente na dinâmica da cidade, tanto em São Gabriel da Cachoeira quanto em Santa Isabel do Rio Negro. Esses efeitos são cada vez mais evidentes, sabe-se que existe dinheiro circulando, existe um poder aquisitivo que é financiado pelo garimpo ilegal”, afirma. Para Marivelton Baré, a situação é de alerta, porque se mais garimpeiros chegarem, a vulnerabilidade que já existe se ampliará.

MEIO EMPREGADO: Desassistência

Com informações de: *Amazônia Real*, 17/02/2023

BAHIA

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

MUNICÍPIO: SALVADOR

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Cadastro Único de 2023, há 27 indígenas em situação de rua na Bahia. Os dados evidenciam a dimensão do problema e a necessidade de intervenção urgente por parte do poder público. Além da falta de moradia, a situação expõe esses indivíduos a desafios diários, como o acesso precário a serviços básicos de saúde e educação e a vulnerabilidade à violência e à exploração.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: *CadÚnico*, julho/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): TUXÁ

TERRA INDÍGENA: FAZENDA REMANSO

MUNICÍPIO: MUQUÊM DE SÃO FRANCISCO

DESCRIÇÃO: A comunidade Tuxá da TI Fazenda Remanso tem denunciado o assoreamento cada vez mais intenso do rio São Francisco, especialmente às margens da estrada que dá acesso à cidade e à BR-242. Nos últimos anos, a cada enchente no rio, a extensão do barranco tem aumentado, gerando o risco de a estrada desabar e deixar a comunidade completamente isolada. Os indígenas apontam que o assoreamento decorre do desmatamento das matas ciliares do rio e da grande presença de dragas retirando areia do curso d'água. Devido à situação, a estrada, que é utilizada por indígenas, quilombolas e ribeirinhos, já foi desviado alguns metros para dentro da TI.

MEIO EMPREGADO: Falta de providências contra assoreamento do rio

Com informações de: *Cimi Regional Leste*; *Apoimne*

**CEARÁ****1 Caso****Data:** 2023**VÍTIMA:** moradores das 25 comunidades**POVO(S):** ANACÉ**TERRA INDÍGENA:** ANACÉ**MUNICÍPIO:** CAUCAIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** 25 comunidades da TI

DESCRIÇÃO: Três mil famílias do povo Anacé moram em 25 aldeias sem escola indígena e com carência de saneamento básico, consequências da falta de garantia de sua terra e da defasagem de serviços públicos. Apesar dos vestígios da presença deles há vários séculos naquelas terras, os Anacé sofreram um apagamento histórico e ainda hoje enfrentam dificuldades para ter sua identidade oficialmente reconhecida – inclusive para receber serviços básicos como educação, saúde, transporte e saneamento. Os indígenas veem com preocupação a expansão de empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) na área que, para eles, é considerada sagrada. O Estado criou a Reserva Indígena Taba dos Anacé, mas só 163 famílias foram para lá. As outras reivindicam a demarcação da terra ancestralmente ocupada, que se encontra paralisada na primeira fase do procedimento de identificação.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral**Com informações de:** *Diário do Nordeste*, 20/10/2023**DISTRITO FEDERAL****2 Casos****Data:** 2023**VÍTIMA:** Famílias venezuelanas**POVO(S):** WARAO**MUNICÍPIO:** BRASÍLIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidade Warao Coromoto

DESCRIÇÃO: Uma comunidade de indígenas refugiados Warao Coromoto, que vive numa região rural do Paranoá, denuncia sua situação de fome e abandono em Brasília. O cacique Miguel Antônio Quijada Lorenzano relata: “Crianças choram de fome aqui, queremos ter a nossa autonomia. Atualmente, estamos consumindo água de poço e devemos R\$ 5 mil de energia”. Refugiada da Venezuela, a comunidade Warao Coromoto tem 31 famílias, com aproximadamente 126 pessoas. Desse total, 54 são crianças. Além da falta de comida, a aldeia não conta com banheiros. As necessidades básicas são feitas em matagais na vizinhança e os banhos somente com água de poço. Castigados por condições insalubres, os Warao Coromoto adoecem frequentemente. Febre, diarreia e vômitos atormentam as crianças semanalmente. Após sofrer dias com dores causadas por complicações pós-cirúrgicas, no início de março, um dos membros da comunidade foi socorrido e levado para um hospital da rede pública. Segundo o cacique Miguel, o Governo do Distrito Federal (GDF) abandonou a comunidade. Os Warao Coromoto recebem apoio para alimentação e aluguel social. No entanto, sempre sonharam com autonomia financeira. As mulheres são artesãs habilidosas e os homens têm aptidão para a produção rural. “Infelizmente, o GDF lavou as mãos”, lamentou o cacique. Sem dinheiro, os Warao Coromoto correm o risco de serem despejados em breve. “O governo não entende a nossa dor. Para dar o que comer às nossas famílias, temos de sair às ruas e pedir dinheiro”, lamentou. A Funai ainda não havia se manifestado sobre a situação.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral**Com informações de:** *Metrópoles*, 12/03/2023**Data:** 2023**VÍTIMA:** Indígenas em situação de rua**MUNICÍPIO:** BRASÍLIA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Contexto urbano

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Cadastro Único de 2023, há 32 indígenas em situação de rua no Distrito Federal. Esses indivíduos estão expostos a condições precárias relacionadas à falta de moradia e desterritorialização, tais como a dificuldade no acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e a exposição cotidiana à violência.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral**Com informações de:** *CadÚnico*, jul/2023**MARANHÃO****1 Caso****Data:** 10/05/2023**VÍTIMA:** comunidade**POVO(S):** GUAJAJARA**TERRA INDÍGENA:** CANA BRAVA/GUAJAJARA**MUNICÍPIO:** BARRA DO CORDA**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Rodeador, Lagoa Comprida e Urucu/Juruá

DESCRIÇÃO: O STJ suspendeu uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que determinava a paralisação das obras de instalação de linhas de transmissão de eletricidade no Maranhão, atendendo a um pedido da Eletrobrás. A decisão do TRF-1 também condenava a Eletro-norte, subsidiária da ex-estatal, a indenizar indígenas Guajajara em R\$ 17 milhões por falta de medidas contra o impacto ambiental. O STJ justificou a suspensão alegando que sua paralisação poderia prejudicar cerca de 20 milhões de pessoas em todo o país, atendidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A decisão do TRF-1 também previa a suspensão das atividades nos territórios indígenas e a realização de estudos sobre o impacto das obras na subsistência dos povos originários. A liminar do TRF-1 também proibia o Ibama de conceder novas licenças ambientais ao empreendimento até a realização de Estudo do Componente Indígena (ECI) e consulta prévia às comunidades afetadas. A suspensão da decisão que beneficiava o povo Guajajara foi noticiada por diversos veículos de comunicação. Em paralelo, associações empresariais do setor de energias renováveis firmaram um acordo de cooperação para acelerar o desenvolvimento da indústria de hidrogênio verde no Brasil, visando atender à demanda internacional.

MEIO EMPREGADO: Falta de consulta sobre empreendimento**Com informações de:** *ClimaInfo*, 10/05/2023**MATO GROSSO****2 Casos****Data:** 2023**VÍTIMA:** Comunidade**POVO(S):** CHIQUITANO**TERRA INDÍGENA:** CHIQUITANO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Aparecida

DESCRIÇÃO: O povo Chiquitano, morador da aldeia Aparecida vive em condições de vulnerabilidade, sem acesso aos seus direitos fundamentais, pela omissão do Estado em reconhecer seu território.

MEIO EMPREGADO: Falta de acesso a direitos; morosidade na demarcação da terra**Com informações de:** *Cimi Regional Mato Grosso***Data:** 16/05/2023**VÍTIMA:** Comunidade**POVO(S):** KAWAHIVA; ISOLADOS**TERRA INDÍGENA:** KAWAHIVA DO RIO PARDO**MUNICÍPIO:** COLNIZA

DESCRIÇÃO: O MPF solicitou uma nova intimação ao estado de Mato Grosso, no sentido de que cumpra a sentença que obriga o governo estadual a implementar uma política efetiva de segurança na Base de Proteção Etnoambiental (Bape) da Funai dentro da TI Kawahiva do Rio Pardo, localizada no extremo norte do estado. A sentença também envolve a União e a Funai, que foram condenadas a tomar medidas para garantir a segurança no local. Em resposta ao pedido de cumprimento da sentença pelo MPF, tanto a União quanto a Funai apontaram o estado de Mato Grosso como o responsável pelo atraso na execução da decisão. Por esse motivo, o MPF requereu um aumento da multa fixada na decisão em relação ao estado e uma nova intimação para que este cumpra as obrigações determinadas pela sentença. Segundo os procuradores da República Ricardo Pael Ardenghi e Adriano Augusto Lanna de Oliveira, Mato Grosso não cumpriu a decisão e nem respondeu aos questionamentos do MPF. O processo iniciou-se em fevereiro de 2019, quando o MPF entrou com uma Ação Civil Pública contra os três citados visando garantir a segurança dos servidores da Funai e dos indígenas Kawahiva do Rio Pardo, que estão em situação de extrema vulnerabilidade devido às constantes ameaças de invasões e ataques.

MEIO EMPREGADO: Descumprimento de decisão judicial; falta de proteção a TI**Com informações de:** *Olhar Jurídico*, 18/05/2023



MATO GROSSO DO SUL

6 Casos

Data: 13/09/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ; TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Jaguapiru e Bororó

DESCRIÇÃO: Um grupo de indígenas bloqueou trecho da rodovia MS-156, entre Dourados e Itaporã. O protesto teve como objetivo chamar atenção sobre a necessidade de mais segurança na Reserva Indígena de Dourados. O grupo interditou um trecho da rodovia com pedras, galhos e troncos de árvores. Apenas veículos de emergência puderam passar. Quase 20 mil indígenas dos povos Guarani, Kaiowá e Terena vivem nas aldeias Jaguapiru e Bororó, na Reserva de Dourados, em uma área de 3,5 mil hectares. Os povos que vivem nessa região enfrentam, há décadas, todas as formas de omissão e desassistência por parte do poder público, entre elas, a falta de segurança e o aumento de violência contra esses povos.

MEIO EMPREGADO: Falta de segurança pública

Com informações de: G1/MS, 13/09/2023

Data: 19/01/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Localizada na aldeia Jaguapiru, em Dourados, a primeira vila olímpica indígena do Brasil, construída em 2011 com um investimento de R\$ 1,4 milhão do Ministério dos Esportes, encontra-se em estado de ruína. O complexo, que abrigava instalações esportivas e de lazer, incluindo quadras esportivas, parque infantil e banheiros adaptados, foi construído como uma forma de combater os problemas de violência, bem como o consumo de álcool e drogas na Reserva. No entanto, o local está abandonado e destruído, com estruturas enferrujadas, banheiros depredados e salas multifuncionais nunca utilizadas. Embora seja responsabilidade do governo federal, a administração da vila olímpica ficou a cargo da prefeitura de Dourados. Assim, a vila olímpica, que já foi motivo de orgulho para a comunidade, permanece praticamente inutilizada.

MEIO EMPREGADO: Falta de manutenção de infraestrutura pública

Com informações de: CBN, 19/01/2023

Data: 01/03/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): VÁRIOS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

DESCRIÇÃO: Em Campo Grande, capital do estado, os indígenas Impacto de obras dificuldades alimentares devido à interrupção, desde dezembro de 2022, na distribuição de cestas básicas. Com milhares de famílias de diferentes povos afetadas pela escassez, líderes indígenas expressaram preocupação com a falta de ações efetivas dos órgãos responsáveis para resolver o problema, apesar das negociações iniciadas em agosto do ano anterior. A situação, agravada pelo aumento dos preços dos alimentos e do desemprego, coloca em risco a segurança alimentar dessas comunidades, que dependem das cestas básicas para suprir suas necessidades básicas.

MEIO EMPREGADO: Falta de cestas básicas

Com informações de: Campo Grande News, 01/03/2023

Data: 22/04/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KADIWÉU

TERRA INDÍGENA: KADIWÉU

MUNICÍPIO: PORTO MURTINHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Campina

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena da Aldeia Campina, localizada em Porto Murtinho, enfrenta problemas de abandono e falta de serviços essenciais. Diante da precarização de serviços básicos, como educação e saúde, os membros da comunidade optaram recentemente por transferir seus títulos eleitorais para a cidade vizinha de Bodoquena, onde relatam receber mais suporte das autoridades locais. O cacique Pedro Nunes Romeo Filho destaca a morosidade de investimento na construção da escola indígena, que se arrasta há dois anos, e a falta de atendimento regular na área da saúde, que acontece durante mutirões eventuais. Além disso, a infraestrutura de acesso à aldeia está comprometida, com estradas precárias que representam riscos para a

comunidade. O prefeito de Porto Murtinho, Nelson Cintra Ribeiro, responde às críticas negando negligência por parte do município e atribuindo a responsabilidade por determinados serviços à Sesai. “Quanto à geolocalização, vamos licitar uma empresa para constatar que a Aldeia Campinas pertence a Porto Murtinho e não Bodoquena. Vamos ingressar na justiça por um corte de terra transferido para lá sem autorização do IBGE”, disse o prefeito.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Midiamax, 22/04/2023

Data: 21/09/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI; TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: aldeias Bororó e Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Na Reserva Indígena de Dourados, a comunidade enfrentou em setembro uma grave escassez de água, que obrigou não apenas as crianças, mas todos os moradores a percorrerem longas distâncias sob o calor intenso em busca de água contaminada por agrotóxicos, pois o riacho corta lavouras de soja e milho no entorno da reserva. Lideranças das aldeias Bororó e Jaguapiru expressaram sua consternação diante dessa crise, ressaltando a cronicidade do problema e seu agravamento recente devido às altas temperaturas. Embora medidas paliativas tenham sido tomadas, como extensões de rede de água pela Sanesul após a repercussão do problema, a situação persistia, com os poços praticamente secos.

MEIO EMPREGADO: Falta de água e de saneamento básico

Com informações de: Campo Grande News, 21/09/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Homens; mulheres

POVO(S): VÁRIOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Sistema prisional estadual de Dourados

DESCRIÇÃO: Matéria do site Agência Pública, de novembro, relata a sistemática violação de direitos das pessoas indígenas encarceradas, como foi relatado pela coordenadora do Grupo de Trabalho Povos Indígenas da DPJ em Mato Grosso do Sul, Daniele Osório, durante audiência pública, na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, na Câmara Federal, que abordou o tema. O STF já reconheceu o sistema carcerário brasileiro como um “estado de coisas inconstitucional”, ou seja, um local de sistemáticas e contínuas violações de direitos humanos fundamentais. Mas, segundo a defensora pública indígena e coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Igualdade Étnica da Defensoria da Bahia, Aléssia Tuxá, quando quem ingressa nele é uma pessoa indígena, “esse espaço consegue superar seus limites de crueldade”. Em entrevistas realizadas com 230 indígenas na Penitenciária Estadual de Dourados, considerada a “maior prisão indígena do Brasil”, todos relataram que não tiveram acesso à tradução durante o processo criminal, tampouco houve a elaboração do laudo antropológico, documento que reúne informações pessoais e culturais, como costumes e tradições da comunidade indígena à qual a pessoa se vincula, para subsidiar o processo de responsabilização. “E o mais atroz: alguns não sabiam por que estavam presos”, contou a defensora Daniele Osório. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Sisdepen), no primeiro semestre de 2023, 1.542 indígenas estavam no sistema prisional brasileiro. Destes, 183 (11,8%) estavam encarcerados na Penitenciária Estadual de Dourados. Embora Mato Grosso do Sul tenha a terceira maior população indígena do Brasil – 116,3 mil pessoas segundo o Censo de 2022 –, é o que mais encarcera povos originários no país.

MEIO EMPREGADO: Direitos negados

Com informações de: Agência Pública, 09/11/2023

MINAS GERAIS

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Indígenas em situação de rua

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Cadastro Único, em Minas Gerais, havia 46 indígenas em situação de rua no ano de 2023. Os dados evidenciam a dimensão do problema e a necessidade de intervenção por parte do poder público. Além da falta de moradia, a vida na rua expõe esses indivíduos a dificuldades no acesso a serviços básicos de saúde e educação e à vulnerabilidade extrema, com risco de violência e exploração. São necessárias políticas eficazes para garantir o acesso a abrigo, assistência social, oportunidades de emprego e demais recursos necessários.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, jul/2023



Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): PURI

TERRA INDÍGENA: PURI

MUNICÍPIO: RESPLENDOR

DESCRIÇÃO: O povo Puri reivindica à Funai e à Sesai a sua inclusão nos atendimentos especializados garantidos pela Constituição Federal de 1988 e estudo antropológico para identificação do território tradicional do povo, nos municípios de Resplendor e Aimorés. O grupo, que vive na no distrito de Calista, já encaminhou para a Funai documento com a indicação do território reivindicado.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

PARÁ

5 Casos

Data: 02/10/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): PARAKANÃ

TERRA INDÍGENA: PARAKANÃ

MUNICÍPIO: ITUPIRANGA

DESCRIÇÃO: Indígenas Parakanã ocuparam na tarde do dia 02/10/2023 a sede do DNIT, às margens da BR-230, a rodovia Transamazônica, em Marabá, sudeste do estado. Eles reivindicam que seja cumprido o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA) relativo à pavimentação da rodovia, que corta suas terras. Em carta, eles apontam que, embora as condicionantes relativas ao à pavimentação da BR-230 tenham sido firmadas entre o povo e o DNIT em 2016, em quase oito anos, as obras avançaram, mas o cumprimento das condicionantes ficou paralisado e limitado à manutenção de estradas de acesso. As condicionantes visam mitigar os impactos ambientais da obra sobre o território, o modo de vida e as fontes de alimentação e de renda dos Parakanã. Não foram iniciados os procedimentos licitatórios da empresa consultora do PBA e das obras de implementação de poços artesianos e sistemas de saneamento. A pavimentação da rodovia está prestes a ser concluídas e há o temor que o descaso aumente com a conclusão da obra. Eles ressaltam que os impactos causados pela BR continuam, a exemplo das constantes invasões de caçadores e madeireiros, que tiveram o acesso facilitado ao território Parakanã, bem como da destruição dos açaiçais que margeiam a BR, repercutindo diretamente na subsistência, segurança alimentar e renda dos Parakanã. Atualmente, o povo vive um momento de conflito com os munícipes de Novo Repartimento que ocasionaram no banimento do povo Parakanã daquele município.

MEIO EMPREGADO: Não cumprimento de condicionantes

Com informações de: Dol Carajás, 02/10/2023

Data: 15/11/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; KA'APOR; TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

DESCRIÇÃO: O MPF ajuizou Ação Civil Pública na Justiça Federal, com pedido de liminar, para que a empresa Equatorial – concessionária que distribui energia elétrica no Pará – seja obrigada a atender as comunidades da TI Alto Rio Guamá, no município de Paragominas. O MPF também pediu, ao final da ação, a condenação da Equatorial por danos morais coletivos, com o pagamento de indenização no valor de R\$ 300 mil, pela omissão em garantir o fornecimento de energia. Desde 2017, o MPF vem apurando, por meio de procedimento administrativo, os motivos para a falta de fornecimento de energia elétrica às comunidades indígenas da TI. Entre aquelas que sofrem com a falta de redes de distribuição e são foco da ação estão as aldeias Nazatyw, Ka'a Kryr, Ka'a Piterpehar, Suçarana, Araruna, Cocalzinho, Bate Vento, Igarapé Grande, Wahutyw, Tiré, Crá e Três Furos. Durante as investigações, o MPF constatou que ao mesmo tempo em que colocava entraves para a instalação de redes de energia em benefício das comunidades indígenas residentes em aldeias do Alto Rio Guamá, a Equatorial fornecia eletricidade de forma regular para invasores não indígenas no interior da TI, sem qualquer tipo de autorização, seja do Ibama ou da Funai. De acordo com a procuradora da República Nathalia Mariel Pereira, que assina a ação, nos últimos anos, apesar do envio de ofícios, recomendações e reuniões sucessivas com representantes da Equatorial, as obras de projetos já aprovados para o fornecimento de energia na TI permanecem sem “nenhum avanço concreto”. “A população do Alto do Rio Guamá encontra-se em situação de absoluta vulnerabilidade, sem acesso a um bem que representa uma das condições materiais essenciais para garantir uma

existência digna”, argumentou a procuradora. O MPF pediu a determinação de multa diária à empresa, no valor de R\$ 10 mil, caso descumpra decisões que venham a ser estabelecidas pela Justiça Federal.

MEIO EMPREGADO: falta de energia elétrica

Com informações de: MPF/PA, 15/11/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): VÁRIOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SANTARÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área da Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins

DESCRIÇÃO: Devido à seca prolongada e fora do normal nos rios da Amazônia, com risco iminente de insegurança alimentar e nutricional das populações indígenas e ribeirinhas de Santarém, o MPF/PA recomendou que o município de Santarém fizesse um levantamento de informações sobre a estiagem na Resex, dado o risco humanitário em razão do iminente desabastecimento de água potável e alimento para mais de 23.000 pessoas que vivem em 74 comunidades e aldeias. A seca ocasionou escassez de peixes e de água potável, além de gerar dificuldade de transporte fluvial para as comunidades e aldeias próximas ao rio Tapajós.

MEIO EMPREGADO: Desassistência; falta de alimentos e água potável

Com informações de: MPF, 13/10/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): WARAO

MUNICÍPIO: BELÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: 11 comunidades warao

DESCRIÇÃO: O povo Warao de Belém, reunido no Conselho Warao Ojiduna, organização representativa do povo na região metropolitana do município, apresentou uma série de demandas em carta dirigida ao MPF e outros órgãos governamentais, no 14/11/2023. “Nós somos 766 indígenas Warao que residem na região metropolitana de Belém e estamos organizados em 11 comunidades. Nós viemos para o Brasil para sobreviver, para não passar mais fome, porque já não era mais possível viver bem nos nossos territórios, nem nas cidades próximas a eles. Mas não é por isso que deixamos de ser indígenas, nossa identidade Warao é nossa força e nosso orgulho”, afirma o documento. Dentre as demandas emergenciais, destacam: “desde que chegamos na região metropolitana de Belém vivemos em uma situação muito precária, sofrendo todo tipo de violações de direitos, violência, racismo e preconceito. Vários de nós temos problemas graves de saúde, o que piora com nossas condições de moradia, em grande maioria, muito precárias”. Por isso, reivindicam “rastreamento dos casos de tuberculose nas comunidades Warao, acompanhamento do tratamento das pessoas doentes em diálogos com nossos mediadores culturais: wabayakore asanetamo e divulgação de informações sobre a doença diretamente nas comunidades. Combate à fome e garantia de nossa segurança alimentar. Muitos de nós não temos o que comer e estamos afastados dos alimentos que a natureza dá e que são de nossa cultura. Precisamos de ações que nos permitam ter acesso à alimentação saudável e culturalmente adequada”. Ainda na parte emergencial solicitam acesso ao sistema de assistência social adequado e culturalmente adaptado, acolhimento e abrigo construído em conjunto com o Conselho de Ojiduna, e materiais como madeira e lona para se proteger das chuvas do inverno. Entre as demandas mais estruturais, indicam como primeiro ponto o respeito ao direito à Consulta Livre, Prévia e Informada. Reivindicam, ainda, acesso a políticas públicas diferenciadas nas áreas de saúde e educação, assim como o acompanhamento e orientação jurídica, e garantia do cumprimento da resolução 454 do CNJ nos processos judiciais. “Nós, Conselho Warao Ojiduna, exigimos o respeito dos nossos direitos enquanto povo indígena. Não somos estrangeiros, somos um povo originário de Abya Yala, onde nossos antepassados estiveram circulando bem antes da criação de qualquer Estado e de qualquer fronteira”, concluem.

MEIO EMPREGADO: Desassistência; falta de consulta às comunidades

Com informações de: Carta do Conselho Warao de Ojiduna, 14/11/2023; MPF, 11/2023

Data: OUTUBRO

VÍTIMA: Tymbektodem Arara

POVO(S): ARARA

TERRA INDÍGENA: CACHOEIRA SECA

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

DESCRIÇÃO: Entidades que atuam junto aos povos originários questionam o andamento de investigação aberta pela PF, depois de um mês desde a morte do líder indígena Tymbektodem Arara, na TI Cachoeira Seca. Tymbek, como era chamado, foi encontrado morto no dia 14 de outubro, supostamente afogado no rio Iriri. Em setembro, o líder esteve na sede da ONU, em Genebra,



na Suíça, denunciando a invasão recorrente da TI Cachoeira Seca. A PF de Altamira abriu procedimento para apurar a morte do indígena, com duas versões principais: a de que ele estava em um barco e se jogou no rio por vontade própria ou, então, que foi jogado no rio por ribeirinhos e, depois, se afogou. No entanto, não houve novidades desde então. A Apib cobrou respostas em reunião no MPI. Segundo o coordenador jurídico da entidade, Maurício Terena, há uma aparente “omissão” e as autoridades não estavam “dando a devida atenção para esse caso”. Passados 30 dias desde a morte de Tymbek, a PF ainda não havia estado na aldeia Arara. A Apib também solicitou que o MPF acompanhasse as investigações. Após ser retirado do rio, o corpo da liderança Arara foi levado à Comunidade Maribel, em que vivem os não-indígenas da região e local onde conseguem chegar os barcos maiores e veículos. Conforme relatado em documento do Dsei, o corpo permaneceu por cinco horas sob o sol, à espera do IML. Depois, foi colocado em um saco e transportado, debaixo do sol, na caçamba de uma caminhonete da Polícia Civil do Pará até a cidade de Altamira. Nenhuma perícia teria sido realizada no local em que o corpo foi encontrado, nem teria havido diligências para conversar com testemunhas e lideranças locais acerca das circunstâncias da morte de Tymbek. Ao G1, a assessoria de imprensa da PF em Altamira afirmou que a corporação “não comenta investigação em andamento”.

MEIO EMPREGADO: omissão; morosidade em investigação

Com informações de: G1/PA, 14/11/2023

PARANÁ

4 Casos

Data: JANEIRO

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: GUAÍRA, TERRA ROXA, SANTA HELENA

DESCRIÇÃO: Os indígenas no Paraná enfrentaram dificuldades em acessar cestas básicas, com relatos de falta de distribuição de agosto de 2022 até pelo menos o final de janeiro de 2023. O coordenador regional substituto da Funai no estado, Elton Fernandes Alzão, afirmou que a responsabilidade recai sobre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, enquanto a Funai apenas auxilia no planejamento. O Ministério confirmou a interrupção do envio das cestas há seis meses, atribuindo-a à falta de priorização de recursos durante a gestão Bolsonaro. No entanto, o ex-ministro João Roma contesta essa afirmação, declarando que as cestas foram adquiridas e enviadas. Enquanto isso, aproximadamente 29 mil indígenas no estado sofriam com a escassez de alimentos básicos. A Funai solicitou auxílio ao governo do Paraná para a distribuição de cestas básicas e obteve uma resposta inicial positiva, com a entrega de 1.250 cestas. No entanto, não havia garantia de continuidade dessa assistência em 2023, conforme a Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do estado.

MEIO EMPREGADO: Falta de cestas básicas

Com informações de: G1/PR, 27/01/2023

Data: 30/01/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI; KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

DESCRIÇÃO: A falta de previsão orçamentária para a compra de cestas básicas também afetou os indígenas da TI Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras. Em janeiro, a prefeitura local alegou que a responsabilidade era da Funai, embora anteriormente fornecesse apoio no transporte de cestas. No entanto, a partir do segundo semestre de 2022, essa assistência cessou. Na Aldeia de Marrecas, em Turvo, os apoios são pontuais e específicos, também dependendo da Funai. Em Guarapuava, as questões foram encaminhadas às autoridades responsáveis após questionamentos.

MEIO EMPREGADO: Desassistência; falta de cestas básicas

Com informações de: Redesuldenoticias.br, 30/01/2023

Data: 14/12/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: GUARANI DE OCOY

MUNICÍPIO: SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoha Ocoy

DESCRIÇÃO: O acesso à Certidão de Nascimento tem sido uma questão problemática para os Avá-Guarani da comunidade Tekoha Ocoy, em São Miguel do Iguaçu.

O cartório local tem dificultado a obtenção desse documento para aqueles que possuem apenas o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani) da Funai como documento oficial. O cartório insiste em exigir uma consulta ao cartório de Guairá, alegando que o nome da cidade onde se localiza a sede da CTL da Funai consta no Rani. Apesar das informações da Funai contrárias a essa prática, o cartório mantém sua exigência, criando obstáculos para a obtenção de documentos essenciais pelos indígenas. Diante dessa situação, o cacique do Tekoha Ocoy solicitou a intervenção do MPF para agilizar o processo junto ao cartório e garantir o acesso dos Avá-Guarani à documentação necessária.

MEIO EMPREGADO: Recusa de documento a indígenas

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Indígenas em situação de rua

MUNICÍPIO: CURITIBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Contexto urbano

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Cadastro Único, em 2023 havia ao menos 23 indígenas vivendo em situação de rua. Tal circunstância expõe essas pessoas a uma série de desafios e violações de direitos, como dificuldade e precariedade no acesso a serviços como saúde e educação e riscos relacionados à vulnerabilidade social e à violência.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: CadÚnico, jul/2023

RIO GRANDE DO NORTE

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: MENDONÇA DO AMARELÃO

MUNICÍPIO: JOÃO CÂMARA

DESCRIÇÃO: Na comunidade de Serrote de São Bento, Amarelão e os assentamentos Santa Terezinha, Marajó e Açucena, localizados no território Mendonça, no município de João Câmara, a busca por água é uma luta diária que expõe relações de poder e favores políticos. Ao redor de um poço com um pequeno sistema de dessalinização, a população se aglomera para garantir acesso à única fonte pública de água doce disponível gratuitamente na região. A oferta de carros-pipa pela prefeitura é restrita e de procedência duvidosa, deixando muitos dependentes dessa fonte escassa. Enquanto alguns conseguem pagar por água mineral ou serviços de abastecimento, a maioria enfrenta dificuldades financeiras, com uma renda média inferior a um salário mínimo. São aproximadamente 900 famílias e 3.000 pessoas da etnia Potiguara-Mendonça, a maior população indígena do estado. Nessa luta pela água, promessas eleitorais são feitas em troca de votos. Conflitos entre famílias surgem na fila do poço, quando alguns tentam obter mais água do que outros. O sistema de distribuição de água, muitas vezes, é mediado por intermediários políticos, como Francisco Venâncio da Silva, que recebe demandas por água através do WhatsApp e as encaminha para a prefeitura. Foi declarada no município situação de emergência pelo governo federal em setembro devido à seca. Os esforços das autoridades locais e órgãos governamentais para resolver o problema parecem insuficientes, deixando muitas famílias à mercê da escassez de água e da incerteza quanto ao futuro. Anteriormente havia a Operação Carro-Pipa do Exército, que foi encerrada há cerca de dois anos.

MEIO EMPREGADO: Falta de abastecimento de água potável

Com informações de: Folha de São Paulo, 15/10/2023

RIO GRANDE DO SUL

6 Casos

Data: 23/11/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: TAPE PORÁ

MUNICÍPIO: GUAÍBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tape Porá

DESCRIÇÃO: Os Mbya Guarani do Tapé Porá, Guaíba, estão sem água potável por falta de energia elétrica. Após a privatização da CEEE, a atual empresa de energia elétrica, vinculada ao Grupo Equatorial Energia, age com negligência quanto à prestação de serviços, especialmente quanto à manutenção das redes. As famílias Mbya Guarani passaram mais de uma semana sem energia elétrica. Eles informaram o fato para a Sesai, bem como solicita-



ram que se cobre da Equatorial o reestabelecimento da energia na região. O órgão respondeu que não tem o que fazer. Os Mbya comunicaram que há um convênio para que caminhões-pipa abasteçam as comunidades sem água, mas, na prática, o fornecimento não acontece. A Equatorial, após acionada, informou que iria averiguar a demanda somente no dia 01/12 para identificar o problema na rede.

MEIO EMPREGADO: Falta de energia elétrica; falta de água potável

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 13/09/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: PEKURUTY

MUNICÍPIO: ELDORADO DO SUL

DESCRIÇÃO: Mais uma vez, a comunidade Mbya Guarani de Pekuruty, localizada em Eldorado do Sul, enfrentou o alagamento de suas residências devido às intensas chuvas. Situada em condição de extrema vulnerabilidade nas proximidades da BR-290, no Km 133, a comunidade já sofreu perdas decorrentes de atropelamentos e negligência, reflexo de uma situação de desamparo. Diante desse contexto, os membros da comunidade reivindicam incansavelmente seu direito ancestral à terra, que tem sido sistematicamente negado.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência e de infraestrutura

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Indígenas em situação de rua

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Contexto urbano

DESCRIÇÃO: Segundo dados do Cadastro Único de 2023, dos 459 indígenas em situação de rua no país, 46 vivem no Rio Grande do Sul. Além da falta de moradia, a situação expõe esses indivíduos a uma série de desafios, como o acesso precário a serviços básicos de saúde e educação e a vulnerabilidade à violência e à exploração.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: CadÚnico, jul/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: PEKURUTY/ARROIO DIVISA

MUNICÍPIO: ELDORADO DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento de beira de estrada, BR-290, km 133

DESCRIÇÃO: A comunidade foi impactada por pelo menos três alagamentos durante o ano de 2023. Não houve, da parte do poder público, nenhuma medida no sentido de auxiliar as famílias atingidas pelas águas. Para elas, o direito nunca chega, mas o descaso público e a inundação sempre estão presentes. A comunidade localizada em Eldorado do Sul por diversas vezes teve suas casas inundadas pelas águas das chuvas. Os Mbya Guarani ficaram em situação de absoluta vulnerabilização nas margens da BR-290, Km 133. Lá muitos já perderam vidas por atropelamentos e por mortes em função do descaso e do abandono. Eles reivindicam seu direito originário à terra, que lhes é negado sistematicamente.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: LAMI (PINDO POTY)

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro Lami

DESCRIÇÃO: A comunidade foi impactada por pelo menos três alagamentos durante o ano de 2023. Em todos eles, as famílias acabaram sendo removidas para abrigos. Não houve, da parte do poder público, nenhuma medida no sentido de auxiliar as famílias atingidas pelas águas e ventos. Não fossem as entidades e pessoas solidárias, os indígenas estariam completamente desamparados. As medidas emergenciais prometidas pelo governo federal nunca foram impactantes. A demarcação da terra, iniciada no ano de 2012, continuou paralisada. O descaso público e a inundação sempre estão entre eles. A comunidade permaneceu, em 2023, em situação de completa vulnerabilidade, às margens de um córrego que sempre alaga. Os Mbya reivindicam seu direito originário à terra, lhes negado sistematicamente.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 24/08/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): XOKLENG

TERRA INDÍGENA: XOKLENG KONGLUI

MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DE PAULA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Margens da rodovia RS-484

DESCRIÇÃO: A comunidade Xokleng Konglui escreveu, no dia 24 de agosto de 2023, carta denunciando a sua realidade nas margens da RS-484, em São Francisco de Paula, e cobrando das autoridades o cumprimento dos acordos estabelecidos. A comunidade enfrentou frios intensos, chuvas e dois ciclones extratropicais na beira da estrada, e nenhuma medida foi tomada. Vivem em situação de miserabilidade, faltando comida e, não fossem pessoas aliadas, não teriam alimentos para suas crianças. Não dispõem de energia elétrica. A empresa responsável realizou trabalhos de instalação de postes e fios, mas não fez as ligações em suas casas. Para agravar a situação, no mês de agosto, pessoas armadas dispararam tiros sobre suas casas durante a madrugada, e os indígenas passaram a enfrentar também o medo e as ameaças. A Funai, embora tenha se comprometido, nada fez para ao menos sinalizar que haverá a criação do GT dos estudos de identificação e delimitação de suas terras.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: Cimi Regional Sul Equipe Porto Alegre

RONDÔNIA

2 Casos

Data: Março/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KARIPUNA DE RONDÔNIA

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: As águas do Rio Jacy-Paraná invadiram as casas do povo Karipuna, que fica entre os distritos de Jacy-Paraná e União Bandeirantes, ambos pertencentes a Porto Velho. Os Karipuna informaram que a Defesa Civil, Funai e MPF foram acionados para ajudá-los, mas que nenhuma das instituições havia se manifestado. As inundações deixaram famílias desabrigadas e isolaram a comunidade. O cenário inclui casas submersas, roçados de mandioca e milho inundados e animais domésticos fugindo para a mata. O acesso à aldeia Panorama foi prejudicado pela queda de uma ponte de madeira, tornando a comunicação e a chegada de ajuda mais difícil. A inundação não é considerada natural pelos indígenas, que responsabilizam as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau pela frequência das enchentes. Segundo eles, a construção das barragens mudou drasticamente o curso do rio Madeira, causando prejuízos ambientais e sociais. A aldeia Panorama, onde a situação é crítica, não recebeu assistência governamental adequada. Além das enchentes, a construção das hidrelétricas trouxe investidores para a TI Karipuna, incluindo grileiros, madeireiros e pescadores ilegais, intensificando o desmatamento e ameaçando a sobrevivência dos povos tradicionais da região. Apesar das denúncias e dos impactos evidentes, as empresas responsáveis pelas usinas não cumpriram medidas de mitigação de impacto ambiental, segundo os Karipuna.

MEIO EMPREGADO: Cheias devido às hidrelétricas; omissão do Estado

Com informações de: Amazônia Real, 22/03/2023; Cimi Regional Rondônia

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KARIPUNA DE RONDÔNIA

TERRA INDÍGENA: KARIPUNA

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Panorama

DESCRIÇÃO: Devido ao descaso na manutenção e abertura da estrada de acesso à Aldeia Panorama, a comunidade Karipuna tem estado em situação de vulnerabilidade, sobretudo no período de chuvas, pois o acesso pelo rio Jaci Paraná é muito longo. Em casos de necessidade de socorro médico e outras emergências, os indígenas também se veem sob risco constante. Em 2022, após muita insistência dos indígenas, o DER e a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Porto Velho (Semagric) fizeram uma abertura na estrada, mas não fizeram o cascalhamento e nem as pontes nos igarapés, que, na época de chuva, transbordam. Foram colocadas manilhas pequenas, que não suportaram o volume de chuvas, deixando a comunidade, novamente, sem acesso por via terrestre. Lideranças Karipuna encaminharam documento ao DER, à Semagric e ao MPF, exigindo providências para a recuperação das pontes e bueiros.

MEIO EMPREGADO: Falta de manutenção de estrada de acesso à aldeia

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Rondônia



RORAIMA

3 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: IRACEMA

DESCRIÇÃO: uma série de novas violações de direitos dos indígenas que vivem na TI Yanomami foram identificadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima, durante a visita do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania ao estado, no final de janeiro. O órgão apontou que fazendeiros cobram pedágio de indígenas para passar por suas terras, em Alto Alegre, no norte do estado, e que uma vila localizada no município de Iracema, ao sul, serve de base de apoio para os garimpeiros ilegais. O secretário geral do órgão, Paulo Tadeu, explicou que em Mucajá a preocupação é com a contaminação dos peixes e dos rios por mercúrio, um dos vários problemas gerados pelo garimpo. Altamente tóxico, o metal é usado pelos garimpeiros para separar o ouro de outros sedimentos. Além da contaminação dos rios, o Conselho destacou que a vila Campos Novos, localizada no município de Iracema, serve como uma “corrutela de garimpo”, uma base de apoio a garimpeiros que exploram a TI. Conforme o levantamento, a vila dá suporte para “todos os garimpeiros em questão de abastecimento, combustível, alimentação e pistas de pouso”. Além disso, na região do Baixo Rio Branco, em Caracará, conselheiros avistaram indígenas armados e ao lado de garimpeiros. “O que foi relatado é que o Estado brasileiro nunca se fez presente nessa área indígena. Segundo o relato do Conselho Tutelar [do município] e da própria prefeitura de Caracará, quem manda lá são os garimpeiros”, explicou Paulo Tadeu.

MEIO EMPREGADO: falta de fiscalização de ilícitos

Com informações de: G1/RR, 03/02/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): WARAO

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Abrigo de Pintolândia

DESCRIÇÃO: Em Boa Vista, próximo à Praça Germano Sampaio, encontra-se um terreno que abriga seis diferentes comunidades Warao, totalizando 340 pessoas, muitas delas crianças nascidas no Brasil após migrarem da Venezuela em 2016 e 2017. Esse terreno, conhecido como Abrigo de Pintolândia, antes sob tutela da Operação Acolhida, hoje não conta mais com a presença da equipe da operação, que desativara o abrigo em março de 2022 devido a problemas de infraestrutura, habitabilidade, água, saneamento, alagamento e deficiência nas instalações elétricas e hidráulicas. Os Warao decidiram permanecer no local devido à liberdade para autogovernar-se, mas isso resultou em dificuldades, principalmente em relação à segurança alimentar, visto que a maioria permanece desempregada. Com a ajuda de doações e da venda de artesanato, eles conseguem se sustentar, mas enfrentam insegurança alimentar, fazendo apenas uma refeição por dia. Apesar das adversidades, a comunidade Warao persiste em Boa Vista, visando proporcionar um futuro melhor para suas crianças, que estão estudando na região. A Operação Acolhida, em diálogo com as comunidades, ofereceu a possibilidade de realocação para o Abrigo Waraotuma a Tuaranoko. Não foi informado se a instituição ofertou meios de locomoção. O futuro da nova geração Warao é também o que faz a comunidade do aidamo Enoc Silva continuar no Brasil, apesar das dificuldades: “vimos da Venezuela com um propósito, mas vivemos aqui os mesmos maus tratos que vivíamos na Venezuela. Estamos aqui pelas crianças que estão estudando e têm um sonho de um dia fazer faculdade”.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral; insegurança alimentar

Com informações de: Agência Brasil, 20/02/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

DESCRIÇÃO: A Força Aérea Brasileira (FAB) negou informações sobre os prefixos das aeronaves que sobrevoaram a TI Yanomami (TIY) em fevereiro, alegando proteção de informações pessoais. A solicitação foi feita por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), e a negativa foi recebida após dois recursos. A justificativa da FAB é contestada, pois não esclarece detalhadamente os motivos para não fornecer os dados, como exigido pela LAI e pela Lei Geral de Proteção de Dados. A criação de corredores aéreos na Zona de Identificação de Defesa Aérea (Zida), como parte da Operação Escudo Yanomami, gerou controvérsias. Esses corredores permitiriam que as aeronaves saíssem dos garimpos ilegais sem punição, favorecendo os invasores da TIY. A divulgação

dos prefixos das aeronaves poderia ajudar a identificar quem está por trás do garimpo ilegal na região. Apesar da negativa da FAB, informações sobre o deslocamento de aeronaves são públicas e podem ser encontradas em sites como radarbox.com e planefinder.net. Além disso, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) disponibiliza o Registro Aeronáutico Brasileiro, onde é possível obter informações sobre as aeronaves, como proprietário e operador. A recusa da FAB em divulgar os dados levanta dúvidas sobre o compromisso do governo federal em combater o garimpo ilegal. Embora tenham sido realizadas operações para conter a atividade criminosa, como a destruição de aeronaves, o problema persiste e tem causado uma crise humanitária entre os indígenas de Roraima.

MEIO EMPREGADO: Omissão de informações

Com informações de: Amazônia Real, 04/05/2023

SANTA CATARINA

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Indígenas em situação de rua

MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS

DESCRIÇÃO: Há 42 indígenas em situação de rua no estado de Santa Catarina, segundo dados do Cadastro Único de 2023. No Brasil, são 459 indígenas e um total de 221.113 pessoas nesta situação, que expõe esses indivíduos a desafios como acesso precário a serviços básicos de saúde e educação e vulnerabilidade à violência, além da falta de moradia.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: CadÚnico, jul/2023

SÃO PAULO

10 Casos

Data: 13/02/2023

VÍTIMA: homens e mulheres

POVO(S): GUARANI MBYA

MUNICÍPIO: CANANEIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: TIs Pakurity, Takurity e Takuari

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Guarani Mbya, na região do Vale do Ribeira, foram impedidos de receber alguns atendimentos específicos de saúde, sob alegação de que não dispunham de documentação. A equipe do Cimi colheu informações com a equipe de saúde, que informou existir mais de 20 pessoas necessitando de documentos, mas, em função da morosidade da Funai, eles ainda não tinham sido emitidos. Os documentos são exigidos para que se possa dar início nos tratamentos de saúde, pois esses pacientes não conseguem realizar exames e nem fazer acompanhamento nos municípios pela falta de documentos, que são exigência dos sistemas utilizados. Há inclusive casos de gestantes que, depois que o bebê nasce, não conseguem fazer o registro de nascimento.

MEIO EMPREGADO: falta de documentação

Com informações de: Cimi Regional Sul; Equipe de saúde da Sesai

Data: 2023

VÍTIMA: Família

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: RIBEIRÃO SILVEIRA

MUNICÍPIO: BERTIOGA

DESCRIÇÃO: Reinaldo Wera, da comunidade Ribeirão Silveira, foi reportado como desaparecido em 2019. Sua família foi informada de que ele teria sido vítima de homicídio. Seus restos mortais foram encontrados e permaneceram sob custódia da polícia para realização de exames de DNA, a fim de confirmar sua identidade. Somente em julho de 2023, após intervenção da Defensoria Pública e do MPF de Caraguatatuba, a família Mbya Guarani conseguiu recuperar os restos mortais de Reinaldo e realizar os rituais funerários tradicionais. No entanto, até dezembro, a família ainda não havia recebido a Certidão de Óbito de Reinaldo. É importante ressaltar que a Funai estava ciente e acompanhava o desenrolar dessa situação desde o seu início.

MEIO EMPREGADO: Descaso; Morosidade na entrega de documento

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 19/03/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA DO SERTÃO DO PROMIRIM

MUNICÍPIO: UBATUBA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Yaká Porá



DESCRIÇÃO: Os moradores da Aldeia Yaka Porã, no município Ubatuba, estão há três anos sem acesso à cidade. Em 2019, a ponte que ligava a aldeia à cidade caiu devido a fortes chuvas na região e não foi reconstruída. A Justiça Federal determinou que fosse aberta uma passagem por uma propriedade particular para garantir o acesso da comunidade indígena à rodovia Rio-Santos. Por conta disso, a comunidade está há mais de três anos em risco e sem conseguir utilizar serviços públicos, como, por exemplo, saúde e entrega de água e alimentos, além de contato com funcionários de órgãos públicos que prestam apoio.

MEIO EMPREGADO: Falta de manutenção em estrada

Com informações de: G1/Vale do Paraíba, 19/03/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Fábio Papa Mirim Veríssimo

POVO(S): GUARANI MBYA

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Brilho do Sol

DESCRIÇÃO: Fábio Papá Mirim Veríssimo, da Aldeia Brilho do Sol, permaneceu detido sob regime fechado em um presídio na cidade de São Paulo, sem acesso a intérpretes da língua Tupi Guarani e impossibilitado de receber visitas religiosas. Os pedidos foram formulados pela comunidade à Penitenciária e à Defensoria Pública, atendo-se à Resolução 287 do CNJ.

MEIO EMPREGADO: Direitos negados

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 01/06/2023

VÍTIMA: Nathan Batista Monteiro

POVO(S): PANKARARU

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

DESCRIÇÃO: Nathan Batista Monteiro, indígena Pankararu preso em regime fechado na cidade de São Paulo, não foi identificado como indígena, tendo seus direitos específicos e constitucionais negados.

MEIO EMPREGADO: Direitos negados

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 01/09/2023

VÍTIMA: Odair Fernandes da Silva

POVO(S): GUARANI

TERRA INDÍGENA: JARAGUÁ

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

DESCRIÇÃO: O jovem Odair Fernandes da Silva, da comunidade Jaraguá, está preso em regime fechado provisoriamente na cidade de São Paulo. Não foi identificado como indígena, sendo privado de acesso a um tradutor ou intérprete da língua Guarani e impedido de continuar o tratamento espiritual que estava realizando.

MEIO EMPREGADO: Direitos negados

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUAJAJARA; GUARANI; KAIMBÉ; PANKARARÉ; WASSU COCAL; XUKURU-KARIRI

MUNICÍPIO: GUARULHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, as famílias indígenas da Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, localizada em Guarulhos, enfrentaram a escassez de alimentos devido ao corte do benefício de cestas básicas pela Secretaria de Assistência Social do município. Anteriormente, todas as famílias recebiam o benefício, porém, com a mudança na gestão do CRAS local, muitas famílias foram informadas de que deixariam de receber o benefício por não atenderem os “critérios”. As famílias relatam não serem reconhecidas como indígenas pela Secretaria e a ausência de uma política ou protocolo de atendimento diferenciado para elas em Guarulhos.

MEIO EMPREGADO: Desassistência; falta de alimentos

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 01/01/2023

VÍTIMA: Douglas Ferreira dos Santos

POVO(S): PANKARARU

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

DESCRIÇÃO: Douglas Ferreira dos Santos permaneceu detido em regime fechado ao longo de 2023, sem que sua identidade indígena fosse reconhecida. Devido à distância, ele não recebe visitas, pois sua família reside na Aldeia Brejo dos Padres, interior de São Paulo.

MEIO EMPREGADO: Direitos negados

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Indígenas em situação de rua

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Contexto urbano

DESCRIÇÃO: A região Sudeste do país, especialmente a cidade de São Paulo, é onde se concentra a maior parte dos 459 indígenas que vivem em situação de rua no Brasil. Segundo dados do Cadastro Único de 2023, há 110 indígenas nesta situação na capital paulista. Os dados que evidenciam a dimensão do problema e a necessidade de intervenção urgente por parte do poder público. Além da falta de moradia, estar em situação de rua expõe esses indivíduos a uma série de desafios, como a precariedade no acesso a serviços básicos de saúde e educação e a vulnerabilidade à violência e exploração.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral

Com informações de: CadÚnico, jul/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Jovens

POVO(S): VÁRIOS POVOS

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Fundação Casa

DESCRIÇÃO: Na Fundação Casa consta que no ano 2023 havia 11 jovens indígenas cumprindo medidas socioeducativas. A Fundação não conta com uma política diferenciada de atendimento para eles. Não sendo reconhecidos como indígenas, os jovens não têm os direitos específicos garantidos, como saúde, reconhecimento do modo de vida ou assistência religiosa, dentre outros.

MEIO EMPREGADO: Negação de direitos

Com informações de: Cimi Regional Sul

TOCANTINS

2 Casos

Data: Fevereiro

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KRAHÔ-KANELA

TERRA INDÍGENA: KRAHÔ/KANELA

MUNICÍPIO: LAGOA DA CONFUSÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Catãmjê

DESCRIÇÃO: Indígenas moradores da Aldeia Catãmjê, na TI Krahô-Kanela, em Lagoa da Confusão, após terem de sair de suas casas devido à cheia do rio Formoso, ocorrida em janeiro, passaram a enfrentar também a falta de fornecimento de água potável. Em vídeo gravado pelos indígenas, é possível vê-los tirando lama de dentro de uma caixa d'água. A aldeia tem um poço que foi perfurado pela prefeitura de Lagoa da Confusão, mas por estar muito próximo do rio Formoso, a água do poço se torna imprópria para o consumo, devido à cheia do rio. O Dsei Tocantins, que teria obrigação de furar um poço na comunidade, ainda não o tinha feito. A aldeia tem 25 famílias, cerca de 60 pessoas, que ficaram sem acesso a água potável. “Todo dia a gente faz esse processo de limpar a água”, diz Joel Krahô-Kanela em um vídeo onde mostra como fazem para impedir que a lama chegue às caixas d'água. Os indígenas desconectam a tubulação e deixam a maior parte do barro sair até obterem uma água menos suja. “A gente pede às autoridades para nos ajudarem. Isso aqui adoce”, reivindicou Joel.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Conexão TO, 09/02/2023; Cimi Regional Goiás-Tocantins

Data: 10/11/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): XERENTE

TERRA INDÍGENA: FUNIL

MUNICÍPIO: TOCANTÍNIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Funil

DESCRIÇÃO: Líderes Xerente do território Funil participaram de uma audiência pública para discutir a construção do campo de futebol na aldeia Funil. A audiência, que ocorreu na sede do MPF, contou com a presença de representantes da prefeitura municipal, do MPF e da Funai – CR Araguaia Tocantins. A obra, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Tocantínia, deveria ter sido concluída em 180 dias, mas, após quatro anos, não foi executada conforme o planejado. Durante a audiência, os líderes indígenas apresentaram reivindicações relacionadas a possíveis irregularidades na execução da obra, classificando-a como uma das piores já realizadas na comunidade.

MEIO EMPREGADO: Demora na conclusão de obra pública

Com informações de: Lideranças



Fotos: Osmarina de Oliveira/Cimi



DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Em 2023, o Cimi registrou 61 casos de desassistência na área da educação escolar indígena específica e diferenciada. Os casos foram constatados em 14 estados: Acre (17), Alagoas (2), Amazonas (2), Ceará (1), Maranhão (8), Mato Grosso (5), Minas Gerais (3), Pará (7), Paraíba (4), Paraná (2), Piauí (1), Rio Grande do Sul (3), Roraima (2), São Paulo (2) e Tocantins (2).

Embora elevada, a grande quantidade de casos apresenta uma pequena amostra das situações enfrentadas em comunidades, aldeias e territórios em todo o país. Os relatos – que se repetem ao longo dos anos – compõem um cenário de descaso continuado.

Os casos mais recorrentes envolvem a falta de infraestrutura escolar básica, falta de merenda, falta de transporte escolar, falta de material e falta de professores, que muitas vezes trabalham voluntariamente. Há aldeias em que as construções escolares estão há anos sem manutenção e outras

sem prédio escolar. Muitas comunidades usam a criatividade para improvisar escolas, mas a falta de condições prejudica e às vezes inviabiliza o ensino, apesar da disposição e da boa vontade de professores, pais e alunos.

Dois exemplos do Acre ilustram esta situação: na Aldeia Macambira, localizada na Terra Indígena (TI) Riozinho do Alto Envira, a comunidade Ashaninka improvisou uma pequena escola com um telhado de palha, sem paredes e sem cadeiras, substituídas por troncos cortados. A professora, que não é oficialmente nomeada, atende também estudantes de famílias das aldeias vizinhas.

Já na aldeia Tigela, na TI Kulina do Rio Envira, as aulas também são improvisadas sob um telhado de palha, sem carteiras para os estudantes. Em junho, o material escolar ainda não havia chegado à comunidade Madihá, e a merenda precisa ser buscada pelos próprios professores no município de Feijó (AC).

No outro extremo geográfico do país, uma situação semelhante: na comunidade indígena Tekoá Karanda'ty, em Cachoeirinha (RS), a Escola Kuaray Rete funciona quando o sol permite: as aulas são ministradas para as crianças Guarani Mbya ao ar livre, embaixo de árvores; em dias de chuva, o estudo fica inviabilizado. A realidade é agravada pela falta de merenda, água encanada e energia elétrica. A situação, que é generalizada e histórica no estado, motivou uma carta de 38 caciques Mbya Guarani cobrando providências.

Estruturas precárias com prédios rachados, sem portas, janelas, cadeiras, banheiros que colocam em risco a segurança de professores e alunos e até problemas elétricos, como na TI Governador, no Maranhão. Em alguns casos, o começo do ano letivo foi adiado por falta de contra-



Todas as escolas Avá-Guarani no oeste do Paraná encontram-se em situação precária, a exemplo das aldeias Tekoha Yvy Porã (acima) e Tekoha Poha Renda (abaixo), ambas na TI Tekohá Guasú Guavirá, onde mais de 40 crianças estudam Guarani



tação de professores e servidores, como na TI Severino, em Tefé, no Amazonas.

Também houve casos em que as falhas na distribuição da merenda escolar afetaram a qualidade dos alimentos, que às vezes chegam estragados ou fora da data de validade, como na TI Funil, do povo Xerente, no Tocantins.

A falta de aulas diferenciadas, com a inclusão de língua materna e contratação de professores e material didático específico e diferenciado é recorrente no país e levou ao Ministério Público Federal (MPF) a recomendar medidas para garantir este direito na TI Alto Rio Guamá, no Pará.

No Alagoas, crianças pequenas da TI Karuazu têm que estudar à noite ou na cidade de Pariconha, ficando expostas aos riscos da vida noturna e vulneráveis a drogas, alcoolismo e prostituição. Desde 2016, a comunidade cobra uma escola indígena própria.

Em regiões onde povos indígenas estão em luta pela terra ou por reconhecimento de identidade étnica, a negação do direito à educação escolar específica e diferenciada submete crianças e adolescentes a outras violências, como o racismo e o preconceito nas escolas das cidades. É a situação enfrentada, por exemplo, pelo povo Akroá Gamella, no Maranhão.

A falta de regulamentação para a categoria de “professor indígena”, reconhecida em outros estados, motivou uma manifestação de professores, alunos, funcionários das escolas, lideranças e aliados na Paraíba. No Piauí, único estado da federação que não possui escolas indígenas reconhecidas oficialmente, os povos ocuparam a secretaria para cobrar providências.

Fotos: Olga Justo



Sem material, alimentação, água potável e energia elétrica, a comunidade Guarani Mbya do tekoa Karanda'ty, em Cachoeirinha (RS), iniciou as aulas em março embaixo das árvores e sob a orientação do professor Mbya Arlindo Ribeiro, cujo contrato ainda não havia sido efetivado





DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

61 Casos

ACRE

17 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: RIOZINHO DO ALTO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

DESCRIÇÃO: Os indígenas Ashaninka que vivem na TI Kampa e Isolados do Rio Envira e na TI Riozinho do Alto Envira denunciaram a falta de atendimento à educação. Os estudantes não recebem merenda escolar de forma continuada e regular. Segundo os professores, quando a merenda chega, geralmente uma vez por ano, são eles mesmos que têm que buscar a merenda na cidade de Feijó e levar para as aldeias, além de terem de assumir o gasto com combustível. Com relação ao ensino, o conteúdo não é feito na língua materna, e os materiais não são entregues para as crianças. As lideranças elaboraram um ofício denunciando essa realidade nas TIs e o encaminharam ao MPF e à Funai.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): HUNI KUI

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ SERINGAL CURRALINHO

MUNICÍPIO: FEIJÓ

DESCRIÇÃO: Os indígenas Ashaninka que vivem na TI Nova Olinda e na TI Seringal Curralinho demandam atendimento na área da educação escolar. Os estudantes não recebem merenda escolar de forma continuada e regular. Segundo os professores, quando a merenda chega, geralmente uma vez por ano, são eles mesmos que têm que buscá-la na cidade de Feijó e levar para as aldeias, assumindo o gasto com combustível. O conteúdo de ensino não é feito na língua materna e os materiais não são entregues para as crianças. As lideranças elaboraram um ofício denunciando a situação vivenciada nessas TIs e o encaminharam ao MPF e à Funai.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): KULINA (MADIJA)

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: TIs Jaminawá-Envira, Kulina Igarapé do Pau e Kulina do Rio Envira

DESCRIÇÃO: Nas TIs Jaminawá-Envira, Kulina Igarapé do Pau e Kulina do Rio Envira, os estudantes reclamam a falta de merenda escolar de forma continuada e regular. Segundo os professores, quando a merenda chega, geralmente uma vez por ano, são eles mesmos que têm que se deslocar para a cidade de Feijó. O conteúdo de ensino não é feito na língua materna e os materiais não são entregues para as crianças. A situação foi denunciada, por meio de ofício, ao MPF e à Funai.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: RIOZINHO DO ALTO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Benjamim

DESCRIÇÃO: A aldeia Benjamim, localizada na TI Riozinho do Alto Envira, não possui escola. As crianças do povo Ashaninka vão até a escola de Macambira, onde tem aula com uma professora que não é nomeada. Entretanto, o poder público não fornece transporte escolar nem mesmo o combustível para os deslocamentos. Esses estudantes enfrentam uma longa e perigosa

sa caminhada pela mata e travessia pelo rio até chegarem à escola. Tal situação de descaso tem corroborado para o alto índice de evasão escolar. Lideranças elaboraram ofício com denúncia ao MPF e à Funai e esperam por providências urgentes.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: RIOZINHO DO ALTO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Macambira

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Macambira, localizada na TI Riozinho do Alto Envira, existe uma pequena escola que foi construída pela comunidade. É um local simples, improvisado com um telhado de palha, sem paredes, tendo troncos cortados servindo como cadeiras e um quadro branco. A professora existente não é nomeada e a escola atende aos estudantes de pequenos núcleos familiares tanto da Aldeia Macambira quanto de outras aldeias vizinhas. Foi feita uma carta denunciando a situação pelas lideranças e apresentada ao MPF e à Funai. As famílias indígenas aguardam providências urgentes.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: RIOZINHO DO ALTO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova do Riozinho; Aldeia Rosinha

DESCRIÇÃO: As aldeias Nova do Riozinho e Rosinha, localizadas na TI Riozinho do Alto Envira, não possuem escola. Em 2023, as aulas foram ministradas em uma casa feita pelos próprios indígenas. A Seduc não disponibiliza transporte escolar para que as crianças estudem em outra escola na mesma TI. Além disso, também há dificuldade do fornecimento de material escolar para os estudantes Ashaninka acompanharem o ano letivo. As lideranças elaboraram um ofício denunciando a situação de descaso e o encaminharam para providências do MPF e da Funai.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 15/09/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): NUKINI

TERRA INDÍGENA: NUKINI

MUNICÍPIO: MÂNCIO LIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia República

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Nukini relataram que as escolas da região paralisaram as aulas devido à falta de água potável e de saneamento básico, principalmente na Aldeia República. Relatam que a água não chegava nas escolas, pois não havia poço artesiano. Existindo apenas um poço amazônico que seca no verão. Nessa época, com o verão muito forte, a água nunca é suficiente. Além de os estudantes enfrentarem trajeto sob sol escaldante para chegarem até a escola, quando chegam, se deparam com a falta de água, tendo que retornar para suas casas.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 30/04/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): NUKINI

TERRA INDÍGENA: NUKINI

MUNICÍPIO: MÂNCIO LIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Campur

DESCRIÇÃO: De acordo com denúncia de lideranças da TI Nukini, a escola localizada na Aldeia Campur encontrava-se em situação precária, correndo risco de desabar sobre os estudantes e professores. Há muito tempo, a comunidade vem solicitando reforma da escola, mas não foi atendida pelos órgãos responsáveis. Além do risco de desabamento, há também o risco de contrair doenças transmitidas pelos morcegos que habitam o teto da escola. A comunidade ainda relata a falta de professores e de fornecimento de merenda escolar.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA IGARAPÉ DO PAU**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Coqueiro e Aldeia Igarapé do Pau

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Madihá relatam que na Aldeia Coqueiro e na Aldeia Igarapé do Pau, crianças e adolescentes ficaram impossibilitados as aulas, devido à falta de transporte. Nesta aldeia não existe escola e os estudantes precisam se deslocar até a Aldeia Califórnia, onde há uma escola próxima de outras duas. A Seduc não disponibiliza transporte escolar e nem combustível. As lideranças redigiram uma carta de denúncia e a encaminharam à Funai e ao MPF, na expectativa de providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte escolar**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA IGARAPÉ DO PAU**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Limoeiro

DESCRIÇÃO: Os estudantes indígenas Madihá precisam enfrentar muitos desafios para exercerem seu direito de estudar. É grande o descaso do poder público na região e na Aldeia Limoeiro não tem sido diferente. Cansados de esperar por solução, os próprios indígenas construíram um espaço a que chamam de escola, mas trata-se de uma estrutura bem precária, aberta, sem paredes e com telhado de palha. Lideranças relatam que a Seduc não disponibiliza transporte escolar nem combustível, sequer para os estudantes se deslocarem até a Aldeia Califórnia, onde fica a escola mais próxima. As lideranças redigiram uma carta de denúncia e a encaminharam à Funai e ao MPF, na expectativa de providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** JAMINAWA / ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Salão

DESCRIÇÃO: Os estudantes Madihá da Aldeia Salão, da TI Jaminawá-Envira, estão impedidos de ter aulas na escola da comunidade. Ocorre que, desde 2021, um temporal causou estragos no telhado, que, sem reformas, tem se deteriorado cada vez mais, devido às intempéries causadas pelo sol forte e pelas chuvas. As lideranças já solicitaram os reparos e também encaminharam denúncia à Funai e ao MPF, relatando a situação, mas sem êxito.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Baixo Amazonas

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Baixo Amazonas, localizada na TI Kulina do Rio Envira, não tem escola nem professor. Para os alunos não ficarem sem aula, um jovem da comunidade se dispôs a dar aulas sem vínculo com a Seduc, que também não disponibiliza transporte escolar para que os alunos possam se deslocar até uma aldeia próxima onde há uma escola. Lideranças fizeram ofício denunciando a situação e pedindo providências à Funai e ao MPF.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e de transporte**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Bela Vista

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Bela Vista, localizada na TI Kulina do Rio Envira, não há escola. As crianças e adolescentes precisam se deslocar até a Aldeia Terra Nova para terem o direito ao ensino escolar. Como a Seduc não disponibiliza

transporte escolar para os estudantes que estão frequentando a escola na Aldeia Terra Nova, tem aumentado o índice de evasão escolar. Lideranças elaboraram carta de denúncia, que foi entregue ao MPF e à Funai, solicitando providências dos órgãos.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de transporte**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Novo Baixo Amazonas

DESCRIÇÃO: A negligência do poder público e desassistência em educação é recorrente no estado do Acre. A maioria das aldeias indígenas, nessa região, não dispõe de atendimento devido e respeitoso, de acordo com o que preconiza a Constituição Federal. É o caso da Aldeia Novo Baixo Amazonas, localizada na TI Kulina do Rio Envira. Esta aldeia não conta com escola e os estudantes recebem aulas em um espaço precário, construído pela própria comunidade. As lideranças Madihá fizeram carta de denúncia ao MPF e à Funai, e estão aguardando as providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e de infraestrutura adequada**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Remanso do Limão

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Remanso do Limão, os estudantes passam por muitas dificuldades. Uma delas é pelo fato de não ter escola no próprio local. Há muitos anos, lideranças Madihá reivindicam a construção de uma escola. A Seduc nem sequer disponibiliza transporte para os estudantes se deslocarem para aldeias próximas. Esse descaso corrobora com o aumento no índice de evasão escolar. Já foi feita denúncia da situação ao MPF e à Funai, mas a situação permanece.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e de transporte**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Terra Nova

DESCRIÇÃO: Desde que os indígenas Madihá perderam sua escola, em consequência de uma cheia do rio Envira, ocorrida em 2021, os estudantes estão tendo aula em local improvisado. Os próprios indígenas construíram um espaço precário, onde as aulas têm acontecido. Nesse local também são recebidos estudantes de outras aldeias próximas. Lideranças Madihá encaminharam denúncia ao MPF e à Funai e, desde então, aguardam providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e de infraestrutura adequada**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental**Data: 2023****VÍTIMA:** Crianças e adolescentes**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Tigela

DESCRIÇÃO: A comunidade Madihá da Aldeia Tigela, cansada de esperar pelas ações do poder público, precisou construir um espaço que serve de escola, a fim de atender às crianças e adolescentes. Porém, trata-se de um espaço bastante inadequado, sem a mínima infraestrutura necessária; não tem paredes, apenas um telhado de palha protege os estudantes do sol intenso e da chuva. No espaço também não há carteiras para os estudantes se sentarem e apoiarem os cadernos. Os professores improvisam como podem, devido à falta de material escolar. Até junho de 2023 o material ainda não havia chegado na aldeia. Até mesmo a entrega de merenda é deficitária; para receber a merenda escolar, os próprios professores têm que se deslocar até a cidade de Feijó para buscar os alimentos; nem sequer o combustível é fornecido pela Seduc. Foi feita denúncia pelas lideranças Madihá ao MPF e à Funai, na expectativa de solução dos problemas.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental



ALAGOAS

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e adolescentes

POVO(S): KARUAZÚ

TERRA INDÍGENA: KARUAZU

MUNICÍPIO: PARICONHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Campinho, Tanque e Verdão

DESCRIÇÃO: Desde de 2016, o povo Karuazu vem cobrando da Secretaria de Educação a implantação de uma escola, pois suas crianças são obrigadas a estudar no município e, por falta de sala de aula, quando atingem os sete anos, são obrigados a estudar no período noturno ou estudar na cidade, expondo as crianças a riscos da vida noturna e deixando-as vulneráveis a drogas, alcoolismo e prostituição. Em julho, após várias cobranças do Fórum Permanente de Educação Escolar Indígena, o governo estadual assumiu compromisso para a construção das escolas nos povos que ainda não tem, tendo sido assinados um termo de compromisso e contratos com as empresas. Mas, devido à interferência do poder Executivo local, a construção ainda não havia sido iniciada.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

Data: 06/02/2023

VÍTIMA: Professores; Crianças e adolescentes

POVO(S): VÁRIOS

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

DESCRIÇÃO: A Portaria nº 3839/2023, publicada pelo governo do estado de Alagoas, que suspende os contratos temporários dos profissionais da educação, representa um grave retrocesso e viola os direitos das crianças e adolescentes indígenas. A decisão afeta diretamente o funcionamento das escolas indígenas, ignorando suas especificidades e violando o Decreto 1272/2003, que reconhece a categoria de escolas indígenas. Com aproximadamente 80% dos profissionais suspensos de suas atividades, o início do ano letivo de 2023 ficou comprometido, colocando em risco o acesso à educação de qualidade para os povos indígenas de Alagoas. Após intensas manifestações e audiências, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) se comprometeu em readmitir os profissionais e pagar os salários de janeiro, porém, não se comprometeu com a abertura de novos concursos públicos para suprir a falta desses profissionais. O Cimi Regional Nordeste demandou a revisão urgente da portaria e a garantia da regularização da categoria de professores indígenas, além da realização de concursos públicos para garantir uma educação pública, específica e diferenciada para os povos indígenas de Alagoas, conforme determina a legislação nacional e internacional.

MEIO EMPREGADO: Precariedade do ensino

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 06/02/2023

AMAZONAS

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): APURINÁ; TIKUNA

TERRA INDÍGENA: SEVERINO

MUNICÍPIO: TEFÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Severino

DESCRIÇÃO: Em reunião comunitária realizada no dia 13 de maio de 2023, os indígenas Apurinã e Ticuna da aldeia Severino se reuniram para debater sobre seus problemas, entre eles, a paralisação da construção do novo prédio da Escola Municipal São Paulo, que iniciou em 2022. Durante a reunião, escreveram um documento para ser entregue à Prefeitura Municipal de Tefé, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Tefé (SEMEEC) e Coordenação de Educação Escolar Indígena. A estrutura da escola não comporta mais as necessidades e demandas, pois além de atender a aldeia Severino, alunos de outros anexos e localidades próximos a aldeia vêm estudar. Por isso, precisam de uma escola mais ampla e adequada a todos. Atualmente, as aulas estão sendo ministradas em um espaço que era uma casa de moradia de um comunitário que vendeu a estrutura para a prefeitura de Tefé, onde foi instalada a escola. Mas a construção é pequena e conta apenas com duas salas de aula para atender 78 estudantes. São oito turmas, nas modalidades ensino infantil, multisseriado do 1º ao 5º ano; fundamental II - 6º ao 9º ano - e educação inclusiva (ABEI). Como a estrutura não comporta a quantidade de alunos, algumas turmas são atendidas em locais cedidos pelos comunitários. A prefeitura iniciou a construção da nova escola em 2022, chegou a entregar os materiais de construção na

comunidade, mas logo a obra foi paralisada. Até maio, pelo menos, a obra não havia prosseguido e os materiais estavam estragando, expostos a sol e chuva. Os indígenas também denunciavam que a contratação dos professores não foi feita no início do ano. No mês de maio ainda não estavam com a lotação de professores completa. Por isso, as aulas começaram com muito atraso e o ano letivo ficou prejudicado, afetando mais ainda o processo de ensino e violando o direito dos indígenas no acesso à educação.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola e de infraestrutura adequada

Com informações de: Moradores; Cimi Regional Norte 1

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e adolescentes

POVO(S): MURA

MUNICÍPIO: MAUÉS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Monte Feliz

DESCRIÇÃO: Após a visita do Promotor de Justiça e dois conselheiros tutelares em duas comunidades indígenas, Monte Sinai e Monte Feliz, localizadas na margem do rio Urupadi, em Maués, a 276 km de Manaus, onde lideranças indígenas das duas comunidades foram ouvidas, o Ministério Público do Amazonas (MP/AM), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Maués, anunciou que elaboraria um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o município de Maués para a construção de um anexo escolar voltado a atender a comunidade de Monte Feliz. Alunos sofrem com a distância e a dificuldade de chegar até a unidade de ensino indígena em Monte Sinai, principalmente, em períodos de seca do rio Urupadi. O TAC visa, também, o atendimento de outras demandas básicas para os estudantes que frequentam a escola. "Visitando inicialmente a comunidade Monte Sinai, constatamos a precariedade da escola que lá existe e verificamos também algumas outras demandas, como a falta de material escolar e de fardamento. Em relação à situação da comunidade Monte Feliz, verificamos que, de fato, há necessidade da implantação de um anexo", afirmou o promotor Sérgio Roberto Martins Verçosa.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e material escolar

Com informações de: MP/AM

CEARÁ

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: estudantes

POVO(S): ANACÉ

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

MUNICÍPIO: FORTALEZA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Planalto Cauípe

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena Anacé, localizada em Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, diariamente enfrenta obstáculos no acesso à educação. A única escola indígena do Planalto Cauípe foi desativada, abandonada e depredada. A própria comunidade uniu forças para reerguer a escola, contando com professores e gestões voluntários. Para o primeiro ano letivo da unidade, em 2023, havia 87 estudantes divididos entre Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O currículo foi construído a partir das demandas da comunidade. A distância das aldeias até as escolas mais próximas e a ausência de uma educação diferenciada indígena nessas instituições dificultam ainda mais o acesso dos jovens Anacé à educação de qualidade. Pela falta de verbas, a gestão da escola decidiu solicitar apoio à Secretaria da Educação do Ceará (Seduc) para ser integrada à rede estadual.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Diário do Nordeste, 28/02/2023

MARANHÃO

8 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças de 6 comunidades

POVO(S): GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBOIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: A escola indígena da comunidade que acolhe seis aldeias se encontra em péssimas condições de infraestrutura colocando em risco a segurança das crianças e adolescentes. As paredes se encontram rachadas, sem janelas, portas, banheiros e os estudantes indígenas necessitam trazer suas cadeiras, já que não há assentos na escola, além de não ter energia elétrica na unidade escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão



Data: 2023

VÍTIMA: Estudantes e professores**POVO(S):** AKROÁ-GAMELLA**TERRA INDÍGENA:** TAQUARITUIA**MUNICÍPIO:** VIANA

DESCRIÇÃO: A prefeitura de Viana, que administra a escola comunitária dentro do território Taquaritiú, não reconhece a identidade do povo indígena Akroá-Gamella e vem negando as políticas públicas educacionais diferenciadas dos povos originários, fomentando o racismo institucional contra os estudantes e professores indígenas, o que também tem provocado a evasão escolar no território.

MEIO EMPREGADO: Falta de educação diferenciada**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e adolescentes**POVO(S):** TREMEMBÉ**TERRA INDÍGENA:** TREMEMBÉ DO ENGENHO**MUNICÍPIO:** SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

DESCRIÇÃO: O povo Tremembé de Engenho, em processo de fortalecimento de sua identidade étnica, com seu território reduzido, reivindica a demarcação de 100 hectares. O povo denuncia a falta de educação escolar indígena. Crianças e adolescentes indígenas são obrigados a estudar nas escolas de municípios próximos, como São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, onde sofrem racismo no dia-a-dia escolar por sua identidade indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada; falta de infraestrutura**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes**POVO(S):** TREMEMBÉ**TERRA INDÍGENA:** TREMEMBÉ DE RAPOSA**MUNICÍPIO:** RAPOSA

DESCRIÇÃO: O povo Tremembé de Raposa, em processo de fortalecimento de sua identidade étnica, atualmente vive numa porção reduzida do seu território Caúra, que está em procedimento de demarcação via GT da Funai. A comunidade não tem acesso à educação escolar indígena diferenciada, obrigando crianças e adolescentes indígenas a estudar nas escolas da cidade, com casos de racismo no dia-a-dia escolar por sua identidade indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta educação diferenciada; falta de infraestrutura**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e adolescentes**POVO(S):** APÂNJEKRA CANELA**TERRA INDÍGENA:** PORQUINHOS - CANELA APÂNJEKRA**MUNICÍPIO:** FERNANDO FALCÃO

DESCRIÇÃO: O povo indígena Apãnjekra sofre há anos com as precárias condições da infraestrutura da escola da TI Porquinhos, instalada num pequeno prédio escolar com paredes danificadas, duas salas de aulas com poucas cadeiras e um banheiro totalmente impróprio para uso. Além disso, existem professores não indígenas que não cumprem com a carga horária total de horas aulas, prejudicando os processos pedagógicos dos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura; descaso**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: crianças**POVO(S):** KRENYÊ**TERRA INDÍGENA:** KRENYÊ**MUNICÍPIO:** TUNTUM

DESCRIÇÃO: O povo Krenyê não possui escola em seu território, as crianças têm aulas com uma única professora que improvisa a sala de aula em sua casa, além de não terem acesso a merenda escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades**POVO(S):** GUAJAJARA; PYHCOP CATI JI**TERRA INDÍGENA:** GOVERNADOR**MUNICÍPIO:** AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: A comunidade denunciou as péssimas condições de infraestrutura da escola da TI Governador, colocando em risco a segurança das crianças

e adolescentes. As paredes encontram-se rachadas, sem janelas, portas e banheiros, e os estudantes indígenas necessitam trazer suas cadeiras, já que não há cadeiras na escola, além de problemas elétricos ocasionando acidentes graves com estudantes.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar**Com informações de:** Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes**POVO(S):** AWÁ-GUAJÁ**TERRA INDÍGENA:** CARU**MUNICÍPIO:** BOM JARDIM

DESCRIÇÃO: No dia 3 de abril de 2023 as Escolas Indígenas (UIEELs) Pape Japoharipa e Tiracambú, na TI Caru, município de Bom Jardim, foram inauguradas pelo governo do estado do Maranhão. Uma reivindicação antiga do povo Awá Guajá, que utilizava a casa do Cimi como escola. Vários anos se passaram após a primeira solicitação da construção de um prédio escolar, que foi inaugurado em 2023. Porém, no mesmo ano a escola recém-construída na aldeia Awá apresentou problemas na estrutura, que ocasionaram o desabamento de toda a área de lazer externa. As lideranças indígenas do povo Awá denunciaram que as duas escolas nunca funcionaram e que os móveis escolares chegaram, mas não foram instalados, e os Awá temiam que a ação do tempo comprometesse o funcionamento dos equipamentos. Os indígenas cobraram que a Secretaria de Estado da Educação tomasse providências com urgência, pois o ano letivo estava iniciando e as escolas ainda estavam sem funcionar.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura**Com informações de:** Lideranças; Cimi Regional Maranhão

MATO GROSSO

5 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Estudantes e professores**POVO(S):** ENAWENÊ-NAWÊ**TERRA INDÍGENA:** ENAWENÊ-NAWÊ**MUNICÍPIO:** JUÍNA

DESCRIÇÃO: Reivindicada há muitos anos, a criação da escola própria para os Enawenê seguiu postergada pelo governo estadual. Os alunos utilizam um espaço precário e têm sua sala como anexa à escola de outro povo, mesmo requerendo a criação de sua própria. O material didático utilizado é totalmente apartado do vasto conhecimento do povo Enawenê-Nawê.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar**Com informações de:** Cimi Regional Mato Grosso

Data: 17/08/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes**POVO(S):** BORORO**TERRA INDÍGENA:** TEREZA CRISTINA**MUNICÍPIO:** SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER

DESCRIÇÃO: Crianças e adolescentes das comunidades Bororo da TI Tereza Cristina, localizadas no município de Santo Antônio de Leverger, estão prejudicadas quanto à sua vida escolar. Os órgãos responsáveis em fazer cumprir o que preconiza a legislação negligenciaram a execução desta importante política pública para os indígenas. Lideranças relatam que a Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Leverger tem sido omissa no fornecimento de estrutura física adequada para o funcionamento das escolas indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar**Com informações de:** Cimi Regional Mato Grosso

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes**POVO(S):** XAVANTE**TERRA INDÍGENA:** SÃO MARCOS**MUNICÍPIO:** BARRA DO GARÇAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia José e Maria

DESCRIÇÃO: A escola existente na TI São Marcos possui estrutura improvisada, construída pelos próprios indígenas, sem condições de ensino, sem acesso a água e sem banheiro. A prefeitura tem se omitido quanto à construção de um prédio escolar minimamente apropriado. A situação já foi denunciada às autoridades competentes, mas permanece sem solução.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura escolar**Com informações de:** Cimi Regional Mato Grosso



Data: 2023

VÍTIMA: Crianças

POVO(S): KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: TAPIRAPÉ/KARAJÁ

MUNICÍPIO: SANTA TEREZINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itxalá

DESCRIÇÃO: A escola indígena encontrava-se, há muitos anos, sem água potável. Por causa disso, os banheiros não são usados, estudantes e professores precisam fazer suas necessidades fisiológicas no mato. Para cozinhar, as cozinheiras colhem água em uma caixa que fica no chão, lavam louça no pátio, debaixo de sol escaldante. Por um tempo, uma bomba d'água foi instalada para fazer subir água na caixa, mas quando a mesma parou de funcionar, não foi repostada. Não há salas específicas para a educação infantil, e assim os estudantes usam as mesmas salas, cadeiras e mesas, já bastante estragadas, que são usadas pelos estudantes das outras fases. Reiteradas denúncias têm sido feitas junto à Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, mas a situação nunca foi resolvida.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura escolar

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 04/05/2023

VÍTIMA: Estudantes e professores

POVO(S): BORORO; XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SANGRADOURO/VOLTA GRANDE

MUNICÍPIO: GENERAL CARNEIRO

DESCRIÇÃO: Três diretores e professores, com idades entre 43 e 57 anos, foram indiciados pela Polícia Civil por desvio de verba da merenda escolar na aldeia Sangradouro, em General Carneiro. O montante desviado chega a R\$ 25.600, conforme a polícia, e os suspeitos enfrentam acusações de peculato e associação criminosa. O caso veio à tona quando um novo diretor assumiu e descobriu os desvios. Os valores eram desviados por meio de cheques assinados pelos suspeitos a parentes e pessoas próximas, sem vínculos com a comunidade escolar.

MEIO EMPREGADO: Falta de fiscalização de ilícitos

Com informações de: G1/MT, 04/05/2023

MINAS GERAIS

3 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SANTA HELENA DE MINAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Água Boa, Pradinho, Aldeia Verde, Cachoeirinha e Escola Floresta

DESCRIÇÃO: A infraestrutura dos prédios das unidades escolares encontra-se em precário estado de conservação e sem equipamentos das cozinhas, provocando prejuízo ao processo de ensino aprendizagem dos indígenas e ainda colocando em risco a saúde e a vida de quem frequenta o espaço escolar. Há mais de dez anos que nenhum tipo de reforma é feito nos prédios.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 2023

VÍTIMA: comunidade

POVO(S): MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: ITAMUNHEQUE – ALDEIA ESCOLA FLORESTA

MUNICÍPIO: TEÓFILO OTONI

DESCRIÇÃO: O povo Maxakali, no ano de 2020, fez a retomada do território onde está hoje a aldeia Escola Floresta, com aproximadamente 400 indígenas. Até o momento, mesmo com várias solicitações, o estado ainda não construiu um prédio ou reformou um espaço antigo já existente no território para que as crianças Maxakali tenham o direito de ter um espaço para estudar. O estado alega falta de regularização da terra em nome dos indígenas para fazer a infraestrutura e a criação oficial de uma escola, que, em 2023, funcionava como anexo de uma outra escola a mais de 100 km. Dois anos depois do estabelecimento da retomada, os Maxakali continuavam estudando debaixo das árvores e em um espaço improvisado e precário. A comunidade tem aproximadamente 70 alunos em sete turmas de anos iniciais e cerca de 20 estudantes em anos finais.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 15/10/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): KAXIXÓ

TERRA INDÍGENA: KAXIXÓ

MUNICÍPIO: MARTINHO CAMPOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Capão do Zezinho

DESCRIÇÃO: A diretora Letícia Helena de Oliveira Ferreira enfrenta desafios para lecionar na Escola Estadual Indígena Kaxixó Taoca Sergia, situada na Aldeia Capão do Zezinho, em Martinho Campos. Com 17 alunos, a escola oferece educação infantil e ensino fundamental, integrando a Base Nacional Comum Curricular do estado de Minas Gerais. Há estudos sobre a cultura indígena, que incluem religiosidade e rituais, relações interculturais e o uso do território. No entanto, há falta de materiais e de formação adequada para que os professores possam atender as necessidades curriculares específicas da aldeia. Letícia destaca a importância de preparar os educadores sem perder a identidade cultural dos povos indígenas, enquanto lida com a escassez de recursos pedagógicos dedicados ao ensino da cultura indígena em sala de aula.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura e educação diferenciada

Com informações de: O Tempo, 15/10/2023

PARÁ

7 Casos

Data: 19/04/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU TAKUARA

MUNICÍPIO: BELTERRA

DESCRIÇÃO: As comunidades das TIs Bragança-Marituba e Munduruku-Takuara reivindicam a inclusão das escolas existentes nas aldeias destas TIs como escolas indígenas no Inep, afim de garantir os direitos e benefícios a elas destinados. Em reunião com as lideranças em fevereiro, a Secretária Municipal de Educação de Belterra (PA) apresentou uma série de condições para a regularização destas unidades, tais como as aprovações do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do regimento escolar. O MPF/PA recomendou à Secretaria de Educação e ao prefeito de Belterra que adotassem as providências necessárias para a criação e o reconhecimento formal das escolas localizadas nas duas TIs, com a devida inscrição no Inep e no Ministério da Educação, independentemente da existência de PPP ou outro instrumento jurídico “que seja utilizado pela Administração Pública como condição à efetivação do direito à educação diferenciada dos povos indígenas”. Além disso, o MPF também recomendou que, a partir do reconhecimento e da formalização das escolas indígenas, fosse garantido o ensino cultural, como Notório Saber, Direitos Étnicos, Territoriais, Artes e/ou outros que sejam suficientes para reafirmação da identidade dos povos.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: MPF/PA, 19/04/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: 20/03/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): TEMBÉ; TIMBIRA; KA'APOR

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: SANTA LUZIA DO PARA

DESCRIÇÃO: Indígenas da TI Alto Rio Guamá denunciaram ao MPF a falta de professores e outros profissionais para atuarem nas escolas indígenas. O MPF ajuizou uma ação civil pública, visando compelir o estado do Pará a realizar de forma imediata a contratação de servidores, especialmente (mas não somente) professores, para atenderem as escolas indígenas da TI, que tiveram seus contratos encerrados no ano de 2022 antes do encerramento do ano letivo e, até março, ainda não haviam sido recontratados, prejudicando a continuidade de ensino, inclusive com prejuízos para conclusão do ano letivo de 2022 e reinício do novo ano letivo de 2023. A ACP visa também a condenação do estado em danos morais coletivos em razão dos impactos sofridos pelas crianças e adolescentes da comunidade indígena.

MEIO EMPREGADO: Falta de professores e outros

Com informações de: MPF/PA, 20/03/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: 03/08/2023

VÍTIMA: Estudantes com deficiência

POVO(S): XIKRIN

TERRA INDÍGENA: XIKRIN DO RIO CATETÉ

MUNICÍPIO: PARAUAPEBAS

DESCRIÇÃO: O Grupo de Trabalho Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Periféricas do MPT realizou uma diligência na TI Xikrin do Rio Cateté, detectou problemas em diversos setores e fez várias sugestões. No que con-



cerne à educação e ao princípio da igualdade, com relação aos direitos das pessoas com deficiência, constatou-se a ausência de diagnósticos (laudos) e a falta de acessibilidade na escola mantida pelo município de Parauapebas. Sugere-se ao município de Parauapebas o envio de equipe multidisciplinar de modo que atenda toda a população Xikrin da TI Xikrin do Rio Cateté para a realização do diagnóstico de deficiências (laudos) e providência as obras necessárias nas escolas no território, garantindo o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência.

MEIO EMPREGADO: Desassistência, omissão e negligência

Com informações de: MPF, 03/08/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: 20/01/2023

VÍTIMA: Estudantes e professores

POVO(S): KA'APOR; TEMBÉ; TIMBIRA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

DESCRIÇÃO: Os povos indígenas Tembé, Timbira e Ka'apor, que vivem na TI Alto Rio Guamá há muito reclamam da desassistência em educação por parte do poder público. Em janeiro, o MPF recomendou aos órgãos estaduais e municipais de Paragominas responsáveis pela educação que realizassem a imediata implementação, onde não for possível a oferta do ensino regular, do ensino fundamental II modular (6º ao 9º ano) e do ensino médio modular em todas as aldeias da TI Alto Rio Guamá situadas no município, independente de quantitativo mínimo de alunos por turma, condicionando-se a oferta do ensino modular apenas à existência de demanda.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: MPF/PA, 20/01/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: 10/02/2023

VÍTIMA: Estudantes

POVO(S): KA'APOR; TEMBÉ; TIMBIRA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

DESCRIÇÃO: Diante da precariedade observada na educação escolar indígena na TI Alto Rio Guamá, o MPF/PA ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) contra a União, o estado do Pará e o município de Paragominas, solicitando à Justiça que eles sejam obrigados a desmembrar as turmas multisseriadas das Escolas Municipais Indígenas Teko-Haw, Canindé, Pitawá, Zayhé, Nossa Senhora Aparecida, Maria Francisca Tembé e as anexas Wahutyw, 3 Furos, Igarapé Grande, Nazatyw e Kayoká, localizadas no município de Paragominas. O MPF requisita que as séries sejam ofertadas separadamente, organizadas de acordo com a faixa etária e níveis de conhecimento, alocando professores capacitados para reger as novas classes e garantindo instalações físicas, equipamentos e materiais didáticos apropriados, além de supervisão pedagógica permanente para os professores novos e antigos.

MEIO EMPREGADO: Precariedade do ensino multisseriado

Com informações de: MPF/PA, 10/02/2023; Cimi Regional Norte 2

Data: 20/11/2023

VÍTIMA: jovens e crianças

POVO(S): GAVIÃO PARKATEJE

TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA

MUNICÍPIO: BOM JESUS DO TOCANTINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Indígenas da TI Mãe Maria, pertencentes aos povos Gavião Parkatejê e grupos Gavião do Oeste e Gavião da Montanha, em Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do estado, bloquearam a BR-222 no dia 20/11/2023, cobrando a construção de uma escola na aldeia. Desde 2015, a comunidade indígena cobra a construção da escola, onde estudam mais de 100 alunos em um espaço improvisado. Na aldeia Kriamreti-je vivem 45 famílias. O local atual onde as aulas são realizadas foi construído pelos próprios indígenas, era uma casa e se tornou a escola, que é feita de madeira e teto de palha. Quando há chuva forte, as aulas precisam ser suspensas porque o telhado não comporta o volume de água. Para amenizar o problema, algumas lonas foram colocadas em cima das palhas. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) afirmou que estava em diálogo constante com os indígenas para discutir um cronograma de prioridades na área.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

Com informações de: G1/PA, 20/11/2023

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e jovens

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ; KA'APOR; TEMBÉ

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

DESCRIÇÃO: Perante a denúncia de falta de ensino indígena diferenciado, falta de professor e ensino de língua indígena nas escolas do Alto Rio Guamá, o

MPF decidiu recomendar aos secretários estadual e municipal de educação, ao prefeito de Paragominas e ao governador do Pará, que adotassem as medidas necessárias para a inclusão da matéria "língua materna e suas tradições" na grade escolar das unidades educacionais que atendem as comunidades das aldeias situadas no município de Paragominas/PA, a fim de efetivar o direito à educação escolar diferenciada e de qualidade para os povos indígenas, e tomar as medidas materiais necessárias - inclusive, se necessário, a contratação de professores ou o aumento da carga dos atuais, a capacitação dos profissionais, o planejamento pedagógico etc - para a implementação do ensino da língua materna indígena de maneira, no mínimo, isonômica ao ensino da língua portuguesa

MEIO EMPREGADO: falta de professor e ensino de língua indígena

Com informações de: MPF/PA, 09/03/2023

PARAÍBA

4 Casos

Data: 08/05/2023

VÍTIMA: professores e comunidades indígenas

POVO(S): POTIGUARA

MUNICÍPIO: JOÃO PESSOA

DESCRIÇÃO: Dia 8 de maio foi um dia de luta para o povo Potiguara da Paraíba em torno da educação específica. Professores indígenas, funcionários das escolas, caciques, lideranças e apoiadores do movimento indígena estiveram na sede do Centro Administrativo Estadual, em João Pessoa, para reivindicar a criação da categoria 'Professor Indígena', pagamento do piso salarial dos professores e melhores condições de trabalho nas escolas indígenas. A entrada da sede da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba foi ocupada por dezenas de professores Potiguara, que dançaram o toré, ritual sagrado e que marca as lutas e a mobilização do povo, reivindicando a criação da categoria de professor indígena. Esta é uma pauta que existe há mais de 20 anos, e que inclusive já está em funcionamento em outros estados brasileiros, no entanto, ainda não é efetivada na Paraíba. O dia de mobilização também trouxe como pauta a reivindicação do pagamento de piso salarial de professor e a criação de uma Secretaria e/ou Gerência da Educação Escolar Indígena na Paraíba, assim como, a necessidade de elaboração de um plano de Cargo e Carreira específico e diferenciado para o docente indígena, como é garantido na Lei e Diretrizes e Base da Educação. Após 5 horas de negociação, a Secretaria de Educação do estado e o governo da Paraíba se comprometeram a atender as reivindicações.

MEIO EMPREGADO: falta de reconhecimento dos professores indígenas

Com informações de: Brasil de Fato, 10/05/2023

Data: 2023

VÍTIMA: crianças, adolescentes e comunidade

POVO(S): POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA

MUNICÍPIO: BAÍA DA TRAIÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Benfca

DESCRIÇÃO: O povo Potiguara da Paraíba ocupa o litoral norte do estado, organizado em 33 aldeias, e três terras indígenas. A TI Potiguara foi a primeira homologada, em 1983. Dentro dela se encontra a Aldeia Benfca, na cidade de Baía da Traição, com uma população de pouco mais de 350 pessoas. Dessas, pouco mais de 100 são crianças de idades diversas. Apesar da TI ter sido homologada há 40 anos, a Aldeia Benfca ainda não possui uma escola. O poder público (prefeitura) alega que fornece transporte para que as crianças possam ir estudar na aldeia vizinha (São Miguel) ou na cidade, pois a aldeia se localiza muito próxima do centro da cidade de Baía da Traição. Porém, a comunidade sofre com a falta de escola, pois entende que a escola não é só um espaço para o aprendizado formal das crianças, mas um espaço de sociabilidade que promove uma maior união das pessoas na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Omissão e desassistência do poder público

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e jovens

POVO(S): POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: JACARÉ DE SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: MARCAÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Grupiúna dos Cãndidos

DESCRIÇÃO: A Aldeia Grupiúna dos Cãndidos, que está dentro da TI Jacaré de São Domingos, homologada desde 2009, ainda não conta com uma escola para atender as suas crianças, jovens e adultos. Os indígenas têm que se deslocar até a aldeia mais próxima (Grupiúna, Silva da Estarada) ou mesmo até a cidade de Marcação para ter acesso à educação. O município disponibiliza transporte (ônibus escolar) e assim, alega que já está fazendo sua parte. Mas isso dificulta o acesso aos estudos e desestimula os alunos a darem



continuidade à sua formação educacional. A prova disso é que na aldeia toda, até hoje, apenas uma pessoa, em uma população de pouco mais de 100 indígenas, conseguiu concluir o ensino médio. A escola é um espaço importante dentro de uma comunidade para a promoção da socialização e desenvolvimento dos seus moradores. A demanda entrou nos encaminhamentos do VII Encontro das Mulheres Indígenas Potiguaras, que a aldeia sediou em novembro de 2023, e foi encaminhada para os órgãos responsáveis.

MEIO EMPREGADO: Descaso; desassistência em educação

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e jovens

POVO(S): TABAJARA

TERRA INDÍGENA: TABAJARA

MUNICÍPIO: CONDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Barra de Gramame, Severo Bernardo e Vitória, Nova Conquista Taquara

DESCRIÇÃO: O povo Tabajara da Paraíba vem lutando pelo seu território desde 2006 e hoje está organizados em três aldeias: Vitória, Barra de Gramame e Taquara, que totalizam cerca de 250 pessoas. O processo de demarcação se encontra judicializado através de ação do povo junto ao MPF. Até março de 2023, nenhuma aldeia contava com uma escola em seu território. Todas as crianças das aldeias do povo Potiguaras têm que se deslocar até a cidade do Conde ou Jacumã para estudar nas escolas do município, sendo assim alijadas do seu direito como indígenas de receberem uma educação diferenciada, que contemple aspectos socioculturais próprios de sua cultura. O fato das crianças indígenas serem obrigadas a frequentar escolas longe da sua aldeia faz com que estejam mais expostas a atos de preconceito e discriminação.

MEIO EMPREGADO: descaso e omissão do poder público

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

PARANÁ

2 Casos

Data: 06/04/2023

VÍTIMA: Criança

POVO(S): KAINGANG

TERRA INDÍGENA: FAXINAL

MUNICÍPIO: CÂNDIDO DE ABREU

DESCRIÇÃO: A Prefeitura de Cândido de Abreu foi oficiada pelo MP/PR a disponibilizar transporte escolar gratuito para uma criança indígena que sofria bullying no município. Inicialmente matriculada na escola da própria comunidade indígena, os pais decidiram transferi-la para outra escola devido aos episódios de bullying. No entanto, a criança não tinha acesso ao transporte escolar, pois uma instituição de ensino já existia na comunidade indígena. A Promotoria de Justiça de Cândido de Abreu emitiu uma recomendação administrativa para o município após a Secretaria Municipal de Educação responder ao órgão. O documento do MPPR enfatizou a necessidade da oferta desse serviço, respeitando a autonomia dos povos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte

Com informações de: Redesuldenoticias.br, 06/04/2023

Data: 11/12/2023

VÍTIMA: Crianças

POVO(S): AVÁ-GUARANI

TERRA INDÍGENA: TEKOKA GUASÚ GUAVIRÁ

MUNICÍPIO: GUAÍRA

DESCRIÇÃO: Dezessete crianças Avá-Guarani estudam fora da TI, frequentando uma escola na cidade de Guaíra, e, no período oposto, têm aulas de língua Guarani na aldeia Tekoha, onde as instalações são de madeira, construídas pelos próprios Guarani. No local não há banheiros nem cozinha; os alimentos são preparados na casa de uma moradora da aldeia. O MPF entrou com uma Ação Civil Pública exigindo que o governo estadual implante escolas indígenas.

MEIO EMPREGADO: Negligência e falta de infraestrutura escolar

Com informações de: Cimi Regional Sul; Lideranças

PIAUI

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): GUAJAJARA; TABAJARA; TAPUIA; WARAO

MUNICÍPIO: TERESINA

DESCRIÇÃO: O “Ocorre Diário” conduziu uma pesquisa em todos os 27 estados brasileiros sobre a presença de escolas indígenas, revelando que o Piauí é o único que ainda não possui essa modalidade de escola em sua rede estadual de educação. Essa lacuna motivou representantes indígenas de diversas etnias no estado a ocuparem a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para cobrar uma resposta em relação a essa falta na política educacional. O secretário de Educação, Washington Bandeira, assumiu publicamente o compromisso de construir a primeira escola indígena do estado em resposta às demandas das comunidades. Pernambuco é destacado como o estado com o maior número de estudantes indígenas matriculados, enquanto Sergipe apresenta o menor número. Mesmo em estados com baixo percentual de autodeclarados indígenas, como Sergipe e Distrito Federal, há pelo menos uma escola indígena. Segundo a Seduc, há 217 estudantes indígenas de diversos povos frequentando escolas regulares no Piauí.

MEIO EMPREGADO: Falta de escola

Com informações de: Marco Zero, 05/09/2023

RIO GRANDE DO SUL

3 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Estudantes

POVO(S): GUARANI

TERRA INDÍGENA: RETOMADA MATO DO JÚLIO

MUNICÍPIO: CACHOEIRINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tekoá Karanda'ty

DESCRIÇÃO: A Escola Kuaray Rete, na comunidade indígena Tekoá Karanda'ty, em Cachoeirinha, enfrenta uma série de desafios que dificultam o acesso à educação de qualidade para seus alunos. Com estrutura precária, as aulas são realizadas ao ar livre, embaixo das árvores, quando o sol permite. Em dias de chuva, são interrompidas. A falta de merenda, água encanada e energia elétrica agravam a situação dos estudantes. O professor Mbya, Arlindo Ribeiro, chegou recentemente à comunidade e ministra as aulas em modelo multisseriado, atendendo crianças de diversas idades e anos escolares diferentes, em português e Guarani, para preservar a língua e a cultura indígena. A comunidade reivindica melhores condições para que o atendimento escolar possa ser realizado de forma adequada, incluindo lonas para reforçar a área coberta, que é improvisada. Apesar dos esforços do professor e da equipe escolar, os problemas persistem. A Secretaria Estadual da Educação informou que um processo administrativo para o atendimento dos estudantes já foi aberto e está sob análise para liberação de verbas e recursos humanos. No entanto, enquanto aguardam por soluções, as crianças continuam estudando em condições precárias.

MEIO EMPREGADO: Precariedade do ensino

Com informações de: Correio do Povo, 04/04/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): KAINGANG

MUNICÍPIO: PASSO FUNDO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Goj Júr

DESCRIÇÃO: Composta por 25 famílias Kaingang, a aldeia Goj Júr está estabelecida há quatro anos em Passo Fundo. Desde o início, as crianças e adolescentes tinham acesso à educação básica por meio de uma escola que operava no próprio local, uma extensão da escola estadual de Ensino Fundamental Manoel Inácio, de Água Santa. Professores designados pelo estado atendiam as turmas desde a educação infantil até o 9º ano. Em setembro de 2022, o governo estadual reconheceu oficialmente o trabalho e criou a escola Adalírio Lima Siqueira, que passou a operar de forma autônoma. No entanto, até o momento, nenhum recurso foi destinado à escola. O diretor, Israel Kujawa, destacou que as condições físicas não permitem o pleno funcionamento da infraestrutura. O prédio está em construção precária, erguido por meio de doações. Em abril deste ano, foram construídos banheiros comunitários, mas não há uma fossa séptica para o tratamento de esgoto, e a energia elétrica está conectada de forma irregular.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura

Com informações de: Gazeta Zero Hora, 09/05/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Terras Mbya Guarani

DESCRIÇÃO: Trinta e oito caciques de comunidades Mbya Guarani, reunidas no encontro em memória de Sepé Tiaraju, em Eldorado do Sul, em 21 de fevereiro de 2023, requereram uma audiência junto à Secretária Estadual



de Educação do estado para expor a realidade da educação escolar indígena no Rio Grande do Sul. As comunidades estão localizadas em áreas bastante degradadas. Falta quase tudo, desde terra até saneamento básico. No âmbito da educação, sentem que o estado vem relativizando suas obrigações de garantir adequadas estruturas escolares. Na grande maioria das comunidades não há salas onde se possa assistir as aulas. Raras são as comunidades que contam com uma escola indígena e, mesmo nelas, os espaços são insuficientes para as atividades educacionais. O estado não se preocupa e nunca priorizou a formação para professores, especialmente os indígenas. Há um vazio na formação e qualificação destes profissionais da educação. Reclamam também o pouco investimento no sentido de se discutir e implementar uma educação escolar indígena efetivamente diferenciada. Os currículos próprios são substituídos pelas normas e disciplinas impostas pelo modelo educacional da sociedade envolvente. Diante destas demandas e questões, as lideranças Mbya Guarani, solicitaram uma audiência com a Secretária de Educação e toda a equipe responsável pela educação escolar indígena.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação

Com informações de: Cimi Regional Sul

RORAIMA

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: crianças e adolescentes

POVO(S): MAKUXI WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: RAPOSA SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAÍMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Contão

DESCRIÇÃO: A escola estadual indígena José Marcolino precisou adotar as aulas remotas em meio ao período chuvoso ocorrido em junho, que danificou a estrutura da unidade. É o que denunciou o tuxaua da comunidade do Contão, Vitoriano Gustavo. A atual situação da estrutura, que atende a aproximadamente 500 alunos dos ensinos fundamental e médio, revoltou a população e gerou um protesto. Pais de alunos e os próprios estudantes demonstraram interesse em obter uma educação de qualidade e pedem a reforma da unidade. Frases em cartazes estamparam a indignação com a falta de estrutura e de profissionais suficientes na unidade. O alvo principal das críticas são as goteiras por toda a escola, que têm molhado livros e carteiras escolares em salas onde o forro já caiu, e até a comida armazenada na copa. A chuva cai sobre a eletrificação e há medo de usar as tomadas da unidade. “É perigoso ter um curto-circuito”, disse o tuxaua, que acrescenta que entregaram carta ao governador solicitando a reforma, mas que, como não tiveram resposta, decidiram fazer o protesto.

MEIO EMPREGADO: falta de manutenção em escola

Com informações de: Folha de Boa Vista, 03/06/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

DESCRIÇÃO: A situação das escolas Yanomami, revelada em nota técnica do Ministério da Educação, é assustadora. Das 26 escolas públicas no território, 11 estão fechadas, enquanto as que estão em funcionamento são deficientes na infraestrutura e na formação dos docentes. É preocupante que 11 das 15 escolas em atividade funcionem em locais inadequados, como galpões, ranchos ou barracões, e apenas uma delas tenha abastecimento regular de água. Mais preocupante ainda é o fato de 13 escolas não disporem sequer de energia elétrica. Os números apresentados destacam a falta de investimento e atenção governamental para com a educação dos Yanomami. A precariedade dessas escolas compromete não apenas a qualidade da educação oferecida, mas também a própria segurança, bem-estar e perspectiva de vida das crianças e jovens indígenas.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em educação; falta de infraestrutura

Com informações de: Folha de São Paulo, 16/02/2023

SÃO PAULO

2 Casos

Data: 14/02/2023

VÍTIMA: crianças e adolescentes

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: KA'AGUY HOVY

MUNICÍPIO: IGUAPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Kaguy Poty

DESCRIÇÃO: Liderança da aldeia Kaguy Poty relata omissão do poder público na assistência com a educação escolar indígena. A aldeia Kaguy Poty conta com uma sala vinculada e está extremamente precária, tanto para os alunos e alunas quanto para o exercício dos professores e professoras contratados. A liderança informa que a sala está sem acesso à energia, prejudicando muito o desempenho das aulas e o armazenamento dos alimentos providos pela merenda escolar. Ressalta que há necessidade de ampliação e adequações de infraestrutura na cozinha e urgência com infraestrutura de saneamento básico. Mais especificamente, há necessidade de reforma na escola, aquisição de pia, geladeira, um bebedouro, equipamentos para saneamento básico, construção de banheiro, etc., com objetivo de que se atente para as condições, atualmente muito precárias, de infraestrutura.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura escolar

Com informações de: Liderança; Cimi Regional Sul

Data: 01/01/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): GUAJAJARA; KAIMBÉ; PANKARARU; TIMBIRA; WASSU COCAL; XUKURU-KARIRI

TERRA INDÍGENA: ALDEIA FILHOS DESTA TERRA

MUNICÍPIO: GUARULHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena da Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, localizada em Guarulhos, não possuem escola dentro de seu território, afetando cerca de 15 crianças e 10 adultos que precisam de educação do ciclo Fundamental I e II. Além disso, a mobilidade na aldeia é prejudicada pela falta de apoio do poder público para o acesso à entrada e saída, tornando ainda mais difícil o acesso à educação. Pedidos foram encaminhados à Funai em busca de soluções.

MEIO EMPREGADO: Falta de escolas e professores indígenas

Com informações de: Cimi Regional Sul

TOCANTINS

2 Casos

Data: 04/11/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescente

POVO(S): XERENTE

TERRA INDÍGENA: FUNIL

MUNICÍPIO: TOCANTÍNIA

DESCRIÇÃO: A Escola Estadual Krásãpte, responsável pela educação dos alunos do povo Xerente, enfrenta uma situação preocupante. No dia 4 de novembro, foi recebido um lote de alimentos deteriorados, que foram destinados à merenda escolar. Este episódio é apenas uma manifestação recorrente de um problema mais amplo: a demora constante na distribuição dos alimentos tem prejudicado significativamente a qualidade da merenda escolar, afetando diretamente o bem-estar, rendimento escolar e o aprendizado dos estudantes.

MEIO EMPREGADO: Merenda escolar inadequada

Com informações de: Lideranças e comunidade

Data: 10/04/2023

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO(S): JAVAE; KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: LAGOA DA CONFUSÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Marani-Hãwã, Imotxi e Cachoeirinha

DESCRIÇÃO: Estudantes e professores das aldeias indígenas na região da Ilha do Bananal, no sudoeste do Tocantins, enfrentam sérias dificuldades de infraestrutura. Na aldeia Marani-Hãwã, as salas de aula improvisadas, com arame farpado e sacos, revelam a falta de espaço, enquanto na aldeia Imotxi, professores não recebem equipamentos de segurança para chegar de barco às escolas. Nas aldeias do povo Javaé, as paredes de madeira só existem porque foram feitas pela comunidade. Quando chove, os livros molham e, no verão, alunos e professores sofrem com o calor. A precariedade das condições é evidente, com salas de aula feitas com materiais improvisados, os livros usados são dos anos anteriores e equipamentos básicos estão ausentes. Os professores têm disponível apenas um pedaço de quadro para dar aula. Na Aldeia Cachoeirinha, apesar de ter uma escola de tijolo, as salas estão fechadas porque não há professores suficientes. Professores e alunos sofrem com salas superlotadas, materiais são compartilhados e falta de ventilação adequada, o que torna o ambiente de aprendizado desafiador.

MEIO EMPREGADO: Precariedade do ensino

Com informações de: G1, 10/04/2023



IV Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana, em Maturacá, na região de São Gabriel da Cachoeira (AM), TI Yanomami, em julho de 2023. Território segue sendo afetado pela crise causada por anos de desassistência e omissão frente às invasões garimpeiras

DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DA SAÚDE

Foram registrados, em 2023, 100 casos de desassistência na área da saúde que afetaram indígenas de 17 estados do país. Os casos foram registrados no Acre (17), Amazonas (5), Ceará (1), Maranhão (14), Mato Grosso (9), Mato Grosso do Sul (6), Minas Gerais (2), Pará (10), Paraíba (4), Paraná (3), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Sul (1), Rondônia (2), Roraima (8), Santa Catarina (11), São Paulo (5) e Tocantins (1).

A falta de água potável e saneamento básico, condições fundamentais para a garantia de condições mínimas de saúde e higiene, foi relatada por comunidades indígenas em muitos estados. Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Santa Catarina e São Paulo registram casos do tipo.

Também há regiões em que a qualidade de água é comprometida pela poluição de agrotóxicos – como no caso enfrentado pelos Guarani e Kaiowá, o no Mato Grosso do Sul – ou pela contaminação por mercúrio, utilizado de forma ilegal nos garimpos de ouro que persistem na Amazônia. Os povos Yanomami, em Roraima e no Amazonas, e Munduruku,

na região do rio Tapajós, no Pará, são os mais afetados por este tipo de contaminação. A relação direta do mercúrio com uma ampla gama de doenças vem sendo comprovada, especialmente as neurológicas – que afetam, inclusive, as crianças indígenas.

Também há casos de contaminação de rios por níquel e outros metais pesados, como no caso dos Xikrin do Cateté, também no Pará, e até por esgoto, como ocorre com o povo Tremembé do Engenho, cujo território fica próximo à zona urbana do município de São José de Ribamar (MA).

A falta de transporte sanitário – seja por falta de pessoal, de veículos ou de combustível – também é um relato recorrente e chegou a ocasionar mortes, como no caso de um jovem professor Makuxi da Terra Indígena (TI) Raimundão, que não foi socorrido a tempo após ser picado por uma cobra.

Nas aldeias, a falta de infraestrutura, pessoal e equipamentos para o atendimento de saúde também é generalizada. Postos de saúde inexistentes ou danificados, falta de medicamentos e de profissionais são alguns dos relatos feitos em várias regiões do país.



É o caso enfrentado, por exemplo, pela comunidade Rikbaktsa da aldeia Primavera, na TI Erikbaktsa, em Mato Grosso, onde faltam medicamentos e o posto de saúde se encontra em estado precário; ou da aldeia Benfica, na TI Potiguara, localizada no município de Baía da Traição (PB). Devido à falta de um posto de saúde, o povo Potiguara relata que a equipe da Sesai faz atendimentos de forma improvisada em um pavilhão, em condições precárias e sem privacidade para as consultas médicas.

Também se repetem os casos de dificuldade de acesso aos serviços de saúde nos municípios, onde muitos indígenas relatam sofrer preconceito e discriminação – situação agravada para as comunidades em contexto urbano.

Apesar da declaração de emergência sanitária na TI Yanomami, em janeiro de 2023, e do alto volume de recursos investidos pelo governo federal, a crise generalizada que foi fomentada nos anos anteriores continua longe de uma solução. A crise de saúde e a desassistência às comunidades, neste território, está diretamente ligada à permanência do garimpo ilegal na região.

Foram registrados surtos de malária em comunidades Yanomami em porções do território localizadas em Amazonas e Roraima e, inclusive, um surto de diarreia. À falta de medicamentos e à continuidade da violência no território somam-se relatos sobre a falta e a desativação de estruturas fundamentais para o enfrentamento da crise.

É o caso do polo base da região de Kayanau, que permaneceu fechado, conforme relato da Hutukara Associação Yanomami (HAY); e do Centro de Referência em Saúde Indígena, que prestava assistência médica aos habitantes da TI Yanomami na região de Surucucu. Em novembro, o desmonte do centro – que havia sido instalado em abril – gerou manifestação de preocupação por parte da Urihi Associação Yanomami.

Neste contexto, também provoca perplexidade o relato de que, entre janeiro e meados de fevereiro, 85% das cestas básicas destinadas aos Yanomami e sob responsabilidade das Forças Armadas não foram entregues aos indígenas. Apesar do pedido de “suporte logístico” da Funai ao Ministério da Defesa, um levantamento do The Intercept Brasil apontou que, na primeira quinzena fevereiro, apenas 761 cestas haviam sido repassadas pelos militares aos indígenas. A solicitação da Funai previa a distribuição de 4.904 cestas de alimentos que já estavam em Roraima e deveriam ser entregues para 243 comunidades¹.

¹ **Forças Armadas deixam de entregar 85% das cestas de alimentos destinadas aos Yanomami.** André Uzêda e Guilherme Mazieiro, The Intercept Brasi. 16/02/2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/02/16/forcas-armadas-deixam-de-entregar-85-das-cestas-de-alimentos-destinadas-aos-yanomami>



Foto: Verônica Holanda/Cimi

Especialmente na região do rio Tapajós, no Pará, e na TI Yanomami, em Roraima e Amazonas, indígenas têm sido contaminados pelo mercúrio utilizado no garimpo ilegal de ouro



DESASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE

100 Casos

ACRE

17 Casos

Data: 16/02/2023

VÍTIMA: Carina Cazuzza Ramos

POVO(S): ARARA SHAWÁDAWA

TERRA INDÍGENA: ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ

MUNICÍPIO: PORTO WALTER

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maternidade de Cruzeiro do Sul

DESCRIÇÃO: A indígena do povo Shawádwawa de Porto Walter, Carina Cazuzza Ramos, 17 anos, foi internada, na noite de 16 de fevereiro, na Maternidade de Cruzeiro do Sul, e ficou pelo menos até o dia 19 de fevereiro (quando da reportagem) sem ser alimentada, à espera de uma cirurgia. Como a cirurgia foi remarçada três vezes, ela não recebeu alimentação, por isso apresentava fraqueza e muita dor de cabeça. Além disso, Carina estava amamentando a filha recém-nascida, Ana Clara. Carina teve a filha de parto normal na maternidade no dia 10/02 e, quatro dias depois, teve alta. Mas, no dia 16/02, apresentando febre e sangramento, ela voltou à maternidade e foi internada. A cirurgia foi marcada para o dia seguinte, 17/02, e depois novamente remarcada para o dia posterior. Mais uma vez, no dia 18, a operação não foi feita e foi remarcada para a noite, mas até às 22h30 daquele sábado, a adolescente indígena seguia com fome e à espera da cirurgia. A enfermeira da maternidade informou que a indígena não havia sido operada porque chegaram muitos casos de emergência, e que ela se encontrava estável.

MEIO EMPREGADO: Desassistência; negligência

Com informações de: AC24Horas, 19/02/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sete Voltas

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Ashaninka, da Aldeia Sete Voltas, denunciam a falta de água potável e de poço artesiano. Relatam que as famílias, nesta aldeia, fazem uso da água de cacimba e do rio, que não estão apropriadas ao consumo humano, trazendo consequências à saúde dos indígenas, principalmente de crianças e idosos, como diarreia, vômitos e doenças de pele. As lideranças Ashaninka elaboraram um ofício solicitando providências à Funai e à Sesai.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia 21

DESCRIÇÃO: Lideranças Ashaninka da Aldeia 21 denunciam a falta de água potável e de poço artesiano. A mesma situação também foi denunciada na Aldeia Sete Voltas. Relatam que as famílias, nesta aldeia, fazem uso da água de cacimba e do rio, que não estão apropriadas ao consumo humano, trazendo consequências à saúde dos indígenas, principalmente de crianças e idosos, como diarreia, vômitos e doenças de pele. As lideranças Ashaninka elaboraram um ofício relatando os problemas e solicitando providências à Funai e à Sesai.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cocaçu

DESCRIÇÃO: O povo Ashaninka que vive na Aldeia Cocaçu vem enfrentando, há mais de um ano, problemas causados pela falta de água potável. Lideranças

relatam que na aldeia há um poço e um reservatório de 10 mil litros de água, mas que o motor que puxa a água está quebrado e, há mais de um ano, aguardam providências para o conserto. Os Ashaninka já solicitaram, através de carta, uma solução para a Funai e a Sesai.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Remanso do Limão

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Remanso do Limão, o povo Ashaninka também tem enfrentado sérios problemas de saúde devido à falta de água potável. Todas as famílias fazem de uso de água imprópria para o consumo humano, retirada de cacimba e do rio. O uso dessa água gera doenças como diarreia, vômito, doenças de pele, entre outras, principalmente nas faixas etárias mais vulneráveis, como as crianças e os idosos. Lideranças comunicaram os problemas, através de ofício, à Funai e à Sesai, e aguardam as providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: KAMPA E ISOLADOS DO RIO ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Simpatia

DESCRIÇÃO: Assim como ocorre em outras aldeias do povo Ashaninka, os indígenas que vivem na Aldeia Simpatia têm sofrido com a falta de água potável. Nessa localidade não há poço artesiano nem outra fonte de água. As famílias são obrigadas a consumir água imprópria das cacimbas e do rio, acarretando doenças como diarreia, vômitos e doenças de pele, sobretudo em pessoas mais vulneráveis como crianças e idosos. Foi feito ofício direcionado à Funai e à Sesai, relatando os problemas e solicitando providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): HUNI KUI

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ NOVA OLINDA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Boa Vista

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Huni Kui que vive na Aldeia Boa Vista, na TI Kaxinawá Nova Olinda, denunciam a falta de água potável para sua sobrevivência. Na aldeia existe um poço, porém está em péssimas condições, apresentando ferrugem e com a água imprópria para o consumo humano. Equipes do Dsei já estiveram várias vezes no local, dialogando com as famílias indígenas, mas não solucionam o grave problema da falta de água potável. No inverno, os Huni Kui bebem água da chuva e no verão precisam se deslocar até outra aldeia, a fim de obter água para seu consumo, ou então usar aquelas dos rios que não apresentam condições de uso.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

Data: Abril

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ASHANINKA

TERRA INDÍGENA: JAMINAWA / ENVIRA

MUNICÍPIO: FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Alto Bonito

DESCRIÇÃO: Famílias do povo Ashaninka também têm sofrido com a falta de água potável na TI Jaminawa / Envira. Devido à inexistência de poço artesiano na Aldeia Alto Bonito, os indígenas precisam utilizar a água coletada do rio Envira, que está imprópria para o consumo humano. Com isso, são acometidos de doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental

**Data: 2023****VÍTIMA:** Comunidades**POVO(S):** ASHANINKA**TERRA INDÍGENA:** RIOZINHO DO ALTO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Benjamim

DESCRIÇÃO: Devido à inexistência de poço artesiano na Aldeia Benjamim, as famílias precisam utilizar a água coletada do rio Envira, que está imprópria para o consumo humano. Com isso, os indígenas são acometidos por doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos. Foi elaborado um ofício de denúncia da situação para a Funai e para o Dsei, e as famílias Ashaninka aguardam as providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Comunidade**POVO(S):** ASHANINKA**TERRA INDÍGENA:** RIOZINHO DO ALTO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Macambira

DESCRIÇÃO: Famílias Ashaninka têm sofrido com a falta de água potável, devido à inexistência de poço artesiano na Aldeia Macambira. Os indígenas precisam utilizar a água coletada do rio Envira, que está imprópria para o consumo humano. Com isso, as pessoas são acometidas de doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Comunidade**POVO(S):** ASHANINKA**TERRA INDÍGENA:** RIOZINHO DO ALTO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Nova do Riozinho

DESCRIÇÃO: Na TI Riozinho do Alto Envira, os Ashaninka têm sofrido com a falta de água potável. Devido à inexistência de poço artesiano na Aldeia Nova do Riozinho, as famílias precisam consumir a água coletada do rio Envira, imprópria para o consumo humano. Com isso, são acometidos de doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos. Foi elaborado um ofício de denúncia da situação para a Funai e para o Dsei e as famílias Ashaninka aguardam providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Comunidade**POVO(S):** ASHANINKA**TERRA INDÍGENA:** RIOZINHO DO ALTO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Rosinha

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Rosinha, localizada dentro da TI Riozinho do Alto Envira, não há poço artesiano e nenhum outro sistema de água potável. As famílias Ashaninka precisam utilizar a água coletada do rio Envira, imprópria para o consumo humano. Com isso, as pessoas são acometidas de doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos. Foi elaborado um ofício denunciando a situação para a Funai e para o Dsei e as famílias Ashaninka aguardam as providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Famílias Madihá**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** JAMINAWA / ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaminawá

DESCRIÇÃO: Indígenas do povo Madihá, que vivem na TI Jaminawá-Envira, têm sofrido com a falta de água potável. Devido à inexistência de poço artesiano

na Aldeia Jaminawá, as famílias precisam utilizar a água coletada do rio Envira, que está imprópria para o consumo humano. Com isso, os indígenas são acometidos por doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos. Foi elaborado um ofício de denúncia da situação para a Funai e para o Dsei, e as famílias Madihá aguardam as providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Famílias Madihá**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** JAMINAWA / ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Salão e Aldeia Sonda

DESCRIÇÃO: As famílias indígenas do povo Madihá que vivem na Aldeia Salão e na Aldeia Sonda, da TI Jaminawá-Envira, assim como as demais na região, têm sofrido com a falta de água potável. Devido à inexistência de poço artesiano nas aldeias, as famílias precisam utilizar a água coletada do rio Envira. O consumo de água imprópria para o consumo humano ocasiona doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos. Um ofício de denúncia da situação foi encaminhado à Funai e ao MPF e as famílias Madihá aguardam as providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Famílias Madihá**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA DO RIO ENVIRA**MUNICÍPIO:** FEIJÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Baixo Amazonas, Bela Vista, Marunawa, Novo Baixo Amazonas e outras

DESCRIÇÃO: As famílias Madihá que vivem nas aldeias Baixo Amazonas, Bela Vista, Marunawa, Novo Baixo Amazonas, Remanso do Limão, Terra Nova e Aldeia Tigela, na TI Kulina do Rio Envira, têm sofrido com a falta de água potável. Devido à inexistência de poço artesiano, as famílias precisam utilizar a água coletada do rio Envira, imprópria para o consumo humano, com consequências para sua saúde e, especialmente, para crianças e idosos. A situação foi denunciada por meio de ofício à Funai e ao MPF.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 2023****VÍTIMA:** Comunidades**POVO(S):** KULINA (MADIJA)**TERRA INDÍGENA:** KULINA IGARAPÉ DO PAU**MUNICÍPIO:** FEIJÓ**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeias Limoeiro, Coqueiro e Igarapé do Pau

DESCRIÇÃO: Como vem ocorrendo em outras comunidades na região, os Madihá das aldeias Limoeiro, Coqueiro e Igarapé do Pau têm sofrido com a falta de água potável e são obrigadas a utilizar a água do rio Envira, imprópria para o consumo. Em consequência, os indígenas são acometidos de doenças como diarreia, doenças de pele, problemas gastrointestinais, entre outros, sendo as principais vítimas as crianças e os idosos. Foi feita denúncia da situação à Funai e ao Dsei. As famílias Madihá aguardam providências.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável*Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Amazônia Ocidental***Data: 28/09/2023****VÍTIMA:** Darcilene Kaxinawá**POVO(S):** KAXINAWÁ**MUNICÍPIO:** RIO BRANCO**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Casai

DESCRIÇÃO: A conselheira indígena Darcilene Kaxinawá expressou indignação com as más condições e o serviço prestado na Casai em Rio Branco, onde recebia tratamento por conta de uma fratura no pé. Ela relatou que a água servida não é potável, que não há ar-condicionado nos alojamentos, que colchões estão em estado de precariedade e que faltam lençóis e até produtos de limpeza para higienizar os quartos. Ela também denunciou a má qualidade da comida fornecida, mostrando imagens das marmitas e do reservatório de água. Darcilene afirmou que a carne estava mal cozida e que a sopa servida tinha frango cru. Sua filha desenvolveu infecção intestinal após consumir a água fornecida. Em resposta às reclamações, o



Ministério da Saúde afirmou que estava tomando medidas para garantir que as empresas contratadas cumpram os termos do contrato e estava estudando medidas emergenciais para melhorar a qualidade da alimentação e da rouparia oferecida aos indígenas na Casai.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura

Com informações de: G1/AC, 28/09/2023

AMAZONAS

5 Casos

Data: Fevereiro

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KULINA (MADIJÁ)

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: IPIXUNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Piauí

DESCRIÇÃO: Tendo recebido diversas denúncias de violências e violações de direitos feitas pelos indígenas Madijá que vivem no município de Ipixuna (AM), TI Vale do Javari, uma equipe do Cimi Amazônia Ocidental se deslocou até a região, constatando situações gravíssimas. A Aldeia Piauí, do povo Madijá, é localizada na TI Vale do Javari, que é demarcada e destinada aos povos em situação de isolamento – Mayuruna/ Matsés, Matis, Marubo, Kulina Pano, Kanamari, um pequeno grupo Korubo de recente contato, e um grupo Tsohom-dyapa também de recente contato. A equipe do Cimi, em conversa com representantes da saúde de Ipixuna, constatou dificuldade do município em atender adequadamente aos indígenas que os procuram, alegando que Ipixuna não é um polo, mas apenas um ponto de apoio e que não dispõe de mínimas condições de funcionamento. Alegam que a situação foi agravada pela transição política dos cargos, e que até o pouco que a prefeitura fazia, deixou de fazer; além disso, os servidores da prefeitura teriam recebido orientação para não colaborar com apoio à saúde indígena. A Aldeia Piauí não recebe qualquer tipo de assistência à saúde, nem medicamentos, nem profissionais de saúde que se deslocassem até lá para atender à população indígena. A equipe do Cimi alerta que se não houver uma ação integrada e urgente de atendimento à saúde do povo Madijá, pode ocorrer uma catástrofe com dimensões imprevisíveis, aumentando os casos de mortes evitáveis. A CTL da Funai mais próxima é a de Eirunepé, vinculada à CTL Vale do Javari, com sede em Atalaia do Norte (AM), distante de Ipixuna 341 km em linha reta. Em viagem de barco, principal meio de transporte dos Madijá, seriam quase 4.700 km, ou 11 dias e 7 horas de viagem. Os Madijá estão expostos a todo tipo de vulnerabilidade, principalmente as crianças e os idosos, devido à desassistência e negligência do poder público; expostos a diversas doenças causadas pela ingestão de água não potável e de alimentos contaminados recolhidos de lixeiras, ou propositalmente oferecidos por pessoas inescrupulosas, bem como ao consumo excessivo de bebida alcoólica. A casa de apoio existente em Ipixuna está em condições extremas de insalubridade, não dispõe de energia elétrica nem de água. O banheiro encontra-se em situação precária, é fora da casa, sem condições de uso; há lixo por toda parte e uma espécie de vala no interior da casa, utilizada como depósito de lixo. Há diversas rachaduras, com pilas de sustentação deterioradas e iminente risco de desabamento. A casa é alugada e deveria ser mantida pela prefeitura, mas não há manutenção nem responsável pela administração do local, embora a prefeitura afirme que paga uma pessoa para administrar e coordenar a casa.

MEIO EMPREGADO: Desassistência, omissão e negligência

Com informações de: Cimi Regional Amazônia Ocidental, 14/02/2023

Data: JUNHO-JULHO

VÍTIMA: 13 mil moradores da TI

POVO(S): SATERÊ-MAWE

TERRA INDÍGENA: ANDIRÁ-MARAU

MUNICÍPIO: MAUÉS

DESCRIÇÃO: O site Amazônia Real apurou as causas e as responsabilidades da epidemia de malária que se abateu sobre a região da TI Andirá Marau, do povo Sateré Maué, em Maués, bem como comunidades ribeirinhas no rio Urupadi. Segundo a reportagem, o Dsei Parintins divulgou boletim com 2.205 notificações e 400 casos positivos em menos de dois meses (junho e julho). Mas as lideranças afirmam que, em julho, já havia mais de 500 casos nas aldeias do Polo Base Nova Esperança, Santa Maria e Vila Nova II, nos rios Marau e Urupadi, na região do Baixo Rio Amazonas, divisa com o Pará. O surto epidêmico levou à interrupção das atividades escolares por 15 dias, determinada pela coordenação de Educação Escolar Indígena de Maués, a pedido das lideranças Sateré-Mawé. Lideranças indígenas e o próprio Dsei atribuem o surto repentino à aglomeração em eventos e festividades, tendo como origem as atividades de garimpo e retirada de madeira ilegal em área próxima à TI. Casos de malária também começaram

a ser notificados na região do rio Andirá, no município de Barreirinha, onde não se registrava a doença há vários anos. O surto da doença e a rapidez com que se espalhou levou o Dsei de Parintins, a pedido das lideranças, a fechar entrada e saída de pessoas no território Andirá Marau e a diminuir o trânsito pelas comunidades ribeirinhas.

MEIO EMPREGADO: Desassistência, omissão e negligência

Com informações de: Amazônia Real, 20/07/2023; Cenarium, 30/07/2023; Apib

Data: 09/01/2023

VÍTIMA: Adolescente

POVO(S): MURA

TERRA INDÍGENA: TAQUARA

MUNICÍPIO: AUTAZES

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Na tarde do dia 9 de janeiro, dois jovens Mura estavam coletando castanha na TI Taquara, localizada no município de Autazes, quando foram abordados por homens a mando de um fazendeiro que se diz proprietário da área invadida. O rapaz relatou que não houve diálogo, os agressores receberam ordens do fazendeiro para atirar em qualquer membro da comunidade que passasse pela área. O ataque resultou no ferimento de um dos adolescentes, atingido na panturrilha esquerda por disparos de uma cartucheira de calibre 16. O jovem Mura deu entrada no hospital Dr. Deodato de Miranda Leão, mas, por falta de estrutura hospitalar, ficou com estilhaços de chumbo na região onde levou o tiro. Devido à falta de equipamento de raio-X, os profissionais de saúde não se empenharam em remover o estilhaço de cartucho que ficou alojado na perna do garoto. O outro adolescente não foi atingido. Os autores dos disparos fugiram pela mata e, apesar da agressão ter sido registrada em boletim de ocorrência na Polícia Civil de Autazes, pouco foi feito para investigar o caso.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico e de infraestrutura

Com informações de: Assessoria de Comunicação do Cimi, 20/01/2023

Data: 17/04/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Marari

DESCRIÇÃO: Um estudo conduzido pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) investigou a coinfeção por malária e parasitoses intestinais entre os indígenas Yanomami no polo base Marari, no Amazonas. Os resultados revelaram um alto índice de infecções, com todos os participantes apresentando parasitas intestinais, sendo 81% com microrganismos causadores de doenças como amebíase e verminoses. Cerca de 15% tinham, simultaneamente, parasitose intestinal e malária. A pesquisa, que envolveu 295 indígenas, apontou a necessidade de pensar em formas alternativas de saneamento ambiental nas aldeias Yanomami, considerando a falta de saneamento e o contato contínuo com o ambiente contaminado como fatores propiciadores da infecção por uma grande diversidade de parasitas. Os resultados, publicados na revista científica *Journal of Infection and Public Health*, destacaram a importância do tratamento adequado para as infecções, fundamental para garantir a saúde e combater a desnutrição, que ameaça principalmente as crianças. Além disso, foi observada uma alta prevalência de malária, com mais de 80% das infecções sendo submicroscópicas, o que ressalta a importância de estudos com protocolos moleculares para estimar a prevalência da doença na TI Yanomami.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral; negligência

Com informações de: G1/AM, 20/04/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): VÁRIOS POVOS

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Parque das Tribos

DESCRIÇÃO: O projeto “Manaós: Saúde da População Indígena em Contexto Urbano”, conduzido pela Fiocruz Amazônia, no Parque das Tribos, revelou que os indígenas que migraram para áreas urbanas enfrentam maiores riscos de desenvolver doenças cardiovasculares, como hipertensão e diabetes. O pesquisador Rodrigo Tobias de Souza Lima destaca que a mudança para ambientes urbanos implica em adaptações nos hábitos alimentares e de vida, o que contribui para o aumento da incidência dessas doenças. O projeto, iniciado em 2019, busca trazer à tona os desafios enfrentados pelos indígenas nas cidades, enfatizando o direito à saúde e aos serviços sociais. A falta de acesso a serviços é uma preocupação, visto que as unidades de saúde mais próximas estão a vários quilômetros de distância. Atualmente, o Parque das Tribos abriga cerca de 2.800 indígenas, de 35 povos diferentes,



e a comunidade continua crescendo. A liderança Lutana Kokama destaca a importância do projeto dar visibilidade às necessidades das comunidades e promover políticas públicas direcionadas, como a construção de uma Unidade Básica de Saúde na região.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: R7, 16/03/2023

CEARÁ

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ANACÉ

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

MUNICÍPIO: FORTALEZA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Planalto Cauípe

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena Anacé, da comunidade Planalto Cauípe, localizada em Caucaia, enfrenta desafios em relação à saúde e ao meio ambiente. A instalação de empreendimentos industriais tem acarretado uma série de problemas ambientais, como poluição sonora, do ar e do solo, assoreamento e poluição hídrica e contaminação por substâncias nocivas. Há relatos de uma espécie de fuligem carregada pelo vento invade residências e cobre plantações, incluindo árvores frutíferas. Como danos diretos e indiretos à saúde, o conflito da comunidade com a indústria pode acarretar em acidentes, doenças não transmissíveis ou crônicas, insegurança alimentar, piora na qualidade de vida e até mesmo suicídio. O acesso aos serviços de saúde é dificultado pela distância até o posto mais próximo, localizado a mais de 15 km de distância, além da burocracia para obtenção de vacinas.

MEIO EMPREGADO: Desassistência na área da saúde

Com informações de: Diário do Nordeste, 28/02/2023

MARANHÃO

14 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KRENYÊ

TERRA INDÍGENA: KRENYÊ

MUNICÍPIO: TUNTUM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Mangueira

DESCRIÇÃO: A Sesai e o Dsei Maranhão seguem descumprindo ordem judicial que obriga as instituições do Estado a realizar a perfuração e construção de um poço artesiano na aldeia Mangueira, TI Krenyê, deixando o povo desabastecido de água. A entrega acaba sendo feita por meio de carro-pipa e, além de ser insuficiente para as necessidades básicas, parecer estar contaminada por sujeira e gotículas de ferro.

MEIO EMPREGADO: Descumprimento de medida judicial; falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): TREMEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DE RAPOSA

MUNICÍPIO: RAPOSA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: TI Caúra

DESCRIÇÃO: O histórico processo de colonização e urbanização da grande ilha de São Luís submeteu os Tremembé de Raposa a uma vida dentro do território invadido e ocupado por não indígenas, sendo obrigados a morar nas periferias e palafitas dos manguezais no litoral do município de Raposa. Por estar nessas condições, sem território demarcado, o Dsei Maranhão se recusa a atender e ofertar a política de saúde para o povo, fomentando o racismo institucional que se amplia quando os indígenas acessam as UBS e UPA das cidades e têm suas identidades originárias questionadas e discriminadas.

MEIO EMPREGADO: Falta de assistência às comunidades urbanas

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): AKROÁ GAMELLA

TERRA INDÍGENA: TAQUARITIUA

MUNICÍPIO: VIANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: O povo Akroá Gamella relata que, a partir de 2017, a Casai ficou responsável pelo acompanhamento ao povo em relação à saúde indígena, mas, na prática, a Casai fornece apenas documentos para acompanhamentos médicos. Os indígenas acabam obrigados a acessar as UBS e UPA dos municípios de Viana, Matinha, Penalva e Pedro do Rosário, locais hostis aos Gamella, que sofrem o racismo institucional dentro dessas unidades de saúde, onde lideranças ameaçadas de morte por empresários e latifundiários da região são questionadas, discriminadas e expostas. O racismo institucional da Sesai e do Dsei Maranhão já foi denunciada, mas os Akroá Gamella ainda seguem fora do acesso as políticas públicas de saúde indígena.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Povo

POVO(S): AKROÁ GAMELLA

TERRA INDÍGENA: TAQUARITIUA

MUNICÍPIO: VIANA

DESCRIÇÃO: O cenário de violência e racismo persiste contra os Akroá Gamella, que lutaram para integrar o Condisi, órgão deliberativo da saúde indígena do Maranhão, mas o povo não tem direito ao voto nas tomadas de decisões, com seus membros restritos como ouvintes. Além disso, existe uma decisão judicial a favor do povo Akroá-Gamella que obriga o Dsei Maranhão a efetivar as políticas públicas de saúde indígena, mas ela não foi cumprida, agravando o racismo institucional e estrutural contra os povos em processo de retomada que ainda não têm território demarcado.

MEIO EMPREGADO: Descumprimento de medida judicial

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): PYHCOP CATI JI

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: Lideranças afirmam que a TI Governador sofre, há anos, com graves problemas de falta de água. Nove aldeias contam apenas com um carro-pipa que faz abastecimento de água, mas não consegue suprir as necessidades básicas do povo. Também não há veículo da saúde no território e essa ausência provocou mortes de indígenas por falta de atendimento médico. Esses casos já foram denunciados ao Dsei Maranhão, no entanto nenhuma providência foi tomada.

MEIO EMPREGADO: Falta de água; falta de transporte sanitário

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 17/04/2023

VÍTIMA: Bebê de 10 meses

POVO(S): KA'APOR

TERRA INDÍGENA: ALTO TURIAÇU

MUNICÍPIO: CENTRO DO GUILHERME

DESCRIÇÃO: Um bebê de 10 meses de vida, do povo Ka'apor, morreu em 17 de abril de 2023, ao dar entrada na UPA do Araçagi, em São José de Ribamar, Região Metropolitana de São Luís, após ter o atendimento negado no Hospital Dr. Odorico Amaral de Mattos (Hospital da Criança), na capital maranhense, por falta de leitos. A criança foi encaminhada da cidade de Zé Doca, a 313 km de São Luís, com um quadro de pneumonia e anemia grave.

MEIO EMPREGADO: Morte por desassistência na saúde

Com informações de: Lideranças; Imirante.com, 17/04/2023

Data: 2023

VÍTIMA: 260 comunidades

POVO(S): GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: CANA BRAVA/GUAJAJARA

MUNICÍPIO: JENIAPAO DOS VIEIRAS

DESCRIÇÃO: Os indígenas da TI Cana Brava, que conta com mais de 260 aldeias e abrange 137 mil hectares, denunciam a falta de atendimento médico e ausência de medicamentos no local.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 01/07/2023

VÍTIMA: Takwarakya Awá Guajá

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM



DESCRIÇÃO: Segundo informações dos Awá Guajá, faleceu, no dia 1º de julho, o jovem Takwarakya Awá Guajá. A causa da morte teria sido um infarto, sem possibilidade de socorro médico, pois o polo de saúde indígena Awá se encontra em precárias condições, com falta de medicamentos e de profissionais e infraestrutura danificada.

MEIO EMPREGADO: Morte por desassistência na saúde

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: LAGOA COMPRIDA

MUNICÍPIO: JENIPAPO DOS VIEIRAS

DESCRIÇÃO: Lideranças relatam que a comunidade foi obrigada a contratar um carro particular para socorrer um indígena passou mal no território. A Sesai não teria liberado o veículo, apesar do apelo da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde; falta de transporte

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: crianças

POVO(S): GUAJAJARA; KREPYM CATI JI; TIMBIRA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: ITAIPAIVA DO GRAJÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: TI Geralda/Toco Preto e TI Urucu-Juruá

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas relatam surto de sarna (escabiose), principalmente as crianças nas aldeias Esperança, na TI Geralda/Toco Preto, e Araruna, na TI Urucu-Juruá, do povo Guajajara. Não há, na terra, um polo base, fato que fragiliza a atenção básica, obrigando as comunidades a buscarem atendimento nos hospitais das cidades próximas. Há comunidades, como a Esperança, que estão distantes ou em locais de difícil acesso aos municípios. Além disso, as comunidades sofrem com a falta de água potável. Os problemas e as dificuldades já foram apresentados ao MPF e à Sesai.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico; falta de medicamentos; falta de infraestrutura

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão; Agência Pública, 01/06/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): TREMEMBÉ

TERRA INDÍGENA: TREMEMBÉ DO ENGENHO

MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rio que banha a TI

DESCRIÇÃO: Lideranças do povo Tremembé de Engenho denunciaram ao Dsei Maranhão e à Funai a continuidade da poluição do rio dentro da TI Engenho. Esgotos de bairros urbanos próximos ao território poluem o rio e causam a contaminação da água, a disseminação de doenças e a impossibilidade da pesca, que era realizada pelos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KANELA MEMORTUNRÊ

TERRA INDÍGENA: KANELA

MUNICÍPIO: FERNANDO FALCÃO

DESCRIÇÃO: As mulheres indígenas denunciam o problema da falta de água potável nas aldeias da TI Kanela. Tem apenas um poço artesiano que abastece o território, o que se torna insuficiente. As indígenas relatam que acordam às quatro horas da manhã para buscar água nas torneiras próximas de suas residências. Durante o dia não há abastecimento. Recorrem ao consumo das águas de brejos, imprópria para o consumo humano, gerando infecções no estômago e doenças de pele.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

DESCRIÇÃO: Após denúncia realizada pela Associação Ariri e Coordenação das

Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima) e apurada pelo MPF, sobre a falta de transporte para atendimento em saúde dos indígenas que vivem na TI Arariboia, o MPF expediu recomendação ao Ministério da Saúde, no dia 10 de outubro, para que seja disponibilizado transporte, inclusive aéreo de emergência, em quantidade suficiente para atendimento das demandas de saúde do povo Guajajara desta TI, que são assistidos pelo Dsei Maranhão. A vulnerabilidade das comunidades é agravada diante do isolamento e de condições precárias de acesso por terra.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte sanitário

Com informações de: O Imparcial, 24/10/2023; Cimi Regional Maranhão

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): AWÁ-GUAJÁ

TERRA INDÍGENA: CARU

MUNICÍPIO: BOM JARDIM

DESCRIÇÃO: Após denúncia sobre a falta de transporte para atendimento de saúde, feita pela Associação Ariri e pela Coapima, o MPF recomendou ao Ministério da Saúde, em outubro, que seja disponibilizado transporte, inclusive aéreo de emergência, em quantidade suficiente para atendimento das demandas de saúde dos indígenas do povo Awá-Gujá da TI Caru. A vulnerabilidade do povo é agravada pelo isolamento e pelas condições precárias de acesso por terra.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte sanitário

Com informações de: O Imparcial, 24/10/2023; Cimi Regional Maranhão

MATO GROSSO

9 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): XAVANTE

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

DESCRIÇÃO: Na aldeia Xavante São Marcos, no município de Barra do Garças, não tem médico no posto de saúde, que só conta com duas enfermeiras para atendimento básico. Essa situação afeta a comunidade, porque os indígenas têm que sair de suas aldeias para procurar atenção médica especializada na cidade. Isto também afeta as aldeias próximas, que não têm posto de saúde. Apenas um médico está fazendo rodízio por várias aldeias, não conseguindo atender adequadamente à população indígena dessa região. A aldeia tem um número grande de pessoas que precisam ser atendidas, especialmente as crianças e os idosos que apresentam casos críticos de diarreia, diabetes, pneumonia e tuberculose. No início de 2023, várias pessoas vieram a óbito pela falta de equipe preparada para atendimento oportuno e adequado.

MEIO EMPREGADO: Falta de médicos

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ENAWENÊ-NAWÊ

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

MUNICÍPIO: JUINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Halataikwa

DESCRIÇÃO: Indígenas denunciam a falta de medicamentos nos postos de saúde. Eles estão recorrendo ao Cimi para solicitar aquisição de medicamentos básicos contra verminoses, que geralmente deveriam ser distribuídos na rede pública, sobretudo por se tratar de região carente de saneamento básico.

MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos básicos

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 19/05/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KARAJÁ; TAPIRAPÉ

TERRA INDÍGENA: TAPIRAPÉ/KARAJÁ

MUNICÍPIO: SANTA TEREZINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Iny da Aldeia Itxalá

DESCRIÇÃO: A comunidade Iny que vive na Aldeia Itxalá, na TI Tapirapé/Karajá, relata preocupação com as famílias devido à omissão do poder público no que se refere à assistência em saúde.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso



Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades
POVO(S): ENAWENÊ-NAWÊ; IRANTXE; MYKY; RIKBAK TSA
TERRA INDÍGENA: VÁRIAS
MUNICÍPIO: BRASNORTE
DESCRIÇÃO: No polo de saúde indígena de Brasnorte (MT) há uma carência significativa de recursos essenciais para o atendimento adequado aos pacientes. A falta de ventiladores, roupas de cama, remédios e a inadequação no atendimento comprometem a qualidade dos serviços prestados. Essa situação reflete a necessidade urgente de intervenções para suprir essas carências e assegurar condições apropriadas para o cuidado e tratamento dos pacientes no referido polo de saúde.
MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde
Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade
POVO(S): MYKY
TERRA INDÍGENA: MENKU (MYKY)
MUNICÍPIO: BRASNORTE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Japuíra
DESCRIÇÃO: Os dentistas que atuam na aldeia vão sem instrumentais para trabalhar e, assim, agem retirando dentes das pessoas na comunidade. É perceptível que a juventude está sem os dentes, principalmente de frente. Não há iniciativas periódicas de prevenção em saúde bucal por parte do profissional que está na aldeia sete dias por mês. O despreparo e desrespeito pela pessoa humana é notável.
MEIO EMPREGADO: descaso em saúde bucal
Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade
POVO(S): CHIQUITANO
TERRA INDÍGENA: PORTAL DO ENCANTADO
MUNICÍPIO: PORTO ESPERIDIÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Fazendinha, Nautekio Pisiach, Acorizal, Paamá, Santa Aparecida, Vila Nova
DESCRIÇÃO: As comunidades Chiquitano da TI Portal do Encantado sofrem com falta de assistência à saúde, devido à escassez de combustível para o transporte da equipe. Este combustível dura 15 dias e, durante o resto do mês, os indígenas ficam sem poder serem removidos para consultas de especialistas que estão previamente agendadas, às quais eles não conseguem acudir, com claro prejuízo para a saúde.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento à saúde; falta de transporte sanitário
Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade
POVO(S): RIKBAK TSA
TERRA INDÍGENA: ERIKBAK TSA
MUNICÍPIO: BRASNORTE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Primavera
DESCRIÇÃO: O posto de saúde que atende ao povo Rikbaktsa da comunidade Primavera se encontra em estado muito precário, precisando ser reformado. Ainda há falta de medicamentos básicos para atendimento.
MEIO EMPREGADO: Falta de medicamentos; falta de infraestrutura
Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade
POVO(S): BORORO
TERRA INDÍGENA: MERURE
MUNICÍPIO: GENERAL CARNEIRO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Meruri
DESCRIÇÃO: Desde o ano de 2021, vem sendo construído um posto de saúde, ainda não concluído. A previsão de entrega seria fevereiro de 2022, mas, até o final de 2023, nem as paredes tinham sido finalizadas. O recurso disponibilizado para a obra teria acabado. A obra é de muita importância para a comunidade porque o posto de saúde estava em péssimas condições, sobretudo faltam espaços dignos para os indígenas serem atendidos.
MEIO EMPREGADO: Atraso na construção de unidade de saúde
Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

Data: 02/02/2023

VÍTIMA: Famílias de 45 povos de MT
POVO(S): VÁRIOS
MUNICÍPIO: CUIABÁ
DESCRIÇÃO: Em Cuiabá, há uma casa de apoio destinada aos povos indígenas que buscam tratamento, a exemplo de cirurgias ou consultas com especialistas na cidade. No entanto, a casa de apoio encontra-se distante do centro de Cuiabá, resultando em um trajeto de aproximadamente 1 hora. A falta de um transporte adequado constitui-se num desafio significativo, uma vez que não há transporte público, fora os custos elevados de deslocamento que chegam em torno de R\$ 100 por viagem. Esse cenário dificulta a estadia na casa de apoio, impactando negativamente as condições de acesso e permanência das pessoas que buscam tratamento e suporte na cidade.
MEIO EMPREGADO: Falta de transporte
Com informações de: Cimi Regional Mato Grosso

MATO GROSSO DO SUL

6 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade
POVO(S): GUARANI NHANDAVA; GUARANI-KAIOWÁ; TERENA
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
DESCRIÇÃO: A falta de água potável e de saneamento básico nas aldeias do Mato Grosso do Sul é um problema crônico, que se arrasta há décadas. Tal situação é também responsável pelo drama enfrentado pelos povos indígenas da região na área de saúde. Doenças de pele, desnutrição, entre outras, que são relacionadas à falta de água potável. Os principais afetados são as crianças e idosos. Há décadas, tanto os indígenas quanto o Cimi denunciam a falta de água e os problemas de saúde relacionados a essas questões, principalmente nas aldeias de Dourados. Em função da repercussão nacional causada pela desnutrição do povo Yanomami, em Roraima, o assunto voltou a ser discutido entre os deputados do estado. Lideranças indígenas e trabalhadores da Sesai e do Dsei apresentaram diagnóstico da realidade a um grupo de trabalho criado para solucionar os problemas. O MPF/MS tem buscado soluções para a grave situação dos indígenas.
MEIO EMPREGADO: Falta de água potável; falta de saneamento básico
Com informações de: Midiamax, 18/02/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Mulheres indígenas
POVO(S): VÁRIOS POVOS
TERRA INDÍGENA: VÁRIAS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias comunidades em todo o estado do Mato Grosso do Sul
DESCRIÇÃO: Pesquisa da Fiocruz mostra que mulheres indígenas têm assistência pré-natal baixíssima. A pesquisa mostra que 51,6% delas, em dez municípios do Mato Grosso do Sul, recebem sete ou mais consultas de pré-natal; 11,3% recebem entre quatro e seis consultas; e 11,3% não tiveram acesso ao pré-natal. O estudo mostra ainda que, do total de entrevistadas, 66,3% iniciaram o pré-natal apenas no primeiro trimestre e cerca de 33,7% no segundo e terceiro trimestres de gestação. Segundo a pesquisadora Renata Picoli, o resultado da pesquisa evidencia as dificuldades no acesso pré-natal: "Isto pode sugerir desafios na organização da Sasi para oferta de cuidado". Já em relação ao parto, o estudo mostra que 75,7% das mulheres tiveram parto normal e 24,3%, cesariana. Em 2020, segundo dados do Sinasc, a taxa de cesárea de mulheres não indígenas foi de 64,3%, cerca de três vezes mais quando comparado à mulher indígena. O estudo foi realizado de novembro de 2021 a agosto de 2022 e publicado em 2023. Será feito novo estudo por pesquisadores da Fiocruz, com início previsto para fevereiro, com objetivo de acompanhar estas mulheres indígenas e seus filhos nascidos vivos que participaram da pesquisa de pré-natal e parto em 11 aldeias do estado, com a perspectiva de avaliar a saúde e nutrição de mulheres e de crianças até os dois anos de vida, além do acesso aos programas e serviços com repercussões sobre a saúde. O estudo pretende subsidiar políticas públicas adequadas, com vistas a minimizar as dificuldades na área da saúde sofridas por essa população.
MEIO EMPREGADO: Desassistência em atendimento pré-natal
Com informações de: Portal Fiocruz; O Globo, 06/03/2023; Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Data: 24/01/2023

VÍTIMA: Comunidades
POVO(S): GUARANI NHANDAVA; GUARANI-KAIOWÁ; TERENA
TERRA INDÍGENA: DOURADOS



MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Retomadas próximas à Reserva de Dourados

DESCRIÇÃO: Os indígenas de Mato Grosso do Sul se sentem invisíveis e esquecidos, vivendo em condições precárias, onde a fome e a falta de água são realidades constantes. A cerca de dois quilômetros da cidade de Dourados, há cinco áreas de retomada no entorno das aldeias Bororó e Jaguapiru, que formam a Reserva Indígena de Dourados. Ao todo, cerca de 200 famílias Guarani e Kaiowá sobrevivem em condições de extrema pobreza. O líder comunitário, Laurentino Garcia, destaca a dificuldade em receber assistência, especialmente alimentar. Por ser área de retomada, o governo alega que a comunidade não tem direito a cadastro em programas governamentais. A indígena Joana Sarato, de 63 anos, relata as dificuldades em conseguir alimentos e acesso a serviços básicos de saúde, dependendo de caronas para se consultar na cidade. Sem medicamento, Joana comenta que, graças à medicina tradicional, eles conseguem combater algumas doenças. A comunidade utiliza ervas e cascas de árvores para produzir remédios, quando possível. Ela conta que sonha com água encanada, um chuveiro, um vaso no banheiro, o mínimo para viver com dignidade. O professor universitário Marcelo Batarce, integrante do Comitê de Luta de Dourados, tem apoiado os indígenas, inaugurando uma cozinha comunitária para garantir ao menos uma refeição por dia às famílias em situação precária. O professor relata que as famílias andam muito para conseguir pegar água no único poço que abastece o grupo. O banheiro é um buraco na terra, não há eletricidade e a pouca comida que têm é feita em fogo de chão.

MEIO EMPREGADO: Omissão; negligência; desassistência na área da saúde; falta de transporte sanitário

Com informações de: Campo Grande News, 26/01/2023

Data: Outubro

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI NHANDÉVA; GUARANI-KAIOWÁ; TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: No final de 2023, permanecia a crise de falta de água na Reserva de Dourados, onde quase 20 mil indígenas vivem numa área de 3.500 hectares. Mulheres e crianças indígenas caminham mais de três quilômetros todos os dias, sob forte sol, até um córrego, a fim de ter acesso a uma água turva, imprópria para o consumo humano. Em meio à onda de calor, a crise de água se agravou. Em função de temperaturas próximas a 40° C, as bombas que abastecem a TI pararam de funcionar, após uma queda de energia. Para tentar amenizar o transtorno, a empresa de saneamento básico usa caminhões-pipa. O governo do estado afirmou ter encomendado um estudo para construção de dois superpoços, e que esperava receber autorização e recursos do governo federal para fazer a obra. A Sesai informou que técnicos foram na TI para avaliar e resolver o problema, e que poços artesanais seriam construídos para garantir o fornecimento de água potável. O pesquisador Thiago Leandro Vieira Cavalcante relata que há muitos anos falta investimento em infraestrutura na aldeia: “O que a gente vivencia aqui não é falta d’água, até porque a cidade de Dourados não sofre com falta de água, né? O que a gente tem é uma absoluta falta de infraestrutura para distribuição de água tratada, o que leva a uma série de violações de direitos, conforme está previsto na nossa Constituição”.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Jornal Nacional, 30/10/2023

Data: 10/12/2023

VÍTIMA: Menino

POVO(S): GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Um menino de 10 anos, cujo nome não foi divulgado, faleceu em Dourados. Residente da Aldeia Bororó, ele começou a apresentar sintomas e foi levado para atendimento médico. Após passar por consulta e ser liberado em um sábado, no hospital mais próximo à Reserva Indígena Federal, a criança voltou a passar mal no domingo e foi novamente levada para atendimento por uma ambulância da Sesai. Infelizmente, ele não resistiu e faleceu. Não foram divulgados detalhes sobre o diagnóstico da criança, e o caso está sendo investigado pela Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário.

MEIO EMPREGADO: Morte por desassistência na saúde

Com informações de: Midiamax, 11/12/023

Data: 05/06/2023

VÍTIMA: comunidade

POVO(S): GUARANI GUARANI-KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jaguapiru e Bororo

DESCRIÇÃO: Na Reserva Indígena de Dourados, os cerca de 13 mil Guarani e Kaiowá que vivem nas aldeias Jaguapiru e Bororo enfrentam a contaminação por agrotóxicos, devido à proximidade com a Fazenda Caiuaná, arrendada a terceiros para plantio pela Missão Evangélica Caiuá. A Missão Evangélica Caiuá é uma entidade da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e da Igreja Indígena Presbiteriana do Brasil que realiza trabalhos assistenciais aos indígenas do país. Acabou se desviando de seu propósito original ao longo do tempo. Esta fazenda é alvo de investigações por uso de agrotóxicos proibidos e está localizada em frente às aldeias, gerando preocupações de contaminação entre os indígenas. Relatórios da ONU destacam a falta de prestação de contas e as sérias consequências à saúde dos Guarani-Kaiowá, incluindo casos de cegueira e mortes de animais devido à exposição aos agrotóxicos. Os moradores relatam um aumento na aplicação de venenos, afetando a saúde e o ambiente, inclusive impossibilitando a pesca em riachos que antes eram habitados por peixes.

MEIO EMPREGADO: Contaminação por agrotóxico

Com informações de: Correio do Estado, 05/06/2023

MINAS GERAIS

2 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: comunidade

POVO(S): MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: ITAMUNHEQUE – ALDEIA ESCOLA FLORESTA

MUNICÍPIO: TEÓFILO OTONI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: TI Itamunheque, aldeia Escola Floresta

DESCRIÇÃO: Na última semana de novembro, durante uma atividade na Aldeia Escola Floresta, as lideranças Sueli e Isael Maxakali relataram que não foi resolvida a questão da água para o consumo da população do território. Informaram que dois poços artesanais foram perfurados, mas que a água foi considerada imprópria para o consumo pelas análises da Sesai e do município de Teófilo Otoni. Além disso, contaram que não estaria ocorrendo o abastecimento com caminhão-pipa para a aldeia. As lideranças demonstraram preocupação com a demora das providências, pois os indígenas estão sendo obrigados a consumir água em condições inadequadas, o que pode vir causar adoecimento, como diarreia, principalmente nas crianças. A situação foi comunicada ao órgão municipal, à Sesai e ao MPF. Foram solicitadas providências, porém sem um retorno até o final do ano.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Leste

Data: 2023

VÍTIMA: moradores

POVO(S): XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABÁ

MUNICÍPIO: ITACARAMBI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: várias

DESCRIÇÃO: Os Indígenas Xakriabá relatam que há comunidades sem acesso a água durante longos períodos (meses). As aldeias que compõem o território Xakriabá são abastecidas por poços artesanais. Muitos ficam inativos e os que se mantêm não atendem a demanda de toda a coletividade. Além disso, as grandes fazendas estariam envenenando as águas do São Francisco, com o uso desordenado de agrotóxicos em seus projetos de monocultura. Os poços artesanais estariam em processo de esgotamento, ao mesmo tempo em que a demanda por água cresce consideravelmente. Relatam ainda que os caminhões-pipa utilizados como alternativa para o abastecimento não atendem a demanda, devido à quantidade de pessoas que têm necessidade emergencial de água. Não há uma política pública que atenda as demandas, falta vontade política e há inoperância do Estado. Relatam ainda que a morosidade do governo federal em concluir o procedimento demarcatório impacta ainda mais o povo e tem contribuído para aumentar os conflitos internos pela disputa de água. A demarcação da área daria ao povo Xakriabá, acesso ao rio São Francisco. O desabastecimento de água contribui para o aumento de problemas de saúde, pois a pouca água existente, devido a suas condições impróprias, tem causado problemas renais e de vesícula.

MEIO EMPREGADO: Falta de abastecimento de água potável; contaminação por agrotóxicos

Com informações de: Estado de Minas, 01/10/2023

**PARÁ**
10 Casos**Data: 2019-2023****VÍTIMA:** Comunidades**POVO(S):** KAYAPÓ; MUNDURUKU**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Munduruku e Kayapó

DESCRIÇÃO: A destruição, a fome e a crise sanitária provocadas pelo garimpo ilegal, que assolam o povo Yanomami, atingem pelo menos outros 13.161 indígenas que vivem em cinco territórios do Pará e do Amazonas. Segundo dados do ISA, as TIs mais afetadas são Munduruku, Sai Cinza, Kayapó, Baú e Sawré Muybu. Os povos Kayapó, Munduruku e Yanomami são, respectivamente, os mais impactados pela exploração ilegal de ouro, de acordo com monitoramento realizado pelo Mapbiomas. Organizações que atuam na região acreditam que o número total de impactados pela atividade ilegal pode ser muito superior. Os povos Munduruku e Kayapó sofrem com a exposição ao mercúrio, usado para facilitar a extração do ouro, por meio da alimentação baseada no consumo de peixes contaminados. O coordenador regional do Cimi, que atua com povos Munduruku no Pará e no Amapá, Haroldo Pinto do Espírito Santo, afirma que mulheres gestantes da comunidade têm se queixado de problemas decorrentes da contaminação, que afeta a fertilidade e pode deixar sequelas em bebês. Assim como a TI Yanomami, esses territórios também são impactados pela disseminação da malária. Entre crianças Munduruku, segundo o coordenador regional do Cimi, doenças de pele, diarreia e vômitos são constantes. “Observamos doenças de pele e coceiras entre as crianças que brincam às margens do rio Fresco, que atravessa a terra Kayapó”, afirma padre Pascal, que trabalha com esse povo desde 2015. Uma das diferenças em relação ao cenário denunciado na TI Yanomami é que os postos de saúde no território Kayapó não pararam de funcionar. “Os enfermeiros visitam os povos nas aldeias e, talvez, por isso a situação não tenha se tornado de calamidade pública”.

MEIO EMPREGADO: Contaminação por mercúrio e outros metais pesados**Com informações de:** Portal Uol, 26/01/2023; Cimi Regional Norte 2**Data: 03/08/2023****VÍTIMA:** Mulheres, homens e crianças**POVO(S):** XIKRIN**TERRA INDÍGENA:** XIKRIN DO RIO CATETÉ**MUNICÍPIO:** AGUA AZUL DO NORTE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:**

DESCRIÇÃO: Após diligência na TI, o Grupo de Trabalho Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Periféricas do MPT identificou que há problemas de obesidade, hipertensão e diabetes que afetam o povo Xikrin “de modo desproporcional”. O órgão também identificou dificuldade de acesso das mulheres ao pré-natal, tendo em vista a falta de transporte para as grávidas do povo Xikrin se deslocarem até os locais de atendimento. Além disso, o grupo ouviu relatos indicando que os exames ginecológicos preventivos, como Papanicolau, não estavam sendo realizados nas indígenas do povo Xikrin, porque não havia profissional da saúde do sexo feminino que os realizasse na equipe de saúde da família, o que também demanda regularização pelo Ministério da Saúde. O MPT sugeriu à Sesai que preste apoio nutricional e realize uma política de prevenção ao diabetes na TI, que disponibilize veículos nas principais aldeias da comunidade para o atendimento do pré-natal e prestação de socorro e, ainda, que disponibilize de forma imediata uma profissional da saúde do sexo feminino, para os exames periódicos ginecológicos na TI Xikrin do Cateté, respeitados os aspectos culturais da comunidade em relação ao gênero do especialista.

MEIO EMPREGADO: Desassistência, omissão e negligência**Com informações de:** MPF/PA, 03/08/2023; Cimi Regional Norte 2**Data: 10/03/2023****VÍTIMA:** Comunidades**POVO(S):** PARAKANÁ**TERRA INDÍGENA:** PARAKANÁ**MUNICÍPIO:** NOVO REPARTIMENTO

DESCRIÇÃO: Atualmente, o atendimento à saúde na TI Parakaná ainda é feito pelo Programa Parakaná, iniciativa inaugurada no fim dos anos 1980 para reduzir os impactos provocados aos indígenas pela construção da hidrelétrica de Tucuruí. A Eletronorte, responsável pela usina, financia o Programa, que é gerenciado pela Funai. Desde 2014, há discussões para que a responsabilidade pelas ações de saúde na seja assumida pela Sesai, por meio do Dsei Guamá Tocantins, mas sem avanços. Em 2023, o MPF recomendou que as instituições responsáveis elaborem um cronograma conjunto para produzir um plano de transição para o serviço. O MPF

avalia que “a falta de expertise do Programa Parakaná na atenção básica de saúde tem prejudicado o povo Parakaná, historicamente vulnerável”, e recomenda que o plano preveja, entre outros pontos, a participação “efetiva e qualificada” dos indígenas em todas as decisões sobre a transição, a criação de um polo-base para a TI Parakaná, a instituição de conselho local de saúde indígena e um reforço imediato do número de profissionais de saúde na TI Parakaná e da infraestrutura correspondente (veículos, combustível e material).

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde**Com informações de:** MPF/PA, 10/03/2023**Data: Julho****VÍTIMA:** Comunidades**POVO(S):** XIKRIN**TERRA INDÍGENA:** XIKRIN DO RIO CATETÉ**MUNICÍPIO:** AGUA AZUL DO NORTE**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Cateté, Djudjê-Kô, Oodjã e Pukatiokran

DESCRIÇÃO: Estudos e relatórios do professor e médico João Paulo Botelho Vieira Filho, pesquisador na TI Xikrin do Rio Cateté há décadas, dão conta dos desastres ambientais e sanitários na região por empresas de mineração. Os resultados de suas pesquisas são publicizados e são realizadas denúncias junto às autoridades e órgãos responsáveis, mas os problemas enfrentados pelas populações indígena e ribeirinha permanecem sem solução, bem como os graves impactos ambientais. Devido à contaminação das águas, dos rios e dos peixes, a população está adoecendo, principalmente as crianças e os idosos. “Numa natureza florestal exuberante da TI Cateté, os Xikrin das aldeias Cateté e Djudjê-Kô, próximas do rio Cateté, das Aldeias Oodjã e Pukatiokran, próximas do rio Itacaiúnas, estão comprando água mineral para as mamadeiras de suas crianças pequenas. Estão cientes da contaminação visual, do sabor e cheiro dos rios Cateté e Itacaiúnas, que se tornaram esverdeados pelos rejeitos minerais da Usina Onça-Puma no rio Cateté e pelos rejeitos minerais da Onze D Eliezer Batista [da mineradora Vale], no rio Itacaiúnas. As técnicas de enfermagem das aldeias Cateté e Djudjê-Kô estão comprando água mineral em galões, devido à sujeira e ao cheiro d’água dos poços semiartesianos. [...] Em cerca de 50 anos visitando os Xikrin, inicialmente usando água transparente do rio Cateté, transportada em latões e posteriormente dos poços semiartesianos, este foi o primeiro ano que encomendei água mineral para beber”, diz o médico em trecho do relatório. Através de TAC via MPF, a mineradora Vale fez acordo para repassar recursos financeiros aos Xikrin, como compensação pelos danos. Entretanto, como relata o médico, os indígenas “estão com dinheiro, porém estão sem água e cada vez mais contaminados, pois as crianças e mulheres continuam a frequentar diariamente os rios. Saem dos rios com prurido intenso e conjuntiva dos olhos irritadíssima pelo metal níquel e outros”.

MEIO EMPREGADO: Água contaminada; falta de fiscalização ambiental**Com informações de:** Relatório do médico pesquisador Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho**Data: 2023****VÍTIMA:** Comunidades**POVO(S):** PARAKANÁ**TERRA INDÍGENA:** APYTEREWA**MUNICÍPIO:** SÃO FÉLIX DO XINGU

DESCRIÇÃO: A situação sanitária nas aldeias da TI Apyterewa é gravíssima, devido à falta de água. Segundo dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, Apyterewa é a TI do médio Xingu com a maior prevalência de doenças diarreicas agudas, diretamente relacionadas à má qualidade da água consumida. Entre 2018 e 2022, a Apyterewa concentrou mais de 25% da incidência dessas doenças, entre as 12 TIs sob atribuição do Dsei Altamira. Cabe mencionar, também, que os Parakaná são um povo indígena de recente contato, o que os torna ainda mais vulneráveis a doenças infecciosas. Por estes motivos, o MPF, perante o incumprimento da obrigação condicionante prevista no Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) da UHE de Belo Monte, que previa a implementação de Sistemas de Abastecimento de Água nas aldeias, conseguiu uma decisão liminar da Justiça Federal que obrigou a Norte Energia S.A. a fornecer, em até 72 horas, água potável para as aldeias Karapá e Awaeté Awyra (Paredão), nas margens do Igarapé São Sebastião, e Itaete, Kanaã, Xiwe, Kato, nas margens do Igarapé Bom Jardim, todas na TI Apyterewa. Também foi determinado que a Norte Energia S.A. estabelecesse, no prazo de cinco dias, fornecimento regular de água potável para as aldeias Inataywa, Itamaratá, Itapema, Kaaeté, Kwaraya-Pya (Raio de Sol), Paranoeté, Paranomokoa, Paranopytoga, Pipi, Takwareté, Tekatawa e Xahytata, até que sejam implantados os Sistemas de Abastecimento de Água nestas aldeias, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. Os sistemas de abastecimento, que deveriam ter sido entregues em 2018, não haviam sido implantados até o momento da decisão. A Justiça Federal também deu dez dias para a Norte Energia S.A. apresentar o plano



detalhado e o respectivo cronograma para a construção dos Sistemas de Abastecimento de Água em todas as aldeias da TI, incluindo as obras de manutenção nos sistemas existentes.

MEIO EMPREGADO: Falta de água potável

Com informações de: MPF/PA, 17/11/2023

Data: 29/09/2023

VÍTIMA: moradores

POVO(S): KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA: XIKRIN DO RIO CATETÉ

MUNICÍPIO: OURILÂNDIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Hospital Municipal Santa Luzia

DESCRIÇÃO: A prefeitura de Ourilândia do Norte, no sul do Pará, interrompeu o convênio com o Hospital Santa Lúcia, que é privado, a partir do dia 30/09/2023, sem haver indicativo de qualquer outro hospital para atendimento da comunidade indígena. Além disso, há notícias de que não vinham sendo realizados os repasses ao hospital, que recebeu adaptações para esse tipo de atendimento, sendo uma referência no tratamento prestado à população indígena da região. No dia 29, o MPF recomendou ao município de Ourilândia do Norte que mantivesse a assistência integral aos indígenas da região, garantindo que o atendimento seja culturalmente diferenciado, atendendo às especificidades do povo Kayapó, conforme estabelece a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90). O Hospital Santa Lúcia é referência para as comunidades indígenas dos municípios paraenses de Ourilândia do Norte, Bannach, Cumarú do Norte, Água Azul do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu. No documento, o procurador da República Rafael Martins da Silva assinala que a interrupção abrupta e sem notificação prévia do referido atendimento impacta, de forma desproporcional, as populações mais vulneráveis e marginalizadas.

MEIO EMPREGADO: fechamento de convênio com hospital referência

Com informações de: MPF

Data: 2023

VÍTIMA: Criança

POVO(S): MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Katô

DESCRIÇÃO: Como um ritual da infância, as crianças Munduruku têm, a cada dia, dois encontros marcados com o rio Kabitutu. O relógio marca 12 horas, e centenas de crianças surgem juntas do coração da Katô, a maior aldeia da porção da TI Munduruku que gira em torno do rio Kabitutu. O banho no Kabitutu, um rio com água barrenta, enlameada e de aparência pastosa, em decorrência da terra revirada em garimpos de ouro no território, tem barulho e euforia. O ritual se repete a partir das 18 horas. E assim é todos os dias. Aldeia adentro, um grupo de três crianças Munduruku não vive a experiência do Kabitutu. Elas têm “retardo mental grave”, “atraso do desenvolvimento psicomotor”, “transtornos globais de desenvolvimento”, como consta em prontuários que registram os atendimentos médicos feitos. As meninas não conseguem andar, se sentar, falar. Passam os dias na rede. Algumas noites são de choro contínuo. Os pais buscam resposta para o quadro de saúde das filhas. Recorrem a raízes para o alívio da dor física. Vão a pajés da Katô e de aldeias vizinhas. O entendimento é que o pajé pode enxergar o que se passa no corpo das crianças. “Ele faz um trabalho para tirar a doença”, dizem os familiares de uma das três meninas, a mais velha, de sete anos. A prima, de quatro, esteve com um neurologista em Itaituba. “Encefalopatia não especificada”, anotou o médico. Os pais da criança mais nova, de dois anos, buscaram um pajé em outra aldeia e de lá seguiram para Santarém, em busca de suporte fisioterápico. Eles já estiveram na cidade antes, por dois meses seguidos, num universo bem distinto – e bem distante – do da Katô. Não há respostas sobre a motivação do quadro de saúde dessas crianças Munduruku. Mas uma suspeita: a possibilidade de as deficiências serem decorrentes de um processo de contaminação das mães por mercúrio, a substância usada nos garimpos ilegais no território para separar e amalgamar o ouro encontrado. “Informações técnicas publicadas indicam que o ouro encontrado sob a forma de pó exige o uso do mercúrio para formar um amálgama na proporção de um quilo de ouro para um quilo de mercúrio”, aponta um relatório de auto de infração do Ibama referente a um garimpo ilegal na região do rio Tapajós. Estudos já mostraram a contaminação de Munduruku pelo mercúrio. Mas ainda não há respostas científicas definitivas sobre eventual relação disso com os casos das crianças “molinhas”, expressão usada pelos indígenas. “Esses casos precisam, no mínimo, ser investigados. Há um grande número de crianças com retardo cognitivo”, afirma o médico neurocirurgião Erik Jennings, ligado à Sesai, com atuação em Santarém e responsável por investigações na área. “Existe alta dosagem de mercúrio, principalmente em mulheres em idade reprodutiva e em crianças e adolescentes”. Uma investigação

médico-científica permitiria dizer se os casos, que se repetem em diversas aldeias, se associam a intoxicação por mercúrio ou a uma má assistência no pré-natal e no parto, por exemplo. Existe um senso de urgência com o que se passa na TI Munduruku. O isolamento e as dificuldades de acesso – são horas pelos rios Kabitutu e Tapajós até a cidade de Jacareacanga, 390 km pela Transamazônica sem asfalto até Itaituba e mais 370 km até Santarém – deixam as crianças sem o atendimento médico necessário. As incertezas sobre a saúde de crianças e adultos vêm gerando constrangimento e abatimento entre os Munduruku, um povo com tradicional espírito guerreiro. O assunto causa incômodo a parte das lideranças. O cerco dos garimpos às aldeias, até bem próximo das comunidades, prossegue em ritmo acelerado, apesar de operações esparsas para destruição de escavadeiras. Invasores circulam o tempo todo em embarcações pelo Kabitutu, abarrotadas de equipamentos para o garimpo – mangueiras, antenas, fogões.

MEIO EMPREGADO: omissão na investigação de casos; contaminação por mercúrio

Com informações de: Folha de São Paulo, 17/10/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: SANTARÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Várias comunidades no rio Tapajós e afluentes

DESCRIÇÃO: Estudos constataram altos índices de mercúrio no sangue dos indígenas Munduruku que vivem ao longo do rio Tapajós, no Pará, acima do limite recomendado pela OMS, e apontam a mineração e o garimpo ilegal como potenciais catalisadores da contaminação na região. O metal possui alta toxicidade. No procedimento que apura a contaminação dos indígenas, o MPF pediu que o Ministério da Saúde informe expressamente se acatou a Recomendação nº 01/2023, em que o MPF solicitava a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. O órgão também questionou o Ibama e a ANM se há plano de descontinuidade do uso de mercúrio na mineração artesanal de ouro, conforme recomendações da Convenção de Minamata, da qual o Brasil é signatário. O MPF também solicitou ao Ibama informações atualizadas sobre a realização de fiscalizações ambientais para coibir a entrada ilegal de mercúrio na microrregião de Itaituba e de monitoramento para apurar a contaminação causada pela atividade garimpeira. Cinco meses depois da recomendação, feita em abril de 2023, os pedidos ainda não haviam sido atendidos formalmente.

MEIO EMPREGADO: Contaminação por mercúrio

Com informações de: MPF/PA; G1/PA, 05/10/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Crianças

POVO(S): MUNDURUKU

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

DESCRIÇÃO: Crianças do povo Munduruku estão sofrendo com malformações e atrasos no desenvolvimento, devido à contaminação por mercúrio causada pelo garimpo ilegal de ouro em seu território. A população vive em uma área invadida por garimpeiros desde os anos 1980, situação que se agravou nos últimos anos. A contaminação por mercúrio, principalmente através do consumo de peixes, é apontada como a principal causa dos problemas de saúde. Além de crianças nascidas com malformações, atrasos no desenvolvimento, dificuldades motoras e neurológicas, adultos estão cegos e relatam câibras, tremores e fraqueza. Médicos e pesquisadores alertam para os efeitos devastadores dessa contaminação, enquanto o governo enfrenta críticas pela falta de ação efetiva para combater o garimpo ilegal e proteger as comunidades indígenas.

MEIO EMPREGADO: Contaminação por mercúrio

Com informações de: Repórter Brasil, 09/04/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): ARARA

TERRA INDÍGENA: ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

MUNICÍPIO: ALTAMIRA

DESCRIÇÃO: Em agosto, a InfoAmazonia coletou relatos sobre os impactos da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte na vida do povo Arara. Desde a instalação do Plano Emergencial, destinado a mitigar os impactos da usina, até os dias atuais, fica evidente como a introdução de novos padrões alimentares afetou a saúde e a cultura desse povo, que vive nas TIs Arara e Arara da Volta Grande do Xingu. A mudança na dieta, marcada pela substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados, trouxe consigo um aumento alarmante nos casos de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes. Essa transição alimentar, aliada a outros fatores como a desu-



ção entre as aldeias, o aumento do consumo de drogas, o abandono da agricultura de subsistência e o aumento do lixo nas aldeias, demonstra os desafios complexos enfrentados pelos Arara. “Começamos a com alimentos processados e foi isso. As coisas mudaram. A gente não usava sal nem colorau na comida, era só água”, conta Talem, da aldeia Laranjal. O relato também traz uma mensagem de esperança por meio do projeto de reintrodução alimentar tradicional liderado pelo indigenista Leonardo Halszuk.

MEIO EMPREGADO: Mudança de padrão alimentar; impacto de grandes obras
Com informações de: InfoAmazônia, 25/09/2023

PARAÍBA

4 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA

MUNICÍPIO: BAÍA DA TRAIÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Benfica

DESCRIÇÃO: O povo Potiguara está organizado em três terras indígenas: TI Potiguara; TI Jacaré de São Domingos e TI Monte Mor (ainda esperando homologação). Essas três TI estão em três municípios: Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, totalizando 33 aldeias. A Aldeia Benfica, que faz parte da TI Potiguara, demarcada e homologada desde 1983, localizada no município de Baía da Traição, é uma das aldeias de todo o território Potiguara que ainda não tem Posto de Saúde. A equipe da Sesai faz os atendimentos de forma improvisada em um pavilhão construído pela prefeitura. Os indígenas reclamam que não têm privacidade nas consultas. A liderança alega que sempre que participa das reuniões da saúde indígena solicita a construção do posto de saúde, mas sem resultado.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura na área da saúde
Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): POTIGUARA

TERRA INDÍGENA: JACARÉ DE SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: MARCAÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Grupiúna dos Cândidos

DESCRIÇÃO: A aldeia Grupiúna dos Cândidos, que faz parte da TI Jacaré de São Domingos, demarcada e homologada desde 2009, no município de Marcação, não tem posto de saúde. A equipe da Sesai faz os atendimentos em uma tenda improvisada da Defesa Civil. Os indígenas reclamam que não têm privacidade alguma nas consultas. As gestantes são obrigadas a se deslocarem para a aldeia mais próxima (Grupiúna) para fazerem o pré-natal, o que é muito difícil, pois as estradas de terra nem sempre estão em condições para tráfego.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura na área da saúde
Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): TABAJARA

TERRA INDÍGENA: TABAJARA

MUNICÍPIO: CONDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: aldeias Barra de Gramame, Severo Bernardo, Nova Conquista Taquara, Vitória

DESCRIÇÃO: O povo Tabajara vem lutando pelo seu território desde 2006 e está organizado em quatro aldeias: Vitória, Barra de Gramame, Nova Conquista Taquara e Severo Bernardo, totalizando cerca de 250 pessoas aldeadas e mais 500 em contexto urbano, que ainda não conseguem voltar para o território. O processo de demarcação se encontra na fase de estudo desde 2015, em 2019 o MPF, a partir da luta do povo, judicializou uma ACP. Até hoje, março de 2023, nenhuma aldeia conta com um posto de saúde. Os atendimentos médicos realizados pelas equipes da SESAI são feitos nas ocas das aldeias ou em locais improvisados, como tendas, barracas que os próprios indígenas organizam, precarizando ainda mais a assistência em saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura na área da saúde
Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): TABAJARA

TERRA INDÍGENA: TABAJARA

MUNICÍPIO: CONDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Severo Bernardo

DESCRIÇÃO: Na aldeia Severo Bernardo, do povo Tabajara, em luta pelo reconhecimento territorial desde 2006, a situação é precária, pois as famílias ainda não têm água potável, sendo preciso coletá-la em rio que fica a 10 km da aldeia, o que dificulta aos que não possuem meio de transporte.

MEIO EMPREGADO: Falta de abastecimento de água potável
Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Nordeste

PARANÁ

3 Casos

Data: 09/02/2023

VÍTIMA: Famílias indígenas

POVO(S): KAINGANG

MUNICÍPIO: BARRACÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Emã Kaingang de Barracão

DESCRIÇÃO: O MPF recomendou ao Dsei Litoral Sul que ofereça, de forma efetiva, serviços de saúde à Aldeia Indígena Ínmág, localizada em Barracão, disponibilizando profissionais em quantitativo adequado – como enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes indígenas de saúde e saneamento. Além disso, a recomendação pede providências para viabilizar o atendimento dos moradores da aldeia em municípios próximos, garantindo transporte e alimentação, quando necessário. O Dsei, por sua vez, informou que “não presta assistência à saúde diretamente na aldeia Ínmág, tendo em vista que a comunidade está localizada no contexto urbano”, e apontou que os indígenas desta localidade deveriam “ser assistidos pelas políticas públicas de saúde municipais”. No entendimento do MPF, as omissões do Dsei contrariam, entre outras normativas, a Convenção 169 da OIT, que garante aos povos originários direitos específicos, sobretudo no que se refere à saúde.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde
Com informações de: MPF; Cimi Regional Sul

Data: 16/03/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): KAINGANG

TERRA INDÍGENA: QUEIMADAS

MUNICÍPIO: ORTIGUEIRA

DESCRIÇÃO: Um grupo de indígenas da TI Queimadas, situada em Ortigueira, promoveu um protesto para destacar a necessidade de melhorias nas condições de saúde da comunidade. Com slogans, cartazes e gritos de ordem, os indígenas marcharam pelas ruas centrais da área urbana, expressando sua insatisfação. O protesto se estendeu ao plenário da Câmara Municipal de Vereadores, onde os manifestantes convocaram a população, enfatizando que a busca por melhores condições de saúde beneficiaria não apenas a aldeia, mas toda a comunidade. Até o momento das manifestações, a prefeitura de Ortigueira não havia se pronunciado sobre as demandas.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde
Com informações de: Blog do Berimbau, 17/03/2023

Data: 17/11/2023

VÍTIMA: Mirian Bandeira dos Santos

MUNICÍPIO: GUARAPUAVA

DESCRIÇÃO: Mirian Bandeira dos Santos, uma mulher de 35 anos, mãe de dois filhos, foi vítima de violência sexual e teve seu pedido de aborto legal negado. Após buscar atendimento em uma Unidade Básica de Saúde em Guarapuava, Mirian decidiu interromper a gravidez devido ao estupro que sofreu. No entanto, ela não obteve autorização judicial para o procedimento, mesmo estando dentro dos critérios legais. Durante o trabalho de parto, Mirian faleceu devido a uma embolia pulmonar.

MEIO EMPREGADO: Desassistência, omissão e negligência
Com informações de: Folha de São Paulo, 17/11/2023

RIO DE JANEIRO

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI

MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Casa do Índio da Ilha do Governador

DESCRIÇÃO: Um grupo de seis indígenas adultos e um idoso, com problemas de saúde, reside na Casa do Índio da Ilha do Governador, no Rio de Ja-



neiro, em condições precárias e sem assistência adequada. Após a morte da advogada indigenista Eunice Cariry, que administrava a unidade, a situação se agravou, uma vez que ela conseguia doações para os cuidados dos indígenas. A Casa do Índio, descredenciada pela Funai, não recebe mais recursos públicos. Em ação civil pública, o MPF e o MPRJ pedem a adoção de medidas urgentes do governo federal, Funai e prefeitura do Rio no sentido de resolver as condições desumanas do local, que incluem problemas estruturais, higiene precária e falta de funcionários. O recurso apresentado visa garantir a proteção e integridade dos indígenas abrigados.

MEIO EMPREGADO: Desassistência geral e negligência

Com informações de: Folha do São Paulo, 15/02/2023

RIO GRANDE DO SUL

1 Caso

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

DESCRIÇÃO: Trinta e oito caciques Mbya Guarani do Rio Grande do Sul, denunciaram e solicitaram audiência ao secretário da Sesai, Weibe Tapeba, acerca de questões relativas à saúde indígena. Enfrentam muitos problemas em decorrência da precariedade da assistência nas comunidades. Falta quase tudo. As equipes, por mais boa vontade que tenham, são insuficientes para as demandas. Com isso, a assistência primária fica comprometida. As infraestruturas são igualmente precárias. Os postos de atendimento, onde há, não oferecem adequadas condições para o atendimento das pessoas. Os agentes de saúde não recebem formação e sequer existe um plano formativo tendo em vista a qualificação dos profissionais e dos serviços. Não há formação específica e diferenciada para os demais profissionais de saúde, tanto da Sesai como aquelas e aqueles das prestadoras de serviços. Não há saneamento básico na maioria das comunidades. Algumas sequer contam com água potável, e o seu fornecimento através de caminhões-pipa é precário e insuficiente.

MEIO EMPREGADO: Desassistência na área da saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

RONDÔNIA

2 Casos

Data: 24/01/2023

VÍTIMA: Tocoron Pati Oro Waram

POVO(S): ORO WARI

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LAGE

MUNICÍPIO: NOVA MAMORÉ

DESCRIÇÃO: Segundo relato do indígena Tocoron Pati Oro Waram, ele vem sofrendo com problemas no nervo ciático há dois anos. Ele relata que fez consulta na Casai e foi marcado atendimento com ortopedista e exames, mas já faz mais de um ano que o paciente aguarda consulta e exame. Ele sente dores intensas e constantes. Foi conversado com a médica responsável pelo atendimento na Casai, a fim de que ela agilize o encaminhamento.

MEIO EMPREGADO: Desassistência; omissão; negligência

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia

Data: Janeiro

VÍTIMA: Hatem Barome Oro Mon

POVO(S): ORO WARI

TERRA INDÍGENA: SAGARANA

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sagarana

DESCRIÇÃO: A indígena Hatem Barome Oro Mon faz tratamento de câncer desde 2021. Hatem foi até a Funai solicitar que dessem entrada no auxílio-doença junto ao INSS, mas este lhe foi negado. Sua filha Ariram recorreu à equipe do Cimi, pedindo ajuda informações sobre o que fazer para conseguir o benefício. A indígena e a equipe do Cimi foram até a Funai, a fim de verificar o ocorrido e a situação da paciente no INSS. Nessa visita, foi constatado que a Funai fez o pedido como se Hatem fosse deficiente, e não paciente em tratamento de câncer. Esse acabou sendo a razão pelo pedido ter sido negado. Deu-se entrada a uma nova solicitação no INSS, desta vez com auxílio-doença.

MEIO EMPREGADO: Negação de auxílio-doença

Com informações de: Comunidade indígena; Cimi Regional Rondônia

RORAIMA

8 Casos

Data: 16/02/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: CARACARAÍ

DESCRIÇÃO: Segundo matéria do Intercept Brasil, de 16/02/2023, mais de 85% das cestas de alimentos destinadas ao povo Yanomami não foram entregues pelas Forças Armadas. A Funai enviou um ofício ao Ministério da Defesa pedindo “suporte logístico” na distribuição de 4.904 cestas, que já estavam em Roraima e deveriam ser entregues para 243 comunidades. Apenas 761 cestas foram repassadas pelas Forças Armadas aos indígenas — o que corresponde a 15,5% do total armazenado. A falta de alimento na TI Yanomami, provocada principalmente pelo avanço do garimpo ilegal, tem trazido desnutrição em crianças e mortes. Os indígenas ainda enfrentam um surto de malária, sobretudo na faixa etária de 0 a 9 anos. The Intercept obteve acesso às fotografias que mostram alimentos empilhados nos galpões da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, órgão do Ministério da Agricultura, em Boa Vista. Em uma planilha interna, também acessada pela reportagem, é possível ver que as entregas foram feitas em dias espaçados e em baixas quantidades. O Exército entregou 661 cestas e a FAB, 100. Outras 158 cestas estavam catalogadas como tendo sido buscadas pelos indígenas a pé. Somando janeiro e fevereiro, as Forças Armadas fizeram 3.828 entregas, numa média de 85 cestas enviadas por dia esse ano. Nos registros da Funai, o número ideal seria de 423 por dia — ou seja, a entrega diária estava 80% abaixo do esperado. Nos números do Ministério da Defesa, eles dizem ter entregado 5,2 mil cestas básicas aos Yanomami entre os dias 22 de janeiro e 15 de fevereiro. Em fevereiro, representantes da Casa Civil se reuniram com integrantes da Defesa e da Funai, em Brasília, com o objetivo de cobrar respostas para a demora na entrega dos alimentos. Entre as justificativas dadas pelas Forças Armadas, a principal foi que a péssima qualidade das pistas de pouso dificulta a chegada de aviões para o transporte de alimentos, somadas com as fortes chuvas que caem na região. No dia 8 de fevereiro, a Funai já havia enviado outro ofício ao Ministério da Defesa pedindo, em caráter emergencial, a manutenção das pistas no território Yanomami. A DPU também encaminhou um ofício, citando diretamente o ministro da Casa Civil, Rui Costa, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e Joenia Wapichana, da Funai, cobrando que o Ministério da Defesa providenciasse o envio de meios aéreos para distribuição das cestas básicas e que ampliassem o “apoio logístico” para garantir alimentação aos Yanomami.

MEIO EMPREGADO: desabastecimento de cestas básicas

Com informações de: The Intercept Brasil, 16/02/2023

Data: 31/10/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: MUCAJAJÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Wuimuiipu, Thorita, Wayomapi, Toothomapi e Koremaw

DESCRIÇÃO: O relato angustiante da situação na Região de Kayanau, conforme descrito no ofício da Hutukara Associação Yanomami (HAY), revela uma realidade desesperadora para as comunidades Yanomami. Há anos, essas comunidades enfrentam uma série de consequências devastadoras causadas pela invasão e escalada do garimpo ilegal em seu território. Os relatos destacam uma série de problemas graves, incluindo a destruição ambiental, a contaminação dos rios, a escassez de alimentos devido à interferência dos garimpeiros nas trilhas e roças tradicionais, além de uma série de questões sociais e de saúde alarmantes. As comunidades enfrentam doenças como malária, diarreia e verminoses, além de problemas sociais como violência, exploração sexual, aliciamento de jovens e consumo de substâncias nocivas como álcool e drogas. O fechamento do Polo Base Kayanau (PBK) deixou as comunidades Yanomami desamparadas, sem acesso adequado aos serviços de saúde e assistência sanitária. Além disso, a presença contínua de garimpeiros ilegais tem gerado um ambiente de insegurança e medo, com relatos de ameaças, conflitos e até mesmo mortes de lideranças locais. O reestabelecimento do Polo Base Kayanau é crucial para garantir o acesso das comunidades Yanomami a serviços de saúde adequados e para combater os impactos devastadores do garimpo ilegal em seu território. Além disso, medidas concretas precisam ser tomadas para proteger os direitos e a segurança das comunidades indígenas e para responsabilizar os responsáveis pela destruição ambiental e pelos crimes cometidos.

MEIO EMPREGADO: desassistência; falta de infraestrutura de saúde

Com informações de: Hutukara Associação Yanomami



Data: 26/01/2023

VÍTIMA: Crianças

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

DESCRIÇÃO: Uma criança Yanomami de quatro anos foi resgatada com peso correspondente ao de um bebê de oito meses, revelando a gravidade da crise sanitária enfrentada por esse povo no maior território indígena do Brasil. Ela foi internada no Hospital da Criança Santo Antônio, único hospital infantil de Roraima, e chegou a ter uma parada respiratória. A pediatra Isabela Balalai, membro da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), explica que a desnutrição representa sérios riscos ao desenvolvimento infantil, incluindo impactos no desenvolvimento cerebral, atrasos cognitivos, déficits de crescimento e vulnerabilidade a doenças infecciosas devido ao comprometimento do sistema imunológico. O Hospital da Criança Santo Antônio registrou um total de 53 meninos e meninas Yanomami internados, a maioria sofrendo de desnutrição. Sete crianças precisaram de UTI, com três delas intubadas. Foram levadas para o hospital as crianças doentes que tiveram o quadro de saúde agravado, não sendo mais possível tratá-las nas comunidades onde vivem. Em todos os quadros, as crianças tinham baixo peso para a idade, agravado por doenças como malária, diarreia, verminose. Associadas, essas doenças tornam o quadro clínico ainda mais complexo.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde; desnutrição

Com informações de: G1/RR, 26/01/2023

Data: 19/07/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: região de Auaris

DESCRIÇÃO: Um surto de diarreia afetou 11 das 41 comunidades Sanõma da região Auaris, na TI Yanomami. Equipes de saúde do Dsei-YY e da organização Médicos Sem Fronteiras forneceram assistência às vítimas do surto, registrando até julho 90 casos, principalmente entre crianças de 1 a 12 anos. A causa exata do surto não foi identificada e a comunidade ficou em luto, devido ao registro de morte de uma criança menor de 5 anos, enquanto aguardava os resultados das investigações. O Ministério da Saúde mobilizou uma operação de apoio aéreo, transportando aproximadamente 700 kg de insumos e medicamentos para auxiliar no enfrentamento à emergência de saúde. Ao final, o surto foi controlado.

MEIO EMPREGADO: surto de diarreia

Com informações de: Agência Brasil, 19/07/2023

Data: 31/10/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Surucucu

DESCRIÇÃO: O Centro de Referência em Saúde Indígena, que prestava assistência médica aos habitantes da TI Yanomami, foi desmontado e retirado da região, conforme divulgado pela Urihi Associação Yanomami. Localizado em Sucurucu, o centro havia sido montado em resposta à crise humanitária enfrentada pelos indígenas e funcionou de abril de 2023 até sua desmontagem, no dia 31 de novembro. Projetado para oferecer atendimento de urgência, consultas, exames e tratamento para malária e desnutrição, o centro era vital em meio às condições de saúde precárias no território. A retirada da estrutura gerou preocupação entre os indígenas e a Urihi Associação Yanomami, que solicitou explicações aos órgãos competentes, como o Ministério da Saúde, a Sesai e a Presidência da República. O presidente da Urihi, Júnior Hekurari Yanomami, expressou receio de que a falta de atendimento médico adequado resultasse em uma repetição dos trágicos eventos ocorridos nos anos anteriores, quando muitos indígenas morreram sem assistência. O centro foi uma promessa do presidente Lula quando visitou Roraima em janeiro, para acompanhar a situação do povo Yanomami. Apesar dos esforços, a situação continua crítica. A devastação causada pelo garimpo ilegal tem agravado os problemas de saúde e ambientais na TI Yanomami, resultando em conflitos, aumento da desnutrição e da incidência de doenças, além de danos irreparáveis ao meio ambiente.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: G1/RR, 07/11/2023

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

DESCRIÇÃO: Um novo levantamento divulgado em junho revelou que 59% dos rios próximos às comunidades da TI Yanomami, em Roraima, estão impactados pelo garimpo ilegal e invasões. O estudo, realizado pelo grupo Geo-Yanomami, evidenciou fortes indícios de contaminação por mercúrio nessas áreas, afetando diretamente a qualidade da água e a saúde dos indígenas. A contaminação dos rios tem consequências devastadoras para os Yanomami, incluindo impactos na segurança alimentar, saúde sanitária e demográfica. Além disso, a presença de garimpeiros ilegais tem gerado aumento da violência na região e forçado comunidades a se deslocar. A situação ocasiona conflitos sangrentos com os garimpeiros e conflitos internos devido à vulnerabilidade causada, à escassez de recursos e à influência dos garimpeiros, que prometem roupas, munições, remédios. As regiões mais afetadas incluem áreas onde os Yanomami vivem, caçam, pescam e plantam, representando uma ameaça direta ao seu modo de vida. A contaminação por mercúrio também tem sido associada a problemas de saúde, como intoxicação, desnutrição, doenças neurológicas e paralisia, afetando especialmente crianças.

MEIO EMPREGADO: Contaminação por mercúrio

Com informações de: Folha de São Paulo, 23/06/2023

Data: 28/05/2023

VÍTIMA: Leno Pedro da Silva

POVO(S): MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAIMUNDÃO

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Comunidade Raimundão I

DESCRIÇÃO: A morte do indígena Leno Pedro da Silva, 27 anos, por picada de uma cobra jararaca no dia 28 de maio, deixou os moradores da comunidade indígena Raimundão I, no município de Alto Alegre, preocupados. O jovem era secretário de uma escola estadual. O motivo da preocupação é porque, segundo o tuxaua Leandro Guilherme, os indígenas da região estariam sem atendimento médico, que é de responsabilidade do Dsei Leste de Roraima. “Meu irmão foi mordido por volta de 1h30 da madrugada do dia 28 de maio. Os primeiros socorros que deveriam ter na comunidade indígena, em caso de mordida de cobra, era ter um soro antiofídico. Aqui tem um posto do Dsei Leste, mas não tinha o soro. Então ele precisou ser removido da comunidade para Alto Alegre, para depois seguir a Boa Vista. Mas o Dsei Leste não tinha carro para remoção”, afirmou o tuxaua Leandro Guilherme.

MEIO EMPREGADO: Falta de soro antiofídico

Com informações de: Folha de Boa Vista, 16/06/2023

Data: 13/01/2023

VÍTIMA: Comunidades

POVO(S): YANOMAMI; YE'KWANA

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: BOA VISTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Yaritobi e Waphuta

DESCRIÇÃO: Os Yanomami enfrentam uma crise de saúde sem precedentes. Há falta de infraestrutura e também de transporte aéreo. O helicóptero que realiza remoções de doentes, por razões não informadas, deixou de realizar esse transporte. Seis pedidos de resgate se encontravam pendentes, apenas nas comunidades de Yaritobi e Waphuta. Entre os casos urgentes estava o de um jovem de 24 anos, que caiu de uma árvore, e o de uma grávida Yanomami que entrou em trabalho de parto na comunidade Parima à noite e só foi resgatada dois dias depois pelo Exército. A criança, inicialmente declarada como óbito fetal, sobreviveu e foi internada na UTI neonatal em Boa Vista. O Condisi Yanomami e Ye'kwana (Condisi-Y) alertou para a situação crítica, ressaltando que a ausência do helicóptero aumentava os casos graves e óbitos evitáveis. Enquanto aguardavam o retorno da aeronave, as solicitações de resgate eram atendidas por aeronaves do Exército do Amazonas e Roraima. Um ofício urgente foi enviado à Sesai no dia 10 de abril, destacando a gravidade da situação.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte aéreo

Com informações de: Folha de Boa Vista, 13/01/2023

SANTA CATARINA

11 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Família

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: TARUMÁ

MUNICÍPIO: ARAQUARI

DESCRIÇÃO: A comunidade da terra Tarumã Mirim enfrenta uma realidade



preocupante de desassistência na área da saúde. Localizada no município de Araquari, estado de Santa Catarina, a aldeia Tarumã Mirim sofre com a falta de infraestrutura para fornecimento e tratamento de água, devido à ausência de fornecimento por parte de empresas de saneamento. A situação compromete gravemente as condições de saúde, higiene e necessidades básicas diárias, afetando-se os direitos básicos dos Guarani Mbya.

MEIO EMPREGADO: Falta de saneamento básico; falta de água

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KAINGANG

MUNICÍPIO: BLUMENAU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Urbana Rã Jur

DESCRIÇÃO: Os Kaingang da aldeia urbana Rã Jur, localizada em Blumenau, começaram a receber abastecimento de água por meio de caminhão-pipa fornecido pela Sesai. No entanto, ainda não possuem outras infraestruturas básicas essenciais, como banheiros e chuveiros. A ausência desses equipamentos compromete não apenas a higiene e o conforto dos residentes, mas também coloca em risco a saúde e o bem-estar da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura de saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: TEKOA VY'A/ÁGUAS CLARAS

MUNICÍPIO: MAJOR GERCINO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: aldeia Tekoa Vy'a

DESCRIÇÃO: A comunidade Guarani Mbya, da TI Tekoa Vy'a/Águas Claras, enfrenta uma situação preocupante de desassistência na área da saúde. Localizada no município de Major Gercino, a aldeia Tekoa Vy'a sofre com a precariedade no saneamento básico. Falta infraestrutura para fornecimento e tratamento de água, devido à ausência de fornecimento por parte de empresas de saneamento. Essa realidade compromete gravemente as condições de consumo humano. Os Guarani Mbya, privados desses serviços essenciais, enfrentam sérios desafios em termos de higiene e saúde.

MEIO EMPREGADO: Falta de água e de saneamento básico

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): XOKLENG

TERRA INDÍGENA: RIO DOS PARDOS

MUNICÍPIO: PORTO UNIÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: aldeia Kupli

DESCRIÇÃO: Durante todo o ano de 2023, a comunidade Xokleng da TI Rio dos Pardos enfrentou sérios desafios devido à precariedade no saneamento básico. Localizada na aldeia Kupli, em Porto União, a falta de infraestrutura para abastecimento e tratamento de água para consumo humano foi uma realidade preocupante. A ausência de fornecimento de água por empresas de saneamento e a falta de serviços de gerenciamento de resíduos sólidos agravaram ainda mais as condições de saúde e bem-estar dos Xokleng.

MEIO EMPREGADO: Falta de água; Falta de saneamento básico e coleta de resíduos

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: TAWA'Í/CANELINHA

MUNICÍPIO: CANELINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tawa'í/Canelinha

DESCRIÇÃO: Os Guarani Mbya que residem na aldeia Tawa'í/Canelinha enfrentaram sérias dificuldades devido à precariedade no saneamento básico. Situada no município de Canelinha, a comunidade indígena enfrentou a falta de disponibilidade de serviços de tratamento e distribuição de água potável. A aldeia também não está inserida no sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, o que representa um risco adicional à saúde dos Guarani Mbya. A falta de serviços de gerenciamento de resíduos sólidos e a ausência de uma unidade básica de saúde, acentuam as condições precárias de saúde e bem-estar dessa comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de infraestrutura; Falta de água; Falta de saneamento básico e coleta de resíduos

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: M'BYGUAÇU

MUNICÍPIO: BIGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Yvy Moroty Vherá

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, a comunidade Guarani Nhandeva na Aldeia Yvy Moroty Vherá enfrentou uma séria carência na área da saúde. Composta por 138 pessoas e situada em Biguaçu, a comunidade não possui unidade básica de saúde para atender suas necessidades médicas. Essa falta de infraestrutura básica e acesso a serviços médicos adequados destaca a urgente necessidade de medidas para assegurar os direitos à saúde e melhorar suas condições de vida.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento à saúde; Falta de infraestrutura

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: M'BYGUAÇU

MUNICÍPIO: BIGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Curi'y/Amaral

DESCRIÇÃO: Em média, 22 famílias Guarani Mbya que residem na aldeia Curi'y/Amaral enfrentaram sérias dificuldades devido à precariedade no saneamento básico. Situada no município de Biguaçu, a comunidade indígena resiste à falta de disponibilidade de serviços de tratamento e distribuição de água potável. A aldeia também não está inserida no sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, o que representa um risco adicional para a saúde dos Guarani Mbya, que inclusive é carente de uma Unidade Básica de Saúde, acentuando as condições precárias de saúde e bem-estar dessa comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de água; Falta de infraestrutura de saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: PINDO TY

MUNICÍPIO: ARAQUARI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Conquista

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, a aldeia Conquista, da TI Pindoty, localizada em Araquari, enfrentou precariedade no saneamento básico. Na região, não há tratamento de água disponível, bem como não há uma empresa de saneamento que forneça água potável. Além disso, a comunidade não recebe serviços de coleta de resíduos sólidos domésticos por parte da prefeitura local ou do Dsei Interior Sul, vinculado à Sesai. A falta de acesso à água potável e à gestão adequada de resíduos agrava os problemas, como a pobreza, a saúde precária e o aumento da mortalidade infantil. As crianças que sobrevivem muitas vezes sofrem com desenvolvimento inadequado devido à desnutrição, muitas vezes acentuada por vômitos e diarreias, realidade agravada pela ausência de uma unidade básica de saúde na comunidade.

MEIO EMPREGADO: Precariedade no saneamento básico e na saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: YAKÁ PORÁ

MUNICÍPIO: GARUVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Na aldeia Yaká Porá, localizada na terra indígena Yaká Porá, em Garuva, os Guarani Mbya enfrentaram uma situação de extrema precariedade no saneamento básico. Na comunidade, não há disponibilidade de serviços de tratamento de água, o que coloca em risco a saúde, bem-estar e condições mínimas de dignidade para os moradores. Além disso, não há fornecimento de água por empresa de saneamento, dificultando ainda mais o acesso a recursos hídricos seguros. A ausência de uma Unidade Básica de Saúde na aldeia agrava a situação, pois os indígenas não têm acesso fácil a atendimento médico e cuidados de saúde básicos.

MEIO EMPREGADO: Precariedade no saneamento básico e na saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul



Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: TEKOKHA DJU MIRIM

MUNICÍPIO: BIGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: A falta de disponibilidade de serviços de tratamento e distribuição de água potável na TI Tekoha Dju/Amâncio, no município de Biguaçu, gera desconforto, saúde precária e desumanização dos Guarani Mbya que vivem ali. Adicionalmente, a comunidade não está inserida no sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, falta de serviços de gerenciamento de resíduos sólidos e a ausência de uma Unidade Básica de Saúde acentuam as condições precárias de saúde e bem-estar dessa comunidade.

MEIO EMPREGADO: Precariedade no saneamento básico e na saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: comunidade

POVO(S): GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: MORRO DA PALHA

MUNICÍPIO: BIGUAÇU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Itanhaém

DESCRIÇÃO: Em 2023, a comunidade Guarani Mbya da aldeia Itanhaém, TI Morro da Palha, situada em Biguaçu, precisou lidar com a ausência de sistemas adequados de tratamento de esgoto, que resulta em condições insalubres, aumentando o risco de doenças transmitidas pela água e contaminando o meio ambiente ao redor. Sem acesso regular à água potável, os membros da comunidade enfrentam dificuldades diárias para atender às suas necessidades básicas de higiene e consumo. Isso coloca em perigo a saúde e o bem-estar de todos, especialmente crianças e idosos. A falta de uma unidade básica de saúde na aldeia torna ainda mais difícil o acesso a cuidados médicos e serviços de saúde preventiva. Além de violar direitos básicos dessas pessoas, a ausência contribui para a perpetuação de condições de vida precárias e vulnerabilidade contínua dos Guarani Mbya.

MEIO EMPREGADO: Precariedade no saneamento básico e na saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

SÃO PAULO**5 Casos**

Data: 01/12/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUAJAJARA; GUARANI; KAIMBÉ; PANKARARÉ; TIMBIRA; WASSU COCAL

TERRA INDÍGENA: ALDEIA FILHOS DESTA TERRA

MUNICÍPIO: GUARULHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Multiétnica

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, as famílias indígenas da Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, localizada em Guarulhos, enfrentaram a falta de atendimento de parte da Sesai. A desassistência afetou diretamente a comunidade, que carece de saneamento básico e depende exclusivamente dos serviços de saúde fornecidos pelo município. Vale ressaltar que esse cenário persiste desde o ano anterior. Apesar de uma ação civil pública movida pelo MPF de Guarulhos exigir o atendimento da Sesai para a aldeia, a questão ainda persiste sem resolução.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde e saneamento básico

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade em contexto urbano

POVO(S): GUARANI NHANDAVA; PANKARARU; WASSU COCAL

MUNICÍPIO: FRANCISCO MORATO

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, as famílias indígenas povo Pankararu, Guarani Nhandava e Wassu Cocal do município de Francisco Morato enfrentaram a falta de atendimento de saúde diferenciado e específico. Desde o início da pandemia de Covid-19, essas famílias se organizaram para reivindicar o direito de acesso aos serviços de saúde indígena no município, e seguem reivindicando o atendimento específico e diferenciado.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Famílias em contexto urbano

POVO(S): PANKARARÉ

MUNICÍPIO: OSASCO

DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2023, as famílias indígenas que vivem no município de Osasco enfrentaram a falta de atendimento de saúde diferenciado e específico. O povo Pankararé, organizado na região há aproximadamente 15 anos por meio de uma associação, mantém diálogo e parceria com o poder público local. Apesar dos esforços durante os anos da pandemia de Covid-19, as famílias intensificaram suas reivindicações pelo direito à saúde indígena no município. No entanto, até o momento, Osasco não possui uma unidade básica de saúde de referência para os povos indígenas, nem qualquer outra ação específica voltada para eles.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 01/08/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): GUARANI

TERRA INDÍGENA: POTY'I

MUNICÍPIO: ITANHAÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Lideranças Tupi Guarani informam que ficaram sem atendimento regular da Sesai, pois o carro da Sesai não estava indo à Aldeia Poty'i, localizada na cidade de Itanhaém, com os profissionais de saúde. Além disso, foi relatado que não há medicamentos básicos, como dipirona e remédios para o controle da pressão alta.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

Data: 2023

VÍTIMA: Famílias indígenas em contexto urbano

POVO(S): PANKARARU

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Contexto Urbano

DESCRIÇÃO: Na zona leste de São Paulo, cerca de 70 famílias Pankararu não contam com atendimento adequado à saúde. Essa situação destaca a importância de políticas públicas que considerem as particularidades e demandas das populações indígenas que vivem em áreas urbanas, garantindo-lhes acesso adequado aos serviços de saúde e promoção da saúde e do bem-estar de forma integral.

MEIO EMPREGADO: Desassistência em saúde

Com informações de: Cimi Regional Sul

TOCANTINS**1 Caso**

Data: 03/08/2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: LAGOA DA CONFUSÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Santa Isabel

DESCRIÇÃO: A DPE do Tocantins (DPE-TO), por intermédio do Núcleo Especializado em Defesa das Questões Étnicas e Raciais (Nucora), realizou atendimentos e vistorias para abordar demandas coletivas na Aldeia Santa Isabel, situada na Ilha do Bananal, dia 2 de agosto. Foram identificados diversos problemas significativos na região, destacando a carência de saneamento básico e as deficiências no sistema de atendimento à saúde indígena. "Na Aldeia Santa Isabel, encontramos situações críticas, como esgoto a céu aberto, escassez de água e a ausência de poços artesianos. A falta de saneamento básico é um desafio considerável. Além disso, há uma demanda urgente no que diz respeito ao atendimento à saúde indígena. É essencial o envolvimento dos municípios para consolidar políticas públicas de saúde específicas para os povos indígenas. Todas essas questões comprometem diretamente a saúde dos indígenas, impactando também a educação das crianças e afetando outros direitos fundamentais", ressaltou a coordenadora do Nucora, Letícia Amorim.

MEIO EMPREGADO: Falta de saneamento básico; falta de água potável

Com informações de: Lideranças; Gazeta do Cerrado, 03/08/2023



DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E OUTRAS DROGAS

Em 2023, o Cimi registrou seis casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas, sendo três no Amazonas, dois no Mato Grosso do Sul e um em Roraima. Apesar do número relativamente baixo de casos registrados, constata-se que a incidência de situações do tipo é bastante maior em vários territórios indígenas por todo o país.

Observa-se que a disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas em terras indígenas tem sido um mecanismo utilizado ao longo da história pelos colonizadores e, no contexto atual, pelos invasores dessas terras, como forma de dominação e controle dos indígenas, a fim de facilitar o livre acesso aos territórios e a prática de crimes. Em outras categorias abordadas neste relatório, a disseminação destas substâncias tem sido um elemento presente e, muitas vezes, desencadeador do cometimento de crimes como violência sexual, lesões corporais e assassinatos.

Outra situação que tem sido relatada com cada vez maior frequência é a presença de narcotraficantes nos territórios indígenas e a relação de facções criminosas com a prática de outros crimes, muitas vezes ligados à exploração ilegal de recursos naturais nas TIs – inclusive com relatos de aliciamento de jovens indígenas.

Em Tefé, no Amazonas, lideranças mencionam a situação de vulnerabilidade que vivem dentro do território com o aumento da venda de substâncias ilícitas, como cocaína e maconha, e de bebidas alcoólicas na aldeia, além do aliciamento dos indígenas, principalmente os mais jovens, para a venda e consumo de drogas. Os indígenas dizem que se sentem impotentes, ameaçados e com medo, pois, com a certeza de impunidade, os comerciantes de drogas entram na aldeia quando querem e não respeitam as lideranças e os comunitários.

No mesmo estado, na região do Alto Solimões, os Tikuna pedem apoio há anos para combater o problema da drogadição. De acordo com as denúncias, o aliciamento também atinge adolescentes indígenas, que acabam se tornando mão de obra para o crime organizado. Além disso, o descontrole trazido pelo assédio do tráfico tem gerado um ambiente de violência nas comunidades. Segundo lideranças, os jovens envolvidos ocupam as ruas nas comunidades no período noturno, praticando crimes entre si e contra os moradores, que reclamam de assaltos, furtos e de outros transtornos.

No Mato Grosso do Sul, indígenas têm sido recrutados para trabalhar na produção e transporte de maconha em fazendas no Paraguai. Numa região onde frequentemente trabalhadores indígenas são resgatados de fazendas em condições análogas à escravidão, a ilegalidade das plantações de maconha torna ainda mais precárias as condições de trabalho.

Muitos jovens indígenas relatam receber o pagamento em drogas para comercialização local.

Em Roraima, o chefe de segurança da Terra Indígena (TI) Jabuti denunciou a presença de pessoas comercializando drogas na comunidade. Detidos pela polícia, os homens informaram que a substância havia sido adquirida na Guiana.

DISSEMINAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA E OUTRAS DROGAS

6 Casos

AMAZONAS

3 Casos

Data: 2023

VÍTIMA: Jovens

POVO(S): APURINÁ; TIKUNA

TERRA INDÍGENA: SEVERINO

MUNICÍPIO: TEFÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Lago do Caimbé, rio Solimões

DESCRIÇÃO: Os indígenas da TI reivindicada Severino, em Tefé, mencionam a situação de vulnerabilidade que vivem dentro do território com o aumento da venda de drogas (cocaína, maconha) e de bebidas alcoólicas na aldeia, além do aliciamento dos indígenas, principalmente os mais jovens, para a venda e consumo de drogas. Os indígenas dizem que se sentem impotentes, ameaçados e com medo, pois, com a certeza de impunidade, os comerciantes de drogas entram na aldeia quando querem e não respeitam as lideranças e os comunitários, repassando as drogas ilícitas na comunidade. Por conta do uso excessivo de drogas, um jovem está dependente químico já tentou suicídio. Foi removido da aldeia para a cidade e internado na Fazenda Esperança, clínica da igreja para tratamento de dependentes químicos. Os indígenas comunicaram a Funai sobre a situação, mas nada foi feito.

MEIO EMPREGADO: Falta de segurança pública

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte I

Data: 2023

VÍTIMA: Comunidade

POVO(S): KAIXANA

TERRA INDÍGENA: PROJETO MAPI

MUNICÍPIO: TEFÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mapi

DESCRIÇÃO: Em 2023, a aldeia Mapi, TI Projeto Mapi, do povo Kaixana, enviou mais um documento denúncia para o MPF e à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, contando sobre as invasões em seu território. Projeto Mapi está em fase de regularização do território junto à Funai e está localizada na estrada da Emade, que liga a TI à sede do município de Tefé. Pela facilidade de acesso, morosidade no processo de regularização, falta de políticas públicas eficientes e de fiscalização, o território fica suscetível aos invasores. Os indígenas citam o aliciamento de comerciantes que têm pontos de vendas na estrada da Emade, próximo à aldeia Mapi, para a venda de bebidas alcoólicas e outras drogas (principalmente maconha e cocaína). O aliciamento se dá principalmente com os jovens, quando estes vão para a escola, que fica na sede do município. Os pontos de venda já foram denunciados para as Polícias Civil e Militar, mas nenhuma providência foi tomada. Os moradores ficam com medo, pois com a certeza de impunidade, os comerciantes já estão adentrando a aldeia Mapi para a venda das drogas.

MEIO EMPREGADO: Disseminação de bebidas alcólicas e outras drogas

Com informações de: Lideranças; Cimi Regional Norte I



Data: 27/02/2023

VÍTIMA: Adolescentes e jovens**POVO(S):** TIKUNA**TERRA INDÍGENA:** VÁRIAS**MUNICÍPIO:** BENJAMIN CONSTANT**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Comunidades Tikuna, próximas ao Município Benjamin Constant

DESCRIÇÃO: A Agência Pública apurou que os Tikuna do Alto Solimões pedem apoio há anos para combater o problema da drogadição. Na visão das lideranças, a situação vem piorando. A reportagem traz o relato de um jovem que começou a usar drogas com 13 anos de idade, incentivado por amigos. “É mais fácil que comprar um pão, se vende em qualquer beco ou rua do município. Se não é comprado na cidade, tem muitos que trazem pra dentro da comunidade para vender”, conta ele. “Eu e meus colegas sempre levamos pra escola, para usar e vender. Tem muitos adolescentes que são usuários, por isso não respeitam mais os professores”, continua o rapaz. Ele afirma sentir vergonha da família, chegando até mesmo a pensar em se suicidar às vezes. Comunidades do povo Tikuna próximas ao município fronteiro de Benjamin Constant, no oeste do Amazonas, enfrentam há anos a situação, com a negligência do Estado. De acordo com as denúncias, há adolescentes indígenas sendo aliciados pelo tráfico de drogas, tornando-se também mão de obra para o crime. Além disso, o descontrole trazido pelo assédio do tráfico tem gerado um ambiente de violência nas comunidades. Segundo lideranças, os jovens indígenas envolvidos ocupam as ruas nas comunidades no período noturno, praticando crimes entre si e contra os moradores, que reclamam de assaltos, furtos e de outros transtornos. Izaque Almeida Bastos, cacique da comunidade Filadélfia, conta que as lideranças fazem denúncias há vários anos ao MPF e à PF. Sem respostas, criaram em 2009 uma segurança indígena para suprir o papel do Estado ausente. Benjamin Constant não tem uma base da PF, e o cacique avalia que o tráfico de drogas e as facções criminosas cresceram muito e conseguiram entrar nas comunidades indígenas. Ele também lamenta a falta de projetos sociais voltados para crianças e jovens indígenas, tanto na sede dos municípios como nas aldeias. Ele observa também que falta apoio psicológico aos jovens indígenas. Muitos dos que saem das comunidades para estudar em universidades acabam desistindo dos estudos ou têm dificuldade para concluir seus cursos, envolvendo-se com o consumo abusivo de álcool e outras substâncias no contexto urbano, quando acabam sendo aliciados para vender drogas e se envolvendo com facções criminosas.

MEIO EMPREGADO: aliciamento de jovens para venda e consumo de drogas*Com informações de: Agência Pública, 27/02/2023*

MATO GROSSO DO SUL

2 Casos

Data: 13/09/2023

VÍTIMA: Jovens**POVO(S):** GUARANI-KAIOWÁ**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Durante uma reunião da frente parlamentar em defesa da solução dos conflitos indígenas em Dourados, o secretário de Justiça e Segurança Pública do MS, Antônio Carlos Videira, expôs na sede da OAB em Dourados/Itaporã uma preocupante situação: indígenas de Mato Grosso do Sul estão sendo recrutados para trabalhar na produção e transporte de

maconha em fazendas no Paraguai. Ele alertou sobre a vulnerabilidade dessas comunidades e o uso de aldeias por facções criminosas para distribuir drogas nos grandes centros urbanos. Videira ressaltou que, apesar de alguns indígenas trabalharem em outras regiões do Brasil, muitos jovens estão sendo aliciados para trabalhar nas plantações de maconha, recebendo não só em dinheiro, mas também em drogas para comercialização local. A reunião teve a participação de representantes das forças de segurança, do MPF e da Funai, bem como de proprietários de terras próximas às reservas indígenas.

MEIO EMPREGADO: aliciamento de jovens para venda de drogas*Com informações de: Midiamax, 13/09/2023*

Data: 04/07/2023

VÍTIMA: Comunidade**POVO(S):** GUARANI KAIOWÁ; GUARANI NHANDEVA; TERENA**TERRA INDÍGENA:** DOURADOS**MUNICÍPIO:** DOURADOS**LOCAL DA OCORRÊNCIA:** aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Na Aldeia Jaguapiru, na Reserva Indígena de Dourados, a 2ª Delegacia de Polícia realizou a prisão de um homem de 31 anos e do irmão dele, um adolescente de 14 anos. O homem, que já tinha antecedentes por tráfico de drogas desde 2012 e havia rompido o monitoramento eletrônico há quatro meses, estava fracionando maconha e crack em porções para distribuição. Os policiais flagraram o momento em que eles estavam na residência da família, onde encontraram cerca de 60 porções de crack, uma pedra não fracionada, um tablete de maconha, dinheiro e celulares. Os dois foram levados à 2ª Delegacia de Polícia de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Tráfico de drogas*Com informações de: Dourados News, 04/07/2023*

RORAIMA

1 Caso

Data: 06/09/2023

VÍTIMA: Comunidade**POVO(S):** MAKUXI**TERRA INDÍGENA:** JABUTI**MUNICÍPIO:** BOA VISTA

DESCRIÇÃO: Agentes da Companhia Tático Ostensivo da Polícia Militar de Roraima, durante uma operação, foram abordados pelo chefe de segurança da comunidade indígena do Jabuti. Segundo ele, dois suspeitos estariam comercializando drogas na região. Os agentes localizaram rapidamente os suspeitos, identificados pelas iniciais M.C.L. e F.T.D. Com M.C.L., foram apreendidos dois invólucros contendo substâncias entorpecentes, e com F.T.D. foi encontrado um invólucro. Após serem indagados sobre a possível existência de mais entorpecentes, F.T.D. confessou que em sua residência havia mais drogas escondidas. Guiados pelo chefe de segurança da comunidade, os agentes foram até a casa de F.T.D. Lá, foram recebidos de maneira colaborativa pela mãe do suspeito. Foram encontrados mais 23 invólucros de entorpecentes. Quando questionados sobre a origem da substância, a dupla informou que adquiriu as drogas na cidade de Lethem, na Guiana. Os dois suspeitos foram detidos e encaminhados para a tomada das devidas providências legais.

MEIO EMPREGADO: Venda ilegal de drogas*Com informações de: Folha de Boa Vista, 10/09/2023*



MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Em 2022, dados oficiais sistematizados pelo Cimi a partir das bases do Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) registraram a ocorrência de 1040 óbitos de crianças indígenas de 0 a 4 anos de idade. As informações foram obtidas por meio de solicitação feita com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) e da consulta a dados públicos do SIM.

Os estados que registraram o maior número de óbitos de crianças indígenas de até 4 anos de idade foram Amazonas (295), Roraima (179) e Mato Grosso (124). Juntos, os três somam 57,5% do total de mortes registradas no ano. A maior parte total dos óbitos, 575 (55,3%), vitimou crianças do sexo masculino.

Cabe ressaltar que, também neste caso, há diferenças na atualização e na abrangência dos dados, visto que a Sesai compila apenas os dados referentes às comunidades atendidas pelos seus 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). O SIM, por outro lado, abrange a totalidade do território nacional e reúne, além das informações da própria Sesai, dados das secretarias de saúde estaduais que também incluem dados sobre óbitos ocorridos em contexto urbano. Também nesta categoria, o Cimi utiliza as informações das bases mais atualizadas em cada estado, conforme indicado na tabela abaixo.

MORTALIDADE NA INFÂNCIA: NÚMERO DE ÓBITOS DE 0 A 4 ANOS EM 2023, POR ESTADO¹

UF	Masculino	Feminino	Branco / Ignorado	Total
Acre	27	39	0	66
Alagoas ²	2	0	0	2
Amapá ²	8	9	0	17
Amazonas	173	122	0	295
Bahia	4	6	1	11
Ceará	4	3	0	7
Distrito Federal	2	0	0	2
Espírito Santo ²	2	1	0	3
Goiás	1	2	0	3
Maranhão	48	31	0	79
Mato Grosso	68	56	0	124
Mato Grosso do Sul	40	29	1	70
Minas Gerais ²	10	7	0	17
Pará	36	15	1	52
Paraíba	3	4	0	7
Paraná	8	6	0	14
Pernambuco	8	8	0	16
Piauí	1	0	0	1
Rio de Janeiro	0	1	0	1
Rio Grande do Norte	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	8	13	0	21
Rondônia	12	4	0	16
Roraima	89	90	0	179
Santa Catarina	4	3	0	7
São Paulo	6	5	0	11
Sergipe	1	0	0	1
Tocantins	10	8	0	18
Total	575	462	3	1.040

¹ Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – junho de 2024. Dados sujeitos a revisão, extraídos em 25/06/2024.

² Fonte: Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi).
Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

**CAUSAS EVITÁVEIS**

A partir das causas de óbitos informadas nas bases de dados da Sesai e do SIM, foram identificados pelo menos 670 casos de recém-nascidos e crianças com até 4 anos de idade que morreram por causas evitáveis – ou seja, em decorrência de enfermidades, transtornos e complicações que poderiam ter sido controladas por meio de ações de atenção à saúde, imunização, diagnóstico e tratamento adequados. A análise foi feita com base na lista de causas evitáveis para óbitos

de 0 a 4 anos, disponibilizada pelo Ministério da Saúde².

Entre estas causas, destaca-se a grande quantidade de óbitos causados por gripe e pneumonia (141), por diarreia, gastroenterite e doenças infecciosas intestinais (88) e por desnutrição (57). Também chama atenção a quantidade de mortes decorrentes de doenças causadas por protozoários (26), como malária, toxoplasmose e leishmaniose.

² Óbitos por causas evitáveis, 0 a 4 anos – Notas Técnicas. Ministério da Saúde. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Obitos_Evitaveis_0_a_4_anos.pdf

ÓBITOS POR CAUSAS EVITÁVEIS DE RECÉM-NASCIDOS E CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS EM 2023*

Tipo de causa evitável	Causa	Mortes
Covid-19	Covid-19	10
Reduzíveis por ações de diagnóstico e tratamento adequado	Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	3
	Doenças pulmonares devidas a agentes externos	4
	Infeções agudas das vias aéreas superiores	1
	Influenza [gripe] e pneumonia	141
	Meningite	1
	Septicemia e outras doenças bacterianas	24
	Doenças do aparelho urinário	1
	Outras infecções agudas das vias aéreas inferiores	22
	Epilepsia	2
	Tuberculose	5
Reduzíveis por ações promoção à saúde vinculadas a ações de atenção	Anemias nutricionais	2
	Desnutrição	57
	Distúrbios metabólicos	6
	Doenças devidas a protozoários (malária, toxoplasmose, leishmaniose)	26
	Diarreia, gastroenterite e doenças infecciosas intestinais	88
	Febres por arbovírus e febres hemorrágicas virais	3
	Helmintíases	2
Reduzíveis por adequada atenção à mulher na gestação	Fatores maternos e complicações da gravidez, do trabalho de parto e do parto	39
	Infeções de transmissão predominantemente sexual	4
	Transtornos hemorrágicos hematológicos e do aparelho digestivo do feto ou do recém-nascido	12
	Transtornos relacionados com a duração da gestação e com o crescimento fetal	23
	Transtornos respiratórios e cardiovasculares específicos do período perinatal	24
Reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto	Fatores maternos e por complicações da gravidez, do trabalho de parto e do parto	22
	Síndrome de aspiração neonatal, hipóxia intrauterina e asfixia ao nascer	44
	Traumatismo de parto	2
Reduzíveis por adequada atenção ao recém-nascido	Afecções comprometendo o tegumento e a regulação térmica do feto e do recém-nascido	2
	Infeções específicas e outros transtornos originados no período perinatal	55
	Transtornos endócrinos, metabólicos, hemorrágicos, hematológicos e do aparelho digestivo do feto e do recém-nascido	18
	Transtornos respiratórios específicos do período neonatal	25
Reduzível por ações de imunização	Tuberculose do sistema nervoso	2
Total		670

*Fontes: SIM – junho de 2024 (dados sujeitos a revisão, extraídos em 25/06/2024) e Siasi (dados extraídos em 25/03/2024, sujeitos a revisão)



MORTE POR DESASSISTÊNCIA À SAÚDE

Segundo dados obtidos junto ao Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) e à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2023 foram registradas 111 mortes de indígenas no Brasil cuja causa foi a falta de assistência à saúde. Os casos ocorreram em 16 estados, e os que tiveram mais

registros foram Amazonas (35), Acre (13), Pará (12) e Paraná (12).

Praticamente a metade das mortes sem assistência vitimou indígenas com 60 anos ou mais. Esta também foi a causa oficial do óbito de 29 crianças indígenas com até 4 anos de idade.

MORTES POR DESASSISTÊNCIA À SAÚDE EM 2023¹

UF	Feminino	Masculino	Total
Acre	6	7	13
Alagoas	1	0	1
Amapá	1	0	1
Amazonas	13	22	35
Bahia	1	3	4
Ceará	0	0	0
Distrito Federal	0	0	0
Espírito Santo	0	0	0
Goiás	0	0	0
Maranhão ²	0	1	1
Mato Grosso do Sul	2	2	4
Mato Grosso ²	5	6	11
Minas Gerais	0	0	0
Pará	2	10	12
Paraíba	0	0	0
Paraná ²	1	11	12
Pernambuco ²	7	2	9
Piauí	0	0	0
Rio de Janeiro	0	0	0
Rio Grande do Norte	0	0	0
Rio Grande do Sul ²	0	1	1
Rondônia	0	1	1
Roraima ²	2	0	2
Santa Catarina ²	0	1	1
São Paulo	1	2	3
Sergipe	0	0	0
Tocantins	0	0	0
Brasil	42	69	111

¹Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – maio de 2024. Dados sujeitos a revisão, extraídos em 08/06/2024

²Fonte: Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi). Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

MORTES DE INDÍGENAS SEM ASSISTÊNCIA, POR FAIXA ETÁRIA³

Faixa etária	Óbitos	%
Até 4 anos	29	26,1%
5 a 19 anos	4	3,6%
20 a 59 anos	22	19,8%
60 anos ou mais	56	50,5%
Total	111	100%

³ Mesmas fontes da tabela anterior



SUICÍDIO

Em 2023, o Brasil registrou 180 suicídios de indígenas, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). As informações foram obtidas por meio de solicitação fundamentada na Lei de Acesso à Informação (LAI) e de consulta à base pública do SIM.

Os estados com o maior número de casos foram Amazonas (66), Mato Grosso do Sul (37) e Roraima (19), seguindo a tendência dos anos anteriores. Esses estados, que

há anos lideram os números de suicídios indígenas, também são palco de elevados índices de violência e de vulnerabilidade social envolvendo estes povos.

A maioria dos suicídios (69,4%) foi cometida por homens indígenas. Embora a maior parte das vítimas (112) esteja compreendida na faixa entre 20 e 59 anos de idade, chama atenção a alta incidência de suicídios entre indígenas muito jovens. Em 2023, 59 indígenas com até 19 anos de idade cometeram suicídio – mais de um terço do total registrado no ano.

SUICÍDIOS DE INDÍGENAS EM 2023, POR SEXO E ESTADOS¹

UF	Feminino	Masculino	Total
Acre ²	3	0	3
Alagoas	0	0	0
Amapá	0	6	6
Amazonas	17	49	66
Bahia	0	2	2
Ceará	1	0	1
Distrito Federal	0	0	0
Espírito Santo	0	0	0
Goiás	0	0	0
Maranhão	1	3	4
Mato Grosso	3	2	5
Mato Grosso do Sul	9	28	37
Minas Gerais ²	2	1	3
Pará ²	0	1	1
Paraíba	0	1	1
Paraná	1	5	6
Pernambuco ²	1	0	1
Piauí	0	0	0
Rio de Janeiro	1	0	1
Rio Grande do Norte	0	1	1
Rio Grande do Sul	2	10	12
Rondônia	0	0	0
Roraima	6	13	19
Santa Catarina	3	1	4
São Paulo	1	1	2
Sergipe	0	0	0
Tocantins ²	4	1	5
Total	55	125	180

¹ Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – maio de 2024. Dados sujeitos a revisão, extraídos em 08/06/2024.

² Fonte: Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi). Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

SUICÍDIOS INDÍGENAS EM 2023, POR FAIXA ETÁRIA³

Faixa Etária	Número de suicídios	%
Até 19 anos	59	32,8%
20 a 59 anos	112	62,2%
60 anos em diante	9	5,0%
Total	180	100%

³ Mesmas fontes da tabela anterior

CAPÍTULO

IV

Violência Contra os Povos Indígenas Livres e de Pouco Contato

Legado trágico, pressão contínua: ações emergenciais
são insuficientes para garantir proteção a Povos Isolados 227

Lista de registros de Povos Indígenas Livres ou isolados 236



A falta de uma política de proteção permanente resultou no retorno de garimpeiros à TI Yanomami, inclusive em áreas próximas a indígenas isolados. Invasores chegaram a sobrevoar uma maloca dos isolados Moxihatëtêma e publicar vídeos em redes sociais. Registro feito em dezembro de 2022, durante sobrevoo realizado pelo Greenpeace

Foto: Valentina Ricardo





Legado trágico, pressão contínua: ações emergenciais são insuficientes para garantir proteção a Povos Isolados



Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL) do Cimi

A intencionalidade malévola embutida por quatro anos, de 2019 a 2022, na política indigenista governamental, que afrontou os direitos indígenas e potencializou a devastação, a violência e a insegurança nos territórios, chegou ao fim com a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022. O sentimento entre os Povos Indígenas, por isso, é de evidente alívio e de muita expectativa em relação ao novo governo que assumiu o poder no início de 2023.

Também nos setores do movimento indígena e da sociedade brasileira engajados diretamente na defesa da vida e dos territórios dos Povos Isolados existe a expectativa de que, enfim, seja retomada e ampliada a política de proteção territorial relativa a esses povos.

A comemoração da derrota do governo anti-indígena, no entanto, não significa carta branca para o governo Lula, que será cobrado em suas promessas de campanha, como deixou claro Davi Kopenawa, líder indígena Yanomami em entrevista à antropóloga Ana Maria Machado, publicada pela plataforma Sumaúma: “Já que eu conheço o novo presidente, vou cobrar, dizendo: quando você discursou, eu o escutei. Todos nós guardamos suas palavras em nossos ouvidos [...]. Não queremos ficar com nosso pensamento em sofrimento caso você esteja mentindo. Que seja verdade o que você disse em reunião, que caso se tornasse presidente novamente iria proteger os povos indígenas, que estão sofrendo no Brasil”¹.

Em relação aos Povos Isolados, estava posto para o novo governo, em 2023, o desafio de reconstruir a política de proteção territorial e ao mesmo tempo adotar, de forma imediata, medidas para combater as inúmeras situações de ameaça devido à invasão de seus territórios, denunciados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no relatório **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022**: “Foram constatadas invasões/danos ao patrimônio em pelo menos 36 TIs onde existem registros de 60 povos indígenas isolados, de acordo com os dados da Equipe de Apoio aos Povos Livres (Eapil/Cimi)”².

O novo governo que assumiu em 1º de janeiro de 2023 trouxe como novidade a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), iniciando com ações positivas, como a operação de grande envergadura de combate à maciça invasão garimpeira da Terra Indígena (TI) Yanomami, estimulada pelo governo

1 ‘Para mim, o termo mudança climática significa vingança da Terra’. Sumaúma, 22/11/2022. Disponível em: <https://sumauma.com/para-mim-o-termo-mudanca-climatica-significa-vinganca-da-terra>

2 Disponível em: <https://cimi.org.br/2relatorioviolencia2022>



anterior, e a defesa de territórios ocupados por Povos Indígenas Isolados, com a renovação de Portarias de Restrição de Uso vencidas há alguns anos e não reeditadas pelo governo anterior. Um dos primeiros atos da nova presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), a indígena Joenia Wapichana, foi a renovação da Portaria de Restrição de Uso do TI Jacareúba/Katawixi, no Amazonas, com prazo de validade até a conclusão da demarcação da terra indígena, sinalizando com isso a retomada e utilização correta desse instrumento de proteção dos Povos Isolados. O prazo de validade da Portaria, agora “até a conclusão da demarcação da terra indígena”, é imprescindível para que o território do Povo Isolado não fique sem amparo legal, como aconteceu anteriormente.

Ao longo do ano, em diferentes terras habitadas por indígenas isolados ocorreram ações de combate a invasores, as quais não escondem a evidente falta de estrutura da Funai em termos de recursos humanos e financeiros para enfrentar os grandes desafios relativos às demandas de proteção territorial, assim como as resistências externas e internas ao governo, exercidas por correntes políticas de diferentes matizes ideológicas, entre elas forças contrárias aos direitos dos Povos Indígenas.

Mesmo sem desconsiderar a “herança maldita” do governo anterior, os resultados alcançados ficaram aquém dos esperados, como a demora na assinatura dos atos administrativos de demarcação das terras indígenas e na implementação de medidas permanentes de combate às invasões e de fiscalização desses territórios.

A retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3 pelo governo federal outra vez traz muita preocupação,

sobretudo pelos investimentos previstos em obras de infraestrutura que podem gerar pressões sobre territórios indígenas, inclusive de Povos Isolados.

Obras no passado foram construídas com graves consequências para os Povos Indígenas, como a hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, em que sequer foi respeitado o direito destes povos à Consulta Livre, Prévia e Informada. Essa hidrelétrica, além dos seus imensuráveis danos socioambientais, impactou fortemente a TI Ituna/Itatá, habitada por indígenas isolados, que foi maciçamente invadida após o empreendimento. Semelhantemente, na construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, dados sobre a presença de indígenas isolados foram omitidos nos estudos de viabilidade e só foram divulgados pela Funai após terem sido concedidas as licenças de instalação.

Em 2023, a legislação que dá suporte aos direitos territoriais indígenas, incluídos os dos Povos Isolados, sofreu duro ataque no Congresso Nacional, onde as tradicionais bancadas anti-indígenas, conhecidas como as bancadas do “Boi” (ruralista), da “Bíblia” (fundamentalista evangélica) e da “Bala” (armamentista), se fortaleceram com a expressiva eleição de parlamentares de extrema direita.

O Projeto de Lei (PL) 490/2007, com graves retrocessos em relação aos Povos Indígenas, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e também no Senado, onde recebeu o número 2.903/2023 e foi, por fim, promulgado, dando origem à lei 14.701/2023. Nela está presente, entre outros dispositivos, a tese do “marco temporal”, segundo a qual os Povos Indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem na

Foto: Ibama/divulgação



Gado apreendido na TI Ituna/Itatá, no Pará, durante operação Eraha Tapiro



Foto: Maiara Dourado/Cimi



Na TI Karipuna, invasores sentem-se à vontade para deixar recados ameaçadores aos indígenas, como mostra o registro feito no final de 2023 no interior da TI. Isolados foram avistados pelos Karipuna em regiões próximas às invasões de grileiros e madeireiros

sua posse na data da promulgação da Constituição de 1988. A aprovação dessa norma pelo Congresso Nacional se deu após essa tese ter sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa limitação na temporalidade dos direitos territoriais indígenas também traz sérias restrições para a demarcação das terras dos Povos Indígenas Isolados, que em sua grande maioria continuam invisíveis para o Estado³.

Originalmente, também constava nesse PL um dispositivo que afrontava diretamente os direitos dos Povos Indígenas Isolados, permitindo o contato forçado para “intermediar ação estatal de utilidade pública” e, assim, abria caminho para toda sorte de abusos e violações. Ambos os dispositivos acima mencionados foram vetados pelo presidente da República. O veto presidencial relativo ao “marco temporal” foi derrubado pelo Congresso Nacional – que, no entanto, aceitou retirar do texto da lei o dispositivo que permitia o contato forçado de Povos Isolados. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e seis partidos políticos ingressaram no STF com Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra a lei.

No âmbito do Judiciário, em 2023, se destaca de forma positiva, além da declaração de inconstitucionalidade do “marco temporal”, o referendo pelo pleno do STF das medidas cautelares relativas aos Povos Indígenas Isolados, aprovadas pelo relator, o ministro Edson Fachin, na Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 991),

impetrada pela da Apib. Tais medidas determinam, entre outros aspectos, que:

a) a União Federal adote todas as medidas necessárias para garantir a proteção integral dos territórios com presença de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, através de portarias de restrição de uso com fundamento no princípio da precaução e prevenção;

b) a União apresente, no prazo de 60 dias, contados inclusive durante o recesso forense, um Plano de Ação para regularização e proteção das terras indígenas com presença de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, demonstrando a existência dos recursos necessários à execução das tarefas, primordialmente daquelas consideradas prioritárias e mais urgentes;

c) seja reconhecida pelas autoridades a forma isolada de viver como declaração da livre autodeterminação dos Povos Indígenas Isolados, sendo o ato do isolamento considerado suficiente para fins de consulta, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

d) a União, no prazo de até 60 dias, emita Portarias de Restrição de Uso para as referências de Povos Indígenas Isolados que se encontram fora ou parcialmente fora de terras indígenas, bem como planos de proteção das referidas áreas;

e) A União e a Funai mantenham a Portaria de Restrição de Uso nº 1.040, de 16 de outubro de 2015, do Grupo Indígena Tanaru, até o final do julgamento de mérito da presente arguição.

³ Mais informações podem ser encontradas no artigo **Povos Indígenas Livres, os mais atingidos pelo marco temporal**, publicado no Jornal Porantim nº 464, abril/2024, p. 6. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/04/porantim-464-marco-temporal-ainda>



Foto: Marizilda Cruppe/Greenpeace



Na TI Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, indígenas em isolamento são ameaçados por grileiros que criam gado ilegalmente no território, como mostra o registro feito em outubro de 2023 durante sobrevoo do Greenpeace. Grandes frigoríficos e redes de supermercados compram gado dos invasores

Os dados desse relatório apontam que em muitas terras indígenas com presença de Povos Isolados ocorreram ações de combate aos invasores e repressão aos crimes ambientais, importantes para frear o ímpeto dos infratores, estimulados pela liberdade de atuação que tiveram no governo anterior, e sinalizar que suas ações ilícitas podem gerar consequências e responsabilização. Mas fica evidente também que persistem a insegurança e a alta vulnerabilidade dos territórios habitados pelos Povos Indígenas Isolados e, conseqüentemente, as graves ameaças à vida desses povos.

Em 2023, foram registrados casos de invasões e danos ao patrimônio em 30 TIs com presença de indígenas em isolamento voluntário. Estas áreas reúnem 56 dos 119 registros de Povos Indígenas Isolados atualmente contabilizados no país pela Eapil – ou seja, quase metade do total. O contexto é ainda mais grave se considerarmos que 37 do total de 119 registros encontram-se em áreas sem nenhuma providência para a restrição de acesso, demarcação territorial e proteção efetiva da Funai.

Bons propósitos e funcionários públicos comprometidos com o futuro dos Povos Indígenas Isolados não bastam, se estes são insuficientes e se não existe o suporte necessário para estruturar uma ampla política de proteção territorial.

Da mesma forma, políticas econômicas desenvolvimentistas pensadas sem considerar a existência desses povos, muitas vezes desconhecidos e por isso invisíveis para o Estado, se confrontam e limitam sobremaneira o alcance e a eficácia de uma política indigenista que se pretende séria, capaz de resguardar e proteger suas vidas e os seus territórios.

Constata-se uma grande discrepância entre as referências de Povos Isolados confirmadas e as não confirmadas. A Funai indica 114 referências de presença de Povos Isolados dos quais, até o momento, reconhece a existência de apenas 28. Entidades registram um número de referências ainda maior, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que aponta 120, e a Eapil/Cimi, com 119. Existe, portanto, um desconhecimento muito grande do Estado sobre a presença de Povos Isolados. Esse desconhecimento e a conseqüente ausência de medidas de proteção podem significar sentenças de morte para esses povos “invisíveis”, num contexto em que os criminosos ambientais alcançam as regiões remotas da Amazônia.

Por isso, é necessário e urgente, não só com as pesquisas nos territórios, mas com base em informações qualificadas já coletadas por organizações indígenas e indigenistas e também



Violações e ameaças aos Povos Indígenas Isolados nos territórios

A **TI Jacareúba/Katawixi**, no estado do Amazonas, habitada por indígenas isolados, continua sofrendo forte pressão, que pode aumentar ainda mais se o projeto de reasfaltamento da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), for concretizado. Em maio e junho de 2023, o sistema Deter/Inpe registrou alertas de desmatamento de 13 hectares no limite sudeste da TI, avançando a partir de picadas abertas nos anos anteriores. Em setembro, outubro e dezembro, o mesmo sistema registrou a queima de 173 hectares no interior da terra indígena. A maior queimada ocorreu numa área que já havia sido desmatada em 2020, cerca de 10 km adentro do limite leste da TI Jacareúba/Katawixi, segundo dados do próprio Inpe. Depois de passar mais de um ano sem a cobertura legal da Portaria de Restrição de Uso, por negligência e irresponsabilidade do governo Bolsonaro, uma nova Portaria (nº 626) com essa finalidade foi expedida em 7 de março de 2023, com vigência até a demarcação da terra indígena, assegurando assim sua proteção legal de forma permanente.

Na **TI Tenharim Marmelos**, no estado do Amazonas, com presença de indígenas isolados, se constata a continuidade da exploração ilegal de madeira⁴. A terra indígena também é alvo da exploração garimpeira com uso de material tóxico, igualmente constatada no Parque Nacional Campos Amazônicos, na divisa com o estado de Rondônia. Em julho de 2023, em ação da PF e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foram destruídas escavadeiras, motores de dragagem, geradores de energia elétrica, caminhonetes e motocicletas⁵. Os indígenas isolados da TI Tenharim Marmelos também são ameaçados, assim como outros Povos Isolados da região, pelo projeto de construção da Hidrelétrica Tabajara, no rio Machado, em Machadinho d'Oeste, Rondônia, nas proximidades da terra indígena.

A **TI Vale do Javari**, no estado do Amazonas, com a presença de pelo menos 15 Povos Isolados, continua sendo invadida por caçadores e pescadores ilegais, pelo sul, na altura do município de Eirunepé⁶. Em março de 2023, durante a Assembleia da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) realizada na comunidade Paraná, alto rio Ituí, lideranças locais denunciaram a falta de fiscalização e monitoramento diante das invasões de caçadores, pescadores e de pessoas ligadas ao narcotráfico, na fronteira com o Peru, na altura das comunidades indígenas de Irari, Lago Grande e Lago

pela Funai sobre a possível presença de indígenas isolados, a adoção de medidas de precaução, como a emissão de Portarias de Restrição de Uso de territórios e a instalação de Bases de Proteção Etnoambiental (Bapes), entre outras, antes mesmo que a existência do Povo Isolado fique cabalmente demonstrada.

Os desafios para garantir os direitos dos Povos Indígenas e em especial dos Povos Isolados, mesmo com as determinações do STF e num governo mais sensível às suas demandas, continuam enormes. Passam pela reestruturação e fortalecimento dos órgãos de proteção territorial e de proteção ambiental, pelo reconhecimento das numerosas referências sobre a existência de Povos Isolados invisíveis para o Estado, com as correspondentes medidas preventivas de proteção, e pela capacidade de articulação e mobilização do movimento indígena, seus aliados e demais entidades da sociedade para o enfrentamento político dos poderosos grupos que pleiteiam a exploração econômica e a expropriação dos territórios indígenas.

É preciso ir além de ações emergenciais e avançar para políticas estruturantes e de envergadura que possibilitem uma ação eficaz, permanente e suficientemente ampla do Estado, com a participação das comunidades e organizações indígenas.

4 Fontes: lideranças; Cimi Regional Norte I

5 **Operação contra área devastada em Terra Indígena Tenharim Marmelos.** Gabriel Corrêa, Rádio Nacional, 03/07/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2023-07/operacao-contra-area-devastada-em-terra-indigena-tenharim-marmelos>

6 Fonte: Cimi Regional Amazônia Ocidental



do Tambaqui, e também a presença de invasores no baixo rio Curuçá e no rio Pardo, até as imediações da comunidade São Salvador⁷. Em abril, homens encapuzados invadiram a aldeia Irari 2, na fronteira com o Peru, pedindo a cabeça do cacique Valdemar Kanamary, que não se encontrava no local. Segundo o Boletim de Ocorrência (BO), eram 16 homens armados com fuzis que falavam em espanhol⁸. O garimpo ilegal nos rios Jandiatuba e Jutai continua sendo uma permanente ameaça aos Povos Indígenas Isolados do Vale do Javari. A Univaja e sua Equipe de Vigilância (EVU) seguem com o monitoramento da terra indígena, encaminhando as denúncias das invasões do território e ameaças contra lideranças indígenas para os órgãos competentes. A PF chegou a instalar uma base flutuante em Atalaia do Norte que, segundo lideranças indígenas, só se manteve por 15 dias. Segundo a Funai, numerosas ações de combate aos crimes ambientais em conjunto com a PF foram realizadas no Vale do Javari, entre as quais operações contra a pesca ilegal e contra o garimpo nos rios Jandiatuba, Boia, Jutai, Igarapé Preto e Igarapé do Mutum⁹. No entanto, permanece o sentimento de insegurança entre os indígenas. Fica evidente a falta de estrutura da Funai, de suas Bapes e dos demais órgãos públicos de fiscalização e repressão para o tamanho dos desafios da proteção da TI Vale do Javari.

O território dos **Indígenas Isolados localizados no rio Mamoriá**, afluente do rio Purus, próximo da TI Hi-Merimã, no município de Lábrea (AM), cuja presença foi confirmada pela Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Madeira Purus em 2021, com base em duas expedições registradas em relatórios, ainda não teve a Portaria de Restrição de Uso expedida pela Funai. A morosidade na adoção dessa medida protetiva mantém esse povo em situação de vulnerabilidade territorial e jurídica.

Na **TI Yanomami**, nos estados de Roraima e Amazonas, a falta de uma ação permanente de proteção territorial ensejou, no segundo semestre de 2023, a volta de garimpeiros, constatada por lideranças indígenas como Dário Kopenawa, vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY). “A gente recebe todo os dias as denúncias das nossas lideranças tradicionais, das nossas aldeias, de que o garimpo não diminuiu”, afirmou Dário à reportagem do G1/RR¹⁰.

Em agosto de 2023, a Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume) denunciou ao Ministério Público Federal (MPF), à Funai, à Polícia Federal (PF) e ao Exército Brasileiro que garimpeiros voltaram a invadir a TI Yanomami, especificamente na comunidade Wacchannha, em Waikás,

região Uraricoera. Segundo a denúncia, os garimpeiros ameaçaram a comunidade, causando transtornos às mulheres que trabalham nas roças, colocando mulheres e crianças em risco de abuso e exploração sexual, e tentando aliciar jovens para o crime¹¹. Os garimpos que permanecem nessa terra indígena continuam sendo uma grande ameaça a vida dos povos Yanomami e Ye'kwana e aos Povos Isolados que habitam esse território. Apesar do governo ter declarado emergência em saúde pública, os dados oficiais registram assustadoras 363 mortes de indígenas por doenças, um aumento de 6% em relação a 2022¹². A alta vulnerabilidade de indígenas isolados na TI Yanomami pode ser verificada em vídeo, que circulou nas redes sociais, feito por invasores sobrevoando a aldeia dos Isolados Moxihatëtêma, com o título “Índios canibais em Roraima”. O fato foi denunciado pela Urihi Associação Yanomami, através de ofício em que cobra providências a Funai, PF, MPF, MPI, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e Exército¹³.

Na **TI Pirititi**, localizada no estado de Roraima, com Portaria de Restrição de Uso para a proteção de Povo Indígena Isolado, em ação do MPF/RR conjunta com a PF, em maio de 2023, motivada por denúncias sobre retirada ilegal de madeira e grilagem de terra, os Procuradores da República confirmaram a ocupação de moradias de não indígenas dentro da TI e a atuação de posseiros e grileiros nos limites da área interditada pela União, além do avanço da ocupação territorial para o interior da terra. O MPF pretende adotar medidas judiciais para a retirada dos invasores e também obter o cancelamento registros no CAR sobrepostos a quase metade da TI Pirititi¹⁴.

Destaca-se a morosidade no processo de demarcação da **TI Kawahiva do Rio Pardo**, estado de Mato Grosso, que se encontra parado desde 2016, quando os seus limites foram declarados por Portaria do Ministério da Justiça. Desde agosto de 2023, inclusive, vem sendo descumprida determinação do STF para que o governo apresente um cronograma de demarcação. Em setembro de 2023, a Apib, no âmbito da ADPF 991, informou o ministro do STF Edson Fachin sobre o cenário da TI Kawahiva do Rio Pardo (MT), demonstrando extrema preocupação “em virtude das constantes invasões por grileiros e madeireiros, que adentram a TI, principalmente através da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt (MT) e da Reserva Extrativista do Guariba (AM), causando desmatamento

7 Fonte: Lideranças; Cimi Regional Norte I

8 **Homens encapuzados invadem aldeia e ameaçam cacique no Vale do Javari**. Ivina Garcia/Agência Amazônia, na Agência Cenarium. Disponível em: <https://agenciacenarium.com.br/homens-encapuzados-invadem-aldeia-e-ameacam-cacique-no-vale-do-javari>

9 **Funai e Ibama unem esforços em operação na terra indígena Vale do Javari**. Agência Gov, 27/12/2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202312/funai-e-ibama-unem-esforcos-em-operacao-na-terra-indigena-vale-do-javari>

10 Fonte: **Garimpeiros voltam a operar e tem até internet via satélite em umas das maiores regiões de exploração na Terra Yanomami**. Alexandre Hisayasu, Marcelo Marques, Caíque Rodrigues, Valéria Oliveira, G1/RR, 09/12/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/12/09/garimpeiros-voltam-a-operar-e-tem-ate-internet-via-satelite-em-umas-das-maiores-regioes-de-exploracao-na-terra-yanomami.ghtml>

11 Fontes: Associação Wanasseduume; **Garimpeiros voltam à Terra Yanomami e ameaçam indígenas mesmo após serem abordados em operações, denuncia associação**. G1/RR, 11/08/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/08/11/garimpeiros-voltam-a-terra-yanomami-e-ameacam-indigenas-mesmo-apos-serem-abordados-em-operacoes-denuncia-associacao.ghtml>

12 **Mortes de indígenas Yanomami em 2023 crescem 6% em relação a 2022, mostram dados do Ministério da Saúde**. Jornal Nacional, 23/02/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/23/mortes-de-indigenas-yanomami-em-2023-crescem-6percent-em-relacao-a-2022-mostram-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>

13 **Homens sobrevoam aldeia, xingam indígenas isolados em RR e postam no TikTok**. Carlos Madeiro, Uol, 13/11/2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/11/13/homens-sobrevoam-aldeia-xingam-indigenas-isolados-de-rr-e-postam-no-tiktok.htm>

14 **MPF encontra posseiros e grileiros nos limites de Terra Pirititi, onde indígenas vivem isolados**. G1/RR, 12/05/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/05/12/mpf-encontra-posseiros-e-grileiros-nos-limites-de-terra-pirititi-onde-indigenas-vivem-isolados.ghtml>



e colocando em risco a própria existência dos indígenas isolados Kawahiva. Observa-se que a TI Kawahiva do Rio Pardo vem sofrendo pressão tanto ao lado oeste, quanto ao lado leste, no que pode ser considerado como um verdadeiro 'abraço da morte', também expresso no conceito de Cercamento¹⁵. Esse importante alerta da pressão sobre o território Kawahiva feita pela Apib se justifica considerando o aumento das invasões e exploração ilegal de recursos em Unidades de Conservação no entorno dessa terra indígena. Além disso, a Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Campo Novo do Parecis (Coprodia), uma das maiores empresas do agronegócio brasileiro, está reivindicando na Justiça Federal o direito de explorar duas fazendas, negando a presença de indígenas isolados, fartamente documentada pela Funai. Em 2023, o desmatamento no interior da terra indígena foi contido pela fiscalização da FPE Madeirinha-Juruena, da Funai, feita com o imprescindível apoio da Força Nacional, dado os riscos à segurança dos funcionários públicos decorrente da ação de criminosos ambientais.

A **TI Piripkura**, também no estado de Mato Grosso, perdeu somente durante o mês de março de 2023, de acordo com o Imazon, aproximadamente 100 hectares¹⁶. De janeiro a agosto de 2023, 168,4 hectares foram desmatados, revelando que essa terra indígena segue sendo ameaçada por atividades ilegais¹⁷. Em 7 de março de 2023, a Portaria da Funai nº 625 renovou a “restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai” nessa TI, “até a publicação da homologação da demarcação”. Esse território é habitado por Tamandua e Baita, dois indígenas em isolamento voluntário que sobreviveram a sucessivos massacres nas últimas décadas. Eles são supostamente os dois últimos membros do povo Piripkura em isolamento.

Na **TI Alto Turiaçu**, no estado do Maranhão, com presença de indígenas isolados, continuaram, ao longo do ano, as denúncias de invasões de madeireiros, garimpeiros e criadores de gado. Os conflitos são constantes, mesmo com a atuação continuada dos Guardiões da Floresta e também de ações da Funai, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), da PF e da Polícia Rodoviária Federal (PRF)¹⁸. Com o objetivo de reprimir o comércio irregular de madeira extraída da TI Alto Turiaçu, envolvendo ameaças a indígena, em julho foram deflagradas pela PF, em conjunto com outros órgãos federais, as operações Arrabalde e Kambô Urucum, nos municípios de Araguanã e Santa Luzia, para o cumprimento de 13 mandados de

busca e apreensão, sete medidas cautelares para suspensão de atividades econômicas, além de um mandado de prisão preventiva¹⁹.

A **TI Araribóia**, no estado do Maranhão, continua sendo alvo de invasões para atividades econômicas ilegais, ameaçando seriamente a vida dos grupos indígenas isolados que também habitam esse território. São frequentes as queimadas criminosas para a expansão de pastagens ilegais relatadas pelos brigadistas Guajajara, que, numa das ações de combate ao fogo, avistaram indígenas isolados fugindo das chamas. Indígenas Guajajara Guardiões da Floresta também encontraram árvores marcadas para a extração ilegal de madeira próximo a áreas de trânsito de indígenas isolados, numa das regiões mais preservadas dessa terra indígena. Lideranças indígenas também denunciaram a abertura, por fazendeiros e madeireiros, de uma estrada ilegal que passa dentro da TI Arariboia, próximo à rodovia MA-006, no município de Arame, e manifestaram preocupação com invasores, arrendamento ilegal de terras para expansão do cultivo de soja e a ameaça que estas invasões representam para a biodiversidade e para o próprio futuro do povo²⁰.

Em junho, numa operação da PF, Ibama e ICMBio foram presas nove pessoas, destruídas serrarias, máquinas, caminhões e fornos de carvoarias alimentados por madeira extraída ilegalmente da TI Arariboia, e apreendida madeira ilegal, em quantidade equivalente a 45 caminhões carregados.

A **TI Caru**, também no estado do Maranhão, a exemplo do que acontece na TI Arariboia, continua sendo degradada por incêndios criminosos que colocam em risco a segurança dos Awá-Guajá isolados que habitam esse território. A ameaça aos indígenas isolados também vem da constante invasão de caçadores e madeireiros, que ameaçam os Guardiões da Floresta, além de provocar o desmatamento dessa terra indígena²¹.

A **TI Ituna/Itatá**, no estado do Pará, mesmo com Portaria de Restrição de Uso, foi uma das terras indígenas mais desmatadas durante o governo anterior. Por força de uma Ação Civil Pública movida pelo MPF, da qual participaram a FPE Médio Xingu da Funai, o Ibama, a PF, a PRE, a Força Nacional de Segurança Pública e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), a partir de agosto de 2023 começou a operação “Ehara Tapiro” para retirar os ocupantes de má-fé, o gado ilegal e combater outros crimes ambientais. Para impedir a saída do gado, invasores destruíram pontes, atearam fogo em pastos e ameaçaram moradores locais. Mais de 1,5 mil cabeças de gado foram retiradas da terra indígena. A Força Nacional permaneceu para a preservação da ordem pública e do patrimônio da área. Para tentar “esquentar” a posse ilegal da terra, grileiros já registraram 94% da área TI Ituna/Itatá no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

15 Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2023/10/PET-991-KAWARIVA.docx.pdf>

16 **Terra Indígena com isolados tem maior área desmatada da Amazônia em MT, aponta Imazon**. G1/MT, 20/04/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/04/20/terra-indigena-com-isolados-tem-maior-area-desmatada-da-amazonia-em-mt-aponta-imazon.ghtml>

17 Boletim técnico **Sirad-I: sistema de alerta de desmatamento em terras indígenas com registros de povos isolados - maio a agosto de 2023**. ISA, novembro de 2023. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/c3d00072_0.pdf

18 Fontes: lideranças indígenas; **Força Nacional vai atuar na Terra Indígena Alto Turiaçu no MA para conter invasão de madeireiros e garimpeiros**. G1/MA, 26/12/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/12/26/forca-nacional-vai-atuar-na-terra-indigena-alto-turiacu-no-ma-para-conter-invasao-de-madeireiros-e-garimpeiros.ghtml>

19 **PF realiza operação de combate à extração ilegal de madeira em territórios indígenas, no MA**. G1/MA, 12/07/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/07/12/pf-realiza-operacao-de-combate-a-extracao-ilegal-de-madeira-em-territorios-indigenas-no-ma.ghtml>

20 Fontes: lideranças; Cimi Regional Maranhão

21 Fontes: lideranças; Cimi Regional Maranhão



Na **TI Karipuna**, no estado de Rondônia, a presença de indígenas isolados é atestada pelos Karipuna que informam seguidamente sobre os vestígios encontrados na terra indígena. Manifestam grande preocupação porque os vestígios que localizaram, em janeiro de 2023, estão muito próximos de uma região invadida por grileiros e madeireiros. No mesmo mês encaminharam documentos à Funai, ao Ibama, à 6ª Câmara e ao MPF, denunciando o roubo de madeira e exigindo providências das autoridades, porque o combate aos invasores, até esse momento, não tinha alcançado os resultados esperados. Os invasores entram na terra indígena pelos rios Jaci Paraná e Formoso e também pela região de Buritis e Jacinópolis, passando pela Reserva Extrativista (Resex) Jaci Paraná e pelo Parque Estadual Guajará Mirim, se utilizando de estradas e pontes improvisadas. Em maio, foram detectados 12 pontos de desmatamento. No ano anterior, em 2022, a TI Karipuna registrou assustadores 1.741 hectares desmatados, índice mais alto registrado neste território na série histórica do Prodes/Inpe. Em 2023, apesar da significativa redução, a área desmatada na TI permaneceu alta: foram 543 hectares de vegetação suprimida ilegalmente do território. Os invasores já subtraíram 7.093 hectares de florestas da TI, a maior parte deles a partir de 2016. O MPF também identificou 87 registros de imóveis rurais dentro da TI Karipuna e pediu o seu cancelamento, mas mesmo assim os cadastros permanecem na base de dados²².

Em junho de 2023 a PF, a Funai e o Ibama realizaram uma operação para remover invasores e madeireiros da TI Karipuna da qual participaram 91 servidores. A operação identificou cerca de 20 madeiras e serrarias próximas à terra indígena, que recebem madeira extraída ilegalmente do seu interior²³.

Na **TI Uru-Eu-Wau-Wau**, também localizada em Rondônia, que abriga em torno de cinco grupos indígenas isolados, o sistema Prodes/Inpe registrou desmatamento de 169 hectares de floresta, nesta que é uma das terras indígenas mais afetadas pela grilagem e pelo desmatamento nos últimos anos. O sistema Deter/Inpe, por sua vez, registrou alertas de desmatamento em 537 hectares e de degradação em 580 hectares, além de 605 hectares com cicatrizes de queimada no ano de 2023²⁴. Um levantamento revelou que fazendas dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, abasteceram frigoríficos da JBS, que por sua vez forneceram carne para redes de supermercados como Pão de Açúcar, Assaí e Extra²⁵. O garimpo ilegal também se instalou nessa terra

indígena, utilizando maquinário pesado. Além disso, 115 lotes do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Burareiro estão sobrepostos à TI Uru-Eu-Wau-Wau. Em maio de 2023, nessa região do assentamento, um grupo de 16 pessoas, composto por indígenas, ativistas e jornalistas, foi cercado e hostilizado, sendo mantidos sob vigilância por mais de três horas, por 50 homens, alguns deles armados²⁶.

Com o objetivo de retirar invasores, combater garimpos ilegais e outros crimes ambientais, a PF, em colaboração com o Ibama e o MPF, deflagrou em maio de 2023 a Operação Praesidium²⁷, destruindo escavadeiras, máquinas e motores utilizados para o garimpo ilegal de ouro na TI Uru-Eu-Wau-Wau e apreendendo grandes quantidades de madeira em tora e serrada – que, extraída ilegalmente da terra indígena, promove um prejuízo socioambiental aos indígenas muito maior do que os estimados R\$ 6 milhões referentes a equipamentos destruídos durante a operação.

Intensa degradação ambiental também atinge a região da **Mata do Mamão, na TI Inawébohona**, Ilha do Bananal, no estado do Tocantins, o que coloca em risco e afronta os direitos do Povo Isolado Avá-Canoeiro que vive nessa região. Os relatórios dos fiscais do Ibama e do ICMBio revelam uma série de violações, incluindo a presença de rebanhos de gado em uma área proibida para não-indígenas, pesca predatória, caça ilegal e extração de madeira de forma não autorizada. Essas atividades causam danos significativos ao ecossistema local, ameaçando a biodiversidade da região e comprometendo o modo de vida dos Avá-Canoeiro que dependem exclusivamente da natureza. Foi criada uma força-tarefa pelo ICMBio para investigar os crimes ambientais na região e identificar os responsáveis por essas atividades ilegais²⁸.

Terras indígenas com presença de povos isolados também vêm sendo assediadas pelo mercado de carbono. É o que vem acontecendo, por exemplo, com as TIs Alto Turiaçu e Arariboia, no Maranhão. Empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs), inclusive estrangeiras, contatam lideranças indígenas nessas terras para implantar projetos de créditos de carbono, gerando questionamentos e também apoios. Lideranças indígenas temem pela perda de autonomia sobre os territórios, violência, exclusão e o acirramento de conflitos internos, que já estão ocorrendo. Os Povos Indígenas Isolados – que, por sua opção pelo isolamento, manifestam inequivocamente que se recusam a participar de toda e qualquer negociação envolvendo seus territórios – têm os seus direitos à consulta livre, prévia e informada e de autodeterminação afrontados e violados.

22 Comunidades indígenas; Cimi Rondônia

23 **Operação para retirar invasores de terra indígena é iniciada em Rondônia.** G1/RO, 11/05/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2023/05/11/operacao-para-retirar-invasores-de-terra-indigena-e-iniciada-em-rondonia.ghtml>

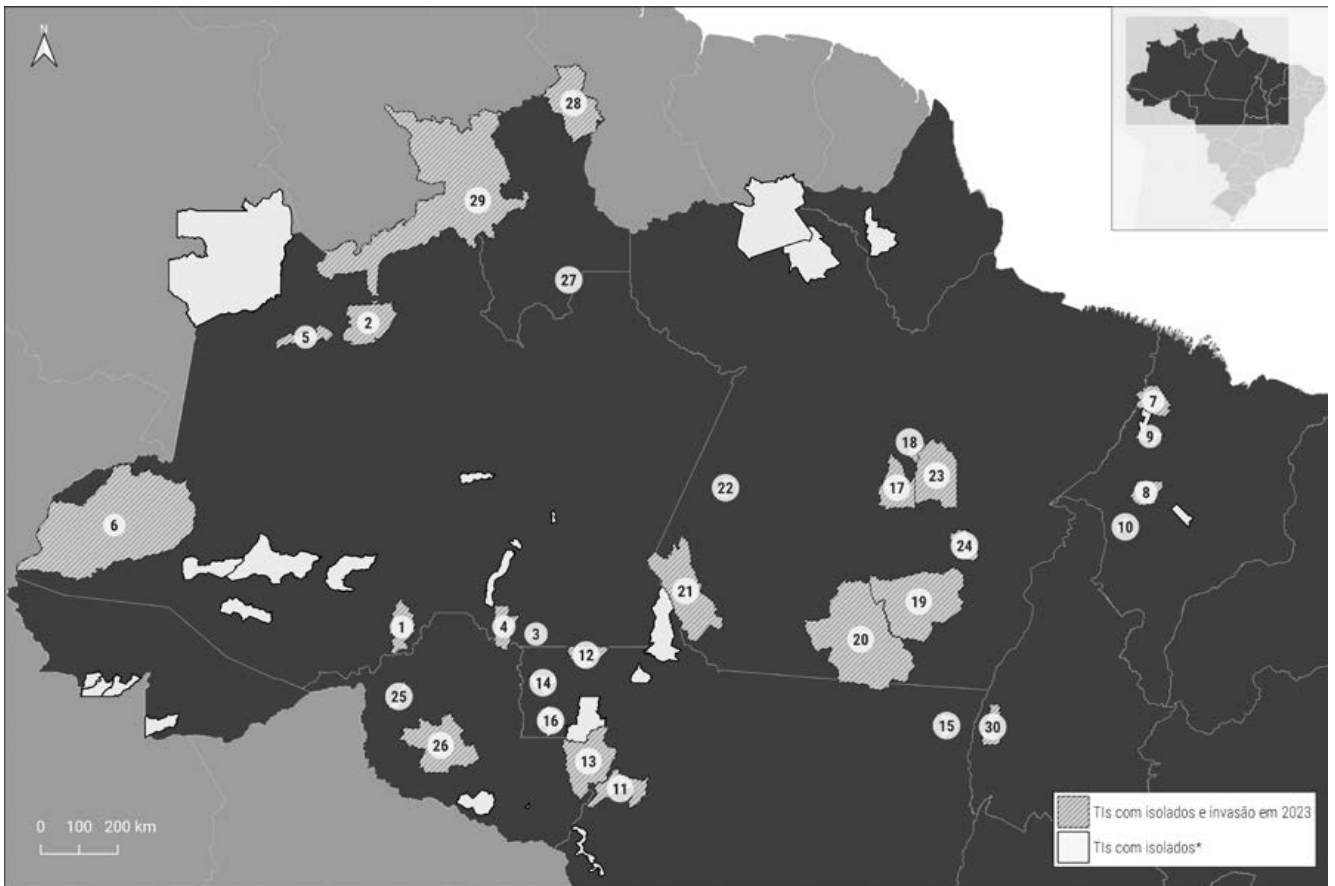
24 **Fontes: Prodes/Inpe; Deter/Inpe; Cerca de R\$ 2 milhões em madeiras e maquinários são apreendidos em RO durante operação da PF contra exploração da TI Uru-Eu-Wau-Wau.** G1/RO, 01/07/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/07/01/cerca-de-r-2-milhoes-em-madeiras-e-maquinarior-sao-apreendidos-em-ro-durante-operacao-da-pf-contra-exploracao-da-ti-uru-eu-wau-wau.ghtml>

25 **Grupo Casino continua vendendo carne proveniente da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, apesar de processo judicial na França.** Fábio Bispo, InfoAmazonia, 29/06/2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/grupo-casino-continua-vendendo-carne-proveniente-da-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-apesar-de-processo-judicial-na-franca>

26 **Ativistas e indígenas são cercados e hostilizados em Rondônia.** Joseph Silva, Folha de São Paulo, 17/05/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/05/ativistas-e-indigenas-sao-cercados-e-hostilizados-em-rondonia.shtml>

27 **PF destrói maquinários utilizados para garimpo ilegal de ouro dentro da TI Uru-Eu-Wau-Wau.** G1/RO, 31/05/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/05/31/pf-destroi-maquinarior-utilizados-para-garimpo-ilegal-de-ouro-dentro-da-ti-uru-eu-wau-wau.ghtml>

28 **Destruição de área indígena leva ICMBio a criar uma força-tarefa no Tocantins.** Jornal Nacional, 04/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/04/destruicao-de-area-indigena-leva-icmbio-a-criar-uma-forca-tarefa-no-tocantins.ghtml>



Fonte: EAPIL/Cimi e relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2023 | Bases cartográficas: Funai, IBGE, Lageamb/UFPR | Mapa: EAPIL e Tiago Miotto/Cimi

* O mapa inclui apenas as TIs já identificadas e delimitadas ou interditadas com registro de isolados; além dos povos em isolamento voluntário nestas áreas, a EAPIL mantém ainda outros 37 registros de isolados em áreas sem providência da Funai para proteção destes povos.

Nº	Terra Indígena	UF	Número de registros de isolados na TI	Situação administrativa	Tipo de invasão ou dano ao patrimônio registrado em 2023
1	Jacareúba/Katawixi	AM	1	Restrição de Uso	Desmatamento; queimadas
2	Jurubaxi-têa	AM	1	Declarada	Garimpo
3	Tenharim do Igarapé Preto	AM	1	Registrada	Garimpo; danos ao meio ambiente
4	Tenharim Marmelos	AM	1	Registrada	Desmatamento; extração ilegal de madeira; abertura de ramais
5	Uneixui	AM	1	Registrada	Invasão; garimpo
6	Vale do Javari	AM	18	Registrada	Caça e pesca ilegais; desmatamento; extração ilegal de madeira; garimpo; presença de narcotraficantes
7	Alto Turiaçu	MA	2	Registrada	Invasão de fazendeiros; extração ilegal de madeira; garimpo; danos ao meio ambiente; desmatamento
8	Arariboia	MA	1	Registrada	Abertura de estradas; desmatamento; extração ilegal de madeira; arrendamento - monocultivo de soja; queimadas
9	Caru	MA	2	Registrada	Incêndio criminoso; caça ilegal; extração ilegal de madeira
10	Krikati	MA	1	Registrada	Desmatamento; invasão possessória; extração ilegal de madeira; caça ilegal
11	Enawenê-Nawê	MT	1	Registrada	Invasão de fazendeiros
12	Kawahiva do Rio Pardo	MT	1	Declarada	Grilagem; extração ilegal de madeira
13	Parque Indígena do Aripuanã	RO, MT	1	Registrada	Garimpo; extração ilegal de madeira
14	Piripkura	MT	1	Restrição de Uso	Desmatamento
15	Urubu Branco	MT	1	Registrada	Incêndio; invasão possessória
16	Zoró	MT	1	Registrada	Desmatamento; queimadas; garimpo; extração ilegal de madeira
17	Araweté Igarapé Ipixuna	PA	1	Registrada	Abertura de estradas
18	Ituna/Itatá	PA	1	Restrição de Uso	Desmatamento; criação de gado; grilagem; instalação ilegal de rede elétrica; invasão possessória
19	Kayapó	PA	1	Registrada	Garimpo; desmatamento; danos ao meio ambiente
20	Menkragnoti	MT, PA	1	Registrada	Extração ilegal de madeira;
21	Munduruku	PA	1	Registrada	Garimpo; danos ao meio ambiente; poluição de cursos d'água
22	Sawré Muybu	PA	1	Identificada	Queimadas
23	Trincheira/Bacajá	PA	1	Registrada	Garimpo; desmatamento; extração ilegal de madeira e outros recursos naturais
24	Xikrin do Rio Cateté	PA	1	Registrada	Poluição de cursos d'água; mineração
25	Karipuna	RO	1	Registrada	Desmatamento; extração ilegal de madeira; impactos causados por UHE; grilagem e loteamento
26	Uru-Eu-Wau-Wau	RO	3	Registrada	Desmatamento; garimpo; invasão possessória; criação de gado; extração ilegal de madeira
27	Pirititi	RR	1	Restrição de Uso	Grilagem; desmatamento; extração ilegal de madeira
28	Raposa Serra do Sol	RR	1	Registrada	Garimpo; danos ao meio ambiente
29	Yanomami	AM, RR	6	Registrada	Garimpo; danos ao meio ambiente
30	Inãwêbohona	TO	1	Registrada	Caça e pesca ilegais; desmatamento; extração ilegal de madeira; criação de gado



Lista de registros de Povos Indígenas Livres (PIL) ou isolados

Nº	Nome	UF	Terra Indígena ou local	Situação administrativa	Fonte
1	Isolados do Alto Rio Envira	AC	TI Kampa e isolados do rio Envira	Registrada	Frente Etnoambiental do Alto Envira – Funai. Comprovação por sobrevôos
2	Isolados do Alto Tarauacá	AC	TI Alto Tarauacá	Registrada	Relatórios da Funai e informações de indígenas Kaxinawá
3	Isolados do Xinane	AC	TI Riozinho do Alto Envira	Homologada	Cimi, Funai
4	Isolados na TI Mamoodate	AC	TI Mamoodate	Registrada	Cimi, Funai e indígenas Jaminawa e Manchineri
5	Isolados do rio Chandless	AC	Parque Estadual Chandless	Sem providência	Indígenas Kulina, ribeirinhos e Cimi
6	Isolados do igarapé Tapada	AC	Parna Serra do Divisor	Sem providência	Indígenas Nawa e Nukini, Cimi e Funai
7	Isolados do rio Inauini	AM	TI InauiniTeuini	Registrada	Indígenas, Funai e Cimi
8	Hi-Merimã	AM	TI Hi Marimã	Registrada	Cimi e Funai
9	Isolados do Igarapé Jacareúba / Katauxi	AM	TI Jacareúba/Katauxi	Restrição de Uso	Cimi e Funai
10	Isolados do rio Itaparaná/ Ipixuna	AM	Flona de Balata-Tufari	Sem providência	Cimi, ribeirinhos e Funai
11	Isolados do Alto rio Marmelos	AM	TI Tenharim Marmelos	Registrada	Indígenas Tenharim e Cimi
12	Isolados do Kurekete	AM	Resex Ituxi e Parna Mappinguari	Sem providência	Cimi e Indígenas Kaxarari
13	Isolados do rio Ituxi	AM	Resex Ituxi	Sem providência	Cimi e indígenas Kaxarari
14	Isolados Igarapé Waranaçu	AM	TI Alto Rio Negro	Registrada	Funai e ISA
15	Isolados do rio Waupés	AM	TI Alto Rio Negro	Registrada	Funai e ISA
16	Isolados do rio Curicuriari	AM	TI Alto Rio Negro	Registrada	Funai e ISA
17	Isolados do Igarapé do Natal	AM	TI Uneiuxi e na APA Tupuruquara	Registrada	Funai
18	Igarapé Bafuanã	AM	TI Jurubaxi-téa	Declarada	Funai
19	Isolados do Baixo Rio Cauaburi	AM	Parna do Pico da Neblina	Sem providência	Funai
20	Isolados do Igarapé Joari	AM	TI Itixi Mitari (e fora dela)	Registrada	Cimi
21	Isolados do Sucunduri	AM	Parna do Juruena e Flona do Jatuarana	Sem providência	Funai e Cimi
22	Isolados do Rio Pardo	MT	TI Kawahiva do Rio Pardo	Declarada	Cimi, Funai, Indígenas Arara e Cinta Larga e mateiros
23	Isolados do rio Copaca/Uarini	AM	Rio Copaca/Uarini	Sem providência	Tuxaua da aldeia Miratu/ Cimi
24	Isolados do rio Maturá	AM	TI Pinatuba (e fora dela)	Registrada	Indígenas da aldeia Tracua/Cimi
25	Isolados do alto Xeruã	AM	TIs Kanamari do Rio Juruá e Deni	Registradas	Indígenas Kanamari e Deni/Cimi
26	Isolados do igarapé Naua	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
27	Isolados do Rio Branco/Itacoai	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Indígenas do Vale do Javari, Univaja, Cimi, Funai
28	Isolados do igarapé Urucubaca	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
29	Isolados do igarapé Alerta	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
30	Isolados do igarapé Inferno	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
31	Isolados do igarapé Lambança	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
32	Isolados do rio Pedra	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
33	Isolados do rio Ituí	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
34	Isolados do rio Quixito	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
35	Isolados do igarapé São Salvador	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
36	Isolados do igarapé Cravo	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
37	Isolados do igarapé Amburus	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
38	Isolados do igarapé Flecheiras	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
39	Isolados do rio Boia	AM	Jutaí	Sem providência	Funai



Lista de registros de Povos Indígenas Livres (PIL) ou isolados

Nº	Nome	UF	Terra Indígena ou local	Situação administrativa	Fonte
40	Isolados do rio Urupadi	AM/PA	Parna da Amazônia	Sem providência	Funai
41	Isolados na TI Waiãpi	AP	TI Waiãpi	Registrada	Índios Waiãmpi e Funai
42	Isolados do Igarapé Água Branca/ TI Caru	MA	TI Caru	Registrada	Cimi e Funai
43	Isolados Awá Guajá	MA	TI Awa	Registrada	Cimi e Funai
44	Isolados na Rebio Gurupi	MA	Rebio Gurupi	Sem providência	ISA, indígenas Ka'apor
45	Isolados Awá da TI Arariboia	MA	TI Arariboia	Registrada	Cimi e Funai
46	Isolados da Serra da Desordem/ TI Krikati	MA	TI Krikati	Registrada	Cimi e indígenas Krikati
47	Isolados do Igarapé Jararaca na TI Alto Turiaçu	MA	TI Alto Turiaçu	Registrada	Cimi e indígenas Ka'apor
48	Isolados do Igarapé Bandeira, Igarapé Mão da Onça e Serra da Desordem na TI Caru	MA	TI Caru	Registrada	Cimi e Funai
49	Isolados rio Moreru/Pacutinga	MT	TI Escondido	Registrada	Cimi
50	Isolados Apiaká	MT	Nova Monte Verde (MT)	Sem providência	Cimi, Funai e indígenas Apiaká
51	Isolados Piripkura	MT	TI Piripkura	Restrição de Uso	Cimi, Funai e Opan
52	Isolados do Pontal	MT	TI Apiaká do Pontal e Isolados	Identificada	Funai
53	Isolados "Baixinhos" na TI Aripuanã	MT	TI Aripuanã	Registrada	Cimi, Funai e indígenas Cinta Larga e Arara
54	Isolados no norte da TI Zoró	MT	TI Zoró	Registrada	Cimi e indígenas Zoró
55	Isolados do rio Tenente Marques	MT	TI Parque do Aripuanã	Registrada	Cimi e Funai
56	Isolados do rio Cabixi	MT	TI Vale do Guaporé	Registrada	Cimi e indígenas Mamaindê
57	Isolados do rio Iquê	MT	TI Enawenê-Nawê	Registrada	Funai
58	Isolados na TI Kaiapó	PA	TI Kayapó	Registrada	ISA e Funai
59	Isolados Koatinemo/Ituna-Itatá	PA	TI Ituna-Itatá	Restrição de Uso	Cimi e Funai
60	Isolados na TI Menkranoti no rio Iriri Novo	PA	TI Menkragnoti	Registrada	ISA e Funai
61	Isolados no Parque Indígena Tumucumaque	AP PA	TI Parque do Tumucumaque	Registrada	ISA e Funai
62	Isolados na TI Xikrin do Cateté	PA	TI Xikrin do Cateté	Registrada	Cimi e ISA
63	Isolados da Serra do Cachimbo	PA	Serra do Cachimbo	Sem providência	Funai
64	Isolados da cabeceira do rio Mapuera	PA	Estação Ecológica Grão Pará	Sem providência	Cimi, Funai
65	Isolados do médio rio Cachorrinho	PA	Floresta Estadual do Trombetas	Sem providência	Cimi, Funai
66	Isolados na TI Trincheira/ Bacajá	PA	TI Trincheira Bacajá	Registrada	Índios, Cimi
67	Isolados do Riozinho do Anfrísio	PA	Resex Riozinho do Anfrísio	Sem providência	Cimi e Funai
68	Isolados do rio Cuminapanema	PA	Estação Ecológica Grão Pará	Sem providência	Cimi e Funai
69	Isolados do rio Mapari	AP PA	TI Parque do Tumucumaque	Registrada	Funai
70	Isolados do Alto Rio Ipitinga	PA	Reserva Ecológica de Maicuru e TI Rio Paru D'Este	Sem providência	Cimi e Funai
71	Isolados do rio Tanauru - índios do buraco	RO	TI Tanaru	Restrição de Uso	Cimi e Funai
72	Isolados do Pântano do rio Guaporé	RO	Parque Estadual de Curumbiara	Sem providência	Cimi e colonos
73	Isolados "Sirionó" - Rio Simão	RO	TI Massaco	Registrada	Cimi e Funai
74	Isolados da Serra da Onça (Jururei)	RO	TI Uru-Eu-Wau-Wau	Registrada	Cimi e Funai
75	Isolados Yraparaquara	RO	TI Uru-Eu-Wau-Wau	Registrada	Cimi e Funai
76	Isolados da Serra da Cotia	RO	Parna Serra da Cotia/Resex do Rio Cautário	Sem providência	Cimi, seringueiros, indígenas Tupari
77	Isolados do rio Novo e Cachoeira do rio Pacas Novas	RO	Resex Rio Pacas Novos	Sem providência	Cimi, seringueiros, indígenas Oro Wari



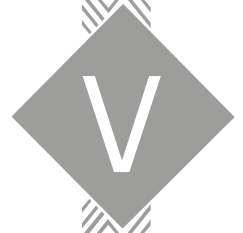
Lista de registros de Povos Indígenas Livres (PIL) ou isolados

Nº	Nome	UF	Terra Indígena ou local	Situação administrativa	Fonte
78	Isolados do Parque Estadual Guajará Mirim	RO	Resex do Rio Ouro Preto	Sem providência	Cimi e indígena Oro Wari
79	Isolados do rio Mutum	RO	Rio Mutum	Sem providência	Cimi, Cunpir
80	Isolados no Parque Nacional do Bom Futuro	RO	Flona do Bom Futuro	Sem providência	Cimi, Funai e indígenas Karitiana
81	Isolados do rio Formoso e Jaci-Paraná	RO	TI Karipuna	Registrada	Cimi e índios Pacas Novas e Cunpir
82	Isolados do Igarapé Karipuninha	RO	Parna Mapinguari	Sem providência	Cimi e Funai
83	Isolados do rio Jacundá	RO	Rio Jacundá	Sem providência	Cimi e Funai
84	Isolados na Rebio Jaru	RO	Rebio do Jaru	Sem providência	Cimi e indígenas Gavião e Arara
85	Isolados alto rio Alalaú (Pirititi)	RR	TI Pirititi	Restrição de Uso	Funai
86	Isolados do Monte Caburá	RR	TI Raposa Serra do Sol	Registrada	Indígenas Ingaricó
87	Isolados da Serra da Estrutura	RR	TI Yanomami	Registrada	Funai
88	Isolados do alto rio Jatapu	RR	Alto rio Jatapu	Sem providência	Funai
89	Isolados na TI Inãwébohona	TO	TI Inãwébohona	Registrada	Indígenas Karajá e Javaé/Cimi
90	Isolados de Minaçu (Avá Canoeiro)	GO	APA Pouso Alto	Sem providência	Funai
91	Isolados do Rio Pau Pixuna	AM	Rio Pau Pixuna	Sem providência	Cimi
92	Isolados da TI Pirahã	AM	TI Pirahã	Registrada	Cimi/indígenas Pirahã
93	Isolados das cabeceiras do Jutai (interflúvio Itacoai)	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
94	Isolados das cabeceiras do Jandiatuba	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
95	Isolados do Alto Jandiatuba	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
96	Isolados do Igarapé Kumaia	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai
97	Isolados do Igarapé Paraguai	AM	TI Vale do Javari	Registrada	Funai/Cimi
98	Isolados Amajari	RR	TI Yanomami	Registrada	Funai
99	Isolados do rio Branquinho	AM	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi	Sem providência	Funai
100	Isolados do Surucucu/Wathu u	RR	TI Yanomami	Registrada	Funai
101	Isolados do Auaris	RR	TI Yanomami	Registrada	Funai
102	Isolados do Parawau	RR	TI Yanomami	Registrada	Funai
103	Isolados do Surucucu/Kataroá	RR	TI Yanomami	Registrada	Funai
104	Isolados da TI Urubu Branco	MT	TI Urubu Branco	Registrada	Cimi/Indígenas Tapirapé
105	Isolados do rio Arinos	MT	Rio Arinos	Sem providência	Cimi/Funai e indígenas
106	Isolados da TI Cana Brava	MA	TI Cana Brava-Guajajara	Registrada	Funai
107	Isolados da Serra do Cipó	PA	TI Alto Turiaçu	Registrada	Funai
108	Isolados do alto rio Abacaxis	AM	Flona de Urupadi/Esec Alto Maués/P. do Acari	Sem providência	Cimi e indígenas Maraguá
109	Isolados dos rios Branco e Manicoré	AM	Rebio do Manicoré	Sem providência	Cimi
110	Isolados da TI Sawre Muybu	PA	TI Sawre Muybu	Identificada	Cimi e indígenas Munduruku
111	Isolados do rio Piranhaquara	PA	TI Araweté Igarapé Ipixuna	Registrada	Funai
112	Isolados do rio Bananeira	RO	TI Uru-Eu-Wau-Wau	Registrada	Funai
113	Isolados do Igarapé Preto	AM	TI Tenharim do Igarapé Preto	Registrada	Cimi
114	Isolados do Igarapé Mutum	PA	TI Munduruku	Registrada	Cimi e indígenas Munduruku
115	Isolados do Bararati	AM/ MT	Parque Estadual Sucunduri	Sem providência	Cimi
116	Isolados do Baixo Manicoré-Marmelos	AM	TI Torá	Registrada	Cimi e indígenas
117	Isolados do rio Mamoriá	AM	Dentro e fora da Resex Médio Purus	Sem providência	Funai
118	Isolados do rio Uatumã	AM	Rio Uatumã	Sem providência	CPT/Itacoatiara
119	Isolados da TI Manissuã	AM	TI Manissuã	Registrada	Indígenas Paumari



CAPÍTULO

Memória e Justiça



Crimes de tutela: o esbulho da Terra Indígena Ananás, em Roraima	241
Y-Juca Pirama, 50 anos: o contexto de um manifesto lançado no coração das trevas	245



Nas redelimitações de áreas, fica registrada a ação consciente e deliberada do Estado brasileiro na promoção do esbulho das terras indígenas em Roraima nos anos 1980, com alterações que efetivamente se concretizaram um ano depois do relatório apresentado pelos órgãos de segurança, consumando o “crime de tutela” contra os povos Macuxi e Wapichana

Reprodução/acervo Armazém Memória



Foto da comunidade do Ananás anexa ao relatório final do GT criado pela Funai em 1981



Crimes de tutela: o esbulho da Terra Indígena Ananás, em Roraima

Marcelo Zelic*

Em homenagem aos tuxauas e comunidades Macuxi e Wapichana por sua luta por direitos durante a ditadura militar

Nenhuma negligência está desprovida de interesses, pelo contrário, elas os revelam. A constante negligência daqueles que detinham o poder de tutela sobre os povos indígenas e que falharam com relação à defesa de seus territórios durante as demarcações em ilhas nos anos 1980, em Roraima, está registrada na comunicação interna da Fundação Nacional do Índio (Funai) junto às demais instâncias do Estado brasileiro, bem como nos arquivos dos setores de segurança e informação ligados ao Serviço Nacional de Informação (SNI), entrelaçando as políticas indigenista e de desenvolvimento em um jogo de interesses e negação de direitos.

Cometeu o Estado brasileiro “crime de tutela” na demarcação da Terra Indígena (TI) Ananás dos povos Macuxi e Wapichana? Que fatos ocorreram entre 1977 e 1982 que incidiram diretamente na alteração e diminuição dos limites territoriais reconhecidos em portaria declaratória da Funai assinada por seu presidente em 25 de agosto de 1980? Como os tutores lidaram com as contestações, pressões e propostas de políticos, fazendeiros, posseiros e suas instituições? O que diz a documentação produzida pelo Estado brasileiro no processo de demarcação da TI Ananás? O que as comunidades falam nesse processo? Cabe reparação territorial e cível?

Para respondermos essas questões, foram cotejados com a documentação incluída e registrada nos processos 4342/79, 3816/80, 1939/81 e 0209/82 da Funai¹, inúmeros documentos, ofícios, portarias e informações reunidos no Arquivo Nacional – muitos dos quais de monitoramento, confidenciais ou não, produzidos por entes do Estado envolvidos e órgãos de segurança e informação e que circularam por diversas instâncias do Executivo e do Legislativo, decidindo os rumos do processo de demarcação das terras indígenas em Roraima nos anos 1980.

Aparecem, como atores desse processo de demarcação, pessoas ligadas ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), ao Ministério do Interior (MINTER), ao Comando Militar da Amazônia (CMA), ao SNI e sua Agência em Manaus (AMA/

SNI), à Funai, ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), além dos governadores do antigo Território Federal de Roraima (TFR), do Comando da Polícia Militar de Roraima, de deputados federais e outros mais, todos diretamente envolvidos na trama que levou ao esbulho da TI Ananás. Evidentemente as comunidades Macuxi e Wapichana, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também aparecem na documentação reunida, ora em fontes da imprensa, ora em documentos recolhidos pelos agentes de informação do SNI, bem como em publicações próprias.

As questões acima nos levaram a rever, nos registros produzidos pelo Estado, o processo de demarcação das terras indígenas em Roraima no início dos anos 1980, buscando entender em qual momento e quais artifícios e casuísmos na lei foram usados pelos tutores legais dos povos indígenas naquela época, contrariando suas obrigações constitucionais de defender os territórios desses povos do esbulho e da apropriação indébita.

O Estado brasileiro homologou uma dimensão de área para as comunidades Macuxi e Wapichana que ocasionou, além do isolamento das comunidades por malocas, a perda de todo um rio e de suas matas dos dois lados, tendo sido incluída no território apenas uma área de mata a um quilômetro da margem do rio Acari, preservando fazendas e posses ilegais, mutilando o território e promovendo um esbulho de quase 1.400 hectares de terras das comunidades indígenas Macuxi e Wapichana que vivem na região do rio Amajari, no território denominado Ananás.

No conjunto das dez áreas indígenas identificadas e delimitadas no mesmo procedimento demarcatório pelo presidente da Funai em 25 de agosto de 1980 em Roraima, de um total de 222.205 hectares, o Estado-tutor, mediante ações, ilegalidades e acordos, lesou os povos Macuxi e Wapichana em 45.125 hectares de terras inalienáveis da União, destinadas pela Constituição ao bem viver dos povos indígenas.

Segundo o dicionário jurídico *J.M. Othon Sidou*, publicado pela Academia Brasileira de Letras Jurídicas, a legislação casuística é aquela “editada para atender a conveniência

¹ Disponível no Centro de Referência Virtual (CRV) Indígena do Armazém Memória. Acesso em: http://www.docvirt.com/docreader.net/CRV_Terras/23850

* **Marcelo Zelic** (1963-2023) foi um pesquisador e militante dos direitos humanos, com especial atenção aos crimes cometidos contra povos indígenas durante a ditadura militar. Fundou e coordenou o Armazém Memória, plataforma que reúne mais de cinco milhões de documentos referentes à história de resistência dos povos do Brasil. Este artigo é uma síntese do relatório “Crimes de tutela: esbulho da Terra Indígena Ananás/RR (povos Macuxi e Wapichana)” desenvolvido por Marcelo entre 2022 e 2023 e, até o momento, inédito. Colaboraram com o estudo Ana Zema, Fernanda Kaingáng, Gabriel Fonteles e Máira Pankararu. Esta síntese foi produzida por Helena Zelic e Ana Zema. Marcelo presente!



momentânea ou específica”². A Exposição de Motivos nº 062 de 16 de junho de 1980, usada para alterar o resultado da demarcação, se enquadraria nesta definição? Editada durante a fase final do processo de demarcação das dez terras indígenas Macuxi e Wapichana em Roraima pelos Ministérios do Interior, da Agricultura e da Fazenda, junto com o Conselho de Segurança Nacional, e faltando somente 71 dias para a assinatura pelo presidente da Funai da portaria declaratória das referidas terras, ato formalizado em 25 de agosto de 1980, constitui-se não só em um ato de casuísmo no processo demarcatório, mas também apresenta em sua comunicação reservada um elemento de prova de deliberada ação pelos tutores para lesar o patrimônio indígena da União, caracterizando o “crime de tutela” contra os povos Macuxi e Wapichana, alienando parte do território dos bens da União.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL
n. 062 de 16 de junho de 1980**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à aprovação de Vossa Excelência a presente Exposição de Motivos que, baseada em estudos elaborados na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e no Ministério do Interior, com a participação de representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Banco do Brasil S.A. e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visa estabelecer uma sistemática capaz de melhor operacionalizar e agilizar a análise de glebas destinadas a grupos indígenas, bem como o tratamento a ser dado aos civilizados que, por qualquer motivo, habitem ou explorem economicamente àquelas áreas. (...)

A sistemática ora proposta, objetivando vencer os conflitos e harmonizar interesses antagônicos, ocupa-se não apenas da presença indígena em determinada área, mas, igualmente da situação dos civilizados que porventura nela estejam localizados, buscando, dessa maneira, conciliar as partes através de soluções exequíveis, do ponto de vista legal, social e econômico (EM 062/80 - grifo nosso).³

2 SIDOU, J. M. Othon. Dicionário Jurídico – Academia Brasileira De Letras Jurídicas. Editora Forense, 2016

3 Exposição de Motivos Interministerial nº 062, de 16 de junho de 1980. Disponível no CRV Indígena do Armazém Memória. Acesso em: http://www.docvirt.com/docreader.net/crv_indigena_acervoinstituicoes/21233

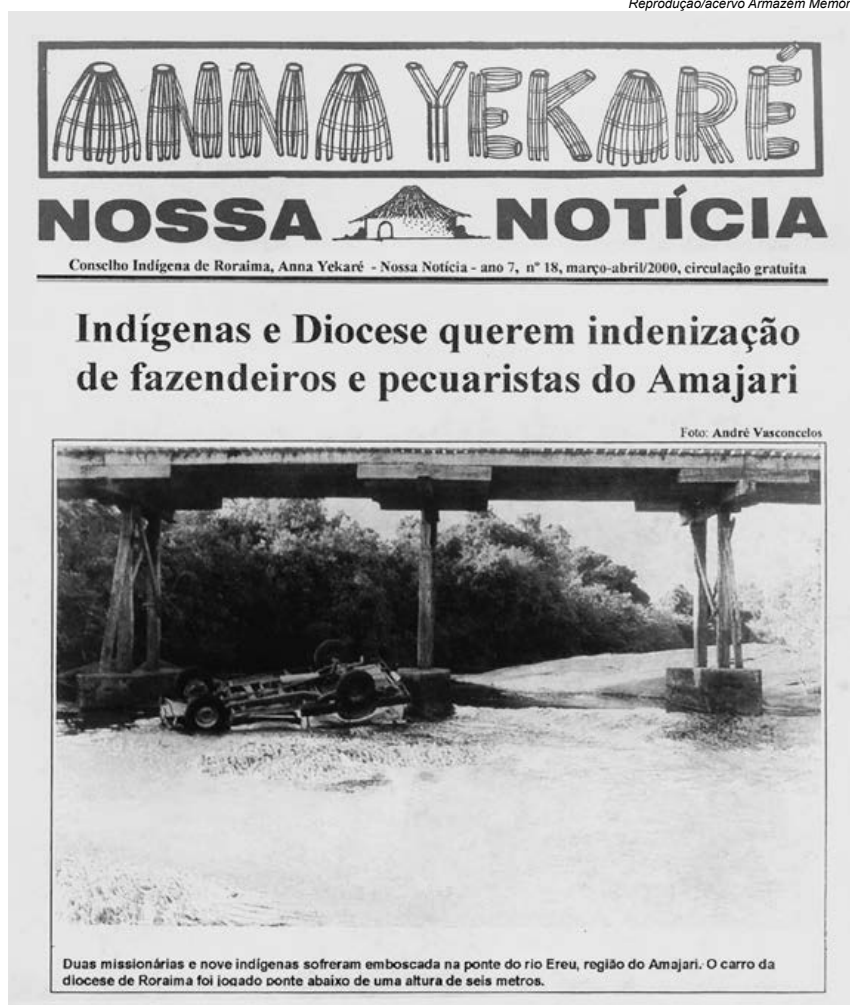
É importante destacar o que regia a Constituição sobre o direito indígena à terra para expor a situação de flagrante desrespeito e casuísmo por parte dos tutores dos povos indígenas, ao criar-se por lei um grupo de trabalho para realizar o processo de delimitação de terra indígena com objetivo de **“harmonizar interesses antagônicos”** e preocupado com o que viria a acontecer com os invasores do território indígena, terras da União, permitindo ao tutor definir a alienação da terra indígena, colidindo com os preceitos do artigo 198 da Emenda Constitucional de 1969, em vigor à época:

“Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de tôdas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio”.

Reprodução/acervo Armazém Memória



Atentado contra duas missionárias e nove lideranças realizado por fazendeiros no ano 2000, quando aquelas se dirigiam para uma reunião na TI Ananás



Reprodução/acervo Armazém Memória

Os tutores dos povos indígenas utilizaram a Exposição de Motivos nº 062/80 como uma roupagem legal para efetivarem um ato de alienação inconstitucional de terras da União, inalienáveis por lei e de caráter imemorial dos povos indígenas, conforme revelam todos os relatórios de identificação produzidos entre 1977 e 1980 pelos grupos de trabalho anexados ao processo Funai 3816/80, da TI Ananás.

Os resultados da “nova sistemática” proposta foram o esbulho e a prorrogação de um conflito por décadas, sendo beneficiados pelo casuismo na legislação indígena e atitudes administrativas lesivas ao direito indígena durante o processo de demarcação, muitas vezes, os autores desses atentados contra a pessoa e os direitos dos povos indígenas. Em Ananás, no início do século XXI, e em outras 21 terras indígenas Macuxi e Wapichana, que solicitam reparação territorial, temos um exemplo de conflito que dura até os dias atuais pela ação deliberada de seus tutores – que atuaram até a promulgação da Constituição de 1988, quando a tutela sobre os povos indígenas foi banida do ordenamento jurídico brasileiro.

Passados 40 anos da conclusão da demarcação de suas terras, a comunidade do Ananás continua a enfrentar a constante violência de quem as tomou, tendo protocolado petição em 2002 junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre o assunto, com declaração de admissibilidade publicada em 21 de outubro de 2006, sem qualquer resposta do Estado brasileiro. Os povos Macuxi e Wapichana seguem em busca de justiça e da demarcação de todos seus territórios tradicionais.

Esbulho da TI Ananás

A Funai constituiu em 21 de outubro de 1977 dois subgrupos de trabalho para realizar a demarcação das terras dos povos indígenas Macuxi e Wapichana em Roraima, envolvendo as áreas Ananás, Aningal, Araçá, Cajueiro, Mangueira, Manoá-Pium, Ouro, Ponta da Serra, Sucuba e Santa Inez. É importante frisar que a motivação do Estado brasileiro, fruto do entendimento entre o Ministério do Interior e o governo de Roraima, não foi o reconhecimento do direito constitucional dos povos indígenas às terras que habitam, mas sim a promoção dos planos do governo visando o “desenvolvimento”. O desvirtuamento da motivação inicial foi a raiz da pressa e do tempo exíguo para a realização dos trabalhos, apontados como um grande problema em vários relatórios produzidos pelas equipes, bem como das ações de sabotagem e pressão que sofreram as equipes técnicas da Funai em trabalho de campo.

Em 3 de dezembro de 1977, com base nas informações colhidas no trabalho de campo e apresentadas em relatório, foi produzido o mapa contendo o anteprojeto de delimitação da área indígena Ananás que, apesar das imprecisões quanto ao cálculo da área, consegue delinear, a partir do diálogo estabelecido com a comunidade, um perímetro visual de extensão do território a ser demarcado, **através de rios e igarapés**, definindo marcos geográficos claros, incluindo rios, matas e as áreas invadidas por fazendeiros, **todos na condição de simples posseiros**.

Nos arquivos do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), em uma pasta com uma coleção de mapas de terras



Mapa oficial publicado em 25 de agosto de 1980 reconhecendo 3.000 hectares para a Área Indígena (A.I.) Ananás (Disponível no CRV Indígena do Armazém Memória. Acesso em: https://www.docvirt.com/docreader.net/crv_terras/23926)

indígenas, encontramos um mapa produzido em agosto de 1980, que faz uma correção ao mapa anterior de 1977 quanto ao tamanho da área, **apontando aproximadamente 3.000 hectares, em vez de 600, como extensão da área pretendida**, e que tem anexado um quadro demonstrativo atualizado em 13 de agosto de 1980 com a listagem de fazendas que se encontram dentro da terra indígena.

A demarcação administrativa de dez áreas situadas no município de Boa Vista foi publicada em 13 de agosto de 1980 pela Funai e, doze dias depois, o presidente da Funai José Carlos Nobre da Veiga, por meio da Portaria nº 684/N, de 25 de agosto de 1980, **declarou que dez áreas eram de ocupação indígena dos povos Macuxi e Wapichana, sendo uma delas a TI Ananás, com aproximadamente 3.000 hectares, conforme mapa**.

Apesar disso, o processo foi revisto pelo Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI). Ao retornar do trabalho de campo, a antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão produziu um relatório e, por meio do documento “MEMO nº 18/DID/DGPI”, de 29 de setembro de 1980⁴, enviou-o ao chefe do Departamento de Identificação e Delimitação (DID/DGPI). Este relatório possibilita termos mais clareza sobre o caráter

⁴ Funai, MEMO nº 18/DID/DGPI. Disponível no CRV Indígena do Armazém Memória. Acesso em: https://www.docvirt.com/docreader.net/crv_terras/23933



leonino em que se deu o processo de revisão das áreas indígenas em Roraima, constituindo-se em um forte elemento de prova do “crime de tutela” praticado pelo Estado brasileiro na condução do processo de demarcação das terras indígenas em Roraima nos anos 1980.

Com relação à TI Ananás, os servidores da Funai reafirmaram no relatório a área de demarcação topográfica delimitada pela Funai e publicada no Boletim Oficial do Território Federal de Roraima, em 13 de agosto de 1980, pois a proposta apresentada pelos pecuaristas é de 1.000 hectares a serem titulados pelo Incra, e a proposta feita pela Funai é de 3.000 hectares, dando condições de pesca e caça. Os documentos verificados retratam **a movimentação em torno das propostas de demarcação feitas pelos pecuaristas**. Nas redelimitações de áreas, fica registrada a ação consciente e deliberada do Estado brasileiro na promoção do esbulho das terras indígenas em Roraima nos anos 1980, com alterações que efetivamente se concretizaram um ano depois do relatório apresentado pelos órgãos de segurança, consumando o “crime de tutela” contra os povos Macuxi e Wapichana. Nesse processo, a exclusão das áreas de pesca e caça na TI Ananás é parte significativa do crime praticado pelo órgão tutor, excluindo da demarcação o curso de todo um rio e suas matas de seus dois lados em benefício dos invasores, contrariando os critérios estabelecidos em lei.

Ao olharmos a sequência de mapas produzidos durante o processo de demarcação, fica nítida a **alteração do formato da área declarada** pela presidência da Funai em agosto de 1980, cujo novo traçado preservou áreas de fazendas que se encontram ainda hoje dentro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Macuxi e Wapichana, excluindo também toda mata e um rio inteiro depois do Rio Acari. A responsabilidade do Estado brasileiro no “crime de tutela” praticado conscientemente contra os povos Macuxi e Wapichana e fartamente documentado pelo próprio Estado, envolve todos os entes com atuação legal de Tutor na demarcação de suas terras, sendo corresponsáveis pela prática de tutela lesiva por atitudes, ações administrativas e medidas legais e ilegais, tendo, portanto, o Estado brasileiro o dever de reparar hoje o “crime de tutela” lesiva praticado por seus representantes na delimitação da TI Ananás e nas demais áreas que sofreram alienação territorial no mesmo processo demarcatório.

Reparações devidas

Os crimes de improbidade administrativa, chamados aqui de “crimes de tutela”, praticados pelo Estado brasileiro enquanto tutor dos povos indígenas e de seus patrimônios e territórios, **nunca foram considerados e investigados pela justiça brasileira. Tampouco foram reparados** no tocante à ação lesiva dos prepostos de órgãos públicos envolvidos em políticas desenvolvimentistas do governo de exceção, os quais alienaram patrimônios da União de caráter inalienável, pertencentes aos povos indígenas.

A tutela do Estado sobre os povos indígenas é um tema de tratamento específico no ordenamento jurídico brasileiro, por ter características próprias, únicas e muito distintas, não se confundindo com as relações “tutor x cidadão tutelado” definidas em nossa legislação para a população não-indígena

brasileira. Em função dessa particularidade e também pelo fato de que **o esbulho possessório e os crimes de improbidade administrativa descritos acima e cometidos contra os povos Macuxi e Wapichana têm a condição de crime continuado**, pois perpetram lesão a patrimônio público, uma vez que suas terras inalienáveis, assim definidas na Constituição vigente à época dos fatos e que seguem em vigor na Constituição atual, **continuam fora do domínio e usufruto desses povos**.

Convém esclarecer que o uso da expressão “crime de tutela” está situado dentro do contexto de atuação da Funai na qualidade de órgão indigenista oficial, durante a ditadura militar, em prejuízo dos povos indígenas e do patrimônio público constituído pelas terras indígenas e seus recursos naturais no estado de Roraima. Assim a expressão “crimes de tutela” denota crimes praticados por agentes públicos contra os povos indígenas, sua integridade física, cultural e seus direitos territoriais, tipificando delitos de improbidade administrativa, esbulho, falsidade ideológica entre outros ilícitos demonstrados na farta documentação apresentada.

Como ficou demonstrado ao longo desse estudo, o Estado brasileiro deve reparação territorial e cível aos povos Macuxi e Wapichana pelos atos lesivos a seus direitos quando em sua atuação como tutor. Dentre os eixos da justiça de transição, quais sejam “verdade/memória”, “responsabilização”, “reforma das instituições” e “reparação”, acreditamos na celeridade e efetividade deste último. Uma vez demonstrada a fraude na demarcação das terras indígenas, é imprescindível a busca da reparação cível e territorial aos povos Macuxi e Wapichana mediante a devolução do território a que têm direito, restabelecendo o poder da Constituição.

As reparações devidas incluem:

- a desintrusão e a devolução do território para usufruto exclusivo da comunidade com ampliação dos limites da TI Ananás em 1.398 hectares, em sua parte esbulhada ao sul, devolvendo o rio e as matas excluídas pela redefinição ilegal de 1981, bem como as áreas invadidas pelas posses e fazendas a oeste;
- o reconhecimento de que a área de lavrado de 816 hectares, acrescida à época como forma de compensação ao esbulho praticado, não substitui as áreas a serem devolvidas e deve permanecer integradas à TI Ananás;
- a promoção da recuperação ambiental no território; a fixação de prazo pelo judiciário brasileiro para a conclusão de todas as demais solicitações de revisão de território feitas pelos povos Macuxi e Wapichana atualmente paralisadas na Funai;
- um pedido de desculpas oficial do Estado brasileiro; a indenização por danos morais coletivos e por danos materiais decorrentes de ações e omissões lesivas ao patrimônio e aos direitos dos povos indígenas praticados pelo Estado;
- a produção de material pedagógico com ampla, plena e efetiva participação dos povos indígenas Macuxi e Wapichana;
- a apuração e responsabilização das pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado envolvidas no esbulho possessório e na violação de direitos.



Com o Y-Juca Pirama, há cinco décadas o Cimi inaugurava sua tradição de denúncia das violações contra os povos indígenas

Ilustração: Mariosan/Parantim 172, 1995 | Arte: Verônica Holanda/Cimi

Y-Juca Pirama, 50 anos: o contexto de um manifesto lançado no coração das trevas

Por Egydio Schwade*

“Egydio, tome aí. O Moura acaba de ser preso!”. Com o pacote nas mãos entregue por Júlia, para quem Moura havia passado o pacote pouco antes de ser preso, voltei ao meu assento no ônibus e olhei pela janela a rodoviária de Goiânia. Os tempos eram brabos, de trevas.

Estávamos no começo de 1974, um dos períodos mais brutais da Ditadura Militar (1964-1985). A repressão perseguia de forma implacável dezenas de militantes contrários ao regime. Torturava nos porões dos DOI-Codi espalhados

pelo país. Matava impunemente. Não era a primeira vez que o regime de exceção aprisionava Antônio Moura, jornalista combativo e com atuação nas pastorais do campo, o que não me deixou menos preocupado com seu destino e toda a segurança da operação clandestina a qual estávamos ligados.

Aquele pacote continha um manifesto subversivo, um grito para além da mordaza imposta pela censura, conhecido pelas autoridades militares e altamente comprometedor a respeito dos crimes que vinham cometendo contra os povos

* Filósofo, teólogo, indigenista e um dos fundadores do Cimi



indígenas. Pessoas foram entrando no ônibus, sentando-se ao meu redor, e naquela noite eu não dormiria me sentindo vigiado, a qualquer momento detido.

Moura controlava na cidade a central de distribuição de um manifesto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o **“Y-Juca Pirama: O Índio, Aquele que Deve Morrer”**. Entre o final de 2023 e o começo deste ano, o documento completou 50 anos de lançamento.

Poucos, além de Dom Tomás Balduino, então presidente do Cimi, sabiam onde o documento era impresso e escondido dos olhos da repressão. Antes de sair de Brasília, telefonei ao Moura solicitando dois pacotes do “material escolar” – a senha do Y-Juca Pirama. O ônibus Brasília-São Paulo, em que eu estava rumo ao sul do país, faria uma parada em Goiânia para o embarque de passageiros. Moura me entregaria o pacote de forma discreta e rápida, a partir de um método de segurança a que estava habituado.

Os esforços de Moura naquele dia não foram em vão. Apesar da detenção, da qual mais uma vez ele se livraria com vida, o manifesto seguiu comigo para o seu destino: as ações do movimento indígena que surgia apesar da Ditadura Militar, dos séculos de genocídio e de todos os decretos de morte em vigência.

Afinal, do que se tratava o Y-Juca Pirama? O que este documento trazia para colocar os militares no encaixe do Cimi e de seus integrantes? Como meio século depois ele ainda é atual: tanto como documento histórico, como passado que ainda se movimenta? Para isso é necessário recuar a pouco mais de dez anos daquele momento em que eu me encontrava na rodoviária de Goiânia sem saber o destino do meu companheiro de Cimi, das nossas próprias vidas e a dos povos indígenas.

Concílio Vaticano II: colher as sementes do Verbo

O Concílio Vaticano II (1962-1965) acentuou alguns princípios cristãos simples e óbvios: a luz da Igreja vem dos povos; não tem status, nem limites. Aos missionários e missionárias cabe “colher as sementes do Verbo ocultas nos povos”. O Concílio motivou transformações na Igreja. Criaram-se entidades missionárias com nova postura, como a Operação Anchieta (Opan), em 1969, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Cimi, em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Organizações formadas basicamente por leigos e leigas que se encarnam na situação das populações mais marginalizadas. Chegam a essas comunidades desarmados e sem doutrinas.

Em 1971, a Prelazia de São Félix do Araguaia publicou o documento *Na Amazônia uma Igreja em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização*. No início de 1973, do Regional Nordeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nos chega o documento *Ouvi os Clamores do Povo*, o que motivou duras represálias da Ditadura Militar. Na Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), agentes de pastoral, como o jornalista Antônio Moura e o padre Francisco Gentel, foram presos e encarcerados. Neste mesmo contexto, em São Paulo, religiosos apoiavam a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, e por todo o país se engajavam nas lutas camponesas.

A situação indígena e as missões religiosas, assim como a política indigenista oficial, estavam calamitosas, não apenas devido aos militares, mas também devido aos equívocos

Y-Juca Pirama: o poema épico que inspirou o manifesto

Por **Renato Santana**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

O Y-Juca Pirama é um poema indianista brasileiro escrito pelo poeta Gonçalves Dias. Foi publicado em 1851 nos Últimos Cantos. O poema relata a história de um guerreiro Tupi sobrevivente e fugitivo da destruição na costa do Nordeste que cai aprisionado pelos Timbiras, povo rival. Ele deve ser sacrificado conforme o rito. Antes do sacrifício, o chefe Timbira propõe que aquele que vai ser morto cante as suas façanhas para que os bravos Timbiras tenham maior gosto em sacrificá-lo.

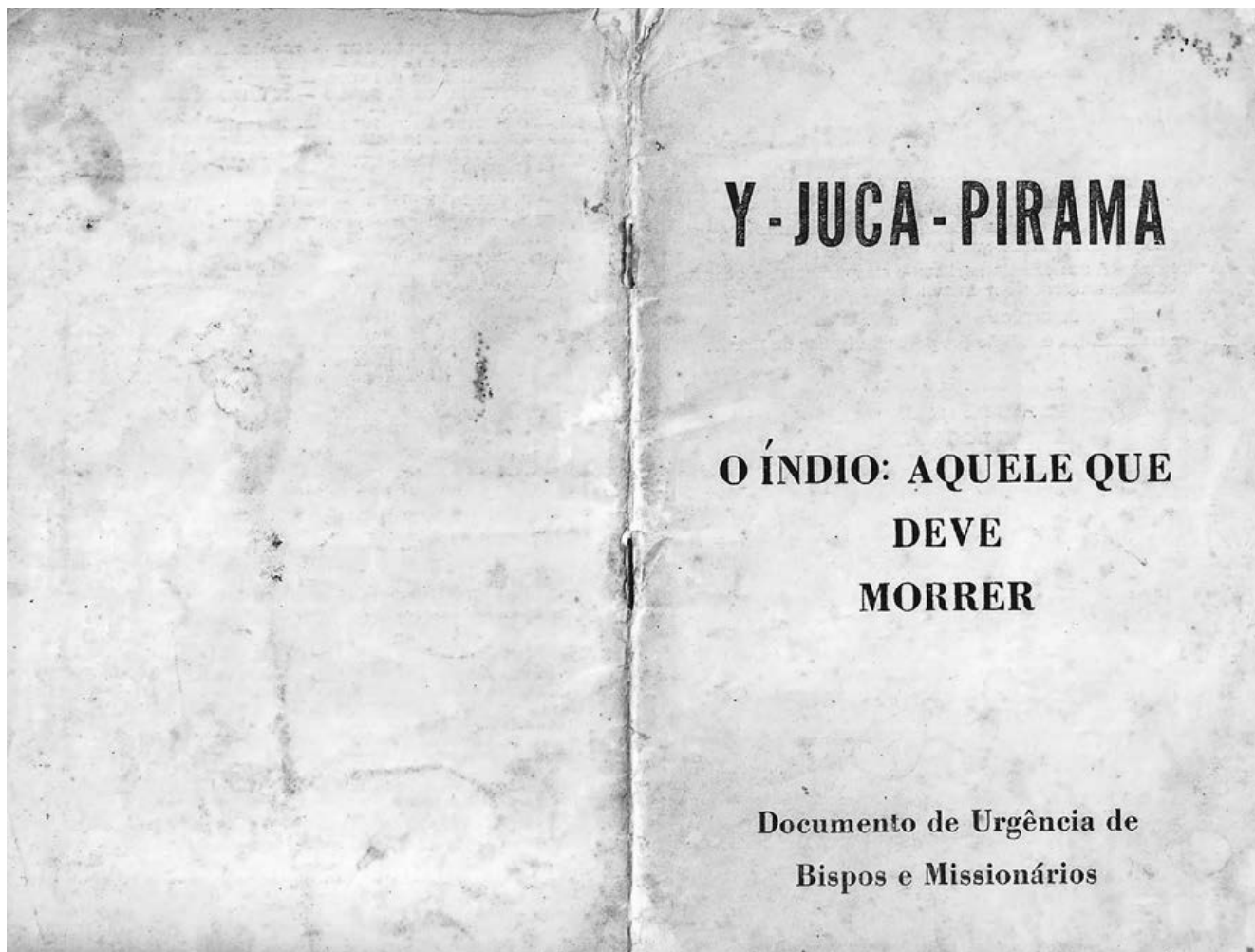
*Meu canto de morte,
guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
nas selvas cresci,
Guerreiros, descendo
Da tribo Tupi*

O canto se torna um pedido de clemência pela própria vida. Os Timbira então decidem não sacrificá-lo, sensíveis ao canto do parente, iniciando uma série de infortúnios ao guerreiro Tupi junto ao próprio pai, que interpreta a atitude do filho como um ato de covardia. Com o objetivo de se redimir frente ao próprio pai, o

guerreiro lidera um combate contra os Timbira, que então reconhecem a valentia do guerreiro Tupi.

Em uma releitura deste épico da literatura brasileira, um canto de morte, os integrantes do Cimi tomam emprestado o título para fazer um canto de morte nada romantizado, mas contemporâneo, embebido de realismo, baseado em um levantamento minucioso daquilo que os indigenistas nas prelações testemunharam, além de ampla pesquisa nos jornais da época, principal meio de comunicação, além do rádio. Soma-se a isso o trabalho dos “mochileiros” do Cimi, assim chamados porque passavam meses percorrendo o Brasil, apenas com uma mochila nas costas, à procura dos povos indígenas.

Se o guerreiro Tupi cantou sobre os próprios infortúnios antes do sacrifício iminente, o manifesto do Cimi buscou fazer o mesmo a partir de uma técnica que na literatura, seguindo a esteira da fonte de inspiração para o documento, chama-se *cut-up*, o “método da tesoura”, usado por autores como Tristan Tzara e John dos Passos para criar textos literários a partir de recortes variados. Assim foi possível construir um manifesto unindo realidades distintas, até então não associadas a um movimento organizado por um discurso político, cujos atores, os povos indígenas, viviam isolados em seus dramas e cantos de morte.



Reprodução da capa do documento Y-Juca-Pirama/Arquivo pessoal

“É preciso identificar, na vida dos povos indígenas, os rastros de um Deus solícito que percorre e orienta os caminhos de todos os homens, ontem como hoje, para a plenitude dos tempos”

trecho do manifesto Y-Juca Pirama

da doutrinação missionária da Igreja, sobretudo a Católica naquela época. A situação mais comum do clero missionário indigenista estava muito triste, como revelou um relatório do padre Antônio Iasi, então secretário Nacional da Atividade Missionária (SNAM) da CNBB, em 1971. Iasi denunciava que as prelações se assemelhavam a ilhas, e “ilhas culturais”, onde o clero seguia os costumes e falava até a língua do país de origem. As críticas do padre eram acompanhadas por um grupo de religiosos e religiosas, mas também por leigos e leigas ligados à ação pastoral. Os tempos eram brabos, mas de grande resistência, esperança e utopia.

Coordenei a sessão que criou o Cimi, em 1972. O secretário daquela sessão foi Dom Sigaud, bispo de Diamantina (MG), o mais reacionário do país. O 1º Conselho foi todo clerical e formado pelas mais diversas correntes missionárias indigenistas da época, o que dificultava mudanças – quem

as queria estava amarrado, estacionado sobre os afazeres do dia a dia que impediam a mobilidade e a tomada de decisões para pôr em prática os rumos desejados pelo recém-criado Cimi. O resultado foi um ano e meio perdido. Um Cimi estagnado.

A situação omissa do órgão gera pressão sobre o secretário da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, que convocou para Brasília, em junho de 1973, uma reunião do conselho. No encontro ele sugere a criação de um Secretariado Executivo para conduzir os desejados avanços na Pastoral Indigenista da Igreja. Convidado por Dom Ivo, participei da reunião e fui escolhido como o primeiro secretário-executivo da entidade. Estavam dadas as condições políticas para uma completa virada de atuação, que passaria a ser encarnada, com a construção de uma nova forma da pastoral indigenista se relacionar com os povos indígenas. Era a nossa revolução.

Questão indígena como questão nacional e internacional

Desde meados da década de 1960, eu defendia a necessidade de que a questão indígena fosse tratada como uma questão nacional e internacional. Na minha viagem a Brasília para a reunião convocada por Dom Ivo, recebi em Cuiabá um mapa do Parque Nacional do Xingu (PNX), que mostrava o



parque invadido por quase uma dezena de campos de pouso clandestinos. Entrevistado pelo Jornal do Brasil no dia da posse como secretário do Cimi, eu decidi denunciar o caso. Em consequência, dois integrantes do Cimi se afastaram do Conselho por discordarem da ampliação da questão indígena para além das missões católicas. A decepção com a minha atuação como secretário do Cimi não parou ali. No segundo mês como secretário, Dom Sigaud se demitiu da Presidência apresentando discordância com o conteúdo do 1º Boletim do Cimi publicado sob a minha responsabilidade.

A sede da CNBB funcionava no Rio de Janeiro, mas já possuía um prédio em Brasília. Dom Ivo ofereceu uma sala para o Cimi. O administrador da casa era um Cônego, nada simpático a uma Igreja em transformação rumo aos necessitados. Um dia se exaltou com as minhas discordâncias ao seu modo de pensar e aos gritos e empurrões me expulsou do prédio. Liguei então a Dom Ivo, que no mesmo fim de semana veio a Brasília, me reintroduziu à sede e ainda fez uma reunião ostensiva na qual destacou a importância do Cimi. De tal maneira transcorreram os primeiros tempos de Cimi em resistência às pressões dentro e fora da Igreja.

“Se tivéssemos a corajosa humildade de aprender com os índios, talvez fôssemos levados a transformar nossa mentalidade individualista e as correspondentes estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas para que, em lugar da dominação de uns sobre os outros, pudéssemos construir o mundo solidário da colaboração”

trecho do manifesto Y-Juca Pirama

Em meio a todos estes percalços fiz ainda algumas viagens pelo país, em especial, pelas áreas ainda não cobertas pelos leigos da Opan engajados na nova pastoral indigenista. Em setembro de 1973, o padre Iasi veio se oferecer para trabalhar comigo e armou a sua rede na salinha do Cimi, nos fundos da Igreja São José. Logo no mês seguinte, Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga nos sugeriram a elaboração de um manifesto de denúncia da situação indígena semelhante aos documentos da Prelazia de São Félix do Araguaia e da CNBB Nordeste, capitaneada por Dom Helder Câmara.

Y-Juca Pirama e a repressão

Padre Iasi, imediatamente, se isolou no recanto do Cimi, nos fundos da Igreja São José, e elaborou o primeiro capítulo do manifesto: “A situação Indígena do Brasil”. Dom Tomás entrou em contato com o seu confrade dominicano, Frei Matheus, que nos ofereceu o seu sítio em Abadiânia, interior de Goiás, onde nos reunimos, em fins de novembro de 1973, padre Iasi, Dom Tomás, Dom Pedro, padre Ivo Poletto, Frei Dario e eu. Ali elaboramos os capítulos restantes do documento.

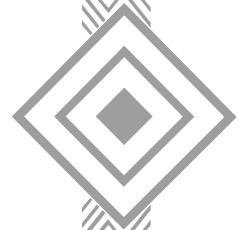
Em seguida viajei para o Sul à procura de corajosos assinantes. Dom Tomás foi atrás de quem imprimisse o manifesto. Coisa nada fácil naquele período em que já éramos rigidamente controlados pela Ditadura. Por insistência de Dom Pedro, não assinei o documento para evitar que a responsabilidade caísse sobre o recém-criado Secretariado do Cimi e este sofresse repressão e fosse impedido de atuar. Por razões semelhantes não assinaram o documento o frei Dário e o padre Ivo Poletto, da equipe de pastoral da Diocese de Goiás.

A repressão não demorou. Em dezembro de 1973, mês em que o documento veio a público, o jornal O Estado de São Paulo estampava manchetes: “O Estatuto dos Índios é sancionado com vetos” e “[Garrastazu] Médiçi veta participação religiosa junto aos índios”. O artigo 64 do Estatuto do Índio foi vetado pelo governo militar. Nele se autorizava a prestação de serviços aos índios, sem fins lucrativos, por entidades religiosas, científicas ou filantrópicas. Os militares entendiam que essas prestações de serviço criavam “obstáculos ao cumprimento dos objetivos cardeais do Estatuto, que consistem precisamente na rápida e salutar integração do índio na civilização”, conforme reportagem do Jornal do Brasil de 21 de dezembro de 1973.

Em 2012 o Cimi atualizou o manifesto com o título *Povos Indígenas: Aqueles que Devem Viver*¹, demonstrando, ao “colher as sementes do Verbo ocultas nos povos”, que o Y-Juca Pirama contribuiu para derrubar os decretos de extermínio contra os povos indígenas. Se a Ditadura Militar objetivava um projeto para acabar com eles até o final do século XX, hoje vivem no Brasil 1.693.535 milhões de indígenas (IBGE, 2022), compondo mais de 305 povos distintos. Os povos em situação de isolamento voluntário, que sofreram sucessivos genocídios na Amazônia pelos grandes empreendimentos da Ditadura, resistem como livres. O movimento indígena é pungente, organizado e lideranças indígenas são vozes importantes na política nacional.

1 **Povos Indígenas: Aqueles que Devem Viver - Manifesto Contra os Decretos de Extermínio.** Conselho Indigenista Missionário (Cimi), publicado em 2012. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Cimi-40-anos_manifesto-contra-decretos-exterminio.pdf

ANEXO



Resumo da violência contra os povos
indígenas no Brasil - Dados 2023 250

Siglas 252

Resumo da violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2023

CAPÍTULO I – Violência contra o patrimônio

UF	Omissão e morosidade na regularização de terras	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Total
AC	14	1	7	22
AL	11	6	4	21
AM	220	16	44	280
AP		1		1
BA	29	10	7	46
CE	30	1	2	33
DF	1	1		2
ES	2			2
GO	1			1
MA	13	3	26	42
MT	53	21	38	112
MS	149	25	16	190
MG	19	9	9	37
PA	48	15	40	103

UF	Omissão e morosidade na regularização de terras	Conflitos relativos a direitos territoriais	Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	Total
PB	3	2	2	7
PR	35	7	7	49
PE	17	2	4	23
PI	8	1	1	10
RJ	8	1	2	11
RN	8	1	2	11
RS	80	16	7	103
RO	28	1	20	49
RR	4	5	16	25
SC	22	3	7	32
SP	33	1	10	44
SE	3			3
TO	11	1	5	17
TOTAL	850	150	276	1.276

CAPÍTULO II – Violência contra a pessoa

UF	Abuso de poder	Ameaça de morte	Ameaças várias	Assassinatos ¹	Homicídio culposo	Lesões corporais	Racismo e discriminação étnico culturais	Tentativa de assassinato	Violência sexual	Total de casos
AC				6			1	2	2	11
AL		1								1
AM	1	5	9	36		1	2	2	2	58
AP			1			1		1		3
BA	1		1	7	3	1	1	3	1	18
CE				4						4
DF				1			3			4
ES				3			1			4
GO										0
MA		2	1	10	1		7	4	2	27
MT	1		4	3		1	1	1	1	12
MS	6	2	6	43	1	10	6	11	8	93
MG	1		2	1 ²		1	3		1	8
PA	1	4	5	4			3	4		21
PB				6 ²						0
PR		1		3	8	1	1		1	15
PE		1		6						7
PI										0
RJ				1			1			2
RN				2						2
RS	1		1	16			1			19
RO			1	1			1	1		4
RR			6	47	3	2	2	6	5	71
SC	1			4			1			6
SP	2		3		1		3			9
SE										0
TO		1		4						5
TOTAL	15	17	40	208	17	18	38	35	23	404

¹ Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – maio de 2024 (exceto onde indicado). Dados sujeitos a revisão, extraídos em 08/06/2024

² Fonte: Siasi. Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

Resumo da violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2023

CAPÍTULO III – Violência por omissão do poder público

UF	Desassistência Geral	Desassistência na área de educação escolar indígena	Desassistência na área de saúde	Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas	Morte por desassistência à saúde ¹	Total de casos
AC	3	17	17		13	50
AL	2	2			1	5
AM	11	2	5	3	35	56
AP					1	1
BA	2				4	6
CE	1	1	1			3
DF	2					2
ES						0
GO						0
MA	1	8	14		1 ²	24
MT	2	5	9		11 ²	27
MS	6		6	2	4	18
MG	2	3	2		0	7
PA	5	7	10		12	34
PB		4	4		0	8
PR	4	2	3		12 ²	21
PE					9 ²	9
PI		1				1
RJ			1			1
RN	1					1
RS	6	3	1		1 ²	11
RO	2		2		1	5
RR	3	2	8	1	2 ²	16
SC	1		11		1 ²	13
SP	10	2	5		3	20
SE					0	0
TO	2	2	1		0	5
TOTAL	66	61	100	6	111	344

¹ Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – maio de 2024 (exceto onde indicado). Dados sujeitos a revisão, extraídos em 08/06/2024

² Fonte: Siasi. Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

MORTALIDADE NA INFÂNCIA – óbitos de 0 a 4 anos¹

UF	Casos
Acre	66
Alagoas ²	2
Amapá ²	17
Amazonas	295
Bahia	11
Ceará	7
Distrito Federal	2
Espírito Santo ²	3
Goiás	3
Maranhão	79
Mato Grosso	124
Mato Grosso do Sul	70
Minas Gerais ²	17
Pará	52
Paraíba	7
Paraná	14
Pernambuco	16
Piauí	1
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	21
Rondônia	16
Roraima	179
Santa Catarina	7
São Paulo	11
Sergipe	1
Tocantins	18
TOTAL	1040

¹ Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – junho de 2024 (exceto onde indicado). Dados sujeitos a revisão, extraídos em 25/06/2024.

² Fonte: Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi). Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.

SUICÍDIOS¹

UF	Casos
Acre ²	3
Alagoas	0
Amapá	6
Amazonas	66
Bahia	2
Ceará	1
Distrito Federal	0
Espírito Santo	0
Goiás	0
Maranhão	4

UF	Casos
Mato Grosso	5
Mato Grosso do Sul	37
Minas Gerais ²	3
Pará ²	1
Paraíba	1
Paraná	6
Pernambuco ²	1
Piauí	0
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Norte	1

UF	Casos
Rio Grande do Sul	12
Rondônia	0
Roraima	19
Santa Catarina	4
São Paulo	2
Sergipe	0
Tocantins ²	5
TOTAL	180

¹ Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – maio de 2024. Dados sujeitos a revisão, extraídos em 08/06/2024.

² Fonte: Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi). Data de extração: 25/03/2024. Dados sujeitos a revisão.



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

APOIO

HORIZONT 3000

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

 **adveniat**
für die Menschen
in Lateinamerika



UNIÃO EUROPEIA